

## Prospecto Definitivo da Distribuição Pública da Primeira Série de Quotas Seniores do

# IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

CNPJ/MF: 11.432.314/0001-80

# R\$ 22.500.000,00

(vinte e dois milhões e quinhentos mil reais)

**Classificado junto à ANBIMA: Fundo de Investimento em Direito Creditório**

**Administrado por INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

**ISIN das Quotas Seniores da Primeira Série: BRIDNFCF007**

**Registro na CVM: CVM/SRE/RFD/2010/006, concedido em 24 de fevereiro de 2010.**

**Classificação de Risco das Quotas Seniores da Primeira Série: Fitch Ratings: AA-(bra)**

**Rentabilidade Alvo das Quotas Seniores da Primeira Série: 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) acima da Taxa DI.**

Oferta pública de distribuição da Primeira Série de Quotas Seniores (“Quotas Seniores da Primeira Série”) do IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS, constituído de acordo com a Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.432.314/0001-80 e administrado pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sediada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo – SP, CNPJ n.º 62.418.140/0001-31, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993, conforme deliberado no ato de constituição do Fundo e aprovação do respectivo regulamento, em 23 de dezembro de 2009, conforme aditados em 22 de janeiro e, no caso do Regulamento, aditado, ainda em 30 de março de 2010, os quais se encontram registrados no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo sob os ns.º 8727503, 8729218 e 8733858, de 28 de dezembro de 2009, 26 de janeiro e 31 de março de 2010, (“Fundo”). O prazo regular do Fundo é de 120 (cento e vinte) meses, contado a partir da primeira integralização de Quotas Seniores. Após a emissão de Quotas Seniores da Primeira Série, o Fundo poderá, a exclusivo critério da Administradora e sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas, emitir séries subsequentes de Quotas Seniores, a qualquer tempo, de acordo com as características e condições descritas no Regulamento. O Fundo também emitirá uma classe de Quotas Subordinadas para subscrição e integralização pela Ideiasnet (“Quotas Subordinadas”) em valor equivalente a, no mínimo, a 25% de seu patrimônio líquido. As Quotas Seniores da Primeira Série: (i) serão registradas para distribuição no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) encontram-se registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP e, a critério da Administradora, poderão ser registradas para negociação no sistema de negociação de títulos de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&FBOVESPA, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX; observada a responsabilidade dos intermediários de assegurar que somente Investidores Qualificados, conforme definido pelo Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, adquiram Quotas Seniores da Primeira Série.

PROSPECTO DE ACORDO COM O CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

O FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

O FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR. NESTA CARTEIRA DE ATIVOS NÃO HÁ A CONSIDERAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA OS ÍTENS E DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO OBJETO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

O GESTOR DESTES FUNDOS ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATORIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DO GESTOR EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

SOMENTE INVESTIDORES QUALIFICADOS, CONFORME DEFINIDO PELO ARTIGO 109 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 409, DE 18 DE AGOSTO DE 2004, PODEM ADQUIRIR QUOTAS DO FUNDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER COM ATENÇÃO A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”, NAS PÁGINAS 26 A 36 DESTES PROSPECTO.



Prospecto de acordo com Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, das quotas de sua emissão, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.”

**Estruturadora e Gestora**



**Agente Autônomo**



**Administradora**



**Escriturador e Custodiante**



**Agência de Classificação de Risco**



**Assessor Legal**



**Auditor Independente**



A data deste Prospecto é 31 de março de 2010.

## ÍNDICE

I. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	16
II. ADMINISTRADORES, PRESTADORES DE SERVIÇO, CONSULTORES E AUDITORES.....	20
2.1. Distribuidora e Administradora.....	21
2.2. Estruturadora e Gestora.....	21
2.3. Custodiante e Agente Escriturador das Quotas.....	21
2.4. Agente Autônomo.....	21
2.5. Assessor Legal.....	22
2.6. Agência Classificadora de Risco.....	22
2.7. Auditores Independentes.....	22
III. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.....	23
3.1. Características da Oferta.....	24
3.2. Modificação ou alteração da Oferta e revogação da aceitação.....	26
3.3. Negociação das Quotas.....	26
3.4. Custo da distribuição.....	27
3.5. Custo unitário estimado de distribuição.....	27
IV. FATORES DE RISCO.....	28
4.1. Riscos associados ao investimento no Fundo.....	29
4.2. Riscos associados aos Direitos Creditórios.....	33
V. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	37
5.1. Denominação e forma.....	38
5.2. Base legal.....	38
5.3. Público Alvo.....	38
5.4. Restrições à Transferência das Quotas e Valor Mínimo de Investimento.....	38
5.5. Prazo de Duração do Fundo.....	38
5.6. Administração e Gestão.....	39
5.7. Custódia, Controladoria, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira da Integralização das Quotas do Fundo.....	39
5.8. Agência Classificadora de Risco das Quotas.....	41
5.9. Auditoria.....	41
5.10. Procedimentos e critérios para substituição da Administradora, Gestora, Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência Classificadora de Risco.....	41
5.11. Objetivo e política de Investimento e Composição da Carteira.....	42
5.12. Opções de Troca e Venda de Direitos Creditórios outorgadas pelas Cedentes ao Fundo....	45
5.13. Mecanismos de Reforço de Crédito e Outras Garantias.....	45

5.14. Gerenciamento de riscos e <i>Compliance</i> .	46
5.15. Características, direitos, condições de emissão, subscrição e integralização das Quotas....	46
5.16. Quotas Seniores.....	47
5.17. Condições de amortização e resgate das Quotas e Reserva de Pagamento.....	51
5.18. Ordem de alocação dos recursos.....	53
5.19. Avaliação dos ativos do Fundo.....	53
5.20. Assembleia Geral de Quotistas. ....	54
5.21. Política de Voto. ....	57
5.22. Eventos de Avaliação e de Liquidação do Fundo.....	58
5.23. Taxa de Administração.....	61
5.24. Encargos do Fundo. ....	61
5.25. Política de divulgação de informações. ....	63
5.26. Demonstrações Financeiras. ....	64
VI. TRIBUTAÇÃO.....	65
6.1. Tributação Aplicável aos Quotistas. ....	66
6.2. Tributação Aplicável ao Fundo. ....	69
VII. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO. ....	70
7.1. Direitos Creditórios.....	71
7.2. Política de Concessão de Crédito. ....	72
7.3. Condições para Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo. ....	73
7.4. Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios.....	74
7.5. Originação e Formalização dos Direitos Creditórios.....	75
7.6. Critério de amostragem adotado nas auditorias substantivas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.....	76
7.7. Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios.....	77
7.8. Procedimentos em Caso de Inadimplência. ....	78
7.9. Política de Cobrança. ....	79
7.10. Negociação de Direitos Creditórios pelo Fundo: Opções de Troca e Venda.....	80
7.11. Procedimentos para Pagamento dos Direitos Creditórios. ....	84
7.12. Informações Estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos da mesma natureza dos Direitos Creditórios que comporão o patrimônio do Fundo compreendendo um período de 3 anos imediatamente anteriores à data da oferta, acompanhadas da metodologia utilizada para efeito desse cálculo.....	86
VIII. Informações sobre a Ideiasnet.....	90
8.1. História e Perfil. ....	91
8.2. Estratégia de Investimentos da Ideiasnet. ....	94
8.3. <i>Portfólio</i> Ideiasnet.....	96

8.4. Administração da Ideiasnet. ....	102
8.5. Informações Financeiras Seleccionadas da Ideiasnet. ....	103
IX. SETORES DE ATUAÇÃO DAS CEDENTES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS. ....	107
9.1. Visão geral dos setores de atuação das Cedentes. ....	108
9.2. Estrutura da Operação. ....	110
9.3. Cedentes, na data deste Prospecto. ....	111
X. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES. ....	112
XI. INFORMAÇÃO E RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E COM A OFERTA. ....	114
11.1. Administradora e Distribuidora. ....	115
11.2. Agente Autônomo. ....	115
11.3. Estruturadora e Gestora. ....	115
11.4. Custodiante e Agente Escriturador das Quotas. ....	116
11.5. Assessor Legal. ....	118
11.6. Agência Classificadora de Risco. ....	118
11.7. Auditores Independentes. ....	118
11.8. Sumário dos contratos com prestadores de serviços. ....	118
11.9. Relacionamento entre as Partes. ....	119
XII. ATENDIMENTO AO QUOTISTA E/OU POTENCIAIS INVESTIDORES. ....	122
12.1. Divulgação de informações aos Quotistas. ....	123
12.2. Informações relevantes. ....	123
XIII. ANEXOS AO PROSPECTO. ....	124
13.1. Instrumento de Constituição e Regulamento do Fundo Consolidado conforme 1º e 2º Aditamentos e respectivo Aditamentos. ....	127
13.2. Suplemento ao Regulamento das Quotas Seniores da Primeira Série. ....	373
13.3. Relatório Preliminar da Agência Classificadora de Risco. ....	379
13.4. Declaração da Administradora. ....	399
13.5. Declaração da Distribuidora da Oferta. ....	403
13.6. Minuta Padrão do Contrato de Cessão. ....	407
13.7. Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008 da Cedente de mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios (Officer). ....	471
13.8. Demonstrações Financeiras datadas de 30 de setembro de 2009 da Cedente de mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios (Officer). ....	503
13.9. Demonstrações Financeiras da Ideiasnet de 31 de dezembro de 2008, controladora das Cedentes. ....	539
13.10. Informações Trimestrais datadas de 30 de setembro de 2009 da Ideiasnet, controladora das Cedentes. ....	581



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Aceite Eletrônico	Aceitação, emitida pela Administradora e Cedente por meio da Interface de Cessão, quanto à aquisição dos Direitos Creditórios descritos no Relatório de Créditos Elegíveis nos termos do respectivo Contrato de Cessão.
Administradora Distribuidora	e INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sediada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo – SP, CNPJ n.º 62.418.140/0001-31, autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993
Afilhada	Qualquer sociedade controladora, controlada, coligada ou sociedade sob o controle comum, direta ou indireta, da Pessoa em referência.
Agência Classificadora de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, n.º 89, sala 1.302, Centro, CEP 20040-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33.
Agente	Qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviço, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da Pessoa em referência.
Agente Autônomo	Mercatto Investimentos – Agente Autônomo de Investimentos Ltda.
Amortização de Quotas Subordinadas	Amortização, total ou parcial, do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, promovida em cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas.
Amortização por Excesso de Cobertura	Amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos Quotistas Subordinados, desde que sejam atendidos os requisitos previstos no Regulamento.
Amortização Programada	Amortização programada, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Sênior em Circulação, promovida nas Datas de Amortização definidas no Suplemento.
Amortizações Extraordinárias	Amortizações parciais de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, nas datas e valores a serem estipulados pela Administradora e/ou Gestor.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, sucessora da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID.

Anúncio Encerramento	de	Anúncio de encerramento de distribuição pública de quotas seniores de emissão do Fundo.
Anúncio de Início		Anúncio de início de distribuição pública de quotas seniores de emissão do Fundo.
Arquivo Magnético		Arquivo, em meio eletrônico em formato previsto nos respectivos Contratos de Cessão, contendo as características dos créditos que cada Cedente está disposta a transferir ao Fundo.
Assembleia Geral		Assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas, realizadas nos termos do Regulamento.
Ativos Financeiros		Ativos financeiros que podem integrar a carteira do Fundo, expressamente autorizados nos termos do Regulamento e recursos em moeda corrente nacional, excluindo-se os Direitos Creditórios, conforme definição apresentada no item “Política de Investimento e Composição da Carteira”.
Automatos		Automatos Tecnologia da Informação Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.632.835/0001-90, com sede na cidade de Araras, Estado do Rio de Janeiro à Estrada Bernardo Coutinho n.º 2241, CEP 25725-022.
Aviso ao Mercado		Aviso comunicando o protocolo, junto à CVM, do pedido de registro de funcionamento do Fundo e da presente Oferta.
Aviso de Desenquadramento	de	Aviso de desenquadramento da Razão Mínima, informado pela Administradora ao Quotista detentor de Quotas Subordinadas.
BACEN Central	ou Banco	Banco Central do Brasil.
<i>Benchmark</i>		O eventual parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas, conforme indicado no Suplemento de cada série. As Quotas poderão ou não ter parâmetro de rentabilidade.
BM&FBOVESPA		BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros.
Boleto Bancário		Boletos bancários do ITAÚ UNIBANCO S.A, emitidos e enviados pela Cedente ou pelo ITAÚ UNIBANCO S.A., quando contratado pela Cedente, para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao ITAÚ UNIBANCO S.A. Os Boleto Bancários indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boleto Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.

Carteira	Carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.
Cedentes	Empresas em que Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta com as quais o Fundo negocie Direitos Creditórios, observados os procedimentos previstos no Regulamento.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Circulação	Número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou, conforme o caso, resgatadas, referente a cada classe e/ou série de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condições de Cessão	As condições de cessão previstas no Regulamento e nos Contratos de Cessão.
Condições Resolutivas	Condições para resolução da cessão de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme previstas no Regulamento.
Conta de Cobrança	Conta de cobrança de titularidade do Fundo mantida junto ao ITAÚ UNIBANCO S.A. para recebimento de pagamentos relativos aos Boletos Bancários.
Conta de Recebimento	Conta de titularidade do Fundo, mantida junto ao ITAÚ UNIBANCO S.A. para recebimento dos pagamentos relativos a Faturas, conforme indicada no Termo de Aceite.
Conta Vinculada	Conta corrente de titularidade da Cedente com movimentação exclusiva do ITAÚ UNIBANCO S.A., na qualidade de <i>trustee</i> e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, onde os depósitos recebidos serão automaticamente, e independente de qualquer ato ou manifestação da Cedente, transferidos a uma conta corrente indicada pelo Fundo.
Contrato de Cessão	Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com a interveniência do Custodiante.

Contrato de Custódia		Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Contrato Distribuição e Mediação	de e	Contrato de Prestação de Serviços de Distribuição e Mediação de Quotas do Fundo, pelo qual é realizada a contratação do Agente Autônomo da Oferta.
Contrato Subscrição	de	Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas, a ser celebrado pelo Quotista Subordinado na forma do Regulamento.
COSIF		Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo BACEN.
CPF/MF		Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
CPMF		Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Crítérios Elegibilidade	de	Crítérios para cessão, pelas Cedentes, de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme definidos no Regulamento e nos Contratos de Cessão e verificados pela Cedente e validados pelo Custodiante.
CSLL		Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante e Agente Escriurador		Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.
CVM		Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização		Cada data em que o Fundo efetua a Amortização Programada das Quotas Seniores, observado o cronograma e os critérios definidos no Suplemento.
Data de Aquisição		Data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, nos termos do Contrato de Cessão, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta corrente de titularidade do Fundo, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização em contrapartida à cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.
Data de Emissão		A data em que as Quotas Seniores da Primeira Série serão emitidas pela Administradora, conforme o Suplemento respectivo.

Data de Início do Fundo	Data da primeira integralização de suas Quotas Seniores.
Data da Oferta	Data da indicação de créditos feita pela Cedente, observadas as condições do item 1,2.1 do respectivo Contrato de Cessão.
Data de Provisionamento	30º (trigésimo) dia corrido contado de sua respectiva data de vencimento, sem que seja verificado o adimplemento do respectivo Direito Creditório.
Data de Resgate	Data de resgate das Quotas, compreendida como a data de resgate integral das Quotas Seniores de cada série.
Data de Subscrição	Data de assinatura do respectivo Boletim de Subscrição ou Compromisso de Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças.
Datas de Amortização	Data das amortizações periódicas das Quotas, conforme as Amortizações Programadas descritas em cada Suplemento.
Devedor ou Cliente	Pessoa jurídica de direito privado, residente no Brasil, devedora de Direitos Creditórios originados pelas Cedentes, identificada pelo respectivo CNPJ/MF.
Dia Útil	Segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro do País.
Créditos Elegíveis	Todo e qualquer Direito Creditório que, na Data da Oferta, atenda, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento do Fundo e no respectivo Contrato de Cessão.
Direito Creditório ou Crédito	Direitos Creditórios Performados originados por empresas em que Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (a) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (b) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes.
Direitos Creditórios Performados	Direitos Creditórios que, no momento do envio do Arquivo Magnético, referem-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso.
Distribuição	Distribuição pública de até 75 (setenta e cinco) Quotas Seniores da Primeira Série, sujeita aos procedimentos de protocolo e registro definidos na Instrução CVM 356 e na Instrução CVM 400.
DOC	Documento de ordem de crédito.

Documentos Comprobatórios		Significa os documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pela respectiva Cedente para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, as Faturas e os Termos de Aceite, se aplicável, bem como os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços, conforme definidos no respectivo Contrato de Cessão.
Empresa Auditoria	de	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, ou quem vier a substituí-la nos termos do Regulamento.
Encargos do Fundo		Encargos de responsabilidade do Fundo indicados no item 5.24. deste Prospecto e conforme o Artigo 81 do Regulamento.
Evento Avaliação	de	Evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Fundo.
Evento Liquidação	de	Evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa a eventos de liquidação antecipada do Fundo.
Excesso Cobertura	de	Hipótese em que a Razão Mínima seja superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais), ocasião em que a Administradora poderá realizar a Amortização por Excesso de Cobertura.
Fator Multiplicador		Taxa definida em cada Suplemento, expressa em percentual ao dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
Fatura		Faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços.
Fundo		Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços, constituído de acordo com a Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.432.314/0001-80, o qual se encontra registrado no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob o n.º 8727503, de 28 de dezembro de 2009, conforme posteriores alterações também registradas no mesmo cartório sob os n.ºs 8729218 e 8733858, de 26 de janeiro e 31 de março de 2010.
Gestora		Mercatto Capital Partners Ltda., sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva n.º 26 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.232.241/0001-82, autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório 10.789, de 28 de dezembro de 2009.

Grau de Confiança:	é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.
Ideiasnet	Ideiasnet S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.365.069/0001-44.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
Informações dos Direitos Creditórios	Dados referentes aos Direitos Creditórios objeto dos procedimentos de cessão previstos no Contrato de Cessão e no Regulamento, definidas em anexo ao Contrato de Cessão.
Instrução CVM 356	Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, da CVM, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, conforme alterada.
Investidor Qualificado	Pessoa definida na Instrução CVM 409, habilitada a adquirir Quotas: (a) instituições financeiras; companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (b) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (c) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo I da Instrução CVM n.º 409; (d) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (e) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
IOF/Câmbio	IOF sobre Operações de Câmbio.
IOF/Títulos	Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários.
IR-Fonte	Imposto de Renda retido na Fonte.
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
Limite de Erro Tolerável:	é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra.



Oferta ou Emissão	A presente oferta pública de distribuição de Quotas Seniores da Primeira Série do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços.
Officer	Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob n.º 71.702.716/0001-89, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida General Valdomiro de Lima n.º 833, CEP 04344-070.
Opção de Troca	Opção de troca dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista nos Contratos de Cessão.
Opção de Venda	Opção de venda dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista nos Contratos de Cessão.
Partes Relacionadas	São: (i) as pessoas físicas ou jurídicas controladoras, direta ou indiretamente, de determinada pessoa; (ii) as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, por tal pessoa; (iii) pessoas jurídicas coligadas, direta ou indiretamente, com tal pessoa; e (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. O conceito de controle para o fim deste Prospecto será aquele estabelecido na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações posteriores.
Patrimônio Líquido	Significa a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.
PC	Computadores pessoais.
Pessoa	Pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e qualquer modalidade de condomínio.
Pessoa Autorizada	Qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizada a atuar, passar ordens, instruções e contratar em nome de outra Pessoa, podendo, inclusive, firmar os Termos de Cessão e os Termos de Cessão Consolidados.
Pini	Em conjunto e indistintamente: (a) Editora Pini Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.859.519/0001-51, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia n.º 964, CEP 01130-900; e (b) BP S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.900.579/0001-37, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia, n.º 964, 1º andar/parte, CEP 01130-900.
PIS	Programa de Integração Social.

Política Cobrança	de	Documento preparado na forma do Anexo 25 do Regulamento.
Política Concessão Crédito	de	Documento preparado na forma do Anexo 16 do Regulamento.
Prazo Distribuição	de	Prazo para subscrição das Quotas Seniores, equivalente a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento.
Prazo de Duração do Fundo		120 (cento e vinte) meses a partir da data da primeira integralização de Quotas Seniores, prazo prorrogável por igual período por decisão da Assembleia Geral de Quotistas, nos termos do Regulamento.
Preço de Aquisição		Valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo às Cedentes, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas, conforme definido em cada Termo de Cessão, apurado por meio de algoritmo contido no respectivo Contrato de Cessão.
Procedimento Recebimento das Faturas	de	Rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento e conciliação do recebimento de recursos na conta de recebimento decorrente do pagamento das Faturas, seja diretamente em referida conta de recebimento, sejam aqueles oriundos da Conta Vinculada; e (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Recebimento.
Procedimento Recebimento Boleto	de	Rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boleto Bancários; (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Recebimento; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência da cobrança dos Direitos Creditórios indevidamente creditados à Cedente ao Fundo, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Direitos Creditórios.
Procedimentos Verificação	de	Procedimentos de verificação dos Direitos Creditórios, inclusive no que tange ao lastro, definidos no Anexo 8 do Regulamento.
Prospecto Definitivo ou Prospecto		Prospecto definitivo do Fundo e da Oferta, preparado nos termos da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.
Quota		Em conjunto ou isoladamente, as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas e, conforme o caso, as quotas seniores da série específica.
Quota Sênior		Cada Quota que tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas em caso de amortização ou resgate.
Quota Subordinada		Quota emitida pelo Fundo, nos termos do Regulamento, que se subordina às Quotas Seniores e, conforme o caso, as quotas seniores da série específica

para efeito de amortização ou resgate, inclusive na hipótese de amortização ou liquidação antecipada do Fundo.

Quotista Subordinado		Quotista detentor de Quotas Subordinadas de emissão do Fundo.
Quotistas		Em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota(s).
Razão Mínima		Razão mínima, apurada todo Dia Útil pela Administradora, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores em circulação, equivalente a, no mínimo, 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento)
Regulamento		Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços, conforme alterado e consolidado.
Reserva de Pagamento	de	Reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores.
Resolução 2682/99		Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional, de 21 de dezembro de 1.999.
SELIC		Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
SFN		Sistema Financeiro Nacional.
Softcorp		Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.462.101/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 1º andar, CEP 01311-000.
SIMPLES		Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.
Suplemento		Documento preparado na forma de anexo específico do Regulamento, no qual constam todas as características das Quotas Seniores de novas séries, tais como a rentabilidade alvo e datas de amortização.
Taxa de Administração	de	Montante devido à Administradora a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, conforme definidas no Regulamento.
Taxa de Custódia		Montante devido ao Custodiante a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de custódia e controladoria, conforme definidas no Contrato de Custódia.

Taxa DI	Taxa média dos depósitos interfinanceiros de 01 (um) dia, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual (252 Dias Úteis).
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Aceite	Documento escrito, firmado pelo respectivo Devedor, por meio do qual os Devedores declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento.
Termo de Adesão	Termo de adesão ao Regulamento e ciência de Risco, Documento preparado na forma do Regulamento, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento.
Termo de Cessão	Documento preparado na forma de anexo aos Contratos de Cessão, por meio do qual as Cedentes cederão ao Fundo Direitos Creditórios.
Tesouro Nacional	A Secretaria do Tesouro Nacional, criada pelo Decreto n.º 92.452, de 10 de março de 1986, órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal.
Valor Referencial	Valor de cada Quota Sênior, apurado na forma do Regulamento, utilizado como limite quando da dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
Valor Unitário das Quotas	Valor unitário das quotas, compreendido como o valor de emissão das Quotas na Data de Emissão.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto que não tenham sido definidos nesta Seção terão o significado que lhes for atribuído neste próprio Prospecto, no Regulamento, bem como nos Documentos da Operação.

## **I. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.**

## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissor:	Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços.
Cedentes:	Empresas com as quais o Fundo tenha celebrado um Contrato de Cessão, sendo necessariamente sociedades em que a Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos Direitos Creditórios.
Valor total da Oferta:	No mínimo, R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e , no máximo, R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais).
Classe de Quotas:	1 (uma) classe de Quotas Seniores, da Primeira Série.
Público Alvo:	Somente Investidores Qualificados, assim definidos pela CVM como: instituições financeiras; companhias seguradoras e sociedades de capitalização; entidades abertas e fechadas de previdência complementar; pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo I da Instrução CVM n.º 409; fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.
Inadequação do investimento:	A Oferta não é destinada a investidores que necessitem de liquidez em seus títulos.
Quantidade de Quotas Seniores da Primeira Série e Regime de Colocação:	Serão emitidas, no mínimo, 30 (trinta) e, no máximo 75 (setenta e cinco) Quotas Seniores, a serem colocadas em regime de melhores esforços de colocação.
Valor nominal unitário das Quotas Seniores:	R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

*Benchmark* das Quotas Seniores

O parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar cada série de Quotas Seniores, a ser definida em cada Suplemento, expressa em um percentual acima da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – “over extra grupo”, na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP. Para as Quotas Seniores desta Primeira Série o *Benchmark* é de 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) acima da Taxa DI.

O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares das respectivas séries de Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate das mesmas e não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa ou garantia de rentabilidade aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma rentabilidade superior ao *Benchmark* das respectivas séries de Quotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores e respectivas séries.

Data de Emissão:

02 de fevereiro de 2010, data de emissão das Quotas Seniores da Primeira Série, conforme o Suplemento respectivo.

Amortizações Programadas:

As Quotas Seniores da Primeira Série serão objeto de 48 (quarenta e oito) amortizações programadas, a serem realizadas nas Datas de Amortização definidas no Suplemento. O valor de cada Amortização Programada será definido observado o valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de amortizações remanescentes.

O valor inteiro referencial de cada Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, posterior à Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, apurado diariamente, será equivalente ao menor valor entre: (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião, inteiras ou fracionadas; e (b)  $VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)]$ ,

onde:

VII = Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior na Data de Subscrição da respectiva série de Quotas Seniores.

$(f_1 \times f_2 \times f_3 \times f_j)$  = fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior da respectiva série, calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$F_j = [(1 + D_{ij})^{1/252} - 1] + S, \text{ onde}$$

Os termos  $(f_1, f_2, f_3, \dots, f_j)$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$F_j = [(1 + D_{ij})^{1/252} - 1] + S, \text{ onde:}$$

$F_j$  = fator diário da Taxa DI.

Taxa  $D_{ij}$  = 100% (cem por cento) da Taxa DI, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, referente ao dia “j”.

$S$  = Taxa definida em cada suplemento, expressa em percentual ao dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

Classificação de Risco (*Rating*):

As Quotas Seniores da Primeira Série serão trimestralmente avaliadas pela Fitch Ratings Brasil Ltda. e receberão uma classificação preliminar de risco do nível AA-(bra). O Relatório elaborado pela Agência Classificadora de Risco que concedeu tal classificação é parte integrante deste Prospecto e está contido em seu Anexo 13.3.

Administradora e Distribuidora

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Agente Autônomo

Mercatto Investimentos – Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

Informações adicionais

Quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora e/ou à CVM.



## **II. ADMINISTRADORES, PRESTADORES DE SERVIÇO, CONSULTORES E AUDITORES.**

---

## **ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES**

### **2.1. Distribuidora e Administradora.**

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo – SP, CNPJ n.º 62.418.140/0001-31.

Telefone para contato: +55 (11) 5029-4062 ou 5029-4880

Fax: +55 (11) 5029-1394

Email: [produtosestruturados@itau-unibanco.com.br](mailto:produtosestruturados@itau-unibanco.com.br)

At. Sr.: Walter Watanabe ou Leandro Morari

Site: [www.intrag.com.br/prospectos](http://www.intrag.com.br/prospectos)

### **2.2. Estruturadora e Gestora.**

Mercatto Capital Partners Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva n.º 26 - 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.232.241/0001-82.

Telefone para contato: +55 (21) 3687-1500

Fax: +55 (21) 3687-1500

Email: [alcineides@mercatto.net](mailto:alcineides@mercatto.net)

At. Sr.: Alcineides Souza Jr.

Site: [www.mercatto.net](http://www.mercatto.net)

### **2.3. Custodiante e Agente Escriurador das Quotas.**

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.

Telefone para contato: + 55 (11) 5029-4846.

Fax: +55 (11) 5029-1880

Email: [simey.brandao@itau-unibanco.com.br](mailto:simey.brandao@itau-unibanco.com.br)/[jair.alves@itau-unibanco.com.br](mailto:jair.alves@itau-unibanco.com.br)

At. Sr.: Simey Brandão /Jair Alves

Site: [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)

### **2.4. Agente Autônomo.**

Mercatto Investimentos – Agente Autônomo de Investimentos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva n.º 26 - 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.574.275/0001-52.

Telefone para contato: +55 (21) 3687-1500

Fax: +55 (21) 3687-1520

Email: [neto@mercatto.net](mailto:neto@mercatto.net)

At. Sr.: José Gonçalves Ferreira Neto

Site: [www.mercatto.net](http://www.mercatto.net)

## **2.5. Assessor Legal.**

Madrona, Hong, Mazzuco – Sociedade de Advogados, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 12º andar – Torre Sul.

Telefone para contato: +55 (11) 3094 7810

Fax: +55 (11) 3094-7820

Email: [mhm@mhmlaw.com.br](mailto:mhm@mhmlaw.com.br)

At. Sr.: Dr. Byung Soo Hong/Dra. Rosinei Libano

Site: [www.mhmlaw.com.br](http://www.mhmlaw.com.br)

## **2.6. Agência Classificadora de Risco.**

Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, n.º 89, sala 1.302, Centro, CEP 20040-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33.

Telefone para contato: +55 (11) 4504-2617

Fax: +55 (11) 4504-2601

Email: [ely.mizrahi@fitchratings.com](mailto:ely.mizrahi@fitchratings.com)

At. Sr.: Ely Mizrahi

Site: [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br)

## **2.7. Auditores Independentes.**

KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29.

Telefone para contato: +55 (11) 2183-6439 (Wellington) ou +55 (11) 2183-3306 (Cristina)

Fax: +55 (11) 2183-3310

Email: [wfsilva@kpmg.com.br](mailto:wfsilva@kpmg.com.br)

At. Sr.: Wellington França

Site: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

### **III. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA.**

---

## **TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

### **3.1. Características da Oferta.**

#### *3.1.1. Regime e Prazo de Colocação.*

A distribuição e colocação das Quotas Seniores da Primeira Série serão integralmente realizadas pelo Agente Autônomo, na qualidade de preposto da Distribuidora, que também é a Administradora do Fundo, observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e Mediação. A colocação será realizada adotando-se o regime de melhores esforços.

O prazo máximo de colocação e subscrição é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de publicação do Anúncio de Início, sendo que referida publicação ocorrerá em até 90 (noventa) dias contados da concessão do registro da Oferta pela CVM.

A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de colocação parcial das Quotas, sendo que, caso a totalidade das Quotas não seja subscrita no prazo acima mencionado, o saldo não colocado será cancelado, exceto se o prazo de distribuição for prorrogado, mediante solicitação à CVM, na forma prescrita na regulamentação em vigor.

Para maiores informações, ver subitem “Contrato de Prestação de Serviços de Distribuição e Mediação de Quotas do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços” da subseção “Sumário dos Principais Contratos” deste Prospecto.

#### *3.1.2. Público Alvo.*

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, assim definidos pela CVM como: (a) instituições financeiras; companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (b) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (c) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo I da Instrução CVM n.º 409; (d) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (e) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

**A Oferta não é destinada a investidores que necessitem de liquidez em seus títulos.**

#### *3.1.3. Registro da Oferta das Quotas Seniores da Primeira Série.*

A Oferta foi registrada na CVM em 24 de fevereiro de 2010, sob o n.º CVM/SRE/RFD/2010/006, nos termos da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 356.

#### *3.1.4. Quantidade das Quotas Seniores da Primeira Série.*

A Primeira Série será composta de no mínimo 30 (trinta) e no máximo 75 (setenta e cinco) Quotas Seniores.

### 3.1.5. Preço de Emissão das Quotas Seniores da Primeira Série e Preço de Integralização das Quotas no Âmbito da Oferta.

O valor nominal unitário das Quotas da Primeira Série equivale a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Quota Sênior, na Data de Emissão, totalizando a Oferta o valor de até R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais).

As Quotas Seniores da Primeira Série serão integralizadas à vista e o valor respectivo de integralização corresponderá ao respectivo valor no dia de sua integralização, correspondente ao seu valor nominal unitário da Data de Emissão, atualizado, observado o previsto no Artigo 49 do Regulamento.

No ato de subscrição das Quotas Seniores da Primeira Série o subscritor: (a) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela Administradora para distribuir Quotas do Fundo; (b) receberá exemplar do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência e adesão ao Regulamento, estar ciente: (b.1) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, e (b.2) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento; (c) deverá indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento; e (d) assinará Declaração de Investidor Qualificado.

Observado o disposto no Regulamento, as Quotas Seniores da Primeira Série objeto da Oferta deverão ser integralizadas à vista, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A integralização das Quotas Seniores da Primeira Série será realizada em moeda corrente nacional, mediante realização de TED de conta de titularidade do subscritor para conta de titularidade do Fundo, conforme indicada pela Administradora.

O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*Benchmark*) para as Quotas Seniores da Primeira Série, correspondente a 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) acima da Taxa DI.

### 3.1.6. Cronograma das etapas da Oferta: (\*)

<b>Evento</b>	<b>Data</b>
Protocolo do pedido de registro na CVM	27.01.2010
Disponibilização do Prospecto Preliminar	27.01.2010
Publicação do Aviso ao Mercado	28.01.2010 e 03.02.2010
Registro de funcionamento da Oferta junto à CVM	24.02.2010
Registro de funcionamento do Fundo junto à CVM	02.03.2010
Início das apresentações para potenciais investidores	24.02.2010
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	04.03.2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo	31.03.2010
Liquidação das Quotas Seniores da Primeira Série	14.04.2010
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	15.04.2010

(\*) Todas as datas previstas abaixo são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

### *3.1.7. Valor Mínimo de Investimento.*

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir Quotas do Fundo. O valor mínimo individual da primeira aplicação de cada investidor no Fundo será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

### **3.2. Modificação ou alteração da Oferta e revogação da aceitação.**

Se, nas hipóteses previstas na Instrução CVM 400, a Administradora pretender efetuar modificações ou revogar a distribuição das Quotas do Fundo, tal pleito será obrigatoriamente apresentado à CVM.

Na hipótese de modificação da Oferta, desde que a mesma tenha sido aprovada pela CVM, a Administradora: (i) divulgará os aspectos do Fundo modificados, pelos mesmos meios utilizados para divulgar o Anúncio de Início desta distribuição; e (ii) notificará por escrito todos aqueles que já tenham subscrito Quotas do Fundo para que estes confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação, a manutenção do interesse em subscrever Quotas do Fundo, valendo o silêncio como confirmação.

Eventuais investidores que subscrevam Quotas do Fundo apenas após a referida modificação firmarão, em adição ao Boletim de Subscrição e ao termo de ciência e adesão ao Regulamento, um termo de aceitação das modificações aprovadas pela CVM, o qual ressaltará os artigos do Regulamento eventualmente modificados.

Em caso de revogação da distribuição, os valores eventualmente já integralizados pelos subscritores serão devolvidos aos mesmos, acrescidos de eventuais rendimentos auferidos, líquidos de despesas e tributos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aceitação da revogação por parte da CVM.

Não será admitida a revogação de aceitação por parte dos subscritores, salvo nos casos previstos nos parágrafos únicos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400/2003, isto é, respectivamente, no caso de suspensão da distribuição ou de discordância quanto às mudanças, eventualmente submetidas à CVM e aprovadas por tal autarquia, nas condições da Oferta.

### **3.3. Negociação das Quotas.**

As Quotas Seniores da Primeira Série: (i) serão registradas para distribuição no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) encontram-se registradas para negociação no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP e, a critério da Administradora, poderão ser registradas para negociação no mercado secundário no sistema de negociação de títulos de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&FBOVESPA, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Na hipótese de negociação das Quotas Seniores do Fundo em operações de mercado secundário, caberá ao agente intermediador da respectiva negociação comprovar a qualidade de investidor qualificado daquele que adquirir tais Quotas Seniores da Primeira Série. Não obstante, o Quotista vendedor deverá obter do adquirente: (i) a assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Regulamento; (ii) declaração do adquirente de que é investidor qualificado; (iii) cadastro do adquirente, nos termos da Instrução CVM 301.

Para fins de apuração da incidência de Imposto de Renda, na hipótese de negociação das Quotas Seniores do Fundo em operações de mercado secundário, o Quotista vendedor será integralmente responsável por encaminhar ao Escriturador de Quotas comprovante de negociação atestando o preço de negociação de suas Quotas.

### 3.4. Custo da distribuição.

<b>Custo</b>	<b>Montante – R\$</b>	<b>% em Relação ao Valor da Distribuição</b>
Comissão de estruturação e de atividades de agente autônomo	168.750,00	0,750%
Taxa Registro na CVM:	82.870,00	0,370%
Taxa de Registro na ANBIMA	7.500,00	0,030%
Aviso ao Mercado (*)	5.500,00	0,020%
Publicação do Anúncio de Início (*)	5.500,00	0,020%
Publicação do Anúncio de Encerramento (*)	27.000,00	0,120%
Emissão dos prospectos (*)	1.000,00	0,004%
Agência de Classificação de Risco	45.000,00	0,200%
Assessoria Legal	80.000,00	0,360%
Despesas com Deslocamento e Gerais (passagens aéreas, hospedagens, transporte terrestre e alimentação, cartórias, fotocópias, aluguel de equipamentos)(*)	8.000,00	0,030%
<b>Total</b>	<b>431.120,00</b>	<b>1,920%</b>

(\*) Valores estimados.

Os custos de distribuição serão suportados pela Ideiasnet, exceto o valor referente à taxa de registro na CVM, cujos recursos serão antecipados pela Administradora e reembolsados a esta pelo Fundo.

### 3.5. Custo unitário estimado de distribuição.

<b>Custo Unitário Quota Sênior – Primeira Série – R\$</b>	<b>% em relação ao valor unitário da Quota Sênior – Primeira Série</b>	<b>Custo Unitário de Distribuição (R\$)</b>
5.748,27	1,92%	5.748,27



#### **IV. FATORES DE RISCO.**

---

## FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS INVESTIMENTOS NO FUNDO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, Política de Investimento e composição da Carteira do Fundo e aos Fatores de Risco descritos a seguir.*

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável, e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

### 4.1. Riscos associados ao investimento no Fundo.

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- I. Risco de mercado.** O apreçamento dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. Os Ativos Financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional. A queda do valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e as Cedentes não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pela Administradora para realizar aportes adicionais de

recursos no Fundo. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia das Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total ou parcial do capital investido pelos Quotistas.

**II. Risco de limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelos respectivos emitentes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

**III. Risco de liquidez.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora, alienarem os seus respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

**IV. Risco de crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Além disso, nos termos do Regulamento, considerar-se-á resolvida a cessão de Direitos Creditórios: (i) cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimento, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (i.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados; ou (ii.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão; (ii) que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios; (iii) originários de fraude cometida pela Cedente; (iv) que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente no respectivo Contrato de Cessão.

Nos termos do Regulamento, a Gestora será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança. Não há como assegurar que a Gestora conseguirá recuperar os valores devidos e não pagos, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, para os Quotistas.

**V. Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

- VI. Riscos relacionados a fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelas Cedentes, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- VII. Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento e respectivo Suplemento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.
- VIII. Fundo fechado.** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros presentes na Carteira do Fundo. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.
- IX. Liquidez reduzida das Quotas.** As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.
- X. Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto no Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização: (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas,

inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

- XI. Hedge indisponível ou imperfeito.** Nos termos do Regulamento, a Gestora, deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tente realizar as operações com derivativos: (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo; e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.
- XII. Risco de Instrumentos Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- XIII. Risco de liquidação antecipada do Fundo.** Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- XIV. Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos.** Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos e não haver, na liquidação do Fundo, recursos em moeda para o resgate das Quotas, sendo necessária a entrega dos Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros aos Quotistas, conforme autorizado pelo Artigo 15, Parágrafo 1º da Instrução CVM n.º 356; os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para: (i) vender os Direitos Creditórios recebidos; ou (ii) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.
- XV. Risco de conflito de interesses entre a Gestora do Fundo e a controladora das Cedentes.** Conforme indicado no item 11.9.1. deste Prospecto, a Mercatto Gestão de Recursos Ltda. é gestora (e, em relação ao fundo Mercatto Diferencial Multimercado FI Longo Prazo, também é quotista minoritária) de fundos de investimento que detêm, em conjunto, participação relevante na Ideiasnet. Tendo em vista que, adicionalmente, a Mercatto Gestão de Recursos Ltda. controla a Gestora do Fundo e, nos termos do Regulamento, a Gestora detém o poder de recusa dos direitos creditórios ofertados ao Fundo, pode haver conflito de interesses em relação à recusa ou não de cessões de Direitos Creditórios ao Fundo.
- XVI. Risco de não obtenção de tratamento tributário para fundos de longo prazo.** Nos termos do Regulamento, a Gestora não está obrigada a manter uma carteira de ativos de perfil de longo prazo, o que pode resultar na não obtenção, pelo Fundo, de tratamento tributário para fundos de longo prazo. Assim, não há garantia de que este Fundo obterá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

## 4.2. Riscos associados aos Direitos Creditórios.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

- I. Risco de crédito e ausência de co-obrigação das Cedentes.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante, as Cedentes e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores ou pelos coobrigados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes às suas Quotas.
- II. Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da Carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade ocorre no momento da cessão dos recebíveis para o Fundo e não constitui garantia de adimplência dos Devedores.
- III. Risco relativo à cobrança por meio de Boletos Bancários.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por operações de compra e venda de mercadorias é realizada através da emissão de Boletos Bancários pela Cedente aos seus clientes. Quando os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, o boleto bancário originalmente emitido a cada Devedor é cancelado e substituído por um novo Boleto Bancário contendo as novas instruções de pagamento, a fim de direcionar os recursos oriundos do pagamento diretamente para a Conta de Cobrança. Caso os Devedores paguem os Direitos Creditórios por meio de boletos bancários cancelados, os recursos serão direcionados à conta de titularidade das Cedentes. Neste caso, as Cedentes podem receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo. Assim, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores pelas Cedentes poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome destas. Nesta hipótese, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo. Adicionalmente, o pagamento por meio de Boletos Bancários cancelados poderá distorcer a real taxa de inadimplência dos Direitos Creditórios, afetando adversamente sua classificação de risco.
- IV. Risco relativo à cobrança por meio de Faturas.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por prestação de serviços é realizada por meio da emissão de Faturas pela Cedente aos seus Devedores. Os Direitos Creditórios representados por Faturas que venham a ser oferecidos ao Fundo serão necessariamente acompanhados de Termo de Aceite por meio do qual os Devedores declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento em: (i) conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao ITAU UNIBANCO S.A., conforme indicado no respectivo Termo de Aceite; ou (ii) conta vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do ITAU UNIBANCO S.A., na qualidade de *trustee* e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicado no Termo de Aceite.



Caso os Devedores paguem as Faturas em contas bancárias de titularidade das Cedentes que não a Conta Vinculada, quer por não terem sido notificados a respeito da cessão através do Termo de Aceite ou por outros motivos, as Cedentes podem conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores em prejuízo do Fundo. Adicionalmente, tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos. Sem prejuízo da hipótese acima, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores por meio da Conta Vinculada poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome das Cedentes. Nestas hipóteses, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo.

- V. Risco das Cedentes como fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios.** Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pelas Cedentes ou por empresa a ser contratada pelas Cedentes, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo.

As Cedentes e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora as Cedentes e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos e à realização da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, causando, assim, no caso de inadimplementos, efeitos adversos na Carteira do Fundo.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

- VI. Risco de Descontinuidade.** De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo. Nenhuma garantia poderá ser dada de que as Cedentes continuarão originando os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo ou que os Direitos Creditórios originados pelas Cedentes atenderão aos critérios de elegibilidade. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado em função da impossibilidade de aquisição de ativos com rentabilidade compatível com a proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder a sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação, de Eventos de Liquidação Antecipada, em caso de determinação da Assembleia Geral ou na hipótese de Amortização Extraordinária. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimentos reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos em ativos com remuneração compatível com a proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**VII. Risco operacional.** Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos documentos representativos dos Direitos Creditórios ou nos processos operacionais de realização de serviços, de entrega de produtos, aceitação dos produtos ou serviços pelos Clientes, cobrança ou fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo aos boletos bancários em instituições financeiras integrantes do SFN, bem como o repasse de tais recursos ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do agente cobrador ou problemas internos das instituições financeiras.

Haverá, ainda, risco operacional quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou, até mesmo, perdas aos Quotistas do Fundo.

Há, ainda, o risco de que, dado o procedimento estipulado no Regulamento e nos Contratos de Cessão para a formalização e registro da cessão dos Direitos Creditórios os Termos de Cessão não sejam registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos no prazo previsto na Lei de Registros Públicos para que a eficácia da cessão perante terceiros retroaja desde a data de assinatura do respectivo Termo de Cessão. Neste caso, as cessões somente gerariam efeitos perante terceiros a partir da data da apresentação do Termo de Cessão respectivo para registro e não desde a celebração do Termo de Cessão.

Deste modo, aumenta o risco de discussões envolvendo a titularidade dos Direitos Creditórios e a possibilidade de ocorrência de múltiplas cessões dos Créditos. Além disso, os procedimentos previstos para a cessão dos Direitos Creditórios prevêem o pagamento do respectivo Preço de Aquisição, pelo Fundo, antes da completa formalização da cessão dos Direitos Creditórios.

**VIII. Risco de incorrer em despesas adicionais.** Não obstante a obrigação das Cedentes em reembolsar e ressarcir integralmente o Fundo dos custos e das despesas com cobrança e recuperação de créditos inadimplidos, o Fundo poderá ter dificuldades em recuperar tais gastos, os quais impactarão negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, portanto, o valor das Quotas.

**IX. Monitoramento de Eventos de Avaliação e Liquidação.** Eventos de Avaliação e Liquidação não serão ativamente monitorados pela Administradora nem pela Gestora. Dessa forma: (i) Eventos de Avaliação ou de Liquidação poderão ocorrer sem que tal ocorrência seja identificada pela Administradora; ou (ii) as providências previstas no Regulamento como decorrência de um Evento de Avaliação ou de Liquidação poderão não ser implementadas a tempo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo; ou (iii) poderá ser retardada a liquidação antecipada do Fundo de forma a afetar o patrimônio do Fundo e o valor das Quotas.

**X. Verificação das Condições de Cessão.** Cabe às Cedentes verificarem e declararem que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo atendem a todas as Condições de Cessão. O atendimento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão não é ativamente monitorado pela Administradora, nem pela Gestora ou pelo Custodiante. Assim, poderão ser cedidos ao Fundo



Direitos Creditórios que, não obstante as declarações das Cedentes, não atendam às Condições de Cessão.

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável, e do Custodiante na observância aos termos e condições previstos no Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos, poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

- XI. Riscos decorrentes dos critérios adotados pelas Cedentes para concessão de crédito.** Nos termos dos Contratos de Cessão, as Cedentes se comprometeram a observar a política de concessão de crédito das Cedentes constante do Anexo 16 do Regulamento do Fundo, que envolve, dentre outros aspectos, a análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e CNPJ), pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores, referências bancárias e outras que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente e análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente respectiva.

Como ponto negativo, as Cedentes não exigem a declaração de rendimentos dos Devedores. Entretanto, para todos os efeitos, nem a renda nem a capacidade de pagamento dos Devedores foi considerada nos Critérios de Elegibilidade e nem nas Condições de Cessão constantes dos artigos 16 e 18 do Regulamento do Fundo.

Conforme os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão listadas nos itens “d”, “h” e “j” do item 7.3. deste Prospecto, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo com base, dentre outros, no adimplemento dos Devedores para com suas obrigações nos termos de outros direitos creditórios de titularidade do Fundo e na inexistência de restrição cadastral no cadastro de emitentes de cheques sem fundos – CCF do Banco Central do Brasil, Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, regularidade do CNPJ/MF do Devedor. Dentre os riscos decorrentes da política de concessão de crédito das Cedentes, podemos destacar como principal o relacionado ao inadimplemento dos Devedores, que é algo inerente à natureza de operações de crédito.

## **V. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.**

---

## **IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

*Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto têm os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na Seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

### **5.1. Denominação e forma.**

O Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços foi constituído sob a forma de condomínio fechado.

### **5.2. Base legal.**

Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, emanada do CMN – Conselho Monetário Nacional, e Instrução CVM 356, conforme alterada. O Fundo é classificado na ANBIMA como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

### **5.3. Público Alvo.**

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, assim definidos pela CVM: (a) instituições financeiras; companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (b) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (c) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo I da Instrução CVM n.º 409; (d) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e (e) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

**O Fundo não é destinado a investidores que necessitem de liquidez em seus títulos.**

### **5.4. Restrições à Transferência das Quotas e Valor Mínimo de Investimento.**

Conforme previsto no item 5.3. acima, somente Investidores Qualificados poderão adquirir Quotas do Fundo ou negociá-las no mercado secundário. O valor mínimo individual da primeira aplicação de cada investidor no Fundo será de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

### **5.5. Prazo de Duração do Fundo.**

O Fundo terá prazo de duração de 120 (cento e vinte) meses, prorrogável por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.

O Fundo será liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, no último dia do 120º (centésimo vigésimo) mês após a Data de Início do Fundo, exceto na ocorrência de Evento de Liquidação, observadas as disposições do Regulamento, ou se os Quotistas, por unanimidade, decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto no Regulamento, sendo permitido o resgate em Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos no

Regulamento. O resgate das Quotas em Direitos de Créditos, se realizado, será fora do âmbito da CETIP.

## **5.6. Administração e Gestão.**

O Fundo é administrado pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sediada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo – SP, CNPJ n.º 62.418.140/0001-31, autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993.

A Administradora, observadas as limitações legais e regulamentares a ela aplicáveis, e as previstas no Regulamento do Fundo, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integrem a carteira do Fundo, observadas as disposições da Instrução CVM n.º 409/04 e da Instrução CVM n.º 356/01.

Nos termos do Regulamento, a Administradora contratou como responsável pela gestão da Carteira do Fundo a Mercatto Capital Partners Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28.12.2009. Sem prejuízo de suas atribuições legais e regulamentares (em especial, da Instrução CVM n.º 356/01) e das previstas no Regulamento do Fundo, as funções da Gestora neste Fundo incluem: (a) a gestão de caixa e reservas de amortização; (b) definição das taxas de descontos a serem empregadas na compra de direitos creditórios elegíveis; a seu exclusivo critério, (c) fazer o *hedge* da carteira; e (d) fornecer mensalmente, para a Agência Classificadora de Risco, as informações necessárias para o monitoramento da carteira.

Não obstante as funções descritas acima, a Administradora e a Gestora serão responsáveis pelas demais funções que lhes são atribuídas no Regulamento.

## **5.7. Custódia, Controladoria, Escrituração de Quotas e Liquidação Financeira da Integralização das Quotas do Fundo.**

Os serviços de: (a) custódia qualificada; (b) controladoria dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; e (c) escrituração das Quotas; serão prestados pelo ITAU UNIBANCO S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ sob n.º 60.701.190/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa.

Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, de forma escritural, bem como registrados e/ou mantidos: (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, conforme a natureza de cada Ativo Financeiro.

O Custodiante manterá os Ativos Financeiros que não forem direitos creditórios em sistema de liquidação e custódia correspondente à natureza e espécie de cada título ou valor mobiliário.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.

Caberá ao Custodiante, em relação aos Direitos Creditórios, somente a verificação e validação quanto ao atendimento aos Critérios de Elegibilidade.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações previstos nas Instruções CVM e também aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e no Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- a. observar estritamente as instruções que lhe forem dadas pela Administradora ou pela Gestora, e os princípios e normas profissionais de diligência, prudência e perícia para a execução de suas funções;
- b. receber da Cedente e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- c. validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- d. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, conforme evidenciados pelo respectivo instrumento de cessão e pelos Documentos Comprobatórios da operação;
- e. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- f. diligenciar, às suas expensas, para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, de acordo com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso pela Empresa de Auditoria, Agência Classificadora de Risco e pelos órgãos reguladores;
- g. cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas correntes do Fundo;
- h. informar à Administradora ou Gestora, conforme o caso, tão logo chegue ao seu conhecimento, o descumprimento, pela Administradora ou Gestora, conforme o caso, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento, Contrato de Gestão ou no Contrato de Custódia; e
- i. informar a Administradora, imediatamente após tomar ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelas Cedentes, de suas obrigações definidas no Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia.

No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora a, observado o disposto no Contrato de Custódia, a:

- a. abrir e movimentar, em nome do Fundo: (i) as contas correntes do Fundo; e (ii) as contas de depósito e, se o caso, as contas de investimento, específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (ii.1) no SELIC; (ii.2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (ii.3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM em que os ativos financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância do Regulamento e dos Contratos de Cessão; e
- b. efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, observado o disposto no Regulamento.

## **5.8. Agência Classificadora de Risco das Quotas.**

A agência classificadora de risco das Quotas Seniores do Fundo será a Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos n.º 1470, c/jto. 511, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33, a qual será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das referidas Quotas Seniores nos termos do Regulamento. Os relatórios de classificação de risco das Quotas Seniores deverão ser atualizados trimestralmente e ser mantidos à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores constituirá fato relevante para o fim de comunicação aos Quotistas e/ou à CVM.

A Administradora poderá aditar o contrato que venha a celebrar com a Agência Classificadora de Risco.

## **5.9. Auditoria.**

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, ou quem vier a substituí-la nos termos do Regulamento, que será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise da situação e da atuação da Administradora.

## **5.10. Procedimentos e critérios para substituição da Administradora, Gestora, Custodiante, Empresa de Auditoria e Agência Classificadora de Risco.**

A Administradora e/ou a Gestora poderão ser substituídas ou destituídas a qualquer tempo pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora, por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento enviado a cada Quotista, ou por meio de publicação no periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo, poderá renunciar à administração do Fundo, mediante convocação, pela Administradora, de Assembleia Geral de Quotistas, a realizar-se em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da respectiva convocação.

A Administradora e/ou a Gestora poderão ser substituídas ou destituídas mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento. A Gestora poderá renunciar às suas funções mediante notificação à Administradora, por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, para que a Administradora siga os mesmos procedimentos e prazos previstos para a hipótese de sua própria renúncia, de forma a permitir que a Assembleia Geral de Quotistas se reúna e delibere sobre a substituição da Gestora ou a liquidação antecipada do Fundo, observado o quorum próprio previsto no Regulamento.

Em qualquer das hipóteses previstas no Regulamento, a Administradora e/ou a Gestora, caso seja assim determinado pelos Quotistas, permanecerão no exercício de suas funções até a data da efetiva posse do substituto eleito pela Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) Dias Úteis. A Administradora, o Custodiante ou a Gestora, conforme o caso, deverão disponibilizar ao seu substituto todos os documentos e informações relativas ao Fundo em até 30 (trinta) dias corridos. Ambos os prazos acima serão contados da data de realização da Assembleia Geral de Quotistas que tiver deliberado sobre a substituição da Administradora, do Custodiante ou da Gestora.

Caso a nova instituição administradora ou gestora nomeada nos termos descritos acima, não substitua a Administradora ou a Gestora, conforme o caso, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Quotistas, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que expirar o prazo para que a nova instituição administradora ou gestora assuma a respectiva função no Fundo, conforme o caso. No prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data em que expirar o prazo para que a nova instituição administradora ou gestora assuma a respectiva função no Fundo, conforme o caso, a Administradora estará autorizada a proceder à liquidação automática do Fundo caso a Assembleia Geral não: (i) nomeie instituição administradora ou gestora, conforme o caso, habilitada para substituir a Administradora ou Gestora, respectivamente, ou (ii) seja realizada em razão de ausência de quorum.

No caso de renúncia, a Administradora, o Custodiante e a Gestora continuarão recebendo as respectivas remunerações até a sua efetiva substituição ou até a liquidação do Fundo, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* até a data em que deixar de exercer suas funções.

No caso de decretação de intervenção ou liquidação da Administradora, esta deverá convocar Assembleia Geral no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do evento de intervenção ou liquidação para deliberar acerca da:

- a. sua substituição no exercício da administração do Fundo; ou
- b. liquidação antecipada do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da Administradora.

A Administradora, em caso de renúncia ou destituição, deverá comunicar o fato imediatamente ao Custodiante e à CVM.

Nos termos do Regulamento, cabe à Administradora contratar, substituir ou destituir a Empresa de Auditoria e a Agência Classificadora de Risco.

#### **5.11. Objetivo e política de Investimento e Composição da Carteira.**

O Fundo tem como objetivo proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante de recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de tempos em tempos, de Direitos Creditórios Performados originados por empresas em que Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e que atendam aos critérios de origemação, formalização e elegibilidade estabelecidos no Regulamento.

Poderão ceder Direitos Creditórios ao Fundo as seguintes empresas nas quais Ideiasnet detém participação societária:

- a. **Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.,;**
- b. **Automatos Tecnologia da Informação Ltda.;**
- c. **Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda.;**



d. **Editora Pini Ltda.;** e

e. **BP S.A.**

Sem prejuízo das empresas listadas acima, outras empresas nas quais a Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, poderão, de tempos em tempos, vir a integrar a lista de Cedentes sem a necessidade de alteração ou aditamento do Regulamento e a critério da Gestora, desde que os seguintes procedimentos sejam observados, cumulativamente: (i) a consulta formal da Gestora à Agência Classificadora de Risco e à Administradora acerca da inclusão de novas Cedentes, devendo referida inclusão resultar necessariamente em manutenção ou melhora da nota de risco das Quotas Seniores do Fundo atribuída pela Agência Classificadora de Risco; e (ii) comunicação por escrito da Gestora aos Quotistas, Administradora e ao Custodiante acerca da inclusão de nova Cedente, a qual deverá ser acompanhada do respectivo relatório de confirmação de nota de risco de que trata o item (i) acima.

A participação de eventuais empresas como Cedentes do Fundo estará condicionada à conclusão, em termos satisfatórios para a Administradora, de procedimento de cadastro destas perante a Administradora. As Cedentes deverão identificar, cadastrar e manter completos e atualizados seus dados cadastrais, de acordo com as normas brasileiras sobre dados cadastrais e as normas aplicáveis em seu país de domicílio, inclusive quanto à suficiência e qualidade de documentos e informações e a periodicidade de seu fornecimento. As Cedentes deverão verificar, ainda, a existência de indícios de crimes de lavagem de dinheiro, ou qualquer outro ilícito contra o SFN.

Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios elegíveis.

Além dos Direitos Creditórios, a Gestora poderá alocar a parcela de até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido exclusivamente nos seguintes ativos financeiros:

- a. moeda corrente nacional;
- b. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c. títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- d. operações compromissadas de até 30 (trinta) dias, lastreadas exclusivamente em ativos previstos nos itens “b” e “c” acima; e
- e. quotas de Fundos de Investimento com categoria classificada pela ANBIMA como Referenciado DI, administrados ou não pela Administradora e geridos ou não pela Gestora, em valor não superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Data de Início do Fundo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos Creditórios.

Mediante apresentação de motivos justificados pela Administradora à CVM e, desde que haja expressa concordância ou autorização desta, e após a sua aprovação pela Assembleia Geral, o prazo de alocação do Patrimônio Líquido poderá ser prorrogado por igual período. Tal prorrogação será comunicada aos Quotistas por meio de envio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento ou por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.



Ocorrendo a prorrogação prevista acima, a prorrogação do prazo para cumprimento da exigência de composição do Patrimônio Líquido ocorrerá automaticamente, independentemente de alteração do Regulamento.

A razão entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em Circulação deverá ser de, no mínimo, 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais). Essa relação deve ser apurada todo dia útil pela Administradora.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima acima, o Quotista detentor de Quotas Subordinadas será imediatamente informado pela Administradora.

O Quotista Subordinado deverá responder ao Aviso de Desenquadramento, impreterivelmente, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se desejam integralizar ou não novas Quotas Subordinadas. Caso deseje integralizar novas Quotas Subordinadas, deverá se comprometer de forma irrevogável e irretratável a prontamente subscrever Quotas Subordinadas no valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima e a integralizar tais novas Quotas Subordinadas no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis também contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Na hipótese do Quotista Subordinado decidir subscrever novas Quotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais Quotas sem a necessidade de autorização de quaisquer Quotistas do Fundo ou de realização de Assembleia Geral.

Na hipótese do Quotista Subordinado não informar tempestivamente à Administradora ou não desejar subscrever novas Quotas Subordinadas, será considerado ocorrido um Evento de Liquidação, devendo-se observar o disposto no Regulamento a respeito do assunto.

O Fundo poderá realizar operações de derivativos de forma a proteger posições detidas à vista na Carteira do Fundo, até o limite destas. As operações com derivativos serão realizadas a exclusivo critério da Gestora, não havendo previsão, no Regulamento do Fundo, de mecanismos de acréscimo, remoção ou substituição de derivativos nem mecanismos de reforço de crédito ou outras garantias envolvendo derivativos.

O Fundo: (i) não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; (ii) não realizará aquisição de Direitos Creditórios que estejam lastreados em outras operações que não as realizadas pelas Cedentes; e (iii) não realizará aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações.

Na data deste Prospecto, não existiam operações de derivativos na Carteira do Fundo. Desse modo, não é possível determinar os efeitos que eventuais operações de derivativos terão sobre a regularidade de amortizações e resgates a serem pagos aos Quotistas, assim como não é possível proceder à descrição destas operações de derivativos, sua estrutura e vigência, eventuais limites existentes e condições que tenham que ser atendidas para que as mesmas possam ser acionadas, bem como informações de como serão suportadas eventuais perdas que não estejam cobertas por tais operações de derivativos. Entretanto, não é esperado que as operações com derivativos afetem o fluxo de pagamento das Quotas Seniores da Primeira Série, inclusive no que se refere às Amortizações Programadas, pois o objetivo das operações com derivativos será o de proteger a carteira de eventual descasamento entre o Benchmark das Quotas Seniores da Primeira Série (pós fixado) e as taxas de desconto (pré fixadas) utilizadas na aquisição dos Direitos Creditórios. Outrossim, o Fundo dispõe de Reserva de Pagamento, cujas condições estão descritas no item 5.17 deste Prospecto, de modo a diminuir os riscos sobre o fluxo de pagamento das Quotas Sêniores da Primeira Série ou das

Amortizações Programadas até o limite do valor da Reserva de Pagamento. Eventuais perdas com as operações de derivativos serão suportados pelos quotistas do Fundo.

O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Devedor, considerando-se qualquer empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico, deverá ser igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida).

#### **5.12. Opções de Troca e Venda de Direitos Creditórios outorgadas pelas Cedentes ao Fundo**

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes outorgaram ao Fundo opção para trocar ou vender os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme condições previstas no item 7.10. deste Prospecto e, em especial, no último parágrafo do sub item 7.10.2 em relação aos efeitos de tais eventos sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos das Quotas.

#### **5.13. Mecanismos de Reforço de Crédito e Outras Garantias.**

Além da Razão Mínima e das garantias que eventualmente estejam vinculadas aos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, o Regulamento do Fundo não exige que os Direitos Creditórios Elegíveis contem com qualquer outro mecanismo de reforço de crédito, seguro ou garantia que possa ajudar ou facilitar o pagamento dos valores devidos aos Quotistas a título de amortização ou resgate das Quotas.

Caso algum Direito Creditório cedido ao Fundo conte com garantia, a forma como a garantia pode ajudar ou facilitar os pagamentos aos titulares das Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo vai depender do tipo de garantia atrelada ao Direito Creditório, a ser verificada no caso concreto. Exemplo: se a garantia for uma fiança, o fiador poderá vir a ser executado pelo Fundo para pagamento do crédito.

Quanto aos Ativos Financeiros, à exceção do previsto no artigo 27 do Regulamento do Fundo, que exige que caso os Ativos Financeiros sejam operações compromissadas, estas devem ser lastreadas exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou títulos de emissão do Banco Central do Brasil, não há exigência de nenhum mecanismo de reforço de crédito ou outras garantias dos Ativos Financeiros que venham a compor a carteira do Fundo.

Cabe destacar, ainda, que, sem prejuízo da possibilidade de alienar os Direitos Creditórios a terceiros, o Fundo poderá trocar, vender às Cedentes ou resolver a cessão de Direitos Creditórios que apresentem inadimplemento, vícios de formalização ou que não atendam aos requisitos previstos no Regulamento e nos Contratos de Cessão, de forma a aumentar a chance de recebimento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, conforme mecanismo e condições descritos no item 7.10. deste Prospecto.

Adicionalmente, a política de cobrança do Fundo, conforme descrita no item 7.9 deste Prospecto, estabelece que, caso a carteira de direitos creditórios do Fundo atinja os níveis de inadimplência previstos em referido item, a cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, independentemente do prazo de atraso, será feita por prestadores de serviços de cobrança ou por advogados, de forma amigável ou judicial, contratadas pelo Fundo, conforme orientação da Gestora, às expensas das Cedentes, observado o disposto no Regulamento.

Em caso de desenquadramento da Razão Mínima, o Fundo poderá recorrer ao Quotista Subordinado para que este manifeste sua intenção de subscrever ou não novas Quotas Subordinadas com a finalidade de recomposição da Razão Mínima. Caso o Quotista Subordinado subscreva as novas Quotas Subordinadas, haverá o reenquadramento da Razão Mínima; caso este não se manifeste tempestivamente ou não deseje subscrever as novas Quotas Subordinadas, será considerado ocorrido um Evento de Liquidação, conforme melhor detalhado no item 5.16.3. deste Prospecto.

Caso os mecanismos acima indicados não sejam suficientes para o adimplemento dos Direitos Creditórios do Fundo, eventuais perdas poderão vir a ser suportadas pelos quotistas do Fundo.

#### **5.14. Gerenciamento de riscos e *Compliance*.**

A administração do Fundo orienta-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, é determinada em comitês, dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiros e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas.

A Administradora verifica a aderência dos fundos e carteiras administradas quanto às definições internas dos produtos, legislação aplicável, mandatos dos clientes, aos respectivos Regulamentos e extrato CVM. A referida verificação é realizada diariamente utilizando as posições de fechamento do dia anterior de acordo com os limites, restrições ou vedações informadas pelo cliente.

Desta forma, as verificações de enquadramento das operações realizadas pela Administradora contemplam os dados consolidados da carteira de investimentos da entidade, de acordo com os critérios cadastrados, previamente informados pelos clientes.

#### **5.15. Características, direitos, condições de emissão, subscrição e integralização das Quotas.**

##### ***5.15.1. Quotas do Fundo.***

Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, aberta, escriturada e controlada pelo ITAÚ UNIBANCO S.A. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

As Quotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o último pagamento de amortização e resgate das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento. Cada uma das Quotas Seniores e das

Quotas Subordinadas conferirão aos seus titulares direito a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas, observado o disposto no Regulamento.

No ato de subscrição das Quotas – tanto Quotas Seniores quanto Quotas Subordinadas – o subscritor: (i) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela Administradora para distribuir Quotas do Fundo; (ii) receberá exemplar do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão, estar ciente: (ii.1) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, e (ii.2) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento; (iii) deverá indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento; e (iv) assinará declaração de que é Investidor Qualificado.

Observado o disposto no Regulamento, as Quotas deverão ser integralizadas à vista.

A integralização das Quotas do Fundo em moeda corrente nacional será efetuada mediante a realização de TED de conta de titularidade do subscritor para conta do Fundo, conforme indicada pela Administradora, observado que as Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios. Na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas em Direitos Creditórios, o Quotista Subordinado celebrará o respectivo Contrato de Cessão e o Termo de Cessão.

#### *5.15.2. Benchmark.*

O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*Benchmark*) para cada série de Quotas Seniores, a ser definida em cada Suplemento, expressa em um percentual acima da Taxa DI, na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP. As Quotas Seniores da Primeira Série têm como *Benchmark* 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) acima da Taxa DI.

O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares das respectivas séries de Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate das mesmas e não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa ou garantia de rentabilidade aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma rentabilidade superior ao *Benchmark* das respectivas séries de Quotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores e respectivas séries.

O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores será definido no respectivo Suplemento de emissão de cada série, conforme previsto no Regulamento.

As Quotas Subordinadas não têm parâmetro nem limite de remuneração definido.

#### **5.16. Quotas Seniores.**

A Administradora, em nome do Fundo, poderá emitir séries subsequentes de Quotas Seniores, observado que:

- a. nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;

- b. a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique o rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em circulação;
- c. o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- d. a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme as Instruções CVM; e
- e. a Razão Mínima, seja mantida, considerando-se a composição do Patrimônio Líquido *pro forma*, após a emissão da nova série de Quotas Seniores.

Nos termos do Regulamento, as emissões de Quotas Seniores da primeira série ou de séries subsequentes poderão, a critério da Administradora, ser distribuídas em uma única ou sucessivas ocasião(ões).

Deverão constar do boletim de subscrição de Quotas Seniores, todas as características da respectiva emissão de Quotas Seniores. Cada emissão de Quotas Seniores, seja a emissão da primeira série ou das séries subsequentes, reputar-se-ão subscritas na data de assinatura do respectivo Boletim de Subscrição.

As Quotas Seniores de qualquer emissão, independentemente se realizadas através de uma ou sucessivas distribuições, deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional.

As Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do Prazo de Distribuição serão necessariamente canceladas pela Administradora, exceto se referido Prazo de Distribuição for prorrogado mediante solicitação à CVM, na forma prescrita na regulamentação em vigor.

O anúncio de início de distribuição pública de cada uma das séries de Quotas Seniores apresentará os termos e condições da respectiva indicação, bem como informará as condições e prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento.

Todas as emissões de Quotas Seniores deverão ser precedidas da elaboração, pela Administradora, de um Suplemento ao Regulamento que contemple todas as características, inclusive o *Benchmark*, para cada série de Quotas Seniores, de acordo com as normas regulamentares pertinentes e com o estabelecido no Regulamento. Cada Suplemento será, ainda, levado para registro, às expensas das Cedentes, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado o Regulamento.

As séries de Quotas Seniores deverão ter prazo de resgate, conforme mencionado no Suplemento.

Observadas as demais condições descritas no Suplemento, as Quotas Seniores da Primeira Série terão as seguintes características:

- a. serão amortizadas, mensalmente, após um período de carência de 12 (doze) meses, sendo que a primeira amortização deverá ocorrer no mesmo dia do 13º (décimo terceiro) mês contado da primeira integralização de Quotas Seniores;
- b. as 47 (quarenta e sete) amortizações seguintes ocorrerão, de forma mensal e sucessiva, no mesmo dia de cada mês subsequente.

- c. Cada Suplemento de emissão de cada série de Quotas Seniores deverá conter, no mínimo, as seguintes características:
- d. quantidade de Quotas Seniores, compreendida como o número máximo e mínimo de Quotas a serem emitidas e colocadas;
- e. valor unitário da quotas, compreendido como o valor de emissão das Quotas, na Data de Emissão;
- f. data de emissão, compreendida como a data em que as Quotas serão emitidas pela Administradora;
- g. amortizações programadas, que compreende os termos, datas e valores de cada amortização prevista para a respectiva série de Quotas;
- h. data de resgate, compreendida como a data de resgate integral das Quotas Seniores de cada série; e
- i. meta de rentabilidade prioritária, entendida como o *Benchmark* de remuneração da respectiva série, obtida pela multiplicação da Taxa DI pelo Fator Multiplicador, conforme disposto no Regulamento.

As Quotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco.

#### *5.16.2. Quotas Subordinadas.*

O Fundo poderá emitir, em uma ou mais ocasiões, uma única série de Quotas Subordinadas, observado que o valor efetivo destas Quotas Subordinadas seja sempre equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido, de forma a respeitar a Razão Mínima definida e exposta no Regulamento. As Quotas Subordinadas de emissão do Fundo serão subscritas exclusivamente por Ideiasnet.

As Quotas Subordinadas serão sempre subscritas de forma privada, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

O Contrato de Subscrição regulará a subscrição e integralização das Quotas Subordinadas, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no Regulamento para a manutenção da Razão Mínima. A integralização das Quotas Subordinadas do Fundo poderá ser efetuada em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios que atendam aos critérios aqui estabelecidos, considerado o Preço de Aquisição nos termos do Regulamento.

A partir da Data de Início do Fundo, as Quotas Subordinadas deverão ter seu valor calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

Qualquer transferência de Quotas Subordinadas somente será realizada após apresentação à Administradora de termo de cessão registrado em Registro de Títulos e Documentos e Contrato de Subscrição assinado pelo adquirente.

As Quotas Subordinadas não poderão ser negociadas no mercado secundário. As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas privadamente, em lote único, e desde que para empresas do mesmo Grupo Econômico a que pertence o Quotista Subordinado e em havendo: (a)



concordância de aporte adicional de recursos ou atendimento aos Avisos de Desenquadramento através da assinatura de Contrato de Subscrição; e (b) o Quotista alienante se obrigue expressamente a responder solidariamente pelas obrigações do Quotista adquirente.

#### 5.16.3. Razão Mínima.

A razão mínima entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação deverá ser de, no mínimo, 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais), conforme apurada todo Dia Útil pela Administradora.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima acima, o Quotista Subordinado será imediatamente informado pela Administradora.

O Quotista Subordinado deverá responder ao Aviso de Desenquadramento, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja subscrever e integralizar ou não novas Quotas Subordinadas com a finalidade de recomposição da Razão Mínima. Caso deseje subscrever e integralizar novas Quotas Subordinadas, deverá se comprometer de forma irrevogável e irretroatável a prontamente subscrever Quotas Subordinadas no valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima e a integralizar tais novas Quotas Subordinadas no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis também contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Na hipótese de o Quotista Subordinado decidir subscrever novas Quotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais Quotas sem a necessidade de autorização de quaisquer Quotistas do Fundo ou de realização de Assembleia Geral.

Na hipótese de o Quotista Subordinado não informar tempestivamente à Administradora ou não desejar subscrever novas Quotas Subordinadas, será considerado ocorrido um Evento de Liquidação, devendo-se observar o disposto no Regulamento a respeito do assunto.

O valor inteiro referencial de cada Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, posterior à Data de Início do Fundo, apurado diariamente pelo Custodiante, será equivalente ao menor valor entre: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião, inteiras ou fracionadas; e (ii)  $VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)]$ , onde:

**VII** = Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior na Data de Subscrição da respectiva série de Quotas Seniores.

**(f1 x f2 x f3 x fj)** = fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior da respectiva série, calculado de acordo com a seguinte expressão:

Os termos (f1,f2, f3, ..., fj) serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fj = [(1 + D_{ij})^{1/252} - 1] + S, \text{ onde}$$

**Fj** = fator diário de correção das cotas seniores.

**Taxa D<sub>ij</sub>** = 100% (cem por cento) da Taxa DI, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, referente ao dia "j".

**S** = Taxa definida em cada suplemento, expressa em percentual ao dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista referente às Quotas Seniores, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *Benchmark*, até a data de observação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembleia Geral para que seja definido pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser aplicado. Neste caso, qualquer Quotista titular de Quotas Subordinadas terá o poder de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral. Até a deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembleia Geral.

#### **5.17. Condições de amortização e resgate das Quotas e Reserva de Pagamento.**

Com relação a cada série de Quotas Seniores em circulação, após a data da primeira integralização de Quotas Seniores da respectiva série, as Quotas Seniores de tal série serão amortizadas periodicamente, conforme as Amortizações Programadas descritas em cada respectivo Suplemento. A data da última Data de Amortização será a Data de Resgate.

Quando o dia de uma Data de Amortização de um dado mês ou a Data de Resgate não for um Dia Útil, a respectiva Data de Amortização ou a Data de Resgate ocorrerá no primeiro Dia Útil subsequente.

Exceto se de outro modo previsto no Regulamento, o resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral prévio de todas as parcelas de amortização e do resgate integral das Quotas Seniores do Fundo. Todas as Quotas Subordinadas concorrerão em igualdade de condições para fins de pagamento de resgate. O pagamento de amortização e de resgate integral das Quotas Seniores do Fundo poderá ser efetivado por meio de cessão de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo somente em caso de liquidação antecipada.

Caso a Razão Mínima seja superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação do Quotista Subordinado, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos, conforme verificados pela Gestora na data de solicitação da Amortização por Excesso de Cobertura:

- a. constituição da Reserva de Pagamento, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento;
- b. liquidação, pelo Fundo, de todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como provisionamento, como exigido pela regulamentação pertinente;
- c. não ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, que eles tenham sido adequadamente sanados, até a data da Amortização por Excesso de Cobertura;
- d. nível de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios (considerada como o conjunto de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 1 (um) dia, no dia da pretendida amortização) menor do que 5% (cinco por cento) da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo; e



- e. os 5 (cinco) maiores sacados não podem, em conjunto, representar mais que 15% (quinze por cento) do Patrimônio do Fundo.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, não realizar a Amortização por Excesso de Cobertura.

A ocorrência de Excesso de Cobertura será apurada ao término dos pagamentos de cada amortização periódica, conforme solicitação da Gestora, e será comunicada pela Administradora ao Quotista Subordinado. As Amortizações por Excesso de Cobertura serão efetuadas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 5.18, e desde que o Patrimônio Líquido assim permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à amortização das Quotas Seniores, cujo valor será obtido através das informações de cada Suplemento.

A Gestora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores. Para tanto, a Gestora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e/ou iniciar a liquidação de aplicações em Ativos Financeiros que não apresentem liquidez diária, de modo a assegurar que, a partir de 90 (noventa) dias corridos antes de cada Data de Amortização, o Fundo sempre mantenha recursos em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) cuja soma seja equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão, e, a partir de 60 (sessenta) dias, a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Administradora poderá determinar, unilateralmente, amortizações parciais e/ou integrais de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados pela Administradora.

Os titulares das Quotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Uma vez tendo recebido os recursos decorrentes da Amortização ou resgate de suas Quotas, o Quotista beneficiário dará à Administradora, em nome do Fundo, a mais ampla e irrevogável e irretratável quitação.

Quaisquer impostos, contribuições ou taxas que legalmente incidam sobre os recursos referentes ao resgate ou amortização de Quotas do Fundo serão retidos pelo Fundo e deduzidos dos valores em questão, não cabendo ao Quotista qualquer tipo de compensação.

O Agente Escriturador efetuará o pagamento das Amortizações ou resgates de Quotas mediante a realização de DOC ou TED para a conta do Quotista, mediante instrução da Administradora.

Os pagamentos serão feitos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Fundo efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas em Direitos Creditórios.

#### **5.18. Ordem de alocação dos recursos.**

Diariamente, a partir da Data de Início do Fundo e até a sua liquidação, a Administradora e a Gestora obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às suas exigibilidades, obrigatoriamente na seguinte ordem de preferência:

- a. pagamento dos Encargos do Fundo;
- b. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c. pagamento dos valores referentes à Amortização periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- d. formação de Reserva de Pagamento;
- e. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- f. novas aquisições de Direitos Creditórios, desde que observado o disposto no Regulamento.

Sem prejuízo do previsto no Regulamento e, em conformidade com a ordem contemplada acima, na ocorrência de qualquer: (a) Evento de Avaliação, será interrompido o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Subordinadas, não sendo prejudicado o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Seniores; e (b) Evento de Liquidação, será interrompido o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Subordinadas e Quotas Seniores.

#### **5.19. Avaliação dos ativos do Fundo.**

Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem ser registrados pelo seu Preço de Aquisição.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos na Resolução n.º 2.682 do Conselho Monetário Nacional, de 21 de dezembro de 1999 e de acordo com o plano contábil das Instituições do SFN, criado pela Circular n.º 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou outro plano contábil que, eventualmente venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

Os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, serão contabilizados por seu Preço de Aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento. Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos Creditórios que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira. A partir da Data de Provisionamento, o Direito Creditório não pago deverá

ser provisionado como crédito de liquidação duvidosa, para fins de determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

A partir da Data de Provisionamento, as perdas reconhecidas e as provisões realizadas mensalmente pelo Custodiante com os Direitos Creditórios serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na tabela abaixo. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

## 5.20. Assembleia Geral de Quotistas.

É de competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:

- tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- alterar as disposições do Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas no Regulamento que acarretem a sua alteração;
- deliberar sobre a substituição ou destituição da Administradora e/ou da Gestora;
- eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) nos termos do Regulamento;
- deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

- f. deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- g. deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- h. resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- i. resolver se, na ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- j. alterar o *Benchmark* na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como base de cálculo do referencial de rentabilidade das Quotas Seniores;
- k. deliberar sobre a alteração no Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
- l. deliberar sobre alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual as Cedentes cederão os Direitos Creditórios, bem como a forma pela qual o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo, observado o disposto no Regulamento;
- m. deliberar sobre alterações dos Critérios de Elegibilidade para aquisição de Direitos Creditórios, ou das Condições de Cessão necessárias à tal aquisição, observado o disposto no Regulamento;
- n. deliberar sobre as despesas de que trata o Capítulo XVIII do Regulamento; e
- o. deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às determinações da CVM ou em consequência de normas legais ou regulamentares, hipótese em que deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Quotistas, conforme as regras de divulgação previstas no Regulamento.

As Quotas Seniores conferirão a seus titulares direito de voto em todas as matérias deliberadas pela assembleia geral de quotistas.

O Quotista Subordinado tem o direito de vetar qualquer deliberação relativa às matérias indicadas nos itens “k”, “l”, “m”, “n” e “o” do rol de competência da Assembleia Geral de Quotistas.

O quorum de deliberação das matérias indicadas acima seguem indicados a seguir:

- a. dependerá dos votos favoráveis dos titulares de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Quotas do Fundo toda e qualquer deliberação referente às matérias indicadas nos itens “c”, “f”, “g”, e “l”;
- b. a deliberação a respeito das matérias indicadas nos itens “a” e “e” dependerá, em 1ª convocação, de aprovação pela maioria das Quotas emitidas e, em 2ª convocação, do quorum previsto no item “d” abaixo.
- c. a aprovação da prorrogação do Prazo de Duração do Fundo dependerá da aprovação unânime do Quotista Subordinado e de todos os Quotistas Seniores.

- d. ressalvado o disposto nos itens acima, toda e qualquer matéria submetida à deliberação da Assembleia Geral será aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos Quotistas presentes ao conclave assemblear.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- não ser titular de Quotas Subordinadas;
- não exercer cargo ou função na Administradora ou suas Partes Relacionadas; e
- não exercer cargo de administração ou ser funcionário das Cedentes ou suas Partes Relacionadas.

Os representantes dos Quotistas eventualmente nomeados conforme acima não farão *jus*, em nenhuma circunstância, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Gestora ou das Cedentes para exercerem tal função.

A convocação de Assembleia Geral de Quotistas será feita pela Administradora, por meio de correspondência eletrônica ou por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista, ou por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, indicando: (i) o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral; e (ii) a ordem do dia e descrição dos assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica ou da publicação do respectivo anúncio.

Não se realizando a Assembleia Geral, será enviada novamente carta ou correio eletrônico ou publicado anúncio de convocação no periódico previsto no Regulamento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A segunda convocação poderá ser feita juntamente com o anúncio ou correspondência/carta de primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecem a totalidade dos Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

Além da ocasião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação da Administradora, a seu critério, ou mediante solicitação à Administradora por titulares de Quotas do Fundo que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas – independentemente da classe ou série.

A presidência da Assembleia Geral caberá ao representante eleito pela maioria dos Quotistas presentes entre aqueles indicados pelos Quotistas, todos presentes à Assembleia Geral.

Os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas do Fundo poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco, para participarem das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem as tenha convocado, os representantes da Administradora e da Gestora deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais, e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Somente poderão votar nas Assembleias Gerais os quotistas inscritos no “Registro dos Quotistas” ou na conta de depósito até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.

Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral os representantes legais dos Quotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Administradora, salvo motivo de força maior, sendo vedada a sua realização fora da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

As Assembleias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) Quotista.

Os representantes legais ou os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano poderão votar nas Assembleias Gerais de Quotistas.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto que tenham proferido neste evento.

Das Assembleias Gerais serão lavradas atas de Assembleias Gerais, as quais, para sua validade, deverão ser assinadas por todos os Quotistas presentes.

As deliberações tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta ou correio eletrônico endereçado a cada Quotista. As atas de Assembleias Gerais serão encaminhadas à CVM e aos demais agentes de mercado sempre que necessário, na forma e nos prazos previstos na legislação.

## **5.21. Política de Voto.**

A Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais, disciplinando os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orientará as decisões da Gestora em assembleias gerais de quotistas dos fundos nos quais o Fundo detiver títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto, e nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto. A versão integral da Política de Voto da Gestora encontra-se disposta no *website* da Gestora, no endereço eletrônico [http://www.mercattorj.com.br/politica\\_de\\_voto.pdf](http://www.mercattorj.com.br/politica_de_voto.pdf).

## 5.22. Eventos de Avaliação e de Liquidação do Fundo.

### 5.22.1. Eventos de Avaliação.

São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências, a partir do momento em que a Administradora tomar ciência de sua ocorrência:

- a. aquisição reiterada, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão, conforme apurado pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante;
- b. rebaixamento, maior que 2 (duas) notas, do *rating* das Quotas Seniores de qualquer série em circulação, de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela Agência Classificadora de Risco ou outro critério equivalente adotado por agência de classificação de risco que venha a substituí-la, observada a Tabela de Equivalência de Níveis contida no Anexo 77 ao Regulamento;
- c. alteração do Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afetem ou possam afetar prejudicialmente a performance do Fundo, a critério da Gestora, conforme notificação neste sentido à Administradora;
- d. caso a Administradora ou a Gestora entendam que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;
- e. caso o relatório de verificação do lastro por amostragem elaborado pelo Custodiante identifique irregularidades nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, incluindo a ausência de Termos de Aceite, maior do que 30% (trinta por cento) do universo analisado;
- f. caso qualquer das Cedentes deixe de: (i) ressarcir o Fundo dos valores relativos às despesas para a salvaguarda de seus direitos relativos aos Créditos, após o decurso do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis previsto no item 5.2.2. dos respectivos Contratos de Cessão; ou (ii) ressarcir ou se recuse a ressarcir o Fundo do valor do preço de aquisição pago pelos Créditos objeto de resolução da respectiva cessão após o decurso do prazo de 24 (vinte e quatro) horas previsto nos respectivos Contratos de Cessão;
- g. caso qualquer das Cedentes deixe de informar prontamente qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira conforme evidenciada pelas últimas demonstrações financeiras apresentadas ao Fundo que possam afetar sua a decisão de adquirir Créditos da respectiva Cedente;
- h. o inadimplemento de 30% (trinta por cento) dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por qualquer Cedente cujo total de Direitos Creditórios por ela cedido ao Fundo represente 10% (dez por cento) ou mais da Carteira de Direitos Creditórios; e
- i. caso qualquer das Cedentes deixem de comunicar ao Fundo a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva nos termos dos Contratos de Cessão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do seu conhecimento do fato.

**A Administradora não monitorará ativamente a ocorrência dos Eventos de Avaliação listados acima.** Na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, a Administradora: (i) comunicará os Quotistas acerca do fato nos termos do Regulamento; (ii) suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) convocará uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau



de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação ou a Assembleia Geral mencionada acima não se realize por falta de quorum, serão adotados os procedimentos próprios definidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

Se a Assembleia Geral de Quotistas deliberar que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, será assegurada aos Quotistas titulares de Quotas Seniores dissidentes a possibilidade de solicitar o resgate antecipado de suas Quotas pelo valor de suas respectivas Quotas Seniores à época da deliberação da Assembleia Geral.

#### *5.22.2. Eventos de Liquidação.*

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação aplicável, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências, a partir do momento em que a Administradora tomar ciência de sua ocorrência:

- a. a totalidade das Quotas Seniores em circulação não seja totalmente integralizada, exceto se houver cancelamento de Quotas não subscritas ou prorrogação de prazo, expressamente autorizada pela CVM;
- b. caso haja atraso no pagamento do resgate ou das amortizações das Quotas Seniores previstos no Regulamento;
- c. caso haja decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação: (i) às Cedentes e/ou a Ideiasnet; ou (ii) ao Custodiante; ou (iii) à Administradora; ou (iv) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- d. deliberação nesse sentido da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo;
- e. caso os Quotistas venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação ou a Assembleia Geral ali prevista não se realize por falta de quorum;
- f. caso não ocorra a substituição da Administradora nos casos previstos no Regulamento, sendo que, nesta hipótese, fica facultado à Administradora, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- g. rescisão do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o Fundo, sem que seja nomeado substituto;
- h. caso o Quotista Subordinado, após o recebimento de um Aviso de Desenquadramento, não proceda à integralização de Quotas, nos termos previstos no Regulamento;
- i. caso as Cedentes pratiquem qualquer ato que, inequivocamente, implique tentativa de impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos Bancários ou o Procedimento de Recebimento das Faturas; e



- j. caso exista evidência de que as Cedentes tenham permitido a cessão dos Direitos Creditórios sem lastro e não sanem tal ocorrência no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que receber notificação escrita do Fundo neste sentido.

**A Administradora não monitorará ativamente a ocorrência dos Eventos de Liquidação listados acima.** Assim que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Na ocorrência da hipótese de ocorrência de Eventos de Liquidação, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, inclusive sobre a possibilidade de entrega de Direitos Creditórios ou outros ativos aos Quotistas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção da liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, que ocorrerá no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da realização da Assembleia Geral. Caso a Assembleia Geral não se realize por falta de quorum, a Administradora iniciará os procedimentos de liquidação previstos abaixo.

Observada a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo vedada qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores, devendo ser observado, no que couber, as disposições do Regulamento.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Administradora poderá realizar o resgate das Quotas Seniores:

- a. após deliberação dos Quotistas nesse sentido, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, proporcionalmente à participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas Seniores em circulação, cedendo a cada titular de Quotas Seniores Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros em valor equivalente a tal participação. Eventuais frações existentes para se chegar ao valor integral do resgate das Quotas Seniores poderão ser ajustadas entre os titulares dessas Quotas Seniores. Para o fim de efetuar o resgate ora previsto, a forma de pagamento aos titulares de Quotas Seniores poderá ser composta, a critério da Administradora, por Direitos Creditórios ou de Ativos Financeiros, sempre que possível de forma proporcional, dependendo do modo como a Carteira do Fundo estiver formada e do montante total e individual do resgate a ser realizado para os titulares de Quotas Seniores; ou
- b. caso não seja possível a aplicação do item anterior, por qualquer motivo, inclusive na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios ou dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, caso a Assembleia Geral não tenha se realizado por falta de quorum, ou se os Quotistas assim deliberarem, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares de Quotas Seniores constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. A Administradora deverá: (i) notificar os titulares das Quotas Seniores para que eles elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na

forma do Artigo 1.323 do Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002); e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas Seniores faz *jus*.

Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio a ser formado de acordo com o item “b” supra, essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria dessas Quotas Seniores em circulação. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

As Cedentes, na qualidade de fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, deverão garantir a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo o acesso aos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da Assembleia Geral de Quotistas ou da data em que tal Assembleia estava marcada para ser realizada, caso a mesma não tenha sido realizada por falta de quorum. Neste prazo, os Quotistas, na hipótese do item “a” acima, e o administrador do condomínio a ser formado na hipótese do item “b” acima, indicarão à Administradora e à Cedente a hora e local para que seja feita a entrega dos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, supra mencionados. Expirado este prazo, a Administradora ou a Cedente poderão promover a consignação dos mencionados documentos, na forma do Artigo 334 do Código Civil.

O Fundo será liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, no último dia do 120º mês após a Data de Início do Fundo, exceto na ocorrência de Evento de Liquidação, observadas as disposições acima, ou se os Quotistas, por unanimidade, conforme previsto no CAPÍTULO XVI do Regulamento, decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto no Regulamento, sendo permitido o resgate em Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos no Regulamento.

### **5.23. Taxa de Administração.**

Pela administração do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a um percentual sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado à taxa de 0,65% (sessenta e cinco centésimos percentuais) ao ano, observada uma remuneração mínima mensal de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais).

A Taxa de Administração será apurada diariamente e paga mensalmente à Administradora, por período vencido, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente à Data de Início do Fundo, proporcionalmente ao número de dias efetivamente decorridos entre a mencionada data e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Não serão cobradas taxas de performance dos quotistas e nem serão cobradas taxas de ingresso e saída do Fundo.

### **5.24. Encargos do Fundo.**

#### **5.24.1. Encargos previstos.**

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d. honorários e despesas da Empresa de Auditoria encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleias Gerais de Quotistas;
- h. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i. a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j. despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco.

A Administradora pode estabelecer, nos termos do Regulamento, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, inclusive a remuneração da Gestora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Quaisquer despesas indispensáveis ao funcionamento do Fundo que não estejam previstas como Encargos do Fundo acima correrão por conta da Administradora.

#### *5.24.2. Remuneração dos prestadores de serviços ao Fundo.*

Além da Taxa de Administração, o Fundo terá as seguintes despesas, a serem pagas conforme indicado a seguir:

- a. remuneração da Empresa de Auditoria: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a serem pagos em uma única parcela com vencimento 30 (trinta) dias após a data de exercício social do fundo. Tal despesa será de responsabilidade do Fundo.
- b. remuneração do Custodiante: receberá como taxa de custódia mensal equivalente a um percentual sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado à taxa de 0,28% (vinte e oito centésimos percentuais) ao ano, observada uma remuneração mínima mensal de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Tal despesa será de responsabilidade do Fundo.
- c. remuneração do Agente Escriturador: (i) taxa de implantação no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), (ii) R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) mensais fixos e R\$ 1,5141

mensais fixos por quotista, acrescidos de eventuais custos variáveis previstos no Anexo II do Contrato de Escrituração, conforme eventos e movimentações ocorridos apurados de acordo com os serviços efetivamente prestados pelo Agente Escriturador. Tais despesas serão de responsabilidade da Administradora.

- d. remuneração da Agência Classificadora de Risco: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) anuais pagos trimestralmente em parcelas iguais. Tal despesa será de responsabilidade do Fundo. A remuneração inicial com a contratação e obtenção do rating para as Quotas Seniores da Primeira Série, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme indicado no item 3.4. – Custo da Distribuição deste Prospecto, é de responsabilidade da Ideiasnet.
- e. remuneração da Gestora: nos termos do contrato de gestão, a Gestora receberá do Fundo remuneração decorrente de percentual variável e residual da Taxa de Administração paga à Administradora, após os pagamentos dos demais prestadores de serviços, conforme a seguinte ordem de preferência:
  - (i) a Administradora receberá 0,18% (dezoito centésimos por cento) da Taxa de Administração ou o mínimo mensal de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais);
  - (ii) o Agente Escriturador do Fundo receberá remuneração mensal variável, conforme as condições estabelecidas nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Quotas; e
  - (iii) após os pagamentos feitos ao Agente Escriturador, o valor residual da taxa de administração será paga à Gestora.

As disponibilidades do Fundo deverão ser utilizadas observando-se a ordem de alocação dos recursos previstas no item 5.18 acima,

Adicionalmente a referidas despesas, em contrapartida ao serviço de distribuição das Quotas Seniores objeto da presente Oferta, o Agente Autônomo fará jus a uma remuneração equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos percentuais) do valor total de Quotas Seniores da Primeira Série distribuídas. Nos termos do Contrato de Mediação e Distribuição, a remuneração do Agente Autônomo será integralmente suportada pela Ideiasnet, controladora das Cedentes após liquidação financeira da Oferta, conforme constante do item 3.4. deste Prospecto.

## **5.25. Política de divulgação de informações.**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado aos Quotistas.

As publicações deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que colocarem as Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido no Regulamento deverá ser precedida de comunicado por meio de aviso aos Quotistas.

A divulgação anual do valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil e dos relatórios da Agência Classificadora de Risco poderá ser realizada por

meio de entidades de classe de instituições do SFN, desde que realizada em jornais de ampla veiculação.

No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês calendário, a Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e (iii) o comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá conter, sem prejuízo de outras informações exigidas pela legislação aplicável, a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco às Quotas Seniores, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com as normas editadas pela CVM.

#### **5.26. Demonstrações Financeiras.**

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa à Administradora e ao Custodiante. O exercício social do Fundo terá duração de 1 (um) ano, com encerramento em 30 de junho de cada ano.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por Empresa de Auditoria registrada na CVM.

## **VI. TRIBUTAÇÃO.**

---

## TRIBUTAÇÃO

*O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.*

### **6.1. Tributação Aplicável aos Quotistas.**

#### *6.1.1. IOF/Títulos.*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos. Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento com operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, não estão sujeitas ao IOF/Títulos, atualmente.

Ressalte-se que a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos percentuais) ao dia, contudo, a alíquota majorada será cobrada com relação ao fato gerador (resgate, amortização, liquidação, cessão ou repactuação) que ocorrer após a entrada em vigor da alíquota majorada.

#### *6.1.2. IOF/Câmbio.*

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, como regra geral, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos percentuais).

Os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estarão sujeitos à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 2% (dois por cento).

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### *6.1.3. Imposto de Renda.*

O imposto de renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base o domicílio dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil e (b) no exterior; e três eventos financeiros que caracterizam o aferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo.

#### *6.1.4. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil.*

Os rendimentos produzidos a partir de 1º de janeiro de 2005, decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte de acordo com as regras mencionadas abaixo.

Para Quotistas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliados no Brasil os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados pelo imposto de renda na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

##### Para fundos com carteira de longo prazo:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias; e
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15% (quinze por cento). Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

##### Para fundos com carteira de curto prazo:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias; e
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos percentuais), essa retenção ocorrerá sobre o valor de alienação e não sobre o rendimento auferido e o valor do imposto retido poderá ser utilizado para compensação com valores devidos a título de imposto de renda de fonte.

Os fundos fechados não estão sujeitos à sistemática de “come quotas”.

A instituição administradora do Fundo será responsável pela retenção do imposto de renda na fonte nos casos de (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo ou (ii) amortização das Quotas do Fundo. Na cessão ou alienação das Quotas, o imposto de renda deverá ser apurado e pago pelo próprio investidor, até o último dia útil do mês subsequente ao da sua apuração.

A tributação do imposto de renda é definitiva no caso de investidores pessoas físicas, entidades isentas e pessoas jurídicas sujeita ao regime do SIMPLES. Por outro lado, com relação aos investidores pessoas jurídicas, o imposto de renda na fonte será considerado antecipação do imposto devido no final do período de apuração e a variação positiva do valor da Quota integrará a base de cálculo do IRPJ e da CSLL da pessoa jurídica.



Finalmente, as instituições financeiras, sociedades de seguro e de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, sociedades corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedades distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedades de arrendamento mercantil ficam dispensadas da retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos em decorrência da cessão, alienação, amortização ou resgate das Quotas do Fundo.

#### *6.1.5. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior.*

Aos Investidores Qualificados, é aplicável tratamento tributário específico, determinado em função de residirem ou não em país ou Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação.

Considera-se Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação para fins da legislação brasileira aplicável a investimentos estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, os países e jurisdições que não tributem a renda ou capital, ou que o fazem à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

- Investidores Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação e registrados de acordo com a Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
  - Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento), ainda que negociados em bolsa ou em mercado de balcão.
  - Na situação de resgate ou amortização de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento).
- Investidores Qualificados Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação
  - Os Investidores Qualificados residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação não se beneficiam do tratamento descrito no item anterior, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao imposto de renda aplicável às pessoas físicas Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização, resgate e cessão.

#### *a. Contribuições Sociais.*

O investidor pessoa jurídica também está sujeito à incidência de CSLL que possui base de cálculo similar ao imposto de renda e incide sobre o lucro líquido ajustado com adições, exclusões e deduções previstas em lei. Como regra geral, a CSLL incide à alíquota de 9% (nove por cento), com exceção para as instituições financeiras e demais instituições previstas na Lei Complementar nº. 105 de 10.1.2001, as quais estão sujeitas à CSLL à alíquota de 15% (quinze por cento).

#### *b. CPMF.*

A partir de 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro pode, observado o trâmite legal aplicável, propor o restabelecimento da CPMF. Caso o governo brasileiro decida reinstituir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada a legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

### c. Outras Considerações.

No caso de Quotistas residentes em países signatários de tratados para evitar a bi-tributação com o Brasil, deve-se observar as regras de tributação dispostas no tratado, podendo haver alteração nas regras acima expostas.

#### *6.1.6. Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal.*

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos percentuais).

## **6.2. Tributação Aplicável ao Fundo.**

### *6.2.1. IOF/Títulos.*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos percentuais) ao dia.

### *6.2.2. Imposto de Renda/CSL/PIS/COFINS.*

Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos na alienação, liquidação, resgate, cessão ou repactuação dos títulos, aplicações financeiras e valores mobiliários integrantes das carteiras Fundo estão isentos do imposto de renda, de acordo com o artigo 28, §10º da Lei nº. 9.532 de 10 de dezembro de 1997.

Além disso, os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo também não estarão sujeitos à incidência da CSLL, PIS e COFINS, pois o Fundo não possui personalidade jurídica.

### *6.2.3. CPMF.*

Até 31 de dezembro de 2007, as operações realizadas por fundos de investimento, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira do Fundo e o pagamento realizado no resgate das respectivas quotas, estavam sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

Desde 1º de janeiro de 2008, a CPMF não mais vigora e não deve incidir sobre qualquer transferência de fundos realizada após essa data. O governo Brasileiro pode, observado o trâmite legal aplicável, propor o restabelecimento da CPMF, ainda que sob outra denominação. Caso o governo brasileiro decida reinstituir a cobrança da CPMF, apenas operações ocorridas após aprovada a legislação correlata e expirado o prazo legal para sua aplicação serão oneradas por essa contribuição.

### *6.2.4. Outras Incidências.*

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

## **VII. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO.**

## OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO

### 7.1. Direitos Creditórios.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão aqueles direitos creditórios Performados originados por empresas em que Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes e como devedores, os clientes finais das Cedentes.

Os Direitos Creditórios que constituirão a carteira do Fundo serão oriundos dos segmentos de (a) e-commerce, (b) infra-estrutura e telecomunicações e (c) mídia, comunicação e conteúdo, nos quais as Cedentes atuam, oferecendo serviços e produtos, tais como *hardware*, *software*, componentes, suprimentos.

As principais Cedentes dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo nesta data atendem a uma demanda corporativa por serviços de comunicação, serviços *mobile* e tráfego de dados, mediante a oferta de banda larga melhor e mais barata, aplicativos e ferramentas de acesso à rede mundial de computadores (*Internet*), além de atuarem, inclusive, no pós-venda, mediante a prestação de serviços.

No futuro, de acordo com a Política de Investimento e desde que atendidos os requisitos dos Critérios de Elegibilidade, poderão ser adquiridos direitos creditórios oriundos de novas atividades, oriundas dos segmentos mencionados acima ou mesmo de outros segmentos não contemplados neste Prospecto.

#### 7.1.1. Taxas de Desconto.

A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo ou cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, será celebrada sempre com uma Taxa de Desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório, a ser estabelecida em cada operação de aquisição ou cessão ao Fundo de Direito Creditório, observada uma taxa de desconto mínima equivalente à Taxa DI acrescida de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos percentuais), conforme descrita no item 7.7 abaixo. Diante do fato de que na data deste Prospecto inexistia qualquer Direito Creditório na Carteira do Fundo, não é possível informar taxas de desconto já praticadas pela Administradora ou pela Gestora nas operações do Fundo.

#### 7.1.2. Características e informações sobre os Direitos Creditórios Elegíveis.

Na data deste Prospecto, inexistia qualquer Direito Creditório Elegível ou Ativo Financeiro na Carteira do Fundo, ou qualquer Direito Creditório ou Ativo Financeiro pré-selecionado pela Gestora para aquisição pelo Fundo ou cessão ao Fundo. Desse modo, não é possível fornecer informações relativas às características de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou adquiridos pelo Fundo, níveis de concentração de devedores e originadores da Carteira abrangendo a periodicidade e condições de pagamento, situações de pré-pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis, com indicação de possíveis efeitos dessas situações sobre a rentabilidade das Quotas, eventos que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos Creditórios Elegíveis, bem como quaisquer outros fatos que possam afetar a regularidade das amortizações e resgates das Quotas.

Conforme indicado no item 7.4 “e” e “g” deste Prospecto, a concentração por devedor (considerado, para este fim, todos os participantes de um mesmo grupo econômico) está limitada a um máximo 5%

da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e os 5 maiores devedores não poderão, em conjunto, representar mais que 15% da carteira de Direitos Creditórios.

Tendo em vista a diversidade das áreas de atuação das Cedentes do Fundo não é possível identificar características homogêneas a todos os Devedores, exceto pelo fato de que estes preenchem os requisitos estabelecidos no Regulamento e nos Contratos de Cessão. Contudo, é possível identificar determinadas características homogêneas em relação aos devedores dos Direitos Creditórios originados por uma mesma Cedente, conforme segue:

- a. **Officer:** das vendas totais desta Cedente, 50% são para usuários finais e 50% para revendas. Entretanto, cerca de 90% das vendas totais são intermediadas por um revendedor. As vendas que não são intermediadas por revendedores são para o governo ou grandes redes varejistas;
- b. **Softcorp:** não é possível homogeneizar os devedores da Softcorp por se tratar de uma revenda de *softwares* e equipamentos que atende a todo tipo de indústria e sociedade (farmacêutica, automotiva, mecânica, serviços e financeiro);
- c. **Automatos:** Com faturamento bastante pulverizado entre devedores de diferentes setores de atuação, pode-se citar que os devedores mais relevantes desta Cedente encontram-se nos setores financeiro (cerca de 25% do faturamento), telecomunicações (cerca de 20% do faturamento) e serviços (cerca de 17% do faturamento);
- d. **Pini e BP:** Em geral, seus clientes são do setor de construção civil, como construtoras, escritórios de arquitetura, incorporadoras, profissionais liberais do ramo e fornecedores do setor.

## 7.2. Política de Concessão de Crédito.

As Cedentes serão responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que, entre outros, compõem a Política de Concessão de Crédito:

- a. Perfil Cadastral: análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ) e etc.;
- b. Dados Cadastrais: pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores;
- c. Referências: referências bancárias, comerciais, de crédito, de contadores (para pessoas jurídicas), e outras referências que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente; e
- d. Histórico de Adimplemento: análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente.

### **7.3. Condições para Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.**

As Cedentes deverão celebrar com o Fundo, este devidamente representado por sua Administradora, o respectivo Contrato de Cessão, que estabelecerá as condições gerais aplicáveis a todas as operações de cessão entre as mencionadas partes. Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada entre as Cedentes e o Fundo mediante a formalização de Termo de Cessão na forma prevista no respectivo Contrato de Cessão.

Concomitantemente à celebração de cada Termo de Cessão, as Cedentes deverão assinar, juntamente com o Fundo, todo e qualquer documento que venha a ser necessário ou exigido para a efetivação da cessão perante o Devedor e terceiros.

As Cedentes declararão e garantirão, na forma do respectivo Contrato de Cessão, que todo e qualquer Direito Creditório que indicar ou efetivamente ceder ao Fundo atenderá, na data da respectiva cessão e continuará a atender até a liquidação do Direito Creditório, às seguintes Condições de Cessão e, cumulativamente, envia seus melhores esforços para que referidos Direitos Creditórios atendam, na mesma data, aos Critérios de Elegibilidade, indicados no item 7.4. abaixo deste Prospecto:

- a. os Direitos Creditórios devem: (i) ser originados de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços realizados pelas Cedentes a seus Clientes; e (ii) estar livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, gravames, restrições ou pendências de quaisquer natureza;
- b. os Direitos Creditórios, no momento do envio do Arquivo Magnético, devem referir-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso, e originados com o prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.
- c. os Direitos Creditórios foram constituídos e estão de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Regulamento e no respectivo Contrato de Cessão.
- d. os Clientes não estão em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente.
- e. os Direitos Creditórios estão obrigatoriamente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias, com as correspondentes notas fiscais e os respectivos Boletos Bancários; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços e, neste caso, estão necessariamente acompanhados do respectivo Termo de Aceite firmado pelo respectivo Cliente.
- f. os boletos bancários ou de cobrança original representativos de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo anteriormente emitidos aos Clientes deverão ter sido cancelados e substituídos por novos boletos bancários do ITAÚ UNIBANCO S.A. , para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao ITAÚ UNIBANCO S.A. , e estes indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Cliente. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.
- g. as Faturas cedidas ao Fundo estão obrigatoriamente acompanhadas pelo respectivo Termo de Aceite.
- h. a Cedente está adimplente com suas obrigações para com o Fundo, incluindo, sem limitação, a obrigação de indenizar o Fundo pelas despesas relacionadas à salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios.

- i. os Direitos Creditórios não foram cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de negociação dos Direitos Creditórios contempladas no respectivo Contrato de Cessão.
- j. a Cedente ter cumprido correta e tempestivamente as obrigações previstas na Cláusula III do respectivo Contrato de Cessão, nas cessões anteriormente realizadas para o Fundo.

Nos termos dos Contratos de Cessão, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo é realizada em caráter definitivo. Entretanto, não obstante o aperfeiçoamento das providências necessárias à completa formalização da cessão, os Direitos Creditórios poderão ser cedidos ou vendidos pelo Fundo às Cedentes nas hipóteses previstas no Regulamento e nos Contratos de Cessão, notadamente a Opção de Troca e a Opção de Venda, conforme descritas no item 7.10. deste Prospecto.

#### **7.4. Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios.**

Além das condições detalhadas acima, somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que atendam aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a. O prazo de vencimento de cada um dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não será superior ao prazo da última série de Quotas Seniores em circulação;
- b. O Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não poderá estar inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- c. O Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Banco Central do Brasil e sua inscrição no CNPJ/MF, conforme o caso, deverá estar ativa;
- d. O Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA ou no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, em razão de títulos protestados;
- e. O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Devedor, considerando-se qualquer empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico, deverá ser igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida);
- f. Os Direitos Creditórios deverão ter prazo de vencimento mínimo de 7 (sete) Dias Úteis e máximo de 100 (cem) Dias Úteis contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório;
- g. O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelos 5 (cinco) maiores Devedores, considerando-se qualquer empresa do seu Grupo Econômico, deverá ser igual ou inferior a 15% (quinze por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida); e
- h. Na data da cessão, os direitos creditórios deverão ter sido originados com prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.



Com vistas a aumentar as chances de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e de reduzir o risco de crédito dos respectivos Devedores, a Assembleia Geral de Quotistas, respeitado o quorum do Capítulo XVI do Regulamento, poderá, a qualquer tempo, estabelecer: (i) critérios adicionais de elegibilidade para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo em acréscimo àqueles previstos no Regulamento, desde que previamente discutidos e acordados por escrito com a Administradora, o Custodiante e com as Cedentes; e (ii) alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual as Cedentes cederão os Direitos Creditórios, bem como sobre a forma pela qual o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo, desde que previamente discutidas e acordadas com a Administradora, o Custodiante e com as Cedentes

Caberá ao Custodiante, em relação aos Direitos Creditórios, somente a verificação e validação quanto ao atendimento aos Critérios de Elegibilidade.

A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade do Direito Creditório, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra as Cedentes ou suas Partes Relacionadas, exceto na hipótese de culpa, má-fé ou dolo na cessão de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo.

A Administradora ou a Gestora, conforme o caso, poderá recusar a indicação de Direitos Creditórios, ainda que estejam enquadrados nos Critérios de Elegibilidade, em defesa dos interesses do Fundo.

## **7.5. Originação e Formalização dos Direitos Creditórios.**

Os Direitos Creditórios passíveis de serem adquiridos pelo Fundo junto às Cedentes serão aqueles originários de compra e venda de mercadorias e de prestação de serviços, todos Direitos Creditórios Performados, e devidamente constituídos e formalizados perante os clientes finais das respectivas Cedentes. As Cedentes serão responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta de critérios que compõem a Política de Concessão de Crédito, conforme indicada no item 7.2. acima deste Prospecto.

Nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, as Cedentes responderão pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e validade, eficácia e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência, certeza e validade dos Documentos Comprobatórios, suas garantias e ou outros instrumentos vinculados. As Cedentes e suas Partes Relacionadas não responderão pela solvência dos Devedores dos referidos Direitos Creditórios. O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e validade dos Direitos Creditórios, bem como pela solvência e correta formalização dos Direitos Creditórios nem pela solvência dos Clientes, devendo ser observado o disposto no Regulamento.

As Cedentes farão a guarda dos documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização dos Documentos Comprobatórios, de seus respectivos anexos, garantias e outros instrumentos vinculados, inclusive os Boletos Bancários, as Faturas e os Termos de Aceite, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação de serviços, na qualidade de fiéis depositárias. As Cedentes, por sua vez, poderão delegar a terceiros, às suas expensas, a guarda dos Documentos Comprobatórios, seus respectivos anexos, garantias e outros instrumentos vinculados, sem, no entanto, afastar sua responsabilidade legal perante o Fundo, os Quotistas e o Custodiante. As Cedentes deverão: (i) garantir livre acesso aos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros



documentos vinculados, a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo, por condomínio que eventualmente o substitua, ou pelo Custodiante até que todos os direitos e obrigações relacionadas com os direitos creditórios estejam prescritos, independentemente do prazo de vigência do Contrato de Cessão; (ii) notificar o Custodiante, para que este manifeste sua ciência e concordância; (iii) assegurar que o Custodiante tenha livre acesso aos Documentos Comprobatórios e demais documentos, conforme o caso, junto ao terceiro contratado; e (iv) assegurar que o terceiro não entregue às Cedentes qualquer Documento Comprobatório sem autorização expressa do Custodiante.

Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de Direitos Creditórios a serem cedidos, o Custodiante verificará trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, a existência e formalização dos Direitos Creditórios, de acordo com o escopo definido no respectivo Contrato de Cessão, incluindo o Termo de Aceite, por amostragem, apresentando à Administradora, às Cedentes, à Empresa de Auditoria e à Agência Classificadora de Risco do Fundo informação sobre o resultado dessa verificação. Em caso de verificação de inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios, a comunicação aqui prevista deverá ser imediata. Independentemente do disposto neste item, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento, junto às Cedentes a seu exclusivo critério, e desde que nos horários comerciais de funcionamento, a existência e a formalização dos Documentos Comprobatórios na forma definida no respectivo Contrato de Cessão e o cumprimento de suas obrigações com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, conforme estabelecido no Contrato de Custódia.

Os parâmetros de quantidade dos Direitos Creditórios cedidos e de diversificação de Devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos da forma definida abaixo.

#### **7.6. Critério de amostragem adotado nas auditorias substantivas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.**

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a. em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b. para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra: (i) Grau de Confiança: (95% noventa e cinco por cento); (ii) Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).
- c. se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

Para as vendas FOB, a análise dos documentos comprobatórios será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.

- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.
- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ/MF do comprador na Nota Fiscal.
- f. O canhoto de recebimento, se está assinado e datado em dia igual ou posterior a emissão da Nota Fiscal.
- g. A Data de vencimento na Nota Fiscal.

Para as vendas CIF, a análise da nota fiscal será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.
- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.
- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ/MF do comprador na Nota Fiscal.
- f. A Data de Vencimento na Nota Fiscal.
- g. O Conhecimento de embarque.

### 7.7. Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios.

Pela aquisição de cada Crédito, o Fundo pagará à Cedente o valor apurado pela Gestora de acordo com a seguinte expressão, conforme expresso em cada Termo de Cessão:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:  
PA<sub>i</sub> = Preço de Aquisição do Crédito “i”.

VN<sub>i</sub> = Valor nominal do Crédito “i”, objeto da cessão.

DU<sub>i</sub> = Número de dias úteis compreendido entre a Data da Aceitação da Oferta, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive.

Fator<sub>CE</sub> = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator}_{CE} = \{[(1 + DI_{fut})^{1/252} - 1] + FSE\} + 1$$

Onde “DI<sub>fut</sub>” corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na “Estrutura a Termo de Taxas de Juros da BM&FBOVESPA

S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros” no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da formalização da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e “FSE” corresponde ao fator *spread* de, no mínimo, 5,5% ao ano (cinco inteiros e cinco décimos percentuais ao ano).

Caso a Administradora verifique, a qualquer tempo, que quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo: (i) contêm vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros documentos vinculados lastreadores; ou (ii) em relação aos mesmos quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão são incorretas ou imprecisas; ou (iii) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; ou (iv) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; o Fundo poderá resolver a cessão de pleno direito, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, sendo-lhe facultado tomar, em nome do Fundo, todas as medidas autorizadas pelo Regulamento e pelo respectivo Contrato de Cessão, inclusive, mas sem limitação, a critério exclusivo do Fundo, exercer a Opção de Troca e/ou a Opção de Venda contra a Cedente, nos termos e nas condições contempladas no respectivo Contrato de Cessão e mediante o envio, pela Cedente, após instrução expressa da Administradora, dos correspondentes arquivos para o processamento da resolução da cessão ou exercício das Opções de Troca e/ou de Venda, conforme o caso.

Como regra geral, o Preço de Aquisição dos Créditos a serem cedidos ao Fundo será pago à Cedente em moeda corrente nacional, podendo, entretanto, em caso de exercício da Opção de Troca ou da Opção de Venda, ser pago com outros Créditos de titularidade do Fundo.

## **7.8. Procedimentos em Caso de Inadimplência.**

Na hipótese do Fundo não receber o valor dos Direitos Creditórios a ele cedidos pela Cedente no prazo de vencimento, a Gestora, em nome do Fundo, poderá:

- a. exercer, a critério exclusivo do Fundo, opção de Troca e/ou Opção de Venda contra a Cedente, nos termos e nas condições contempladas no respectivo Contrato de Cessão;
- b. comunicar a Cedente sobre o Crédito Inadimplido;
- c. proceder, em conjunto com as Cedentes, à cobrança amigável dos Direitos Creditórios no prazo de 30 (trinta) dias corridos do prazo de vencimento;
- d. após o decurso do prazo acima referido ou, caso o volume de Créditos vencidos e não pagos atinjam os volumes constantes da Política de Cobrança constante do Anexo 25 do Regulamento, contratar terceiro, nos termos do Regulamento, para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos;
- e. exercer os direitos previstos nos Contratos de Cessão, incluindo, sem limitação, a Opção de Troca e/ou Opção de Venda, a cobrança amigável ou contratar terceiro para cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos ou alienar os Direitos Creditórios inadimplidos a terceiros; ou

- f. tentar, em regime de melhores esforços, alienar, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiros.

#### *7.8.1. Cobrança Judicial e Extrajudicial.*

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão de inteira responsabilidade das Cedentes (inclusive para o pagamento dos custos de cobrança) não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos mesmos, sem prejuízo das obrigações assumidas pela Cedente nos termos do respectivo Contrato de Cessão.

A Administradora, a Gestora, o Custodiante ou o Fundo não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos (inclusive eventuais custos de condenação) que o Fundo venha a iniciar em face dos Devedores, de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser de responsabilidade exclusiva das Cedentes.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão suportadas diretamente pelas Cedentes.

Não obstante, na hipótese do Fundo arcar com as despesas para a salvaguarda de seus direitos relativos aos Créditos, por qualquer motivo, a Cedente deverá ressarcir o Fundo integralmente das despesas efetuadas no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da solicitação de ressarcimento pelo Fundo. A Gestora efetuará o controle das despesas efetuadas nos termos desta Cláusula e enviará à Cedente, com cópia para Administradora e para o Custodiante, as solicitações de ressarcimento previstas acima.

Caso a Cedente se recuse ou de outra forma deixe de ressarcir o Fundo dos valores relativos às solicitações de ressarcimento acima referidas após o decurso do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, a Cedente estará sujeita às penalidades previstas no respectivo Contrato de Cessão.

Adicionalmente, o não pagamento, pela Cedente ao Fundo, das referidas despesas implicará no inadimplemento daquela para com o Fundo, sendo vedado ao Fundo adquirir futuramente Direitos Creditórios da Cedente inadimplente, até que tal inadimplemento seja sanado, sem prejuízo das demais condições contempladas no Contrato de Cessão e nos Critérios de Elegibilidade.

Não obstante, a Cedente não poderá, em nenhuma hipótese, deduzir o valor arcado por ela com os procedimentos de cobrança, do valor recebido do Devedor quando este adimplir o crédito. O valor pago pelo Devedor será destinado, exclusivamente, para o Fundo.

#### **7.9. Política de Cobrança.**

A cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, poderá ser feita pelas Cedentes de forma amigável no prazo de até 30 dias.

Caso a qualquer momento, os Direitos Creditórios, vencidos e não pagos, extrapolem qualquer dos gatilhos (“triggers”) indicados na tabela abaixo, a cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, independentemente do prazo de atraso, será feita por prestadores de serviços de cobrança ou por advogados, de forma amigável ou judicial, contratadas pelo Fundo, conforme orientação da

Gestora, às expensas das Cedentes, observado o disposto no Regulamento, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos Direitos Creditórios, com a máxima diligência, devendo os prestadores de serviços de cobrança ou advogados contratados pela Gestora, em nome do Fundo, agir da mesma forma como agem para receber os seus próprios créditos, de acordo com as fases abaixo indicadas.

Créditos Vencidos e não Pagos há mais de:	% de representatividade em relação à carteira de Direitos Creditórios
5 dias	= 3,5 %
15 dias	= 2,5 %
30 dias	= 1,5 %

- a. Fase Preventiva, por meio de contato telefônico com o Devedor do Direito Creditório inadimplente para (1) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; ou (2) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
- b. Fase Pré Judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança através de notificação em cartório, visando receber o pagamento ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão ou protesto e execução dos Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, do Direito Creditório inadimplente;
- c. Fase Judicial, que compreende controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório inadimplente; e
- d. Fase de Negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.

#### **7.10. Negociação de Direitos Creditórios pelo Fundo: Opções de Troca e Venda.**

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes outorgaram ao Fundo opção para trocar ou vender os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme descrito abaixo.

O Fundo poderá cobrar, diretamente ou através de terceiros, ainda que judicialmente, um ou mais dentre os Devedores, visando recuperar o seu crédito, sendo que tal cobrança não significará o cancelamento ou a extinção do direito de exercer a Opção de Venda ou a Opção de Troca. Porém, caso o Fundo opte por não cobrar um, alguns ou todos os Devedores, qualquer perda de direito de recebimento dos Créditos objeto de cada uma das Opções, inclusive em virtude de prescrição ou decadência, será de única responsabilidade da Cedente.

A cessão de Crédito pelo Fundo em razão da Opção de Venda e/ou da Opção de Troca será sempre realizada sem direito de regresso ou qualquer co-obrigação ou responsabilidade por parte do Fundo quanto ao pagamento dos valores dos Créditos e dos acessórios, total ou parcial, cabendo exclusivamente à Cedente o risco da inadimplência dos Créditos por ela recebidos em razão da cessão.

#### *7.10.1. Opção de Troca.*

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes outorgaram ao Fundo opção para trocar: (a) Créditos já cedidos que (a.1) contêm vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados; ou (a.2) em relação aos mesmos quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente acerca das Condições de Cessão são incorretas ou imprecisas; ou (a.3) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; ou (a.4) estejam inadimplentes a mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; por (b) Créditos Elegíveis de mesmo valor e condições de pagamento.

A Opção de Troca poderá ser exercida a partir da: (a) data de vencimento do Crédito, nos casos de inadimplimento; ou (b) data de efetivação da Cessão, a qualquer tempo, nos demais casos.

O exercício da Opção de Troca conferida ao Fundo será formalizado por meio da Notificação de Opção de Troca, a ser enviada pelo Fundo à Cedente, a qual, em conjunto com este Contrato e o respectivo Termo de Cessão, serão os únicos documentos que formalizarão a troca do Crédito anteriormente cedido pelas Cedentes ao Fundo por um novo Crédito, com condições semelhantes, com Créditos vincendos e de Devedores adimplentes.

As Cedentes deverão submeter a registro, às suas expensas, a Notificação de Opção de Troca a registro perante um oficial de registro de títulos e documentos da praça em que esteja situada sua sede, devendo a Administradora submeter a Notificação de Opção de Troca a registro, às expensas do Fundo, perante o registro de títulos e documentos da sua praça.

Se as Cedentes, comprovadamente, não possuírem, no momento do recebimento da Notificação de Opção de Troca, Crédito(s) em valor suficiente, que atendam às Condições de Cessão e, cumulativamente, possua(m) condições de pagamento equivalentes àquelas do crédito objeto da Opção de Troca, o Fundo, a seu exclusivo critério, poderá exercer a Opção de Venda contra as Cedentes.

#### *7.10.2. Opção de Venda.*

Além da Opção de Troca acima, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes outorgaram ao Fundo opção de venda dos Créditos já cedidos ao Fundo, que: (a) contêm vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados; ou (b) em relação aos mesmos quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente acerca das Condições de Cessão são incorretas ou imprecisas; ou (c) não atendam aos Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento; ou (d) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; ou (e) não atendam às Condições de Cessão.

O preço dos Créditos a ser pago pelas Cedentes ao Fundo como contrapartida da(s) cessão(ões) a ser(em) realizada(s) em virtude do exercício, por uma ou mais vezes, sem qualquer limite, da Opção de Venda, será calculado pela Gestora tomando-se por base o valor presente contábil, na data do evento, acrescido dos encargos previstos nos respectivos Contratos de Cessão.

O exercício da Opção de Venda será formalizado por meio de Notificação de Opção de Venda a ser enviada pelo Fundo às Cedentes, a qual, em conjunto com este Contrato e o respectivo Termo de Cessão, serão os únicos documentos que formalizarão a respectiva cessão do Crédito anteriormente cedido pela Cedente ao Fundo. As Cedentes, às suas expensas, deverão submeter a Notificação de Opção de Venda a registro perante um dos oficiais de Registro de Títulos e Documentos da praça de



sua sede, devendo a Administradora submeter a Notificação de Opção de Troca a registro perante o oficial de registro de títulos e documentos competente da sua praça.

O Preço dos Créditos objeto da Opção de Venda será devido e pago sempre no prazo máximo de 2 (dois) Dias úteis a contar da data em que a Cedente receber a Notificação de Opção de Venda, em moeda corrente nacional, exceto se as Partes acordarem, por escrito, de modo diverso, em cada caso.

No caso de o Fundo exercer as Opções de Troca ou de Venda acima indicadas, os fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Quotistas poderão ser afetados, observado o previsto no item 5.17. deste Prospecto em relação à Reserva de Pagamento. No caso específico do efeito do exercício, pelo Fundo, da Opção de Troca, a troca de créditos pode implicar o postergamento do fluxo de recebimento dos Direitos Creditórios do Fundo e, por consequência, a eventual indisponibilidade de recursos suficientes para o pagamento de amortizações que correspondam a valores superiores aos da Reserva de Pagamento constituída. Já o exercício da Opção de Venda implicará entrada de recursos para o Fundo, aumentando a disponibilidade de recursos para o Fundo em face de suas obrigações.

#### *7.10.3. Resolução das Cessões de Direitos Creditórios.*

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, ficará resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação às Cedentes, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão dos Créditos:

- a. cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimentos, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (a) vícios relativos à existência, certeza, liquidez exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, e de sua cessão ao Fundo; ou (b) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente acerca das Condições de Cessão;
- b. que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Créditos;
- c. originários de fraude cometida pelas Cedentes; e
- d. que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes nos Contratos de Cessão.
- e. que não atendam, simultaneamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, quando não exercidas Opções de Troca ou Opção de Venda.
- f. caso a Cedente não observe os prazos e obrigações relativos à formalização e registro dos Termos de Cessão perante os oficiais de registro de títulos e documentos competentes, conforme previsto nos respectivos Contratos de Cessão.

Apenas a título exemplificativo, serão consideradas também Condições Resolutivas, sem taxatividade:

- a. o cancelamento do contrato que formalizava o Crédito concedido ao Devedor, por vício de qualquer espécie na sua formalização e contratação;
- b. o arrependimento eficaz do Devedor, isto é, se este procurar a Cedente dentro do prazo que ela concede a seus clientes para que estes, se assim quiserem, desistam da operação de crédito sem qualquer ônus;

- c. a inexistência ou insuficiência dos Documentos Comprobatórios dos Créditos, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados;
- d. se algum Crédito cedido e ainda não pago pelo respectivo Devedor houver sido cedido em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e com as Condições de Cessão.
- e. se a Cedente ceder ao Fundo qualquer Crédito inexistente, ilíquido ou incerto.
- f. se for verificada a inexatidão de qualquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes ao Fundo ou a quaisquer terceiros agindo em seu nome, referente aos Créditos cedidos ou aos Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados que dão lastro a estes Créditos.

Nos termos do Regulamento e dos Contratos de Cessão, as Cedentes serão responsáveis pela verificação da ocorrência das Condições Resolutivas.

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes se comprometeram a comunicar o Fundo, através de notificação escrita, qualquer fato que possa ensejar a resolução de uma cessão de Crédito ao Fundo no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas do seu conhecimento do fato, e ao Custodiante, por meio eletrônico, por meio do envio de arquivo contendo as características dos Créditos que estão dispostas a resolver. O envio do arquivo ao Fundo caracteriza a resolução de cessão dos Créditos pela Cedente ao Fundo. Não obstante, caso sejam verificadas quaisquer das Condições Resolutivas pelo Fundo, pela Administradora ou pela Gestora, a Administradora, mediante instrução da Gestora, enviará à Cedente notificação para que esta envie ao Fundo o arquivo eletrônico de que trata o presente item. A não realização da comunicação prevista acima caracteriza Evento de Avaliação do Fundo, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas, as Cedentes deverão restituir ao fundo o valor do preço de aquisição pago pelos Créditos objeto da cessão resolvida, corrigido pela taxa de desconto aplicada à cessão em referência, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento em moeda corrente nacional.

A restituição deverá ser promovida, pelas Cedentes ao Fundo no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o último dos seguintes eventos: (a) o envio da comunicação à Cedente; (b) o recebimento da notificação enviada pelo Fundo, conforme orientação da Gestora, solicitando o seu pagamento, o que ocorrer primeiro; (c) processamento do arquivo eletrônico enviado pela Cedente ao Custodiante referente às ocorrências devidamente discriminadas; e (d) disponibilização dos respectivos relatórios, pelo Custodiante no seu *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), com o resultado do processamento.

A não restituição pela Cedente ao Fundo dos valores mencionados acima implicará no inadimplemento da Cedente para com o Fundo, sendo vedado ao Fundo adquirir futuramente Direitos Creditórios da Cedente inadimplente até que tal inadimplemento seja sanado, sem prejuízo das demais condições contempladas no Regulamento, neste Contrato e nos Critérios de Elegibilidade.

#### *7.10.4. Pagamento Antecipado.*

Em caso de eventual pagamento antecipado de Crédito por parte do respectivo Devedor, o Fundo receberá o valor pago antecipadamente e as Cedentes ficarão obrigadas a ofertar outros Créditos que estejam em conformidade com os Critérios de Elegibilidade e com as Condições de Cessão, com o objetivo de recompor a Carteira do Fundo. Nesse sentido, recebimento, pelo Fundo, de eventual pagamento antecipado dos Direitos Creditórios poderá afetar positivamente a rentabilidade do Fundo.



### **7.11. Procedimentos para Pagamento dos Direitos Creditórios.**

Os boletos bancários ou de cobrança original representativos de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo anteriormente emitidos aos Clientes deverão ter sido cancelados e substituídos por novos boletos bancários do ITAÚ UNIBANCO S.A., para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao ITAÚ UNIBANCO S.A., e estes indicam no campo “cedente” o nome da Cedente, em campo próprio, a denominação social do Fundo e, no campo apropriado, os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Cliente. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.

Os Direitos Creditórios regularmente cedidos ao Fundo poderão ser pagos em: (i) conta de cobrança de titularidade do Fundo mantida junto ao ITAÚ UNIBANCO S.A. para recebimento de pagamentos relativos aos Boletos Bancários; (ii) conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao ITAÚ UNIBANCO S.A., conforme indicada no Termo de Aceite ou utilizada nos termos dos respectivos Contratos de Cessão para recebimento de depósitos mediante TED; ou (iii) conta vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do ITAÚ UNIBANCO S.A., na qualidade de *trustee* e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicada no Termo de Aceite.

Em defesa dos interesses do Fundo, a Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso poderá recusar a oferta de Direitos Creditórios, ainda que a Cedente tenha declarado e garantido as Condições de Cessão.

As operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo: (a) somente poderão ser iniciadas após o registro dos Contratos de Cessão perante oficiais de registro de títulos e documentos nas praças das sedes da Cedente e da Administradora, caso suas sedes não estejam situadas na mesma localidade; e (b) serão realizadas necessariamente com base no Regulamento e seus anexos, no Contrato de Custódia e nos Contratos de Cessão. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios das Cedentes de acordo com a sua condição financeira e sempre no melhor interesse de seus Quotistas.

#### **7.11.1. Cobrança dos Direitos Creditórios Vincendos.**

A operacionalização da cobrança bancária e do recebimento dos créditos vincendos será conduzida, por conta das Cedentes, por si ou pelo Custodiante ou, ainda, por agente de cobrança contratado pelo Fundo por conta da Cedente, através de processo de cobrança realizado mediante: (a) emissão de Boletos Bancários, confeccionados e enviados para cada Devedor, antes ou após a data da cessão dos respectivos Créditos; e (b) emissão de faturas, confeccionadas e enviadas para cada Devedor, as quais serão acompanhadas do Termo de Aceite firmado pelo Devedor.

#### **7.11.2. Boletos Bancários.**

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes autorizam, de forma irrevogável e irratável, o Custodiante, na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários: (i) ao processamento da liquidação e recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários; (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Cobrança, na forma estabelecida no Contrato de Custódia; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência da cobrança dos Créditos indevidamente creditados à Cedente ao Fundo, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Créditos.

O Custodiante será responsável pela conciliação dos Créditos que venham a ser depositados diretamente na Conta de Cobrança. As Cedentes serão responsáveis pela conciliação dos Créditos

pagos por meio de Boletos Bancários que venham a ser pagos ou efetuados indevidamente em conta bancária de titularidade das Cedentes, e deverão informar tais pagamentos ao Custodiante, mediante envio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre Cedente e Custodiante.

Ainda nos termos dos Contratos de Cessão, as Cedentes autorizaram o Custodiante a transferir, para a titularidade do Fundo, o registro da cobrança bancária de todos os Direitos Creditórios cedidos sob forma de Boleto Bancário, mediante solicitação da área de custódia do próprio Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

Sem prejuízo, as Cedentes se comprometeram a implementar todas as rotinas e procedimentos necessários para assegurar que, caso seja efetuado qualquer pagamento relativo aos Direitos Creditórios por meio de boletos bancários anterior e originalmente emitidos aos Clientes (e cancelados e substituídos pelos correspondentes Boletos Bancários por ocasião da cessão do respectivo Direito Creditório), tais recursos sejam depositados na Conta de Recebimento e, por consequência, sejam imediata e automaticamente direcionados à liquidação dos Boletos Bancários correspondentes. O Fundo não arcará com quaisquer descontos, reduções ou outra forma de diminuição do valor do respectivo Direito Creditório em razão do pagamento em erro de boleto bancário anteriormente emitido ao Cliente.

#### *7.11.3. Faturas.*

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes autorizaram o Custodiante, responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento das Faturas, a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada (conforme o caso) decorrente do pagamento das Faturas, conforme informações fornecidas pelo Itaú Unibanco S.A., na qualidade de *trustee*; e (ii) controle do recebimento dos Créditos depositados na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada, conforme o caso.

Ainda nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes, de forma irrevogável e irratável, autorizaram o ITAÚ UNIBANCO S.A. , na qualidade de *trustee*, agente de garantia e responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento das Faturas, a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta Vinculada decorrente do pagamento das Faturas; (ii) controle do recebimento dos direitos Creditórios depositados na Conta Vinculada.

O Custodiante será responsável pela conciliação dos Créditos que venham a ser depositados diretamente na Conta de Recebimento, conforme informações fornecidas pelas Cedentes. O ITAÚ UNIBANCO S.A. , na qualidade de *trustee*, será responsável pela conciliação dos Créditos que venham a ser depositados na Conta Vinculada. A Cedente será responsável pela conciliação dos Créditos cujos pagamentos venham a ser indevidamente depositados em conta corrente de titularidade da Cedente que não a Conta Vinculada e dos Direitos Creditórios depositados diretamente na Conta de Recebimento, e deverá informar tais pagamentos ao Custodiante mediante envio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre Cedente e Custodiante, de acordo com o procedimento previsto no respectivo Contrato de Cessão.

#### *7.11.4. Evento de Liquidação.*

Qualquer ato da Cedente cujo objetivo seja, inequivocamente, tentar impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos Bancários ou o Procedimento de Recebimento das Faturas implicará Evento de Liquidação, nos termos do Regulamento.

#### *7.11.5. Pagamento dos Créditos para a Cedente.*

Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Partes convencionam que, se a Cedente vier a receber qualquer valor de qualquer Devedor relativo ao pagamento de um Crédito que tenha sido cedido ao Fundo por meio de um Contrato de Cessão e do respectivo Termo de Cessão, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, regulado pelos artigos 627 e seguintes do Código Civil, ficando a respectiva Cedente nomeada como fiel depositária de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo imediatamente ao Fundo, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Sem prejuízo, as Cedentes deverão implementar todas as rotinas e procedimentos necessários para assegurar que, caso seja efetuado qualquer pagamento relativo aos Direitos Creditórios em qualquer conta bancária de titularidade das Cedentes que não a Conta Vinculada, referido pagamento deverá direcionado à Conta de Recebimento, sem ônus para o Fundo de quaisquer descontos, reduções ou outra forma de diminuição do valor do respectivo Direito Creditório.

Na hipótese acima, as Cedentes deverão: (a) informar o Fundo, por escrito, acerca da ocorrência do fato no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento dos recursos financeiros; e (b) repassar ao Fundo o montante recebido, sem qualquer dedução, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do mencionado evento, sob pena de incidir nas penalidades previstas nos respectivos Contratos de Cessão relativas a descumprimento contratual, bem como ficar obrigada a efetuar o pagamento de juros de mora, atualização monetária e multa estabelecidos no presente e incidentes sobre o valor total a ser repassado. Tais liquidações/pagamentos deverão ser informados pelas Cedentes ao Custodiante via arquivo eletrônico no mesmo dia em que seja feita a transferência do respectivo financeiro.

#### *7.11.6. Impostos.*

Todos os pagamentos que as Cedentes devam efetuar ao Fundo nos termos dos Contratos de Cessão deverão ser feitos pelo seu valor efetivo, líquido de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, atuais ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, de tal modo que as Cedentes deverão reajustar quaisquer valores para que, após tais deduções ou retenções, o Fundo receba o mesmo valor que ele teria recebido caso não tivessem ocorrido quaisquer deduções ou retenções.

### **7.12. Informações Estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos da mesma natureza dos Direitos Creditórios que comporão o patrimônio do Fundo compreendendo um período de 3 anos imediatamente anteriores à data da oferta, acompanhadas da metodologia utilizada para efeito desse cálculo.**

O Ofertante e o intermediário da oferta declaram não ter conhecimento e não foi possível obter as informações estatísticas de forma organizada e sistematizada sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos da mesma natureza dos Direitos Creditórios que comporão o patrimônio do Fundo compreendendo um período de 3 anos imediatamente anteriores à data da oferta, tendo sido feitos esforços razoáveis para obtê-las. Abaixo, seguem informações e dados divulgados pela Agência Classificadora de Risco.

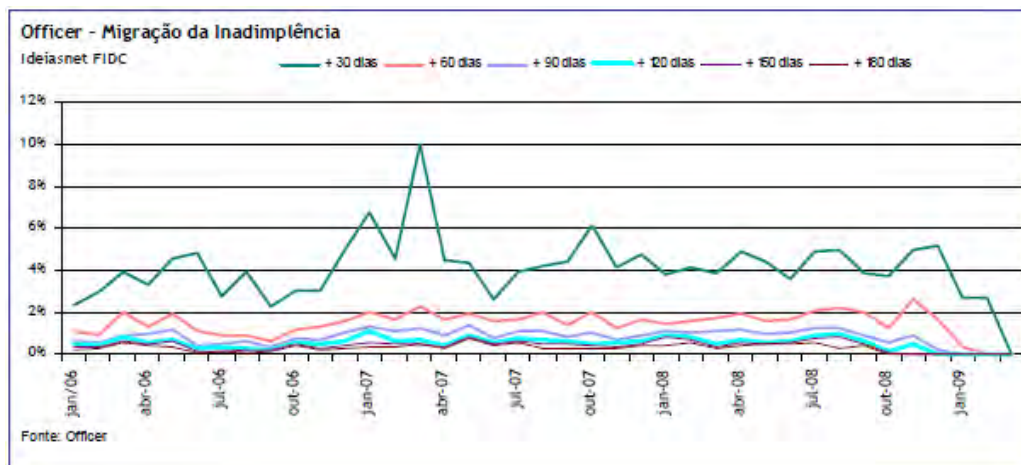
#### *7.12.1. Inadimplência e Perda.*

Na análise realizada sobre as informações de inadimplência, a Agência Classificadora de Risco identificou que os atrasos ocorridos nas carteiras de Direitos Creditórios das Cedentes elegíveis à operação são resolvidos em até 60 dias de atraso. Tal fato deve-se à característica dos produtos ofertados pelas Cedentes, em que a motivação do devedor inadimplente para a resolução do atraso do pagamento devido se deve principalmente aos seguintes casos:

- a. • O devedor inadimplente não consegue realizar novas compras ou solicitar novos serviços;
- b. • O devedor inadimplente fica sem suporte técnico em relação ao produto ou serviço adquirido;
- c. • O devedor inadimplente não recebe atualizações dos programas adquiridos;
- d. • O devedor inadimplente passa a ter dificuldades em relação ao exercício da garantia do produto ou serviço adquirido.

Assim, em função do comportamento de pagamento observado, a Agência Classificadora de Risco considerou em sua análise atrasos superiores a 60 dias como faixa de perda. A estrutura da operação utiliza uma faixa de perda mais conservadora, de forma que os créditos de um Devedor (considerando, para este fim, todos os participantes de um mesmo grupo econômico) com Direitos Creditórios vencidos e não pagos por mais de trinta dias serão integralmente provisionados como perda.

Devido à representatividade da Cedente Officer em relação às demais, a Agência Classificadora de Risco usou a ponderação integral da perda apresentada pela carteira da Officer para fins do cálculo da perda base para esta análise. O gráfico abaixo mostra a migração da inadimplência da Officer durante o período de observação analisado.



### 7.12.2. Risco de Diluição

A carteira de Direitos Creditórios elegível à operação apresenta eventos de diluição. A Agência Classificadora de Risco identificou, através das informações fornecidas pela Gestora sobre as Cedentes, que o evento de diluição mais relevante é o relacionado a cancelamentos.

#### a. Cancelamentos.

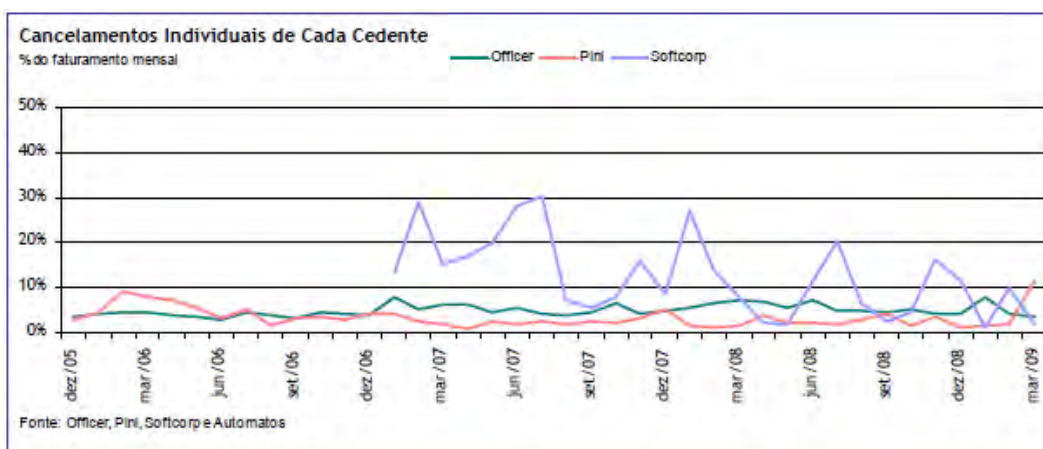
Quando uma Cedente realiza a venda de mais de um produto ao Devedor, é emitida uma fatura de débito que engloba todos os produtos vendidos naquela oportunidade. É comum que o Devedor, após a emissão da nota de débito, solicite que a venda seja realizada em mais de uma nota de débito, ou seja, solicita que os produtos adquiridos sejam divididos em mais de uma nota. Logo, tal fato gera o cancelamento da nota de débito original.

Outra situação que pode gerar o cancelamento de uma nota de débito diz respeito ao momento em que o sacado recebe a nota emitida pela Cedente e o valor da nota de débito não é o mesmo que o Devedor possui em seu sistema. Desta forma, o Devedor permanece com os produtos entregues pela

Cedente, mas é feito o cancelamento da nota de débito original e, imediatamente, é emitida e enviada uma nova.

Há também situações em que uma nota de débito pode ser cancelada com mais de 90 dias desde a data de emissão. Esta hipótese ocorre quando o sacado alega que o produto recebido apresenta defeito de fabricação; logo, é feita a devolução do produto à Cedente e a Cedente o envia, então, ao fabricante. Entre o tempo que o fabricante leva para verificar a hipótese de defeito de fabricação e notificar a Cedente sobre a ocorrência, transcorrem os 90 dias de cancelamento.

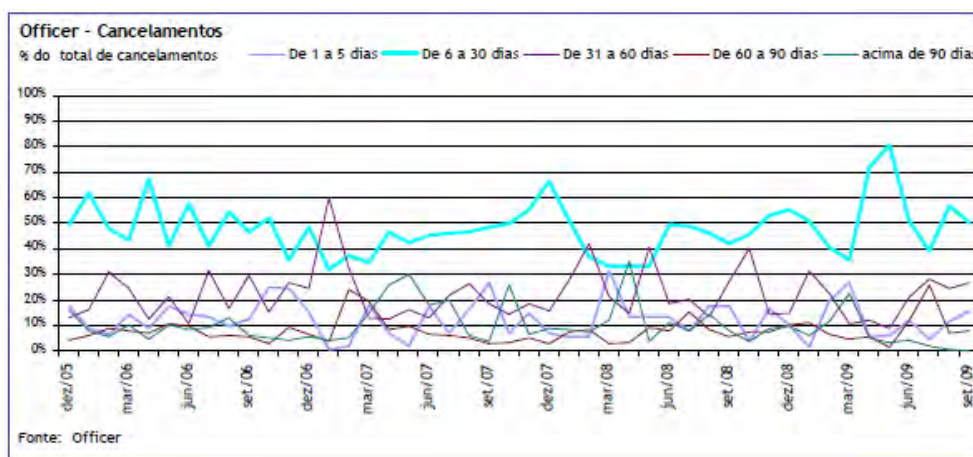
O gráfico abaixo apresenta a representatividade dos cancelamentos de cada Cedente em relação ao seu faturamento mensal. A Automatos não foi incluída no gráfico, pois não há incidência de cancelamentos em seu portfólio de direitos creditórios.



Ao contrário da Officer e da Pini, o período de observação da Softcorp teve início em janeiro de 2007. No começo do período de observação, os percentuais de cancelamentos apresentados pela carteira de direitos creditórios da Softcorp foram mais elevados em comparação às demais Cedentes. Entretanto, a partir de janeiro de 2009, houve diminuição da incidência de cancelamentos, de forma que os percentuais desta Cedente migraram para um patamar próximo do das demais.

A Fitch verificou que a média para o prazo de cancelamento varia entre as Cedentes. A Pini e a Softcorp apresentaram prazos similares, mas a Officer, a maior cedente das quatro, apresentou uma curva de cancelamento com comportamento diferenciado. No caso desta última empresa, a maior incidência de cancelamentos ocorre entre seis e trinta dias a partir da data da emissão da nota de débito, conforme apresentado no gráfico abaixo:





Positivamente, a exposição da operação aos cancelamentos até 5 dias está devidamente mitigada, já que, conforme estabelecido nos Critérios de Elegibilidade, o Direito Creditório deverá ter sido originado com prazo igual ou superior a 5 dias na data da cessão.

#### b. Descontos.

Apesar de a carteira também estar exposta a este evento de diluição, os descontos não se mostraram historicamente relevantes. De acordo com informações, a Softcorp e a Automatos não concedem descontos a seus clientes; a Pini, por sua vez, concedeu cerca de 0,64%, e a Officer, 0,09%, em média.

#### 7.12.3. *Análise de dados e aplicação de critério.*

A Agência Classificadora de Risco recebeu um histórico de informações dos direitos creditórios das Cedentes através da Gestora. As informações enviadas, segregadas por cedente, apresentaram as características dos direitos creditórios elegíveis e o comportamento de pagamentos por parte dos sacados das cedentes. Sobre o comportamento de pagamento, houve uma abertura em relação ao motivo do inadimplemento, e esta abertura apresentou as questões relacionadas a crédito e diluição. O período de observação das informações fornecidas é de 46 meses, correspondente a dezembro de 2005 a setembro de 2009.

A Agência Classificadora de Risco utilizou para esta análise a abordagem metodológica para derivar as premissas num cenário base de perda, diluição, descasamento da taxa de juros e múltiplos de estresse. O “*Critério Global de Avaliação para Securitizações de Recebíveis Comerciais*”, publicado em 28 de janeiro de 2008, está disponível no site da Agência Classificadora de Risco, em [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

## **VIII. INFORMAÇÕES SOBRE A IDEIASNET**

---

## INFORMAÇÕES SOBRE A IDEIASNET

*Nesta Seção encontram-se algumas das principais informações relativas ao histórico e atuação da Ideiasnet, a qual, nos termos do Regulamento, é a controladora ou detém participação, direta ou indireta, no capital social das Cedentes do Fundo.*

A Ideiasnet é uma *venture capital* de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA (IDNT3), que desenvolve projetos e adquire participações em companhias do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações (TMT) no Brasil.

A empresa atua por meio da participação em empresas de maior porte, e em empresas em estado de desenvolvimento que têm significativo potencial de ganhar maior escala e reforçar a posição de liderança em seus respectivos segmentos de atuação.

Visando à maximização de valor para seus acionistas, a Ideiasnet atua em suas investidas compartilhando experiências e *know-how*, viabilizando o acesso à obtenção de recursos financeiros, extraindo sinergias, buscando a aceleração do desenvolvimento de suas atividades e provendo recursos humanos.

Participando dos conselhos de administração de algumas de suas investidas, a empresa contribui ativamente na definição conjunta de estratégias e metas, no posicionamento de mercado, assim como na identificação, na negociação e estruturação de aquisições e de contratos estratégicos, e na seleção de seus principais executivos.

Por sua experiência e conhecimento do setor de TMT, a Ideiasnet consegue identificar novas oportunidades de investimento no setor e agregar valor às empresas investidas por meio, por exemplo, da implementação de práticas de gestão, o que ao longo dos anos de sua atuação tem permitido que elas apresentem taxas significativas de crescimento. Exemplo deste crescimento é a taxa composta de crescimento anual (sendo que taxa composta de crescimento anual é a tradução do conceito do “Compound Annual Growth Rate” que é calculado da seguinte forma:  $CAGR = (V_f/V_i)^{(1/N)} - 1$  onde  $V_i$  = Valor Inicial da amostragem;  $V_f$  = Valor final da amostragem;  $N$  = número de anos no período) da receita líquida do combinado proporcional das investidas da Ideiasnet que, de 2006 a 2008, foi de 15,2% (quinze inteiros e dois décimos percentuais). Adicionalmente, há casos em que a Ideiasnet identifica modelos de negócios no setor de TMT já desenvolvidos em outros países, e que podem ser implementados com sucesso no Brasil.

### 8.1. História e Perfil.

A Ideiasnet iniciou operações como empresa de investimentos em projetos de internet em 2000, ano em que abriu seu capital na BM&FBOVESPA. Hoje, a companhia se posiciona como uma *venture capital* em tecnologia no Brasil e na América Latina, participando ativamente de todos os estágios de desenvolvimento de suas investidas.

A Ideiasnet atua junto a elas na definição e na implementação de modelos de negócios, estratégias de crescimento de receitas, operações de fusões e aquisições e participa ativamente do conselho de administração de algumas de suas investidas.

A Ideiasnet é reconhecida como referência no setor e é sinônimo de empreendedorismo com alto nível de Governança Corporativa, tanto que no ano de 2000 o estatuto social da Ideiasnet já previa diversos direitos que, posteriormente, foram incorporados às exigências do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tais como o *tag along* de 100% (cem por cento) para as ações ordinárias, a existência de somente



ações ordinárias e duração do mandato unificado do Conselho de Administração pelo período de 1 (um) ano.

Em 2008, a empresa ingressou no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e promoveu um aumento de capital que permitiu o ingresso de novos acionistas. O ano também foi marcado pela profissionalização da gestão da companhia por meio da contratação de um novo Diretor Presidente e de uma mudança na forma de administrar o portfólio, agora dividido em três segmentos (E-commerce, Infraestrutura & Telecom e Mídia, Comunicação & Conteúdo) e de acordo com seus estágios de desenvolvimento: (i) *early* (assim consideradas as empresas iMusica, MoIP, NetMovies Site Blindado, TrinnPhone e Zura!), (ii) *balanced* (assim consideradas as empresas Automatos, Bolsa de Mulher, BrANDS, Padtec, Pini, Softcorp, Spring Wireless e Visionnaire); e *later* (assim considerada a *Officer*). Os estágios de desenvolvimento são definidos levando-se em consideração não apenas o tamanho dos respectivos faturamentos, mas também pelo estágio de maturidade do modelo de negócios das investidas.

A Ideiasnet é uma companhia que visa a agregar valor às empresas empreendedoras e impulsioná-las a fim de ocuparem posições de liderança em seus segmentos, com o objetivo de permitir uma conclusão do ciclo de investimento com altas taxas de retorno para seus acionistas.

#### *8.1.1. Destaques de eventos e realizações da Ideiasnet.*

##### **2000**

- Abril – A Ideiasnet captou R\$7,6 (sete inteiros e seis décimos) milhões de reais do Fundo Brasil 21, que tinha como um dos principais investidores a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;
- Junho – abertura de capital e realização de sua oferta pública inicial de ações na BM&FBOVESPA, com captação de R\$ 33 (trinta e três) milhões de reais;

##### **2001-2003**

- Reorganização do modelo de negócios da Ideiasnet para desenvolvimento e investimento em companhias do setor de tecnologia.

##### **2004**

- Dezembro – A Ideiasnet incorporou o Fundo Pactual Internet, assumindo participação em empresas como: Padtec, Automatos e Spring Wireless, entre outras.

##### **2005**

- Setembro - Aquisição de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Officer.
- Novos investimentos: Addcomm, Braspag e TrinnPhone.

##### **2006**

- Reestruturação corporativa da IdeiasVentures Participações Ltda.
- Novos investimentos: Bolsa de Mulher e NetMovies.

##### **2007**

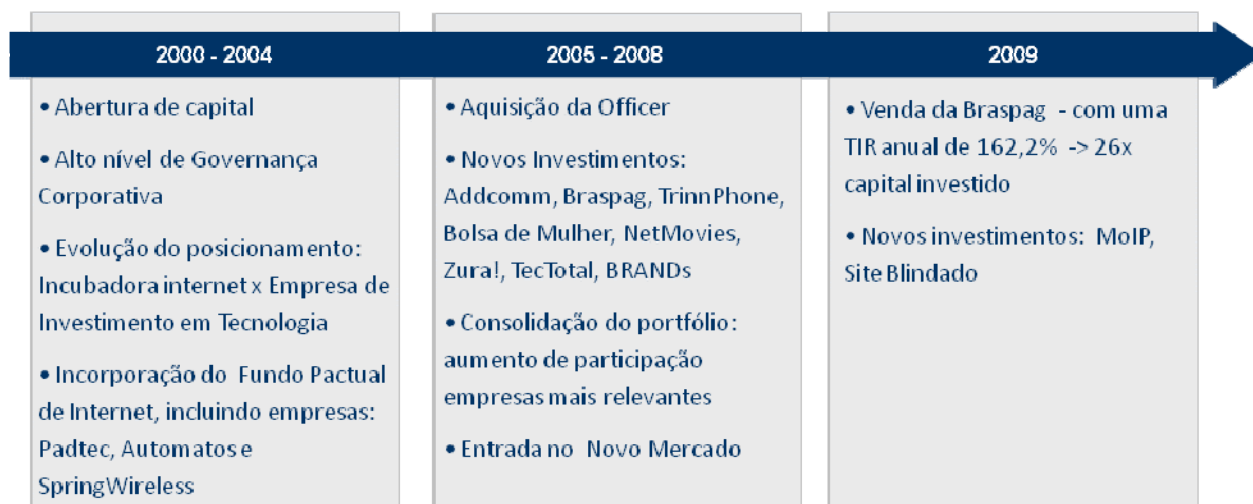
- Maio - Aumento de participação na Padtec para 34,2% (trinta e quatro inteiros e dois décimos por cento).
- Junho - Novo investimento: Zura!.
- Julho – A Ideiasnet aumentou a participação na Officer, ficando com o controle da totalidade de seu capital social.
- Dezembro - Aumento de participação na Softcorp, Addcomm, Bolsa de Mulher e iMusica.

## 2008

- Janeiro – Adesão ao “Novo Mercado” da BM&FBOVESPA.
- Junho – A Ideiasnet realizou aumento de capital, no valor de R\$ 100,5 (cem inteiros e cinco décimos) milhões de reais, dos quais 47% (quarenta e sete por cento) do aumento foram subscritos pelo grupo EBX;
- Junho - Eleição do novo Diretor Presidente e de novos membros do Conselho de Administração.

## 2009

- Junho - Alienação da participação da Ideiasnet na Braspag, líder em *gateway* de pagamentos eletrônicos no Brasil, para o grupo Silvio Santos por R\$ 25 (vinte e cinco) milhões de reais, com uma taxa interna de retorno sobre o capital investido de 162,2% (cento e sessenta e dois inteiros e dois décimos percentuais) e 26 (vinte e seis) vezes de retorno sobre o capital investido em 4 (quatro) anos e meio.
- Junho - Novo investimento: MoIP.
- Novembro – Constituição do Ideiasnet FIP I com o objetivo de migração dos investimentos atuais e novo investimento: Site Blindado e aquisição da BP Solutions Ltda. pela Officer.
- Dezembro - Eleição do novo Conselho de Administração.



## 8.2. Estratégia de Investimentos da Ideiasnet.

### 8.2.1. Como atua a Ideiasnet.

Há nove anos a Ideiasnet investe no setor de tecnologia, priorizando empresas que acredita terem potencial de adicionar rapidamente valor ao *portfólio*, com forte crescimento, alta escalabilidade e gestores experientes para desenvolver cada negócio. As possíveis sinergias entre as investidas também são levadas em conta no processo de análise, em linha com a busca constante da Ideiasnet por crescimento e melhoria das margens.

Em meio a esta estratégia, destacam-se algumas premissas e posicionamentos que a Ideiasnet adota para aperfeiçoamento de sua visão sobre o setor tecnológico brasileiro e latino-americano:

- ampliar a ação empreendedora nas três áreas verticais de atuação do portfólio (*E-Commerce*, Infraestrutura & Telecom e Mídia, Comunicação & Conteúdo) e avaliar o ingresso em novos segmentos conforme a movimentação do mercado e as janelas de oportunidade;
- acentuar a área de *Business Intelligence* responsável por processos de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que ofereçam suporte à gestão de negócios e que refinam continuamente o olhar dos gestores sobre o mercado de tecnologia;
- intensificar a internacionalização da marca Ideiasnet por meio de suas investidas, conforme concretizado em 2008 por Bolsa de Mulher, Braspag, iMusica, Padtec, Spring Wireless e Automatos;
- consolidar-se ainda mais como um dos principais veículos de investimentos em negócios de tecnologia no mercado brasileiro e latino-americano.

Para maximizar o retorno do capital investido, a Ideiasnet participa ativamente, junto aos gestores, dos ciclos de desenvolvimento de suas investidas. Atenta aos resultados e às perspectivas, a Ideiasnet está atenta para identificar o momento ideal para parcerias estratégicas e para o fechamento dos ciclos de investimentos em cada empresa, por meio de operações de fusões e aquisições ou no mercado de capitais.

### 8.2.2. Como a Ideiasnet faz a diferença.

Constituir-se em uma *venture capital* de tecnologia faz da Ideiasnet, além de pioneira, uma empresa ágil e aberta a parcerias com co-investidores, posicionando-a como um dos destaques do mercado brasileiro e latino-americano de tecnologia. As vantagens competitivas acentuam-se pelos seguintes vieses:

- Posicionamento estratégico para impulsionar o setor de tecnologia. Com a liderança das empresas investidas em seus segmentos, a Ideiasnet configura-se como uma das principais impulsionadoras do mercado de tecnologia no País, que movimentou USD\$ 29,2 (vinte e nove inteiros e dois décimos) bilhões de dólares norte-americanos em 2008, segundo a International Data Corporation (IDC), empresa líder em inteligência de mercado, consultoria e conferências nos segmentos de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, e deve crescer mais de 10% (dez por cento) pela previsão da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) no ano de 2009.
- Capacidade de identificar oportunidades e antecipar tendências. Em virtude da experiência e do conhecimento do setor, a Ideiasnet tem capacidade para identificar oportunidades de investimento e antecipar tendências de mercado no Brasil e na América Latina. Ações empregadas em 2009

sinalizam nesse sentido, entre as quais o aumento de capital, que garantiu liquidez e mais segurança à companhia durante o ápice da crise internacional.

- **Pioneirismo em investimentos no setor tecnológico.** A empresa mostra-se versátil por alinhar investimentos em diversas áreas tecnológicas visando ao aumento do espectro de atuação da Ideiasnet e de forma a buscar a captura das melhores oportunidades no setor de tecnologia e a identificação de complementaridade operacional entre as empresas investidas para promover um permanente ganho de escala.
- **Plataforma bem posicionada para atuar como consolidadora no setor de tecnologia.** A Ideiasnet acredita estar bem posicionada para continuar a consolidação de investimentos. A nova matriz de negócios adotada a partir de janeiro de 2009, foi estruturada para alinhar a estratégia das investidas com as expectativas de crescimento da Ideiasnet.
- **Elevado potencial de crescimento das empresas investidas.** As empresas do *portfólio* cresceram em 2008, e têm demonstrado nos primeiros 9 (nove) meses de 2009 indicadores satisfatórios e rentáveis para os sócios, seja na inovação tecnológica e de serviços, seja na internacionalização de suas marcas, em operações de fusões e aquisições ou no aumento da base de clientes.
- **Administração experiente.** A Ideiasnet possui uma administração com significativa experiência em diversos segmentos de mercado, especialmente o setor de tecnologia, focada na gestão eficiente dos seus ativos, redução de custos, criação de valor para seus acionistas e guiada pelos mais altos padrões de governança corporativa.

### *8.2.3. Como cresce a Ideiasnet.*

A Ideiasnet foca suas atividades para antecipar tendências, buscar e manter a liderança em seus segmentos de atuação. A experiência e o conhecimento no setor de tecnologia favorecem a busca de oportunidades de investimento. Selecionar empresas e empreendedores com grande potencial de crescimento e contribuir para impulsioná-los estão na raiz do grupo.

Os três segmentos-foco da Ideiasnet são priorizados na busca por oportunidades: E-Commerce, Infraestrutura & Telecom e Mídia, Comunicação & Conteúdo. Os seis pilares mencionados a seguir impulsionam a estratégia para o crescimento dos resultados da Ideiasnet:

- Buscar o crescimento orgânico das investidas. O faturamento das empresas investidas tem crescido em ritmo consistente. Entre 2006 e 2008, a taxa composta de crescimento anual (calculada conforme metodologia descrita acima) da receita líquida do combinado proporcional das investidas da Ideiasnet foi de 15,2% (quinze inteiros e dois décimos percentuais).
- Consolidar empresas em segmentos já trabalhados. Como nos anos anteriores, permanecem ativas as análises de fusões e aquisições para diferentes empresas e segmentos do portfólio Ideiasnet. Sendo assim, a empresa participa ativamente de prospecção, análise, negociação e aquisição de sociedades que:
  - a. gerem oportunidades de consolidação com as operações das empresas investidas;
  - b. complementem os negócios do portfólio, gerando novas sinergias; e
  - c. apresentem oportunidades de crescimento nos diferentes segmentos do setor de tecnologia.

Os anos de 2008 e 2009 foram pontuados por bons exemplos desse pilar. Destaque para a aquisição da empresa israelense Civcom pela Padtec, da Canopus Comércio Eletrônico Ltda, pela Bolsa de

Mulher e a BP Solutions, pela Officer. A criação da *holding* de comunicação digital BRANDS, que abriga diferentes companhias do segmento de Mídia, Comunicação & Conteúdo (Addcomm, Hands, TVAO VIVO e Media Factory) é um exemplo de sinergia das empresas investidas.

- Identificar novas participações majoritárias e minoritárias. A Ideiasnet permanece atenta às líderes – ou potenciais líderes – de mercado que tenham sinergia com o portfólio atual. No atual cenário econômico mundial, este pilar ganhará ainda mais importância com as perspectivas de geração de oportunidades para novas aquisições.
- Ampliar participação nas companhias do portfólio. As sociedades investidas com mais potencial de geração de retorno para o acionista são sempre avaliadas para receber aportes que ampliem a participação da Ideiasnet no quadro acionário.
- Buscar o maior retorno sobre o Capital Investido. A Ideiasnet acompanha cada investida, identificando os pontos de maturação adequados para encerrar os ciclos de investimento. Como não possui prazo determinado para realizar desinvestimentos (totais ou parciais) nas empresas, a variável determinante na decisão de uma venda é o momento que permita o maior retorno possível sobre o capital investido. A nova matriz de segmentação proporciona uma avaliação mais adequada do portfólio, refletindo o foco em empresas com modelos de negócios comprovados, em franco crescimento de faturamento e de geração de caixa.
- Sofisticar modelos de captação. Dar continuidade à sua ativa contribuição estratégica no desenvolvimento do seu portfólio. A meta é criar novas alternativas de financiamento para as investidas, em mais um passo da ativa contribuição estratégica da Ideiasnet para o desenvolvimento das empresas de sua carteira.



### 8.3. Portfólio Ideiasnet.

#### 8.3.1. Portfólio por segmento e estágio de desenvolvimento.

A Ideiasnet construiu um sólido *portfólio*, diversificado em três segmentos de atuação: *E-commerce*; Infraestrutura & Telecom; Mídia, Comunicação & Conteúdo.

### **Direcionadores de Negócio e Características do E-Commerce**

- Crescimento da penetração da internet e banda larga no Brasil. De acordo com o IDC, o número de conexões de banda larga no Brasil aumentou 45,9% (quarenta e cinco inteiros e nove décimos por cento) em 2008;
- Crescimento de e-consumidores – De acordo com as consultorias E-bit e comScore, 25% (vinte e cinco por cento) da base de internautas no Brasil compraram pela internet em 2009;
- Novas soluções de segurança e formas de meio de pagamento;
- Melhorias dos sistemas de busca e *customer relationship management* - CRM: ferramentas de otimização de busca, facilitam a escolha de produtos; e
- Consolidação do setor.

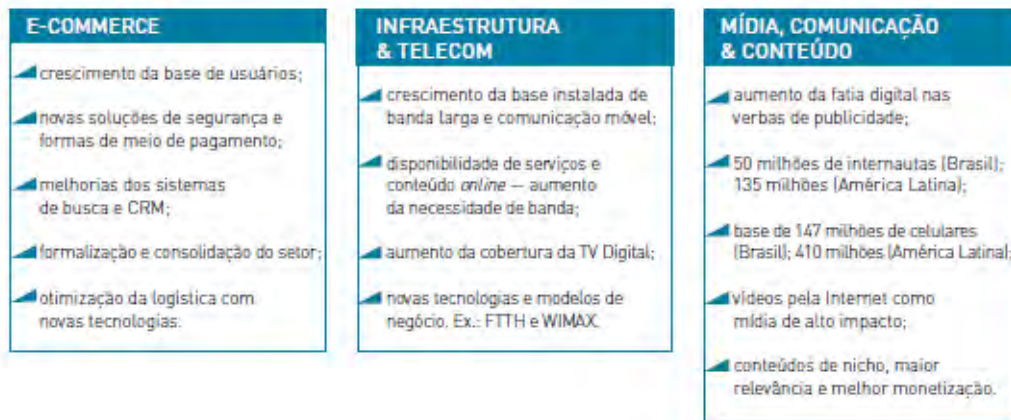
### **Direcionadores de Negócio e Características de Infraestrutura & Telecom**

- Aumento da base instalada de banda larga e comunicação móvel (conforme dados divulgados pela Anatel);
- Crescimento da disponibilidade de conteúdo rico (vídeo, interatividade) na internet e de soluções de infra-estrutura, aumentando a necessidade individual de banda de alta capacidade de tráfego de dados;
- Aumento da cobertura da TV Digital;
- Modernização da regulamentação governamental sobre telecomunicações;
- Adoção crescente de soluções de infraestrutura de alta capacidade de tráfego de dados.

### **Direcionadores de Negócio e Características de Mídia, Comunicação & Conteúdo**

- De acordo com dados divulgados pela Anatel, a base de celulares no Brasil em 2009 era de 168 (cento e sessenta e oito) milhões de aparelhos e, na América Latina, 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) milhões de aparelhos;
- De acordo com o divulgado no Relatório Projeto Intermeios, de outubro de 2009, houve um aumento de 21,5% (vinte e um inteiros e cinco décimos percentuais) da fatia digital nas verbas de publicidade no acumulado dos meses de janeiro a outubro de 2009, comparado com o mesmo período de 2008;
- Modelos de venda de publicidade mais eficientes e maior capacidade de alcançar o consumidor;
- Conteúdo de nicho; maior relevância e monetarização;
- O fenômeno da mídia social;
- Utilização de vídeos pela internet como mídia de alto impacto.





Idealizada ao longo do segundo semestre de 2008, a nova matriz de segmentação do *portfólio* da Ideiasnet foi apresentada ao mercado no começo de 2009. Tal divisão inclui as áreas de atuação (*E-Commerce*; *Infraestrutura & Telecom*; *Mídia, Comunicação & Conteúdo*) e os estágios de desenvolvimento das empresas investidas (*early*, *balanced* e *later*). Como explicado anteriormente, esta nova matriz mostra claramente a evolução do portfólio da Ideiasnet, com foco em modelos de negócios comprovados e em expansão de faturamento e de geração de caixa.



### 8.3.2 Empresas e participações da Ideiasnet.

A Ideiasnet tem diferentes percentuais de participação nas empresas investidas, direta ou indiretamente. Abaixo, listamos as empresas do *portfólio* Ideiasnet divididas por segmento de atuação e apresentamos o percentual de participação em cada uma delas.

## E-COMMERCE

**MolP Pagamentos S.A. (41,3% do capital social)** – Esta empresa oferece um serviço que permite a qualquer pessoa (física ou jurídica) receber pagamentos na internet. De maneira rápida, fácil e intuitiva, os usuários se habilitam a receber todos os meios de pagamentos disponíveis na plataforma do MolP (cartões de débito, cartões de crédito – à vista e parcelado, débito *online*, débito automático, financiamento bancário e boleto bancário).

**Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. (100,0% do capital social)** - A Officer é uma distribuidora de produtos de informática com mais de 24 (vinte e quatro) anos de atuação no mercado, contando com aproximadamente 40 (quarenta) fornecedores e mais de 10.000 (dez mil) revendas/clientes. Dentre seus diferenciais, destacamos seu portfólio segmentado de produtos (*hardware*, *software*, componentes e suprimentos) e seus serviços agregados, relacionamento com seus revendedores e parceria com os seus fornecedores. A empresa credita seu crescimento no setor devido ao relacionamento diferenciado com as mais de 20 (vinte) mil revendas que fazem parte de sua carteira, sendo aproximadamente 10 mil (dez mil) ativas, além da preocupação em oferecer, por meio de inovação tecnológica, soluções e ferramentas de negócios que atendam às necessidades dos parceiros. Dentre outros, os seguintes fatores podem ser citados como oportunidades de crescimento para a Officer: (i) crescimento do mercado brasileiro de hardware e software; (b) investimento em capital circulante; e (c) expansão geográfica pelo Brasil.

Em 2007, a Officer foi eleita a melhor distribuidora do Brasil pela revista Exame Melhores e Maiores, bem como ganhou 11 (onze) prêmios na edição do “Distribuidor Preferido” da CRN-Brasil, incluindo o de Distribuidor de Volume Destaque.

**Site Blindado S.A. (52,0% do capital social)** – A companhia analisa vulnerabilidades em *internet protocols* - IPs de servidores, roteadores e outros dispositivos de rede e também em aplicações web, por meio de realização de testes, simulação de ataques reais de *hackers*. Após identificar as principais brechas de segurança, o sistema apresenta o passo a passo para corrigi-las e, uma vez corrigidas as vulnerabilidades críticas, permitindo que o site exiba o selo Site Blindado.

**Latin eVentures Comércio do Brasil S.A. (Softcorp ) (97,0% do capital social)** - A Softcorp consolidou-se como uma das maiores revendas de produtos de tecnologia da informação - TI e comunicações para o mercado corporativo no Brasil. Oferece um *portfólio* amplo de soluções combinando *hardware*, *software*, *networking*, componentes e suprimentos e serviços de suporte de alto nível. A empresa é a única revenda brasileira que combina as mais altas certificações da HP, Microsoft e da Cisco, quais sejam, a - First Tier HP, Microsoft D LAR e Premier Partner Cisco. A Softcorp possui matriz em São Paulo e filiais no Brasil, e possui, além das citadas certificações, variadas certificações, comerciais e técnicas, que lhe permitem alianças com os principais fabricantes mundiais do setor. Dentre outras, destacamos as seguintes oportunidades de crescimento para a Softcorp: (i) crescimento do mercado brasileiro de hardware e software; e (ii) aumento das margens de serviço devido aos ganhos de escala da operação e ao aumento dos níveis de eficiência.

## INFRAESTRUTURA & TELECOM

**Automatos Tecnologia da Informação Ltda. (34,6% do capital social)** - A Automatos é uma empresa de tecnologia focada em gestão de infra-estrutura de TI. A Automatos fornece inteligência em TI por meio de soluções de monitoria remota e de gerência de *desktops*, servidores e dispositivos de redes. Mantém mais de 450 (quatrocentos e cinquenta) clientes, gerencia mais de 2,2 (dois inteiros e dois décimos) milhões de *desktops* e 600 (seiscentos) mil servidores em 19 (dezenove) países, sendo referência na América Latina para *software* corporativo. Dentre outros, os seguintes fatores podem ser citados como oportunidades de crescimento para a Automatos: (i) crescimento do mercado brasileiro



de hardware e software; e (b) aumento das margens de serviço devido aos ganhos de escala da operação e ao aumento dos níveis de eficiência.

**Padtec S.A. (34,2% do capital social)** - A Padtec é uma empresa voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de sistemas de comunicações ópticas. A empresa fornece soluções tanto para redes de longa distância quanto redes metropolitanas e redes de acesso. Com sede em Campinas, SP, a Padtec tem se destacado pela sua presença nas redes de entroncamento dos maiores provedores de serviços de telecomunicações da América Latina.

**Spring Wireless Brasil Ltda. (10,08% do capital social)** - A Spring Wireless fornece soluções para *mobile business*. Fundada em 2001, a Spring Wireless utiliza avançadas tecnologias disponíveis mundialmente, além de apresentá-las adaptadas às operadoras nacionais e aos negócios dos clientes. A metodologia de desenvolvimento e implantação de soluções móveis da Spring Wireless é o *MSL – Mobile Solution Lifecycle*.

**ETML – Empresa de Telefonia Multiusuário Ltda. (Trinnphone) (99,9% do capital social)** —A sociedade tem como missão ajudar seus clientes a otimizar os investimentos em telecomunicação. Autorizada pela ANATEL para oferecer serviços de telefonia fixa (STFC), telefonia via *internet* e banda larga (SCM).

**Visionnaire Informática S.A. (40,0% do capital social)** - A Visionnaire é uma empresa de desenvolvimento de *software*, que trabalha com tecnologias modernas voltadas para o desenvolvimento de sistemas via *web*, a integração de sistemas complexos em grandes empresas e a oferta de produtos próprios. Sediada no Parque de *Software* de Curitiba, a Visionnaire é a representante da OMG (*Object Management Group*, órgão de padronização mundial) no Brasil.

## **MÍDIA, COMUNICAÇÃO E CONTEÚDO.**

**Bolsa de Mulher S.A. (95,7% do capital social)** - Bolsa de Mulher é uma companhia que, por meio de várias marcas e *sites* de soluções femininas, conta com mais de 7,5 (sete inteiros e cinco décimos) milhões de usuárias únicas por mês (novembro/2009) e 9 (nove) milhões de usuárias cadastradas em sua rede. Seus principais modelos de negócio são publicidade, *mobile*, *e-commerce* e licenciamento de conteúdo. Além de ser a primeira a ter rede social feminina da *web*, a empresa desenvolveu também uma *Mobile Social Network* completa para mulheres – a primeira rede social feminina via celular do País.

**iMusica S.A. (93,1% do capital social)** - Criada em 2000, a iMusica é pioneira na América Latina na distribuição de mídia digital legalizada pela *internet* e pelo celular. Com mais de 3 (três) milhões de fonogramas licenciados para venda e contratos com a Warner Music, Universal Music, Emi Music, Sony-BMG, Som Livre, Deckdisc, Trama, Biscoito Fino e mais de 20 (vinte) mil gravadoras independentes nacionais e internacionais. Mantém acordo com editoras musicais no Brasil e entidades arrecadoras de direitos autorais na América Latina.

**NetMovies Entretenimento S.A. (54,7% do capital social)** - A NetMovies atua no setor de locações de DVDs pela Internet no Brasil, com o maior acervo – mais de 19 (dezenove) mil títulos – e a maior cobertura do Brasil. A companhia oferece planos de assinatura que permitem aos interessados assistirem a filmes, shows e documentários, sem prazo para devolução e sem cobrança de multa, por um preço fixo mensal.

**BP S.A. e Editora Pini Ltda. (Pini) (31,03% do capital social da BP S.A. e 31,04% do capital social da Editora Pini Ltda.)** – O conglomerado Pini, composto pela Editora Pini Ltda., BP S.A. e BP Participações S.A. (sociedade de participações detentora do controle de ambas as sociedades) é um dos mais tradicionais nos setores de engenharia, arquitetura e construção.

Editora Pini Ltda. Principal empresa do conglomerado PINI, é responsável pela publicação das revistas Construção Mercado, Guia da Construção, AU – Arquitetura & Urbanismo, Técnica - A Revista do Engenheiro Civil e Equipe de Obra. Nessa linha de negócios, as receitas são derivadas da venda de assinaturas e dos contratos de publicidade. A extensão da atuação da Editora PINI no meio digital ocorre por meio do portal PINIweb e dos respectivos sites das revistas, com veiculação de publicidade on-line e futura comercialização de assinaturas digitais. A área de eventos complementa de forma presencial a entrega de soluções de informações e conteúdos aos clientes, com fóruns, seminários profissionais e eventos patrocinados em todo o País. A Editora também é responsável pela edição de livros e manuais técnicos para os profissionais do *construbusiness*. Possui, atualmente, cerca de 80 livros à disposição no catálogo e mais de 250 títulos publicados desde 1955. O acervo deve ser digitalizado em breve para comercialização na Loja PINI na internet.

BP S.A. Com atuação na área de sistemas (*software house*), a BP S.A. desenvolve e comercializa soluções integradas e serviços de tecnologia da informação para profissionais e empresas da indústria da construção, além de contratantes de obras públicas e privadas. A linha de software procura atender a todas as etapas de um empreendimento, do anteprojeto à pós-ocupação. Os principais sistemas comercializados são o Volare, desenvolvido para orçar e gerenciar obras de qualquer porte; o ArchiCAD, software BIM (Building Information Modeling) para projetos de arquitetura em ambiente 3D; e o Versato, sistema integrado para gestão de empresas construtoras, empreiteiras e incorporadoras. Outros sistemas complementam o portfólio, como o Arcon (maquetes eletrônicas), Concreto 100 (cálculo de estruturas), ICADplus (arquitetura), Orçacasa (custos de residências), Strap Metal (estruturas metálicas), Autopower (instalações elétricas), dentre outros.

**BNetwork Participações S.A. (Zura!)** (73,4% do capital social) - A companhia é detentora do *site* Zura!, e tem como objetivo ser referência na *internet* para serviços de compras *on-line*. O site possibilita ao consumidor uma experiência completa, desde aprendizado sobre o produto e suas características, passando pela consulta opiniões de outros usuários até a compra do produto final, seja na loja de sua conveniência ou pelo melhor preço.

**Addcomm Serviços e Publicidade S.A. (56,69% do capital social)** - A Addcomm é uma agência de *marketing* e comunicação digital com foco na prestação de serviços de planejamento, criação, produção e gerenciamento para marcas, produtos e serviços na internet.

**Hands Empreendimentos S.A. (99,9% do capital social)** - A Hands é a primeira empresa brasileira especializada em *mobile advertising*. Possui mais de 100 (cem) *cases* de *Mobile Advertising* e mais 250 (duzentos e cinquenta) canais de conteúdo em seu portal móvel. Hoje em grande expansão, está dividida em três unidades de negócios para melhor atender as necessidades do mercado. São elas: *Mobile Advertising*; *Sites Móveis*, e *Hands Trends*.

**Webtrust Empreendimentos S.A. (Media Factory) (50,95% do capital social)** - Criada em 2002, a companhia foi uma das pioneiras na disseminação do conceito de e-mail *marketing* no Brasil e conquistou posições de destaque no mercado com produtos e serviços voltados para *marketing* de relacionamento.

**Webtv Transmissões Online Ltda. (TVAOVIVO) (33,79% do capital social)** - A TVAOVIVO é uma empresa de comunicação interativa multimídia, que desenvolve projetos para criação de programas de televisão na internet ao vivo e sob demanda, para consulta imediatamente após a transmissão ao vivo, seja para projetos corporativos ou conteúdos independentes.

**BrANDS Group Participações S.A. (99,9% do capital social)** - A BrANDS é a empresa de investimento para a integração de empresas de comunicação *online* e interativas no mercado publicitário. Atualmente, integram o portfólio da BrANDS as empresas: Hands, AddComm, Media Factory e TVAOVIVO, que atuam de forma independente.

#### 8.4. Administração da Ideiasnet.

A Ideiasnet é administrada por um conselho de administração e por sua diretoria. Abaixo, apresentamos informações sobre os diretores.

##### 8.4.1. Diretoria.

Os executivos da Ideiasnet possuem ampla experiência em diversos segmentos de mercado, especialmente o setor de tecnologia. Com média de 20 (vinte) anos de atuação, a maioria deles já superou diversas crises econômicas e políticas enfrentadas pelo Brasil, inclusive a ocorrida no setor no início da década de 2000, período marcado pela reestruturação e/ou desaparecimento de muitas empresas de tecnologia.

São profissionais que contribuem proativamente no dia-a-dia das empresas do portfólio, participando de seus respectivos conselhos de administração de várias das empresas investidas.

**Diretor Presidente - Luis Alberto Monteiro Lobato Reátegui (eleito em junho de 2008):** Graduado em Engenharia de Produção Civil pela PUC - Rio, com MBA pela *Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology (MIT)*. Possui ampla experiência no mercado financeiro. Como Diretor do Banco Bozano Simonsen S/A, foi responsável pela abertura dos escritórios do banco na Europa, pelas operações da Bozano, Simonsen Securities Inc. nos Estados Unidos e pela Divisão de Renda Variável do banco no Brasil. Como Diretor do Banco Santander Brasil, foi responsável pela área de Vendas Internacionais de Renda Variável. Empresário e empreendedor com experiência na América Latina.

Idade: 42 anos.

**Diretora Financeira - Alexandra de Haan (eleita em julho de 2008):** Formada em Economia pela Georgetown University, Washington, DC; MBA pela Columbia Business School, New York, NY. . Iniciou sua carreira como analista de Mercado de Capitais no ABN AMRO Bank, em Nova York. Após três anos, Alexandra foi contratada pela Lehman Brothers para atuar no setor de Mídia e Telecomunicações no Investment Banking. Em 2000, foi co-fundadora da Mundivox Communications, que fornece serviços de banda larga para o mercado corporativo no Rio de Janeiro, através de sua rede de fibra-ótica própria. Foi Diretora Financeira do Grupo Unik, que operava concessionárias Peugeot e Ford.

Idade: 39 anos.

**Diretor de Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios - Rodin Spielmann de Sá (eleito em junho de 2001):** Graduado em Engenharia Mecânica e de Produção pela PUC-RJ, com graduação em MBA pela Fundação Getúlio Vargas - RJ. Iniciou sua carreira no Banco BBM onde trabalhou por mais de 7 anos em diversas áreas, tanto operacionais quanto de back-office.

Idade: 38 anos.

**Diretor de Desenvolvimento de Negócios - Marcelo Rodrigues Almeida (eleito em março de 2006):** Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui 18 anos de experiência em Marketing e Desenvolvimento de Negócios em diferentes indústrias, em segmentos de varejo, B2B e B2C. Trabalhou na Xerox do Brasil, Texaco Brasil e Banco Nacional. A partir de 1995 criou e dirigiu 3 companhias próprias, no segmento de mídia e comunicação, entre elas a Via Global S.A, da qual também foi membro do Conselho de Administração. Tem formação em Administração de Empresas.

Idade: 38 anos.

#### 8.4.2. Liderança intelectual.

Inovação faz parte do cerne da Ideiasnet. O corpo de profissionais da companhia é formado por pessoas com elevado nível de comprometimento, *know-how* e capacidade inovadora. Para reforçar esses conceitos internamente e formar as gerações futuras de executivos da Ideiasnet, em 2009, a empresa lançou o programa IDNT3 (Iniciação ao Desenvolvimento de Novos Talentos).

A iniciativa, cujo nome é inspirado no *ticker* da companhia na BM&FBOVESPA, consistirá em uma nova forma para captar talentos no mercado. Após um amplo e rigoroso processo de seleção, o IDNT3 escolherá os *trainees* que ingressarão nos quadros da empresa. Os escolhidos serão submetidos a um período em cada área – incluindo as empresas investidas –, convivendo lado a lado com o executivo líder do setor, para compreender, em sua essência, como funciona a Ideiasnet. O programa chegará às universidades brasileiras, contribuindo também para disseminar a marca Ideiasnet no mercado. A Ideiasnet, com este projeto, tem como um dos objetivos, formar suas lideranças do futuro.

#### 8.5. Informações Financeiras Seleccionadas da Ideiasnet.

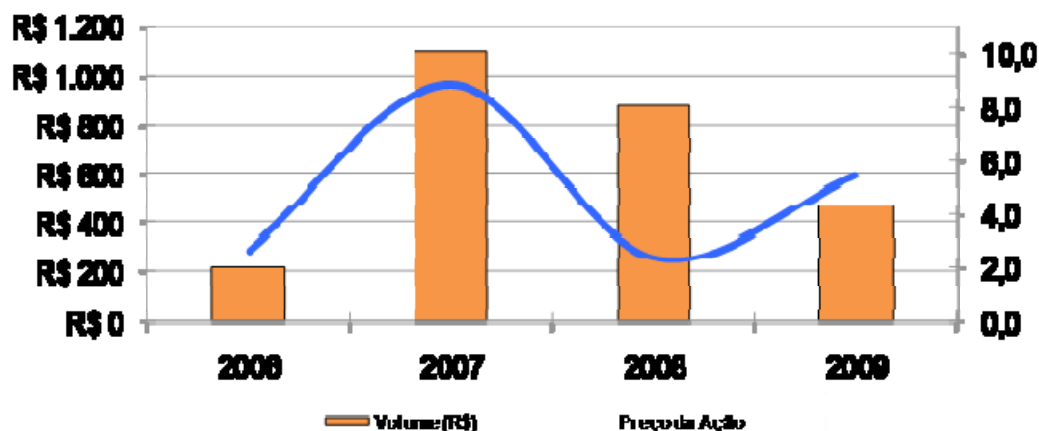
##### 8.5.1. Capitalização do Mercado (31.12.2009) e Principais Acionistas (31.12.2008, conforme atualizado)

<b>Nº total de Ações IDNT3</b>	<b>100.552.447</b>
Preço por Ação - R\$	<b>R\$ 5,79</b>
<b>Market Cap - R\$</b>	<b>R\$ 582.198.668</b>
Taxa de Conversão (US\$/R\$)	<b>R\$ 1,75</b>
<b>Market Cap - US\$</b>	<b>US\$ 332.589.928</b>

Acionista	Quantidade de ações	Participação
Lorentzen Group	14.352.968	14,22%
EBX Group	13.726.537	13,60%
Truetech Participações	7.912.454	7,84%
Gustavia Investor	7.500.000	7,43%
Mercatto	7.161.243	7,09%
Outros	50.285.453	49,82%
<b>TOTAL</b>	<b>100.938.655</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: IAN de 31/12/2008 da Ideiasnet

##### 8.5.2. Liquidez da ação (Volume \* x Cotação da Ação – Base 31/12/09).



### *8.5.3. Informações Financeiras Seleccionadas da Ideiasnet.*

Seguem, abaixo, os resultados referentes aos períodos encerrados em 30 de setembro de 2008 e 30 de setembro de 2009.

## Balanço Patrimonial Consolidado (em R\$ mil)

ATIVO		
	30/09/2008	30/09/2009
<b>Ativo Circulante</b>	<b>295.364</b>	<b>254.554</b>
Disponibilidades	80.345	17.044
Estoques	62.616	59.381
Duplicatas a Receber	122.404	144.868
Créditos com coligadas e controladas	592	2.298
Impostos a recuperar	7.135	15.240
Demais Créditos	22.272	15.562
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>36.947</b>	<b>24.752</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.586	2.813
Créditos com coligadas e controladas	18.206	13.002
Mútuos com coligadas e controladas	-	15.221
(-) Provisão de mútuo	-	(2.219)
Outros Créditos	3.155	8.937
<b>Ativo Permanente</b>	<b>82.266</b>	<b>91.983</b>
Investimentos	68.806	68.173
Em controladas	-	-
Em coligadas	68.806	67.100
Outros Investimentos		1.073
Imobilizado	9.544	12.732
Diferido	3.916	11.078
<b>Total do Ativo</b>	<b>414.577</b>	<b>371.289</b>
PASSIVO		
	30/09/2008	30/09/2009
<b>Passivo Circulante</b>	<b>170.520</b>	<b>190.766</b>
Fornecedores	123.148	111.287
Tributárias e Previdenciárias	6.982	11.079
Empréstimos	30.194	51.390
Outras Obrigações	10.196	17.010
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>55.373</b>	<b>5.078</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	695	-
Dívidas com pessoas ligadas	327	1.750
Empréstimos	47.222	33.302
Provisão	-	(34.691)
Resultado de Exercícios Futuros	-	(1.973)
Outras Obrigações	7.129	6.690
<b>Participação dos Minoritários</b>	<b>(54)</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>188.738</b>	<b>175.445</b>
Capital Social Subscrito	212.001	189.407
Capital a Integralizar	(289)	(230)
Reserva de Capital	539	
Ações em Tesouraria	-	(16.256)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	3.227
Prejuízos acumulados	(23.514)	(703)
<b>Total do Passivo</b>	<b>414.577</b>	<b>371.289</b>

### Demonstração de Resultados Consolidado (em R\$ mil)

	3T09	3T08	9MS09	9M08
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>264.415</b>	<b>295.294</b>	<b>734.519</b>	<b>766.885</b>
( - ) Deduções	(45.617)	(79.528)	(143.906)	(158.254)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>218.798</b>	<b>216.456</b>	<b>590.613</b>	<b>608.631</b>
( - ) Custo das Mercadorias Vendidas	(181.654)	(179.545)	(497.643)	(506.234)
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>37.144</b>	<b>36.911</b>	<b>92.970</b>	<b>102.397</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(33.383)</b>	<b>(39.029)</b>	<b>(91.623)</b>	<b>(104.641)</b>
Gerais Administrativas	(35.308)	(30.005)	(76.366)	(85.244)
Resultado Financeiro	(3.031)	(4.285)	(8.684)	(11.422)
Outras Receitas/Despesas Op.	4.272	(1.075)	(5.404)	(4.867)
Depreciação e amortização	448	(2.539)	(1.027)	(4.986)
Resultado da Equivalência Patrimonial	236	(1.125)	(142)	1.878
<b>Resultado Operacional</b>	<b>3.761</b>	<b>(2.118)</b>	<b>1.347</b>	<b>(2.244)</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>(639)</b>	<b>160</b>	<b>(354)</b>	<b>197</b>
<b>Resultado Antes da Tributação</b>	<b>3.122</b>	<b>(1.958)</b>	<b>993</b>	<b>(2.047)</b>
Contrib. Social e IR	(834)	(962)	(1.828)	(4.734)
Participação dos minoritários	-	-	-	-
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	(2.113)	790	132	790
Resultado Extraordinário	-	-	-	-
<b>Resultado do Período</b>	<b>175</b>	<b>(2.130)</b>	<b>(703)</b>	<b>(5.991)</b>



## **IX. SETORES DE ATUAÇÃO DAS CEDENTES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.**

## SETORES DE ATUAÇÃO DAS CEDENTES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

*O Fundo tem como objetivo proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante de recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de tempos em tempos, de direitos creditórios Performados originados por empresas em que Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta. Esta Seção destina-se a apresentar um breve descritivo dos setores de atuação das Cedentes dos Direitos Creditórios que poderão ser cedidos ao Fundo.*

*A participação de eventuais empresas como Cedentes do Fundo estará condicionada à conclusão em termos satisfatórios para a Administradora, de procedimento de cadastro destas perante a Administradora. As Cedentes deverão identificar, cadastrar e manter completos e atualizados seus dados cadastrais, de acordo com as normas brasileiras sobre dados cadastrais e as normas aplicáveis em seu país de domicílio, inclusive quanto à suficiência e qualidade de documentos e informações e a periodicidade de seu fornecimento. As Cedentes deverão verificar, ainda, a existência de indícios de crimes de lavagem de dinheiro, ou qualquer outro ilícito contra o SFN.*

### 9.1. Visão geral dos setores de atuação das Cedentes.

#### 9.1.1. Officer e Softcorp – Distribuição e vendas.

Com a recuperação da economia esperada para 2010, as vendas mundiais de computadores pessoais - PCs devem voltar a apresentar taxas de crescimento na casa dos dois dígitos, que devem se manter até 2013, segundo dados da IDC. Em 2009, a previsão é de um pequeno aumento de cerca de 1,3% (um inteiro e três décimos percentuais) em relação a 2008, totalizando 291,4 (duzentos e noventa e um inteiros e quatro décimos) milhões de unidades vendidas. Somente no terceiro trimestre de 2009, as vendas mundiais de PCs registraram crescimento de 2,3% (dois inteiros e três décimos percentuais), após três trimestres consecutivos de queda. Em 2010, a consultoria estima que serão vendidas 321,4 (trezentos e vinte e um inteiros e quatro décimos) milhões de máquinas, o que, se confirmado, representará avanço de 10,3% (dez inteiros e três décimos percentuais) na comparação com este ano. Para 2013, as projeções da IDC apontam para um total de embarques de 444,4 (quatrocentos e quarenta e quatro inteiros e quatro décimos) milhões de PCs em todo o mundo, alta de 52,5% (cinquenta e dois inteiros e cinco décimos percentuais) frente a este ano. A consultoria IDC projeta que os gastos com tecnologia em todo o mundo - incluindo equipamentos, *hardware*, *software* e serviços - vão crescer 3,2% (três inteiros e dois décimos percentuais) em 2010, fazendo a indústria retornar aos níveis de 2008, quando o faturamento chegou a US\$ 1,5 (um inteiro e cinco décimos) trilhão de dólares norte americanos. Os mercados emergentes serão responsáveis por mais da metade do crescimento do setor. No bloco de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China - o BRIC - os gastos podem subir entre 8% (oito por cento) e 13% (treze por cento) segundo a IDC.

Para o Brasil, segundo a IDC, o crescimento esperado para as vendas de PCs e *notebooks* em 2010 é ainda superior ao crescimento mundial, devendo alcançar 12,1% (doze inteiros e um décimo percentuais) em relação a 2009 com a venda 12,7 (doze inteiros e sete décimos) milhões de unidades. Em 2009, ocorreu uma redução de 3,9% (três inteiros e nove décimos) das vendas em relação a 2008 sofrendo, ainda, o reflexo da crise mundial no primeiro semestre. De acordo com a IDC, a taxa composta de crescimento anual estimada entre 2009 e 2013 para as vendas de PCs e *notebooks* no Brasil é de 7,8% (sete inteiros e oito décimos percentuais). O país ocupa atualmente a 5ª (quinta) posição no ranking de maiores mercados de computadores do mundo.

### *9.1.2. Editora Pini Ltda. e BP S.A. – Construção Civil.*

Observada a diferenciação de atividades descrita no item 8.3.2. tanto a BP S.A. quanto a Editora Pini Ltda. atuam no mesmo mercado – o da construção civil.

Segundo pesquisa do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP), as expectativas em 2010 para o mercado de construção civil é de crescimento para o Brasil. De acordo com essa mesma pesquisa, o mercado de construção civil voltou a contratar desde janeiro de 2009. O setor já voltou para o mesmo patamar, ou ainda maior, de quando se iniciou a crise mundial. O nível de emprego da construção civil, bateu novo recorde, com 2,26 (dois inteiros e vinte e seis centésimos) milhões de trabalhadores, conforme pesquisa mensal realizada pelo SindusCon-SP, ampliação de 7,3% (sete inteiros e três décimos percentuais) sobre o estoque de trabalhadores contratados em 2008. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), a projeção é de que em 2009 a demanda por materiais cresça entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento). Estudo sobre a tendência do setor da construção, elaborada pela FGV Projetos, mostra a indústria da construção civil com estimativa de crescimento de 8,8% (oito inteiro e oito décimos percentuais) em 2010, enquanto o produto interno bruto - PIB projetado é de 5,8% (cinco inteiros e oito décimos percentuais), segundo avaliação do setor divulgada pela FGV Projetos.

De acordo com a mesma pesquisa do SindusCon-SP, em paralelo ao crescimento do mercado de construção civil, a verba de publicidade para revistas no Brasil é em torno de 8% (oito por cento) enquanto nos EUA ultrapassa 14% (quatorze por cento). Segundo o Relatório do Projeto Intermeios, a publicidade na internet cresceu 25% (vinte e cinco por cento) em 2009 em relação a 2008 e já representa 4% (quatro por cento) do total investido em publicidade no Brasil.

### *9.1.3. Automatos – Serviços de Segurança da Informação.*

Segundo os estudos da consultoria Gartner, o mundo continua a ver um rápido crescimento na demanda por soluções de segurança, devido ao aumento de soluções de negócios dependentes de tecnologia da informação. Negócios e corporações ao redor do mundo foram migrando suas operações convencionais para soluções dependentes de tecnologia da informação para aumentar a sua produtividade e manter-se atualizados com as tendências de tecnologia em constante evolução. O rápido aumento da adoção da internet e a cada vez maior onda de ameaças on-line também são um estímulo à procura de produtos e serviços de segurança de tecnologia da informação no Brasil e em todo o mundo.

As crescentes preocupações sobre segurança de tecnologia da informação de empresas de todos os portes ajudou o mercado mundial de segurança de tecnologia da informação a crescer em 2009 apesar da recessão, segundo as consultorias Forrester e Gartner. Estima-se que o mercado global de segurança de tecnologia da informação seja maior que US\$ 85 (oitenta e cinco) bilhões de dólares norte americanos em 2009 e a projeção é que ainda cresça quase 11% (onze por cento) por ano até 2013.

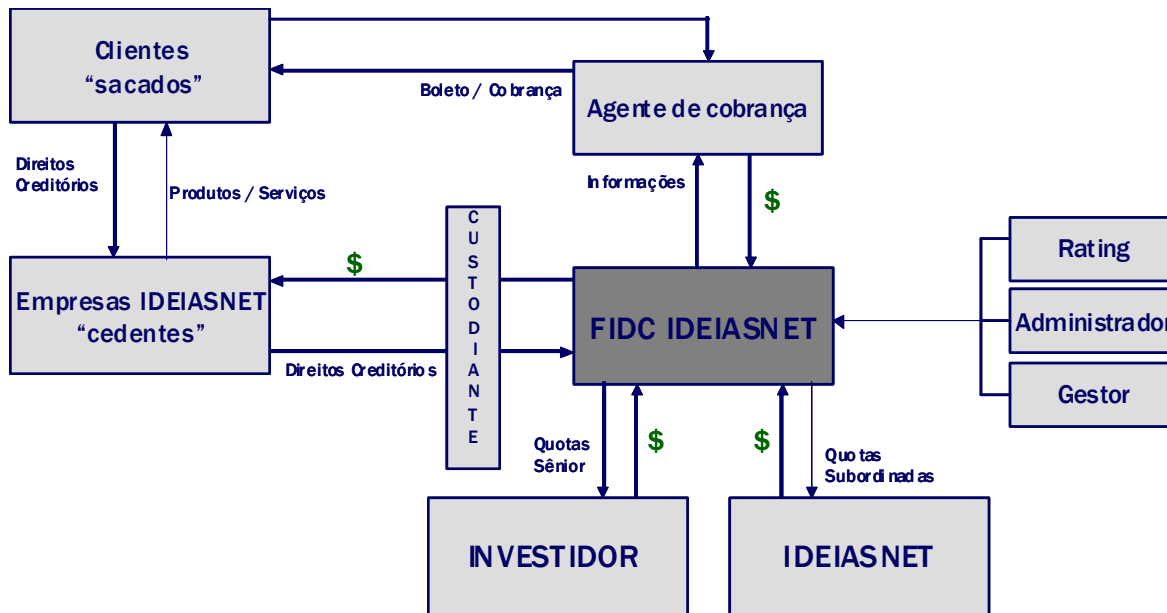
Ainda segundo os estudos da consultoria Gartner, apesar do mercado de software de segurança de tecnologia da informação hoje liderar seu setor (pois este segmento respondeu por mais de 45% (quarenta e cinco por cento) do mercado total segurança de tecnologia da informação em 2009), o crescimento futuro do mercado de segurança de tecnologia da informação deverá ser liderado pelos serviços de segurança com um crescimento anual de cerca de 13% (treze por cento).

A Ideiasnet acredita que as oportunidades se multiplicam para empresas brasileiras de serviços de segurança da informação quando se nota a peculiaridade do segmento que, devido à universalização e

integração das plataformas básicas tecnológicas, tornam as empresas em que investe competidoras globais que têm vantagem da reconhecida qualidade dos profissionais da área e competitividade de custo.

## 9.2. Estrutura da Operação.

### 9.2.1. Fluxograma financeiro.



- As Cedentes comercializam os seus produtos / serviços aos seus clientes, gerando direitos creditórios elegíveis. Os pagamentos são efetuados por boletos bancários ou faturas, conforme o caso, diretamente pelo cliente em qualquer banco no Brasil.
- As Cedentes verificam se os direitos creditórios atendem às condições de cessão e enviam, por meio eletrônico, as faturas ao Custodiante, que verifica se os direitos creditórios estão em conformidade com os critérios de elegibilidade.
- Depois de verificar quais direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade, o Custodiante coloca à disposição da Administradora e da Cedente, no [website](http://www.itaucustodia.com.br) do Custodiante [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br) relatórios contendo lista dos Créditos Elegíveis e o respectivo preço de aquisição que serão utilizados pelo Custodiante para a liquidação financeira da cessão.
- Os Direitos Creditórios regularmente cedidos ao Fundo poderão ser pagos em: (i) conta de cobrança de titularidade do Fundo para recebimento de pagamentos relativos aos Boletos Bancários; (ii) conta de recebimento de titularidade do Fundo, conforme indicada no Termo de Aceite ou utilizada para recebimento de depósitos mediante TED; ou (iii) conta vinculada de titularidade da Cedente em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicada no Termo de Aceite.

- e. A Gestora cuidará do caixa e operações do Fundo usando os recursos advindos da arrecadação dos direitos creditórios, observada a ordem e aplicação de recursos estipuladas em regulamento, o fluxo de origem dos Cedentes e as demais obrigações do Fundo.

### **9.3. Cedentes, na data deste Prospecto.**

Conforme previsto e observadas as condições estabelecidas no Artigo 14 do Regulamento, além de outras empresas em que a Ideiasnet detenha participação, as seguintes empresas poderão ceder Direitos Creditórios ao Fundo:

- a. **Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.;**
- b. **Automatos Tecnologia da Informação Ltda;**
- c. **Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil S.A.;**
- d. **BP S.A.; e**
- e. **Editora Pini Ltda.**

Não existe experiência anterior por parte de nenhuma das Cedentes acima indicadas em outras operações ou projetos de securitização.

Embora não existam restrições previstas no Regulamento do Fundo no que tange à participação de cada Cedente na carteira de Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo, na data deste Prospecto, estima-se que a carteira de recebíveis da Officer é a única com capacidade para ser responsável por mais do que 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios que poderão ser cedidos ao Fundo. Estimamos que a Officer poderá vir a responder por 85% a 100% dos direitos creditórios a serem cedidos ao Fundo, ficando as outras Cedentes individualmente responsáveis por volumes de 0% a 15% dos direitos creditórios a serem cedidos ao Fundo. As estimativas podem ser alteradas, tendo em vista, dentre outros fatores, alterações no volume de direitos creditórios originados pelas Cedentes e a admissão de novas Cedentes.

Para mais informações a respeito das Cedentes acima indicadas, favor ver o item 8.3.2 da Seção VIII e Seção IX deste Prospecto.

**X. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES.**

---

## **DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001.31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de administradora e instituição responsável pela distribuição pública de até 75 (setenta e cinco) Quotas Seniores da Primeira Série do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.432.314/0001-80 (“Emissor”, “Emissão” e “Oferta”), conforme exigido pelo § 5º do Artigo 56, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”) declara que o Prospecto da distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, dos valores mobiliários ofertados (as quotas do Fundo), do emissor (o Fundo), suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.



**XI. INFORMAÇÃO E RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E COM A OFERTA.**

---

## **INFORMAÇÃO E RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E COM A OFERTA**

### **11.1. Administradora e Distribuidora.**

A INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.418.140/0001-31, é uma sociedade limitada validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Administradora é controlada diretamente pelo ITAÚ UNIBANCO S.A. , que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos percentuais) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no País.

A Administradora oferece serviços de administração fiduciária visando a atender às necessidades de controle e acompanhamento da gestão própria ou terceirizada de seus clientes. Estes serviços compreendem a administração legal de fundos de investimento, incluindo as atividades de supervisão, monitoramento, *compliance* e controle da adequação dos investimentos e aplicações aos limites estabelecidos na legislação aplicável e normas e diretrizes fixadas na política de investimento.

Em outubro de 2009, atuando exclusivamente na atividade de administração fiduciária de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora atingiu o volume de R\$ 3,9 (três inteiros e nove décimos) bilhões de ativos sob sua administração.

A Administradora exerce suas atividades buscando sempre as melhores condições para os fundos de investimentos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses do cliente, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com ela mantida.

Exerce, ou diligencia para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades de administração dos ativos dos seus clientes, ressalvado o que dispuser a mesma sobre a política relativa ao exercício de direito de voto com relação a participações acionárias.

A Administradora presta todos os serviços previstos pela legislação pertinente e atribuídos a um administrador, em especial os serviços previstos na Instrução CVM 409.

### **11.2. Agente Autônomo.**

A Mercatto Investimentos - Agente Autônomo de Investimentos Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Rodrigo Silva n.º 26 – 10º andar, Centro – Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.574.275/0001-52, é controladora da Mercatto Capital Partners Ltda.

### **11.3. Estruturadora e Gestora.**

A Mercatto Capital Partners Ltda. (MCP) com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva n.º 26 - 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.232.241/0001-82, autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório 10.789, de 28 de dezembro de 2009, representa a divisão da Mercatto Investimentos para os segmentos de *private equity* e finanças corporativas, tendo sido estabelecida como um departamento da Mercatto

Investimentos em 2005 e segregada como uma empresa independente em 2009. A MCP faz gestão de fundos de *private equity* e fundos estruturados, particularmente Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). No segmento de Finanças Corporativas, a MCP desenvolve projetos de securitização de recebíveis, reestruturação financeira e Fusões e Aquisições, entre outros. A MCP, em conjunto com a sua controladora Mercatto Investimentos, participa da gestão de ativos na ordem de R\$ 550 (quinhentos e cinquenta e cinco) milhões.

Como diferenciais de sua atuação, a MCP caracteriza-se por ser uma instituição independente, não vinculada a nenhum conglomerado financeiro, o que a isenta de potenciais conflitos de interesse nos projetos que desenvolve. Dispõe, ainda, de uma ampla rede de contatos e relacionamentos, no Brasil, nos Estados Unidos, por meio da Mercatto US LLC. e na Europa.

Além disso, a MCP conta com uma equipe de profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência em análise financeira e em operações de Finanças Corporativas. Cabe também ressaltar seus principais executivos são seus sócios, criando, assim, uma estratégia efetiva de comprometimento e na busca do melhor desempenho.

A MCP atuou em diferentes *cases*, dentre os quais se destacam a estruturação e gestão do Mercatto Botafogo Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento de Longo Prazo (operação de R\$ 456,5 milhões concluída em abril de 2009), a assessoria exclusiva na avaliação econômico-financeira, negociação e estruturação da operação de alienação de participação na Bionasa Combustível Natural (operação de R\$ 125 milhões concluída em agosto de 2007), a gestão e estruturação do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios SE – Royalties de Petróleo e Gás (operação de R\$ 40 milhões, concluída em julho de 2006) e a estruturação e gestão do Credibel Fundo de Investimentos em direitos Creditórios – Veículo e INSS para o Banco Credibel S/A. (operação de R\$ 25 milhões, concluída em dezembro de 2005), entre outras.

#### **11.4. Custodiante e Agente Escriturador das Quotas.**

O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob n.º 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos e controla atualmente mais de R\$ 1,9 (um inteiro e nove décimos) trilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da ANBIMA de outubro de 2009.

O Itaú Unibanco obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 (trinta) anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há mais de 10 (dez) anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 1,9 trilhões (um inteiro e nove décimos) em ativos de terceiros com mais de 1.000 (mil) contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e

controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 14.900 (quatorze mil e novecentos) fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (*servicer*), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 10,9 (dez inteiros e nove décimos) bilhões de reais em ativos.

#### *11.4.1. Tecnologia e sistemas.*

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (CTO), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do ITAU UNIBANCO S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

#### *11.4.2. Sistemas de back-up.*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação *online* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

#### *11.4.3. Políticas de compliance e controles internos.*

A Área de Mercado de Capitais possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo BACEN.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

### **11.5. Assessor Legal.**

O Madrona, Hong, Mazzuco - Sociedade de Advogados foi fundado em fevereiro de 2004 por sócios que acumulam, cada qual, mais de 12 (doze) anos de experiência no segmento financeiro e de mercado de capitais, à frente de tradicionais escritórios, instituições financeiras e organismos multilaterais, atendendo empresas, instituições financeiras, tanto locais como estrangeiras, bem como organismos multilaterais de financiamento e de fomento.

### **11.6. Agência Classificadora de Risco.**

Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, n.º 89, sala 1.302, Centro, CEP 20040-004, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33. A Fitch começou a operar no mercado brasileiro no início da década de 1980, tendo estabelecido uma subsidiária local em 1997, que sucedeu o escritório de representação e quando passou a atribuir também *ratings* nacionais aos bancos e empresas brasileiros. Em abril de 2003, a Fitch adquiriu a Atlantic Rating, maior agência nacional, com atuação no Brasil desde 1992.

### **11.7. Auditores Independentes.**

KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade com sede no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29 é uma sociedade, associada à KPMG Internacional, que é a entidade coordenadora para uma rede global de empresas de serviços profissionais, fornecendo serviços de auditoria, tributação e assessoria, com um foco setorial.

### **11.8. Sumário dos contratos com prestadores de serviços.**

Abaixo, segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com os prestadores de serviços:

#### *11.8.1. Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.*

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, o Custodiante se obrigou perante a Administradora a prestar ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356, e os serviços de controladoria e escrituração de quotas. O Custodiante também atuará como agente de recebimento dos valores referentes aos Direitos Creditórios pagos pelos Devedores.

#### *11.8.2. Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento.*

Através do Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento, a Administradora contratou a Gestora para realizar a gestão da Carteira do Fundo, em benefício dos Quotistas.

*11.8.3. Contrato de Prestação de Serviços de Distribuição e Mediação de Quotas do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços.*

A Distribuidora contratou o Agente Autônomo por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Distribuição e Mediação de Quotas do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços, para atuar como seu preposto na distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série, em regime melhores esforços.

**11.9. Relacionamento entre as Partes.**

Os múltiplos Cedentes ou o grupo econômico a que pertencem não estão envolvidos nas atividades de custódia, gestão e administração e não pertencem ao mesmo grupo econômico da Administradora e/ou do Custodiante, que são instituições devidamente habilitadas perante a CVM e o Banco Central do Brasil para prestar tais serviços, conforme aplicável, portanto, entende-se que não existem conflitos de interesses na prestação de tais serviços.

*11.9.1. Relacionamento entre a Gestora e a Ideiasnet.*

A Mercatto Gestão de Recursos Ltda., controladora da Gestora, é gestora de carteiras de fundos que detêm, em seu conjunto, participação relevante no capital da Ideiasnet, a qual, por sua vez, controla ou detém participação no capital social das Cedentes do Fundo, conforme previsto no Regulamento. Tais posições são de caráter especulativo, não existindo, portanto, compromisso algum de mantê-las no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2009, a participação dos fundos geridos pela Mercatto Gestão de Recursos Ltda., controladora da Gestora, no capital social da Ideiasnet equivalia a 6.658.295 (seis milhões, seiscentas e cinquenta e oito mil, duzentas e noventa e cinco) ações ordinárias, ou seja, aproximadamente 6,64% (seis inteiros e sessenta e quatro centésimos percentuais), distribuídos da seguinte forma:

FUNDO	CNPJ	QNTD	Participação
Mercatto GF FI de Ações	05.578.898/0001-01	2.147.606	2,14%
Mercatto Estratégia FI de Ações	02.724.147/0001-50	1.742.330	1,74%
Mercatto Banese Celi FIA	07.900.281/0001-88	878.175	0,88%
FI Multimercado Multicarteiras Barracuda	02.934.491/0001-73	377.779	0,38%
Mercatto R2 FIA	04.804.997/0001-93	280.000	0,28%
Mercatto Ábaco FIA	06.096.149/0001-00	204.900	0,20%
Mercatto Itaipava Crédito Privado Multimercado FI	09.720.551/0001-02	170.000	0,17%
Mercatto Diferencial Institucional Multimercado FI Longo Prazo	05.254.718/0001-28	166.180	0,17%
Mercatto Diferencial 30 Multimercado FI LP	08.869.558/0001-10	145.900	0,15%
Mercatto Piauí Facepi Mutimercado Previdenciário FI	04.807.198/0001-70	88.619	0,09%
Mercatto OABPrev-RJ Multimercado Previdenciário FI	08.432.178/0001-13	80.000	0,08%
Paraguaçu I FI Multimercado Previdenciário Crédito Privado	05.359.155/0001-32	70.000	0,07%

Mellon Nota FI Multimercado Previdenciário	06.290.652/0001-94	66.752	0,07%
Mercatto Atalaia Crédito Privado Multimercado FI	03.564.113/0001-08	65.000	0,06%
Mercatto Acaju FI Multimercado Previdenciário	03.992.522/0001-05	51.914	0,05%
Hermes Gazzola	216.043.630-53	50.000	0,05%
Mercatto Diferencial Multimercado FI Longo Prazo	02.747.117/0001-69	45.000	0,04%
Mercatto Pajuçara Multimercado Previdenciário FI	03.168.115/0001-88	16.440	0,02%
Mercatto TI Multimercado FI LP	11.228.476/0001-09	11.700	0,01%
<b>TOTAL</b>		<b>6.658.295</b>	<b>6,64%</b>

A Mercatto Gestão de Recursos Ltda, controladora da Gestora do Fundo, é quotista minoritária do fundo Mercatto Diferencial Multimercado FI Longo Prazo, do qual é também gestora, o que poderá implicar conflito de interesses tendo em vista o poder de recusa da Gestora do Fundo à indicação de direitos creditórios estabelecido no parágrafo 2º do art. 19 do Regulamento do Fundo.

#### *11.9.2. Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante.*

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Custodiante integram o mesmo grupo econômico, o Grupo Itaú. A Administradora e o Custodiante não mantinham, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações: (i) o Custodiante foi contratado pela Administradora para prestação de serviços de custódia qualificada dos ativos financeiros e outros títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo; e (ii) o Custodiante presta serviços de custódia qualificada de ativos de outros fundos de investimento administrados pelo Administrador, quais sejam, FIDC CESP II, CEMIG FIDC CONTA CRC, FIDC NAO PADRONIZADOS AMÉRICA MULTICARTEIRA, FIDC CESP III, BMG FIDC CREDITOS CONSIGNADOS VI, FIDC EMAE – ENERGIA, FIDC PANAMERICANO VEICULOS I, FIDC ENERGISA, JP MORGAN FIDC NÃO PADRONIZADOS MULTICARTEIRA FIDC NAO PADRONIZADOS ALEMANHA MULTICARTEIRA, BMG FIDC CONSIGNADOS PUBLICOS VII, GENERAL ATLANTIC FI EM PARTICIPAÇÕES, CAPITAL MEZANINO FI PARTICIPAÇÕES, UBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, KINEA I REAL ESTATE EQUITY FIP, FI EM QUOTAS DO PATRIA REAL ESTATE FIP, EPICA FI EM PARTICIPAÇÕES, G.A. BRASIL FI EM PARTICIPAÇÕES, CAPITAL MEZANINO PRIVADO I FIP.

As prestações de serviços referidas na alínea (ii) acima são reguladas por meio de contratos de prestação de serviços de custódia e controladoria de fundo de investimento, celebrados entre a Administradora e o Custodiante. Como regra geral, tais contratos têm prazo de vigência até a liquidação integral das obrigações dos respectivos fundos de investimento, sendo que o primeiro desses contratos foi celebrado em 28 de junho de 2005. As remunerações devidas ao Custodiante nos termos dos contratos referidos acima são equivalentes a percentuais do patrimônio líquido dos fundos e variam de 0,04% (quatro centésimos percentuais) a 0,5% (cinco décimos percentuais).

#### *11.9.3. Relacionamento entre a Gestora e o Agente Autônomo.*

A Mercatto Capital Partners Ltda., Estruturadora e Gestora do Fundo, e a Mercatto Investimentos - Agentes Autônomos de Investimentos Ltda., Agente Autônomo, fazem parte do mesmo grupo econômico. No entanto, as atividades de ambas as empresas são independentes e segregadas.



#### *11.9.4. Relacionamento entre Custodiante e a Ideiasnet.*

O Custodiante das Quotas do Fundo é o prestador de serviços de escrituração das ações de emissão da Ideiasnet desde sua abertura de capital, ocorrida em 2001. A Ideiasnet utiliza o Itaú Unibanco S.A. como banco comercial, possuindo conta corrente e aplicação financeira em garantia de operação creditícia de sua investida BrANDS Group Participações S.A.

#### *11.9.5. Relacionamento do Itaú Unibanco S.A. com as Cedentes indicadas no item 9.3 deste Prospecto.*

- Pini:

Em 31/12/2009, a Editora Pini Ltda. mantinha empréstimo de R\$116,5 mil referente a uma operação de capital de giro, “clean”, originalmente contratada com o Banco Unibanco S.A., com vencimento final para abril de 2010, taxa de juros de 2% (dois por cento) ao mês e com saldo na data-base de 15 de janeiro de 2010 de R\$ 99,7 mil. A operação foi avalizada por um de seus acionistas, Mario Sergio Pini.

Em relação à BP S.A., a Cedente possui conta corrente junto ao Itaú Unibanco S.A., não havendo empréstimos contratados junto a esta instituição financeira.

- Automatos:

Em 31/12/2009 a Automatos detinha um empréstimo atrelado a uma conta garantida com parcelas mensais de R\$ 20.610,60, com vencimento final para o mês de agosto de 2010 e taxa de juros de 4,58% ao mês. As garantias dadas foram: (a) penhor duplicatas de emissão da própria empresa no valor de 100% (cem por cento) do montante financiado; e (b) fiança da Automatos Participações S.A. e do acionista André Luis Araújo da Fonseca. A empresa Automatos Participações S.A. detém 99,99% do capital social da Automatos Tecnologia de Informação Ltda.

Em 31/12/2009, a Automatos possuía um leasing de servidores, com parcelas mensais de R\$ 3.062,75, com vencimento final em 21/08/2012 e taxa de juros de 1,989% ao mês.

- Officer:

Em 31/12/2009, a Officer tinha um limite aprovado de R\$10 milhões, tendo sido utilizado o valor de R\$ 7 milhões, com vencimento final para 18 de fevereiro de 2010, taxa de juros de 100% do CDI, acrescido de 4,35% ao ano. Este limite foi avalizado pela 5225 Participações S.A., que é controladora direta integral da Officer.

- Softcorp (Latin eVentures)

A Softcorp tem contrato de R\$ 3 milhões da linha de crédito PEC/BNDES, com prazo de 36 meses, sendo 12 de carência, com vencimento final em novembro/2012, taxa de juros de 9,5% ao ano, corrigidos pela TJLP. Esta operação conta com aval da Ideiasnet e penhor de duplicatas da Softcorp no valor de 100% do montante financiado.

Adicionalmente, a Softcorp possui contrato de capital de giro no valor de R\$ 2 milhões, com prazo de 30 dias, com taxa de juros de 1,27% ao mês e vencimento final em 19/02/2010. Esta operação conta com as seguintes garantias: 50% de *cash collateral* e aval do Sr. Alfredo Agnello Moraes Bertolini, que é Diretor Financeiro, de Logística e de Operações da Companhia.

## **XII. ATENDIMENTO AO QUOTISTA E/OU POTENCIAIS INVESTIDORES.**

### 12.1. Divulgação de informações aos Quotistas.

A divulgação de quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado aos Quotistas.

### 12.2. Informações relevantes.

Ao adquirir Quotas do Fundo o investidor receberá uma cópia do Regulamento, deste Prospecto, da Súmula da Agência Classificadora de Risco e demais documentos utilizados na sua divulgação, os quais deverão ser lidos com a máxima atenção. Atendimento a Quotistas e/ou potenciais investidores.

#### INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - São Paulo – SP  
Contato: Walter Watanabe / Leandro Morari  
E-mail: [produtosestruturados@itau-unibanco.com.br](mailto:produtosestruturados@itau-unibanco.com.br) / [leandro.morari@itau-unibanco.com.br](mailto:leandro.morari@itau-unibanco.com.br)  
Home Page: <http://www.intrag.com.br/prospectos>  
Telefone: +55 (11) 5029-4062 ou 5029-4880  
Fax: +55 (11) 5029-1394

#### Mercatto Investimentos - Agente Autônomo de Investimentos Ltda.

Endereço: Rua Rodrigo Silva n.º26 – 10º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Contato: José Gonçalves Ferreira Neto  
E-mail: [neto@mercatto.com.br](mailto:neto@mercatto.com.br)  
Home Page: [www.mercatto.net](http://www.mercatto.net)  
Telefone: +55 (21) 3867-1500  
Fax: +55 (21) 3687-1520

As informações sobre o Fundo, incluindo o histórico de performance, são divulgadas e disponibilizadas no endereço acima citado, onde as mesmas poderão ser solicitadas.

A Administradora mantém serviço de atendimento ao Quotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Quotistas, nas referidas dependências.

Além disso, quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e sobre a distribuição tratada neste Prospecto poderão ser obtidas junto à Distribuidora e/ou consorciados e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**Dúvidas, reclamações e sugestões fale com o seu distribuidor.** Se necessário, entre em contato com a Administradora: (11) 5029-1456, dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, dias úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **XIII. ANEXOS AO PROSPECTO.**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**13.1. Instrumento de Constituição e Regulamento do Fundo Consolidado conforme 1º e 2º Aditamentos e respectivo Aditamentos.**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") a exercer a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 29 de julho de 1993, estando legalmente representada nos termos de seu contrato social (a "Administradora"), RESOLVE, por meio do presente instrumento particular:

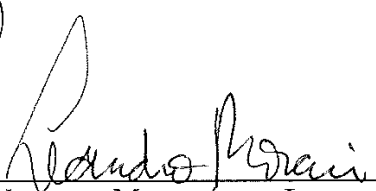
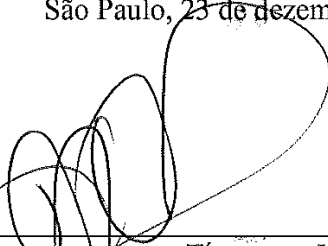
1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em regime de condomínio fechado, que terá a denominação de "IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS" (o "Fundo");
2. Designar como diretor responsável pela representação do Fundo perante a CVM, nos termos da regulamentação em vigor, o Sr. Nílvio Ventura Fecchio, portador da carteira de identidade n.º 17.410.677, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 094.378.158-28, com domicílio e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa;
3. Determinar que a prestação dos serviços de custódia qualificada, escrituração de quotas e controle dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo será efetuado pelo Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
4. Determinar que a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo será efetuada pela Mercatto Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua Rodrigo Silva nº26 10º andar 20011-040, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.193.145/0001-81;



5. Determinar que o serviço de auditoria independente será prestado pela KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, Rua Dr. Renato Paes de Barros nº33 01060-970, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 057.755.217/0001-29;
6. Aprovar o inteiro teor do regulamento do Fundo, o qual passará a vigorar com a redação anexa ao presente instrumento; e
7. Submeter este instrumento e o regulamento anexo à CVM, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor, para fins de obtenção do registro de funcionamento do Fundo.

Nada mais havendo a tratar, o presente instrumento foi assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito,

São Paulo, 23 de dezembro de 2009.



---

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Por: **Nilvio Ventura Fechnio** Por: **Leandro Morari**  
Cargo: **Diretor** Cargo: **INTRAG DTVM LTDA.**  
**INTRAG DTVM LTDA.** CP: 264.474.378-82 RG: 14.141.989-6



Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica

Praca Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP

**Apresentado hoje, protocolado, registrado,  
microfilmado e digitalizado sob nº 8727503**

**São Paulo, 28 DEZ 2009**

BEL. JOSÉ MARIA SIVIERO - OF. REGISTRADOR  
BEL. FRANCISCO ROBERTO LONGO - OF. SUBSTITUTO  
ESCREVENTES AUTORIZADOS:

ENCARGAMENTOS: 549,71  
ESTADO..... 156,26  
IFESP..... 115,74  
REG. CIVIL... 28,93  
T. JUSTIÇA... 28,93  
TOTAL..... 879,61

SELOS E TAXAS  
RECOLHIDOS POR VERBA

BEL. JORGE MANUEL P. ALMEIDA  
EDER GOMES DA COSTA

LAÉRCIO DE FREITAS  
LUCIANO AUGUSTO DA SILVA



---

## **REGULAMENTO**

**DO**

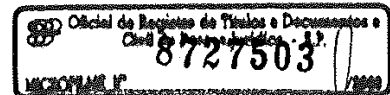
**"IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS"**

---

**Datação de**

**23 de dezembro de 2009**

---



## ÍNDICE

CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO II. PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO.....	4
CAPÍTULO III. ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E CONTROLADORIA E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO .....	4
CAPÍTULO IV. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	9
CAPÍTULO V. RESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA.....	10
CAPÍTULO VI. OBJETIVO DO FUNDO, ORIGINAÇÃO E CEDENTES .....	14
CAPÍTULO VII. AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	16
CAPÍTULO VIII. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	19
CAPÍTULO IX. DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO, PREÇO DE AQUISIÇÃO E DA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS.....	21
CAPÍTULO X. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO.....	28
CAPÍTULO XI. QUOTAS .....	29
CAPÍTULO XII. CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	30
CAPÍTULO XIII. CONDIÇÕES DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE PAGAMENTO .....	37
CAPÍTULO XIV. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	40
CAPÍTULO XV. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	41
CAPÍTULO XVI. ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS .....	43
CAPÍTULO XVII. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	47
CAPÍTULO XVIII. ENCARGOS DO FUNDO.....	53
CAPÍTULO XIX. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	54
CAPÍTULO XX. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	55
CAPÍTULO XXI. FATORES DE RISCO .....	56
CAPÍTULO XXII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	65



## REGULAMENTO

### IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

#### CAPÍTULO I.

#### DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

**Artigo 1º.** O IdeiasNet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente as Instruções CVM.

**Parágrafo Único.** Os termos iniciados em letra maiúscula neste Regulamento, conforme aplicável, terão os significados a eles atribuídos no Anexo 1 ao presente Regulamento.

**Artigo 2º.** Observado o que dispõe o CAPÍTULO XVII abaixo, o Fundo terá prazo de duração de 120 (cento e vinte) meses, prorrogável por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o CAPÍTULO XVI abaixo.

**Parágrafo 1º.** O Prazo de Duração será contado a partir da data da primeira integralização de Quotas Seniores.

**Parágrafo 2º.** Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.

**Artigo 3º.** O patrimônio do Fundo será formado por quotas de classe sênior, distribuídas em uma ou mais séries e por quotas de classe subordinada.

**Parágrafo 1º.** As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos CAPÍTULOS XI, XII e XIII deste Regulamento e de cada respectivo Suplemento.

**Parágrafo 2º.** O patrimônio do Fundo, na proporção que couber, será formado por Direitos Creditórios Performados, originados por empresas em que a **Ideiasnet S.A.**, companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º



572, salão 401/parte, CEP 22410-002 detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, de acordo com o Artigo 14 deste Regulamento.

## **CAPÍTULO II.**

### **PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

**Artigo 4º.** O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, especialmente da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, emitidas pela CVM.

**Parágrafo Único.** A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

## **CAPÍTULO III.**

### **ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E CONTROLADORIA E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO**

**Artigo 5º.** O Fundo é administrado pela **INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04344-902, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993.

**Parágrafo Único.** A gestora da Carteira do Fundo será a **Mercatto Gestão de Recursos Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.193.145/0001-81, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 4.750, de 01 de abril de 1998, nos termos do Contrato de Gestão.

**Artigo 6º.** Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a Carteira do Fundo.

**Parágrafo 1º.** A Administradora e a Gestora deverão, respectivamente, administrar e gerir a Carteira do Fundo, cumprindo com diligência suas obrigações e

- 4 -



praticando todos os seus atos em estrita observância à lei e às normas regulamentares, em especial aquelas editadas pela CVM, previstas neste Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.

**Parágrafo 2º.** A Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais, disciplinando os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orientará as decisões da Gestora em assembleias gerais de quotistas dos fundos nos quais o Fundo detiver títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto, e nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto. A versão integral da Política de Voto da Gestora encontra-se disposta no *website* da Gestora, no endereço eletrônico [http://www.mercattorj.com.br/politica\\_de\\_voto.pdf](http://www.mercattorj.com.br/politica_de_voto.pdf).

**Artigo 7º.** A Administradora e/ou a Gestora poderão ser substituídos ou destituídos a qualquer tempo pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral realizada na forma do CAPÍTULO XVI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

**Parágrafo 1º.** A Administradora, por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento enviado a cada Quotista, ou por meio de publicação no periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo, poderá renunciar à administração do Fundo mediante convocação, pela Administradora, de Assembleia Geral de Quotistas a realizar-se em até 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva convocação. A Administradora e/ou a Gestora poderão ser substituídas ou destituídas mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o CAPÍTULO XVI. A Gestora poderá renunciar às suas funções mediante notificação à Administradora, por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, para que a Administradora siga os mesmos procedimentos e prazos previstos neste parágrafo para a hipótese de sua própria renúncia, de forma a permitir que a Assembleia Geral de Quotistas se reúna e delibere sobre a substituição da Gestora ou a liquidação antecipada do Fundo, observado o quorum próprio previsto no CAPÍTULO XVI.

**Parágrafo 2º.** Em qualquer das hipóteses previstas neste Artigo, a Administradora e/ou a Gestora, caso seja assim determinado pelos Quotistas, permanecerão no exercício de suas funções até a data da efetiva posse do substituto eleito pela Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) Dias Úteis. A Administradora ou a Gestora, conforme o caso, deverão disponibilizar ao seu substituto todos os documentos e informações relativas ao Fundo em até 30

- 8 -





(trinta) dias corridos. Ambos os prazos acima serão contados da data de realização da Assembleia Geral de Quotistas que tiver deliberado sobre a substituição da Administradora ou da Gestora.

**Parágrafo 3º.** Caso a nova instituição administradora ou gestora nomeada nos termos descritos acima, não substitua a Administradora ou a Gestora, conforme o caso, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Quotistas, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que expirar o prazo para que a nova instituição administradora ou gestora assuma a respectiva função no Fundo, conforme o caso. No prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data em que expirar o prazo para que a nova instituição administradora ou gestora assuma a respectiva função no Fundo, conforme o caso, a Administradora estará autorizada a proceder à liquidação automática do Fundo caso a Assembleia Geral não: (i) nomeie instituição administradora ou gestora, conforme o caso, habilitada para substituir a Administradora ou Gestora, respectivamente, ou (ii) seja realizada em razão de ausência de quorum.

**Parágrafo 4º.** No caso de renúncia, a Administradora, o Custodiante e a Gestora continuarão recebendo as respectivas remunerações até a sua efetiva substituição ou até a liquidação do Fundo, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* até a data em que deixar de exercer suas funções.

**Parágrafo 5º.** No caso de decretação de intervenção ou liquidação da Administradora, esta deverá convocar Assembleia Geral no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do evento de intervenção ou liquidação para deliberar acerca da:

- a. sua substituição no exercício da administração do Fundo; ou
- b. liquidação antecipada do Fundo.

**Parágrafo 6º.** Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da Administradora.

**Parágrafo 7º.** A Administradora, em caso de renúncia ou destituição, deverá comunicar o fato imediatamente ao Custodiante e à CVM.

**Artigo 8º.** Para prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo, representado pela



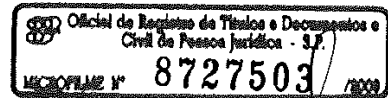
Administradora, contratará o **Banco Itaú S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa.

**Parágrafo 1º.** Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações previstos nas Instruções CVM e também aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, nos Contratos de Cessão e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- a. receber da Cedente e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- b. validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- c. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, conforme evidenciados pelo respectivo Instrumento de cessão e pelos Documentos Comprobatórios da operação;
- d. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- e. diligenciar, às suas expensas, para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, de acordo com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso pela Empresa de Auditoria, Agência Classificadora de Risco e pelos órgãos reguladores;
- f. cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;
- g. Informar à Administradora ou à Gestora, conforme o caso, tão logo chegue ao seu conhecimento, o descumprimento, pela Administradora ou Gestora, conforme o caso, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, Contrato de Gestão ou no Contrato de Custódia; e
- h. informar a Administradora, imediatamente após tomar ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelas Cedentes, de suas obrigações

- 7 -

Regulamento do Idelasnet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios  
- Recebíveis Comerciais e Serviços



definidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão ou no Contrato de Custódia.

**Parágrafo 2º.** Não obstante o disposto acima, as Cedentes farão a guarda dos documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, garantias e outros instrumentos vinculados, inclusive os Boletos Bancários, as Faturas e os Termos de Aceite, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços na qualidade de fiéis depositárias. As Cedentes, por sua vez, poderão delegar a terceiros, às suas expensas, a guarda dos Documentos Comprobatórios, sem, no entanto, afastar sua responsabilidade legal perante o Fundo, os Quotistas e o Custodiante. As Cedentes deverão garantir o acesso aos Documentos Comprobatórios a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo, inclusive nas hipóteses de Eventos de Liquidação.

**Parágrafo 3º.** Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de Direitos Creditórios a serem cedidos, o Custodiante verificará trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, o lastro dos Direitos Creditórios, incluindo o Termo de Aceite, por amostragem, apresentando à Administradora e à Agência Classificadora de Risco do Fundo informação sobre o resultado dessa verificação. Independentemente do disposto neste parágrafo, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento junto às Cedentes, a seu exclusivo critério e desde que nos horários comerciais de funcionamento, a existência e a formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento de suas obrigações com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, conforme estabelecido no Contrato de Custódia.

**Parágrafo 4º.** Os parâmetros de quantidade dos Direitos Creditórios cedidos e de diversificação de Devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com o Anexo 8 ao presente.

**Parágrafo 5º.** No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado a, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, observado o disposto no Contrato de Custódia:

- a. a abrir e movimentar, em nome do Fundo: (i) as contas correntes do Fundo; e (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM em que

- 8 -



os ativos financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância a este Regulamento e aos Contratos de Cessão; e

- b. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, observado o disposto no CAPÍTULO XIV.

**Artigo 9º.** A agência classificadora de risco das Quotas Seniores do Fundo será a **Fitch Ratings Brasil Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos n.º 1470, cjto. 511, CEP 01418-100, a qual será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das referidas Quotas Seniores nos termos deste Regulamento. Os relatórios de classificação de risco das Quotas Seniores deverão ser atualizados trimestralmente e ser mantidos à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

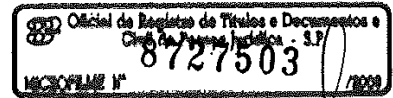
**Parágrafo 1º.** Qualquer alteração da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores constituirá fato relevante para o fim de comunicação aos Quotistas e/ou à CVM, que deverá se dar nos termos do CAPÍTULO XIX abaixo.

**Parágrafo 2º.** A Administradora poderá aditar o contrato que venha a celebrar com a Agência Classificadora de Risco.

#### **CAPÍTULO IV. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 10º.** Pela administração do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a um percentual sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado à taxa de 0,65% (sessenta e cinco centésimos percentuais) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, observada uma remuneração mínima mensal de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais).

**Parágrafo 1º.** A Taxa de Administração será apurada diariamente e paga mensalmente à Administradora, por período vencido, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente à Data de Início do Fundo, proporcionalmente ao número de dias



efetivamente decorridos entre a mencionada data e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

**Parágrafo 2º.** Não serão cobradas dos Quotistas taxas de performance nem taxas de Ingresso e saída do Fundo.

## **CAPÍTULO V.**

### **RESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 11.** Inclui-se entre as obrigações da Administradora, no que lhe couber, quando estiver no exercício de suas funções de administração do Fundo:

- a. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a.1. os documentos relativos às operações do Fundo;
  - a.2. o registro dos Quotistas;
  - a.3. as atas de Assembleias Gerais de Quotistas;
  - a.4. as listas de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas;
  - a.5. os demonstrativos trimestrais do Fundo de que trata o Artigo 8º, Parágrafo 4º, da Instrução CVM 356;
  - a.6. os registros contábeis do Fundo;
  - a.7. os relatórios dos auditores independentes do Fundo.
- b. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- c. disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e de seus anexos, bem como identificá-los do nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo e da Taxa de Administração;
- d. divulgar, anualmente, através do periódico referido no CAPÍTULO XIX ou no Parágrafo Único deste Artigo, além de manter disponíveis em sua sede,



agências e nas instituições que distribuam as Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;

- e. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- f. fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no referido ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro do respectivo ano civil, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- g. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor e neste Regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- h. providenciar, trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo;
- i. proceder à contratação dos serviços, substituição ou destituição do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração dos respectivos contratos com as mencionadas partes;
- j. permitir o acesso, pela Agência Classificadora de Risco, a quaisquer relatórios ou documentos que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco;
- k. manter nomeado, por meio de documento próprio, um diretor designado, em conformidade com as disposições das Instruções CVM, o qual deverá, sem prejuízo de outras obrigações regulamentares, elaborar demonstrativos trimestrais do Fundo, considerando-se o ano civil, a serem enviados à CVM e mantidos à disposição dos Quotistas, bem como submetidos à Empresa de Auditoria, evidenciando que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.



**Parágrafo Único.** A divulgação das informações previstas na alínea "d" deste Artigo pode, alternativamente às regras de divulgação previstas neste Regulamento, ser feita por meio de entidades de classe de instituições do sistema financeiro nacional, desde que realizada em jornais de ampla veiculação.

**Artigo 12.** Será vedado à Administradora e à Gestora, no exercício específico de suas funções, em nome do Fundo:

- a. prestar fiança, aval, aceite ou se co-obrigar de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercado de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo
- b. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou na regulamentação em vigor;
- c. aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- d. adquirir Quotas do próprio Fundo;
- e. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- f. vender Quotas do Fundo à prestação;
- g. vender Quotas às Cedentes ou às suas Partes Relacionadas, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- h. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- i. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- j. delegar poderes de administração e/ou gestão da Carteira do Fundo (exceto a delegação da Administradora à Gestora conforme previsto neste Regulamento);



- k. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- l. efetuar locação ou empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, no todo ou em parte, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos;
- m. emitir qualquer classe ou série de Quotas do Fundo em desacordo com este Regulamento; e
- n. alienar, aos Cedentes e/ou às suas Partes Relacionadas, quaisquer Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, exceto nas hipóteses descritas no Artigo 23, e na letra "a" do Artigo 25 e no CAPÍTULO XVII deste Regulamento.

**Artigo 13.** É igualmente vedado à Administradora e à Gestora, em nome próprio:

- a. prestar fiança, aval, aceite ou se co-obrigar sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;
- b. utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

**Parágrafo 1º.** As vedações de que tratam as alíneas do *caput* deste Artigo abrangem os recursos das Partes Relacionadas da Administradora e da Gestora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação das Partes Relacionadas.

**Parágrafo 2º.** Excetuam-se do disposto neste Artigo os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.



## **CAPÍTULO VI.**

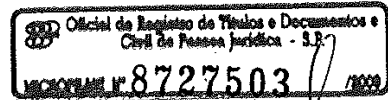
### **OBJETIVO DO FUNDO, ORIGINAÇÃO E CEDENTES**

**Artigo 14.** O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas por meio do investimento preponderante de recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de tempos em tempos, de Direitos Creditórios Performados originados por empresas em que a IdeiasNet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, tendo como credores as respectivas Cedentes.

**Parágrafo 1º.** Somente poderão compor a Carteira do Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, a: (i) todos os critérios de origemação junto às Cedentes, conforme verificados pelas próprias Cedentes; (ii) todos os Critérios de Elegibilidade, conforme verificado pela Custodiante; e (iii) todas as Condições de Cessão, conforme verificado pelas próprias Cedentes.

**Parágrafo 2º.** Observado o disposto no Parágrafo 3º abaixo, poderão ceder Direitos Creditórios ao Fundo as seguintes empresas nas quais IdeiasNet detém participação societária:

- a. **Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob n.º 71.702.716/0001-89, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida General Valdomiro de Lima n.º 833, CEP 04344-070;
- b. **Automatos Tecnologia da Informação Ltda.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.632.835/0001-90, com sede na cidade de Araras, Estado do Rio de Janeiro à Estrada Bernardo Coutinho n.º 2241, CEP 25725-022;
- c. **Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.462.101/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 1º andar, CEP 01311-000;

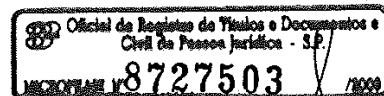


- d. **BP Participações e Administração S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.068.748/0001-02, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia nº 964, CEP 01130-900; e
- e. **BP S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.900.579/0001-37, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia, nº 964, 1º andar/parte, CEP 01130-900.

**Parágrafo 3º.** Sem prejuízo das empresas listadas acima, outras empresas nas quais Idelasnet detenha participação societária, direta ou indireta, poderão, de tempos em tempos, vir a integrar a lista de Cedentes sem a necessidade de alteração ou aditamento do presente Regulamento e a critério da Gestora, desde que os seguintes procedimentos sejam observados, cumulativamente: (i) a consulta formal da Gestora à Agência Classificadora de Risco e à Administradora acerca da inclusão de novas Cedentes, devendo referida inclusão resultar necessariamente em manutenção ou melhora da nota de risco das Quotas Seniores do Fundo atribuída pela Agência Classificadora de Risco; e (ii) comunicação por escrito da Gestora aos Quotistas, Administradora e Custodiante acerca da inclusão de nova Cedente, a qual deverá ser acompanhada do respectivo relatório de confirmação de nota de risco de que trata o item (i) acima.

**Parágrafo 4º.** A participação de eventuais empresas como Cedentes do Fundo estará condicionada à conclusão, em termos satisfatórios para a Administradora, de procedimento de cadastro destas perante a Administradora. As Cedentes deverão identificar, cadastrar e manter completos e atualizados seus dados cadastrais, de acordo com as normas brasileiras sobre dados cadastrais e as normas aplicáveis em seu país de domicílio, inclusive quanto à suficiência e qualidade de documentos e informações e a periodicidade de seu fornecimento. As Cedentes deverão verificar, ainda, a existência de indícios de crimes de lavagem de dinheiro, ou qualquer outro ilícito contra o SFN.

**Artigo 15.** De forma complementar, o Fundo também poderá aplicar seus recursos em ativos financeiros e modalidades disponíveis no mercado, de acordo com os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo admitidos no CAPÍTULO X abaixo, a fim de alcançar seus objetivos de investimento.



## **CAPÍTULO VII.**

### **AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Artigo 16.** Os Direitos Creditórios passíveis de serem adquiridos pelo Fundo junto às Cedentes serão aqueles originários de compra e venda de mercadorias e de prestação de serviços, todos Direitos Creditórios Performados, devidamente constituídos e formalizados perante os clientes finais das respectivas Cedentes.

**Parágrafo 1º.** Nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, as Cedentes responderão pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e validade, eficácia e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência, certeza e validade dos Documentos Comprobatórios. As Cedentes e suas Partes Relacionadas não responderão pela solvência dos clientes devedores dos referidos Direitos Creditórios. O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e validade dos Direitos Creditórios, bem como pela solvência e correta formalização dos Direitos Creditórios nem pela solvência dos Clientes, devendo ser observado o disposto no CAPÍTULO IX deste Regulamento.

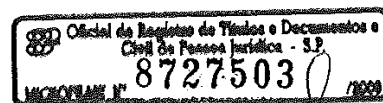
**Parágrafo 2º.** As Cedentes declararão e garantirão, na forma do Contrato de Cessão, que todo e qualquer Direito Creditório que oferecer ou efetivamente ceder ao Fundo atenderá, na data da respectiva cessão e continuará a atender até a liquidação do Direito Creditório às seguintes Condições de Cessão e, cumulativamente, envidará seus melhores esforços para que referidos Direitos Creditórios atendam, na mesma data, aos Critérios de Elegibilidade previstos no Artigo 18:

- a. Os Direitos Creditórios devem: (a.1) ser originados de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços realizados pelas Cedentes a seus Clientes; e (a.2) estar livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, gravames, restrições ou pendências de quaisquer natureza;
- b. Os Direitos Creditórios, no momento do envio do relatório que os identificar ao Custodiante, devem referir-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso, e originados com o prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.
- c. Os Direitos Creditórios foram constituídos e estão de acordo com a política de concessão de crédito conforme descrita no Anexo 16.



- d. Os Clientes não estão em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente.
- e. Os Direitos Creditórios estão obrigatoriamente representados por: (e.1) duplicatas de compra e venda de mercadorias, com as correspondentes notas fiscais e os respectivos Boletos Bancários; ou (e.2) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços e, neste caso, estão necessariamente acompanhados do respectivo Termo de Aceite firmado pelo respectivo Devedor.
- f. Os boletos bancários ou de cobrança original representativos de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo anteriormente emitidos aos Clientes deverão ter sido cancelados e substituídos por novos boletos bancários do Banco Itaú S.A., para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Banco Itaú S.A., e estes indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.
- g. As Faturas cedidas ao Fundo estão obrigatoriamente acompanhadas por Termo de Aceite firmado pelo respectivo Devedor, em termos substancialmente idênticos ao Anexo 16-A.
- h. A Cedente está adimplente com suas obrigações para com o Fundo, incluindo, sem limitação, a obrigação de indenizar o Fundo pelas despesas relacionadas à salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios.
- i. os Direitos Creditórios não foram cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de negociação dos Direitos Creditórios, conforme contempladas no respectivo Contrato de Cessão.
- j. A Cedente ter cumprido correta e tempestivamente as obrigações previstas na Cláusula III do respectivo Contrato de Cessão, nas cessões anteriormente realizadas para o Fundo.

**Parágrafo 3º.** Após consumada a cessão, caso seja identificado por qualquer das partes envolvidas que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, no momento da



cessão, não atendiam integralmente ao disposto no parágrafo anterior, o Fundo, por meio da Administradora, estará autorizado a resolver a cessão de pleno direito ou exercer Opção de Troca e ou Opção de Venda, conforme o caso, nos termos dos Contratos de Cessão.

**Parágrafo 4º.** Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes, de forma irrevogável e irretroatável, autorizaram o Custodiante, na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários e das Faturas a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento da liquidação e recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários; (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Cobrança, na forma estabelecida no Contrato de Custódia; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência, ao Fundo, da cobrança dos Direitos Creditórios indevidamente creditados à Cedente ao Fundo, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Direitos Creditórios (Procedimento de Recebimento de Boletos); (iv) ao processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta de Recebimento decorrente do pagamento das Faturas, seja diretamente em referida Conta de Recebimento, sejam aqueles oriundos da Conta Vinculada; e (v) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada (conforme o caso) decorrente do pagamento das Faturas (Procedimento de Recebimento das Faturas); sendo que qualquer ato das Cedentes cujo objetivo seja, inequivocamente, tentar impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos ou Faturas, dará ensejo a um Evento de Liquidação, nos termos do CAPÍTULO XVII abaixo.

**Parágrafo 5º.** A Cedente deverá informar ao Custodiante, mediante envio de arquivo eletrônico em formato acordado entre Cedente e Custodiante nos termos dos Contratos de Cessão, quaisquer pagamentos efetuados indevidamente em conta bancária de titularidade da Cedente que não a Conta Vinculada. O Fundo não arcará com quaisquer descontos, reduções ou outra forma de diminuição do valor do respectivo Direito Creditório em razão do pagamento em erro de boleto bancário anteriormente emitido ao Cliente. Os procedimentos de recebimento serão detalhados em cada Contrato de Cessão.

**Parágrafo 6º.** Os Direitos Creditórios regularmente cedidos ao Fundo poderão ser pagos em: (i) Conta de Cobrança; (ii) Conta de Recebimento; ou (iii) Conta Vinculada; conforme indicado no Termo de Aceite.



**Parágrafo 7º.** Em defesa dos interesses do Fundo, a Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso, poderá recusar a indicação de Direitos Creditórios, ainda que as Cedentes tenham declarado e garantido as Condições de Cessão.

**Artigo 17.** As operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo serão realizadas necessariamente com base neste Regulamento e seus anexos, no Contrato de Custódia, nos Contratos de Cessão e na regulamentação vigente. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios das Cedentes de acordo com a sua condição financeira e sempre no melhor interesse dos Quotistas.

**Parágrafo Único.** Para os fins do Artigo 290 do Código Civil, as Cedentes notificarão os Devedores, imediatamente após a assinatura dos respectivos Termos de Cessão celebrados nos termos dos Contratos de Cessão, a respeito das cessões de Direitos Creditórios, o que se dará: (i) pela emissão e envio de Boletos Bancários pelo Custodiante, ou por instituição por ele contratada, para os respectivos Devedores; ou (ii) nos casos de Faturas, pela aceitação de Termo de Aceite pelo respectivo Cliente.

## **CAPÍTULO VIII. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 18.** Somente poderão ser objeto de cessão entre as Cedentes e o Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade descritos a seguir:

- a. O prazo de vencimento de cada um dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não será superior ao prazo da última série de Quotas Seniores em circulação;
- b. O Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não poderá estar inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- c. O Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Banco Central do Brasil e sua inscrição no CNPJ/MF, conforme o caso, deverá estar ativa;
- d. O Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. –

- 19 -



SERASA ou no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, em razão de títulos protestados;

- e. O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Devedor, considerando-se qualquer empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico, deverá ser igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida);
- f. A data de vencimento dos Direitos Creditórios deverá ter prazo de vencimento mínimo de 7 (sete) Dias Úteis e máximo de 100 (cem) Dias Úteis contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório;
- g. O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelos 5 (cinco) maiores Devedores, considerando-se qualquer empresa do seu Grupo Econômico, deverá ser igual ou inferior a 15% (quinze por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida); e
- h. Na data da cessão, os direitos creditórios deverão ter sido originados com prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.

**Artigo 19.** Caberá ao Custodiante, em relação aos Direitos Creditórios, somente a verificação e validação quanto ao atendimento aos Critérios de Elegibilidade.

**Parágrafo 1º.** A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade do Direito Creditório, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra as Cedentes ou suas Partes Relacionadas, exceto na hipótese de culpa, má-fé ou dolo na cessão de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo.

**Parágrafo 2º.** A Administradora ou a Gestora, conforme o caso, poderá recusar a indicação de Direitos Creditórios, ainda que estejam enquadrados nos Critérios de Elegibilidade, em defesa dos interesses do Fundo.





**CAPÍTULO IX.**  
**DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO, PREÇO DE AQUISIÇÃO E DA POLÍTICA DE**  
**RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS.**

**Artigo 20.** Para que possam ceder os Direitos Creditórios de que sejam titulares, as Cedentes deverão celebrar com o Fundo (sendo este devidamente representado por sua Administradora) um Contrato de Cessão que estabeleça as condições gerais aplicáveis a todas as operações de cessão entre as mencionadas partes.

**Parágrafo 1º.** Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada entre as Cedentes e o Fundo mediante a formalização, de forma física ou eletrônica, do Termo de Cessão na forma prevista no competente anexo do respectivo Contrato de Cessão.

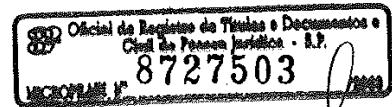
**Parágrafo 2º.** Concomitantemente à celebração, em via física ou de forma eletrônica, de cada Termo de Cessão, as Cedentes deverão assinar, juntamente com o Fundo, todo e qualquer documento que venha a ser necessário ou exigido para a efetivação da cessão perante o Devedor e terceiros.

**Artigo 21.** Com vistas a aumentar as chances de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e de reduzir o risco de crédito dos respectivos Devedores, a Assembleia Geral de Quotistas, respeitado o quorum do CAPÍTULO XVI, poderá, a qualquer tempo, estabelecer: (i) critérios adicionais de elegibilidade para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo em acréscimo àqueles previstos no Artigo 18 supra, desde que previamente discutidos e acordados por escrito com a Administradora, o Custodiante e com as Cedentes; e (ii) alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual as Cedentes cederão os Direitos Creditórios, bem como sobre a forma pela qual o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo, desde que previamente discutidas e acordadas com a Administradora, o Custodiante e com as Cedentes.

**Artigo 22.** Uma vez atendidas todas as Condições de Cessão estabelecidas no Parágrafo 2º do Artigo 16 supra, caso os Direitos Creditórios indicados ao Fundo atendam a todos os Critérios de Elegibilidade e, cumulativamente, a todas as exigências do CAPÍTULO X, o Fundo poderá adquirir, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou co-obrigação das Cedentes, observados os termos e condições dos Contratos de Cessão, referidos Direitos Creditórios, juntamente com todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias assegurados em razão de sua titularidade.

- 21 -





**Parágrafo 1º.** Pela aquisição de cada Direito Creditório, o Fundo pagará às Cedentes, o Preço de Aquisição em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o valor apurado pela Gestora de acordo com a seguinte expressão:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:

- Pai = Preço de Aquisição do Direito Creditório "i".
- VNI = Valor nominal do Direito Creditório "i", objeto da cessão.
- DUI = Número de dias úteis compreendido entre a Data da Aceitação da Indicação (conforme definida no respectivo Contrato de Cessão), inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório "i", exclusive.
- FatorCE = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{CE} = \frac{\{[(1 + \frac{DI_{fut}}{100})^{1/252} - 1] + FSE\} + 1}{100}$$

Onde " $DI_{fut}$ " corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na "Estrutura a Termo de Taxas de Juros da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F" no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da formalização da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e "FSE" corresponde ao fator *spread* de, no mínimo, 5,5% ao ano (cinco inteiros e cinco décimos percentuais ao ano).

**Artigo 23.** Ficará resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão dos Direitos Creditórios:

- a. cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimentos, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (a.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios

- 22 -



lastreadores; ou (a.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão;

- b. que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios;
- c. originários de fraude cometida pelas Cedentes;
- d. que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes nos respectivos Contratos de Cessão; e
- e. que não atendam, simultaneamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, quando não exercidas Opções de Troca ou Opção de Venda.

**Parágrafo Único.** Apenas a título exemplificativo e sem o objetivo de restringir a amplitude do Artigo 23, serão consideradas também Condições Resolutivas, sem taxatividade:

- a. o cancelamento do contrato que formalizava o Direito Creditório concedido ao Devedor, por vício de qualquer espécie na sua formalização e contratação;
- b. o arrependimento eficaz do Devedor, isto é, se este procurar a Cedente dentro do prazo que ela concede a seus clientes para que estes, se assim quiserem, desistam da operação de crédito sem qualquer ônus;
- c. a inexistência ou insuficiência dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios;
- d. se algum Direito Creditório cedido e ainda não pago pelo respectivo Devedor houver sido cedido em desacordo com as Condições de Cessão e com os Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento e no respectivo Contrato de Cessão,
- e. se a Cedente ceder ao Fundo qualquer Direito Creditório inexistente, ilíquido ou incerto; ou

- f. se for verificada a inexatidão de qualquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente ao Fundo ou a quaisquer terceiros agindo em seu nome, referente aos Direitos Creditórios cedidos ou aos Documentos Comprobatórios que dão lastro a estes Direitos Creditórios.

**Artigo 24.** Caso a Administradora verifique, a qualquer tempo, que quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo: (i) contêm vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios lastreadores; ou (ii) em relação aos mesmos quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão são incorretas ou imprecisas; ou (iii) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; ou (iv) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; o Fundo poderá resolver a cessão de pleno direito, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, sendo-lhe facultado tomar, em nome do Fundo, todas as medidas autorizadas por este Regulamento e pelo respectivo Contrato de Cessão, inclusive, mas sem limitação, a critério exclusivo do Fundo, exercer a Opção de Troca e/ou a Opção de Venda contra a Cedente, nos termos e nas condições contempladas no respectivo Contrato de Cessão e mediante o envio, pela Cedente, após instrução expressa da Administradora, dos correspondentes arquivos para o processamento da resolução da cessão ou exercício das Opções de Troca e/ou de Venda, conforme o caso.

**Artigo 25.** Na hipótese do Fundo não receber o valor dos Direitos Creditórios a ele cedidos pelas Cedentes no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a Gestora, em nome do Fundo, poderá:

- a. exercer, a critério exclusivo do Fundo, opção de Troca e/ou Opção de Venda contra a Cedente, nos termos e nas condições contempladas no respectivo Contrato de Cessão;
- b. comunicar a Cedente sobre o Crédito Inadimplido;
- c. proceder, em conjunto com as Cedentes, à cobrança amigável dos Direitos Creditórios no prazo de 30 (trinta) dias corridos do prazo de vencimento;
- d. após o decurso do prazo acima referido, contratar terceiro, nos termos do Parágrafo 1º abaixo, para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos

Direitos Creditórios vencidos e não pagos, de acordo com a política de cobrança constante do Anexo 25 a este Regulamento;

- e. exercer os direitos previstos nos Contratos de Cessão, incluindo, sem limitação, a Opção de Troca e/ou Opção de Venda, a cobrança amigável ou contratar terceiro para cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos ou alienar os Direitos Creditórios inadimplidos a terceiros; ou
- f. tentar, em regime de melhores esforços, alienar, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiros.

**Parágrafo 1º.** Observados os termos e condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, a Gestora poderá, por meio de empresas especializadas em cobrança e advogados contratados pelo Fundo, que deverão observar os procedimentos de cobrança estabelecidos no Anexo 25:

- a. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança ou recuperação dos Direitos Creditórios, conforme definidos neste Capítulo, ou à execução de quaisquer garantias prestadas ao Fundo, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- b. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, conforme definidos no CAPÍTULO X, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas; e
- c. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

**Parágrafo 2º.** Os termos e condições gerais para a contratação dos serviços relativos à cobrança dos Direitos Creditórios na forma do Parágrafo 1º acima, deverão ser acordados e contratados pela Gestora junto às empresas especializadas em cobrança ou advogados, observando-se que os serviços de cobrança somente serão efetivamente utilizados na ocorrência das hipóteses previstas na tabela constante do Anexo 25 a este Regulamento. Não obstante a possibilidade de contratação prévia prevista neste Parágrafo, o Fundo poderá, sempre que conveniente, contratar outras

empresas especializadas em cobrança ou advogados para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

**Parágrafo 3º.** Em decorrência da possibilidade de exercício, pelo Fundo, da Opção de Troca ou da Opção de Venda nas hipóteses autorizadas neste Regulamento e nos termos dos Contratos de Cessão, a Gestora, ao final de cada mês calendário e até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, calculará e informará à Agência Classificadora de Risco, por escrito, os seguintes índices:

a. Índice de Inadimplência:

a.1. Inadimplência do Fundo / total da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo

b. Índice de Recompra: este índice se sub-divide em 2:

b.1. Efetivação das Opções de Venda de Direitos Creditórios por Inadimplemento (VNP):

Total de Direitos Creditórios que foram revendidos à Cedente enquanto estavam VNP / total de Direitos Creditórios que já foram cedidos ao Fundo (calculado utilizando o valor futuro).

b.2. Efetivação das Opções de Troca e de Venda de Direitos Creditórios não vencidos:

Total de Direitos Creditórios que foram trocados ou revendidos à Cedente antes do vencimento / total de Direitos Creditórios que já foram cedidos ao Fundo (cálculo utilizando o valor de aquisição).

c. Índice de pagamento pelas Cedentes:

c.1. Total de recebimentos nas contas das Cedentes (excluindo-se as vinculadas ao Fundo) / Total dos recebimentos do Fundo.

**Parágrafo 4º.** Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, conforme definidos neste Capítulo, serão de inteira responsabilidade da respectiva Cedente (inclusive para o pagamento dos custos de cobrança) não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento, ao Fundo, dos valores necessários



à cobrança dos mesmos, sem prejuízo das obrigações assumidas pelas Cedentes nos Contratos de Cessão.

**Parágrafo 5º.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante ou o Fundo não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, inclusive eventuais custos de condenação, que o Fundo venha a iniciar em face dos Devedores, de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser de responsabilidade exclusiva das Cedentes.

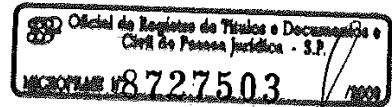
**Parágrafo 6º.** As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão suportadas diretamente pelas Cedentes.

**Parágrafo 7º.** Não obstante o previsto no Parágrafo acima, na hipótese de o Fundo arcar com as despesas relacionadas aos procedimentos previstos neste Artigo, as Cedentes deverão ressarcir o Fundo integralmente das despesas efetuadas em prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da solicitação de ressarcimento pelo Fundo. A Gestora efetuará o controle das despesas efetuadas nos termos deste Parágrafo e enviará às Cedentes, com cópia para a Administradora e para o Custodiante, as solicitações de ressarcimento previstas acima.

**Parágrafo 8º.** Caso a Cedente se recuse ou de outra forma deixe de ressarcir o Fundo dos valores relativos às solicitações de ressarcimento de que trata o Parágrafo 7º acima após o decurso do prazo de 30 Dias Úteis, a Cedente estará sujeita às penalidades previstas nos respectivos Contratos de Cessão.

**Parágrafo 9º.** O não pagamento, pela Cedente ao Fundo, das referidas despesas implicará no inadimplemento daquela para com o Fundo, sendo vedado ao Fundo adquirir futuramente Direitos Creditórios da Cedente inadimplente, até que tal inadimplemento seja sanado, sem prejuízo das demais condições contempladas no Contrato de Cessão e nos Critérios de Elegibilidade.

**Parágrafo 10º.** Não obstante o disposto neste Artigo, a Cedente não poderá, em nenhuma hipótese, deduzir o valor arcado por ela com os procedimentos de cobrança, do valor recebido do Devedor quando este adimplir o crédito. O valor pago pelo Devedor será destinado, exclusivamente, para o Fundo.



**CAPÍTULO X.**  
**POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA**  
**CARTEIRA DO FUNDO**

**Artigo 26.** Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios elegíveis.

**Artigo 27.** Além dos Direitos Creditórios, a Gestora poderá alocar a parcela de até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido exclusivamente nos seguintes ativos financeiros:

- a. moeda corrente nacional;
- b. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c. títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- d. operações compromissadas de até 30 (trinta) dias, lastreadas exclusivamente em ativos previstos nas alíneas "b" e "c" acima; e
- e. quotas de Fundos de Investimento com categoria classificada pela ANBID como Referenciado DI, administrados ou não pela Administradora e geridos ou não pela Gestora, em valor não superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

**Parágrafo 1º.** Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Data de Início do Fundo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos Creditórios.

**Parágrafo 2º.** Mediante apresentação de motivos justificados pela Administradora à CVM e, desde que haja expressa concordância ou autorização desta, e após a sua aprovação pela Assembleia Geral, o prazo de alocação do Patrimônio Líquido estipulado no Parágrafo Primeiro deste Artigo poderá ser prorrogado por igual período. Tal prorrogação será comunicada aos Quotistas por meio de envio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento ou por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

**Artigo 28.** Ocorrendo a prorrogação prevista no Parágrafo 2º do Artigo 27 acima, automaticamente ocorrerá a prorrogação do prazo para cumprimento





da exigência prevista no seu Parágrafo 1º, independentemente de alteração do presente Regulamento.

**Artigo 29.** O Fundo poderá realizar operações de derivativos de forma a proteger posições detidas à vista na Carteira do Fundo, até o limite destas.

**Artigo 30.** O Fundo: (i) não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; (ii) não realizará aquisição de Direitos Creditórios que estejam lastreados em outras operações que não as realizadas pelas Cedentes; e (iii) não realizará aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações.

**Artigo 31.** Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, de forma escritural, bem como registrados e/ou mantidos: (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

## **CAPÍTULO XI. QUOTAS**

**Artigo 32.** O Fundo emitirá, inicialmente, Quotas Seniores de primeira série e Quotas Subordinadas. O Fundo poderá, adicionalmente, emitir Quotas Seniores de séries subsequentes, nos termos do Artigo 33. As Quotas Seniores da primeira série e as Quotas Seniores de séries subsequentes terão suas características previstas em cada respectivo Suplemento.

**Parágrafo Único.** As Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas de acordo com o disposto no CAPÍTULO XII abaixo.

**Artigo 33.** Após a emissão de Quotas Seniores da primeira série, fica autorizada, desde já, a emissão de séries subsequentes de Quotas Seniores, as quais poderão ser realizadas a exclusivo critério da Administradora, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas, a qualquer



tempo, de acordo com as características e condições descritas neste Regulamento, especialmente no CAPÍTULO XII abaixo.

**Parágrafo 1º.** Na hipótese de emissão de séries subsequentes de Quotas Seniores, o valor das respectivas Quotas Seniores, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto no CAPÍTULO XII abaixo, e com o respectivo Suplemento.

**Parágrafo 2º.** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as Quotas Seniores das séries subsequentes somente poderão ser emitidas após as Quotas Seniores da série anterior terem sido totalmente integralizadas e/ou canceladas.

**Parágrafo 3º.** Na hipótese de emissão de Quotas Seniores das séries subsequentes, a Agência Classificadora de Risco será responsável pela avaliação das Quotas Seniores da nova série e pela reavaliação das Quotas Seniores das séries anteriores.

## **CAPÍTULO XII.**

### **CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

**Artigo 34.** O Fundo buscará atingir uma rentabilidade para cada série de Quotas Seniores, a ser definida em cada Suplemento, expressa em um percentual acima da Taxa DI, na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

**Parágrafo 1º.** O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares das respectivas séries de Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate das mesmas e não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa ou garantia de rentabilidade aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma rentabilidade superior ao *Benchmark* das respectivas séries de Quotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores e respectivas séries.

**Parágrafo 2º.** O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores será definido no respectivo Suplemento de emissão de cada série, conforme previsto no Artigo 44 abaixo.

**Parágrafo 3º.** As Quotas Subordinadas não têm parâmetro nem limite de remuneração definido.

**Artigo 35.** A Administradora, em nome do Fundo, poderá emitir séries subsequentes de Quotas Seniores, observado que:

- a. nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- b. a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique o rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em circulação;
- c. o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- d. a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme as Instruções CVM; e
- e. a Razão Mínima, seja mantida, considerando-se a composição do Patrimônio Líquido *pro forma*, após a emissão da nova série de Quotas Seniores.

**Parágrafo Único.** O Fundo poderá emitir, em uma ou mais ocasiões, uma única série de Quotas Subordinadas, observado que o valor efetivo destas Quotas Subordinadas seja sempre equivalente a, no mínimo, 25% do Patrimônio Líquido, de forma a respeitar a Razão Mínima exposta no Artigo 39. As Quotas Subordinadas de emissão do Fundo serão subscritas exclusivamente por Ideiasnet.

**Artigo 36.** Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, aberta, escriturada e controlada pelo **Banco Itaú S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.

**Parágrafo Único.** A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

**Artigo 37.** As Quotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. As Quotas

Subordinadas somente serão resgatadas após o último pagamento de amortização e resgate das Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 55 abaixo.

**Artigo 38.** Cada uma das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas conferirão aos seus titulares direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Quotistas, observado o disposto no CAPÍTULO XVI.

**Artigo 39.** A razão entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação deverá ser de, no mínimo, 133,33%. Essa relação será apurada todo Dia Útil pela Administradora.

**Parágrafo 1º.** Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima acima, o Quotista detentor de Quotas Subordinadas será imediatamente informado pela Administradora.

**Parágrafo 2º.** O Quotista Subordinado deverá responder ao Aviso de Desenquadramento, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja subscrever e integralizar ou não novas Quotas Subordinadas com a finalidade de recomposição da Razão Mínima. Caso deseje subscrever e integralizar novas Quotas Subordinadas, deverá se comprometer de forma irrevogável e irretratável a prontamente subscrever Quotas Subordinadas no valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima e a integralizar tais novas Quotas Subordinadas no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis também contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

**Parágrafo 3º.** Na hipótese de o Quotista Subordinado decidir subscrever novas Quotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais Quotas sem a necessidade de autorização de quaisquer Quotistas do Fundo ou de realização de Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º.** Na hipótese de o Quotista Subordinado não informar tempestivamente à Administradora ou não desejar subscrever novas Quotas Subordinadas, será considerado ocorrido um Evento de Liquidação, devendo-se observar o disposto no CAPÍTULO XVII a respeito do assunto.

**Artigo 40.** As emissões de Quotas Seniores da primeira série ou de séries subsequentes poderão, a critério da Administradora, ser distribuídas em uma única ou sucessivas ocasiões(ões).

**Artigo 41.** Deverão constar do boletim de subscrição de Quotas Seniores, nos termos do Anexo 41 deste Regulamento, todas as características da respectiva emissão de Quotas Seniores. Cada emissão de Quotas Seniores, seja a emissão da primeira série ou das séries subsequentes, reputar-se-ão subscritas na data de assinatura do respectivo Boletim de Subscrição.

**Artigo 42.** As Quotas Seniores de qualquer emissão, independentemente se realizadas através de uma ou sucessivas Distribuições, deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e integralizadas à vista em moeda corrente nacional, nos termos do Artigo 47.

**Parágrafo Único.** As Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do Prazo de Distribuição serão necessariamente canceladas pela Administradora, exceto se referido Prazo de Distribuição for prorrogado mediante solicitação à CVM, na forma prescrita na regulamentação em vigor.

**Artigo 43.** O anúncio de início de distribuição pública de cada uma das séries de Quotas Seniores apresentará os termos e condições da respectiva indicação, bem como informará as condições e prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

**Artigo 44.** Todas as emissões de Quotas Seniores deverão ser precedidas da elaboração, pela Administradora, de um Suplemento ao Regulamento que contemple todas as características, inclusive o *Benchmark*, para cada série de Quotas Seniores, de acordo com as normas regulamentares pertinentes e com o estabelecido neste Regulamento, conforme o Anexo 44 deste Regulamento. Cada Suplemento será, ainda, levado para registro, às expensas das Cedentes, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

**Parágrafo 1º.** As séries de Quotas Seniores deverão ter prazo de resgate, conforme mencionado no Suplemento.

**Parágrafo 2º.** Observadas as demais condições descritas no Suplemento, as Quotas Seniores da primeira série terão as seguintes características:

- a. serão amortizadas, mensalmente, após um período de carência de 12 (doze) meses, sendo que a primeira amortização deverá ocorrer no mesmo dia do 13º (décimo terceiro) mês contados da primeira Integralização de Quotas Seniores;
- b. as 47 (quarenta e sete) amortizações seguintes ocorrerão, de forma mensal e sucessiva, no mesmo dia de cada mês subsequente.

Parágrafo 3º. Cada Suplemento de emissão de cada série de Quotas Seniores deverá conter, no mínimo, as seguintes características:

- a. quantidade de Quotas Seniores, compreendida como o número máximo e mínimo de Quotas a serem emitidas e colocadas;
- b. valor unitário da quotas, compreendido como o valor de emissão das Quotas na Data de Emissão;
- c. data de emissão, compreendida como a data em que as Quotas serão emitidas pela Administradora;
- d. amortizações programadas, que compreende os termos, datas e valores de cada amortização prevista para a respectiva série de Quotas;
- e. data de resgate, compreendida como a data de resgate Integral das Quotas Seniores de cada série; e
- f. meta de rentabilidade prioritária, entendida como o *Benchmark* de remuneração da respectiva série, obtida pela multiplicação da Taxa DI pelo Fator Multiplicador, conforme o Artigo 49.

**Artigo 45.** As Quotas Subordinadas serão sempre subscritas de forma privada, nos termos do Compromisso de Integralização, na forma do Anexo 45 a este Regulamento.

**Parágrafo Único.** O Compromisso de Integralização regulará a subscrição e integralização das Quotas Subordinadas, a qualquer tempo, de acordo com o disposto neste Regulamento para a manutenção da Razão Mínima. A integralização das Quotas Subordinadas do Fundo poderá ser efetuada em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios que atendam aos critérios aqui estabelecidos, considerado o Preço de Aquisição nos termos deste Regulamento.



**Artigo 46.** No ato de subscrição das Quotas – tanto Quotas Seniores quanto Quotas Subordinadas – o subscritor: (i) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela Administradora para distribuir Quotas do Fundo; (ii) receberá exemplar deste Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência e adesão a este Regulamento, na forma do Anexo 46, estar ciente: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; e (iii) deverá indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento.

**Artigo 47.** Observado o disposto neste Regulamento, as Quotas deverão ser integralizadas à vista.

**Artigo 48.** A integralização das Quotas do Fundo em moeda corrente nacional será efetuada mediante a realização de TED de conta de titularidade do subscritor para conta do Fundo, conforme indicada pela Administradora, observado que as Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios. Na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas em Direitos Creditórios, o Quotista Subordinado celebrará o respectivo Contrato de Cessão e o Termo de Cessão.

**Artigo 49.** O valor inteiro referencial de cada Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, posterior à Data de Início do Fundo, apurado diariamente pelo Custodiante, será equivalente ao menor valor entre: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião, inteiras ou fracionadas; e (ii)  $VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)]$ :

onde:

$VII$  = Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior na Data de Subscrição da respectiva série de Quotas Seniores.

$(f1 \times f2 \times f3 \times fj)$  = fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior da respectiva série, calculado de acordo com a seguinte expressão:



Os termos ( $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$ ) serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$F_j = [(1 + DI_j)^{1/252} - 1] + S, \text{ onde}$$

- **$F_j$**  = fator diário de correção das cotas seniores.
- **Taxa  $DI_j$**  = 100% (cem por cento) da Taxa  $DI$ , expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, referente ao dia "j".
- **$S$**  = Taxa definida em cada suplemento, expressa em percentual ao dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

**Parágrafo 1º.** No caso de indisponibilidade temporária da Taxa  $DI$  quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista referente às Quotas Seniores, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa  $DI$  conhecida acrescida do *Benchmark*, até a data de observação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa  $DI$ .

**Parágrafo 2º.** Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa  $DI$  por prazo superior a 15 (quinze) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembleia Geral para que seja definido pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser aplicado. Neste caso, qualquer Quotista titular de Quotas Subordinadas terá o poder de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral. Até a deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa  $DI$  conhecida, até a data da deliberação da Assembleia Geral.

**Artigo 50.** A partir da Data de Início do Fundo, as Quotas Subordinadas deverão ter seu valor calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

**Artigo 51.** As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação em mercado secundário, podendo ser registradas no sistema de negociação de títulos de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e





no SFF - Sistema de Fundos Fechados da CETIP, a critério da Administradora.

**Parágrafo 1º.** Na hipótese de negociação das Quotas Seniores do Fundo em operações de mercado secundário, caberá ao agente intermediador da respectiva negociação comprovar a qualidade de investidor qualificado daquele que adquirir tais Quotas Seniores.

**Parágrafo 2º.** Não obstante a disposição do parágrafo primeiro acima, na hipótese de negociação de Quotas Seniores do Fundo em operações de mercado secundário, o Quotista vendedor deverá obter do adquirente: (i) a assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Anexo 46; (ii) declaração do adquirente de que é investidor qualificado; (iii) cadastro do adquirente, nos termos da Instrução CVM 301.

**Artigo 52.** As Quotas Subordinadas não poderão ser negociadas no mercado secundário. As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas privadamente, em lote único, e desde que para empresas do mesmo Grupo Econômico a que pertence o Quotista Subordinado e em havendo: (a) concordância de aporte adicional de recursos ou atendimento aos Avisos de Desenquadramento através da assinatura de Compromisso de Integralização; e (b) o Quotista alienante se obrigue expressamente a responder solidariamente pelas obrigações do Quotista adquirente.

**Parágrafo Único.** Qualquer transferência de Quotas Subordinadas somente será realizada após apresentação à Administradora de termo de cessão registrado em Registro de Títulos e Documentos e Compromisso de Integralização assinado pelo adquirente.

**Artigo 53.** As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, conforme mencionado no CAPÍTULO III.

### **CAPÍTULO XIII.**

#### **CONDIÇÕES DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE PAGAMENTO**

**Artigo 54.** Com relação a cada série de Quotas Seniores em circulação, após a Data da primeira integralização de Quotas Seniores da respectiva série, as Quotas Seniores de tal série serão amortizadas periodicamente, conforme as



Amortizações Programadas descritas em cada respectivo Suplemento. A data da última Data de Amortização será a Data de Resgate.

**Parágrafo Único.** Quando o dia de uma Data de Amortização de um dado mês ou a Data de Resgate não for um Dia Útil, a respectiva Data de Amortização ou a Data de Resgate ocorrerá no primeiro Dia Útil subsequente.

**Artigo 55.** Exceto em relação ao disposto nos parágrafos seguintes, o resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral prévio de todas as parcelas de amortização e do resgate integral das Quotas Seniores do Fundo. Todas as Quotas Subordinadas concorrerão em igualdade de condições para fins de pagamento de resgate. O pagamento de amortização e de resgate integral das Quotas Seniores do Fundo poderá ser efetivado por meio de cessão de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo somente em caso de liquidação antecipada.

**Parágrafo 1º.** Caso a Razão Mínima seja superior a 133% (cento e trinta e três por cento), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação do Quotista Subordinado, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos, conforme verificados pela Gestora na data de solicitação da Amortização por Excesso de Cobertura:

- a. constituição da Reserva de Pagamento, de acordo com o Artigo 57 e demais parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- b. liquidação, pelo Fundo, de todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como provisionamento, como exigido pela regulamentação pertinente;
- c. não ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, que eles tenham sido adequadamente sanados, até a data da Amortização por Excesso de Cobertura;
- d. nível de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios (considerada como o conjunto de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 1 (um) dia, no dia da pretendida amortização) menor do que 5% (cinco por cento) da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo; e
- e. Os 5 (cinco) maiores sacados não podem, em conjunto, representar mais que 15% (quinze por cento) do Patrimônio do Fundo.

**Parágrafo 2º.** A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, não realizar a Amortização por Excesso de Cobertura.

**Parágrafo 3º.** A ocorrência de Excesso de Cobertura será apurada ao término dos pagamentos de cada amortização periódica, conforme solicitação da Gestora, e será comunicada pela Administradora ao Quotista Subordinado. As Amortizações por Excesso de Cobertura serão efetuadas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação.

**Artigo 56.** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no CAPÍTULO XIV, e desde que o Patrimônio Líquido assim permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à amortização das Quotas Seniores, cujo valor será obtido através das informações de cada Suplemento.

**Artigo 57.** A Gestora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores. Para tanto, a Gestora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e/ou iniciar a liquidação de aplicações em Ativos Financeiros que não apresentem liquidez diária, de modo a assegurar que, a partir de 90 (noventa) dias corridos antes de cada Data de Amortização, o Fundo sempre mantenha recursos em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) cuja soma seja equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão, e, a partir de 60 (sessenta) dias, a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão.

**Parágrafo Único.** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 60 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Administradora poderá determinar, unilateralmente, amortizações parciais e/ou integrais de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados pela Administradora.

**Artigo 58.** Os titulares das Quotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

**Parágrafo 1º.** Uma vez tendo recebido os recursos decorrentes da Amortização ou resgate de suas Quotas, o Quotista beneficiário dará à Administradora, em nome do Fundo, a mais ampla e irrevogável e irretroatável quitação.

**Parágrafo 2º.** Quaisquer impostos, contribuições ou taxas que legalmente incidam sobre os recursos referentes ao resgate ou amortização de Quotas do Fundo serão retidos pelo Fundo e deduzidos dos valores em questão, não cabendo ao Quotista qualquer tipo de compensação.

**Artigo 59.** O Agente Escriturador efetuará o pagamento das Amortizações ou resgates de Quotas mediante a realização de DOC ou TED para a conta do Quotista, mediante instrução da Administradora.

**Parágrafo 1º.** Os pagamentos serão feitos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

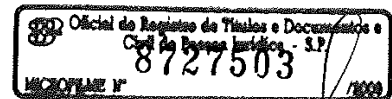
**Parágrafo 2º.** Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Fundo efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

**Parágrafo 3º.** As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas em Direitos Creditórios.

#### **CAPÍTULO XIV. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS**

**Artigo 60.** Diariamente, a partir da Data de Início do Fundo e até a sua liquidação, a Administradora e a Gestora obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às suas exigibilidades, obrigatoriamente na seguinte ordem de preferência:

- a. pagamento dos Encargos do Fundo, conforme descritos no CAPÍTULO XVIII abaixo;
- b. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;



- c. pagamento dos valores referentes à Amortização periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- d. formação de Reserva de Pagamento, de acordo com o previsto no Artigo 57;
- e. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- f. novas aquisições de Direitos Creditórios, desde que observado o disposto neste Regulamento.

**Parágrafo Único.** Sem prejuízo do previsto no CAPÍTULO XVII e, em conformidade com a ordem contemplada no *caput* acima, na ocorrência de qualquer: (i) Evento de Avaliação, será interrompido o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Subordinadas, não sendo prejudicado o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Seniores; e (ii) Evento de Liquidação, será interrompido o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Subordinadas e Quotas Seniores.

## **CAPÍTULO XV. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

**Artigo 61.** Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

**Artigo 62.** Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem ser registrados pelo seu Preço de Aquisição.

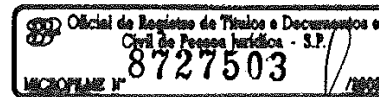
**Artigo 63.** Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos na Resolução n.º 2.682 do Conselho Monetário Nacional, de 21 de dezembro de 1999 e de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Circular n.º 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro

de 1987, ou outro plano contábil que, eventualmente venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo 1º.** Os Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, serão contabilizados sem qualquer desconto ou dedução até o 30º (trigésimo) dia corrido contado de sua respectiva data de vencimento, por seu Preço de Aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento. Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos Creditórios que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira. A partir da Data de Provisionamento, o Direito Creditório não pago deverá ser provisionado como crédito de liquidação duvidosa, para fins de determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

**Parágrafo 2º.** A partir da Data de Provisionamento, as perdas reconhecidas e as provisões realizadas mensalmente pelo Custodiante com os Direitos Creditórios serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na tabela abaixo. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%



**Artigo 64.** Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

## **CAPÍTULO XVI. ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS**

**Artigo 65.** É de competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:

- a. Tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b. Alterar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas neste Artigo que acarretem na alteração deste Regulamento;
- c. Deliberar sobre a substituição ou destituição da Administradora e/ou da Gestora;
- d. Eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o Artigo 69;
- e. Deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- f. Deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- g. Deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- h. Resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- i. Resolver se, na ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- j. Alterar o *Benchmark* na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como base de cálculo do referencial de rentabilidade das Quotas Seniores;

- k. Deliberar sobre a alteração no Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
- l. Deliberar sobre alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual as Cedentes cederão os Direitos Creditórios, bem como sobre a forma pela qual o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo, observado o disposto no Artigo 21;
- m. Deliberar sobre alterações dos Critérios de Elegibilidade para aquisição de Direitos Creditórios ou das Condições de Cessão necessárias à tal aquisição;
- n. Deliberar sobre as despesas de que trata o CAPÍTULO XVIII deste Regulamento.
- o. Deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo.

**Parágrafo Único.** O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às determinações da CVM ou em consequência de normas legais ou regulamentares, hipótese em que deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Quotistas, conforme as regras de divulgação previstas no presente Regulamento.

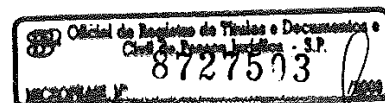
**Artigo 66.** As Quotas Seniores conferirão a seus titulares direito de voto em todas as matérias deliberadas pela assembleia geral de quotistas.

**Artigo 67.** O Quotista Subordinado tem o direito de vetar qualquer deliberação relativa às matérias indicadas nos itens "k", "l", "m", "n" e "o".

**Artigo 68.** O quorum de deliberação das matérias indicadas no Artigo 65 acima seguem indicados nos parágrafos a seguir.

**Parágrafo 1º.** Dependerá dos votos favoráveis dos titulares de pelo menos 2/3 (dois terços) das Quotas do Fundo toda e qualquer deliberação referente às matérias indicadas nos itens "c", "f", "g", e "l".





**Parágrafo 2º.** A deliberação a respeito das matérias indicadas nos itens "a", e "e" dependerá, em 1ª convocação, de aprovação pela maioria das Quotas emitidas e, em 2ª convocação, do quorum previsto no Parágrafo 4º abaixo.

**Parágrafo 3º.** A aprovação da prorrogação do Prazo de Duração do Fundo, tratada no item "o" acima dependerá da aprovação unânime do Quotista Subordinado e de todos os Quotistas Seniores.

**Parágrafo 4º.** Ressalvado o disposto nos Parágrafos acima, toda e qualquer matéria submetida à deliberação da Assembleia Geral será aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos Quotistas presentes ao conclave assemblear.

**Artigo 69.** A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

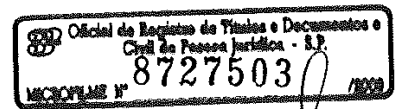
**Parágrafo 1º.** Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a. ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- b. não ser titular de Quotas Subordinadas;
- c. não exercer cargo ou função na Administradora ou suas Partes Relacionadas; e
- d. não exercer cargo de administração ou ser funcionário das Cedentes ou suas Partes Relacionadas.

**Parágrafo 2º.** Os representantes dos Quotistas eventualmente nomeados nos termos deste Artigo não farão *jus*, em nenhuma circunstância, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Gestora ou das Cedentes para exercerem tal função.

**Artigo 70.** A convocação de Assembleia Geral de Quotistas será feita pela Administradora, por meio de correspondência eletrônica ou por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista, ou por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, indicando: (i) o dia, hora e local em que será





realizada a Assembleia Geral; e (II) a ordem do dia e descrição dos assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º.** A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica ou da publicação do respectivo anúncio.

**Parágrafo 2º.** Não se realizando a Assembleia Geral, será enviada novamente carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado ou publicado anúncio de convocação no periódico mencionado no CAPÍTULO XIX abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A segunda convocação poderá ser feita juntamente com o anúncio ou correspondência/carta de primeira convocação.

**Parágrafo 3º.** Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecem a totalidade dos Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

**Artigo 71.** Além da ocasião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação da Administradora, a seu critério, ou mediante solicitação à Administradora por titulares de Quotas do Fundo que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas – independentemente da classe ou série.

**Parágrafo 1º.** A presidência da Assembleia Geral caberá ao representante eleito pela maioria dos Quotistas presentes entre aqueles indicados pelos Quotistas, todos presentes à Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º.** Os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas do Fundo poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco, para participarem das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

**Parágrafo 3º.** Independentemente de quem as tenha convocado, os representantes da Administradora e da Gestora deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais, e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

**Artigo 72.** Somente poderão votar nas Assembleias Gerais os quotistas inscritos no "Registro dos Quotistas" ou na conta de depósito até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.



**Parágrafo Único.** Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral os representantes legais dos Quotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

**Artigo 73.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Administradora, salvo motivo de força maior, sendo vedada a sua realização fora da cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

**Artigo 74.** As Assembleias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) Quotista.

**Artigo 75.** Os representantes legais ou os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano poderão votar nas Assembleias Gerais de Quotistas.

**Artigo 76.** As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido neste evento.

**Parágrafo 1º.** Das Assembleias Gerais serão lavradas atas de Assembleias Gerais, as quais, para sua validade, deverão ser assinadas por todos os Quotistas presentes.

**Parágrafo 2º.** As deliberações tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista. As atas de Assembleias Gerais serão encaminhadas à CVM e aos demais agentes de mercado sempre que necessário, na forma e nos prazos previstos na legislação.

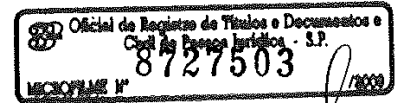
## **CAPÍTULO XVII. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 77.** São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências, a partir do momento em que a Administradora tomar ciência de sua ocorrência:



- a. aquisição reiterada, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão, conforme apurado pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante;
- b. rebaixamento, maior que 2 (duas) notas, do *rating* das Quotas Seniores de qualquer série em circulação, de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela Agência Classificadora de Risco ou outro critério equivalente adotado por agência de classificação de risco que venha a substituí-la, observada a Tabela de Equivalência de Níveis contida no Anexo ZZ a este Regulamento;
- c. alteração deste Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afetem ou possam afetar prejudicialmente a performance do Fundo, a critério da Gestora, conforme notificação neste sentido à Administradora;
- d. caso a Administradora ou a Gestora entendam que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;
- e. caso o relatório de verificação do lastro por amostragem elaborado pelo Custodiante conforme Parágrafo 3º do Artigo 8º acima identifique irregularidades nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, incluindo a ausência de Termos de Aceite, maior do que 30% (trinta por cento) do universo analisado;
- f. caso qualquer das Cedentes deixe de: (i) ressarcir o Fundo dos valores relativos às despesas para a salvaguarda de seus direitos relativos aos Créditos, após o decurso do prazo de 30 Dias Úteis previsto no item 5.2.2. dos respectivos Contratos de Cessão; ou (ii) ressarcir ou se recuse a ressarcir o Fundo do valor do preço de aquisição pago pelos Créditos objeto de resolução da respectiva cessão após o decurso do prazo de 24 horas previsto no item 10.4.1. dos respectivos Contratos de Cessão;
- g. caso qualquer das Cedentes deixe de informar prontamente qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira conforme evidenciada pelas últimas demonstrações financeiras apresentadas ao Fundo que possam afetar sua a decisão de adquirir Créditos da respectiva Cedente;
- h. O inadimplemento de 30% dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por qualquer Cedente cujo total de Direitos Creditórios por ela cedido ao Fundo

- 48 -



represente 10% (dez por cento) ou mais da Carteira de Direitos Creditórios; e

- i. Caso qualquer das Cedentes deixem de comunicar ao Fundo a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva nos termos dos Contratos de Cessão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do seu conhecimento do fato.

**Parágrafo 1º.** A Administradora não monitorará ativamente a ocorrência dos Eventos de Avaliação listados acima. Na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, a Administradora: (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do CAPÍTULO XIX; (ii) suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) convocará uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação ou a Assembleia Geral mencionada acima não se realize por falta de quorum, serão adotados os procedimentos próprios definidos neste Regulamento para a liquidação do Fundo.

**Parágrafo 2º.** Se a Assembleia Geral de Quotistas deliberar que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, será assegurada aos Quotistas titulares de Quotas Seniores dissidentes a possibilidade de solicitar o resgate antecipado de suas Quotas pelo valor de suas respectivas Quotas Seniores à época da deliberação da Assembleia Geral.

**Artigo 78.** Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação aplicável, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências, a partir do momento em que a Administradora tomar ciência de sua ocorrência:

- a. a totalidade das Quotas Seniores em circulação não seja totalmente integralizada, exceto se houver cancelamento de Quotas não subscritas ou prorrogação de prazo, expressamente autorizada pela CVM;
- b. caso haja atraso no pagamento do resgate ou das amortizações das Quotas Seniores previstos neste Regulamento;

- c. caso haja decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação: (i) às Cedentes e/ou a IdeaisNet; ou (ii) ao Custodiante; ou (iii) à Administradora; ou (iv) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- d. deliberação nesse sentido da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo;
- e. caso os Quotistas venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação ou a Assembleia Geral ali prevista não se realize por falta de quorum;
- f. caso não ocorra a substituição da Administradora nos casos previstos neste Regulamento, sendo que, nesta hipótese, fica facultado à Administradora, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- g. rescisão do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o Fundo, sem que seja nomeado substituto;
- h. caso o Quotista Subordinado, após o recebimento de um Aviso de Desenquadramento, não proceda à integralização de Quotas prevista no Artigo 39 acima, no prazo ali previsto;
- i. caso as Cedentes pratiquem qualquer ato que, inequivocamente, implique tentativa de impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos Bancários ou o Procedimento de Recebimento das Faturas; e
- j. caso exista evidência de que as Cedentes tenham permitido a cessão dos Direitos Creditórios sem lastro e não sanem tal ocorrência no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que receber notificação escrita do Fundo neste sentido.

**Parágrafo 1º.** A Administradora não monitorará ativamente a ocorrência dos Eventos de Liquidação listados acima. Assim que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no CAPÍTULO XIX deste Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

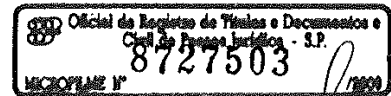
**Parágrafo 2º.** Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, inclusive sobre a possibilidade de entrega de Direitos Creditórios ou outros ativos aos Quotistas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção da liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, que ocorrerá no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da realização da Assembleia Geral. Caso a Assembleia Geral não se realize por falta de quorum, a Administradora iniciará os procedimentos de liquidação previstos abaixo.

**Parágrafo 3º.** Observada a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo vedada qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores, devendo ser observado, no que couber, as disposições deste Regulamento.

**Artigo 79.** Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Administradora poderá realizar o resgate das Quotas Seniores:

- a. após deliberação dos Quotistas nesse sentido, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, proporcionalmente à participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas Seniores em circulação, cedendo a cada titular de Quotas Seniores Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros em valor equivalente a tal participação. Eventuais frações existentes para se chegar ao valor integral do resgate das Quotas Seniores poderão ser ajustadas entre os titulares dessas Quotas Seniores. Para o fim de efetuar o resgate ora previsto, a forma de pagamento aos titulares de Quotas Seniores poderá ser composta, a critério da Administradora, por Direitos Creditórios ou de Ativos Financeiros, sempre que possível de forma proporcional, dependendo do modo como a Carteira do Fundo estiver formada e do montante total e individual do resgate a ser realizado para os titulares de Quotas Seniores; ou
- b. caso não seja possível a aplicação da alínea anterior, por qualquer motivo, inclusive na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima não



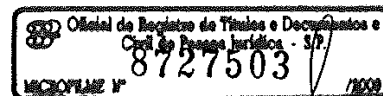


chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios ou dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, caso a Assembleia Geral não tenha se realizado por falta de quorum, ou se os Quotistas assim deliberarem, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares de Quotas Seniores constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. A Administradora deverá: (i) notificar os titulares das Quotas Seniores, na forma do CAPÍTULO XIX para que eles elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002); e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas Seniores faz *jus*.

**Parágrafo 1º.** Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio a ser formado de acordo com a alínea "b" supra, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria dessas Quotas Seniores em circulação. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

**Parágrafo 2º.** As Cedentes, na qualidade de fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios, deverão garantir a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo o acesso aos Documentos Comprobatórios, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da Assembleia Geral de Quotistas mencionada no Parágrafo 1º do Artigo 77 ou da data em que tal Assembleia estava marcada para ser realizada, caso a mesma não tenha sido realizada por falta de quorum. Neste prazo, os Quotistas, na hipótese da alínea "a" do *caput* deste Artigo, e o administrador do condomínio a ser formado na hipótese da alínea "b" do *caput* do mesmo Artigo, indicarão à Administradora e à Cedente a hora e local para que seja feita a entrega dos Documentos Comprobatórios supra mencionados. Expirado este prazo, a Administradora ou a Cedente poderão promover a consignação dos mencionados documentos na forma do Artigo 334 do Código Civil.

**Artigo 80.** O Fundo será liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, no último dia do 120º mês após a Data de Início do Fundo, exceto na ocorrência de Evento de Liquidação, observadas as disposições acima, ou se os Quotistas, por unanimidade, conforme previsto no CAPÍTULO XVI acima, decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto



neste Regulamento, sendo permitido o resgate em Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos neste Regulamento.

## **CAPÍTULO XVIII. ENCARGOS DO FUNDO**

**Artigo 81.** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d. honorários e despesas da Empresa de Auditoria encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleias Gerais de Quotistas;
- h. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i. a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- j. despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e

- 53 -

Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios

- Recebíveis Comerciais e Serviços



- k. despesas com a contratação de representante dos Quotistas, conforme metodologia de pagamento de despesa estabelecida na Assembleia Geral que nomeou o(s) representante(s).

**Artigo 82.** A Administradora pode estabelecer, nos termos do CAPÍTULO IV acima, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, inclusive a remuneração da Gestora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

**Artigo 83.** Quaisquer despesas indispensáveis ao funcionamento do Fundo que não estejam previstas como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

#### **CAPÍTULO XIX. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**Artigo 84.** Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado aos Quotistas.

**Parágrafo 1º.** As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que colocarem as Quotas.

**Parágrafo 2º.** Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser precedida de comunicado por meio de aviso aos Quotistas.

**Parágrafo 3º.** A divulgação anual do valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil e dos relatórios da Agência Classificadora de Risco poderá ser realizada por meio de entidades de classe de instituições do sistema financeiro nacional, desde que realizada em jornais de ampla veiculação.

**Artigo 85.** No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês calendário, a Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a. o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c. o comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**Artigo 86.** Todo o material de divulgação do Fundo deverá conter, sem prejuízo de outras informações exigidas pela legislação aplicável, a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco às Quotas Seniores, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

**Artigo 87.** A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a. de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b. de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 88.** As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com as normas editadas pela CVM.

## **CAPÍTULO XX. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 89.** O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa à Administradora e ao Custodiante,

**Artigo 90.** O exercício social do Fundo terá duração de 1 (um) ano, com encerramento em 30 de junho de cada ano.

**Artigo 91.** O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

**Artigo 92.** As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por Empresa de Auditoria registrada na CVM.

## **CAPÍTULO XXI.**

### **FATORES DE RISCO**

**Artigo 93.** Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável, e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

**Artigo 94.** As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

**Artigo 95.** Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- I. Risco de mercado.** O apreamento dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação

em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. Os Ativos Financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional. A queda do valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e as Cedentes não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia das Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total ou parcial do capital investido pelos Quotistas.

**II. Risco de limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelos respectivos emitentes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

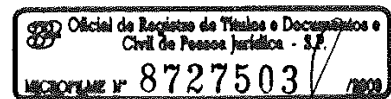
**III. Risco de liquidez.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora, alienarem os seus respectivos ativos em caso

de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

**IV. Risco de crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Além disso, nos termos do Artigo 23 deste Regulamento, considerar-se-á resolvida a Cessão de Direitos Creditórios: (i) cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimento, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (i.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios; ou (ii.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão; (ii) que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios; (iii) originários de fraude cometida pela Cedente; (iv) que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente no respectivo Contrato de Cessão.

Nos termos do Artigo 25, § 1º deste Regulamento, a Gestora será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança. Não há como assegurar que a Gestora conseguirá recuperar os valores devidos e não pagos, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, consequentemente, para os Quotistas.

**V. Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores



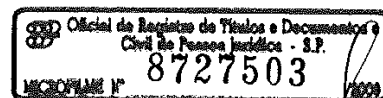
verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

**VI. Riscos relacionados a fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelas Cedentes, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

**VII. Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento e respectivo Suplemento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

**VIII. Fundo fechado.** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário. A propriedade das Quotas não





confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros presentes na Carteira do Fundo. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

- IX. Liquidez reduzida das Quotas.** As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.
- X. Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto neste Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização: (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.
- XI. Hedge indisponível ou imperfeito.** Nos termos deste Regulamento, a Gestora, deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tente realizar as operações com derivativos: (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo; e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.
- XII. Risco de Instrumentos Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu



Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

**XIII. Risco de liquidação antecipada do Fundo.** Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**XIV. Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos.** Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos e não haver, na liquidação do Fundo, recursos em moeda para o resgate das Quotas, sendo necessária a entrega dos Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros aos Quotistas, conforme autorizado pelo Artigo 15, Parágrafo 1º da Instrução CVM n.º 356; os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para: (i) vender os Direitos Creditórios recebidos; ou (ii) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.

**Artigo 96.** Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

**I. Risco de crédito e ausência de co-obrigação das Cedentes.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante, as Cedentes e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores ou pelos coobrigados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes às suas Quotas.



- II. Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da Carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade ocorre no momento da cessão dos recebíveis para o Fundo e não constitui garantia de adimplência dos Devedores.
- III. Risco relativo à cobrança por meio de Boletos Bancários.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por operações de compra e venda de mercadorias é realizada através da emissão de Boletos Bancários pela Cedente aos seus Clientes. Quando os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, o boleto bancário originalmente emitido a cada Cliente é cancelado e substituído por um novo Boleto Bancário contendo as novas instruções de pagamento, a fim de direcionar os recursos oriundos do pagamento diretamente para a Conta de Cobrança. Caso os Devedores paguem os Direitos de Crédito por meio de boletos bancários cancelados, os recursos serão direcionados à conta de titularidade das Cedentes. Neste caso, as Cedentes podem receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo. Assim, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores pelas Cedentes poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome destas. Nesta hipótese, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo. Adicionalmente, o pagamento por meio de Boletos Bancários cancelados poderá distorcer a real taxa de inadimplência dos Direitos Creditórios, afetando adversamente sua classificação de risco.
- IV. Risco relativo à cobrança por meio de Faturas.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por prestação de serviços é realizada por meio da emissão de Faturas pela Cedente aos seus Clientes. Os Direitos Creditórios representados por Faturas que venham a ser oferecidos ao Fundo serão necessariamente acompanhados de Termo de Aceite por meio do qual os Clientes declarar-se-ão clientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento em: (i) conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao Banco Itaú S.A., conforme indicado no respectivo Termo de Aceite; ou (ii) conta vinculada de titularidade da Cedente,

com movimentação exclusiva do Banco Itaú S.A., na qualidade de *trustee* e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicado no Termo de Aceite.

Caso os Devedores paguem as Faturas em contas bancárias de titularidade das Cedentes que não a Conta Vinculada, quer por não terem sido notificados a respeito da cessão através do Termo de Aceite ou por outros motivos, as Cedentes podem conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores em prejuízo do Fundo. Adicionalmente, tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos. Sem prejuízo da hipótese acima, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores por meio da Conta Vinculada poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome das Cedentes. Nestas hipóteses, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo.

**V. Risco das Cedentes como fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios.** Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pelas Cedentes ou por empresa a ser contratada pelas Cedentes, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo.

As Cedentes e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora as Cedentes e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos e à realização da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, causando, assim, no caso de inadimplementos, efeitos adversos na Carteira do Fundo.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter

Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.

**VI. Risco de Descontinuidade.** De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo. Nenhuma garantia poderá ser dada de que as Cedentes continuarão originando os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo ou que os Direitos Creditórios originados pelas Cedentes atenderão aos critérios de elegibilidade. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado em função da impossibilidade de aquisição de ativos com rentabilidade compatível com a proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder a sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação, de Eventos de Liquidação Antecipada, em caso de determinação da Assembleia Geral ou na hipótese de Amortização Extraordinária. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimentos reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos em ativos com remuneração compatível com a proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**VII. Risco operacional.** Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos documentos representativos dos Direitos Creditórios ou nos processos operacionais de realização de serviços, de entrega de produtos, aceitação dos produtos ou serviços pelos Clientes, cobrança ou fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo aos boletos bancários em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do agente cobrador ou problemas internos das instituições financeiras.

Haverá, ainda, risco operacional quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou, até mesmo, perdas aos Quotistas do Fundo.

**VIII. Risco de incorrer em despesas adicionais.** Não obstante a obrigação das Cedentes em reembolsar e ressarcir integralmente o Fundo dos custos e das despesas com cobrança e recuperação de créditos inadimplidos, o Fundo poderá ter dificuldades em recuperar tais gastos, os quais impactarão negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, portanto, o valor das Quotas.

**IX. Monitoramento de Eventos de Avaliação e Liquidação.** Eventos de Avaliação e Liquidação não serão ativamente monitorados pela Administradora nem pela Gestora. Dessa forma: (i) Eventos de Avaliação ou de Liquidação poderão ocorrer sem que tal ocorrência seja identificada pela Administradora; ou (ii) as providências previstas neste Regulamento como decorrência de um Evento de Avaliação ou de Liquidação poderão não ser implementadas a tempo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo; ou (iii) poderá ser retardada a liquidação antecipada do Fundo de forma a afetar o patrimônio do Fundo e o valor das Quotas.

**X. Verificação das Condições de Cessão.** Cabe às Cedentes verificarem e declararem que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo atendem a todas as Condições de Cessão. O atendimento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão não é ativamente monitorado pela Administradora, nem pela Gestora ou pelo Custodiante. Assim, poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que, não obstante as declarações das Cedentes, não atendam às Condições de Cessão.

## **CAPÍTULO XXII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 97.** O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação dos Direitos Creditórios a protesto ou pela inserção de nome de Devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações

- 65 -

pecuniárias, cabendo ao Fundo, diretamente ou por terceiros por ela contratados para este fim, conforme orientação da Gestora e observada a política de cobrança estabelecida no Anexo 25, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

**Artigo 98.** Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com tais alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante deverá requerer o término do Contrato de Custódia em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de Custódia ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado acima, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

**Artigo 99.** Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se mensagem eletrônica como uma forma válida de comunicação entre a Administradora, a Gestora, o Custodiante, as Cedentes e os Quotistas.

**Artigo 100.** A assinatura, pelo Investidor qualificado, do Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Anexo 46, implicará a aceitação e concordância expressa com todas as disposições deste Regulamento, às quais estará vinculado.

**Artigo 101.** Fica eleito o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**Artigo 102. Ouvidoria Corporativa Itaú.** Dúvidas, reclamações e sugestões fale com o seu Distribuidor. Se necessário, entre em contato com o Administrador (11) 5029-1456, dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, dias úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722.

São Paulo, 23 de dezembro de 2009.

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Leandro Morán  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPF: 204.474.378-82 RG: 14.141.969-6



Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica

Praça Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP  
**Apresentado hoje, protocolado, registrado,  
microfilmado e digitalizado sob nº 8727503**

São Paulo, 28 DEZ 2009

BEL. JOSÉ MARIA SIVIERO - OF. REGISTRADOR  
BEL. FRANCISCO ROBERTO LONGO - OF. SUBSTITUTO  
ESCREVENTES AUTORIZADOS:

BEL. JORGE MANUEL P. ALMEIDA  
EDER GOMES DA COSTA

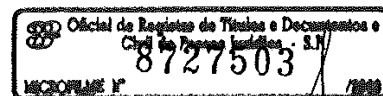
LAÉRCIO DE FREITAS  
LUCIANO AUGUSTO DA SILVA

- 67 -

Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios

- Recebíveis Comerciais e Serviços





ANEXO 1  
**Termos definidos**

Para fins deste regulamento, as definições contidas neste Anexo, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

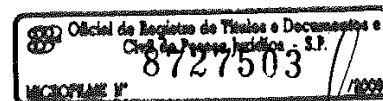
<b>Administradora</b>	<b>INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</b> , sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04344-902, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993
<b>Agente Escriturador ou Custodiante</b>	<b>Banco Itaú S.A.</b> , instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa.
<b>Amortização por Excesso de Cobertura</b>	Amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação do Quotista Subordinada.
<b>Amortizações Extraordinárias</b>	Amortizações parciais e/ou integrais de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, a serem determinadas unilateralmente pela Administradora nas datas e valores a serem por esta estipulados.
<b>Amortizações Programadas</b>	Amortizações programadas das Quotas, que compreende os termos, datas e valores de cada amortização prevista para a respectiva série de Quotas.
<b>ANBID</b>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>Ativos Financeiros</b>	Ativos financeiros listados no Artigo 27 deste Regulamento.
<b>Automatos</b>	<b>Automatos Tecnologia da Informação Ltda.</b> , sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.632.835/0001-90, com sede na cidade de Araras, Estado do Rio de Janeiro à Estrada Bernardo Coutinho n.º 2241, CEP 25725-022.
<b>Aviso de Desenquadramento</b>	Aviso ao Quotista Subordinado para que este venha a subscrever e Integralizar Quotas Subordinadas no sentido de recompor a Razão Mínima.
<b>Benchmark</b>	O eventual parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo



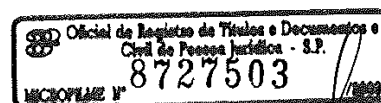
	Fundo para remunerar as Quotas, conforme indicado no Suplemento de cada emissão. As Quotas poderão ou não ter parâmetro de rentabilidade.
<b>Boletim de Subscrição</b>	Boletim de subscrição de Quotas Seniores.
<b>Boletos Bancários</b>	Boletos bancários do Banco Itaú S.A., para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Banco Itaú S.A., e estes indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.
<b>Carteira</b>	Carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.
<b>Cedentes</b>	Empresas nas quais a IdeiasNet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, que tenham celebrado um Contrato de Cessão com o Fundo e que estejam habilitadas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
<b>Clientes ou Devedores</b>	Devedores dos Direitos Creditórios oferecidos ou cedidos ao Fundo.
<b>CNPJ/MF</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
<b>Compromisso de Integralização</b>	Compromisso de Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças, na forma do <u>Anexo 45</u> a este Regulamento.
<b>Condições de Cessão</b>	Condições de Cessão para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme previstos no Parágrafo 2º do Artigo 16 deste Regulamento.
<b>Condições Resolutivas</b>	Condições para resolução da cessão de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme previstas no Artigo 23 deste Regulamento.
<b>Conta de Cobrança</b>	Conta de cobrança de titularidade do Fundo mantida junto ao Banco Itaú S.A. para recebimento de pagamentos relativos aos Boletos Bancários.
<b>Conta de Recebimento</b>	Conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao Banco Itaú S.A., conforme indicada no Termo de Aceite ou utilizada nos termos dos Contratos de Cessão para recebimento de depósitos mediante TED.
<b>Conta Vinculada</b>	Conta Vinculada de titularidade da Cedente, com

	movimentação exclusiva do Banco Itaú S.A., na qualidade de <i>trustee</i> e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo.
<b>Contrato de Cessão</b>	Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com a interveniência do Custodiante.
<b>Contrato de Custódia</b>	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
<b>Contrato de Gestão</b>	Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento.
<b>Critérios de Elegibilidade</b>	Critérios de elegibilidade para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme previstos no Artigo 18 deste Regulamento.
<b>Data de Emissão</b>	Data de emissão das Quotas, compreendida como a data em que as Quotas serão emitidas pela Administradora.
<b>Data de início do Fundo</b>	Data de integralização da primeira Quota Sênior.
<b>Data de Provisionamento</b>	30º (trigésimo) dia corrido contado da respectiva data de vencimento de um Direito Creditório.
<b>Data de Resgate</b>	Data de resgate das Quotas, compreendida como a data de resgate integral das Quotas Seniores de cada série.
<b>Data de Subscrição</b>	Data de assinatura do respectivo Boletim de Subscrição ou Compromisso de Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças.
<b>Datas de Amortização</b>	Data das amortizações periódicas das Quotas, conforme as Amortizações Programadas descritas em cada respectivo Suplemento.
<b>Direitos Creditórios</b>	Direitos creditórios performados, originados por empresas em que a IdeiasNet detenha participação societária, direta ou indireta, na data da respectiva aquisição, e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, tendo como credores as respectivas Cedentes.
<b>Direitos Creditórios Performados</b>	Direitos Creditórios que, no momento do envio do relatório que os identificar ao Custodiante, referem-se a

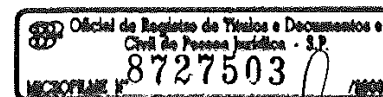
	mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso.
<b>Distribuição(ões)</b>	Distribuição(ões) de Quotas Seniores de emissão do Fundo.
<b>DOC</b>	Documento de ordem de crédito.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	Documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, garantias e outros instrumentos vinculados, inclusive os Boletos Bancários, as Faturas e os Termos de Aceite, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços.
<b>Empresa de Auditoria</b>	<b>KPMG Auditores Independentes</b> , sociedade inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, ou quem vier a substituí-la nos termos deste Regulamento.
<b>Encargos do Fundo</b>	Encargos de responsabilidade do Fundo identificados no Artigo 81 deste Regulamento.
<b>Eventos de Avaliação</b>	Eventos de Avaliação do Fundo previstos no Capítulo XVII deste Regulamento.
<b>Eventos de Liquidação</b>	Eventos de Liquidação do Fundo previstos no Capítulo XVII deste Regulamento.
<b>Excesso de Cobertura</b>	Hipótese em que a Razão Mínima seja superior a 133% (cento e trinta e três por cento).
<b>Fator Multiplicador</b>	Taxa definida em cada suplemento, expressa em percentual ao dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
<b>Faturas</b>	Faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços.
<b>Fundo</b>	IdelasNet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços, constituído em 23.12.2009, de acordo com a Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, nos termos deste Regulamento.
<b>Gestora</b>	<b>Mercatto Gestão de Recursos Ltda.</b> , sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.193.145/0001-81, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,



	na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 4.750, de 01 de abril de 1998.
<b>IdeiasNet</b>	<b>Ideiasnet S.A.</b> , companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002.
<b>Instruções CVM</b>	Instruções editadas pela CVM que sejam ou venham a ser aplicáveis ao Fundo, em especial a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas posteriores alterações.
<b>Officer</b>	<b>Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.</b> , sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob n.º 71.702.716/0001-89, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida General Valdomiro de Lima n.º 833, CEP 04344-070.
<b>Opção de Troca</b>	Opção de troca dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista nos Contratos de Cessão.
<b>Opção de Venda</b>	Opção de venda dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista nos Contratos de Cessão.
<b>Partes Relacionadas</b>	são: (i) as pessoas físicas ou jurídicas controladoras, direta ou indiretamente, de determinada pessoa; (ii) as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, por tal pessoa; (iii) pessoas jurídicas coligadas, direta ou indiretamente, com tal pessoa; e (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. O conceito de controle para o fim deste parágrafo será aquele estabelecido na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores.
<b>Patrimônio Líquido</b>	Soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.
<b>Pini</b>	Em conjunto e indistintamente: (a) <b>BP Participações e Administração S.A.</b> , sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.068.748/0001-02, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia n.º 964, CEP 01130-900; e (b) <b>BP S.A.</b> , sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.900.579/0001-37, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia, n.º 964, 1º andar/parte, CEP 01130-900.
<b>Prazo de Distribuição</b>	Prazo para subscrição das Quotas Seniores, equivalente a 6



	(seis) meses, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 42 deste Regulamento.
<b>Prazo de Duração</b>	Fundo terá prazo de duração do Fundo, equivalente de 120 (cento e vinte) meses, prorrogável por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>Preço de Aquisição</b>	Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, conforme indicado em cada Termo de Cessão e calculado nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 22 do Regulamento.
<b>Procedimento de Recebimento das Faturas</b>	(i) ao processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta de Recebimento decorrente do pagamento das Faturas, seja diretamente em referida Conta de Recebimento, sejam aqueles oriundos da Conta Vinculada; e (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada (conforme o caso) decorrente do pagamento das Faturas.
<b>Procedimento de Recebimento de Boletos</b>	(i) processamento da liquidação e recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários; (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Cobrança, na forma estabelecida no Contrato de Custódia; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência, ao Fundo, da cobrança dos Direitos Creditórios indevidamente creditados à Cedente ao Fundo, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Direitos Creditórios.
<b>Quotas</b>	Totalidade das quotas de emissão do Fundo.
<b>Quotas Seniores</b>	Quotas de classe sênior de emissão do Fundo, distribuídas em uma ou mais séries.
<b>Quotas Subordinadas</b>	Quotas de classe subordinada de emissão do Fundo, distribuídas em uma ou mais séries.
<b>Quotista</b>	Os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.
<b>Quotista Subordinado</b>	Quotista detentor de Quotas Subordinadas.
<b>Razão Mínima</b>	Razão mínima, apurada todo Dia Útil pela Administradora, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação, equivalente a, no mínimo, 133,33%.
<b>Regulamento</b>	Regulamento do Fundo.



<b>Reserva de Pagamento</b>	Reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores.
<b>SFN</b>	Sistema Financeiro Nacional.
<b>Softcorp</b>	<b>Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda.</b> , sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.462.101/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 1º andar, CEP 01311-000.
<b>Suplemento</b>	Suplementos ao Regulamento na forma de seu <u>Anexo 44</u> , os quais contemplam todas as características, inclusive o <i>Benchmark</i> , para cada série de Quotas Seniores, de acordo com as normas regulamentares pertinentes e com o estabelecido no Regulamento.
<b>Taxa de Administração</b>	Taxa de administração devida à Administradora em contrapartida aos serviços prestados ao Fundo, conforme prevista no Artigo 10º deste Regulamento.
<b>Taxa DI</b>	Taxa média dos depósitos interfinanceiros de 01 (um) dia, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.
<b>TED</b>	Transferência Eletrônica Disponível.
<b>Termo de Aceite</b>	Documento escrito, firmado pelo respectivo Devedor, por meio do qual os Devedores declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento, em termos substancialmente idênticos ao <u>Anexo 16-A</u> .
<b>Termo de Adesão</b>	Termo de adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, a ser formado pelos Quotistas na forma do <u>Anexo 46</u> .
<b>Termo de Cessão</b>	Termo padrão de cessão de Direito Creditório previsto nos respectivos Contratos de Cessão.
<b>Valor Unitário das Quotas</b>	Valor unitário das quotas, compreendido como o valor de emissão das Quotas na Data de Emissão.



#### ANEXO 8

#### **Critério de amostragem adotado nas auditorias substantivas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.**

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a. em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b. para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra: (I) Grau de Confiança: 95%; (II) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

- c. se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

Para as vendas FOB, a análise dos documentos comprobatórios será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.
- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.

- 75 -

Regulamento do Idelaenet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios  
- Recebíveis Comerciais e Serviços

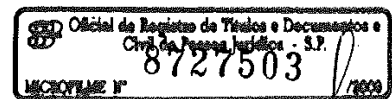




- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ/MF do comprador na Nota Fiscal.
- f. O canhoto de recebimento, se está assinado e datado em dia igual ou posterior a emissão da Nota Fiscal.
- g. A Data de Vencimento na Nota Fiscal.

Para as vendas CIF, a análise da nota fiscal será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.
- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.
- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ/MF do comprador na Nota Fiscal.
- f. A Data de Vencimento na Nota Fiscal.
- g. O Conhecimento de embarque.



#### ANEXO 16

#### **Política de Concessão de Crédito da Cedente**

As Cedentes serão responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que, entre outros, compõem a Política de Concessão de Crédito:

- a. *Perfil Cadastral*: análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica- CNPJ) e etc.;
- b. *Dados Cadastrais*: pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores; e
- c. *Referências*: referências bancárias, comerciais, de crédito, de contadores (para pessoas jurídicas), e outras referências que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente.
- d. *Histórico de Adimplemento*: análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente.



ANEXO 16-A  
**Modelo de Termo de Aceite**

Local e data,

À

(NOME DO CLIENTE)

(ENDEREÇO)

At.: \_\_\_\_\_

Ref.: Notificação de Cessão de Crédito

Prezados Senhores,

Ficam V. Sas. notificadas, para todos os fins e efeitos legais, que a \_\_\_\_\_  
(INCLUIR O NOME EMPRESARIAL DA CEDENTE) ("CEDENTE"), inscrita no CNPJ/MF sob  
o n.º [--] CEDEU, em caráter irrevogável e irretratável, ao Ideiasnet Fundo de  
Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços ("FUNDO"),  
ambos signatários desta, o(s) crédito(s) identificado(s) no Anexo I a esta notificação  
detido em face de V. Sas.

Em virtude da operação de cessão ora mencionada, o valor do crédito devido por V.  
Sas. deverá ser pago de forma pontual, direta e exclusiva mediante depósito na  
seguinte conta corrente de titularidade do FUNDO vinculada à respectiva cessão:

Titularidade: Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis  
Comerciais e Serviços

CNPJ/MF:

Banco:

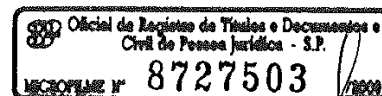
Agência:

Conta-corrente:

O pagamento por V.Sas. do mencionado crédito em desacordo com a presente  
notificação não terá efeito liberatório da respectiva obrigação de pagar assumida  
originalmente por V. Sas. perante a CEDENTE, e acarretará a aplicação das  
penalidades legais e contratuais a ele atribuídas, inclusive o direito à indenização por  
prejuízos sofridos pelo FUNDO. É nulo e sem qualquer efeito qualquer negociação  
realizada entre V. Sas. e a CEDENTE envolvendo o crédito objeto desta notificação.

A cessão de crédito realizada entre o FUNDO e a CEDENTE teve como pressuposto a  
garantia dada pela CEDENTE de que: (i) as condições e o valor do crédito tais como

- 78 -



especificados no Anexo I são corretas e verdadeiras; (ii) o crédito é devido por V. Sas.; (iii) o crédito pode ser livremente cedido ao FUNDO e (iv) não há nenhum fato que possa restringir o direito do FUNDO de exigir o pagamento integral do crédito em face de V. Sas. na data de vencimento.

Qualquer comunicação ao FUNDO deverá ser endereçada ao Srs. [--] e [--], na [--], n.º [--], na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou no fac-símile n.º (021) [--], sendo que tais pessoas podem também ser contatadas por meio dos telefones n.º (021) [--].

Atenciosamente,

---

(NOME DA CEDENTE)

Por:

---

IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RECEBÍVEIS  
COMERCIAIS E SERVIÇOS  
(Administradora/Gestora)

DE ACORDO EM [DATA]:

---

[CLIENTE]

Por:

Cargo(s):

ANEXO 25  
**Política de Cobrança**

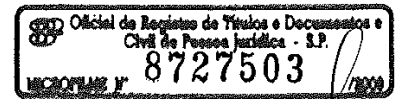
A cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, poderá ser feita pelas Cedentes de forma amigável no prazo de até 30 dias.

Caso a qualquer momento, os Direitos Creditórios, vencidos e não pagos, extrapolem qualquer dos gatilhos ("*triggers*") indicados na tabela abaixo, a cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, independentemente do prazo de atraso, será feita por prestadores de serviços de cobrança ou por advogados, de forma amigável ou judicial, contratadas pelo Fundo, conforme orientação da Gestora, às expensas das Cedentes, observado o disposto no artigos 25 e 26 do Regulamento, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos Direitos Creditórios, com a máxima diligência, devendo os prestadores de serviços de cobrança ou advogados contratados pela Gestora, em nome do Fundo, agir da mesma forma como agem para receber os seus próprios créditos, de acordo com as fases abaixo indicadas.

Créditos Vencidos e não Pagos há mais de	% de representatividade em relação à carteira de Direitos Creditórios
5 dias	= 3,5 %
15 dias	= 2,5 %
30 dias	= 1,5 %

- Fase Preventiva, por meio de contato telefônico com o Devedor do Direito Creditório inadimplente para (1) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; ou (2) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
- Fase Pré-Judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança através de notificação em cartório, visando receber o pagamento ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão ou protesto e execução dos Documentos Comprobatórios do Direito Creditório inadimplente;

- 80 -



- c. Fase Judicial, que compreende controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório Inadimplente; e
- d. Fase de Negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.



ANEXO 41

Modelo - Boletim de Subscrição

IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
- RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO N.º [•]

**1. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO:** emissão de [•] ([•]) de Quotas de classe Seniores, nominativas e escriturais, no valor de R\$[•] ([•] reais) cada Quota, totalizando, R\$ [•] ([•]), na Data de Emissão, conforme deliberado pelo Administrador (definido adiante) em [•] de [•] de [•].

<b>2. QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR</b>		
<b>Campo de preenchimento exclusivo para qualificação do Subscritor</b>		
<b>Nome / Razão Social:</b>		<b>CPF ou CNPJ/MF:</b>
<b>Nacionalidade:</b>	<b>Documento de Identidade:</b>	<b>Órgão emissor:</b>
<b>Endereço (n.º, complemento):</b>		
<b>CEP:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Estado:</b>
<b>E-mail:</b>		<b>Telefone / Fax:</b>
<b>Campo de preenchimento exclusivo para representante(s) legal(is) ou procurador(es) do Subscritor</b>		
<b>Representante ou Procurador 1</b>		
<b>Nome:</b>		<b>CPF e Documento de Identidade:</b>
<b>E-mail:</b>	<b>Telefone / Fax:</b>	
<b>Representante ou Procurador 2</b>		
<b>Nome:</b>		<b>CPF e Documento de Identidade:</b>
<b>E-mail:</b>	<b>Telefone / Fax:</b>	
<b>Campo de preenchimento exclusivo para representante no País nos termos da Resolução CMN n.º 2.689/00</b>		
<b>Razão Social do Representante:</b>		<b>CNPJ/MF</b>

- 82 -

Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios

- Recebíveis Comerciais e Serviços



<b>Endereço:</b>		<b>N.º/Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>
<b>FORMA DE PAGAMENTO (DADOS DO SUBSCRITOR)</b>			
<b>N.º do Banco:</b>	<b>N.º da Agência:</b>	<b>N.º da Conta:</b>	

**3. QUOTAS SUBSCRITAS:** o Subscritor subscreve, neste ato, [•] ([•]) Quotas de emissão da [•a.] série do IdeiasNet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços (o “Fundo”), administrado pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04344-902, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993 (“Administrador”), e gerido pela Mercatto Gestão de Recursos Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.193.145/0001-81, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 4.750, de 01 de abril de 1998 (o “Gestor”).

**4. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO:** o preço de subscrição do Subscritor totaliza R\$[•] ([•] reais).

**5. CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO:** as Quotas ora subscritas serão integralizadas em recursos imediatamente disponíveis à vista, de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, celebrado em [•], entre o Subscritor e o Fundo, representado pelo Administrador (o “Compromisso de Investimento”), e do Regulamento do Fundo,

A integralização ocorrerá mediante o crédito do respectivo montante na conta corrente do Fundo no Banco [•], agência n.º [•], conta corrente n.º [•] realizado por qualquer mecanismo de transferência autorizado pelo Banco Central do Brasil ou por meio do MDC – Módulo de Distribuição de Cotas mantido pela CETIP. Com o efetivo crédito na conta corrente do Fundo, o Subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.



## 6. DECLARAÇÕES DO SUBSCRITOR:

O Subscritor declara, para todos os fins:

- (i) ter amplo e total conhecimento de todas as normas que regerão o Fundo, em particular, no que se refere à sua política de Investimento, aos riscos inerentes ao tipo de Investimento que está realizando e ao fato de que a Oferta Restrita não foi registrada na CVM;
- (ii) ter recebido cópia integral do Regulamento e ter total e perfeito conhecimento do seu conteúdo;
- (iii) estar de acordo e obrigar-se a cumprir com todos os termos e condições previstos no Regulamento do Fundo;
- (iv) ser Investidor Qualificado, nos termos da regulamentação editada pela CVM;
- (v) estar de acordo com as condições expressas neste Boletim de Subscrição, bem como que tomou conhecimento das características das Quotas subscritas;
- (vi) estar ciente de que i) o Quotista Inadimplente estará sujeito à penalidade prevista no respectivo Compromisso de Investimento, em razão de descumprimento contratual; ii) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo; e iii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleias Gerais, pagamentos de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, observado que o bloqueio dos pagamentos de amortização será efetuado pelo Administrador, uma vez que a CETIP não realiza o bloqueio do pagamento de amortizações) até que suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, e aos seus direitos políticos, conforme previstos no Regulamento. Se houver Quotistas Inadimplentes, o pagamento das amortizações dos demais Quotistas será realizado por transferência bancária, fora do âmbito da CETIP;
- (vii) estar ciente de que, sem prejuízo do disposto no item acima, as Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do Prazo de Distribuição serão necessariamente canceladas pela Administradora, exceto se referido Prazo de Distribuição for prorrogado mediante solicitação à CVM, na forma prescrita na regulamentação em vigor;
- (viii) estar ciente de que os termos aqui iniciados em letra maiúscula, e não de outra forma definidos no presente Boletim de Subscrição, terão os significados que lhes forem atribuídos no Regulamento do Fundo; e
- [(ix) estar ciente e de acordo que a oferta das quotas poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das quotas, desde que haja colocação de um montante mínimo de [....(.... por cento)] das quotas, equivalentes a [completar] ([completar]) quotas ("Montante Mínimo"), sendo que as quotas que não forem colocadas no âmbito

- 84 -

Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios

- Recebíveis Comerciais e Serviços



da oferta serão cancelados pela Emissora]. Uma vez atingido o Montante Mínimo, o Fundo, de comum acordo com o coordenador da oferta, poderá decidir por reduzir o valor total da oferta até um montante equivalente ao Montante Mínimo][Esta declaração aplica-se apenas caso haja possibilidade de distribuição parcial da oferta].

[Em caso de possibilidade de distribuição parcial da oferta, se for caso:

[DECLARO, AINDA, QUE MINHA ADESÃO À OFERTA:

1. ☐ não se condiciona à distribuição de montantes mínimos das quotas ofertadas.
2. ☐ está condicionada à distribuição da totalidade das quotas ofertadas.
3. ☐ está condicionada à distribuição de, no mínimo, \_\_\_\_\_ quotas ou \_\_\_\_\_ % do total de quotas ofertadas. Nesta hipótese, desejo subscrever:
  - 3.1. ☐ a totalidade das quotas objeto deste boletim de subscrição.
  - 3.2. ☐ o equivalente à proporção entre o número de quotas efetivamente distribuídas e o número de quotas originalmente ofertadas.

O limite estabelecido pelo investidor não poderá ser inferior ao Montante Mínimo ([completar]% das quotas, equivalentes a [completar] quotas).]

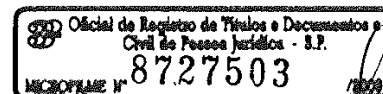
**7. OUVIDORIA:** A Ouvidoria Corporativa Itaú poderá ser contatada pelo 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18 horas, ou pela caixa postal 67.600, CEP 03162-971.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

\_\_\_\_\_  
[Subscritor]

CARIMBO E ASSINATURA DO ADMINISTRADOR:

\_\_\_\_\_  
**INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**



ANEXO 44

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

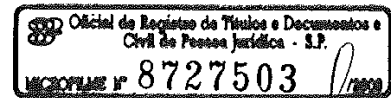
**EMIÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE  
QUOTAS SENIORES DA • SÉRIE**

Suplemento ao Regulamento para emissão e distribuição pública de Quotas Seniores da • Série do IdeiasNet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e serviços ("Fundo"), realizada nos termos do seu regulamento ("Regulamento"), conforme as seguintes características:

- a) **Valor Unitário de Emissão:** R\$ •, atualizado na forma do Regulamento do Fundo;
- b) **Quantidade de Quotas Seniores:**
- b.1) Quantidade Mínima: (•) Quotas Seniores, equivalentes a R\$ • (• reais);
- b.2) Quantidade Máxima: (•) Quotas Seniores, equivalentes a R\$ • (• reais);
- c) **Data de Emissão:** •
- d) **Prazo para subscrição:** 6 (seis) meses da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série;
- e) **Amortizações Programadas:** as amortizações programadas serão realizadas, após um prazo de carência de 12 (doze) meses, mensalmente, no Aniversário da série da Quota Sênior, a partir do décimo terceiro (13º) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, conforme o cronograma a seguir:

Amortizações	Datas de Amortização

Para fins deste Suplemento, o "Aniversário" de cada Quota Sênior ocorrerá mensalmente, sempre no mesmo dia em que ocorreu a primeira integralização da respectiva Quota Sênior, ou no primeiro Dia Útil subsequente, conforme tabela acima.



- e) **Valor das Amortizações:** o valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de amortizações remanescentes;
- f) **Data de Resgate:** na data da última amortização programada de Quotas Seniores; e
- e) **Benchmark (meta de rentabilidade prioritária):** Taxa DI + •% a.a. (• por cento ao ano).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, •.

---

#### **TITULAR DAS QUOTAS SENIORES**

---

#### **IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

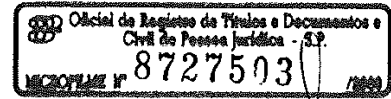
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

C.P.F.:



ANEXO 45  
**COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS  
SUBORDINADAS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo assinadas, a saber:

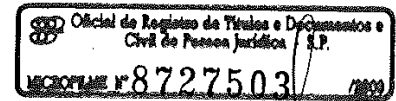
(a) **IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º • ("Fundo"), neste ato devidamente representado por sua administradora **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para administrar fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato devidamente representada nos termos do seu Contrato Social ("Administradora"); e

(b) **IDEIASNET S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.365.069/0001-44, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("IdeiasNet", sendo o Fundo e a IdeiasNet doravante designados em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte");

**PREÂMBULO**

**CONSIDERANDO QUE** o Fundo é uma comunhão de recursos constituído em 23.12.2009, sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, regido por regulamento (i) aprovado por ato único da Administradora e registrado no • Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em •, sob o n.º • ("Regulamento");

**CONSIDERANDO QUE** o patrimônio do Fundo será formado por 2 (duas) classes de quotas, sendo 1 (uma) única classe de quotas sênior ("Quotas Seniores"), as quais serão objeto de colocação pública, e 1 (uma) única classe de quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas"), as quais serão integralizadas exclusivamente pela IdeiasNet (as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas, em conjunto, designadas simplesmente como "Quotas"), nos termos do presente instrumento;



**CONSIDERANDO QUE** o valor unitário e inicial de emissão das Quotas da • emissão do Fundo corresponde a R\$ • (• reais);

Considerando que, nos termos do Regulamento, até o resgate integral das Quotas Seniores, o valor das Quotas Subordinadas deverá corresponder a, no mínimo, • % (• por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior deverá corresponder a, no máximo, •% (• por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo ("Razão Mínima"), e que a Razão Mínima será verificada diariamente pela sociedade contratada para gerir a carteira de investimentos do Fundo, a **Mercatto Gestão de Recursos Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.193.145/0001-81, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 4.750, de 01 de abril de 1998 ("Gestora");

**CONSIDERANDO QUE**, na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima e/ou da Reserva de Pagamento, conforme constatado pelo Gestor e informado à Cedente, com cópia para a Administradora, a Administradora, segundo orientação do Gestor, poderá realizar a emissão de Quotas Subordinadas para fins de reenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Reserva de Pagamento, conforme aplicável, a serem integralizadas pela IdeiasNet, sem prejuízo do disposto no Regulamento ("Novas Quotas Subordinadas");

Considerando que os termos e expressões utilizados em letra maiúscula neste Compromisso (conforme abaixo definido) terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento, se de outra forma não tiverem sido aqui definidos;

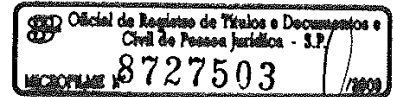
Resolvem as Partes celebrar este Compromisso de Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças ("Compromisso"), de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS**

- 1.1. A Ideias Net, neste ato, compromete-se a subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo, pelo valor da Quota Subordinada na data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto no Regulamento ("Preço de Integralização"), de forma a garantir o atendimento da Razão Mínima e a constituição da Reserva de Pagamento após a primeira Data de Emissão (conforme definido no Regulamento).

- 89 -





- 1.2. A integralização das Quotas Subordinadas deverá ser feita à vista, no ato da aquisição, em moeda corrente nacional, e será realizada por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável.
- 1.3. Caso o Gestor constate o desenquadramento da Razão Mínima e/ou da Reserva de Pagamento em qualquer Data de Verificação, o Gestor comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato à Cedente, com cópia para a Administradora, por meio de carta e/ou correio eletrônico (e-mail) com aviso de recebimento, solicitando à Cedente a realização de aporte adicional de recursos mediante a integralização de tantas Novas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para reenquadramento da Razão Mínima e/ou para formação de Reserva de Pagamento ("Aviso de Desenquadramento").
  - 1.3.1. A integralização das Novas Quotas Subordinadas pela IdeiasNet nos termos do item 1.3. acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento, sob pena de aplicação do disposto no Capítulo XII do Regulamento.
- 1.4. Nas hipóteses descritas no item 1.3. acima, observado o disposto no Regulamento, a Administradora, mediante recebimento da notificação do Gestor de que trata o referido item, e segundo orientação do Gestor, providenciará a emissão de Novas Quotas Subordinadas para subscrição e integralização pela IdeiasNet nos termos do item 1.3.1. acima.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO DO PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO**

- 2.1. Na data de pagamento do Preço de Integralização das Quotas Subordinadas e/ou de quaisquer integralizações de Novas Quotas Subordinadas na forma dos itens 1.3. e 1.4. acima, a IdeiasNet deverá transferir o montante correspondente ao Preço de Integralização e/ou ao preço de integralização das Novas Quotas Subordinadas determinado à época, para a conta corrente de titularidade do Fundo, conforme informada pela Administradora.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DECLARAÇÕES DA IDEIASNET**

- 3.1. A IdeiasNet, neste ato, declara e garante ao Fundo e à Administradora, na data de assinatura deste Compromisso e na data de cada integralização das Novas Quotas Subordinadas realizada nos termos deste Compromisso, que:
  - a. é uma sociedade constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizado a operar;

- 90 -

- b. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração deste Compromisso, à assunção e cumprimento das obrigações dele decorrentes, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;
  - c. os representantes legais ou mandatários que assinam este Compromisso têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome da IdeiasNet as obrigações estabelecidas neste Compromisso;
  - d. sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares a que esteja sujeito até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Compromisso; e
  - e. a celebração deste Compromisso e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Compromisso, dos quais a IdeiasNet seja parte ou aos quais esteja vinculado; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a IdeiasNet ou qualquer dos bens de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a IdeiasNet ou qualquer dos bens de sua propriedade.
- 3.2. A IdeiasNet compromete-se a informar a Administradora, em até 2 (dois) dias úteis, sobre toda e qualquer mudança societária que ocorrer em seu Conglomerado, principalmente, mas não se limitando, aquelas que envolverem a saída da IdeiasNet da participação societária de companhias que cederam ou venham a ceder Direitos Creditórios para o Fundo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES**

- 4.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento em moeda corrente nacional previstas neste Compromisso caracterizará, de pleno direito, Independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa

- 91 -

Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios

- Recebíveis Comerciais e Serviços

convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

- 4.2. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações de dar, fazer e não fazer previstas neste Compromisso, que não tenha sido regularizado no prazo de 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação da Parte não inadimplente, obrigará a Parte inadimplente ao pagamento de uma multa convencional, não compensatória, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia corrido, além do pagamento do prejuízo total causado à outra Parte.
- 4.3. O não cumprimento pela IdeiasNet do disposto no item 3.2., obrigará a mesma ao pagamento de uma multa convencional, não compensatória, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia corrido, além do pagamento do prejuízo total causado ao Fundo.
- 4.4. No caso de a IdeiasNet descumprir a obrigação de efetuar o pagamento de integralização de quaisquer Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas pelo Fundo, de acordo com o disposto nos itens 1.3. e 1.4. acima, aplicar-se-á o disposto no Regulamento do Fundo, sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 5.1. Este Compromisso começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante todo o prazo de duração do Fundo, conforme descrito no Regulamento.

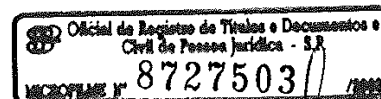
#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 6.1. Todos os documentos e comunicações enviados por qualquer das Partes nos termos deste Compromisso serão feitos por escrito e encaminhados para os endereços constantes do preâmbulo deste Compromisso. As Partes poderão utilizar-se de correio eletrônico (e-mail) para o envio de documentos e comunicações nos termos deste Compromisso, sendo que, nesse caso, o endereço de correio eletrônico (e-mail) deverá ser previamente informado à outra Parte.
- 6.2. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Compromisso somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes.



- 6.3. As Partes celebram este Compromisso em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e Integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.
- 6.4. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Compromisso, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Compromisso.
- 6.5. Este Compromisso constitui o único e Integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.
- 6.6. Salvo disposição em contrário prevista neste Compromisso, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.
- 6.7. As Quotas Subordinadas e/ou as Novas Quotas Subordinadas que venham a ser integralizadas pela IdeiasNet nos termos deste Compromisso não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, salvo na hipótese de decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal, mediante comunicação prévia à Administradora e ao Gestor.
- 6.8. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Compromisso poderá ser cobrada por meio de processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida, certa e exigível, atribuindo a este Compromisso a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, Inciso II, do Código de Processo Civil.
- 6.9. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Compromisso, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam este Compromisso em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de Direito, obrigando-se por si, por seus sucessores a qualquer título, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



São Paulo, [•] de [•] de [•]

**IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**, representado por sua administradora,  
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

1. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

2. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo

**IDEIASNET S.A.**

1. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

2. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG.:

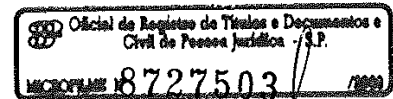
CPF/MF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF/MF:



ANEXO 46

**TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO**

**IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

<b>1 - Nome do Quotista</b>			<b>2 - CNPJ/CPF</b>	
<b>3 - Banco</b>	<b>4 - Agência N°</b>	<b>5 - Conta/Dac N°</b>	<b>6 - Data</b>	
<b>7 - E-mail</b>		<b>8 - Valor</b>		

9 - O objetivo do IdeiasNet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços, designado doravante “Fundo”, é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no seu Regulamento, designado “Regulamento”, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo, de: (a) direitos creditórios performados, originados por empresas em que a IdeiasNet S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002 (“Ideiasnet”) detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, tendo como credores as respectivas Cedentes (em conjunto e indistintamente os “Direitos Creditórios”), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes ou cobrança destas, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios; e/ou (b) Ativos Financeiros.

10 - O objetivo do Fundo, bem como os parâmetros de rentabilidade, procedimentos de constituição de reserva de pagamento de amortizações e resgates e quaisquer outras disposições estabelecidas no Regulamento não constituem, sob qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte do Administrador, consistindo apenas um objetivo a ser perseguido pelo Administrador.

11 - Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que as Cedentes, o

- 95 -



Gestor, o Administrador, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

12 - Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável, e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

13 - As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

14 - Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

**I. Risco de mercado.** O apreçamento dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. Os Ativos Financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado,

- 96 -

Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios

- Recebíveis Comerciais e Serviços

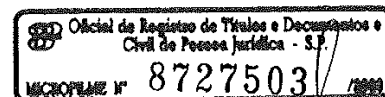


podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional. A queda do valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e as Cedentes não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia das Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total ou parcial do capital investido pelos Quotistas.

**II. Risco de limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelos respectivos emitentes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

**III. Risco de liquidez.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora, alienarem os seus respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo



devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

**IV. Risco de crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Além disso, nos termos do Artigo 23 deste Regulamento, considerar-se-á resolvida a Cessão de Direitos Creditórios: (i) cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimento, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (i.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios; ou (ii.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão; (ii) que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios; (iii) originários de fraude cometida pela Cedente; (iv) que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente no respectivo Contrato de Cessão.

Nos termos do Artigo 25, § 1º deste Regulamento, a Gestora será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança. Não há como assegurar que a Gestora conseguirá recuperar os valores devidos e não pagos, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, para os Quotistas.

**V. Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

**VI. Riscos relacionados a fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos

inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelas Cedentes, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

**VII. Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento e respectivo Suplemento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

**VIII. Fundo fechado.** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros presentes na Carteira do Fundo. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

**IX. Liquidez reduzida das Quotas.** As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas

Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

- X. Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto neste Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização: (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.
- XI. Hedge indisponível ou imperfeito.** Nos termos deste Regulamento, a Gestora, deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tente realizar as operações com derivativos: (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo; e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.
- XII. Risco de Instrumentos Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- XIII. Risco de liquidação antecipada do Fundo.** Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente

instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**XIV. Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos.** Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos e não haver, na liquidação do Fundo, recursos em moeda para o resgate das Quotas, sendo necessária a entrega dos Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros aos Quotistas, conforme autorizado pelo Artigo 15, Parágrafo 1º da Instrução CVM n.º 356; os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para: (i) vender os Direitos Creditórios recebidos; ou (ii) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.

15 - Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

**I. Risco de crédito e ausência de co-obrigação das Cedentes.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante, as Cedentes e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores ou pelos coobrigados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes às suas Quotas.

**II. Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da Carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade ocorre no momento da cessão dos recebíveis para o Fundo e não constitui garantia de adimplência dos Devedores.



**III. Risco relativo à cobrança por meio de Boletos Bancários.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por operações de compra e venda de mercadorias é realizada através da emissão de Boletos Bancários pela Cedente aos seus Clientes. Quando os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, o boleto bancário originalmente emitido a cada Cliente é cancelado e substituído por um novo Boleto Bancário contendo as novas instruções de pagamento, a fim de direcionar os recursos oriundos do pagamento diretamente para a Conta de Cobrança. Caso os Devedores paguem os Direitos de Crédito por meio de boletos bancários cancelados, os recursos serão direcionados à conta de titularidade das Cedentes. Neste caso, as Cedentes podem receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo. Assim, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores pelas Cedentes poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome destas. Nesta hipótese, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo. Adicionalmente, o pagamento por meio de Boletos Bancários cancelados poderá distorcer a real taxa de inadimplência dos Direitos Creditórios, afetando adversamente sua classificação de risco.

**IV. Risco relativo à cobrança por meio de Faturas.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por prestação de serviços é realizada por meio da emissão de Faturas pela Cedente aos seus Clientes. Os Direitos Creditórios representados por Faturas que venham a ser oferecidos ao Fundo serão necessariamente acompanhados de Termo de Aceite por meio do qual os Clientes declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento em: (i) conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao Banco Itaú S.A., conforme indicado no respectivo Termo de Aceite; ou (ii) conta vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do Banco Itaú S.A., na qualidade de *trustee* e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicado no Termo de Aceite.

Caso os Devedores paguem as Faturas em contas bancárias de titularidade das Cedentes que não a Conta Vinculada, quer por não terem sido notificados a respeito da cessão através do Termo de Aceite ou por outros motivos, as Cedentes podem conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores em prejuízo do Fundo. Adicionalmente, tais recursos podem vir a ser

bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos. Sem prejuízo da hipótese acima, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores por meio da Conta Vinculada poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome das Cedentes. Nestas hipóteses, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo.

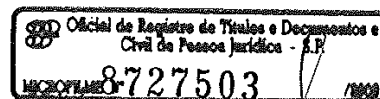
- V. Risco das Cedentes como fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios.** Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pelas Cedentes ou por empresa a ser contratada pelas Cedentes, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo.

As Cedentes e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora as Cedentes e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos e à realização da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, causando, assim, no caso de inadimplementos, efeitos adversos na Carteira do Fundo.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.

- VI. Risco de Descontinuidade.** De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo. Nenhuma garantia poderá ser dada de que as Cedentes continuarão originando os Direitos Creditórios que serão adquiridos





pelo Fundo ou que os Direitos Creditórios originados pelas Cedentes atenderão aos critérios de elegibilidade. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado em função da impossibilidade de aquisição de ativos com rentabilidade compatível com a proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder a sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação, de Eventos de Liquidação Antecipada, em caso de determinação da Assembleia Geral ou na hipótese de Amortização Extraordinária. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimentos reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos em ativos com remuneração compatível com a proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**VII. Risco operacional.** Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos documentos representativos dos Direitos Creditórios ou nos processos operacionais de realização de serviços, de entrega de produtos, aceitação dos produtos ou serviços pelos Clientes, cobrança ou fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo aos boletos bancários em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do agente cobrador ou problemas internos das instituições financeiras.

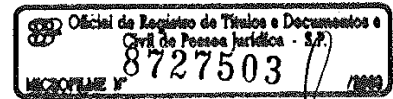
Haverá, ainda, risco operacional quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos. Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou, até mesmo, perdas aos Quotistas do Fundo.

**VIII. Risco de incorrer em despesas adicionais.** Não obstante a obrigação das Cedentes em reembolsar e ressarcir integralmente o Fundo dos custos e das despesas com cobrança e recuperação de créditos inadimplidos, o Fundo poderá ter dificuldades em recuperar tais gastos, os quais impactarão negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, portanto, o valor das Quotas.

**IX. Monitoramento de Eventos de Avaliação e Liquidação.** Eventos de Avaliação e Liquidação não serão ativamente monitorados pela Administradora nem pela Gestora. Dessa forma: (i) Eventos de Avaliação ou de Liquidação poderão ocorrer sem que tal ocorrência seja identificada pela Administradora; ou (ii) as providências previstas neste Regulamento como decorrência de um Evento de Avaliação ou de Liquidação poderão não ser implementadas a tempo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo; ou (iii) poderá ser retardada a liquidação antecipada do Fundo de forma a afetar o patrimônio do Fundo e o valor das Quotas.

**X. Verificação das Condições de Cessão.** Cabe às Cedentes verificarem e declararem que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo atendem a todas as Condições de Cessão. O atendimento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão não é ativamente monitorado pela Administradora, nem pela Gestora ou pelo Custodiante. Assim, poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que, não obstante as declarações das Cedentes, não atendam às Condições de Cessão.

16. - Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará os melhores esforços para orientar a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, descrita no Capítulo X do Regulamento, de forma a caracterizar o Investimento das Quotas do Fundo como de longo prazo. Apesar disso, não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita em seu Regulamento, o Administrador não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste instrumento. O Quotista, portanto, se expõe ao risco de perda do capital investido, existindo, ainda, a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.



17 - O Administrador cobrará a Taxa de Administração correspondente a 0,65% (sessenta e cinco centésimos percentuais) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido. A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

18 - O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Monitor Mercantil.

19 - Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Anexo 1 ao Regulamento.

20 - DECLARO(AMOS) TER RECEBIDO, LIDO E ENTENDIDO O REGULAMENTO DO IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS, E TER TOMADO CIÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DOS RISCOS DELA DECORRENTES, DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DE TODOS OS DEMAIS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS AO FUNDO. DECLARO(AMOS) TER ADERIDO AO INTEIRO TEOR DO REGULAMENTO, SOBRE O QUAL NÃO TENHO(MOS) QUALQUER DÚVIDA.

21 - As Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

22 - Por fim, informamos que comunicações a [mim/nós] enviadas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o e-mail informado no item 7 acima.

[Local e data]

Assinatura do Quotista(s)

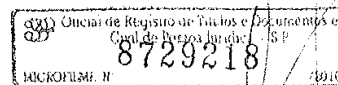
Visto e carimbo do gerente

Funcional n.º

- 106 -

ANEXO 77  
Tabela de Equivalência de Níveis

	Moody's	Standard & Poor's	LF Rating	SR Rating	Fitch
<b>1ª Categoria de Risco</b>					
Níveis	Aaa	AAA	AAA	AAA	AAA
	Aa1	AA+	AA+	AA+	AA+
	Aa2	AA	AA	AA	AA
	Aa3	AA-	AA-	AA-	AA-
	A1	A+	A+	A+	A+
	A2	A	A	A	A
	A3	A-	A-	A-	A-
<b>2ª Categoria de Risco</b>					
Níveis	Baa1	BBB+	BBB+	BBB+	BBB+
	Baa2	BBB	BBB	BBB	BBB
	Baa3	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
	Ba1	BB+	BB+	BB+	BB+
	Ba2	BB	BB	BB	BB
	Ba3	BB-	BB-	BB-	BB-
	B1	B+	B+	B+	B+
	B2	B	B	B	B
	B3	B-	B-	B-	B-



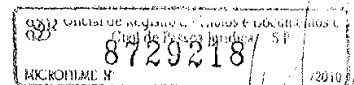
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO AO ATO DE CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTO DO IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) a exercer a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 29 de julho de 1993, estando legalmente representada nos termos de seu contrato social (a “Administradora”), na qualidade de administradora do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.432.314/0001-80, cujo ato de constituição e regulamento encontram-se registrados no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 28 de dezembro de 2009, sob o n.º 8727503 (respectivamente, “Fundo”, “Regulamento” e “Ato de Constituição”);

RESOLVE, por meio do presente instrumento particular:

**1. Aditar o Ato de Constituição e o Regulamento da seguinte forma:**

1. Substituir a Gestora do Fundo, assumindo a **Mercatto Capital Partners Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28 de dezembro de 2009, as funções de gestão da carteira de investimentos do Fundo, anteriormente exercidas pela **Mercatto Gestão de Recursos Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.193.145/0001-81, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040. Em decorrência, as referências feitas à Mercatto Gestão de Recursos Ltda. como Gestora do Fundo constantes do Ato de Constituição e do Regulamento serão alteradas, quando aplicável, para a inclusão dos dados da Mercatto Capital Partners Ltda.
2. Atualizar os dados do Custodiante e agente de controle dos ativos do Fundo, cuja denominação social foi alterada de Banco Itaú S.A. para Itaú Unibanco S.A. Em decorrência, as referências ao Banco Itaú S.A. como Custodiante do Fundo constantes do Ato de Constituição e do Regulamento serão alteradas, quando aplicável, para a inclusão da denominação Itaú Unibanco S.A.
3. Alterar a redação do Artigo 8º, de forma: (a) a incluir um novo item “a”, renumerando-se os itens subsequentes, com a previsão da responsabilidade do Custodiante de observar as instruções provenientes da Administradora e da Gestora e os padrões de conduta para o exercício das funções de Custodiante; (b) substituir a referência feita no item “g” à conta em que os pagamentos relativos aos títulos custodiados pelo Custodiante, os quais serão

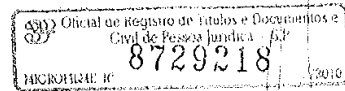


realizados nas contas correntes do Fundo e não mais na conta de depósito do mesmo; (e) incluir novas condições que as Cedentes do Fundo deverão observar quando da contratação de terceiros para realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios, conforme previsto no Parágrafo 2º; (d) incluir as expressões “respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados” e “e demais documentos, conforme o caso” no Parágrafo 2º; (e) incluir novos critérios e condições para a verificação, pelo Custodiante, quanto à existência e formalização dos Direitos creditórios cedidos ao Fundo, conforme previsto no Parágrafo 3º; (f) incluir as expressões “de acordo com o escopo definido no Anexo 14.3.1 do Contrato de Cessão” e “se aplicável” no Parágrafo 3º; e (g) incluir a previsão de que o Custodiante poderá abrir e movimentar contas de investimento mantidas em nome do Fundo, conforme Parágrafo 5º. Em decorrência das alterações acima, o Artigo 8º passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*“Artigo 8º. Para prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo, representado pela Administradora, contratará o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaitia.*

*Parágrafo 1º. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações previstos nas Instruções CVM e também aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, nos Contratos de Cessão e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:*

- a. observar estritamente as instruções que lhe forem dadas pela Administradora ou pela Gestora, e os princípios e normas profissionais de diligência, prudência e perícia para a execução de suas funções;*
- b. receber da Cedente e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;*
- c. validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;*
- d. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, conforme evidenciados pelo respectivo instrumento de cessão e pelos Documentos Comprobatórios da operação;*
- e. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;*
- f. diligenciar, às suas expensas, para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, de acordo com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso pela Empresa de Auditoria, Agência Classificadora de Risco e pelos órgãos reguladores;*



g. cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas correntes do Fundo;

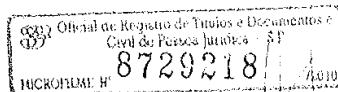
h. informar à Administradora ou à Gestora, conforme o caso, tão logo chegue ao seu conhecimento, o descumprimento, pela Administradora ou Gestora, conforme o caso, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, Contrato de Gestão ou no Contrato de Custódia; e

i. informar a Administradora, imediatamente após tomar ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelas Cedentes, de suas obrigações definidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão ou no Contrato de Custódia.

**Parágrafo 2º.** Não obstante o disposto acima, as Cedentes farão a guarda dos documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, garantias e outros instrumentos vinculados, inclusive os Boletos Bancários, as Faturas e os Termos de Aceite, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços na qualidade de fiéis depositárias. As Cedentes, por sua vez, poderão delegar a terceiros, às suas expensas e, em benefício do Fundo, a guarda dos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados, sem, no entanto, afastar sua responsabilidade legal perante o Fundo, os Quotistas e o Custodiante. Neste caso, as Cedentes deverão: (i) garantir livre acesso aos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados, a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo, por condomínio que eventualmente o substitua, ou pelo Custodiante até que todos os direitos e obrigações relacionadas com os direitos creditórios estejam prescritos, independentemente do prazo de vigência do Contrato de Cessão; (ii) notificar o Custodiante, para que este manifeste sua ciência e concordância; (iii) assegurar que o Custodiante tenha livre acesso aos Documentos Comprobatórios e demais documentos, conforme o caso, junto ao terceiro contratado; e (iv) assegurar que o terceiro não entregue às Cedentes qualquer Documento Comprobatório sem autorização expressa do Custodiante.

**Parágrafo 3º.** Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de Direitos Creditórios a serem cedidos, o Custodiante verificará trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, a existência e formalização dos Direitos Creditórios, de acordo com o escopo definido no Anexo 14.3.1 do Contrato de Cessão, incluindo o Termo de Aceite, se aplicável, bem como o cumprimento, pelas Cedentes, com relação à guarda e organização dos referidos Documentos Comprobatórios. A verificação será realizada por amostragem, devendo apresentar à Administradora, às Cedentes, à Empresa de Auditoria e à Agência Classificadora de Risco do Fundo informação sobre o resultado dessa verificação. Em caso de verificação de inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios, a comunicação aqui prevista deverá ser imediata. Independentemente do disposto neste





*parágrafo, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento junto às Cedentes, a seu exclusivo critério e desde que nos horários comerciais de funcionamento, a existência e a formalização dos Documentos Comprobatórios, de acordo com o escopo definido no Anexo 14.3.1 do Contrato de Cessão, e o cumprimento de suas obrigações com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, conforme estabelecido no Contrato de Custódia.*

*Parágrafo 4º. Os parâmetros de quantidade dos Direitos Creditórios cedidos e de diversificação de Devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com o Anexo 8 ao presente.*

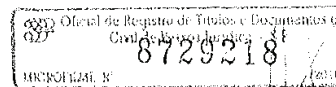
*Parágrafo 5º. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado a, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, observado o disposto no Contrato de Custódia:*

*a. a abrir e movimentar, em nome do Fundo: (i) as contas correntes do Fundo; e (ii) as contas de depósito e, se o caso, contas de investimento, específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM em que os ativos financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância a este Regulamento e aos Contratos de Cessão; e*

*b. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, observado o disposto no CAPÍTULO XIV.”*

4. Incluir a Editora Pini Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.859.519/0001-51, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia nº 964, CEP 01130-900 no rol de Cedentes do Fundo, em substituição da **BP Participações e Administração S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.068.748/0001-02, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia nº 964, CEP 01130-900. Em decorrência, as referências feitas à BP Participações e Administração S.A. como Cedente do Fundo constantes do Regulamento serão alteradas, quando aplicável, para a inclusão dos dados da Editora Pini Ltda., em especial no item “d” do Artigo 14 do Regulamento e na definição de “Pini” constante do Anexo I do Regulamento;
5. Alterar a redação do *caput* do Artigo 14 de forma a incluir a expressão “*garantias e outros instrumentos vinculados*”, em decorrência do que o dispositivo passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*“Artigo 14. O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas por meio do investimento preponderante de recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de tempos em tempos, de Direitos Creditórios Performados originados por empresas em que a Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e*



*venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes."*

6. Alterar a redação do Artigo 16 da seguinte forma: (a) em relação ao Parágrafo 1º, incluir a expressão "garantias e outros instrumentos vinculados"; (b) em relação ao Parágrafo 2º: (b.1) incluir, no item "b", o termo definido "Arquivo Magnético" no lugar da expressão "relatório que os identificar ao Custodiante"; e (b.2) aos itens "c" e "i", nos quais é excluída a palavra "conforme". Em decorrência, os dispositivos passam a vigorar com as seguintes novas redações:

*"Parágrafo 1º. Nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, as Cedentes responderão pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência, certeza e validade dos Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados. As Cedentes e suas Partes Relacionadas não responderão pela solvência dos clientes devedores dos referidos Direitos Creditórios. O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e validade dos Direitos Creditórios, bem como pela solvência e correta formalização dos Direitos Creditórios nem pela solvência dos Clientes, devendo ser observado o disposto no CAPÍTULO IX deste Regulamento.*

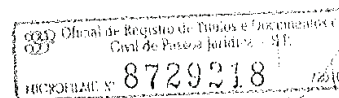
*Parágrafo 2º. As Cedentes declararão e garantirão, na forma do Contrato de Cessão, que todo e qualquer Direito Creditório que oferecerem ou efetivamente cederem ao Fundo atenderá, na data da respectiva cessão e continuará a atender até a liquidação do Direito Creditório às seguintes Condições de Cessão e, cumulativamente, envidará seus melhores esforços para que referidos Direitos Creditórios atendam, na mesma data, aos Critérios de Elegibilidade previstos no Artigo 18:*

*a. Os Direitos Creditórios devem: (a.1) ser originados de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços realizados pelas Cedentes a seus Clientes; e (a.2) estar livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, gravames, restrições ou pendências de quaisquer natureza;*

*b. Os Direitos Creditórios, no momento do envio do Arquivo Magnético, devem referir-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso, e originados com o prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.*

*c. Os Direitos Creditórios foram constituídos e estão de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Anexo 16.*

*d. Os Clientes não estão em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente.*



e. Os Direitos Creditórios estão obrigatoriamente representados por: (e.1) duplicatas de compra e venda de mercadorias, com as correspondentes notas fiscais e os respectivos Boletos Bancários; ou (e.2) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços e, neste caso, estão necessariamente acompanhados do respectivo Termo de Aceite firmado pelo respectivo Devedor.

f. Os boletos bancários ou de cobrança original representativos de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo anteriormente emitidos aos Clientes deverão ter sido cancelados e substituídos por novos boletos bancários do Itaú Unibanco S.A., para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., e estes indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.

g. As Faturas cedidas ao Fundo estão obrigatoriamente acompanhadas por Termo de Aceite firmado pelo respectivo Devedor, em termos substancialmente idênticos ao Anexo 16-A.

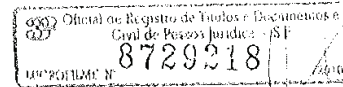
h. A Cedente está adimplente com suas obrigações para com o Fundo, incluindo, sem limitação, a obrigação de indenizar o Fundo pelas despesas relacionadas à salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios.

i. Os Direitos Creditórios não foram cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de negociação dos Direitos Creditórios contempladas no respectivo Contrato de Cessão.

j. A Cedente ter cumprido correta e tempestivamente as obrigações previstas na Cláusula III do respectivo Contrato de Cessão, nas cessões anteriormente realizadas para o Fundo."

7. Alterar a redação do *caput* e o Parágrafo Único do Artigo 17 de forma a: (a) condicionar o início das operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo à obtenção do registro dos Contratos de Cessão perante oficiais de registro de títulos e documentos nas praças das sedes da Cedente e da Administradora, conforme o caso; e (b) alterar o mecanismo de notificação da ocorrência da cessão dos Direitos Creditórios aos seus Devedores, passando a mesma, nos casos de Faturas, a ocorrer anteriormente à cessão. Em decorrência de tais alterações, o Artigo 17 passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 17. As operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo: (a) somente poderão ser iniciadas após o registro dos Contratos de Cessão perante oficiais de registro de títulos e documentos nas praças das sedes da Cedente e da Administradora, caso suas sedes não estejam situadas na mesma localidade; e (b) serão realizadas



necessariamente com base neste Regulamento e seus anexos, no Contrato de Custódia, nos Contratos de Cessão e na regulamentação vigente. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios das Cedentes de acordo com a sua condição financeira e sempre no melhor interesse dos Quotistas.

*Parágrafo Único.* Em se tratando de Direitos Creditórios lastreados em faturas de prestação de serviços, os Devedores dos Direitos Creditórios deverão ser cientificados, pela Cedente, e concordar com a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo por meio de Termo de Aceite a ser firmado anteriormente à Cessão. No caso de Direitos Creditórios lastreados em Boletos Bancários, a Cedente notificará os Clientes a respeito das cessões de Direitos Creditórios, necessariamente por meio da emissão de Boletos Bancários pelo Itaú Unibanco S.A. na qualidade de agente de cobrança, ou por instituição por ele contratada, para os respectivos Clientes."

8. Excluir a repetição da referência à data de vencimento dos Direitos Creditórios constante do item "I" do Artigo 18, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"J. Os Direitos Creditórios deverão ter prazo de vencimento mínimo de 7 (sete) Dias Úteis e máximo de 100 (cem) Dias Úteis contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório:"*

9. Alterar a redação dos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 20, de forma a excluir a previsão da celebração de Termos de Cessão em forma eletrônica. Em decorrência, referidos dispositivos passam a vigorar com as seguintes novas redações:

*"Parágrafo 1º. Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada entre as Cedentes e o Fundo mediante a formalização de Termo de Cessão na forma prevista no respectivo Contrato de Cessão."*

*"Parágrafo 2º. Concomitantemente à celebração de cada Termo de Cessão, as Cedentes deverão assinar, juntamente com o Fundo, todo e qualquer documento que venha a ser necessário ou exigido para a efetivação da cessão perante o Devedor e terceiros."*

10. Alterar a redação do Parágrafo 1º do Artigo 22 e do *caput* do Artigo 51, de forma a atualizar a denominação da BM&FBOVESPA. S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, de forma que os dispositivos passam a vigorar com as seguintes novas redações:

*"Parágrafo 1º. Pela aquisição de cada Direito Creditório, o Fundo pagará às Cedentes, o Preço de Aquisição em moeda corrente nacional, conforme indicada em cada Termo de Cessão, o valor apurado pela Gestora de acordo com a seguinte expressão:*

$$PA_t = \frac{VN_t}{(Fator_{ic})^{DC_t}}$$

onde:

*Pai* = Preço de Aquisição do Direito Creditório "i".

*VNi* = Valor nominal do Direito Creditório "i", objeto da cessão.

*DUi* = Número de dias úteis compreendido entre a Data da Aceitação da Indicação (conforme definida no respectivo Contrato de Cessão), inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório "i", exclusive.

*FatorCE* = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

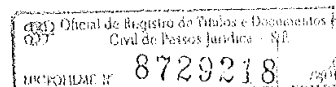
$$\text{Fator CE} = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{DI_{m}}{100} \right)^{D_{Ui}} - 1 \right] + FSE \right\} + 1$$

Onde " $DI_{m}$ " corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na "Estrutura a Termo de Taxas de Juros da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros" no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da formalização da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e "FSE" corresponde ao fator spread de, no mínimo, 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos percentuais) ao ano.

"Artigo 51. As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação em mercado secundário, podendo ser registradas no sistema de negociação de títulos de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, em seu mercado de balcão organizado - SOMAFIX e no SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a critério da Administradora."

11. Alterar a redação do Artigo 23, de forma a: (a) incluir em seu item "a" a ocorrência de vícios na cessão como uma das hipóteses de resolução da cessão dos Direitos Creditórios, bem como para substituir o termo "lastreadores" pela expressão "garantias e outros instrumentos vinculados, e de sua cessão ao Fundo"; (b) incluir o item "f", relativo à inclusão de uma nova hipótese de resolução da cessão dos Direitos Creditórios; e (c) incluir a expressão "suas respectivas garantias e outros documentos vinculados" nos itens "c" e "f" do Parágrafo Único. Em decorrência, os dispositivos acima referidos vigorarão com as seguintes redações:

"a. cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimentos, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (a.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, e de sua cessão ao Fundo e de sua cessão ao Fundo; ou (a.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão."



*"j. caso a Cedente não observe os prazos e obrigações relativos à formalização e registro dos Termos de Cessão perante os oficiais de registro de títulos e documentos competentes, conforme previsto nos respectivos Contratos de Cessão."*

*"e. a existência ou insuficiência dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados;"*

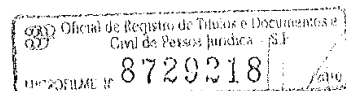
*"f. se for verificada a inexatidão de qualquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente ao Fundo ou a quaisquer terceiros agindo em seu nome, referente aos Direitos Creditórios cedidos ou aos Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados que dão lastro a estes Direitos Creditórios."*

12. Alterar o caput do Artigo 24 de forma a incluir a expressão "suas garantias e outros documentos vinculados", em decorrência do que o dispositivo passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*Artigo 24. Caso a Administradora verifique, a qualquer tempo, que quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo: (i) contém vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros documentos vinculados lastreadores; ou (ii) em relação aos mesmos quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão são incorretas ou imprecisas; ou (iii) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; ou (iv) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; o Fundo poderá resolver a cessão de pleno direito, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, sendo-lhe facultado tomar, em nome do Fundo, todas as medidas autorizadas por este Regulamento e pelo respectivo Contrato de Cessão, inclusive, mas sem limitação, a critério exclusivo do Fundo, exercer a Opção de Troca e/ou a Opção de Venda contra a Cedente, nos termos e nas condições contempladas no respectivo Contrato de Cessão e mediante o envio, pela Cedente, após instrução expressa da Administradora, dos correspondentes arquivos para o processamento da resolução da cessão ou exercício das Opções de Troca e/ou de Venda, conforme o caso.*

13. Em relação ao Artigo 25, alterar a redação: (a) do item "d", de forma a incluir a expressão "ou, caso o volume de Créditos vencidos e não pagos atinjam os níveis constantes da Política de Cobrança constante do Anexo 25" e excluir as expressões "nos termos do Parágrafo 1º abaixo" e "de acordo com a política de cobrança constante do Anexo 25 a este Regulamento"; (b) do Parágrafo 4º, de forma a excluir a expressão "conforme definidos neste Capítulo"; e (c) do Parágrafo 7º, de forma a incluir a expressão "no caput deste Artigo e parágrafos". Em decorrência, os dispositivos acima referidos passam a vigorar com as seguintes novas redações:

*"d. após o decurso do prazo acima referido ou, caso o volume de Créditos vencidos e não pagos atinjam os níveis constantes da Política de Cobrança constante do Anexo 25,*



*contratar terceiro para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos:"*

*"Parágrafo 4º. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão de inteira responsabilidade da respectiva Cedente (inclusive para o pagamento dos custos de cobrança) não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento, ao Fundo, dos valores necessários à cobrança dos mesmos, sem prejuízo das obrigações assumidas pelas Cedentes nos Contratos de Cessão "*

*"Parágrafo 7º. Não obstante o previsto no caput deste Artigo e parágrafos acima, na hipótese de o Fundo arcar com as despesas relacionadas aos procedimentos previstos neste Artigo, por qualquer motivo, as Cedentes deverão ressarcir o Fundo integralmente das despesas efetuadas em prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da solicitação de ressarcimento pelo Fundo. A Gestora efetuará o controle das despesas efetuadas nos termos deste Artigo e enviará às Cedentes, com cópia para a Administradora e para o Custodiante, as solicitações de ressarcimento previstas acima "*

14. Alterar o Artigo 31 de forma a: (a) incluir a expressão "conforme a natureza de cada Ativo Financeiro" em seu caput; e (b) incluir o Parágrafo Único. Em decorrência, o Artigo 31 passa a vigorar com a seguinte nova redação:

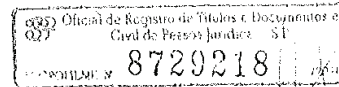
*"Artigo 31. Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, de forma escritural, bem como registrados e/ou mantidos: (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, conforme a natureza de cada Ativo Financeiro.*

*Parágrafo Único. O Custodiante manterá os Ativos Financeiros que não forem direitos creditórios em sistema de liquidação e custódia correspondente à natureza e espécie de cada título ou valor mobiliário."*

15. Alterar a redação do Parágrafo Único do Artigo 32 do Regulamento de forma a incluir a expressão "e no respectivo Suplemento. As Quotas Seniores da Primeira Série serão objeto de oferta para distribuição pública nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada", o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Parágrafo Único. As Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas de acordo com o disposto no Capítulo XII e no respectivo Suplemento. As Quotas Seniores da Primeira Série serão objeto de oferta para distribuição pública nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada."*





16. Retificar o percentual da Razão Mínima, equivalente a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais), que constou erroneamente como 133% (cento e trinta e três por cento) no: (a) *caput* do Artigo 39; (b) Parágrafo 1º do Artigo 55 do Regulamento; (c) na definição do termo "Excesso de Cobertura" constante do Anexo I ao Regulamento; (d) no 4º (quarto) Considerando do Anexo 45 (Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças). Em decorrência, os dispositivos supracitados passam a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Artigo 39. A razão entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação deverá ser de, no mínimo, 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais). Essa relação será apurada todo Dia Útil pela Administradora."*

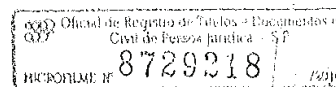
*"Parágrafo 1º. Caso a Razão Mínima seja superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação do Quotista Subordinado, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos, conforme verificados pela Gestora na data de solicitação da Amortização por Excesso de Cobertura."*

*"Excesso de Cobertura "Hipótese em que a Razão Mínima seja superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais)."*

*"CONSIDERANDO QUE, nos termos do Regulamento, até o resgate integral das Quotas Seniores, o valor das Quotas Subordinadas deverá corresponder a, no mínimo, \*% (\* por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Senior deverá corresponder a, no máximo, 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais) do valor do patrimônio líquido do Fundo ("Razão Mínima"), e que a Razão Mínima será verificada diariamente pela sociedade contratada para gerir a carteira de investimentos do Fundo, a Mercatto Capital Partners Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28 de dezembro de 2009 ("Gestora")."*

17. Alterar o prazo de distribuição das Quotas Seniores do Fundo de 6 (seis) meses para 180 (cento e oitenta) dias, em decorrência do que: (a) o *caput* do Artigo 42; (b) a definição do termo "Prazo de Distribuição" constante do Anexo I (Termos Definidos); e (c) o item "d" (renumerado nos termos do item 30 abaixo como item "e") do Anexo 44 (Suplemento); passam a vigorar com as seguintes novas redações:

*"Artigo 42. As Quotas Seniores de qualquer emissão, independentemente se realizadas através de uma ou sucessivas Distribuições, deverão ser subscritas dentro do prazo*



máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e integralizadas à vista em moeda corrente nacional, nos termos do Artigo 47.”

*Prazo de Distribuição* “Prazo para subscrição das Quotas Seniores, equivalente a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 42 deste Regulamento.”

“e) Prazo para subscrição: até 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores da • Série;”

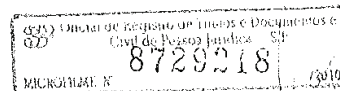
18. Incluir a assinatura de declaração de que o subscritor de Quotas Seniores do Fundo é Investidor Qualificado dentre as exigências para a formalização da subscrição de Quotas Seniores do Fundo, em decorrência do que o *caput* do Artigo 46 do Regulamento passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 46. No ato de subscrição das Quotas – tanto Quotas Seniores quanto Quotas Subordinadas – o subscritor: (i) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela Administradora para distribuir Quotas do Fundo; (ii) receberá exemplar deste Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência e adesão a este Regulamento, na forma do Anexo 46, estar ciente: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; (iii) deverá indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento; e (iv) assinará a declaração de que é Investidor Qualificado.”

19. Esclarecer que a integralização das Quotas do Fundo ocorrerá por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, em decorrência do que: (a) o *caput* do Artigo 47; e (b) o item 5 do Anexo 41 (modelo de Boletim de Subscrição) passam a vigorar com as seguintes novas redações:

“Artigo 47. Observado o disposto neste Regulamento, as Quotas deverão ser integralizadas à vista, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.”

“5. **CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO.** as Quotas ora subscritas serão integralizadas em recursos imediatamente disponíveis à vista, de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, celebrado em [•], entre o Subscritor e o Fundo, representado pelo Administrador (o “Compromisso de Investimento”), e do Regulamento do Fundo.



*A integralização ocorrerá mediante o crédito do respectivo montante na conta corrente do Fundo no Banco [●], agência n.º [●], conta corrente n.º [●] realizado por qualquer mecanismo de transferência autorizado pelo Banco Central do Brasil ou por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Com o efetivo crédito na conta corrente do Fundo, o Subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador."*

20. Atualizar os dados relativos aos sistemas de negociação de Quotas Seniores no mercado secundário, com a alteração da denominação do SFF – Sistema de Fundos Fechados para SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Em decorrência, o caput do Artigo 51 passa a vigorar com a seguinte nova redação:

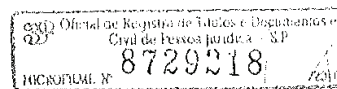
*"Artigo 51. As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação em mercado secundário, podendo ser registradas no sistema de negociação de títulos de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a critério da Administradora."*

21. Alterar o Parágrafo 1º do Artigo 63 de forma a excluir a expressão "sem qualquer desconto ou dedução até o 30º (trigésimo) dia corrido contado de sua respectiva data de vencimento", em decorrência do que o dispositivo passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Parágrafo 1º. Os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, serão contabilizados por seu Preço de Aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento. Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos Creditórios que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva realização financeira. A partir da Data de Provisionamento, o Direito Creditório não pago deverá ser provisionado como crédito de liquidação duvidosa, para fins de determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo."*

22. Alterar o Parágrafo 2º do Artigo 79 de forma a incluir a expressão "suas garantias e outros documentos vinculados", em decorrência do que o dispositivo passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*Parágrafo 2º. As Cedentes, na qualidade de fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, deverão garantir a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo o acesso aos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da Assembleia Geral de Quotistas mencionada no Parágrafo 1º do Artigo 77 ou da data em que tal Assembleia estava marcada para ser realizada, caso a mesma não tenha sido realizada por falta de quorum. Neste prazo, os Quotistas, na hipótese da alínea "a" do caput deste Artigo, e o administrador do condomínio a ser formado na*



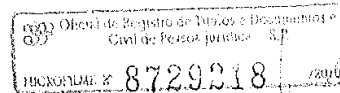
*hipótese da alínea "b" do caput do mesmo Artigo, indicarão à Administradora e à Cedente a hora e local para que seja feita a entrega dos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, supra mencionados. Expirado este prazo, a Administradora ou a Cedente poderão promover a consignação dos mencionados documentos na forma do Artigo 334 do Código Civil.*

23. Esclarecer que o resgate das Quotas em Direitos Creditórios, se realizado, será fora do âmbito da CETIP, em decorrência do que o *caput* do Artigo 80 passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Artigo 80. O Fundo será liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, no último dia do 120º (centésimo vigésimo) mês após a Data de Início do Fundo, exceto na ocorrência de Evento de Liquidação, observadas as disposições acima, ou se os Quotistas, por unanimidade, conforme previsto no CAPÍTULO XVI acima, decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto neste Regulamento, sendo permitido o resgate em Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos neste Regulamento. O resgate das Quotas em Direitos Creditórios, se realizado, será fora do âmbito da CETIP."*

24. Excluir as despesas com a contratação de representante dos Quotistas do rol de Encargos do Fundo, com a consequente exclusão do item "k" do Artigo 81.
25. Incluir a expressão "*suas garantias e outros instrumentos vinculados*" na redação do fator de risco "Risco de Crédito" constante do Artigo 95 e do item 13 do Anexo 46 (Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco), o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"IV. Risco de crédito. Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Além disso, nos termos do Artigo 23 deste Regulamento, considerar-se-á resolvida a Cessão de Direitos Creditórios: (i) cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimento, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (i.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados; ou (i.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão; (ii) que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios; (iii) originários de fraude cometida pela Cedente; (iv) que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente no respectivo Contrato de Cessão. Nos termos do Artigo 25, § 1º deste Regulamento, a Gestora será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança. Não há como assegurar que a Gestora conseguirá*



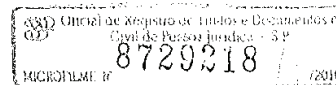
*recuperar os valores devidos e não pagos, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, para os Quotistas."*

26. Alterar a redação do fator de risco "Risco Operacional" constante do Artigo 96 e do item 14 do Anexo 46 (Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco), o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*VII. Risco operacional* *Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos documentos representativos dos Direitos Creditórios ou nos processos operacionais de realização de serviços, de entrega de produtos, aceitação dos produtos ou serviços pelos Clientes, cobrança ou fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo aos boletos bancários em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do agente cobrador ou problemas internos das instituições financeiras. Haverá, ainda, risco operacional quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.*

*Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou, até mesmo, perdas aos Quotistas do Fundo. Há, ainda, o risco de que, dado o procedimento estipulado neste Regulamento e nos Contratos de Cessão para a formalização e registro da cessão dos Direitos Creditórios, os Termos de Cessão não sejam registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos no prazo previsto na Lei de Registros Públicos para que a eficácia da cessão perante terceiros retroaja desde a data de assinatura do respectivo Termo de Cessão. Neste caso, as cessões somente gerariam efeitos perante terceiros a partir da data da apresentação do Termo de Cessão respectivo para registro e não desde a celebração do Termo de Cessão. Deste modo, aumenta o risco de discussões envolvendo a titularidade dos Direitos Creditórios e a possibilidade de ocorrência de múltiplas cessões dos Créditos. Além disso, os procedimentos previstos para a cessão dos Direitos Creditórios prevê o pagamento do respectivo Preço de Aquisição, pelo Fundo, antes da completa formalização da cessão dos Direitos Creditórios."*

27. Alterar a definição constante do Anexo 1 (Termos Definidos), dos seguintes termos: (a) "Amortizações Extraordinárias", com a exclusão da previsão de amortizações integrais; (b) "ANBIMA", de forma a atualizar os dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID em decorrência de sua sucessão pela Associação Brasileira das



Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais; (e) incluir a definição do termo "Arquivo Magnético"; (d) "Boletos Bancários", de forma a esclarecer que os Boletos Bancários poderão ser emitidos pela respectiva Cedente ou pelo Itaú Unibanco, se contratado para tanto; (d) "Data de Emissão", de forma a incluir a expressão "conforme o Suplemento respectivo" na respectiva definição; (e) incluir a definição dos termos "Devedor" ou "Cliente"; (f) incluir a definição do termo "Dia Útil"; (g) "Direitos Creditórios" de forma a incluir a expressão "garantias e outros instrumentos vinculados"; (h) "Documentos Comprobatórios", de forma a excluir a expressão "garantias e outros instrumentos vinculados, inclusive Boletos Bancários" e incluir as expressões "se aplicável" e "conforme definido no Contrato de Cessão"; (i) "Excesso de Cobertura", conforme especificado no item 20 acima; (j) "Prazo de Distribuição", conforme especificado no item 16 acima; e (k) "Prazo de Duração", de forma a excluir a expressão "Fundo terá". Desta forma, os termos acima referidos serão definidos da seguinte forma:

*Amortizações Extraordinárias* "Amortizações parciais de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, a serem determinadas unilateralmente pela Administradora nas datas e valores a serem por esta estipulados."

*ANBIMA* "Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, sucessora da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID."

*Arquivo Magnético* "Arquivo, em meio eletrônico em formato previsto nos respectivos Contratos de Cessão, contendo as características dos créditos que cada Cedente está disposto a transferir ao Fundo."

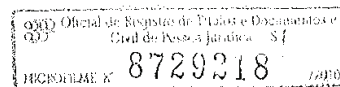
*Boletos Bancários* "Boletos bancários do Itaú Unibanco S.A., emitidos e enviados pela Cedente ou pelo Itaú Unibanco S.A., quando contratado pela Cedente para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A.. Os Boletos Bancários indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo."

*Data de Emissão* "Data de emissão das Quotas, compreendida como a data em que as Quotas serão emitidas pela Administradora, conforme o Suplemento respectivo."

*Devedor ou Cliente* "Clientes das Cedentes que figurem como devedores dos Direitos Creditórios."

*Dia Útil* "Segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro do País".

*Direitos Creditórios* "Direitos creditórios performados, originados por empresas em que a Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data da respectiva



aquisição, e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes."

**Documentos Comprobatórios.** "Documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, as Faturas e os Termos de Aceite, se aplicável, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços, conforme definido no Contrato de Cessão."

**Excesso de Cobertura** "Hipótese em que a Razão Mínima seja superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais)."

**Prazo de Distribuição.** "Prazo para subscrição das Quotas Seniores, equivalente a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 42 deste Regulamento."

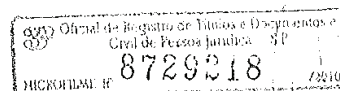
**Prazo de Duração.** "Prazo de duração do Fundo, equivalente a 120 (cento e vinte) meses, prorrogável por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo."

28. Em relação ao Anexo 16-A (modelo de Termo de Aceite): (a) consignar que, no momento da celebração do Termo de Aceite, a cessão dos Direitos Creditórios ainda não terá sido concluída, sendo alterado o tempo verbal do termo "CEDEU" e incluída a expressão "a partir de • de • de 20•" no segundo parágrafo da minuta; (b) incluir o número de inscrição do Fundo perante o CNPJ/MF; e (c) incluir os dados de contato dos representantes do Fundo.
29. Em relação ao Anexo 25 (Política de Cobrança), incluir a expressão "garantias e outros instrumentos vinculados, conforme o caso" em seu item "b", em decorrência do que o dispositivo passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"b. Fase Pré-Judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança através de notificação em cartório, visando receber o pagamento ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão ou protesto e execução dos Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, conforme o caso, do Direito Creditório inadimplente."

30. Em relação ao Anexo 44 (Suplemento): (a) incluir o item "d", renumerando-se os itens subsequentes, com a determinação do regime e base legal da distribuição das Quotas do Fundo; (b) alterar o item "d" (ora renumerado como item "e"), conforme especificado no





item 17 acima; e (e) excluir a expressão "ou no primeiro Dia Útil subsequente, conforme tabela acima" do item "e" (ora renumerado como item "f"), que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"d) Regime e Base Legal de Distribuição: •*

*e) Prazo para subscrição: até 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores da • Série;*

*f) Amortizações Programadas: as amortizações programadas serão realizadas, após um prazo de carência de 12 (doze) meses, mensalmente, no Aniversário da série da Quota Sênior, a partir do décimo terceiro (13º) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, conforme o cronograma a seguir:*

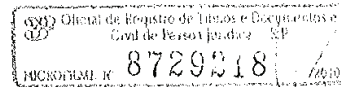
<i>Amortizações</i>	<i>Datas de Amortização</i>

*Para fins deste Suplemento, o "Aniversário" de cada Quota Sênior ocorrerá mensalmente, sempre no mesmo dia em que ocorreu a primeira integralização da respectiva Quota Sênior."*

31. Em relação ao Anexo 45 (Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças): (a) incluir os dados relativos à inscrição do Fundo perante o CNPJ/MF, bem como os dados relativos ao registro do Regulamento perante o 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (b) incluir a previsão de integralização de Quotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Em decorrência, a qualificação do Fundo, o primeiro Considerando e os itens 1.2 e 2.1 do Anexo 45 passam a vigorar com a seguinte nova redação:

*"(a) IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.432.314/0001-80341 ("Fundo"), neste ato devidamente representado por sua administradora INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para administrar fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato devidamente representada nos termos do seu Contrato Social ("Administradora"); e"*

*"CONSIDERANDO QUE o Fundo é uma comunhão de recursos constituído em 23.12.2009, sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, regido por regulamento (i) aprovado por ato único da Administradora e registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e*



Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 28 de dezembro de 2009, sob o n.º 8727503, conforme posterior alteração também registrada no mesmo oficial sob o n.º •, de • ("Regulamento");"

"1.2. A integralização das Quotas Subordinadas deverá ser feita à vista, no ato da aquisição, (a) em moeda corrente nacional, por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável; ou (b) por meio da cessão de Direitos Creditórios, com a consequente celebração do respectivo Contrato de Cessão e termo de Cessão. Na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas com a cessão de Direitos Creditórios, o preço de aquisição de referidos Direitos Creditórios será apurado pela Gestora de acordo com a seguinte expressão, conforme expresso em cada Termo de Cessão

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:

$PA_i$  = Preço de Aquisição do Crédito "i".

$VN_i$  = Valor nominal do Crédito "i", objeto da cessão.

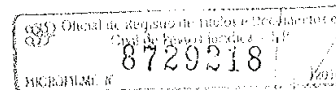
$DU_i$  = Número de dias úteis compreendido entre a Data da Aceitação da Indicação, inclusive, e a data de vencimento do Crédito "i", exclusive.

$Fator_{CE}$  = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{CE} = \frac{\{[(1 + DI_{mt})^{DU_i} - 1] + FSE\} + 1}{100}$$

Onde "DI<sub>mt</sub>" corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na "Estrutura a Termo de Taxas de Juros da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros" no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da formalização da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e "FSE" corresponde ao fator spread de, no mínimo, 5,5% ao ano (cinco inteiros e cinco décimos percentuais ao ano).

"2.1. Na data de pagamento do Preço de Integralização das Quotas Subordinadas e/ou de quaisquer integralizações de Novas Quotas Subordinadas na forma dos itens 1.3. e 1.4. acima, a Idemasnet deverá: (a) na hipótese de integralização em moeda nacional, transferir o montante correspondente ao Preço de Integralização e/ou ao preço de integralização das Novas Quotas Subordinadas determinado à época, para a conta



*corrente de titularidade do Fundo, conforme informada pela Administradora; (b) na hipótese de integralização em Direitos Creditórios, oferecer Direitos Creditórios ao Fundo na forma prevista no respectivo Contrato de Cessão."*

32. Em relação ao Anexo 46 (Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco): (a) refletir a alteração da redação dos fatores de risco "Risco Operacional", conforme especificado nos itens 25 e 26 acima; e (b) incluir a expressão "*garantias e outros instrumentos vinculados, conforme o caso*" em seu item "9", o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

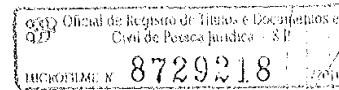
*"9 - O objetivo do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços, designado doravante "Fundo", é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no seu Regulamento, designado "Regulamento", a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo, de (a) direitos creditórios performados, originados por empresas em que a Ideiasnet S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, sala 401/parte, CEP 22410-002 ("Ideiasnet") detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços, acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes (em conjunto e indistintamente os "Direitos Creditórios"), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes ou cobrigação destas, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios; e/ou (b) Ativos Financeiros."*

#### 11. Resoluções finais.

1. Em vista das alterações previstas neste instrumento, a Administradora consolida a redação do Regulamento conforme Anexo II.1 ao presente instrumento.
2. Submeter este instrumento e a redação consolidada do Regulamento à CVM, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor, para fins de obtenção do registro de funcionamento do Fundo.
3. Por fim, a Administradora consigna que, exceto se de outra forma previsto neste instrumento, os termos iniciados em maiúscula, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

Nada mais havendo a tratar, o presente instrumento de 1ª (primeira) Aditamento ao Ato de Constituição e Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Recebíveis Comerciais e Serviços foi assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito.


São Paulo, 22 de janeiro de 2010.



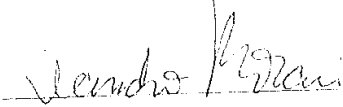
Página de Assinatura do "Instrumento Particular de 1º (primeiro) aditamento ao ato de Constituição e Regulamento do Idciasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais e Serviços"

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

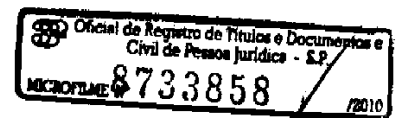
Nome  
Cargo

  
Nilvio Ventura Fecchio  
Diretor  
INTRAG DTVM LTDA.

Nome  
Cargo

  
Leandro Morari  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPE 264.474.378-82 RG 14.141.969-6

Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica  
Praça Padre Manoel da Nobrega, 203 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP  
Apresentado hoje, protocolado, registrado,  
microfilmado e digitalizado sob nº 8729218  
São Paulo, 26 JAN 2010  
BEL JOSE MARIA SIVIERO DE REGISTADOR  
BEL FRANCISCO ROBERTO LONGO - OF SUBSTITUTO  
ESCRITORES AUTORIZADOS  
BEL JORGE MANUEL P. ALMEIDA  
LUCIANO AUGUSTO DA SILVA  
Averbado à margem do registro nº 8727503



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 2º (SEGUNDO) ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") a exercer a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, publicado no Diário Oficial da União de 29 de julho de 1993, estando legalmente representada nos termos de seu contrato social (a "Administradora"), na qualidade de administradora do **Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços** (o "**Fundo**"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.432.314/0001-80, cujo ato de constituição e regulamento, conforme aditado em 22 de janeiro de 2010 (o "**Regulamento**") encontram-se registrados no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 28 de dezembro de 2009 e 26 de janeiro de 2010, sob os n.ºs 8727503 e 8729218;

**RESOLVE**, por meio do presente instrumento particular, tendo em vista o atendimento de determinadas exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 05 de março de 2010, relativas ao registro da oferta pública de distribuição das Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo:

**I. Aditar o Regulamento nos seguintes termos:**

1. Alterar o Artigo 51 do Regulamento para incluir menção expressa aos mercados em que as Quotas Seniores do Fundo encontram-se ou podem ser registradas para negociação secundária. Em decorrência, o Artigo 51 do Regulamento passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*"Artigo 51. As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação em mercado secundário, sendo que se encontram registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP e, a critério da Administradora, poderão ser registradas para negociação no sistema de negociação de títulos de renda fixa BOVESPAFLX, da BM&FBOVESPA, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX."*

2. Acrescentar ao rol de riscos associados ao investimento no Fundo, dispostos no artigo 95 do Regulamento: (i) o risco de conflito de interesses entre a Gestora do Fundo e a controladora das Cedentes; e (ii) o risco de não obtenção de tratamento tributário para fundos de longo prazo. Em decorrência da inclusão acima, o Artigo 95 do Regulamento passa a vigorar com a inclusão dos seguintes dois novos incisos (XV e XVI):

*"XV. Risco de conflito de interesses entre a Gestora do Fundo e a controladora das Cedentes. A Mercatto Gestão de Recursos Ltda. é gestora (e, em relação*

ao fundo Mercatto Diferencial Multimercado FI Longo Prazo, também é quotista minoritária) de fundos de investimento que detêm, em conjunto, participação relevante na Ideiasnet. Tendo em vista que, adicionalmente, a Mercatto Gestão de Recursos Ltda. controla a Gestora do Fundo e, nos termos do Regulamento, a Gestora detém o poder de recusa dos direitos creditórios ofertados ao Fundo, pode haver conflito de interesses em relação à recusa ou não de cessões de Direitos Creditórios ao Fundo.

**"XVI. Risco de não obtenção de tratamento tributário para fundos de longo prazo.** Nos termos deste Regulamento, a Gestora não está obrigada a manter uma carteira de ativos de perfil de longo prazo, o que pode resultar na não obtenção, pelo Fundo, de tratamento tributário para fundos de longo prazo. Assim, não há garantia de que este Fundo obterá o tratamento tributário para fundos de longo prazo."

3. Acrescentar ao rol de riscos associados aos direitos creditórios dispostos no Artigo 96 do Regulamento, os riscos decorrentes dos critérios adotados pelas cedentes do Fundo para a concessão de crédito. Em decorrência da inclusão acima, o Artigo 96 do Regulamento passa a vigorar com a inclusão do seguinte novo inciso (XI):

**"XI. Riscos decorrentes dos critérios adotados pelas Cedentes para concessão de crédito.** Nos termos dos Contratos de Cessão, as Cedentes se comprometeram a observar a política de concessão de crédito das Cedentes constante do Anexo 16 deste Regulamento, que envolve, dentre outros aspectos, a análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e CNPJ, pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores, referências bancárias e outras que se façam necessárias; pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente e análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente respectiva.

Como ponto negativo, as Cedentes não exigem a declaração de rendimentos dos Devedores. Entretanto, para todos os efeitos, nem a renda nem a capacidade de pagamento dos Devedores foi considerada nos Critérios de Elegibilidade e nem nas Condições de Cessão constantes dos artigos 16 e 18 deste Regulamento.

Conforme os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão listadas nos itens "d", "h" e "j" do parágrafo segundo do Artigo 16 deste Regulamento, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo com

base, dentre outros, no adimplemento dos Devedores para com suas obrigações nos termos de outros direitos creditórios de titularidade do Fundo e na inexistência de restrição cadastral no cadastro de emitentes de cheques sem fundos - CCF do Banco Central do Brasil, Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. - SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, regularidade do CNPJ/MF do Devedor. Dentre os riscos decorrentes da política de concessão de crédito das Cedentes, podemos destacar como principal o relacionado ao inadimplemento dos Devedores, que é algo inerente à natureza de operações de crédito."

4. Incluir a redação dos fatores de risco mencionados nos itens 2 e 3 acima também nos itens 14 e 15 do Anexo 46 do Regulamento - Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco.
5. Substituir a menção à expressão "Razão de Garantia" constante do Considerando do Anexo 45 ao Regulamento (Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças) pela expressão "Razão Mínima".

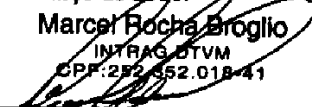
## II. Resoluções finais

1. Em vista das alterações previstas neste instrumento, a Administradora consolida a redação do Regulamento conforme Anexo II.1 ao presente instrumento.
2. A Administradora resolve, ainda, submeter este instrumento e a redação consolidada do Regulamento à CVM, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor.
3. A Administradora consigna que, exceto se de outra forma previsto neste instrumento, os termos iniciados em maiúscula, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Regulamento.

Nada mais havendo a tratar, o presente instrumento de 2º (segundo) Aditamento ao Regulamento do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais e Serviços foi assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

São Paulo, 30 de março de 2010.

  
**Silvio M. Uchôa Junior**  
 Administrador de Produtos-003925841

  
**Marcel Rocha Broglio**  
 INTRAG OTVM  
 CPF: 252.352.018-41

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**



Oficial de Registro de Títulos e Documentos

e Civil de Pessoa Jurídica

Praca Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP

Apresentado hoje, protocolado, registrado,  
microfilmado e digitalizado sob nº 8733858

ENCARGAMENTOS: 399,29  
 ESTADO: 113,22  
 IPREP: 62,86  
 REG. CIVIL: 20,96  
 T. JUSTIÇA: 20,96  
 TOTAL: 617,31

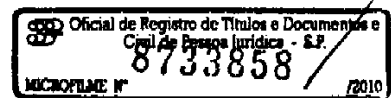
São Paulo, 31 MAR 2010

BEL. JOSÉ MARCO ANTÔNIO DE REGISTRO  
 BEL. FRANCISCO HUBERTU LUNGU - UF - SUBSTITUO  
 ESCRITORES AUTORIZADOS:

SELOS E TAXAS RECOLHIDOS POR VERBA BEL. JORGE MANUEL P. ALMEIDA LAERCIO DE FREITAS  
 RAIMUNDO PINHEIRO PAULO LUCIANO AUGUSTO DA SILVA

Averbado à margem do registro nº 8729218





---

**REGULAMENTO**

**DO**

**"IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS"**

---

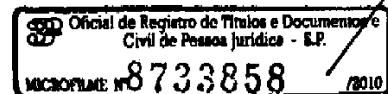
Consolidado e Datado de

30 de março de 2010

---

## ÍNDICE

CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO II. PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO .....	4
CAPÍTULO III. ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E CONTROLADORIA E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO .....	4
CAPÍTULO IV. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA .....	10
CAPÍTULO V. RESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA.....	10
CAPÍTULO VI. OBJETIVO DO FUNDO, ORIGINAÇÃO E CEDENTES .....	14
CAPÍTULO VII. AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	16
CAPÍTULO VIII. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	19
CAPÍTULO IX. DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO, PREÇO DE AQUISIÇÃO E DA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS. ....	21
CAPÍTULO X. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO.....	28
CAPÍTULO XI. QUOTAS .....	29
CAPÍTULO XII. CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	30
CAPÍTULO XIII. CONDIÇÕES DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE PAGAMENTO	37
CAPÍTULO XIV. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	40
CAPÍTULO XV. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO .....	41
CAPÍTULO XVI. ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS .....	42
CAPÍTULO XVII. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....	47
CAPÍTULO XVIII. ENCARGOS DO FUNDO.....	52
CAPÍTULO XIX. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	54
CAPÍTULO XX. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	55
CAPÍTULO XXI. FATORES DE RISCO .....	55
CAPÍTULO XXII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	67



## **REGULAMENTO**

### **IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

#### **CAPÍTULO I.**

#### **DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

**Artigo 1º.** O Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente as Instruções CVM.

**Parágrafo Único.** Os termos iniciados em letra maiúscula neste Regulamento, conforme aplicável, terão os significados a eles atribuídos no Anexo 1 ao presente Regulamento.

**Artigo 2º.** Observado o que dispõe o CAPÍTULO XVII abaixo, o Fundo terá prazo de duração de 120 (cento e vinte) meses, prorrogável por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o CAPÍTULO XVI abaixo.

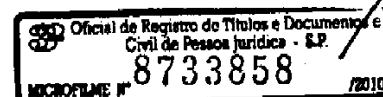
**Parágrafo 1º.** O Prazo de Duração será contado a partir da data da primeira integralização de Quotas Seniores.

**Parágrafo 2º.** Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.

**Artigo 3º.** O patrimônio do Fundo será formado por quotas de classe sênior, distribuídas em uma ou mais séries e por quotas de classe subordinada.

**Parágrafo 1º.** As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos CAPÍTULOS XI, XII e XIII deste Regulamento e de cada respectivo Suplemento.

**Parágrafo 2º.** O patrimônio do Fundo, na proporção que couber, será formado por Direitos Creditórios Performados, originados por empresas em que a **Ideiasnet S.A.**, companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º



572, salão 401/parte, CEP 22410-002 detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, de acordo com o Artigo 14 deste Regulamento.

## **CAPÍTULO II.**

### **PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO**

**Artigo 4º.** O Fundo é destinado a Investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, especialmente da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, emitidas pela CVM.

**Parágrafo Único.** A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

## **CAPÍTULO III.**

### **ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA E CONTROLADORIA E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO**

**Artigo 5º.** O Fundo é administrado pela **INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04344-902, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993.

**Parágrafo Único.** A gestora da Carteira do Fundo será a **Mercatto Capital Partners Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28 de dezembro de 2009, nos termos do Contrato de Gestão.

**Artigo 6º.** Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integrem a Carteira do Fundo.

**Parágrafo 1º.** A Administradora e a Gestora deverão, respectivamente, administrar e gerir a Carteira do Fundo, cumprindo com diligência suas obrigações e

praticando todos os seus atos em estrita observância à lei e às normas regulamentares, em especial aquelas editadas pela CVM, previstas neste Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.

**Parágrafo 2º.** A Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais, disciplinando os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orientará as decisões da Gestora em assembleias gerais de quotistas dos fundos nos quais o Fundo detiver títulos e valores mobiliários que confirmam aos seus titulares o direito de voto, e nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto. A versão integral da Política de Voto da Gestora encontra-se disposta no *website* da Gestora, no endereço eletrônico [http://www.mercattori.com.br/politica\\_de\\_voto.pdf](http://www.mercattori.com.br/politica_de_voto.pdf).

**Artigo 7º.** A Administradora e/ou a Gestora poderão ser substituídos ou destituídos a qualquer tempo pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral realizada na forma do CAPÍTULO XVI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

**Parágrafo 1º.** A Administradora, por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento enviado a cada Quotista, ou por meio de publicação no periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo, poderá renunciar à administração do Fundo mediante convocação, pela Administradora, de Assembleia Geral de Quotistas a realizar-se em até 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva convocação. A Administradora e/ou a Gestora poderão ser substituídas ou destituídas mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata o CAPÍTULO XVI. A Gestora poderá renunciar às suas funções mediante notificação à Administradora, por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, para que a Administradora siga os mesmos procedimentos e prazos previstos neste parágrafo para a hipótese de sua própria renúncia, de forma a permitir que a Assembleia Geral de Quotistas se reúna e delibere sobre a substituição da Gestora ou a liquidação antecipada do Fundo, observado o quorum próprio previsto no CAPÍTULO XVI.

**Parágrafo 2º.** Em qualquer das hipóteses previstas neste Artigo, a Administradora e/ou a Gestora, caso seja assim determinado pelos Quotistas, permanecerão no exercício de suas funções até a data da efetiva posse do substituto eleito pela Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) Dias Úteis. A Administradora ou a Gestora, conforme o caso, deverão disponibilizar ao seu substituto todos os documentos e informações relativas ao Fundo em até 30 (trinta) dias corridos. Ambos os prazos acima serão contados da data de realização da

Assembleia Geral de Quotistas que tiver deliberado sobre a substituição da Administradora ou da Gestora.

**Parágrafo 3º.** Caso a nova instituição administradora ou gestora nomeada nos termos descritos acima, não substitua a Administradora ou a Gestora, conforme o caso, dentro de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Quotistas, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que expirar o prazo para que a nova instituição administradora ou gestora assuma a respectiva função no Fundo, conforme o caso. No prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data em que expirar o prazo para que a nova instituição administradora ou gestora assuma a respectiva função no Fundo, conforme o caso, a Administradora estará autorizada a proceder à liquidação automática do Fundo caso a Assembleia Geral não: (i) nomeie instituição administradora ou gestora, conforme o caso, habilitada para substituir a Administradora ou Gestora, respectivamente, ou (ii) seja realizada em razão de ausência de quorum.

**Parágrafo 4º.** No caso de renúncia, a Administradora, o Custodiante e a Gestora continuarão recebendo as respectivas remunerações até a sua efetiva substituição ou até a liquidação do Fundo, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* até a data em que deixar de exercer suas funções.

**Parágrafo 5º.** No caso de decretação de intervenção ou liquidação da Administradora, esta deverá convocar Assembleia Geral no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do evento de intervenção ou liquidação para deliberar acerca da:

- a. sua substituição no exercício da administração do Fundo; ou
- b. liquidação antecipada do Fundo.

**Parágrafo 6º.** Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da Administradora.

**Parágrafo 7º.** A Administradora, em caso de renúncia ou destituição, deverá comunicar o fato imediatamente ao Custodiante e à CVM.

**Artigo 8º.** Para prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo, representado pela Administradora, contratará o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-

04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa.

**Parágrafo 1º.** Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações previstos nas Instruções CVM e também aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, nos Contratos de Cessão e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

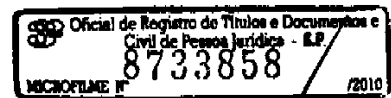
- a. observar estritamente as Instruções que lhe forem dadas pela Administradora ou pela Gestora, e os princípios e normas profissionais de diligência, prudência e perícia para a execução de suas funções;
- b. receber da Cedente e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- c. validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- d. realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, conforme evidenciados pelo respectivo Instrumento de cessão e pelos Documentos Comprobatórios da operação;
- e. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- f. diligenciar, às suas expensas, para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, de acordo com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso pela Empresa de Auditoria, Agência Classificadora de Risco e pelos órgãos reguladores;
- g. cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas correntes do Fundo;
- h. informar à Administradora ou à Gestora, conforme o caso, tão logo chegue ao seu conhecimento, o descumprimento, pela Administradora ou Gestora, conforme o caso, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, Contrato de Gestão ou no Contrato de Custódia; e
- i. Informar a Administradora, imediatamente após tomar ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelas Cedentes, de suas obrigações



definidas neste Regulamento, nos Contratos de Cessão ou no Contrato de Custódia.

**Parágrafo 2º.** Não obstante o disposto acima, as Cedentes farão a guarda dos documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, garantias e outros Instrumentos vinculados, inclusive os Boletos Bancários, as Faturas e os Termos de Aceite, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços na qualidade de fiéis depositárias. As Cedentes, por sua vez, poderão delegar a terceiros, às suas expensas e em benefício do Fundo, a guarda dos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados, sem, no entanto, afastar sua responsabilidade legal perante o Fundo, os Quotistas e o Custodiante. Neste caso, as Cedentes deverão: (i) garantir livre acesso aos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados, a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo, por condomínio que eventualmente o substitua, ou pelo Custodiante até que todos os direitos e obrigações relacionadas com os direitos creditórios estejam prescritos, independentemente do prazo de vigência do Contrato de Cessão; (ii) notificar o Custodiante, para que este manifeste sua ciência e concordância; (iii) assegurar que o Custodiante tenha livre acesso aos Documentos Comprobatórios e demais documentos, conforme o caso, junto ao terceiro contratado; e (iv) assegurar que o terceiro não entregue às Cedentes qualquer Documento Comprobatório sem autorização expressa do Custodiante.

**Parágrafo 3º.** Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de Direitos Creditórios a serem cedidos, o Custodiante verificará trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, a existência e formalização dos Direitos Creditórios, de acordo com o escopo definido no Anexo 14.3.1 do Contrato de Cessão, incluindo o Termo de Aceite, se aplicável, bem como o cumprimento, pelas Cedentes, com relação à guarda e organização dos referidos Documentos Comprobatórios. A verificação será realizada por amostragem, devendo apresentar à Administradora, às Cedentes, à Empresa de Auditoria e à Agência Classificadora de Risco do Fundo informação sobre o resultado dessa verificação. Em caso de verificação de inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios, a comunicação aqui prevista deverá ser imediata. Independentemente do disposto neste parágrafo, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento junto às Cedentes, a seu exclusivo critério e desde que nos horários comerciais de funcionamento, a existência e a formalização dos Documentos Comprobatórios, de acordo com o escopo definido no Anexo 14.3.1 do Contrato de Cessão; e o cumprimento de suas obrigações com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, conforme estabelecido no Contrato de Custódia.



**Parágrafo 4º.** Os parâmetros de quantidade dos Direitos Creditórios cedidos e de diversificação de Devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com o Anexo 8 ao presente.

**Parágrafo 5º.** No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado a, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, observado o disposto no Contrato de Custódia:

- a. a abrir e movimentar, em nome do Fundo: (I) as contas correntes do Fundo; e (II) as contas de depósito e, se o caso, contas de investimento, específicas abertas diretamente em nome do Fundo: (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em Instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM em que os ativos financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância a este Regulamento e aos Contratos de Cessão; e
- b. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, observado o disposto no CAPÍTULO XIV.

**Artigo 9º.** A agência classificadora de risco das Quotas Seniores do Fundo será a **Fitch Ratings Brasil Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos n.º 1470, cjto. 511, CEP 01418-100, a qual será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das referidas Quotas Seniores nos termos deste Regulamento. Os relatórios de classificação de risco das Quotas Seniores deverão ser atualizados trimestralmente e ser mantidos à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

**Parágrafo 1º.** Qualquer alteração da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores constituirá fato relevante para o fim de comunicação aos Quotistas e/ou à CVM, que deverá se dar nos termos do CAPÍTULO XIX abaixo.

**Parágrafo 2º.** A Administradora poderá aditar o contrato que venha a celebrar com a Agência Classificadora de Risco.

#### **CAPÍTULO IV.**

##### **REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 10º.** Pela administração do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a um percentual sobre o valor do Patrimônio Líquido, calculado à taxa de 0,65% (sessenta e cinco centésimos percentuais) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, observada uma remuneração mínima mensal de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais).

**Parágrafo 1º.** A Taxa de Administração será apurada diariamente e paga mensalmente à Administradora, por período vencido, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente à Data de Início do Fundo, proporcionalmente ao número de dias efetivamente decorridos entre a mencionada data e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

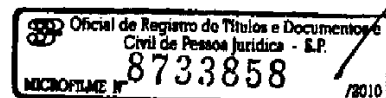
**Parágrafo 2º.** Não serão cobradas dos Quotistas taxas de performance nem taxas de ingresso e saída do Fundo.

#### **CAPÍTULO V.**

##### **RESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 11.** Inclui-se entre as obrigações da Administradora, no que lhe couber, quando estiver no exercício de suas funções de administração do Fundo:

- a. manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a.1. os documentos relativos às operações do Fundo;
  - a.2. o registro dos Quotistas;
  - a.3. as atas de Assembleias Gerais de Quotistas;
  - a.4. as listas de presença de Quotistas nas Assembleias Gerais de Quotistas;
  - a.5. os demonstrativos trimestrais do Fundo de que trata o Artigo 8º, Parágrafo 4º, da Instrução CVM 356;



- a.6. os registros contábeis do Fundo;
- a.7. os relatórios dos auditores independentes do Fundo.
- b. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- c. disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e de seus anexos, bem como cientificá-los do nome do periódico utilizado para divulgação de Informações do Fundo e da Taxa de Administração;
- d. divulgar, anualmente, através do periódico referido no CAPÍTULO XIX ou no Parágrafo Único deste Artigo, além de manter disponíveis em sua sede, agências e nas instituições que distribuam as Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- e. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- f. fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no referido ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro do respectivo ano civil, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- g. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor e neste Regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- h. providenciar, trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo;
- i. proceder à contratação dos serviços, substituição ou destituição do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração dos respectivos contratos com as mencionadas partes;
- j. permitir o acesso, pela Agência Classificadora de Risco, a quaisquer relatórios ou documentos que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco;

- k. manter nomeado, por meio de documento próprio, um diretor designado, em conformidade com as disposições das Instruções CVM, o qual deverá, sem prejuízo de outras obrigações regulamentares, elaborar demonstrativos trimestrais do Fundo, considerando-se o ano civil, a serem enviados à CVM e mantidos à disposição dos Quotistas, bem como submetidos à Empresa de Auditoria, evidenciando que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

**Parágrafo Único.** A divulgação das informações previstas na alínea "d" deste Artigo pode, alternativamente às regras de divulgação previstas neste Regulamento, ser feita por meio de entidades de classe de instituições do sistema financeiro nacional, desde que realizada em jornais de ampla veiculação.

**Artigo 12.** Será vedado à Administradora e à Gestora, no exercício específico de suas funções, em nome do Fundo:

- a. prestar fiança, aval, aceite ou se co-obrigar de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercado de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo
- b. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou na regulamentação em vigor;
- c. aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- d. adquirir Quotas do próprio Fundo;
- e. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- f. vender Quotas do Fundo à prestação;

- g. vender Quotas às Cedentes ou às suas Partes Relacionadas, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- h. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- i. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- j. delegar poderes de administração e/ou gestão da Carteira do Fundo (exceto a delegação da Administradora à Gestora conforme previsto neste Regulamento);
- k. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- l. efetuar locação ou empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, no todo ou em parte, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos;
- m. emitir qualquer classe ou série de Quotas do Fundo em desacordo com este Regulamento; e
- n. alienar, aos Cedentes e/ou às suas Partes Relacionadas, quaisquer Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, exceto nas hipóteses descritas no Artigo 23, e na letra "a" do Artigo 25 e no CAPÍTULO XVII deste Regulamento.

**Artigo 13.** É igualmente vedado à Administradora e à Gestora, em nome próprio:

- a. prestar fiança, aval, aceite ou se co-obrigar sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;
- b. utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e

- c. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

**Parágrafo 1º.** As vedações de que tratam as alíneas do *caput* deste Artigo abrangem os recursos das Partes Relacionadas da Administradora e da Gestora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação das Partes Relacionadas.

**Parágrafo 2º.** Excetuam-se do disposto neste Artigo os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

## **CAPÍTULO VI.**

### **OBJETIVO DO FUNDO, ORIGINAÇÃO E CEDENTES**

**Artigo 14.** O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas por meio do investimento preponderante de recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de tempos em tempos, de Direitos Creditórios Performados originados por empresas em que a Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes.

**Parágrafo 1º.** Somente poderão compor a Carteira do Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, a: (i) todos os critérios de origemação junto às Cedentes, conforme verificados pelas próprias Cedentes; (ii) todos os Critérios de Elegibilidade, conforme verificado pela Custodiante; e (iii) todas as Condições de Cessão, conforme verificado pelas próprias Cedentes.

**Parágrafo 2º.** Observado o disposto no Parágrafo 3º abaixo, poderão ceder Direitos Creditórios ao Fundo as seguintes empresas nas quais Ideiasnet detém participação societária:

- a. **Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob n.º 71.702.716/0001-89, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida General Valdomiro de Lima n.º 833, CEP 04344-070;



- b. **Automatos Tecnologia da Informação Ltda.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.632.835/0001-90, com sede na cidade de Araras, Estado do Rio de Janeiro à Estrada Bernardo Coutinho n.º 2241, CEP 25725-022;
- c. **Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.462.101/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 1º andar, CEP 01311-000;
- d. **Editora Pini Ltda.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.859.519/0001-51, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia n.º 964, CEP 01130-900; e
- e. **BP S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.900.579/0001-37, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia, n.º 964, 1º andar/parte, CEP 01130-900.

**Parágrafo 3º.** Sem prejuízo das empresas listadas acima, outras empresas nas quais Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, poderão, de tempos em tempos, vir a integrar a lista de Cedentes sem a necessidade de alteração ou aditamento do presente Regulamento e a critério da Gestora, desde que os seguintes procedimentos sejam observados, cumulativamente: (i) a consulta formal da Gestora à Agência Classificadora de Risco e à Administradora acerca da inclusão de novas Cedentes, devendo referida inclusão resultar necessariamente em manutenção ou melhora da nota de risco das Quotas Seniores do Fundo atribuída pela Agência Classificadora de Risco; e (ii) comunicação por escrito da Gestora aos Quotistas, à Administradora e ao Custodiante acerca da inclusão de nova Cedente, a qual deverá ser acompanhada do respectivo relatório de confirmação de nota de risco de que trata o item (i) acima.

**Parágrafo 4º.** A participação de eventuais empresas como Cedentes do Fundo estará condicionada à conclusão, em termos satisfatórios para a Administradora, de procedimento de cadastro destas perante a Administradora. As Cedentes deverão identificar, cadastrar e manter completos e atualizados seus dados cadastrais, de acordo com as normas brasileiras sobre dados cadastrais e as normas aplicáveis em seu país de domicílio, inclusive quanto à suficiência e qualidade de documentos e informações e a periodicidade de seu fornecimento. As Cedentes deverão verificar, ainda, a existência de indícios de crimes de lavagem de dinheiro, ou qualquer outro ilícito contra o SFN.

**Artigo 15.** De forma complementar, o Fundo também poderá aplicar seus recursos em ativos financeiros e modalidades disponíveis no mercado, de acordo com os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo admitidos no CAPÍTULO X abaixo, a fim de alcançar seus objetivos de investimento.

## **CAPÍTULO VII.**

### **AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

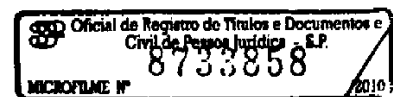
**Artigo 16.** Os Direitos Creditórios passíveis de serem adquiridos pelo Fundo junto às Cedentes serão aqueles originários de compra e venda de mercadorias e de prestação de serviços, todos Direitos Creditórios Performados, devidamente constituídos e formalizados perante os clientes finais das respectivas Cedentes.

**Parágrafo 1º.** Nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, as Cedentes responderão pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência, certeza e validade dos Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados. As Cedentes e suas Partes Relacionadas não responderão pela solvência dos clientes devedores dos referidos Direitos Creditórios. O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e validade dos Direitos Creditórios, bem como pela solvência e correta formalização dos Direitos Creditórios nem pela solvência dos Clientes, devendo ser observado o disposto no CAPÍTULO IX deste Regulamento.

**Parágrafo 2º.** As Cedentes declararão e garantirão, na forma do Contrato de Cessão, que todo e qualquer Direito Creditório que oferecerem ou efetivamente cederem ao Fundo atenderá, na data da respectiva cessão e continuará a atender até a liquidação do Direito Creditório às seguintes Condições de Cessão e, cumulativamente, envidará seus melhores esforços para que referidos Direitos Creditórios atendam, na mesma data, aos Critérios de Elegibilidade previstos no Artigo 18:

- a. Os Direitos Creditórios devem: (a.1) ser originados de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços realizados pelas Cedentes a seus Clientes; e (a.2) estar livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, gravames, restrições ou pendências de quaisquer natureza;

- b. Os Direitos Creditórios, no momento do envio do Arquivo Magnético, devem referir-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso, e originados com o prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.
- c. Os Direitos Creditórios foram constituídos e estão de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Anexo 16.
- d. Os Clientes não estão em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente.
- e. Os Direitos Creditórios estão obrigatoriamente representados por: (e.1) duplicatas de compra e venda de mercadorias, com as correspondentes notas fiscais e os respectivos Boletos Bancários; ou (e.2) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços e, neste caso, estão necessariamente acompanhados do respectivo Termo de Aceite firmado pelo respectivo Devedor.
- f. Os boletos bancários ou de cobrança original representativos de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo anteriormente emitidos aos Clientes deverão ter sido cancelados e substituídos por novos boletos bancários do Itaú Unibanco S.A., para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., e estes indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.
- g. As Faturas cedidas ao Fundo estão obrigatoriamente acompanhadas por Termo de Aceite firmado pelo respectivo Devedor, em termos substancialmente idênticos ao Anexo 16-A.
- h. A Cedente está adimplente com suas obrigações para com o Fundo, incluindo, sem limitação, a obrigação de indenizar o Fundo pelas despesas relacionadas à salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios.
- i. Os Direitos Creditórios não foram cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de negociação dos Direitos Creditórios contempladas no respectivo Contrato de Cessão.



- j. A Cedente ter cumprido correta e tempestivamente as obrigações previstas na Cláusula III do respectivo Contrato de Cessão, nas cessões anteriormente realizadas para o Fundo.

**Parágrafo 3º.** Após consumada a cessão, caso seja identificado por qualquer das partes envolvidas que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, no momento da cessão, não atendiam integralmente ao disposto no parágrafo anterior, o Fundo, por meio da Administradora, estará autorizado a resolver a cessão de pleno direito ou exercer Opção de Troca e ou Opção de Venda, conforme o caso, nos termos dos Contratos de Cessão.

**Parágrafo 4º.** Nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, as Cedentes, de forma irrevogável e irretratável, autorizaram o Custodiante, na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários e das Faturas a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento da liquidação e recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários; (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Cobrança, na forma estabelecida no Contrato de Custódia; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência, ao Fundo, da cobrança dos Direitos Creditórios indevidamente creditados à Cedente ao Fundo, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Direitos Creditórios (*Procedimento de Recebimento de Boletos*); (iv) ao processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta de Recebimento decorrente do pagamento das Faturas, seja diretamente em referida Conta de Recebimento, sejam aqueles oriundos da Conta Vinculada; e (v) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada (conforme o caso) decorrente do pagamento das Faturas (*Procedimento de Recebimento das Faturas*); sendo que qualquer ato das Cedentes cujo objetivo seja, inequivocamente, tentar impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos ou Faturas, dará ensejo a um Evento de Liquidação, nos termos do CAPÍTULO XVII abaixo.

**Parágrafo 5º.** A Cedente deverá informar ao Custodiante, mediante envio de arquivo eletrônico em formato acordado entre Cedente e Custodiante nos termos dos Contratos de Cessão, quaisquer pagamentos efetuados indevidamente em conta bancária de titularidade da Cedente que não a Conta Vinculada. O Fundo não arcará com quaisquer descontos, reduções ou outra forma de diminuição do valor do respectivo Direito Creditório em razão do pagamento em erro de boleto bancário anteriormente emitido ao Cliente. Os procedimentos de recebimento serão detalhados em cada Contrato de Cessão.

**Parágrafo 6º.** Os Direitos Creditórios regularmente cedidos ao Fundo poderão ser pagos em: (I) Conta de Cobrança; (II) Conta de Recebimento; ou (III) Conta Vinculada; conforme Indicado no Termo de Aceite.

**Parágrafo 7º.** Em defesa dos interesses do Fundo, a Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso, poderá recusar a indicação de Direitos Creditórios, ainda que as Cedentes tenham declarado e garantido as Condições de Cessão.

**Artigo 17.** As operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo: (a) somente poderão ser iniciadas após o registro dos Contratos de Cessão perante oficiais de registro de títulos e documentos nas praças das sedes da Cedente e da Administradora, caso suas sedes não estejam situadas na mesma localidade; e (b) serão realizadas necessariamente com base neste Regulamento e seus anexos, no Contrato de Custódia, nos Contratos de Cessão e na regulamentação vigente. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios das Cedentes de acordo com a sua condição financeira e sempre no melhor interesse dos Quotistas.

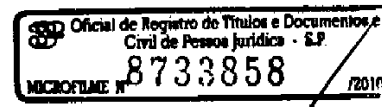
**Parágrafo Único.** Em se tratando de Direitos Creditórios lastreados em faturas de prestação de serviços, os Devedores dos Direitos Creditórios deverão ser cientificados, pela Cedente, e concordar com a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo por meio de Termo de Aceite a ser firmado anteriormente à Cessão. No caso de Direitos Creditórios lastreados em Boletos Bancários, a Cedente notificará os Clientes a respeito das cessões de Direitos Creditórios, necessariamente por meio da emissão de Boletos Bancários pelo Itaú Unibanco S.A. na qualidade de agente de cobrança, ou por instituição por ele contratada, para os respectivos Clientes.

## **CAPÍTULO VIII.**

### **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 18.** Somente poderão ser objeto de cessão entre as Cedentes e o Fundo os Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade descritos a seguir:

- a. O prazo de vencimento de cada um dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não será superior ao prazo da última série de Quotas Seniores em circulação;
- b. O Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não poderá estar inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;



- c. O Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF do Banco Central do Brasil e sua Inscrição no CNPJ/MF, conforme o caso, deverá estar ativa;
- d. O Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. - SERASA ou no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, em razão de títulos protestados;
- e. O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Devedor, considerando-se qualquer empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico, deverá ser igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida);
- f. Os Direitos Creditórios deverão ter prazo de vencimento mínimo de 7 (sete) Dias Úteis e máximo de 100 (cem) Dias Úteis contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório;
- g. O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelos 5 (cinco) maiores Devedores, considerando-se qualquer empresa do seu Grupo Econômico, deverá ser igual ou inferior a 15% (quinze por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida); e
- h. Na data da cessão, os direitos creditórios deverão ter sido originados com prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.

**Artigo 19.** Caberá ao Custodiante, em relação aos Direitos Creditórios, somente a verificação e validação quanto ao atendimento aos Critérios de Elegibilidade.

**Parágrafo 1º.** A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, de quaisquer dos Critérios de Elegibilidade do Direito Creditório, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso contra as Cedentes ou suas Partes Relacionadas, exceto na hipótese de culpa, má-fé ou dolo na cessão de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo.

**Parágrafo 2º.** A Administradora ou a Gestora, conforme o caso, poderá recusar a indicação de Direitos Creditórios, ainda que estejam enquadrados nos Critérios de Elegibilidade, em defesa dos Interesses do Fundo.

**CAPÍTULO IX.**  
**DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO, PREÇO DE AQUISIÇÃO E DA POLÍTICA DE**  
**RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS.**

**Artigo 20.** Para que possam ceder os Direitos Creditórios de que sejam titulares, as Cedentes deverão celebrar com o Fundo (sendo este devidamente representado por sua Administradora) um Contrato de Cessão que estabeleça as condições gerais aplicáveis a todas as operações de cessão entre as mencionadas partes.

**Parágrafo 1º.** Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada entre as Cedentes e o Fundo mediante a formalização de Termo de Cessão na forma prevista no respectivo Contrato de Cessão.

**Parágrafo 2º.** Concomitantemente à celebração de cada Termo de Cessão, as Cedentes deverão assinar, juntamente com o Fundo, todo e qualquer documento que venha a ser necessário ou exigido para a efetivação da cessão perante o Devedor e terceiros.

**Artigo 21.** Com vistas a aumentar as chances de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e de reduzir o risco de crédito dos respectivos Devedores, a Assembleia Geral de Quotistas, respeitado o quorum do CAPÍTULO XVI, poderá, a qualquer tempo, estabelecer: (i) critérios adicionais de elegibilidade para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo em acréscimo àqueles previstos no Artigo 18 supra, desde que previamente discutidos e acordados por escrito com a Administradora, o Custodiante e com as Cedentes; e (ii) alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual as Cedentes cederão os Direitos Creditórios, bem como sobre a forma pela qual o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo, desde que previamente discutidas e acordadas com a Administradora, o Custodiante e com as Cedentes.

**Artigo 22.** Uma vez atendidas todas as Condições de Cessão estabelecidas no Parágrafo 2º do Artigo 16 supra, caso os Direitos Creditórios indicados ao Fundo atendam a todos os Critérios de Elegibilidade e, cumulativamente, a todas as exigências do CAPÍTULO X, o Fundo poderá adquirir, em caráter definitivo e sem



direito de regresso contra ou co-obrigação das Cedentes, observados os termos e condições dos Contratos de Cessão, referidos Direitos Creditórios, juntamente com todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias assegurados em razão de sua titularidade.

**Parágrafo 1º.** Pela aquisição de cada Direito Creditório, o Fundo pagará às Cedentes, o Preço de Aquisição em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão, o valor apurado pela Gestora de acordo com a seguinte expressão:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:

Pai = Preço de Aquisição do Direito Creditório "i".

VNi = Valor nominal do Direito Creditório "i", objeto da cessão.

DUI = Número de dias úteis compreendido entre a Data da Aceitação da Indicação (conforme definida no respectivo Contrato de Cessão), inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório "i", exclusive.

FatorCE = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{CE} = \frac{\{[(1 + \frac{DI_{fut}}{100})^{1/252} - 1] + FSE\} + 1}{100}$$

Onde " $DI_{fut}$ " corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na "Estrutura a Termo de Taxas de Juros da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros" no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da formalização da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e "FSE" corresponde ao fator *spread* de, no mínimo, 5,5% ao ano (cinco inteiros e cinco décimos percentuais ao ano).

**Artigo 23.** Ficará resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão dos Direitos Creditórios:

- a. cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimentos, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (a.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, e de sua cessão ao Fundo; ou (a.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão;
- b. que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios;
- c. originários de fraude cometida pelas Cedentes;
- d. que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes nos respectivos Contratos de Cessão;
- e. que não atendam, simultaneamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, quando não exercidas Opções de Troca ou Opção de Venda; e
- f. caso a Cedente não observe os prazos e obrigações relativos à formalização e registro dos Termos de Cessão perante os oficiais de registro de títulos e documentos competentes, conforme previsto nos respectivos Contratos de Cessão.

**Parágrafo Único.** Apenas a título exemplificativo e sem o objetivo de restringir a amplitude do Artigo 23, serão consideradas também Condições Resolutivas, sem taxatividade:

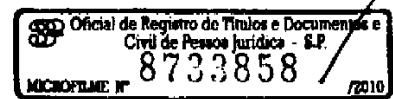
- a. o cancelamento do contrato que formalizava o Direito Creditório concedido ao Devedor, por vício de qualquer espécie na sua formalização e contratação;
- b. o arrependimento eficaz do Devedor, isto é, se este procurar a Cedente dentro do prazo que ela concede a seus clientes para que estes, se assim quiserem, desistam da operação de crédito sem qualquer ônus;
- c. a inexistência ou insuficiência dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados;

- d. se algum Direito Creditório cedido e ainda não pago pelo respectivo Devedor houver sido cedido em desacordo com as Condições de Cessão e com os Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento e no respectivo Contrato de Cessão.
- e. se a Cedente ceder ao Fundo qualquer Direito Creditório inexistente, Ilíquido ou Incerto; ou
- f. se for verificada a inexatidão de qualquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente ao Fundo ou a quaisquer terceiros agindo em seu nome, referente aos Direitos Creditórios cedidos ou aos Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados que dão lastro a estes Direitos Creditórios.

**Artigo 24.** Caso a Administradora verifique, a qualquer tempo, que quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo: (i) contêm vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros documentos vinculados lastreadores; ou (ii) em relação aos mesmos quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão são incorretas ou imprecisas; ou (iii) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; ou (iv) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; o Fundo poderá resolver a cessão de pleno direito, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, sendo-lhe facultado tomar, em nome do Fundo, todas as medidas autorizadas por este Regulamento e pelo respectivo Contrato de Cessão, inclusive, mas sem limitação, a critério exclusivo do Fundo, exercer a Opção de Troca e/ou a Opção de Venda contra a Cedente, nos termos e nas condições contempladas no respectivo Contrato de Cessão e mediante o envio, pela Cedente, após instrução expressa da Administradora, dos correspondentes arquivos para o processamento da resolução da cessão ou exercício das Opções de Troca e/ou de Venda, conforme o caso.

**Artigo 25.** Na hipótese do Fundo não receber o valor dos Direitos Creditórios a ele cedidos pelas Cedentes no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a Gestora, em nome do Fundo, poderá:

- a. exercer, a critério exclusivo do Fundo, opção de Troca e/ou Opção de Venda contra a Cedente, nos termos e nas condições contempladas no respectivo Contrato de Cessão;



- b. comunicar a Cedente sobre o Crédito inadimplido;
- c. proceder, em conjunto com as Cedentes, à cobrança amigável dos Direitos Creditórios no prazo de 30 (trinta) dias corridos do prazo de vencimento;
- d. após o decurso do prazo acima referido ou, caso o volume de Créditos vencidos e não pagos atinjam os níveis constantes da Política de Cobrança constante do Anexo 25, contratar terceiro para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos;
- e. exercer os direitos previstos nos Contratos de Cessão, incluindo, sem limitação, a Opção de Troca e/ou Opção de Venda, a cobrança amigável ou contratar terceiro para cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos ou alienar os Direitos Creditórios inadimplidos a terceiros; ou
- f. tentar, em regime de melhores esforços, alienar, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiros.

**Parágrafo 1º.** Observados os termos e condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, a Gestora poderá, por meio de empresas especializadas em cobrança e advogados contratados pelo Fundo, que deverão observar os procedimentos de cobrança estabelecidos no Anexo 25:

- a. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança ou recuperação dos Direitos Creditórios, conforme definidos neste Capítulo, ou à execução de quaisquer garantias prestadas ao Fundo, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- b. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, conforme definidos no CAPÍTULO X, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas; e
- c. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

**Parágrafo 2º.** Os termos e condições gerais para a contratação dos serviços relativos à cobrança dos Direitos Creditórios na forma do Parágrafo 1º acima, deverão ser acordados e contratados pela Gestora junto às empresas especializadas em cobrança ou advogados, observando-se que os serviços de cobrança somente serão efetivamente utilizados na ocorrência das hipóteses previstas na tabela constante do Anexo 25 a este Regulamento. Não obstante a possibilidade de contratação prévia prevista neste Parágrafo, o Fundo poderá, sempre que conveniente, contratar outras empresas especializadas em cobrança ou advogados para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

**Parágrafo 3º.** Em decorrência da possibilidade de exercício, pelo Fundo, da Opção de Troca ou da Opção de Venda nas hipóteses autorizadas neste Regulamento e nos termos dos Contratos de Cessão, a Gestora, ao final de cada mês calendário e até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, calculará e informará à Agência Classificadora de Risco, por escrito, os seguintes índices:

a. Índice de Inadimplência:

a.1. 
$$\text{Inadimplência do Fundo} / \text{total da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo}$$

b. Índice de Recompra: este índice se sub-divide em 2:

b.1. Efetivação das Opções de Venda de Direitos Creditórios por inadimplemento (VNP):

$$\frac{\text{Total de Direitos Creditórios que foram revendidos à Cedente enquanto estavam VNP}}{\text{total de Direitos Creditórios que já foram cedidos ao Fundo (calculado utilizando o valor futuro)}}$$

b.2. Efetivação das Opções de Troca e de Venda de Direitos Creditórios não vencidos:

$$\frac{\text{Total de Direitos Creditórios que foram trocados ou revendidos à Cedente antes do vencimento}}{\text{total de Direitos Creditórios que já foram cedidos ao Fundo (calculado utilizando o valor de aquisição)}}$$

c. Índice de pagamento pelas Cedentes:

c.1. Total de recebimentos nas contas das Cedentes (excluindo-se as vinculadas ao Fundo) / Total dos recebimentos do Fundo.

**Parágrafo 4º.** Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios, serão de inteira responsabilidade da respectiva Cedente (inclusive para o pagamento dos custos de cobrança) não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento, ao Fundo, dos valores necessários à cobrança dos mesmos, sem prejuízo das obrigações assumidas pelas Cedentes nos Contratos de Cessão.

**Parágrafo 5º.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante ou o Fundo não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, inclusive eventuais custos de condenação, que o Fundo venha a iniciar em face dos Devedores, de tercelros ou das Cedentes, os quais deverão ser de responsabilidade exclusiva das Cedentes.

**Parágrafo 6º.** As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão suportadas diretamente pelas Cedentes.

**Parágrafo 7º.** Não obstante o previsto no *caput* deste Artigo e parágrafos acima, na hipótese de o Fundo arcar com as despesas relacionadas aos procedimentos previstos neste Artigo, por qualquer motivo, as Cedentes deverão ressarcir o Fundo integralmente das despesas efetuadas em prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da solicitação de ressarcimento pelo Fundo. A Gestora efetuará o controle das despesas efetuadas nos termos deste Artigo e enviará às Cedentes, com cópia para a Administradora e para o Custodiante, as solicitações de ressarcimento previstas acima.

**Parágrafo 8º.** Caso a Cedente se recuse ou de outra forma deixe de ressarcir o Fundo dos valores relativos às solicitações de ressarcimento de que trata o Parágrafo 7º acima após o decurso do prazo de 30 Dias Úteis, a Cedente estará sujeita às penalidades previstas nos respectivos Contratos de Cessão.

**Parágrafo 9º.** O não pagamento, pela Cedente ao Fundo, das referidas despesas implicará no inadimplemento daquela para com o Fundo, sendo vedado ao Fundo adquirir futuramente Direitos Creditórios da Cedente inadimplente, até que tal

Inadimplemento seja sanado, sem prejuízo das demais condições contempladas no Contrato de Cessão e nos Critérios de Elegibilidade.

**Parágrafo 10º.** Não obstante o disposto neste Artigo, a Cedente não poderá, em nenhuma hipótese, deduzir o valor arcado por ela com os procedimentos de cobrança, do valor recebido do Devedor quando este adimplir o crédito. O valor pago pelo Devedor será destinado, exclusivamente, para o Fundo.

## **CAPÍTULO X. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO**

**Artigo 26.** Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios elegíveis.

**Artigo 27.** Além dos Direitos Creditórios, a Gestora poderá alocar a parcela de até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido exclusivamente nos seguintes ativos financeiros:

- a. moeda corrente nacional;
- b. títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c. títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- d. operações compromissadas de até 30 (trinta) dias, lastreadas exclusivamente em ativos previstos nas alíneas "b" e "c" acima; e
- e. quotas de Fundos de Investimento com categoria classificada pela ANBIMA como Referenciado DI, administrados ou não pela Administradora e geridos ou não pela Gestora, em valor não superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

**Parágrafo 1º.** Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da Data de Início do Fundo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos Creditórios.

**Parágrafo 2º.** Mediante apresentação de motivos justificados pela Administradora à CVM e, desde que haja expressa concordância ou autorização desta,



e após a sua aprovação pela Assembleia Geral, o prazo de alocação do Patrimônio Líquido estipulado no Parágrafo Primeiro deste Artigo poderá ser prorrogado por igual período. Tal prorrogação será comunicada aos Quotistas por meio de envio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento ou por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo.

**Artigo 28.** Ocorrendo a prorrogação prevista no Parágrafo 2º do Artigo 27 acima, automaticamente ocorrerá a prorrogação do prazo para cumprimento da exigência prevista no seu Parágrafo 1º, independentemente de alteração do presente Regulamento.

**Artigo 29.** O Fundo poderá realizar operações de derivativos de forma a proteger posições detidas à vista na Carteira do Fundo, até o limite destas.

**Artigo 30.** O Fundo: (i) não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; (ii) não realizará aquisição de Direitos Creditórios que estejam lastreados em outras operações que não as realizadas pelas Cedentes; e (iii) não realizará aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações.

**Artigo 31.** Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, de forma escritural, bem como registrados e/ou mantidos: (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, conforme a natureza de cada Ativo Financeiro.

**Parágrafo Único.** O Custodiante manterá os Ativos Financeiros que não forem direitos creditórios em sistema de liquidação e custódia correspondente à natureza e espécie de cada título ou valor mobiliário.

## **CAPÍTULO XI.**

### **QUOTAS**

**Artigo 32.** O Fundo emitirá, inicialmente, Quotas Seniores de primeira série e Quotas Subordinadas. O Fundo poderá, adicionalmente, emitir Quotas Seniores de séries subsequentes, nos termos do Artigo 33. As Quotas Seniores da primeira série e as

Quotas Seniores de séries subsequentes terão suas características previstas em cada respectivo Suplemento.

**Parágrafo Único.** As Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas de acordo com o disposto no CAPÍTULO XII abaixo e no respectivo Suplemento. As Quotas Seniores da Primeira Série serão objeto de oferta para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

**Artigo 33.** Após a emissão de Quotas Seniores da primeira série, fica autorizada, desde já, a emissão de séries subsequentes de Quotas Seniores, as quais poderão ser realizadas a exclusivo critério da Administradora, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas, a qualquer tempo, de acordo com as características e condições descritas neste Regulamento, especialmente no CAPÍTULO XII abaixo.

**Parágrafo 1º.** Na hipótese de emissão de séries subsequentes de Quotas Seniores, o valor das respectivas Quotas Seniores, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto no CAPÍTULO XII abaixo, e com o respectivo Suplemento.

**Parágrafo 2º.** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as Quotas Seniores das séries subsequentes somente poderão ser emitidas após as Quotas Seniores da série anterior terem sido totalmente integralizadas e/ou canceladas.

**Parágrafo 3º.** Na hipótese de emissão de Quotas Seniores das séries subsequentes, a Agência Classificadora de Risco será responsável pela avaliação das Quotas Seniores da nova série e pela reavaliação das Quotas Seniores das séries anteriores.

## **CAPÍTULO XII.**

### **CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

**Artigo 34.** O Fundo buscará atingir uma rentabilidade para cada série de Quotas Seniores, a ser definida em cada Suplemento, expressa em um percentual acima da Taxa DI, na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

**Parágrafo 1º.** O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares das respectivas séries de Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate das mesmas e não representa, nem deverá ser considerado como uma

promessa ou garantia de rentabilidade aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma rentabilidade superior ao *Benchmark* das respectivas séries de Quotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores e respectivas séries.

**Parágrafo 2º.** O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores será definido no respectivo Suplemento de emissão de cada série, conforme previsto no Artigo 44 abaixo.

**Parágrafo 3º.** As Quotas Subordinadas não têm parâmetro nem limite de remuneração definido.

**Artigo 35.** A Administradora, em nome do Fundo, poderá emitir séries subsequentes de Quotas Seniores, observado que:

- a. nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- b. a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique o rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em circulação;
- c. o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- d. a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme as Instruções CVM; e
- e. a Razão Mínima, seja mantida, considerando-se a composição do Patrimônio Líquido *pro forma*, após a emissão da nova série de Quotas Seniores.

**Parágrafo Único.** O Fundo poderá emitir, em uma ou mais ocasiões, uma única série de Quotas Subordinadas, observado que o valor efetivo destas Quotas Subordinadas seja sempre equivalente a, no mínimo, 25% do Patrimônio Líquido, de forma a respeitar a Razão Mínima exposta no Artigo 39. As Quotas Subordinadas de emissão do Fundo serão subscritas exclusivamente por Ideiasnet.

**Artigo 36.** Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, aberta, escriturada e controlada pelo **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado



de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.

**Parágrafo Único.** A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriurador de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

**Artigo 37.** As Quotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o último pagamento de amortização e resgate das Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 55 abaixo.

**Artigo 38.** Cada uma das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas conferirão aos seus titulares direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Quotistas, observado o disposto no CAPÍTULO XVI.

**Artigo 39.** A razão entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação deverá ser de, no mínimo, 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais). Essa relação será apurada todo Dia Útil pela Administradora.

**Parágrafo 1º.** Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima acima, o Quotista detentor de Quotas Subordinadas será imediatamente informado pela Administradora.

**Parágrafo 2º.** O Quotista Subordinado deverá responder ao Aviso de Desenquadramento, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se deseja subscrever e integralizar ou não novas Quotas Subordinadas com a finalidade de recomposição da Razão Mínima. Caso deseje subscrever e integralizar novas Quotas Subordinadas, deverá se comprometer de forma irrevogável e irretratável a prontamente subscrever Quotas Subordinadas no valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima e a integralizar tais novas Quotas Subordinadas no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis também contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

**Parágrafo 3º.** Na hipótese de o Quotista Subordinado decidir subscrever novas Quotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais Quotas sem a necessidade de autorização de quaisquer Quotistas do Fundo ou de realização de Assembleia Geral.

**Parágrafo 4º.** Na hipótese de o Quotista Subordinado não informar tempestivamente à Administradora ou não desejar subscrever novas Quotas

Subordinadas, será considerado ocorrido um Evento de Liquidação, devendo-se observar o disposto no CAPÍTULO XVII a respeito do assunto.

**Artigo 40.** As emissões de Quotas Seniores da primeira série ou de séries subsequentes poderão, a critério da Administradora, ser distribuídas em uma única ou sucessivas ocasiões(ões).

**Artigo 41.** Deverão constar do boletim de subscrição de Quotas Seniores, nos termos do Anexo 41 deste Regulamento, todas as características da respectiva emissão de Quotas Seniores. Cada emissão de Quotas Seniores, seja a emissão da primeira série ou das séries subsequentes, reputar-se-ão subscritas na data de assinatura do respectivo Boletim de Subscrição.

**Artigo 42.** As Quotas Seniores de qualquer emissão, independentemente se realizadas através de uma ou sucessivas Distribuições, deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo e integralizadas à vista em moeda corrente nacional, nos termos do Artigo 47.

**Parágrafo Único.** As Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do Prazo de Distribuição serão necessariamente canceladas pela Administradora, exceto se referido Prazo de Distribuição for prorrogado mediante solicitação à CVM, na forma prescrita na regulamentação em vigor.

**Artigo 43.** O anúncio de início de distribuição pública de cada uma das séries de Quotas Seniores apresentará os termos e condições da respectiva Indicação, bem como informará as condições e prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

**Artigo 44.** Todas as emissões de Quotas Seniores deverão ser precedidas da elaboração, pela Administradora, de um Suplemento ao Regulamento que contemple todas as características, inclusive o *Benchmark*, para cada série de Quotas Seniores, de acordo com as normas regulamentares pertinentes e com o estabelecido neste Regulamento, conforme o Anexo 44 deste Regulamento. Cada Suplemento será, ainda, levado para registro, às expensas das Cedentes, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

**Parágrafo 1º.** As séries de Quotas Seniores deverão ter prazo de resgate, conforme mencionado no Suplemento.

**Parágrafo 2º.** Observadas as demais condições descritas no Suplemento, as Quotas Seniores da primeira série terão as seguintes características:

- a. serão amortizadas, mensalmente, após um período de carência de 12 (doze) meses, sendo que a primeira amortização deverá ocorrer no mesmo dia do 13º (décimo terceiro) mês contados da primeira integralização de Quotas Seniores;
- b. as 47 (quarenta e sete) amortizações seguintes ocorrerão, de forma mensal e sucessiva, no mesmo dia de cada mês subsequente.

**Parágrafo 3º.** Cada Suplemento de emissão de cada série de Quotas Seniores deverá conter, no mínimo, as seguintes características:

- a. quantidade de Quotas Seniores, compreendida como o número máximo e mínimo de Quotas a serem emitidas e colocadas;
- b. valor unitário da quotas, compreendido como o valor de emissão das Quotas na Data de Emissão;
- c. data de emissão, compreendida como a data em que as Quotas serão emitidas pela Administradora;
- d. amortizações programadas, que compreende os termos, datas e valores de cada amortização prevista para a respectiva série de Quotas;
- e. data de resgate, compreendida como a data de resgate integral das Quotas Seniores de cada série; e
- f. meta de rentabilidade prioritária, entendida como o *Benchmark* de remuneração da respectiva série, obtida pela multiplicação da Taxa DI pelo Fator Multiplicador, conforme o Artigo 49.

**Artigo 45.** As Quotas Subordinadas serão sempre subscritas de forma privada, nos termos do Compromisso de Integralização, na forma do Anexo 45 a este Regulamento.

**Parágrafo Único.** O Compromisso de Integralização regulará a subscrição e integralização das Quotas Subordinadas, a qualquer tempo, de acordo com o disposto neste Regulamento para a manutenção da Razão Mínima. A integralização das Quotas Subordinadas do Fundo poderá ser efetuada em moeda corrente nacional ou em

Direitos Creditórios que atendam aos critérios aqui estabelecidos, considerado o Preço de Aquisição nos termos deste Regulamento.

**Artigo 46.** No ato de subscrição das Quotas – tanto Quotas Seniores quanto Quotas Subordinadas – o subscritor: (i) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela Administradora para distribuir Quotas do Fundo; (ii) receberá exemplar deste Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência e adesão a este Regulamento, na forma do Anexo 46, estar ciente: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; e (iii) deverá indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento; e (iv) assinará a declaração de que é Investidor Qualificado.

**Artigo 47.** Observado o disposto neste Regulamento, as Quotas deverão ser integralizadas à vista, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

**Artigo 48.** A integralização das Quotas do Fundo em moeda corrente nacional será efetuada mediante a realização de TED de conta de titularidade do subscritor para conta do Fundo, conforme indicada pela Administradora, observado que as Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios. Na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas em Direitos Creditórios, o Quotista Subordinado celebrará o respectivo Contrato de Cessão e o Termo de Cessão.

**Artigo 49.** O valor inteiro referencial de cada Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, posterior à Data de Início do Fundo, apurado diariamente pelo Custodiante, será equivalente ao menor valor entre: (I) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião, inteiras ou fracionadas; e (ii)  $VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)]$ :

onde:

VII = Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior na Data de Subscrição da respectiva série de Quotas Seniores.



$(f1 \times f2 \times f3 \times fj)$  = fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior da respectiva série, calculado de acordo com a seguinte expressão:

Os termos  $(f1, f2, f3, \dots, fj)$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fj = [(1 + DI_j)^{1/252} - 1] + S, \text{ onde}$$

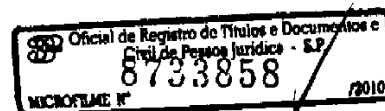
- **Fj** = fator diário de correção das cotas seniores.
- **Taxa  $DI_j$**  = 100% (cem por cento) da Taxa DI, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, referente ao dia "j".
- **S** = Taxa definida em cada suplemento, expressa em percentual ao dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

**Parágrafo 1º.** No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista referente às Quotas Seniores, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do *Benchmark*, até a data de observação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

**Parágrafo 2º.** Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembleia Geral para que seja definido pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser aplicado. Neste caso, qualquer Quotista titular de Quotas Subordinadas terá o poder de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral. Até a deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembleia Geral.

**Artigo 50.** A partir da Data de Início do Fundo, as Quotas Subordinadas deverão ter seu valor calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido o valor das Quotas Seniores, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

**Artigo 51.** As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas a negociação em mercado secundário, sendo que encontram registradas para negociação no mercado secundário



no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP e, a critério da Administradora, poderão ser registradas para negociação no sistema de negociação de títulos de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&FBOVESPA, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

**Parágrafo 1º.** Na hipótese de negociação das Quotas Seniores do Fundo em operações de mercado secundário, caberá ao agente intermediador da respectiva negociação comprovar a qualidade de investidor qualificado daquele que adquirir tais Quotas Seniores.

**Parágrafo 2º.** Não obstante a disposição do parágrafo primeiro acima, na hipótese de negociação de Quotas Seniores do Fundo em operações de mercado secundário, o Quotista vendedor deverá obter do adquirente: (I) a assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Anexo 46; (II) declaração do adquirente de que é investidor qualificado; (III) cadastro do adquirente, nos termos da Instrução CVM 301.

**Artigo 52.** As Quotas Subordinadas não poderão ser negociadas no mercado secundário. As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas privadamente, em lote único, e desde que para empresas do mesmo Grupo Econômico a que pertence o Quotista Subordinado e em havendo: (a) concordância de aporte adicional de recursos ou atendimento aos Avisos de Desenquadramento através da assinatura de Compromisso de Integralização; e (b) o Quotista alienante se obrigue expressamente a responder solidariamente pelas obrigações do Quotista adquirente.

**Parágrafo Único.** Qualquer transferência de Quotas Subordinadas somente será realizada após apresentação à Administradora de termo de cessão registrado em Registro de Títulos e Documentos e Compromisso de Integralização assinado pelo adquirente.

**Artigo 53.** As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, conforme mencionado no CAPÍTULO III.

### **CAPÍTULO XIII.**

#### **CONDIÇÕES DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE PAGAMENTO**

**Artigo 54.** Com relação a cada série de Quotas Seniores em circulação, após a Data da primeira integralização de Quotas Seniores da respectiva série, as Quotas Seniores de tal série serão amortizadas periodicamente, conforme as Amortizações

Programadas descritas em cada respectivo Suplemento. A data da última Data de Amortização será a Data de Resgate.

**Parágrafo Único.** Quando o dia de uma Data de Amortização de um dado mês ou a Data de Resgate não for um Dia Útil, a respectiva Data de Amortização ou a Data de Resgate ocorrerá no primeiro Dia Útil subsequente.

**Artigo 55.** Exceto em relação ao disposto nos parágrafos seguintes, o resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral prévio de todas as parcelas de amortização e do resgate integral das Quotas Seniores do Fundo. Todas as Quotas Subordinadas concorrerão em igualdade de condições para fins de pagamento de resgate. O pagamento de amortização e de resgate integral das Quotas Seniores do Fundo poderá ser efetivado por meio de cessão de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo somente em caso de liquidação antecipada.

**Parágrafo 1º.** Caso a Razão Mínima seja superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação do Quotista Subordinado, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos, conforme verificados pela Gestora na data de solicitação da Amortização por Excesso de Cobertura:

- a. constituição da Reserva de Pagamento, de acordo com o Artigo 57 e demais parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- b. liquidação, pelo Fundo, de todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como provisionamento, como exigido pela regulamentação pertinente;
- c. não ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, que eles tenham sido adequadamente sanados, até a data da Amortização por Excesso de Cobertura;
- d. nível de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios (considerada como o conjunto de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 1 (um) dia, no dia da pretendida amortização) menor do que 5% (cinco por cento) da Carteira de Direitos Creditórios do Fundo; e
- e. Os 5 (cinco) maiores sacados não podem, em conjunto, representar mais que 15% (quinze por cento) do Patrimônio do Fundo.

**Parágrafo 2º.** A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, não realizar a Amortização por Excesso de Cobertura.

**Parágrafo 3º.** A ocorrência de Excesso de Cobertura será apurada ao término dos pagamentos de cada amortização periódica, conforme solicitação da Gestora, e será comunicada pela Administradora ao Quotista Subordinado. As Amortizações por Excesso de Cobertura serão efetuadas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva comunicação.

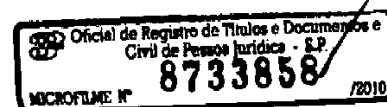
**Artigo 56.** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no CAPÍTULO XIV, e desde que o Patrimônio Líquido assim permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à amortização das Quotas Seniores, cujo valor será obtido através das informações de cada Suplemento.

**Artigo 57.** A Gestora deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores. Para tanto, a Gestora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e/ou iniciar a liquidação de aplicações em Ativos Financeiros que não apresentem liquidez diária, de modo a assegurar que, a partir de 90 (noventa) dias corridos antes de cada Data de Amortização, o Fundo sempre mantenha recursos em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) cuja soma seja equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão, e, a partir de 60 (sessenta) dias, a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão.

**Parágrafo Único.** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 60 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Administradora poderá determinar, unilateralmente, amortizações parciais e/ou integrais de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados pela Administradora.

**Artigo 58.** Os titulares das Quotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

**Parágrafo 1º.** Uma vez tendo recebido os recursos decorrentes da Amortização ou resgate de suas Quotas, o Quotista beneficiário dará à Administradora, em nome do Fundo, a mais ampla e irrevogável e irretratável quitação.



**Parágrafo 2º.** Quaisquer impostos, contribuições ou taxas que legalmente incidam sobre os recursos referentes ao resgate ou amortização de Quotas do Fundo serão retidos pelo Fundo e deduzidos dos valores em questão, não cabendo ao Quotista qualquer tipo de compensação.

**Artigo 59.** O Agente Escriturador efetuará o pagamento das Amortizações ou resgates de Quotas mediante a realização de DOC ou TED para a conta do Quotista, mediante instrução da Administradora.

**Parágrafo 1º.** Os pagamentos serão feitos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

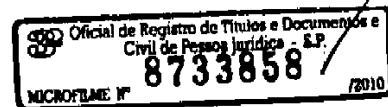
**Parágrafo 2º.** Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Fundo efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

**Parágrafo 3º.** As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas em Direitos Creditórios.

#### **CAPÍTULO XIV. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS**

**Artigo 60.** Diariamente, a partir da Data de Início do Fundo e até a sua liquidação, a Administradora e a Gestora obrigam-se-ão a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às suas exigibilidades, obrigatoriamente na seguinte ordem de preferência:

- a. pagamento dos Encargos do Fundo, conforme descritos no CAPÍTULO XVIII abaixo;
- b. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c. pagamento dos valores referentes à Amortização periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- d. formação de Reserva de Pagamento, de acordo com o previsto no Artigo 57;



- e. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- f. novas aquisições de Direitos Creditórios, desde que observado o disposto neste Regulamento.

**Parágrafo Único.** Sem prejuízo do previsto no CAPÍTULO XVII e, em conformidade com a ordem contemplada no *caput* acima, na ocorrência de qualquer: (i) Evento de Avaliação, será interrompido o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Subordinadas, não sendo prejudicado o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Seniores; e (ii) Evento de Liquidação, será interrompido o pagamento das amortizações ou resgate das Quotas Subordinadas e Quotas Seniores.

## **CAPÍTULO XV. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

**Artigo 61.** Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.

**Artigo 62.** Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem ser registrados pelo seu Preço de Aquisição.

**Artigo 63.** Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos na Resolução n.º 2.682 do Conselho Monetário Nacional, de 21 de dezembro de 1999 e de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Circular n.º 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou outro plano contábil que, eventualmente venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

**Parágrafo 1º.** Os Direitos Creditórios Integrantes da Carteira do Fundo, vencidos e não pagos, serão contabilizados por seu Preço de Aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até sua respectiva data de vencimento. Rendimentos adicionais relativos a tais Direitos Creditórios que venham a ser auferidos pelo Fundo após a data de vencimento somente serão reconhecidos contabilmente por ocasião da efetiva

realização financeira. A partir da Data de Provisionamento, o Direito Creditório não pago deverá ser provisionado como crédito de liquidação duvidosa, para fins de determinação do valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

**Parágrafo 2º.** A partir da Data de Provisionamento, as perdas reconhecidas e as provisões realizadas mensalmente pelo Custodiante com os Direitos Creditórios serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na tabela abaixo. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Registros Provisionados			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

**Artigo 64.** Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

## CAPÍTULO XVI. ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS

**Artigo 65.** É de competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:



- a. Tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b. Alterar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas neste Artigo que acarretem na alteração deste Regulamento;
- c. Deliberar sobre a substituição ou destituição da Administradora e/ou da Gestora;
- d. Eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o Artigo 69;
- e. Deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- f. Deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- g. Deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- h. Resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- i. Resolver se, na ocorrência de quaisquer Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- j. Alterar o *Benchmark* na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como base de cálculo do referencial de rentabilidade das Quotas Seniores;
- k. Deliberar sobre a alteração no Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
- l. Deliberar sobre alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual as Cedentes cederão os Direitos Creditórios, bem como sobre a forma pela qual o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo, observado o disposto no Artigo 21;

- m. Deliberar sobre alterações dos Critérios de Elegibilidade para aquisição de Direitos Creditórios ou das Condições de Cessão necessárias à tal aquisição;
- n. Deliberar sobre as despesas de que trata o CAPÍTULO XVIII deste Regulamento.
- o. Deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo.

**Parágrafo Único.** O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às determinações da CVM ou em consequência de normas legais ou regulamentares, hipótese em que deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Quotistas, conforme as regras de divulgação previstas no presente Regulamento.

**Artigo 66.** As Quotas Seniores conferirão a seus titulares direito de voto em todas as matérias deliberadas pela assembleia geral de quotistas.

**Artigo 67.** O Quotista Subordinado tem o direito de vetar qualquer deliberação relativa às matérias indicadas nos itens "k", "l", "m", "n" e "o".

**Artigo 68.** O quorum de deliberação das matérias indicadas no Artigo 65 acima seguem indicados nos parágrafos a seguir.

**Parágrafo 1º.** Dependerá dos votos favoráveis dos titulares de pelo menos 2/3 (dois terços) das Quotas do Fundo toda e qualquer deliberação referente às matérias indicadas nos itens "c", "f", "g", e "l".

**Parágrafo 2º.** A deliberação a respeito das matérias indicadas nos itens "a", e "e" dependerá, em 1ª convocação, de aprovação pela maioria das Quotas emitidas e, em 2ª convocação, do quorum previsto no Parágrafo 4º abaixo.

**Parágrafo 3º.** A aprovação da prorrogação do Prazo de Duração do Fundo, tratada no item "o" acima dependerá da aprovação unânime do Quotista Subordinado e de todos os Quotistas Seniores.

**Parágrafo 4º.** Ressalvado o disposto nos Parágrafos acima, toda e qualquer matéria submetida à deliberação da Assembleia Geral será aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos Quotistas presentes ao conclave assemblear.

**Artigo 69.** A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

**Parágrafo 1º.** Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a. ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- b. não ser titular de Quotas Subordinadas;
- c. não exercer cargo ou função na Administradora ou suas Partes Relacionadas; e
- d. não exercer cargo de administração ou ser funcionário das Cedentes ou suas Partes Relacionadas.

**Parágrafo 2º.** Os representantes dos Quotistas eventualmente nomeados nos termos deste Artigo não farão *jus*, em nenhuma circunstância, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante, da Gestora ou das Cedentes para exercerem tal função.

**Artigo 70.** A convocação de Assembleia Geral de Quotistas será feita pela Administradora, por meio de correspondência eletrônica ou por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista, ou por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de Informações do Fundo, indicando: (i) o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral; e (ii) a ordem do dia e descrição dos assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º.** A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica ou da publicação do respectivo anúncio.

**Parágrafo 2º.** Não se realizando a Assembleia Geral, será enviada novamente carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado ou publicado anúncio de convocação no periódico mencionado no CAPÍTULO XIX abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A segunda convocação poderá ser feita juntamente com o anúncio ou correspondência/carta de primeira convocação.



**Parágrafo 3º.** Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecem a totalidade dos Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

**Artigo 71.** Além da ocasião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação da Administradora, a seu critério, ou mediante solicitação à Administradora por titulares de Quotas do Fundo que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas – independentemente da classe ou série.

**Parágrafo 1º.** A presidência da Assembleia Geral caberá ao representante eleito pela maioria dos Quotistas presentes entre aqueles indicados pelos Quotistas, todos presentes à Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º.** Os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas do Fundo poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco, para participarem das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

**Parágrafo 3º.** Independentemente de quem as tenha convocado, os representantes da Administradora e da Gestora deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais, e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

**Artigo 72.** Somente poderão votar nas Assembleias Gerais os quotistas inscritos no “Registro dos Quotistas” ou na conta de depósito até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.

**Parágrafo Único.** Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral os representantes legais dos Quotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

**Artigo 73.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Administradora, salvo motivo de força maior, sendo vedada a sua realização fora da cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

**Artigo 74.** As Assembleias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) Quotista.

**Artigo 75.** Os representantes legais ou os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano poderão votar nas Assembleias Gerais de Quotistas.

**Artigo 76.** As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido neste evento.

**Parágrafo 1º.** Das Assembleias Gerais serão lavradas atas de Assembleias Gerais, as quais, para sua validade, deverão ser assinadas por todos os Quotistas presentes.

**Parágrafo 2º.** As deliberações tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista. As atas de Assembleias Gerais serão encaminhadas à CVM e aos demais agentes de mercado sempre que necessário, na forma e nos prazos previstos na legislação.

## **CAPÍTULO XVII. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 77.** São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências, a partir do momento em que a Administradora tomar ciência de sua ocorrência:

- a. aquisição reiterada, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão, conforme apurado pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante;
- b. rebaixamento, maior que 2 (duas) notas, do *rating* das Quotas Seniores de qualquer série em circulação, de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela Agência Classificadora de Risco ou outro critério equivalente adotado por agência de classificação de risco que venha a substituí-la, observada a Tabela de Equivalência de Níveis contida no Anexo 77 a este Regulamento;
- c. alteração deste Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afetem ou possam afetar prejudicialmente a

performance do Fundo, a critério da Gestora, conforme notificação neste sentido à Administradora;

- d. caso a Administradora ou a Gestora entendam que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;
- e. caso o relatório de verificação do lastro por amostragem elaborado pelo Custodiante conforme Parágrafo 3º do Artigo 8º acima identifique irregularidades nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, incluindo a ausência de Termos de Aceite, maior do que 30% (trinta por cento) do universo analisado;
- f. caso qualquer das Cedentes deixe de: (i) ressarcir o Fundo dos valores relativos às despesas para a salvaguarda de seus direitos relativos aos Créditos, após o decurso do prazo de 30 Dias Úteis previsto no item 5.2.2. dos respectivos Contratos de Cessão; ou (ii) ressarcir ou se recuse a ressarcir o Fundo do valor do preço de aquisição pago pelos Créditos objeto de resolução da respectiva cessão após o decurso do prazo de 24 horas previsto no item 10.4.1. dos respectivos Contratos de Cessão;
- g. caso qualquer das Cedentes deixe de informar prontamente qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira conforme evidenciada pelas últimas demonstrações financeiras apresentadas ao Fundo que possam afetar sua a decisão de adquirir Créditos da respectiva Cedente;
- h. O inadimplemento de 30% dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por qualquer Cedente cujo total de Direitos Creditórios por ela cedido ao Fundo represente 10% (dez por cento) ou mais da Carteira de Direitos Creditórios; e
- i. Caso qualquer das Cedentes deixem de comunicar ao Fundo a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva nos termos dos Contratos de Cessão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do seu conhecimento do fato.

**Parágrafo 1º.** A Administradora não monitorará ativamente a ocorrência dos Eventos de Avaliação listados acima. Na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, a Administradora: (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do CAPÍTULO XIX; (ii) suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) convocará uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento

de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação ou a Assembleia Geral mencionada acima não se realize por falta de quorum, serão adotados os procedimentos próprios definidos neste Regulamento para a liquidação do Fundo.

**Parágrafo 2º.** Se a Assembleia Geral de Quotistas deliberar que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, será assegurada aos Quotistas titulares de Quotas Seniores dissidentes a possibilidade de solicitar o resgate antecipado de suas Quotas pelo valor de suas respectivas Quotas Seniores à época da deliberação da Assembleia Geral.

**Artigo 78.** Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação aplicável, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências, a partir do momento em que a Administradora tomar ciência de sua ocorrência:

- a. a totalidade das Quotas Seniores em circulação não seja totalmente integralizada, exceto se houver cancelamento de Quotas não subscritas ou prorrogação de prazo, expressamente autorizada pela CVM;
- b. caso haja atraso no pagamento do resgate ou das amortizações das Quotas Seniores previstos neste Regulamento;
- c. caso haja decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação: (i) às Cedentes e/ou a IdealsNet; ou (ii) ao Custodiante; ou (iii) à Administradora; ou (iv) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- d. deliberação nesse sentido da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo;
- e. caso os Quotistas venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação ou a Assembleia Geral ali prevista não se realize por falta de quorum;

- f. caso não ocorra a substituição da Administradora nos casos previstos neste Regulamento, sendo que, nesta hipótese, fica facultado à Administradora, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- g. rescisão do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o Fundo, sem que seja nomeado substituto;
- h. caso o Quotista Subordinado, após o recebimento de um Aviso de Desenquadramento, não proceda à integralização de Quotas prevista no Artigo 39 acima, no prazo ali previsto;
- i. caso as Cedentes pratiquem qualquer ato que, inequivocamente, implique tentativa de impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos Bancários ou o Procedimento de Recebimento das Faturas; e
- j. caso exista evidência de que as Cedentes tenham permitido a cessão dos Direitos Creditórios sem lastro e não sanem tal ocorrência no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que receber notificação escrita do Fundo neste sentido.

**Parágrafo 1º.** A Administradora não monitorará ativamente a ocorrência dos Eventos de Liquidação listados acima. Assim que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no CAPÍTULO XIX deste Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

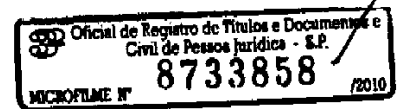
**Parágrafo 2º.** Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, inclusive sobre a possibilidade de entrega de Direitos Creditórios ou outros ativos aos Quotistas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção da liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, que ocorrerá no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da realização da Assembleia Geral. Caso a Assembleia Geral não se realize por falta de quorum, a Administradora iniciará os procedimentos de liquidação previstos abaixo.



**Parágrafo 3º.** Observada a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo vedada qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores, devendo ser observado, no que couber, as disposições deste Regulamento.

**Artigo 79.** Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Administradora poderá realizar o resgate das Quotas Seniores:

- a. após deliberação dos Quotistas nesse sentido, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, proporcionalmente à participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas Seniores em circulação, cedendo a cada titular de Quotas Seniores Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros em valor equivalente a tal participação. Eventuais frações existentes para se chegar ao valor integral do resgate das Quotas Seniores poderão ser ajustadas entre os titulares dessas Quotas Seniores. Para o fim de efetuar o resgate ora previsto, a forma de pagamento aos titulares de Quotas Seniores poderá ser composta, a critério da Administradora, por Direitos Creditórios ou de Ativos Financeiros, sempre que possível de forma proporcional, dependendo do modo como a Carteira do Fundo estiver formada e do montante total e individual do resgate a ser realizado para os titulares de Quotas Seniores; ou
- b. caso não seja possível a aplicação da alínea anterior, por qualquer motivo, inclusive na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios ou dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, caso a Assembleia Geral não tenha se realizado por falta de quorum, ou se os Quotistas assim deliberarem, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares de Quotas Seniores constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. A Administradora deverá: (I) notificar os titulares das Quotas Seniores, na forma do CAPÍTULO XIX para que eles elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002);



e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas Seniores faz *jus*.

**Parágrafo 1º.** Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio a ser formado de acordo com a alínea "b" supra, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria dessas Quotas Seniores em circulação. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

**Parágrafo 2º.** As Cedentes, na qualidade de fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, deverão garantir a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo o acesso aos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da Assembleia Geral de Quotistas mencionada no Parágrafo 1º do Artigo 77 ou da data em que tal Assembleia estava marcada para ser realizada, caso a mesma não tenha sido realizada por falta de quorum. Neste prazo, os Quotistas, na hipótese da alínea "a" do *caput* deste Artigo, e o administrador do condomínio a ser formado na hipótese da alínea "b" do *caput* do mesmo Artigo, indicarão à Administradora e à Cedente a hora e local para que seja feita a entrega dos Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados, supra mencionados. Expirado este prazo, a Administradora ou a Cedente poderão promover a consignação dos mencionados documentos na forma do Artigo 334 do Código Civil.

**Artigo 80.** O Fundo será liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, no último dia do 120º mês após a Data de Início do Fundo, exceto na ocorrência de Evento de Liquidação, observadas as disposições acima, ou se os Quotistas, por unanimidade, conforme previsto no CAPÍTULO XVI acima, decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto neste Regulamento, sendo permitido o resgate em Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos neste Regulamento. O resgate das Quotas em Direitos Creditórios, se realizado, será fora do âmbito da CETIP.

## **CAPÍTULO XVIII. ENCARGOS DO FUNDO**

**Artigo 81.** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- 52 -

- a. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d. honorários e despesas da Empresa de Auditoria encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleias Gerais de Quotistas;
- h. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i. a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j. despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco.

**Artigo 82.** A Administradora pode estabelecer, nos termos do CAPÍTULO IV acima, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, inclusive a remuneração da Gestora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.



**Artigo 83.** Quaisquer despesas indispensáveis ao funcionamento do Fundo que não estejam previstas como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

## **CAPÍTULO XIX. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**Artigo 84.** Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Monitor Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta ou correio eletrônico com aviso de recebimento endereçado aos Quotistas.

**Parágrafo 1º.** As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que colocarem as Quotas.

**Parágrafo 2º.** Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser precedida de comunicado por meio de aviso aos Quotistas.

**Parágrafo 3º.** A divulgação anual do valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil e dos relatórios da Agência Classificadora de Risco poderá ser realizada por meio de entidades de classe de instituições do sistema financeiro nacional, desde que realizada em jornais de ampla veiculação.

**Artigo 85.** No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês calendário, a Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a. o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c. o comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**Artigo 86.** Todo o material de divulgação do Fundo deverá conter, sem prejuízo de outras informações exigidas pela legislação aplicável, a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco às Quotas Seniores, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

**Artigo 87.** A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a. de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b. de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 88.** As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com as normas editadas pela CVM.

## **CAPÍTULO XX. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 89.** O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa à Administradora e ao Custodiante.

**Artigo 90.** O exercício social do Fundo terá duração de 1 (um) ano, com encerramento em 30 de junho de cada ano.

**Artigo 91.** O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

**Artigo 92.** As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por Empresa de Auditoria registrada na CVM.

## **CAPÍTULO XXI. FATORES DE RISCO**

**Artigo 93.** Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável, e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a

implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

**Artigo 94.** As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

**Artigo 95.** Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- I. Risco de mercado.** O apreçamento dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. Os Ativos Financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional. A queda do valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e as Cedentes não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia das Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, podendo ocorrer perda total ou parcial do capital investido pelos Quotistas.

- II. Risco de limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelos respectivos emitentes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.
- III. Risco de liquidez.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora, alienarem os seus respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- IV. Risco de crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de



pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Além disso, nos termos do Artigo 23 deste Regulamento, considerar-se-á resolvida a Cessão de Direitos Creditórios: (i) cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimento, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (i.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, suas garantias e outros instrumentos vinculados; ou (ii.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão; (ii) que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios; (iii) originários de fraude cometida pela Cedente; (iv) que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente no respectivo Contrato de Cessão.

Nos termos do Artigo 25, § 1º deste Regulamento, a Gestora será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança. Não há como assegurar que a Gestora conseguirá recuperar os valores devidos e não pagos, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, para os Quotistas.

**V. Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

**VI. Riscos relacionados a fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelas Cedentes, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.



**VII. Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento e respectivo Suplemento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

**VIII. Fundo fechado.** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros presentes na Carteira do Fundo. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

**IX. Liquidez reduzida das Quotas.** As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

**X. Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão

atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto neste Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização: (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

**XI. Hedge indisponível ou imperfeito.** Nos termos deste Regulamento, a Gestora, deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tente realizar as operações com derivativos: (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo; e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.

**XII. Risco de Instrumentos Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

**XIII. Risco de liquidação antecipada do Fundo.** Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**XIV. Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos.** Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos e não haver, na liquidação do Fundo, recursos em moeda para o resgate das Quotas, sendo necessária a entrega dos Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros aos Quotistas, conforme autorizado pelo Artigo 15, Parágrafo 1º da Instrução CVM n.º 356; os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para: (i) vender os Direitos Creditórios recebidos; ou (ii) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.

**XV. Risco de conflito de interesses entre a Gestora do Fundo e a controladora das Cedentes.** A Mercatto Gestão de Recursos Ltda. é gestora (e, em relação ao fundo Mercatto Diferencial Multimercado FI Longo Prazo, também é quotista minoritária) de fundos de investimento que detêm, em conjunto, participação relevante na Ideiasnet. Tendo em vista que, adicionalmente, a Mercatto Gestão de Recursos Ltda. controla a Gestora do Fundo e, nos termos deste Regulamento, detém o poder de recusa dos direitos creditórios ofertados ao Fundo, pode haver conflito de interesses em relação à recusa ou não de cessões de Direitos Creditórios ao Fundo.

**XVI. Risco de não obtenção de tratamento tributário para fundos de longo prazo.** Nos termos deste Regulamento, a Gestora não está obrigada a manter uma carteira de ativos de perfil de longo prazo, o que pode resultar na não obtenção, pelo Fundo, de tratamento tributário para fundos de longo prazo. Assim, não há garantia de que este Fundo obterá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

**Artigo 96.** Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

**I. Risco de crédito e ausência de co-obrigação das Cedentes.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante, as Cedentes e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores ou pelos coobrigados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo

Fundo, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes as suas Quotas.

**II. Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da Carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade ocorre no momento da cessão dos recebíveis para o Fundo e não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

**III. Risco relativo à cobrança por meio de Boletos Bancários.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por operações de compra e venda de mercadorias é realizada através da emissão de Boletos Bancários pela Cedente aos seus Clientes. Quando os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, o boleto bancário originalmente emitido a cada Cliente é cancelado e substituído por um novo Boleto Bancário contendo as novas instruções de pagamento, a fim de direcionar os recursos oriundos do pagamento diretamente para a Conta de Cobrança. Caso os Devedores paguem os Direitos Creditórios por meio de boletos bancários cancelados, os recursos serão direcionados à conta de titularidade das Cedentes. Neste caso, as Cedentes podem receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo. Assim, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores pelas Cedentes poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome destas. Nesta hipótese, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo. Adicionalmente, o pagamento por meio de Boletos Bancários cancelados poderá distorcer a real taxa de inadimplência dos Direitos Creditórios, afetando adversamente sua classificação de risco.

**IV. Risco relativo à cobrança por meio de Faturas.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por prestação de serviços é realizada por meio da emissão de Faturas pela Cedente aos seus Clientes. Os Direitos Creditórios representados por Faturas que venham a ser oferecidos ao Fundo serão necessariamente acompanhados de Termo de Aceite por meio do qual os Clientes declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento em: (I) conta de recebimento de

titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., conforme indicado no respectivo Termo de Aceite; ou (ii) conta vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de *trustee* e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicado no Termo de Aceite.

Caso os Devedores paguem as Faturas em contas bancárias de titularidade das Cedentes que não a Conta Vinculada, quer por não terem sido notificados a respeito da cessão através do Termo de Aceite ou por outros motivos, as Cedentes podem conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores em prejuízo do Fundo. Adicionalmente, tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos. Sem prejuízo da hipótese acima, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores por meio da Conta Vinculada poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome das Cedentes. Nestas hipóteses, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo.

- V. Risco das Cedentes como fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios.** Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pelas Cedentes ou por empresa a ser contratada pelas Cedentes, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo.

As Cedentes e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora as Cedentes e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos e à realização da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, causando, assim, no caso de inadimplementos, efeitos adversos na Carteira do Fundo.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por

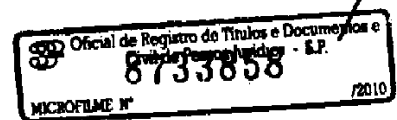
amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.

**VI. Risco de Descontinuidade.** De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo. Nenhuma garantia poderá ser dada de que as Cedentes continuarão originando os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo ou que os Direitos Creditórios originados pelas Cedentes atenderão aos critérios de elegibilidade. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado em função da impossibilidade de aquisição de ativos com rentabilidade compatível com a proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder a sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação, de Eventos de Liquidação Antecipada, em caso de determinação da Assembleia Geral ou na hipótese de Amortização Extraordinária. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimentos reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos em ativos com remuneração compatível com a proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**VII. Risco operacional.** Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos documentos representativos dos Direitos Creditórios ou nos processos operacionais de realização de serviços, de entrega de produtos, aceitação dos produtos ou serviços pelos Clientes, cobrança ou fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo aos boletos bancários em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do agente cobrador ou problemas internos das instituições financeiras.

Haverá, ainda, risco operacional quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas



operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos. Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou, até mesmo, perdas aos Quotistas do Fundo.

Há, ainda, o risco de que, dado o procedimento estipulado no Regulamento e nos Contratos de Cessão para a formalização e registro da cessão dos Direitos Creditórios, os Termos de Cessão não sejam registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos no prazo previsto na Lei de Registros Públicos para que a eficácia da cessão perante terceiros retroaja desde a data de assinatura do respectivo Termo de Cessão. Neste caso, as cessões somente gerariam efeitos perante terceiros a partir da data da apresentação do Termo de Cessão respectivo para registro e não desde a celebração do Termo de Cessão. Deste modo, aumenta o risco de discussões envolvendo a titularidade dos Direitos Creditórios e a possibilidade de ocorrência de múltiplas cessões dos Créditos. Além disso, os procedimentos previstos para a cessão dos Direitos Creditórios prevê o pagamento do respectivo Preço de Aquisição, pelo Fundo, antes da completa formalização da cessão dos Direitos Creditórios.

**VIII. Risco de incorrer em despesas adicionais.** Não obstante a obrigação das Cedentes em reembolsar e ressarcir integralmente o Fundo dos custos e das despesas com cobrança e recuperação de créditos inadimplidos, o Fundo poderá ter dificuldades em recuperar tais gastos, os quais impactarão negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, portanto, o valor das Quotas.

**IX. Monitoramento de Eventos de Avaliação e Liquidação.** Eventos de Avaliação e Liquidação não serão ativamente monitorados pela Administradora nem pela Gestora. Dessa forma: (I) Eventos de Avaliação ou de Liquidação poderão ocorrer sem que tal ocorrência seja identificada pela Administradora; ou (II) as providências previstas neste Regulamento como decorrência de um Evento de Avaliação ou de Liquidação poderão não ser implementadas a tempo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo; ou (iii) poderá ser retardada a liquidação antecipada do Fundo de forma a afetar o patrimônio do Fundo e o valor das Quotas.



- X. Verificação das Condições de Cessão.** Cabe às Cedentes verificarem e declararem que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo atendem a todas as Condições de Cessão. O atendimento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão não é ativamente monitorado pela Administradora, nem pela Gestora ou pelo Custodiante. Assim, poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que, não obstante as declarações das Cedentes, não atendam às Condições de Cessão.
- XI. Riscos decorrentes dos critérios adotados pelas Cedentes para concessão de crédito.** Nos termos dos Contratos de Cessão, as Cedentes se comprometeram a observar a política de concessão de crédito das Cedentes constante do Anexo 16 deste Regulamento, que envolve, dentre outros aspectos, a análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e CNPJ, pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores, referências bancárias e outras que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente e análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente respectiva.

Como ponto negativo, as Cedentes não exigem a declaração de rendimentos dos Devedores. Entretanto, para todos os efeitos, nem a renda nem a capacidade de pagamento dos Devedores foi considerada nos Critérios de Elegibilidade e nem nas Condições de Cessão constantes dos artigos 16 e 18 deste Regulamento.

Conforme os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão listadas nos itens "d", "h" e "j" do parágrafo segundo do Artigo 16 deste Regulamento, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo com base, dentre outros, no adimplemento dos Devedores para com suas obrigações nos termos de outros direitos creditórios de titularidade do Fundo e na inexistência de restrição cadastral no cadastro de emitentes de cheques sem fundos - CCF do Banco Central do Brasil, Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. - SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, regularidade do CNPJ/MF do Devedor. Dentre os riscos decorrentes da política de concessão de crédito das Cedentes, podemos destacar como principal o relacionado ao inadimplemento dos Devedores, que é algo inerente à natureza de operações de crédito.



## **CAPÍTULO XXII.**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

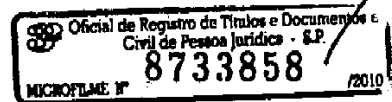
**Artigo 97.** O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação dos Direitos Creditórios a protesto ou pela inserção de nome de Devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, diretamente ou por terceiros por ela contratados para este fim, conforme orientação da Gestora e observada a política de cobrança estabelecida no Anexo 25, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

**Artigo 98.** Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com tais alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante deverá requerer o término do Contrato de Custódia em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de Custódia ao Fundo ou da substituição do Custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado acima, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

**Artigo 99.** Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se mensagem eletrônica como uma forma válida de comunicação entre a Administradora, a Gestora, o Custodiante, as Cedentes e os Quotistas.

**Artigo 100.** A assinatura, pelo investidor qualificado, do Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Anexo 46, implicará a aceitação e concordância expressa com todas as disposições deste Regulamento, às quais estará vinculado.

**Artigo 101.** Fica eleito o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**Artigo 102. Ouvidoria Corporativa Itaú.** Dúvidas, reclamações e sugestões fale com o seu Distribuidor. Se necessário, entre em contato com o Administrador (11) 5029-1456, dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, dias úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722.

**ANEXO 1**  
**Termos definidos**

Para fins deste regulamento, as definições contidas neste Anexo, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

<b>Administradora</b>	<b>INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</b> , sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04344-902, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993
<b>Agente Escriturador ou Custodiante</b>	<b>Itaú Unibanco S.A.</b> , instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa.
<b>Amortização por Excesso de Cobertura</b>	Amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação do Quotista Subordinada.
<b>Amortizações Extraordinárias</b>	Amortizações parciais de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em circulação, a serem determinadas unilateralmente pela Administradora nas datas e valores a serem por esta estipulados.
<b>Amortizações Programadas</b>	Amortizações programadas das Quotas, que compreende os termos, datas e valores de cada amortização prevista para a respectiva série de Quotas.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, sucessora da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID.
<b>Arquivo Magnético</b>	Arquivo, em meio eletrônico em formato previsto nos respectivos Contratos de Cessão, contendo as características dos créditos que cada Cedente está disposta a transferir ao Fundo.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>Ativos Financeiros</b>	Ativos financeiros listados no Artigo 27 deste Regulamento.
<b>Automatos</b>	<b>Automatos Tecnologia da Informação Ltda.</b> , sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.632.835/0001-90, com sede na cidade de Araras, Estado do Rio de

	Janeiro à Estrada Bernardo Coutinho n.º 2241, CEP 25725-022.
<b>Aviso de Desenquadramento</b>	Aviso ao Quotista Subordinado para que este venha a subscrever e integralizar Quotas Subordinadas no sentido de recompor a Razão Mínima.
<b>Benchmark</b>	O eventual parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas, conforme indicado no Suplemento de cada emissão. As Quotas poderão ou não ter parâmetro de rentabilidade.
<b>Boletim de Subscrição</b>	Boletim de subscrição de Quotas Seniores.
<b>Boletos Bancários</b>	Boletos bancários do Itaú Unibanco S.A., emitidos e enviados pela Cedente ou pelo ITAÚ UNIBANCO S.A., quando contrato pela Cedente para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A.. Os Boletos Bancários indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.
<b>Carteira</b>	Carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.
<b>Cedentes</b>	Empresas nas quais a Ideiasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, que tenham celebrado um Contrato de Cessão com o Fundo e que estejam habilitadas a ceder Direitos Creditórios ao Fundo.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Clientes ou Devedores</b>	Devedores dos Direitos Creditórios oferecidos ou cedidos ao Fundo.
<b>CNPJ/MF</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
<b>Compromisso de Integralização</b>	Compromisso de Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças, na forma do <u>Anexo 45</u> a este Regulamento.
<b>Condições de Cessão</b>	Condições de Cessão para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme previstos no Parágrafo 2º do Artigo 16 deste Regulamento.
<b>Condições Resolutivas</b>	Condições para resolução da cessão de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme previstas no Artigo 23 deste Regulamento.

<b>Conta de Cobrança</b>	Conta de cobrança de titularidade do Fundo mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. para recebimento de pagamentos relativos aos Boletos Bancários.
<b>Conta de Recebimento</b>	Conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., conforme indicada no Termo de Aceite ou utilizada nos termos dos Contratos de Cessão para recebimento de depósitos mediante TED.
<b>Conta Vinculada</b>	Conta Vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de trustee e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo.
<b>Contrato de Cessão</b>	Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com a interveniência do Custodiante.
<b>Contrato de Custódia</b>	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
<b>Contrato de Gestão</b>	Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento.
<b>Critérios de Elegibilidade</b>	Critérios de elegibilidade para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme previstos no Artigo 18 deste Regulamento.
<b>Data de Emissão</b>	Data de emissão das Quotas, compreendida como a data em que as Quotas serão emitidas pela Administradora, conforme o Suplemento respectivo.
<b>Data de início do Fundo</b>	Data de integralização da primeira Quota Sênior.
<b>Data de Provisionamento</b>	30º (trigésimo) dia corrido contado da respectiva data de vencimento de um Direito Creditório.
<b>Data de Resgate</b>	Data de resgate das Quotas, compreendida como a data de resgate integral das Quotas Seniores de cada série.
<b>Data de Subscrição</b>	Data de assinatura do respectivo Boletim de Subscrição ou Compromisso de Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças.
<b>Datas de Amortização</b>	Data das amortizações periódicas das Quotas, conforme as Amortizações Programadas descritas em cada respectivo Suplemento.
<b>Devedor ou Cliente</b>	Clientes das Cedentes que figurem como devedores dos Direitos Creditórios.

<b>Dia Útil</b>	Segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro do País.
<b>Direitos Creditórios</b>	Direitos creditórios performados, originados por empresas em que a Idelasnet detenha participação societária, direta ou indireta, na data da respectiva aquisição, e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes.
<b>Direitos Creditórios Performados</b>	Direitos Creditórios que, no momento do envio do relatório que os identificar ao Custodiante, referem-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso.
<b>Distribuição(ões)</b>	Distribuição(ões) de Quotas Seniores de emissão do Fundo.
<b>DOC</b>	Documento de ordem de crédito.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	Documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, as Faturas e os Termos de Aceite, se aplicável, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços, conforme definido no Contrato de Cessão.
<b>Empresa de Auditoria</b>	<b>KPMG Auditores Independentes</b> , sociedade inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, ou quem vier a substituí-la nos termos deste Regulamento.
<b>Encargos do Fundo</b>	Encargos de responsabilidade do Fundo identificados no Artigo 81 deste Regulamento.
<b>Eventos de Avaliação</b>	Eventos de Avaliação do Fundo previstos no Capítulo XVII deste Regulamento.
<b>Eventos de Liquidação</b>	Eventos de Liquidação do Fundo previstos no Capítulo XVII

	deste Regulamento.
<b>Excesso de Cobertura</b>	Hipótese em que a Razão Mínima seja superior a 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais).
<b>Fator Multiplicador</b>	Taxa definida em cada suplemento, expressa em percentual ao dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
<b>Faturas</b>	Faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços.
<b>Fundo</b>	Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços, constituído em 23.12.2009, de acordo com a Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, nos termos deste Regulamento.
<b>Gestora</b>	<b>Mercatto Capital Partners Ltda.</b> , sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28 de dezembro de 2009.
<b>Ideiasnet</b>	<b>Idelasnet S.A.</b> , companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002.
<b>Instruções CVM</b>	Instruções editadas pela CVM que sejam ou venham a ser aplicáveis ao Fundo, em especial a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas posteriores alterações.
<b>Officer</b>	<b>Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.</b> , sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob n.º 71.702.716/0001-89, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida General Valdomiro de Lima n.º 833, CEP 04344-070.
<b>Opção de Troca</b>	Opção de troca dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista nos Contratos de Cessão.
<b>Opção de Venda</b>	Opção de venda dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista nos Contratos de Cessão.
<b>Partes Relacionadas</b>	são: (i) as pessoas físicas ou jurídicas controladoras, direta

	ou Indiretamente, de determinada pessoa; (ii) as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, por tal pessoa; (iii) pessoas jurídicas coligadas, direta ou indiretamente, com tal pessoa; e (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. O conceito de controle para o fim deste parágrafo será aquele estabelecido na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores.
<b>Patrimônio Líquido</b>	Soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo.
<b>Pini</b>	Em conjunto e indistintamente: (a) <b>Editora Pini Ltda.</b> , sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.859.519/0001-51, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia nº 964, CEP 01130-900; e (b) <b>BP S.A.</b> , sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.900.579/0001-37, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Anhaia, nº 964, 1º andar/parte, CEP 01130-900.
<b>Prazo de Distribuição</b>	Prazo para subscrição das Quotas Seniores, equivalente a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do anúncio de início da distribuição de cada série de Quotas Seniores, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 42 deste Regulamento.
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de duração do Fundo, equivalente a 120 (cento e vinte) meses, prorrogável por decisão da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
<b>Preço de Aquisição</b>	Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, conforme indicado em cada Termo de Cessão e calculado nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 22 do Regulamento.
<b>Procedimento de Recebimento das Faturas</b>	(i) ao processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta de Recebimento decorrente do pagamento das Faturas, seja diretamente em referida Conta de Recebimento, sejam aqueles oriundos da Conta Vinculada; e (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada (conforme o caso) decorrente do pagamento das Faturas.
<b>Procedimento de Recebimento de Boletos</b>	(i) processamento da liquidação e recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários; (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios



	depositados na Conta de Cobrança, na forma estabelecida no Contrato de Custódia; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência, ao Fundo, da cobrança dos Direitos Creditórios indevidamente creditados à Cedente ao Fundo, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Direitos Creditórios.
<b>Quotas</b>	Totalidade das quotas de emissão do Fundo.
<b>Quotas Seniores</b>	Quotas de classe sênior de emissão do Fundo, distribuídas em uma ou mais séries.
<b>Quotas Subordinadas</b>	Quotas de classe subordinada de emissão do Fundo, distribuídas em uma ou mais séries.
<b>Quotista</b>	Os Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.
<b>Quotista Subordinado</b>	Quotista detentor de Quotas Subordinadas.
<b>Razão Mínima</b>	Razão mínima, apurada todo Dia Útil pela Administradora, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação, equivalente a, no mínimo, 133,33%.
<b>Regulamento</b>	Regulamento do Fundo.
<b>Reserva de Pagamento</b>	Reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores.
<b>SFN</b>	Sistema Financeiro Nacional.
<b>Softcorp</b>	<b>Latin eVentures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda.</b> , sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.462.101/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 1º andar, CEP 01311-000.
<b>Suplemento</b>	Suplementos ao Regulamento na forma de seu <u>Anexo 44</u> , os quais contemplam todas as características, inclusive o <i>Benchmark</i> , para cada série de Quotas Seniores, de acordo com as normas regulamentares pertinentes e com o estabelecido no Regulamento.
<b>Taxa de Administração</b>	Taxa de administração devida à Administradora em contrapartida aos serviços prestados ao Fundo, conforme prevista no Artigo 10º deste Regulamento.
<b>Taxa DI</b>	Taxa média dos depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.
<b>TED</b>	Transferência Eletrônica Disponível.

<b>Termo de Aceite</b>	Documento escrito, firmado pelo respectivo Devedor, por meio do qual os Devedores declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento, em termos substancialmente idênticos ao <u>Anexo 16-A</u> .
<b>Termo de Adesão</b>	Termo de adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, a ser formado pelos Quotistas na forma do <u>Anexo 46</u> .
<b>Termo de Cessão</b>	Termo padrão de cessão de Direito Creditório previsto nos respectivos Contratos de Cessão.
<b>Valor Unitário das Quotas</b>	Valor unitário da quotas, compreendido como o valor de emissão das Quotas na Data de Emissão.



## ANEXO 8

### **Critério de amostragem adotado nas auditorias substantivas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.**

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a. em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b. para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra: (i) Grau de Confiança: 95%; (ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

- c. se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

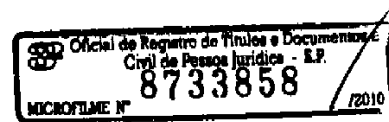
Para as vendas FOB, a análise dos documentos comprobatórios será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.
- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.

- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ/MF do comprador na Nota Fiscal.
- f. O canhoto de recebimento, se está assinado e datado em dia igual ou posterior a emissão da Nota Fiscal.
- g. A Data de Vencimento na Nota Fiscal.

Para as vendas CIF, a análise da nota fiscal será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.
- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.
- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ/MF do comprador na Nota Fiscal.
- f. A Data de Vencimento na Nota Fiscal.
- g. O Conhecimento de embarque.



## ANEXO 16

### **Política de Concessão de Crédito da Cedente**

As Cedentes serão responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que, entre outros, compõem a Política de Concessão de Crédito:

- a. *Perfil Cadastral*: análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica- CNPJ) e etc.;
- b. *Dados Cadastrais*: pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores; e
- c. *Referências*: referências bancárias, comerciais, de crédito, de contadores (para pessoas jurídicas), e outras referências que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente.
- d. *Histórico de Adimplemento*: análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente.

**ANEXO 16-A**  
**Modelo de Termo de Aceite**

Local e data,

À

(NOME DO CLIENTE)

(ENDEREÇO)

At.: \_\_\_\_\_

Ref.: Notificação de Cessão de Crédito

Prezados Senhores,

Ficam V. Sas. notificadas, para todos os fins e efeitos legais, que a \_\_\_\_\_  
(INCLUIR O NOME EMPRESARIAL DA CEDENTE) ("CEDENTE"), inscrita no CNPJ/MF sob  
o n.º [--] CEDERÁ, em caráter irrevogável e irretratável, ao Ideiasnet Fundo de  
Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços ("FUNDO"),  
ambos signatários desta, o(s) crédito(s) identificado(s) no Anexo I a esta notificação  
detido em face de V. Sas.

Em virtude da operação de cessão ora mencionada, a partir de • de • de 20•, o valor  
do crédito devido por V. Sas. deverá ser pago de forma pontual, direta e exclusiva  
mediante depósito na seguinte conta corrente de titularidade do FUNDO vinculada à  
respectiva cessão:

Titularidade: Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis  
Comerciais e Serviços

CNPJ/MF: 11.432.314/0001-80

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

O pagamento por V.Sas. do mencionado crédito em desacordo com a presente  
notificação não terá efeito liberatório da respectiva obrigação de pagar assumida  
originalmente por V. Sas. perante a CEDENTE, e acarretará a aplicação das  
penalidades legais e contratuais a ele atribuídas, inclusive o direito à indenização por  
prejuízos sofridos pelo FUNDO. É nulo e sem qualquer efeito qualquer negociação  
realizada entre V. Sas. e a CEDENTE envolvendo o crédito objeto desta notificação.

Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, conforme o caso, do Direito Creditório Inadimplente;

- c. Fase Judicial, que compreende controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório Inadimplente; e
- d. Fase de Negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.

ANEXO 41

**Modelo - Boletim de Subscrição**

**IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
- RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO N.º [•]

**1. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO:** emissão de [•] ([•]) de Quotas de classe Sênior, nominativas e escriturais, no valor de R\$[•] ([•] reais) cada Quota, totalizando, R\$ [•] ([•]), na Data de Emissão, conforme deliberado pelo Administrador (definido adiante) em [•] de [•] de [•].

<b>2. QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR</b>		
<b>Campo de preenchimento exclusivo para qualificação do Subscritor</b>		
<b>Nome / Razão Social:</b>		<b>CPF ou CNPJ/MF:</b>
<b>Nacionalidade:</b>	<b>Documento de Identidade:</b>	<b>Órgão emissor:</b>
<b>Endereço (n.º, complemento):</b>		
<b>CEP:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>Estado:</b>
<b>E-mail:</b>		<b>Telefone / Fax:</b>
<b>Campo de preenchimento exclusivo para representante(s) legal(is) ou procurador(es) do Subscritor</b>		
<b>Representante ou Procurador 1</b>		
<b>Nome:</b>		<b>CPF e Documento de Identidade:</b>
<b>E-mail:</b>	<b>Telefone / Fax:</b>	
<b>Representante ou Procurador 2</b>		
<b>Nome:</b>		<b>CPF e Documento de Identidade:</b>
<b>E-mail:</b>	<b>Telefone / Fax:</b>	
<b>Campo de preenchimento exclusivo para representante no País nos termos da Resolução CMN n.º 2.689/00</b>		
<b>Razão Social do Representante:</b>		<b>CNPJ/MF</b>



<b>Endereço:</b>		<b>N.º/Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>
<b>FORMA DE PAGAMENTO (DADOS DO SUBSCRITOR)</b>			
<b>N.º do Banco:</b>	<b>N.º da Agência:</b>	<b>N.º da Conta:</b>	

**3. QUOTAS SUBSCRITAS:** o Subscritor subscrive, neste ato, [●] ([●]) Quotas de emissão da [●a.] série do Idelasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços (o “Fundo”), administrado pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04344-902, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993 (“Administrador”), e gerido pela Mercatto Capital Partners Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28 de dezembro de 2009 (o “Gestor”).

**4. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO:** o preço de subscrição do Subscritor totaliza R\$[●] ([●] reais).

**5. CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO:** as Quotas ora subscritas serão integralizadas em recursos imediatamente disponíveis à vista, de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, celebrado em [●], entre o Subscritor e o Fundo, representado pelo Administrador (o “Compromisso de Investimento”), e do Regulamento do Fundo.

A integralização ocorrerá mediante o crédito do respectivo montante na conta corrente do Fundo no Banco [●], agência n.º [●], conta corrente n.º [●] realizado por qualquer mecanismo de transferência autorizado pelo Banco Central do Brasil ou por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP. Com o efetivo crédito na conta corrente do Fundo, o Subscritor deverá receber comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.

## 6. DECLARAÇÕES DO SUBSCRITOR:

O Subscritor declara, para todos os fins:

- (i) ter amplo e total conhecimento de todas as normas que regerão o Fundo, em particular, no que se refere à sua política de investimento, aos riscos inerentes ao tipo de investimento que está realizando e ao fato de que a Oferta Restrita não foi registrada na CVM;
- (ii) ter recebido cópia integral do Regulamento e ter total e perfeito conhecimento do seu conteúdo;
- (iii) estar de acordo e obrigar-se a cumprir com todos os termos e condições previstos no Regulamento do Fundo;
- (iv) ser Investidor Qualificado, nos termos da regulamentação editada pela CVM;
- (v) estar de acordo com as condições expressas neste Boletim de Subscrição, bem como que tomou conhecimento das características das Quotas subscritas;
- (vi) estar ciente de que i) o Quotista Inadimplente estará sujeito à penalidade prevista no respectivo Compromisso de Investimento, em razão de descumprimento contratual; ii) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo; e iii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembleias Gerais, pagamentos de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, observado que o bloqueio dos pagamentos de amortização será efetuado pelo Administrador, uma vez que a CETIP não realiza o bloqueio do pagamento de amortizações) até que suas obrigações tenham sido cumpridas ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, e aos seus direitos políticos, conforme previstos no Regulamento. Se houver Quotistas Inadimplentes, o pagamento das amortizações dos demais Quotistas será realizado por transferência bancária, fora do âmbito da CETIP;
- (vii) estar ciente de que, sem prejuízo do disposto no item acima, as Quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do Prazo de Distribuição serão necessariamente canceladas pela Administradora, exceto se referido Prazo de Distribuição for prorrogado mediante solicitação à CVM, na forma prescrita na regulamentação em vigor;
- (viii) estar ciente de que os termos aqui iniciados em letra maiúscula, e não de outra forma definidos no presente Boletim de Subscrição, terão os significados que lhes forem atribuídos no Regulamento do Fundo; e
- [(ix) estar ciente e de acordo que a oferta das quotas poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das quotas, desde que haja colocação de um montante mínimo de [....(.... por cento)] das quotas, equivalentes a [completar] ([completar])]

quotas ("Montante Mínimo"), sendo que as quotas que não forem colocadas no âmbito da oferta serão cancelados pela Emissora]. Uma vez atingido o Montante Mínimo, o Fundo, de comum acordo com o coordenador da oferta, poderá decidir por reduzir o valor total da oferta até um montante equivalente ao Montante Mínimo][Esta declaração aplica-se apenas caso haja possibilidade de distribuição parcial da oferta].

[Em caso de possibilidade de distribuição parcial da oferta, se for caso:

[DECLARO, AINDA, QUE MINHA ADESÃO À OFERTA:

1. ☐ não se condiciona à distribuição de montantes mínimos das quotas ofertadas.
2. ☐ está condicionada à distribuição da totalidade das quotas ofertadas.
3. ☐ está condicionada à distribuição de, no mínimo, \_\_\_\_\_ quotas ou \_\_\_\_\_ % do total de quotas ofertadas. Nesta hipótese, desejo subscrever:  
a totalidade das quotas objeto deste boletim de subscrição.
  - 3.1. ☐
  - 3.2. ☐ o equivalente à proporção entre o número de quotas efetivamente distribuídas e o número de quotas originalmente ofertadas.

O limite estabelecido pelo investidor não poderá ser inferior ao Montante Mínimo ([completar]% das quotas, equivalentes a [completar] quotas).]

**7. OUVIDORIA:** A Ouvidoria Corporativa Itaú poderá ser contatada pelo 0800 570 0011, em dias úteis, das 9 às 18 horas, ou pela caixa postal 67.600, CEP 03162-971.

São Paulo, [•] de [•] de [•].

\_\_\_\_\_  
[Subscritor]

CARIMBO E ASSINATURA DO ADMINISTRADOR:

\_\_\_\_\_  
**INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

ANEXO 44

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

**EMIÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE  
QUOTAS SENIORES DA • SÉRIE**

Suplemento ao Regulamento para emissão e distribuição pública de Quotas Seniores da • Série do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais e serviços ("Fundo"), realizada nos termos do seu regulamento ("Regulamento"), conforme as seguintes características:

- a) **Valor Unitário de Emissão:** R\$ •, atualizado na forma do Regulamento do Fundo;
- b) **Quantidade de Quotas Seniores:**
  - b.1) Quantidade Mínima: (•) Quotas Seniores, equivalentes a R\$ • (• reais);
  - b.2) Quantidade Máxima: (•) Quotas Seniores, equivalentes a R\$ • (• reais);
- c) **Data de Emissão:** •
- d) **Regime e Base Legal de Distribuição:** •
- e) **Prazo para subscrição:** até 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores da • Série;
- f) **Amortizações Programadas:** as amortizações programadas serão realizadas, após um prazo de carência de 12 (doze) meses, mensalmente, no Aniversário da série da Quota Sênior, a partir do décimo terceiro (13º) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, conforme o cronograma a seguir:

Amortizações	Datas de Amortização

Para fins deste Suplemento, o "Aniversário" de cada Quota Sênior ocorrerá mensalmente, sempre no mesmo dia em que ocorreu a primeira integralização da respectiva Quota Sênior .

- g) **Valor das Amortizações:** o valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de amortizações remanescentes;
- h) **Data de Resgate:** na data da última amortização programada de Quotas Seniores; e
- i) **Benchmark (meta de rentabilidade prioritária):** Taxa DI + ●% a.a. (● por cento ao ano).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, ●.

---

#### TITULAR DAS QUOTAS SENIORES

---

#### IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

C.P.F.:

ANEXO 45  
**COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS  
SUBORDINADAS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo assinadas, a saber:

(a) **IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 11.432.314/0001-80 ("Fundo"), neste ato devidamente representado por sua administradora **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para administrar fundos de Investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato devidamente representada nos termos do seu Contrato Social ("Administradora"); e

(b) **IDEIASNET S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.365.069/0001-44, neste ato devidamente representada nos termos de seu Estatuto Social ("Ideiasnet"), sendo o Fundo e a Ideiasnet doravante designados em conjunto como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte");

**PREÂMBULO**

**CONSIDERANDO QUE** o Fundo é uma comunhão de recursos constituído em 23.12.2009, sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, regido por regulamento (I) aprovado por ato único da Administradora e registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 28 de dezembro de 2009, sob o n.º 8727503, conforme posterior alteração também registrada no mesmo oficial sob o n.º •, de • ("Regulamento");

**CONSIDERANDO QUE** o patrimônio do Fundo será formado por 2 (duas) classes de quotas, sendo 1 (uma) única classe de quotas sênior ("Quotas Seniores"), as quais serão objeto de colocação pública, e 1 (uma) única classe de quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas"), as quais serão integralizadas exclusivamente pela Ideiasnet (as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas, em conjunto, designadas simplesmente como "Quotas"), nos termos do presente instrumento;

**CONSIDERANDO QUE** o valor unitário e inicial de emissão das Quotas da • emissão do Fundo corresponde a R\$ • (• reais);

**CONSIDERANDO QUE**, nos termos do Regulamento, até o resgate integral das Quotas Seniores, o valor das Quotas Subordinadas deverá corresponder a, no mínimo, • % (• por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior deverá corresponder a, no máximo, 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos percentuais) do valor do patrimônio líquido do Fundo ("Razão Mínima"), e que a Razão Mínima será verificada diariamente pela sociedade contratada para gerir a carteira de investimentos do Fundo, a **Mercatto Capital Partners Ltda.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28 de dezembro de 2009 ("Gestora");

**CONSIDERANDO QUE**, na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima e/ou da Reserva de Pagamento, conforme constatado pelo Gestor e informado à Cedente, com cópia para a Administradora, a Administradora, segundo orientação do Gestor, poderá realizar a emissão de Quotas Subordinadas para fins de reenquadramento da Razão Mínima e/ou da Reserva de Pagamento, conforme aplicável, a serem integralizadas pela Ideiasnet, sem prejuízo do disposto no Regulamento ("Novas Quotas Subordinadas");

Considerando que os termos e expressões utilizados em letra maiúscula neste Compromisso (conforme abaixo definido) terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento, se de outra forma não tiverem sido aqui definidos;

Resolvem as Partes celebrar este Compromisso de Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças ("Compromisso"), de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS**

- 1.1. A Idéias Net, neste ato, compromete-se a subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo, pelo valor da Quota Subordinada na data da respectiva integralização, calculado de acordo com o disposto no Regulamento ("Preço de Integralização"), de forma a garantir o atendimento da Razão Mínima e a constituição da Reserva de Pagamento após a primeira Data de Emissão (conforme definido no Regulamento).

- 1.2. A integralização das Quotas Subordinadas deverá ser feita à vista, no ato da aquisição: (a) em moeda corrente nacional, por meio de qualquer transferência de recursos permitida na regulamentação aplicável; ou (b) por meio da cessão de Direitos Creditórios, com a consequente celebração do respectivo Contrato de Cessão e Termo de Cessão. Na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas com a cessão de Direitos Creditórios, o preço de aquisição de referidos Direitos Creditórios será apurado pela Gestora de acordo com a seguinte expressão, conforme expresso em cada Termo de Cessão:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:

$PA_i$  = Preço de Aquisição do Crédito "i".

$VN_i$  = Valor nominal do Crédito "i", objeto da cessão.

$DU_i$  = Número de dias úteis compreendido entre a Data da Aceitação da Indicação, inclusive, e a data de vencimento do Crédito "i", exclusive.

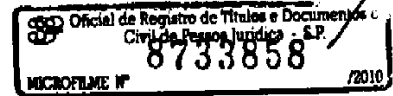
$Fator_{ce}$  = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \frac{\{[(1 + DI_{fut})^{1/252} - 1] + FSE\} + 1}{100}$$

Onde " $DI_{fut}$ " corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na "Estrutura a Termo de Taxas de Juros da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros" no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da formalização da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e " $FSE$ " corresponde ao fator *spread* de, no mínimo, 5,5% ao ano (cinco inteiros e cinco décimos percentuais ao ano).

- 1.3. Caso o Gestor constate o desenquadramento da Razão Mínima e/ou da Reserva de Pagamento em qualquer Data de Verificação, o Gestor comunicará imediatamente a ocorrência de tal fato à Cedente, com cópia para a Administradora, por meio de carta e/ou correio eletrônico (e-mail) com aviso de recebimento, solicitando à Cedente a realização de aporte adicional de recursos mediante a integralização de tantas Novas Quotas Subordinadas quantas sejam





necessárias para reenquadramento da Razão Mínima e/ou para formação de Reserva de Pagamento ("Aviso de Desenquadramento").

- 1.3.1. A integralização das Novas Quotas Subordinadas pela Ideiasnet nos termos do item 1.3. acima deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento, sob pena de aplicação do disposto no Capítulo XII do Regulamento.
- 1.4. Nas hipóteses descritas no item 1.3. acima, observado o disposto no Regulamento, a Administradora, mediante recebimento da notificação do Gestor de que trata o referido item, e segundo orientação do Gestor, providenciará a emissão de Novas Quotas Subordinadas para subscrição e integralização pela Ideiasnet nos termos do item 1.3.1. acima.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO DO PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO**

- 2.1. Na data de pagamento do Preço de Integralização das Quotas Subordinadas e/ou de quaisquer integralizações de Novas Quotas Subordinadas na forma dos itens 1.3. e 1.4. acima, a Ideiasnet deverá: (a) na hipótese de integralização em moeda nacional, transferir o montante correspondente ao Preço de Integralização e/ou ao preço de integralização das Novas Quotas Subordinadas determinado à época, para a conta corrente de titularidade do Fundo, conforme informada pela Administradora; (b) na hipótese de integralização em Direitos Creditórios, oferecer Direitos Creditórios ao Fundo na forma prevista no respectivo Contrato de Cessão.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DECLARAÇÕES DA IDEIASNET**

- 3.1. A Ideiasnet, neste ato, declara e garante ao Fundo e à Administradora, na data de assinatura deste Compromisso e na data de cada integralização das Novas Quotas Subordinadas realizada nos termos deste Compromisso, que:
  - a. é uma sociedade constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizado a operar;
  - b. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração deste Compromisso, à assunção e cumprimento das obrigações dele decorrentes, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais e estatutários necessários para tanto;

- c. os representantes legais ou mandatários que assinam este Compromisso têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome da Ideiasnet as obrigações estabelecidas neste Compromisso;
  - d. sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares a que esteja sujeito até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Compromisso; e
  - e. a celebração deste Compromisso e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Compromisso, dos quais a Ideiasnet seja parte ou aos quais esteja vinculado; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Ideiasnet ou qualquer dos bens de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Ideiasnet ou qualquer dos bens de sua propriedade.
- 3.2. A Ideiasnet compromete-se a informar a Administradora, em até 2 (dois) dias úteis, sobre toda e qualquer mudança societária que ocorrer em seu Conglomerado, principalmente, mas não se limitando, aquelas que envolverem a saída da Ideiasnet da participação societária de companhias que cederam ou venham a ceder Direitos Creditórios para o Fundo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES**

- 4.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento em moeda corrente nacional previstas neste Compromisso caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.
- 4.2. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações de dar, fazer e não fazer previstas neste Compromisso, que não tenha sido regularizado no prazo de 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação

da Parte não inadimplente, obrigará a Parte inadimplente ao pagamento de uma multa convencional, não compensatória, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia corrido, além do pagamento do prejuízo total causado à outra Parte.

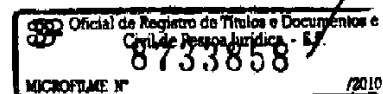
- 4.3. O não cumprimento pela Ideiasnet do disposto no item 3.2., obrigará a mesma ao pagamento de uma multa convencional, não compensatória, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia corrido, além do pagamento do prejuízo total causado ao Fundo.
- 4.4. No caso de a Ideiasnet descumprir a obrigação de efetuar o pagamento de integralização de quaisquer Novas Quotas Subordinadas que venham a ser emitidas pelo Fundo, de acordo com o disposto nos Itens 1.3. e 1.4. acima, aplicar-se-á o disposto no Regulamento do Fundo, sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cláusula Quarta.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

- 5.1. Este Compromisso começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante todo o prazo de duração do Fundo, conforme descrito no Regulamento.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 6.1. Todos os documentos e comunicações enviados por qualquer das Partes nos termos deste Compromisso serão feitos por escrito e encaminhados para os endereços constantes do preâmbulo deste Compromisso. As Partes poderão utilizar-se de correio eletrônico (e-mail) para o envio de documentos e comunicações nos termos deste Compromisso, sendo que, nesse caso, o endereço de correio eletrônico (e-mail) deverá ser previamente informado à outra Parte.
- 6.2. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Compromisso somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes.
- 6.3. As Partes celebram este Compromisso em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.
- 6.4. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda,



modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Compromisso, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Compromisso.

- 6.5. Este Compromisso constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.
- 6.6. Salvo disposição em contrário prevista neste Compromisso, é expressamente vedada a cessão a tercelros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.
- 6.7. As Quotas Subordinadas e/ou as Novas Quotas Subordinadas que venham a ser integralizadas pela Ideiasnet nos termos deste Compromisso não serão objeto de negociação, transferência ou qualquer forma de oneração, salvo na hipótese de decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal, mediante comunicação prévia à Administradora e ao Gestor.
- 6.8. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Compromisso poderá ser cobrada por meio de processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida, certa e exigível, atribuindo a este Compromisso a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 6.9. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Compromisso, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam este Compromisso em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de Direito, obrigando-se por si, por seus sucessores a qualquer título, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

**IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**, representado por sua administradora,  
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

1. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

2. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

**IDEIASNET S.A.**

1. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

2. \_\_\_\_\_

Por:

Cargo:

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG.:

CPF/MF:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

CPF/MF:

ANEXO 46

**TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO**

**IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

<b>1 - Nome do Quotista</b>			<b>2 - CNPJ/CPF</b>	
<b>3 - Banco</b>	<b>4 - Agência N°</b>	<b>5 - Conta/Dac N°</b>	<b>6 - Data</b>	
<b>7 - E-mail</b>		<b>8 - Valor</b>		

9 - O objetivo do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços, designado doravante “Fundo”, é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no seu Regulamento, designado “Regulamento”, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição, pelo Fundo, de: (a) direitos creditórios performados, originados por empresas em que a Ideiasnet S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002 (“Ideiasnet”) detenha participação societária, direta ou indireta, na data de aquisição dos direitos creditórios e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, garantias e instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes (em conjunto e indistintamente os “Direitos Creditórios”), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as Cedentes ou coobrigação destas, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios; e/ou (b) Ativos Financeiros.

10 - O objetivo do Fundo, bem como os parâmetros de rentabilidade, procedimentos de constituição de reserva de pagamento de amortizações e resgates e quaisquer outras disposições estabelecidas no Regulamento não constituem, sob qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte do Administrador, consistindo apenas um objetivo a ser perseguido pelo Administrador.

11 - Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes

que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que as Cedentes, o Gestor, o Administrador, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

12 - Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável, e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

13 - As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

14 - Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

**I. Risco de mercado.** O apreçamento dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo. Os Ativos Financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer



também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e Internacional. A queda do valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e as Cedentes não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

As variações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas. O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos em Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Quotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia das Cedentes, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total ou parcial do capital investido pelos Quotistas.

**II. Risco de limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelos respectivos emitentes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

**III. Risco de liquidez.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora, alienarem os seus respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações ou



o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

**IV. Risco de crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Além disso, nos termos do Artigo 23 deste Regulamento, considerar-se-á resolvida a Cessão de Direitos Creditórios: (i) cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimento, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (i.1) vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos mesmos, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros Instrumentos vinculados; ou (ii.2) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pelas Cedentes acerca das Condições de Cessão; (ii) que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios; (iii) originários de fraude cometida pela Cedente; (iv) que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente no respectivo Contrato de Cessão.

Nos termos do Artigo 25, § 1º deste Regulamento, a Gestora será responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos em benefício do Fundo, de acordo com os procedimentos de cobrança. Não há como assegurar que a Gestora conseguirá recuperar os valores devidos e não pagos, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e, conseqüentemente, para os Quotistas.

**V. Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

**VI. Riscos relacionados a fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e

mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelas Cedentes, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

**VII. Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos neste Regulamento e respectivo Suplemento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

**VIII. Fundo fechado.** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude de liquidação antecipada, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios e Ativos Financeiros presentes na Carteira do Fundo. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

**IX. Liquidez reduzida das Quotas.** As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma

de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

- X. Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto neste Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização: (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.
- XI. Hedge indisponível ou imperfeito.** Nos termos deste Regulamento, a Gestora, deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tente realizar as operações com derivativos: (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo; e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.
- XII. Risco de Instrumentos Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.
- XIII. Risco de liquidação antecipada do Fundo.** Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou

proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**XIV. Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos.** Na hipótese de a Assembleia Geral deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos e não haver, na liquidação do Fundo, recursos em moeda para o resgate das Quotas, sendo necessária a entrega dos Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros aos Quotistas, conforme autorizado pelo Artigo 15, Parágrafo 1º da Instrução CVM n.º 356; os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para: (i) vender os Direitos Creditórios recebidos; ou (ii) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.

**XV. Risco de conflito de interesses entre a Gestora do Fundo e a controladora das Cedentes.** A Mercatto Gestão de Recursos Ltda. é gestora (e, em relação ao fundo Mercatto Diferencial Multimercado FI Longo Prazo, também é quotista minoritária) de fundos de investimento que detêm, em conjunto, participação relevante na Ideiasnet. Tendo em vista que, adicionalmente, a Mercatto Gestão de Recursos Ltda. controla a Gestora do Fundo e, nos termos deste Regulamento, detém o poder de recusa dos direitos creditórios ofertados ao Fundo, pode haver conflito de interesses em relação à recusa ou não de cessões de Direitos Creditórios ao Fundo.

**XVI. Risco de não obtenção de tratamento tributário para fundos de longo prazo.** Nos termos deste Regulamento, a Gestora não está obrigada a manter uma carteira de ativos de perfil de longo prazo, o que pode resultar na não obtenção, pelo Fundo, de tratamento tributário para fundos de longo prazo. Assim, não há garantia de que este Fundo obterá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

15 - Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

**I. Risco de crédito e ausência de co-obrigação das Cedentes.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante, as Cedentes e suas respectivas Partes

Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores ou pelos coobrigados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes as suas Quotas.

**II. Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da Carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade ocorre no momento da cessão dos recebíveis para o Fundo e não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

**III. Risco relativo à cobrança por meio de Boletos Bancários.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por operações de compra e venda de mercadorias é realizada através da emissão de Boletos Bancários pela Cedente aos seus Clientes. Quando os Direitos Creditórios são cedidos ao Fundo, o boleto bancário originalmente emitido a cada Cliente é cancelado e substituído por um novo Boleto Bancário contendo as novas instruções de pagamento, a fim de direcionar os recursos oriundos do pagamento diretamente para a Conta de Cobrança. Caso os Devedores paguem os Direitos Creditórios por meio de boletos bancários cancelados, os recursos serão direcionados à conta de titularidade das Cedentes. Neste caso, as Cedentes podem receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo. Assim, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores pelas Cedentes poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome destas. Nesta hipótese, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo. Adicionalmente, o pagamento por meio de Boletos Bancários cancelados poderá distorcer a real taxa de inadimplência dos Direitos Creditórios, afetando adversamente sua classificação de risco.

**IV. Risco relativo à cobrança por meio de Faturas.** A cobrança dos Direitos Creditórios originados por prestação de serviços é realizada por meio da emissão de Faturas pela Cedente aos seus Clientes. Os Direitos Creditórios representados por Faturas que venham a ser oferecidos ao Fundo serão necessariamente acompanhados de Termo de Aceite por meio do qual os Clientes declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento em: (i) conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., conforme indicado no respectivo Termo de Aceite; ou (ii) conta vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de *trustee* e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicado no Termo de Aceite.

Caso os Devedores paguem as Faturas em contas bancárias de titularidade das Cedentes que não a Conta Vinculada, quer por não terem sido notificados a respeito da cessão através do Termo de Aceite ou por outros motivos, as Cedentes podem conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores em prejuízo do Fundo. Adicionalmente, tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos. Sem prejuízo da hipótese acima, o acesso do Fundo aos recursos recebidos dos Devedores por meio da Conta Vinculada poderá ser impedido ou dificultado caso seja proferida decisão judicial em litígios envolvendo as Cedentes que resulte em bloqueio das contas bancárias mantidas em nome das Cedentes. Nestas hipóteses, o Fundo poderá não receber o devido repasse dos recursos relativos aos Direitos Creditórios no tempo ou valor devido, ou ainda, incorrer em custos e dificuldades adicionais para reavê-los das Cedentes, de forma a impactar negativamente o fluxo de caixa do Fundo.

**V. Risco das Cedentes como fiéis depositárias dos Documentos Comprobatórios.** Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pelas Cedentes ou por empresa a ser contratada pelas Cedentes, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo.

As Cedentes e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora as Cedentes e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos e à

realização da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, causando, assim, no caso de inadimplementos, efeitos adversos na Carteira do Fundo.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.

**VI. Risco de Descontinuidade.** De acordo com a estrutura da operação, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo. Nenhuma garantia poderá ser dada de que as Cedentes continuarão originando os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo ou que os Direitos Creditórios originados pelas Cedentes atenderão aos critérios de elegibilidade. Portanto, o patrimônio líquido do Fundo será afetado em função da impossibilidade de aquisição de ativos com rentabilidade compatível com a proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Conforme previsto neste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder a sua amortização em datas anteriores às Datas de Amortização ou à Data de Resgate, na ocorrência de Eventos de Avaliação, de Eventos de Liquidação Antecipada, em caso de determinação da Assembleia Geral ou na hipótese de Amortização Extraordinária. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimentos reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos em ativos com remuneração compatível com a proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**VII. Risco operacional.** Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos documentos representativos dos Direitos Creditórios ou nos processos operacionais de realização de serviços, de entrega de produtos, aceitação dos produtos ou serviços pelos Clientes, cobrança ou fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo aos boletos bancários em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Fundo, podem atrasar, ou



deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do agente cobrador ou problemas internos das instituições financeiras.

Haverá, ainda, risco operacional quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos. Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM nº. 356/01. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou, até mesmo, perdas aos Quotistas do Fundo.

Há, ainda, o risco de que, dado o procedimento estipulado no Regulamento e nos Contratos de Cessão para a formalização e registro da cessão dos Direitos Creditórios, os Termos de Cessão não sejam registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos no prazo previsto na Lei de Registros Públicos para que a eficácia da cessão perante terceiros retroaja desde a data de assinatura do respectivo Termo de Cessão. Neste caso, as cessões somente gerariam efeitos perante terceiros a partir da data da apresentação do Termo de Cessão respectivo para registro e não desde a celebração do Termo de Cessão. Deste modo, aumenta o risco de discussões envolvendo a titularidade dos Direitos Creditórios e a possibilidade de ocorrência de múltiplas cessões dos Créditos. Além disso, os procedimentos previstos para a cessão dos Direitos Creditórios prevê o pagamento do respectivo Preço de Aquisição, pelo Fundo, antes da completa formalização da cessão dos Direitos Creditórios.

**VIII. Risco de incorrer em despesas adicionais.** Não obstante a obrigação das Cedentes em reembolsar e ressarcir integralmente o Fundo dos custos e das despesas com cobrança e recuperação de créditos inadimplidos, o Fundo poderá ter dificuldades em recuperar tais gastos, os quais impactarão negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e, portanto, o valor das Quotas.

**IX. Monitoramento de Eventos de Avaliação e Liquidação.** Eventos de Avaliação e Liquidação não serão ativamente monitorados pela Administradora nem pela Gestora. Dessa forma: (I) Eventos de Avaliação ou de Liquidação poderão ocorrer



sem que tal ocorrência seja identificada pela Administradora; ou (ii) as providências previstas neste Regulamento como decorrência de um Evento de Avaliação ou de Liquidação poderão não ser implementadas a tempo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo; ou (iii) poderá ser retardada a liquidação antecipada do Fundo de forma a afetar o patrimônio do Fundo e o valor das Quotas.

**X. Verificação das Condições de Cessão.** Cabe às Cedentes verificarem e declararem que os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo atendem a todas as Condições de Cessão. O atendimento dos Direitos Creditórios às Condições de Cessão não é ativamente monitorado pela Administradora, nem pela Gestora ou pelo Custodiante. Assim, poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que, não obstante as declarações das Cedentes, não atendam às Condições de Cessão.

**XI. Riscos decorrentes dos critérios adotados pelas Cedentes para concessão de crédito.** Nos termos dos Contratos de Cessão, as Cedentes se comprometeram a observar a política de concessão de crédito das Cedentes constante do Anexo 16 deste Regulamento, que envolve, dentre outros aspectos, a análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e CNPJ), pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores, referências bancárias e outras que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente e análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente respectiva.

Como ponto negativo, as Cedentes não exigem a declaração de rendimentos dos Devedores. Entretanto, para todos os efeitos, nem a renda nem a capacidade de pagamento dos Devedores foi considerada nos Critérios de Elegibilidade e nem nas Condições de Cessão constantes dos artigos 16 e 18 deste Regulamento.

Conforme os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão listadas nos itens "d", "h" e "j" do parágrafo segundo do Artigo 16 deste Regulamento, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo com base, dentre outros, no adimplemento dos Devedores para com suas obrigações nos termos de outros

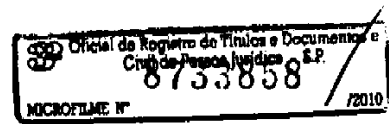
direitos creditórios de titularidade do Fundo e na inexistência de restrição cadastral no cadastro de emitentes de cheques sem fundos - CCF do Banco Central do Brasil, Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. - SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, regularidade do CNPJ/MF do Devedor. Dentre os riscos decorrentes da política de concessão de crédito das Cedentes, podemos destacar como principal o relacionado ao inadimplemento dos Devedores, que é algo inerente à natureza de operações de crédito.

16. - Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, o Administrador envidará os melhores esforços para orientar a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, descrita no Capítulo X do Regulamento, de forma a caracterizar o investimento das Quotas do Fundo como de longo prazo. Apesar disso, não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita em seu Regulamento, o Administrador não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste instrumento. O Quotista, portanto, se expõe ao risco de perda do capital investido, existindo, ainda, a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

17 - O Administrador cobrará a Taxa de Administração correspondente a 0,65% (sessenta e cinco centésimos percentuais) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Patrimônio Líquido. A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

18 - O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Monitor Mercantil.

19 - Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados no presente Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Anexo 1 ao Regulamento.



20 - DECLARO(AMOS) TER RECEBIDO, LIDO E ENTENDIDO O REGULAMENTO DO IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS, E TER TOMADO CIÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DOS RISCOS DELA DECORRENTES, DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DE TODOS OS DEMAIS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS AO FUNDO. DECLARO(AMOS) TER ADERIDO AO INTEIRO TEOR DO REGULAMENTO, SOBRE O QUAL NÃO TENHO(MOS) QUALQUER DÚVIDA.

21 - As Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

22 - Por fim, informamos que comunicações a [mim/nós] enviadas pelo Administrador e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o e-mail informado no item 7 acima.

[Local e data]

---

Assinatura do Quotista(s)

Visto e carimbo do gerente

Funcional n.º

**ANEXO 77**  
**Tabela de Equivalência de Níveis**

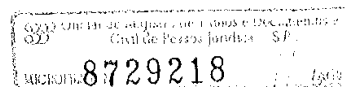
	Moody's	Standard & Poor's	LF Rating	SR Rating	Fitch
<b>1ª Categoria de Risco</b>					
Níveis	Aaa	AAA	AAA	AAA	AAA
	Aa1	AA+	AA+	AA+	AA+
	Aa2	AA	AA	AA	AA
	Aa3	AA-	AA-	AA-	AA-
	A1	A+	A+	A+	A+
	A2	A	A	A	A
	A3	A-	A-	A-	A-
<b>2ª Categoria de Risco</b>					
Níveis	Baa1	BBB+	BBB+	BBB+	BBB+
	Baa2	BBB	BBB	BBB	BBB
	Baa3	BBB-	BBB-	BBB-	BBB-
	Ba1	BB+	BB+	BB+	BB+
	Ba2	BB	BB	BB	BB
	Ba3	BB-	BB-	BB-	BB-
	B1	B+	B+	B+	B+
	B2	B	B	B	B
	B3	B-	B-	B-	B-

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **13.2. Suplemento ao Regulamento das Quotas Seniores da Primeira Série.**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO  
IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS**

**EMIÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE  
QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE**

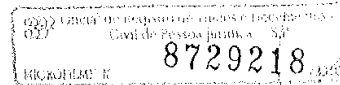
Suplemento ao Regulamento para emissão e distribuição pública de Quotas Seniores da Primeira Série do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais e Serviços (o "Fundo"), realizada nos termos do seu regulamento ("Regulamento"), conforme as seguintes características:

- a) **Valor Unitário de Emissão:** R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), atualizado na forma do Regulamento do Fundo;
- b) **Quantidade de Quotas Seniores:** no mínimo 30 (trinta) Quotas Seniores, equivalentes a R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) e, no máximo, 75 (setenta e cinco) Quotas Seniores, equivalentes a R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais);
- c) **Data de Emissão:** 02 de fevereiro de 2010.
- d) **Regime e Base Legal de Distribuição:** As Quotas Seniores da Primeira Série serão distribuídas em regime de melhores esforços de colocação nos termos da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003.
- e) **Prazo para Subscrição:** 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série;
- f) **Amortizações Programadas:** as amortizações programadas serão realizadas, após um prazo de carência de 12 (doze) meses, mensalmente, no Aniversário da série da Quota Sênior, a partir do décimo terceiro (13º) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, conforme o cronograma a seguir:

Amortizações	Datas de Amortização
1ª	13º mês após integralização
2ª	14º mês após integralização
3ª	15º mês após integralização
4ª	16º mês após integralização
5ª	17º mês após integralização
6ª	18º mês após integralização
7ª	19º mês após integralização



8ª	20º mês após integralização
9ª	21º mês após integralização
10ª	22º mês após integralização
11ª	23º mês após integralização
12ª	24º mês após integralização
13ª	25º mês após integralização
14ª	26º mês após integralização
15ª	27º mês após integralização
16ª	28º mês após integralização
17ª	29º mês após integralização
18ª	30º mês após integralização
19ª	31º mês após integralização
20ª	32º mês após integralização
21ª	33º mês após integralização
22ª	34º mês após integralização
23ª	35º mês após integralização
24ª	36º mês após integralização
25ª	37º mês após integralização
26ª	38º mês após integralização
27ª	39º mês após integralização
28ª	40º mês após integralização
29ª	41º mês após integralização
30ª	42º mês após integralização
31ª	43º mês após integralização
32ª	44º mês após integralização
33ª	45º mês após integralização
34ª	46º mês após integralização
35ª	47º mês após integralização
36ª	48º mês após integralização
37ª	49º mês após integralização
38ª	50º mês após integralização
39ª	51º mês após integralização
40ª	52º mês após integralização
41ª	53º mês após integralização
42ª	54º mês após integralização
43ª	55º mês após integralização
44ª	56º mês após integralização
45ª	57º mês após integralização
46ª	58º mês após integralização
47ª	59º mês após integralização
48ª	60º mês após integralização



Para fins deste Suplemento, o "Aniversário" de cada Quota Sênior ocorrerá mensalmente, sempre no mesmo dia em que ocorreu a primeira integralização da respectiva Quota Sênior.

- g) **Valor das Amortizações:** o valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de amortizações remanescentes;
- h) **Data de Resgate:** na data da última amortização programada de Quotas Seniores; e
- i) **Benchmark (meta de rentabilidade prioritária):** Taxa DI + 2,2% a.a. (dois inteiros e dois décimos percentuais ao ano).

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 22 de janeiro de 2010.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **13.3. Relatório Preliminar da Agência Classificadora de Risco.**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ABS/Recebíveis  
Comerciais  
Brasil  
Relatório de Rating  
Preliminar

## Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais e Serviços Classe Sênior - Série 2010-1

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Ely Mizrahi  
55 11 4504-2600  
[ely.mizrahi@fitchratings.com](mailto:ely.mizrahi@fitchratings.com)

Jayme Bartling  
55 11 4504-2600  
[jayme.bartling@fitchratings.com](mailto:jayme.bartling@fitchratings.com)

### Pesquisa Relacionada

#### Metodologia

- "Global Rating Criteria for Trade Receivables Securitizations", 28 de janeiro de 2008;
- "Global Structured Finance Rating Criteria", 30 de setembro de 2009.

### Sumário

Resumo da Transação .....	1
Transação e Estrutura Legal .....	3
Análise do Colateral .....	4
Estrutura Financeira .....	10
Risco de Contrapartes .....	13
Monitoramento .....	14
Apêndice A: Originação .....	15
Apêndice B: Resumo da Transação .....	17

### Rating Preliminar

Classe/Série	Montante (BRL MM)	Vencimento Final Legal	Rating	Reforço de Crédito**	Perspectiva
Cota Sênior - Série 2010-1	22,5	Jan./2015	AA-(bra)	25%	Estável
Cotas Subordinadas	7,5	Jan./2015	NA	--	--
Total Emissão	30,0				

O Rating Preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O Rating Preliminar está baseado em informações prévias fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 27 de janeiro de 2010. O Rating Preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

NA – Não Avaliada.

\*\* Reforço de crédito na forma de cotas subordinadas adicionado à sobrecolateralização (calculada sobre o saldo devedor da carteira de BRL30,0 milhões). Este saldo devedor da carteira reflete a dedução de despesas estimadas de estruturação a serem pagas no início da operação.

Fonte: Fitch Ratings

### Resumo da Transação

A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo 'AA-(bra)' (AA menos(bra)) à primeira série de cotas seniores do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais e Serviços (Ideiasnet FIDC). Esta operação é uma securitização de direitos creditórios de recebíveis comerciais performados provenientes de vendas realizadas no Brasil pela Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. (Officer), Automatos Tecnologia da Informação Ltda. (Automatos), Latin e Ventures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda. (Softcorp), Editora Pini Ltda. e BP S.A. (Pini) para seus clientes. Estas empresas fazem parte do portfólio de empresas nas quais a Ideiasnet S.A. (Ideiasnet) possui participação acionária direta ou indiretamente. Assim, através deste programa de securitização de contas a receber das cedentes, a Ideiasnet objetiva melhorar a estrutura de financiamento destas empresas, que são elegíveis para ceder créditos ao fundo. A primeira emissão de cotas seniores de série única será objeto de oferta de distribuição pública, enquanto a emissão de cotas subordinadas será adquirida integralmente pela Ideiasnet.

O Rating Preliminar atribuído a esta operação reflete a capacidade de pagamento integral do principal investido e juros acumulados à taxa anual de CDI, acrescido de até 2,2% ao ano, nas datas de amortização programada até seu vencimento final.

### Principais Fundamentos do Rating

#### Pontos Fortes

- Reforço de Crédito - A primeira série de cotas seniores contará com reforço de crédito inicial de 25,0% na forma de sobrecolateralização. Esta última é a razão entre o valor dos recebíveis comerciais que excede o saldo devedor das cotas seniores (BRL22,5 milhões) e o saldo devedor total dos recebíveis comerciais de BRL30,0 milhões. Além do reforço de crédito inicial de 25,0%, mediante a taxa mínima de desconto estabelecida, será gerada sobrecolateralização adicional de cerca de 3,4%. Após absorver em primeira instância as perdas da carteira, esta sobrecolateralização adicional será alocada às cotas subordinadas. Estas serão amortizadas em regime pro rata em relação às cotas seniores, à medida

que tal reforço de crédito permaneça por todo momento igual ou superior a 25,0%.

- **Qualidade de Crédito da Carteira** - A Fitch baseou-se em informações históricas apresentadas pelas carteiras de crédito das cedentes em relação à inadimplência e à perda, no curto prazo médio de pagamento reportado pelas cedentes, de trinta a 45 dias, e na elevada pulverização em relação à concentração de sacados. A opinião da Fitch sobre a qualidade de crédito da carteira de direitos creditórios elegível para esta securitização é satisfatória.
- **Risco de Concentração por Sacado** - A estrutura do fundo visa a assegurar uma pulverização mínima por sacado. A exposição individual de um sacado (considerando seu grupo econômico) não poderá ser maior do que 5,0% da carteira de direitos creditórios do fundo, enquanto a exposição ao risco de crédito do somatório dos cinco maiores sacados (i.e. grupo econômico) está limitada a 15% da carteira de direitos creditórios do fundo. Assim, caso o patrimônio líquido (PL) do fundo esteja totalmente investido em direitos creditórios, o reforço de crédito disponível na operação será capaz de cobrir, em todo momento, mais do que a exposição aos cinco maiores sacados presentes na transação.
- **Integridade da Estrutura Jurídica** - Sobre a estrutura legal apresentada nesta operação, a Fitch tem convicção de que um evento de insolvência das cedentes não deverá afetar a integridade e a titularidade dos direitos creditórios do fundo, e de que a operação será capaz de honrar os compromissos assumidos com os investidores seniores.
- **Riscos de Servicing** - As cedentes da operação farão a cobrança dos direitos creditórios vencidos e não pagos cedidos ao fundo por até trinta dias contados do atraso, e a deterioração em relação à capacidade operacional das cedentes no desempenho deste papel poderia prejudicar a performance dos direitos creditórios da transação. Positivamente, a operação prevê a contratação de cobrança terceirizada caso fique evidente, através de determinados gatilhos, que o desempenho por parte da cedente não está adequado.

## Pontos Fracos

- **Risco de Diluição dos Direitos Creditórios** - Os principais eventos de diluição apresentados pela carteira de recebíveis comerciais elegível ao fundo são cancelamentos e descontos. Estes riscos não se referem à qualidade de crédito dos sacados do fundo, e sim à dinâmica comercial entre estes sacados e as cedentes. Na opinião da Fitch, a deterioração da qualidade de crédito das cedentes pode alavancar a ocorrência dos eventos de diluição sobre a carteira cedida ao fundo.
- **Descasamento de Taxas de Juros** - No momento da cessão dos direitos creditórios, estes serão descontados pela taxa mínima de cessão estabelecida na operação. Como resultado do desconto, será gerado um rendimento prefixado, que deverá fazer frente à taxa benchmark de rendimento pós-fixado das cotas seniores emitidas pelo fundo. Esta situação gera um descasamento das taxas dentro do prazo dos direitos creditórios.

Apesar de a operação prever o uso de instrumentos de derivativos para mitigar o risco de descasamento da taxa de juros, a aplicação desta ferramenta não é obrigatória, e ficará a critério do gestor.

- **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - Os pagamentos referentes aos direitos creditórios pertencentes ao fundo poderão ser realizados via boleto bancário ou depósito e transferência bancária na conta de recebimento de titularidade do fundo ou na conta vinculada de titularidade da cedente, sendo que a movimentação da conta vinculada é exclusiva do custodiante. A opinião da Fitch em relação à conta vinculada de titularidade do cedente é de que os direitos

creditórios ali recebidos poderão se confundir com os direitos creditórios da cedente, sendo que tais recursos estão expostos ao risco de falência ou recuperação judicial de sua titular.

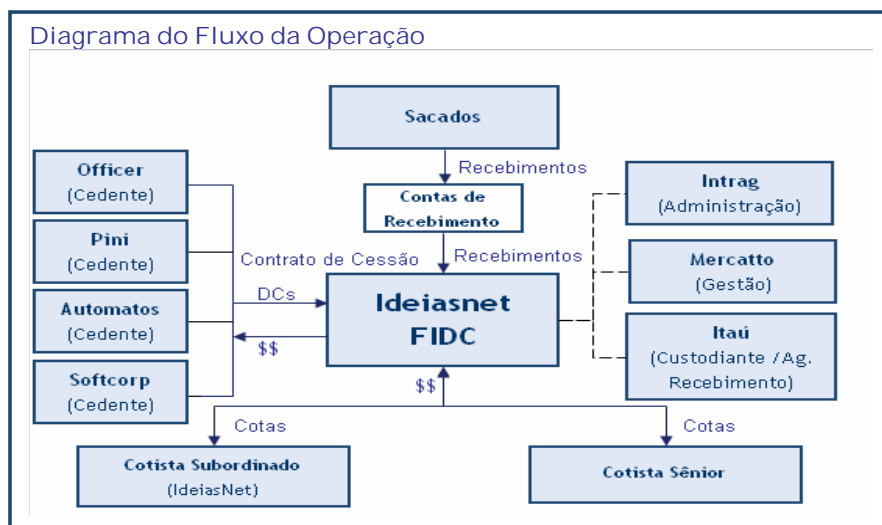
## Aplicação de Critério e Dados Históricos

### *Análise de Dados*

A Fitch recebeu um histórico de informações dos direitos creditórios das cedentes através da Mercatto Capital Partners Ltda. (Mercatto). As informações enviadas, segregadas por cedente, apresentaram as características dos direitos creditórios elegíveis e o comportamento de pagamentos por parte dos sacados das cedentes. Sobre o comportamento de pagamento, houve uma abertura em relação ao motivo do inadimplemento, e esta abertura apresentou as questões relacionadas a crédito e diluição. O período de observação das informações fornecidas é de 46 meses, correspondente a dezembro de 2005 a setembro de 2009.

### *Aplicação de Critério*

A Fitch utilizou para esta análise a abordagem metodológica para derivar as premissas num cenário base de perda, diluição, descasamento da taxa de juros e múltiplos de estresse. O Critério Global de Avaliação para Securitizações de Recebíveis Comerciais, publicado em 28 de janeiro de 2008, está disponível no site da Fitch, em [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).



## Transação e Estrutura Legal

O Ideiasnet FIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo de dez anos, que poderá ser prorrogado por decisão da assembleia geral de cotistas. A primeira série de cotas seniores possui prazo de cinco anos, a partir da primeira subscrição. O fundo será administrado pela Intrag DTVM Ltda. (Intrag), o Banco Itaú S.A. (Itaú) exercerá as funções relacionadas à custódia e ao recebimento dos ativos e a Mercatto será a gestora do fundo. As cedentes foram contratadas como fiéis depositárias dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo e realizarão a cobrança dos direitos creditórios vencidos e não pagos até o trigésimo dia do inadimplemento.

O fundo emitirá duas classes distintas de cotas, sênior e subordinada. Desde que aprovado pela Intrag e observadas certas condições previstas no regulamento, o fundo poderá promover novas emissões de cotas seniores sem necessidade de aprovação em assembleia de cotistas.



O montante da primeira série de cotas seniores será de até BRL22,5 milhões, com prazo total de cinco anos. Após carência de um ano, serão realizadas amortizações mensais de principal e juros.

A Ideiasnet subscreverá e integralizará as cotas subordinadas, no montante de até BRL7,5 milhões. Considerando o montante emitido da primeira série de cotas seniores, a emissão de cotas subordinadas perfazerá 25,0% do PL do fundo. Estas serão amortizadas em regime pro rata com as cotas seniores, à medida que seja mantido o percentual mínimo de 25,0% do PL do fundo. Durante o período de carência das cotas seniores, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas extraordinariamente respeitando-se o mesmo percentual mínimo. Para que a Ideiasnet receba um pagamento de cotas subordinadas, não poderá estar em andamento um evento de avaliação ou liquidação da operação, e as condições de amortização de cotas subordinadas deverão estar atendidas.

No Ideiasnet FIDC a provisão dos direitos creditórios vencidos e não pagos será realizada conforme a Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil (Bacen). A operação assume um critério de provisionamento mais conservador em relação aos direitos creditórios em atraso por mais de trinta dias, os quais serão integralmente provisionados como perda efetiva pelo Itaú. Além disso, não apenas os direitos creditórios vencidos e não pagos serão provisionados, mas todos os direitos creditórios (a vencer e vencidos) de determinado sacado, levando em consideração seu grupo econômico. O percentual aplicado para a provisão considera o direito creditório que apresentar maior risco, ou seja aquele vencido e não pago por maior tempo.

### Estrutura Legal

A Fitch tem convicção de que um evento de insolvência das cedentes não deverá afetar a integridade da estrutura do fundo, das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas, e de que o fundo será capaz de honrar os compromissos com os investidores. A Fitch solicitou e recebeu parecer legal da assessoria jurídica da transação, atestando quanto à constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização.

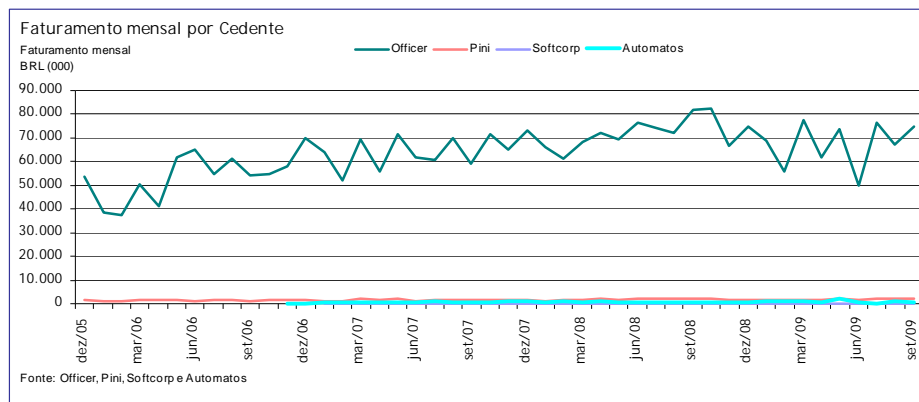
### Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a Fitch conta com uma opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal, nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch e nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, eles devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

### Análise do Colateral

Officer, Automatos, Softcorp e Pini são as cedentes elegíveis para esta operação. Desta forma, em seu percurso normal, o fundo irá adquirir direitos creditórios originados por estas em base contínua. Tais créditos são devidos por diversos clientes, nacionais e oriundos de vendas de produtos ou prestação de serviços, devidamente performados, com pagamento a prazo.

A operação não conta com um critério de concentração por cedente. Entretanto, com o objetivo de entender qual deverá ser a composição da carteira cedida ao Ideiasnet FIDC, a Fitch consolidou o faturamento mensal das quatro cedentes e, sobre este montante, ponderou a representatividade de cada uma. O gráfico abaixo apresenta o faturamento mensal de cada cedente ao longo do período de observação informado.



A Fitch não recebeu dados sobre a evolução do prazo médio ponderado de pagamento dos direitos creditórios das cedentes. A agência, entretanto, recebeu a informação de que o atual prazo médio de pagamento está entre trinta e 45 dias.

Historicamente, os principais produtos ofertados pela Pini são a venda de publicidade e do programa Volare, que representam aproximadamente 47,55% e 15,57% do total vendido pela empresa, respectivamente. Já a Officer, que foca em revendas de atacado de informática, possui um portfólio de produtos mais pulverizado, cujos dez principais produtos vendidos ao longo do período observado foram processadores; monitores LCD; *notebooks*; *desktops*; discos rígidos; serviços/garantias; cartuchos; multifuncionais; servidores; e impressoras a laser. Os produtos ofertados que mais se destacam tanto na Softcorp quanto na Automatos são programas (*softwares*) e licenças.

### Crítérios de Elegibilidade

Previamente à aquisição por parte do fundo, os direitos creditórios deverão atender aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão. A verificação dos critérios de elegibilidade é de responsabilidade do Itaú. Estes critérios incluem os seguintes requisitos:

- O prazo de vencimento dos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC não poderá ser superior ao prazo da última série de cotas seniores em circulação;
- Os devedores dos direitos creditórios não poderão estar inadimplentes, no momento da aquisição, em relação a outros direitos creditórios do fundo;
- O devedor não poderá ter seu nome no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF do Bacen e sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF, conforme o caso, deverá estar ativa;
- O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de direitos creditórios de titularidade do fundo devidos por um único devedor, considerando-se qualquer empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, deverá ser igual ou inferior a 5,0% da carteira de direitos creditórios;
- O percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de direitos creditórios de titularidade do FIDC devidos pelos cinco maiores devedores, considerando-se qualquer empresa do seu grupo econômico, deverá ser igual ou inferior a 15% da carteira de direitos creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida;
- Os direitos creditórios deverão ter prazo mínimo de vencimento de sete

dias úteis dias e prazo máximo de vencimento de cem dias úteis, contados da data de aquisição;

- Na data da cessão, os direitos creditórios deverão ter sido originados com prazo igual ou superior a cinco dias em relação a sua data de emissão.

Além dos critérios de elegibilidade, os direitos creditórios deverão atender, antes da aquisição, a certas condições. A verificação destas condições é de responsabilidade das cedentes, mediante declaração, dentre as quais:

- Os direitos creditórios, no momento do envio do relatório que os identificar ao custodiante, devem referir-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso ("performados"), e originados com prazo igual ou superior a cinco dias;
- Os direitos creditórios foram constituídos e estão de acordo com a política de concessão de crédito;
- Os devedores não estão em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante a cedente;
- Os boletos bancários ou de cobrança original representativos de direitos creditórios cedidos ao fundo anteriormente emitidos aos clientes deverão ter sido cancelados e substituídos por novos boletos bancários do Itaú, para crédito em conta de cobrança de titularidade do fundo, mantida junto ao Itaú, e estes indicarão em campos próprios o nome da cedente, a denominação social do fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo devedor. Nos boletos bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os direitos creditórios foram cedidos ao fundo;
- As faturas cedidas ao FIDC estão obrigatoriamente acompanhadas por documento escrito, firmado pelo respectivo devedor, em termos substancialmente idênticos ao termo de aceite estabelecido no documento da transação;
- A cedente está adimplente com suas obrigações para com o fundo, incluindo, sem limitação, a obrigação de indenizar o fundo pelas despesas relacionadas à salvaguarda de direitos e prerrogativas do FIDC e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios cedidos por ela;
- Os direitos creditórios não puderam ser cedidos anteriormente ao FIDC e devolvidos à cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de negociação dos direitos creditórios.

### Inadimplência e Perda

Na análise realizada sobre as informações de inadimplência, a Fitch identificou que os atrasos ocorridos nas carteiras de direitos creditórios das cedentes elegíveis à operação são resolvidos em até sessenta dias de atraso.

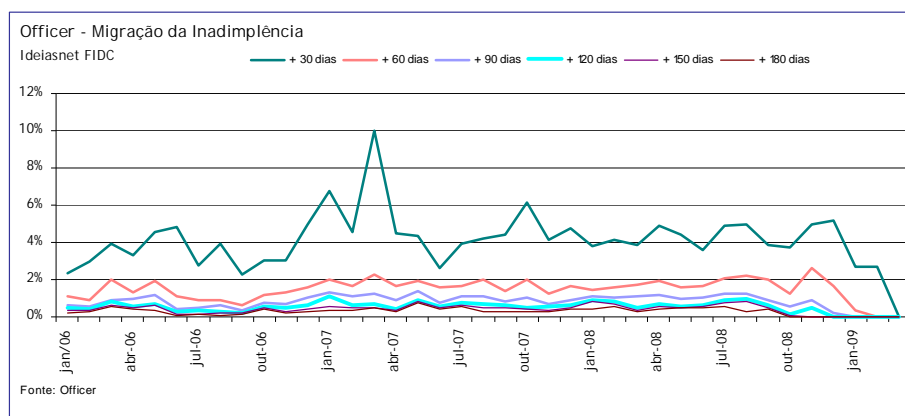
Tal fato deve-se à característica dos produtos ofertados pelas cedentes, em que a motivação do devedor inadimplente para a resolução do atraso do pagamento devido se deve principalmente aos seguintes casos:

- O devedor inadimplente não consegue realizar novas compras ou solicitar novos serviços;
- O devedor inadimplente fica sem suporte técnico em relação ao produto ou serviço adquirido;
- O devedor inadimplente não recebe atualizações dos programas adquiridos; e

- O devedor inadimplente passa a ter dificuldades em relação ao exercício da garantia do produto ou serviço adquirido.

Assim, em função do comportamento de pagamento observado, a Fitch considerou em sua análise atrasos superiores a sessenta dias como faixa de perda. A estrutura da operação utiliza uma faixa de perda mais conservadora, de forma que os créditos de um devedor (considerando seu grupo econômico) com direitos creditórios vencidos e não pagos por mais de trinta dias serão integralmente provisionados como perda.

Devido à representatividade da cedente Officer em relação às demais, a Fitch usou a ponderação integral da perda apresentada pela carteira da Officer para fins do cálculo da perda base para esta análise. O gráfico abaixo mostra a migração da inadimplência da Officer durante o período de observação analisado.



## Risco de Diluição

A carteira de direitos creditórios elegível à operação apresenta eventos de diluição. A Fitch identificou, através das informações fornecidas pela Mercatto sobre as cedentes, que o evento de diluição mais relevante é o relacionado a cancelamentos.

### Cancelamentos

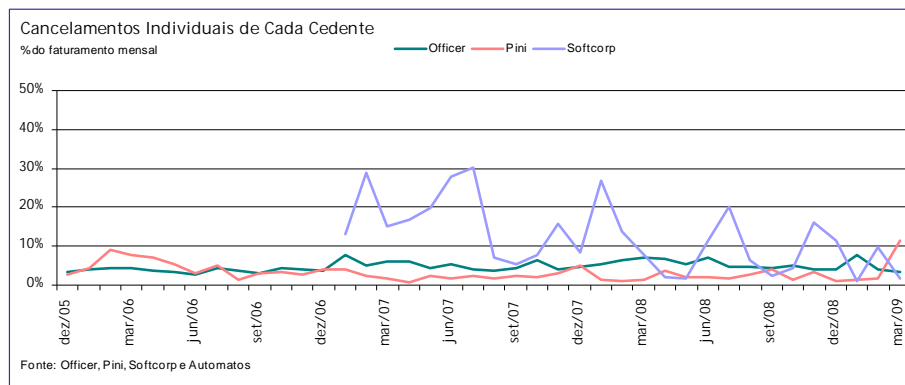
Quando uma cedente realiza a venda de mais de um produto ao sacado, é emitida uma fatura de débito que engloba todos os produtos vendidos naquela oportunidade. É comum que o sacado, após a emissão da nota de débito, solicite que a venda seja realizada em mais de uma nota de débito, ou seja, solicite que os produtos adquiridos sejam divididos em mais de uma nota. Logo, tal fato gera o cancelamento da nota de débito original.

Outra situação que pode gerar o cancelamento de uma nota de débito diz respeito ao momento em que o sacado recebe a nota emitida pela cedente e o valor da nota de débito não é o mesmo que o sacado possui em seu sistema. Desta forma, o sacado permanece com os produtos entregues pela cedente, mas é feito o cancelamento da nota de débito original e imediatamente é emitida e enviada uma nova.

Há também situações em que uma nota de débito pode ser cancelada com mais de noventa dias desde a data de emissão. Esta hipótese ocorre quando o sacado alega que o produto recebido apresenta defeito de fabricação; logo, é feita a devolução do produto à cedente e a cedente o envia, então, ao fabricante. Entre o tempo que o fabricante leva para verificar a hipótese de defeito de fabricação e notificar a cedente sobre a ocorrência, transcorrem os noventa dias de cancelamento.

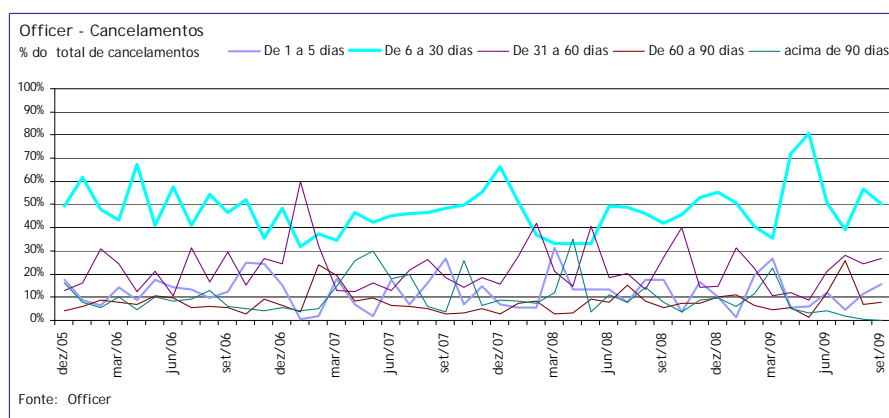
O gráfico abaixo apresenta a representatividade dos cancelamentos de cada

cedente em relação ao seu faturamento mensal. A Automatos não foi incluída no gráfico, pois não há incidência de cancelamentos em seu portfólio de direitos creditórios.



Ao contrário da Officer e da Pini, o período de observação da Softcorp teve início em janeiro de 2007. No começo do período de observação, os percentuais de cancelamentos apresentados pela carteira de direitos creditórios da Softcorp foram mais elevados em comparação às demais cedentes. Entretanto, a partir de janeiro de 2009, houve diminuição da incidência de cancelamentos, de forma que os percentuais desta cedente migraram para um patamar próximo do das demais.

A Fitch verificou que a média para o prazo de cancelamento varia entre as cedentes. A Pini e a Softcorp apresentaram prazos similares, mas a Officer, a maior cedente das quatro, apresentou uma curva de cancelamento com comportamento diferenciado. No caso desta última empresa, a maior incidência de cancelamentos ocorre entre seis e trinta dias a partir da data da emissão da nota de débito, conforme apresentado no gráfico abaixo:



Positivamente, a exposição da operação aos cancelamentos até cinco dias está devidamente mitigada, já que, conforme estabelecido nos critérios de elegibilidade, o direito creditório deverá ter sido originado com prazo igual ou superior a cinco dias na data da cessão.

#### Descontos

Apesar de a carteira também estar exposta a este evento de diluição, os descontos não se mostraram historicamente relevantes. De acordo com informações, a

Softcorp e a Automatos não concedem descontos a seus clientes; a Pini, por sua vez, concedeu cerca de 0,64%, e a Officer, 0,09%, em média.

## Concentração por Sacado

Historicamente, a carteira de direitos creditórios da Officer e da Pini apresentou boa pulverização em relação à concentração de sacados, sendo que a soma dos cinco maiores sacados no último semestre de atividade foi igual a 4,94% e 7,87% do faturamento individual de cada, respectivamente. A carteira de direitos creditórios da Softcorp e da Automatos demonstrou perfil mais concentrado em relação à pulverização de devedores, e a soma dos cinco maiores sacados no último semestre de atividade foi igual, respectivamente, a 35,12% e 44,94% do faturamento individual de cada.

Com a finalidade de diminuir a exposição expressiva ao risco de crédito de um único ou de um grupo de sacados, foram estabelecidos critérios com limites máximos de concentração. Estes limites de concentração por sacados serão verificados e respeitados tanto no ato da aquisição do direito creditório, quanto no momento da amortização das cotas subordinadas. Assim, caso os percentuais estabelecidos estejam acima do determinado na operação, não poderá ser efetuada a amortização das cotas subordinadas.

Para fins de amortização das cotas subordinadas, a soma dos cinco maiores sacados deverá ser inferior a 15,0% do PL do fundo. Para o critério de elegibilidade, um único sacado não poderá representar mais do que 5,0% da carteira de direitos creditórios do fundo, e a soma dos cinco maiores sacados não poderá ser superior a 15,0% da carteira de direitos creditórios do fundo.

A exposição máxima que a carteira de direitos creditórios da operação poderá apresentar em relação a determinados sacados, em face do reforço de crédito disponível para os cotistas seniores, é condizente com a categoria do rating atribuído pela Fitch.

## Descasamento de Taxa de Juros

Os recebíveis comerciais serão adquiridos utilizando-se uma taxa mínima de desconto estabelecida, proporcionando, portanto, um rendimento prefixado da carteira. Este rendimento em face da taxa benchmark de rendimento pós-fixada das cotas seniores gera exposição ao risco de descasamento de taxa de juros. Esta situação gera descasamento das taxas dentro do prazo dos direitos creditórios.

A princípio, o horizonte deste descasamento está atrelado ao prazo dos recebíveis, uma vez que as novas cessões passarão a contemplar qualquer oscilação na taxa de juros. O prazo máximo do direito creditório elegível para esta operação é de até cem dias; entretanto, dificilmente o prazo médio da carteira do fundo será superior a 45 dias, tendo em vista a atual política utilizada pelas cedentes em relação aos seus clientes para a concessão de pagamentos a prazo.

A operação prevê o uso de instrumentos de derivativos, que poderiam mitigar este risco da operação; entretanto, o uso desta ferramenta não é obrigatório e ficará a critério do gestor. Assim, a Fitch incorporou o risco de descasamento de taxas de juros presente nesta operação em sua modelagem de fluxo de caixa, aplicando o estresse condizente com a categoria do rating atribuído às cotas seniores.

## Risco de Liquidez

A falta de pagamento por parte dos sacados presentes na operação poderá gerar redução da liquidez disponível, impactando a capacidade de pagamento da transação em relação à dívida sênior e às despesas e aos encargos correntes. No entender da Fitch, este risco pode derivar da insolvência dos originadores ou da troca do serviço de cobrança de créditos inadimplentes.

Entretanto, na opinião da agência, este risco está adequadamente mitigado pela

presença de uma entidade terceirizada de cobrança, que será responsável pela cobrança dos créditos inadimplidos à medida que os gatilhos de atraso atinjam seu limite e através da reserva de caixa presente na estrutura do fundo. Mais detalhes sobre estes mecanismos estão descritos, respectivamente, nas seções “Procedimentos de Cobrança” e “Reserva de Caixa”.

## Estrutura Financeira e Modelagem de Fluxo de Caixa

### Reforço de Crédito

#### Subordinação

Esta transação estabelece um percentual fixo de subordinação mínima de 25,0% do PL do FIDC em favor das cotas seniores. A Fitch calcula o reforço de crédito inicial a partir da sobrecolateralização proporcionada pela diferença entre o saldo devedor total da carteira de direitos creditórios e outros ativos, de BRL30 milhões, e o valor nominal das cotas seniores, de BRL22,5 milhões.

Na ocorrência de desenquadramento do percentual de subordinação mínima, a Intrag deverá comunicar o fato imediatamente à Ideiasnet, e esta deverá responder, em até um dia útil, se subscreverá e integralizará novas cotas subordinadas. Caso a resposta seja afirmativa, a Ideiasnet terá até cinco dias úteis, a partir do comunicado da Intrag, para efetivamente realizar o aporte.

A Ideiasnet poderá se beneficiar das amortizações das cotas subordinadas, antes das amortizações das cotas seniores, caso o fundo conte com um percentual de subordinação acima do mínimo estabelecido e os seguintes eventos sejam atendidos:

- A reserva de pagamento das cotas seniores deverá estar atendida;
- O fundo deverá ter liquidado todos os seus encargos e despesas vencidas;
- Não ocorrência de eventos de avaliação ou eventos de liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, que eles tenham sido adequadamente sanados, até a data da requerida amortização;
- Índice de inadimplência da carteira de direitos creditórios, considerando a soma dos direitos creditórios vencidos e não pagos há mais de um dia, no dia da solicitação, inferior a 5,0% da carteira de direitos creditórios do fundo; e
- Os cinco maiores sacados não poderão, em conjunto, representar mais do que 15,0% do PL da operação.

### Recompra ou Substituição de Direitos Creditórios

A Fitch não considerou nesta análise um possível suporte das cedentes em relação à recompra ou troca de créditos inadimplidos em benefício da transação, já que esta ação é voluntária, e não obrigatória. Se a ação fosse obrigatória, a Fitch realizaria uma avaliação em relação à qualidade de crédito das cedentes e em que condições a recompra ou a troca de créditos seria realizada, para assim avaliar se há um benefício em relação ao Rating Preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores do fundo.

Não há um limite estabelecido na operação em relação à recompra ou troca de créditos inadimplidos; porém, a operação estabelece um índice para o monitoramento destas duas ações, conforme explicado na seção “Índices de Performance e Principais Gatilhos”.



## Sobrecolateralização

Nesta operação, a taxa de cessão mínima para os direitos creditórios elegíveis será de CDI acrescido de 5,5%. Assim, em resposta ao desconto dos direitos creditórios, deverá ser gerada uma sobrecolateralização, que poderá beneficiar os cotistas seniores. A Fitch estima que será gerada sobrecolateralização de aproximadamente 3,44%, conforme a tabela abaixo:

## Sobrecolateralização

Componente	Calculo	Resultado
Direitos Creditórios	$(8,75\% + 5,5\%) \times 80\% \text{ do PL}$	11,40%
Outros Ativos	$(8,75\%) \times 20\% \text{ do PL}$	1,75%
(Cotas seniores)	$(8,75\% + 2,2\%) \times 75\% \text{ do PL}$	(8,21%)
(Custos e Despesas da Operação)		(1,50%)
Sobrecolateralização		3,44%

Elaboração: Fitch Ratings

A Fitch assumiu para o cálculo:

- Taxa DI de 8,75% ao ano;
- 80,0% do fundo estarão investidos em direitos creditórios e 20,0%, em outros ativos;
- Custos e Despesas (taxa de administração, gestão e custódia) a 1,5% ao ano; e
- Representatividade das cotas seniores frente ao PL de 75,0%.

No entanto, caso a sobrecolateralização gerada não seja utilizada para absorver as perdas iniciais da carteira de direitos creditórios, a Ideiasnet poderá amortizar o que exceder o percentual mínimo de subordinação de 25,0% do PL do fundo, caso todas as condições de amortização de cotas subordinadas estejam atendidas.

## Reserva de Caixa

A estrutura desta operação conta com um mecanismo de reserva de caixa para fazer frente às amortizações programadas de cotas seniores. A Mercatto será a responsável pela correta composição desta reserva e, para tanto, interromperá o processo de aquisição de novo colateral e iniciará a liquidação de aplicações em ativos financeiros que não apresentem liquidez diária. Desta forma, a gestora deverá assegurar que noventa dias antes da data de amortização programada das cotas seniores a reserva tenha recursos; que a soma seja equivalente a 50,0% do valor futuro estimado a ser amortizado, e que a partir de sessenta dias 100% do valor futuro estimado seja amortizado.

Caso a reserva de caixa esteja atendida, a Mercatto deverá seguir o curso normal de aquisição de novos direitos creditórios.

## Ordem de Prioridade de Pagamentos

No curso normal da operação, o fundo deverá receber valores que sejam resultado das liquidações de direitos creditórios e outros ativos, e o fluxo de caixa será alocado conforme a seguinte ordem:

- Pagamento de encargos e despesas do fundo;
- Formação de reserva equivalente ao montante estimado dos encargos do fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- Pagamento dos valores referentes à amortização periódica ou ao resgate das cotas seniores;
- Formação de reserva de pagamento para as amortizações programadas de cotas seniores;



- Formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- Novas aquisições de direitos creditórios.

Caso ocorra um evento de avaliação, o fundo interromperá o pagamento das amortizações ou o resgate das cotas subordinadas, mas o processo de pagamento das cotas seniores não será prejudicado. Na hipótese de um evento de liquidação, será interrompido o pagamento das amortizações ou o resgate das cotas subordinadas e das cotas seniores.

### Índices de Performance e Principais Gatilhos

Esta operação possui em sua estrutura índices de performance, que não estão ligados a eventos de avaliação ou liquidação, caso atinjam determinado percentual. O cálculo destes índices será de responsabilidade da Mercatto e eles serão enviados, em base mensal, à Fitch.

- Índice de Inadimplência - O cálculo deste índice será igual à razão entre todos os direitos creditórios vencidos e não pagos na data de cálculo e ao montante da carteira de direitos creditórios da operação, na respectiva data de cálculo;
- Índice de Recompra sobre a Opção de Venda - O numerador deste índice será o total de direitos creditórios revendidos à cedente enquanto estavam vencidos e não pagos, e o denominador será o total dos direitos creditórios já cedidos ao FIDC;
- Índice de Recompra sobre a Opção de Troca - O numerador deste índice será o total de direitos creditórios trocados ou revendidos à cedente antes do seu vencimento, e o denominador será o total de direitos creditórios já cedidos ao FIDC;
- Índice de Pagamentos Realizados pelas Cedentes - Este índice será calculado pela razão do total de recebimentos nas contas das cedentes (excluindo-se as vinculadas ao fundo) pelo total dos recebimentos do fundo no período.

A estrutura desta operação conta com um gatilho de desempenho que poderá acionar um evento de avaliação, sendo que o cálculo e a verificação são de responsabilidade da Intrag.

- Índice de Atraso de Direitos Creditórios - O inadimplemento de 30,0% dos direitos creditórios cedidos para a operação por qualquer cedente, cujo total de direitos creditórios por ela cedido ao fundo represente 10,0% ou mais da carteira de direitos creditórios.

### Reserva Dinâmica

Além do índice de cobertura de devedores, a Fitch avalia se o reforço de crédito de uma securitização de recebíveis comerciais condiz com a categoria de Rating Preliminar atribuído à dívida sênior pelo cálculo da reserva dinâmica.

A reserva dinâmica é uma fórmula que indica a formação e os constantes ajustes sobre o reforço de crédito de uma securitização, com base na performance histórica da carteira de recebíveis objeto de securitização, levando-se em conta as mudanças nas características deste portfólio, e de proteção contra a deterioração deste.

A estrutura deste FIDC não contempla o cálculo da reserva dinâmica; entretanto, a Fitch utilizará este mecanismo no processo de monitoramento, com a finalidade de verificar se o reforço de crédito presente na operação permanece compatível com o Rating Preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores.

A Fitch calculou a reserva dinâmica para a operação com base nas informações do

desempenho histórico das carteiras de recebíveis comerciais das cedentes, elegíveis à operação. Neste cálculo, foi aplicado o múltiplo de estresse compatível com a categoria de rating 'AA(bra)'.

- Reserva para Perdas - 7,18%
- Reserva para Diluições - 13,72%;
- Reserva para Custos da Transação e Descasamento de Taxa de Juros - 3,14%.

A soma dos três componentes da reserva dinâmica, ou seja, a reserva para perdas, a reserva para diluições e a reserva para custos da transação e descasamento da taxa de juros, resulta em 24,04%. O resultado apresentado frente ao reforço de crédito disponível em benefício da primeira série de cotas seniores confirma a atribuição do rating de 'AA-(bra)' ('AA menos(bra)').

### Modelagem de Fluxo de Caixa

A Fitch desenvolve e utiliza modelos próprios para a modelagem de fluxo de caixa. É feita uma customização do modelo para replicar a estrutura de capital apresentada pela operação e as características da carteira de direitos creditórios que será adquirida. Como parte integrante do processo de análise, a ferramenta é utilizada para simular cenários de estresse, com a finalidade de verificar se o reforço de crédito disponível é suficiente para suportar os estresses aplicados que condigam com a categoria de rating atribuída à primeira série de cotas seniores.

A Fitch constituiu um cenário base, simulado para esta primeira série de cotas seniores, e utilizou as seguintes premissas:

- No momento inicial da operação, serão subscritas integralmente cotas subordinadas de BRL7,5 milhões e, ao longo do período de captação, cotas seniores de BRL22,5 milhões;
- Aproximadamente 80% do PL investido em direitos creditórios, sendo que a carteira é composta por créditos performados que atendam aos limites de concentração por sacados e 20% em ativos que renderão, no mínimo, à taxa CDI;
- Aquisições mensais de direitos creditórios com prazo máximo de vencimento de cem dias;
- Taxa mínima de cessão de CDI acrescido de 5,5%;
- Após o período de carência de um ano, amortização mensal de principal e juros ao longo de quatro anos.

A partir das premissas acima citadas, a estrutura de capital da operação foi submetida a cenários de estresse para avaliar em quanto o reforço de crédito disponível suporta a capacidade de pagamento integral da classe de cotas seniores nas datas programadas. Com base na análise do fluxo de caixa da operação, o reforço de crédito presente na estrutura do fundo suporta os estresses condizentes com a categoria de rating 'AA(bra)' atribuída às cotas seniores.

### Riscos de Contrapartes

#### Desvio ou Mistura do Fluxo de Recebimento (*Commingling*)

Em relação à estrutura e aos mecanismos de recebimentos presentes nesta operação, a Fitch entende que estes mitigam parcialmente os riscos relacionados ao desvio e à mistura do fluxo de recebimentos da operação em relação aos recebimentos das cedentes.

O Itaú foi contratado como agente de cobrança bancária dos direitos creditórios. O pagamento dos direitos creditórios poderá ser feito através de boletos bancários, os quais serão direcionados para a conta de cobrança, de titularidade do fundo, e através de transferências e depósitos bancários, que poderão ser recebidos na conta de recebimento (de titularidade do fundo) ou na conta vinculada de titularidade da cedente, porém de exclusiva movimentação do Itaú, na qualidade de

*trustee* e agente de garantia, conforme o termo de aceite celebrado entre a cedente e o fundo.

No caso de pagamento na conta vinculada, o Itaú, em conjunto com a cedente, conciliará os recursos de direito do fundo e os de direito da própria cedente. Após a conciliação, os recursos que não se referem a créditos cedidos serão transferidos para outra conta corrente da cedente.

### *Servicing*

As cedentes farão a cobrança amigável dos créditos inadimplidos no prazo de até trinta dias, contados da data do inadimplemento. A operação estabelece gatilhos para que o serviço de cobrança passe a ser automaticamente realizado por prestadores de serviço de cobrança ou advogados, sendo que a contratação de tais prestadores será de responsabilidade da Mercatto, e os custos envolvidos ficarão a cargo das cedentes.

No entender da Fitch, o bom desempenho destas funções por parte das cedentes ou dos prestadores de serviço contratados é fundamental para o adequado andamento da operação. O desempenho desta função deverá se refletir na performance de pagamento dos direitos creditórios cedidos ao fundo. Em relação a esta questão, a Fitch entende que a estrutura da operação poderá ser impactada caso o perfil de crédito das cedentes se deteriore, já que tal fato pode indicar piora em relação à cobrança realizada por elas. A presença de prestadores de serviço terceirizados, porém, atenua este risco.

### Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	Ideiasnet FIDC - Recebíveis Comerciais e Serviços	NA	NA
Cedente	Officer	NA	NA
Cedente	Automatos	NA	NA
Cedente	Softcorp	NA	NA
Cedente	Pini	NA	NA
Gestor	Mercatto Capital Partners Ltda.	NA	NA
Administrador	Intrag DTVM Ltda.	NA	NA
Custodiante	Banco Itaú S.A.	F1+(bra)/AAA (bra)	Estável

NA – Não Avaliada

Fonte: Fitch Ratings

### Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação, de forma contínua, até o seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que o Rating Preliminar atribuído continue refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, diversos relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do Rating Preliminar, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas da Fitch, em [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

## Apêndice A: Originação, Cessão e Cobrança

### Originação

As cedentes serão responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais devedores da operação. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que, entre outros, compõem a política de concessão de crédito:

- Perfil Cadastral - Análise de informações pessoais, como documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica-CNPJ);
- Dados Cadastrais - Pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais devedores;
- Referências - Referências bancárias, comerciais, de crédito, de contadores (para pessoas jurídicas) e outras referências que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas ou instituições relacionadas aos potenciais devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo dessas informações for compatível com o fornecido anteriormente pelos próprios potenciais devedores ou que seja aceitável pela cedente.
- Histórico de Adimplemento - Análise do histórico de adimplemento dos devedores com a cedente.

### Procedimentos de Cobrança

A cobrança dos direitos creditórios cedidos, vencidos e não pagos poderá ser feita pelas cedentes de forma amigável, no prazo de até trinta dias.

Caso, a qualquer momento, os direitos creditórios, vencidos e não pagos, extrapolem quaisquer dos gatilhos indicados abaixo, a cobrança dos direitos creditórios cedidos, vencidos e não pagos, independentemente do atraso, será feita por prestadores de serviços de cobrança ou por advogados, de forma amigável ou judicial:

- Créditos vencidos e não pagos há mais de cinco dias representem 3,5% da carteira de direitos creditórios do fundo;
- Créditos vencidos e não pagos há mais de 15 dias representem 2,5% da carteira de direitos creditórios do fundo;
- Créditos vencidos e não pagos há mais de trinta dias representem 1,5% da carteira de direitos creditórios do fundo.

Estes prestadores de serviço serão contratados pela operação, conforme orientação da Mercatto, às expensas das cedentes, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos direitos creditórios, com a máxima diligência, devendo os prestadores de serviços de cobrança ou advogados contratados agir da forma como agem para receber seus próprios créditos, de acordo com as fases abaixo indicadas:

- Fase Preventiva - Através do contato telefônico com o devedor inadimplente para identificar o motivo da inadimplência e incentivar o devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; ou negociar com o devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nesta fase, o devedor é comunicado sobre o fato de que o não pagamento acarretará sua inclusão nos órgãos de proteção ao crédito;

- Fase Pré-Judicial - Comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança através de notificação em cartório, visando a receber o pagamento ou celebrar acordo para o pagamento do devedor em relação ao direito creditório inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão ou protesto e execução dos documentos comprobatórios do direito creditório inadimplente;
- Fase Judicial - Esta etapa compreende o controle do processo ajuizado para a satisfação do direito creditório inadimplente; e
- Fase de Negociação - No decorrer de todas as fases acima mencionadas, o devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, sempre observando os interesses do fundo.

## Apêndice B: Resumo da Transação

### Ideiasnet FIDC - Recebíveis Comerciais e Serviços

### Brasil/Recebíveis Comerciais

#### Estrutura de Capital

Classe/Série	Ratings Preliminares	Perspectiva	(%)	Montante (BRL MM)	Reforço de Crédito (%)	Taxa (% do CDI)	Benchmark	Pgto. Freq.	Vencimento Final	ISIN
Sênior Série 2010-1	'AA-(bra)'	Estável	75,0	22,5	25,00%	CDI+2,2%		Mensal	Jan./2015	--
Subordinada	NA	Estável	25,0	7,5	--	--		Mensal	Jan./2015	--
Total			100,0	30,0						

NA - Não Avaliado

#### Informações Relevantes

<b>Detalhes:</b>		<b>Partes:</b>	
Data de Início de Distribuição	--	Emissor	Ideiasnet FIDC - Recebíveis Comerciais e Serviços
País / Ativo	Brasil / ABS/Recebíveis Comerciais	Cedente	Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.
País da SPE	Brasil	Cedente	Automatos Tecnologia da Informação LTDA.
Analistas	Ely Mizrahi	Cedente	Latin e Ventures Comércio Eletrônico do Brasil LTDA.
	55 11 4504-2600	Cedente	Editora Pini Ltda. e BP S.A.
	Jayme Bartling	Gestor	Mercatto Gestão de Recursos Ltda.
	55 11 4504-2600	Administrador	Intrag DTVM LTDA.
Analista de Monitoramento	Kleber Oliveira	Custodiante	Banco Itaú S.A.
	55 11 4504-2600	Frequência de Amortização	Mensal

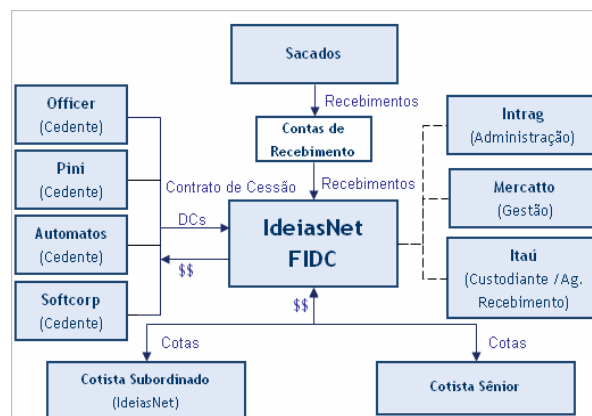
#### Fundamentos do Rating

- Reforço de Crédito** - A primeira série de cotas seniores contará com reforço de crédito inicial de 25,0% na forma de sobrecolateralização. Esta última é a razão entre o valor dos recebíveis comerciais que excede o saldo devedor das cotas seniores (BRL22,5 milhões) e o saldo devedor total dos recebíveis comerciais de BRL30,0 milhões. Além do reforço de crédito inicial de 25,0%, mediante a taxa mínima de desconto estabelecida, será gerada sobrecolateralização adicional de cerca de 3,4%. Após absorver em primeira instância as perdas da carteira, esta sobrecolateralização adicional será alocada às cotas subordinadas. Estas serão amortizadas em regime pro rata em relação às cotas seniores, à medida que tal reforço de crédito permaneça por todo momento igual ou superior a 25,0%.
- Qualidade de Crédito da Carteira** - A Fitch baseou-se em informações históricas apresentadas pelas carteiras de crédito das cedentes em relação à inadimplência e à perda, no curto prazo médio de pagamento reportado pelas cedentes, de trinta a 45 dias, e na elevada pulverização em relação à concentração de sacados. A opinião da Fitch sobre a qualidade de crédito da carteira de direitos creditórios elegível para esta securitização é satisfatória.
- Risco de Concentração por Sacado** - A estrutura do fundo visa a assegurar uma pulverização mínima por sacado. A exposição individual de um sacado (considerando seu grupo econômico) não poderá ser maior do que 5,0% da carteira de direitos creditórios do fundo, enquanto a exposição ao risco de crédito do somatório dos cinco maiores sacados (i.e. grupo econômico) está limitada a 15% da carteira de direitos creditórios do fundo. Assim, caso o patrimônio líquido (PL) do fundo esteja totalmente investido em direitos creditórios, o reforço de crédito disponível na operação será capaz de cobrir, em todo momento, mais do que a exposição aos cinco maiores sacados presentes na transação.
- Integridade da Estrutura Jurídica** - Sobre a estrutura legal apresentada nesta operação, a Fitch tem convicção de que um evento de insolvência das cedentes não deverá afetar a integridade e a titularidade dos direitos creditórios do fundo, e de que a operação será capaz de honrar os compromissos assumidos com os investidores seniores.
- Riscos de Servicing** - As cedentes da operação farão a cobrança dos direitos creditórios vencidos e não pagos cedidos ao fundo por até trinta dias contados do atraso, e a deterioração em relação à capacidade operacional das cedentes no desempenho deste papel poderia prejudicar a performance dos direitos creditórios da transação. Positivamente, a operação prevê a contratação de cobrança terceirizada caso fique evidente, através de determinados gatilhos, que o desempenho por parte da cedente não está adequado.
- Risco de Diluição dos Direitos Creditórios** - Os principais eventos de diluição apresentados pela carteira de recebíveis comerciais elegível ao fundo são cancelamentos e descontos. Estes riscos não se referem à qualidade de crédito dos sacados do fundo, e sim à dinâmica comercial entre estes sacados e as cedentes. Na opinião da Fitch, a deterioração da qualidade de crédito das cedentes pode alavancar a ocorrência dos eventos de diluição sobre a carteira cedida ao fundo.

- Descasamento de Taxas de Juros** - No momento da cessão dos direitos creditórios, estes serão descontados pela taxa mínima de cessão estabelecida na operação. Como resultado do desconto, será gerado um rendimento prefixado, que deverá fazer frente à taxa benchmark de rendimento pós-fixado das cotas seniores emitidas pelo fundo. Esta situação gera um descasamento das taxas dentro do prazo dos direitos creditórios.

Apesar de a operação prever o uso de instrumentos de derivativos para mitigar o risco de descasamento da taxa de juros, a aplicação desta ferramenta não é obrigatória, e ficará a critério do gestor.

- Segregação do Fluxo de Pagamentos** - Os pagamentos referentes aos direitos creditórios pertencentes ao fundo poderão ser realizados via boleto bancário ou depósito e transferência bancária na conta de recebimento de titularidade do fundo ou na conta vinculada de titularidade da cedente, sendo que a movimentação da conta vinculada é exclusiva do custodiante. A opinião da Fitch em relação à conta vinculada de titularidade do cedente é de que os direitos creditórios ali recebidos poderão se confundir com os direitos creditórios da cedente, sendo que tais recursos estão expostos ao risco de falência ou recuperação judicial de sua titular.



TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR AS LIMITAÇÕES E OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ADICIONALMENTE, AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://www.fitchratings.com), ASSIM COMO A LISTA DE RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH; A POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E CONFLITOS DE INTERESSE; A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL), COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2010 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.

Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

#### **13.4. Declaração da Administradora.**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# IntragDTVM

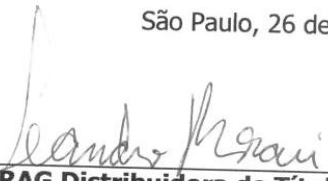
Administração Fiduciária

## DECLARAÇÃO

**INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001.31, neste ato representada na forma de seu contrato social, na qualidade de instituição Administradora do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços (o “Fundo”), para fins do caput e parágrafo 5º do art. 56 da Instrução CVM 400/2003, conforme alterada, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da oferta das Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo e fornecidas ao mercado durante a distribuição; e
- (ii) o Prospecto da distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, dos valores mobiliários ofertados (as quotas do Fundo), do emissor (o Fundo), suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 26 de janeiro de 2010.

  
**INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
Leandro Morari  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPF: 264.474.378-82 RG: 14.141.969-6

  
Nilvio Ventura Fecchio  
Diretor  
INTRAG DTVM LTDA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

#### **13.5. Declaração da Distribuidora da Oferta.**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# IntragDTVM

Administração Fiduciária

## DECLARAÇÃO

Neste ato, a **INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001.31, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de administradora e instituição responsável pela distribuição pública de até 75 (setenta e cinco) Quotas Seniores da Primeira Série do Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.432.314/0001-80 (“Emissor”, “Emissão” e “Oferta”), conforme exigido pelo § 5º do Artigo 56, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“**Instrução CVM 400**”) **declara que** o Prospecto da distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série do Fundo contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, dos valores mobiliários ofertados (as quotas do Fundo), do emissor (o Fundo), suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 26 de janeiro de 2010.

  
**INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Leandro Morán  
INTRAG DTVM LTDA.  
CPF: 264.474.378-82 RG: 14.141.969-F

  
Nilvio Ventura FERNANDES  
Diretor  
INTRAG DTVM LTDA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

#### **13.6. Minuta Padrão do Contrato de Cessão.**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS  
CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

celebrado entre

IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
– RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS

e

**[CEDENTE –  
A SER COMPLETADO A CADA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO]**

com a interveniência do

ITAÚ UNIBANCO S.A.

e

MERCATTO CAPITAL PARTNERS LTDA.

\_\_\_\_\_  
Datado de

[.] de [.] de 2010  
\_\_\_\_\_

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

## ÍNDICE

CLÁUSULA I.	DA INDICAÇÃO E AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS	2
CLÁUSULA II.	DOS CRÉDITOS	4
CLÁUSULA III.	DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS CRÉDITOS	7
CLÁUSULA IV.	DOS CRÉDITOS VINCENDOS	10
CLÁUSULA V.	DOS CRÉDITOS INADIMPLIDOS	13
CLÁUSULA VI.	DA RESPONSABILIDADE DA CEDENTE	14
CLÁUSULA VII.	DO PREÇO DE AQUISIÇÃO	15
CLÁUSULA VIII.	DA FORMA DE PAGAMENTO	17
CLÁUSULA IX.	DA OPÇÃO DE TROCA E DA OPÇÃO DE VENDA	17
CLÁUSULA X.	DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO	20
CLÁUSULA XI.	DO REGISTRO	23
CLÁUSULA XII.	DA COMPENSAÇÃO	24
CLÁUSULA XIII.	DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS	24
CLÁUSULA XIV.	DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE	28
CLÁUSULA XV.	DAS PENALIDADES	32
CLÁUSULA XVI.	DO PRAZO DE VIGÊNCIA	33
CLÁUSULA XVII.	DA RESILIÇÃO E DA RESCISÃO	33
CLÁUSULA XVIII.	CUSTODIANTE	36
CLÁUSULA XIX.	DAS NOTIFICAÇÕES	37
CLÁUSULA XX.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	38

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

## CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

Celebram o presente instrumento as seguintes partes:

I. IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS, condomínio fechado constituído na forma da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, cujo Regulamento e respectivo aditamento foram registrados no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob os n.ºs 8727503 e [●], de 28 de dezembro de 2009 e de [●] de janeiro de 2010, respectivamente, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.432.314/0001-80, neste ato representado por sua administradora, INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sediada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo – SP, CNPJ n.º 62.418.140/0001-31, autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528;

II. [CEDENTE], sociedade com sede na Cidade de ●, Estado de ● na ●, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ●, na qualidade de sociedade em que a Ideiasnet S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002 detém participação societária [direta/indireta], neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados;

III. MERCATTO CAPITAL PARTNERS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva n.º 26 - 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.232.241/0001-82, neste ato representada por seus representantes legais infra-assinados;

e, ainda, como interveniente anuente,

IV. ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

Sendo a Cedente, o Cessionário, e a Gestora, em conjunto, doravante denominados "Partes" ou, individualmente e indistintamente, "Parte".

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

## PREÂMBULO

CONSIDERANDO QUE: nos termos do seu Regulamento, o Cessionário é um fundo que investe seus recursos precipuamente em direitos creditórios performados originados por empresas em que a Ideiasnet detenha participação societária direta ou indireta, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, em decorrência de operações de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços para clientes finais;

CONSIDERANDO QUE: observadas as disposições do Regulamento, incluindo, sem limitação, os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão estabelecidos em referido documento, o Cessionário tem interesse em adquirir certos créditos da Cedente e esta tem interesse em cedê-los ao Cessionário; e

CONSIDERANDO QUE: as Partes pretendem estabelecer os termos e condições que regerão cada um dos negócios de cessão de créditos que vierem a se realizar entre elas no futuro, e para tanto desejam regular a promessa de cessão de direitos creditórios performados oriundos de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços para os clientes finais da Cedente;

RESOLVEM as Partes, de comum acordo e livres de qualquer vício nas respectivas manifestações de vontade, celebrar o presente CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir, a que se obrigam por si e seus sucessores:

### CLÁUSULA I. DA INDICAÇÃO E AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS

1.1. A indicação, escolha e manifestação de interesse para a compra dos Créditos é descrita a seguir.

1.2. Indicação dos Créditos. Os créditos serão indicados pela Cedente mediante a entrega ao Custodiante, por meio eletrônico em formato acordado entre Cedente e Custodiante, de arquivo contendo as características dos créditos que está disposta a transferir ao Fundo. O envio do Arquivo Magnético ao Fundo caracteriza a indicação de créditos que poderão ser cedidos pela Cedente ao Fundo.

1.2.1. Data da Oferta. Qualquer Dia Útil, na Cidade de São Paulo, a partir da celebração do Contrato de Cessão, em que a Cedente envie ao Custodiante o Arquivo Magnético será considerado como a data da indicação dos créditos, observado que, caso o Arquivo Magnético seja recepcionado após as 10:30 h, será considerada como

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

data da indicação da cessão dos créditos o dia útil, na Cidade de São Paulo, imediatamente subsequente à data da recepção do Arquivo Magnético.

1.3. Verificação do Atendimento dos Critérios de Elegibilidade. Na data do recebimento do Arquivo Magnético, o Custodiante deverá verificar quais dos créditos indicados para cessão pela Cedente atendem aos Critérios de Elegibilidade determinados na Cláusula 2.1.

1.4. Arquivo Retorno. Após a verificação prevista no item 1.3. acima, o Custodiante colocará à disposição da Cedente, por meio eletrônico, arquivo retorno com a relação: (i) dos Créditos Elegíveis; e (ii) dos créditos que não atendam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade, individualmente identificados pelo(s) respectivo(s) Critério(s) de Elegibilidade que não tenham sido atendidos por cada Crédito indicado.

1.5. Informação à Administradora, à Cedente e à Gestora. O Custodiante colocará à disposição da Administradora, da Cedente e da Gestora, por meio da Interface de Cessão disponível em seu *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), os Relatórios de Créditos Elegíveis.

1.6. Interesse na Compra dos Créditos. A inserção, pela Gestora, do valor e da taxa de desconto aplicável a cada um dos Créditos Elegíveis, por meio da Interface de Cessão disponível no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), valida o interesse do Fundo e a disponibilidade para adquirir tais Créditos Elegíveis.

1.7. Integralidade do Contrato. Observado o disposto neste Contrato e, supletivamente, nos artigos 286 e seguintes do Código Civil Brasileiro, as Partes acordam, em caráter irrevogável e irretratável, que este Contrato será aplicável - automática e independentemente de qualquer ulterior formalidade ou manifestação de vontade - a toda e qualquer operação de cessão de crédito que vier a ser celebrada entre as Partes por meio de um Termo de Cessão, conforme descrito na Cláusula III.

1.8. Interpretação do Contrato. Este Contrato prevalecerá em caso de divergência ou contradição com as disposições do Termo de Cessão que vier a ser celebrado entre as Partes, observadas as disposições deste Contrato e do Regulamento.

1.9. Direito de Preferência. O Fundo terá direito de preferência para a aquisição de Créditos Elegíveis sempre que a Cedente decidir ofertá-los à venda, cabendo ao Fundo optar por adquirir montante de créditos compatível com as disponibilidades financeiras do Fundo no momento da indicação de Créditos Elegíveis, a seu exclusivo critério.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

## CLÁUSULA II. DOS CRÉDITOS

2.1. Deverão ser indicados Créditos originados pela Cedente: (i) originários de compra e venda de mercadorias e de prestação de serviços para seus clientes finais; (ii) que atendam às Condições de Cessão, conforme verificadas pela Cedente; e (iii) que atendam aos seguintes Critérios de Elegibilidade, conforme verificados pelo Custodiante por meio da análise dos Arquivos Magnéticos enviados pela Cedente:

- a. o prazo de vencimento de cada um dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não será superior ao prazo para resgate da última série de Quotas Seniores em circulação, como definidas no Regulamento e seus respectivos Suplementos;
- b. o Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não poderá estar inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- c. o Devedor não poderá ter, na data da cessão pretendida, seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Banco Central do Brasil e sua inscrição no CNPJ/MF, conforme o caso, esteja em situação ativa;
- d. o Devedor não poderá ter, na data da cessão pretendida, registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA ou no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, em razão de títulos protestados;
- e. o percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Devedor, considerando-se, para este fim, qualquer empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico de acordo com o Artigo 243 da Lei 6.404/76, deverá ser igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida);
- f. os Direitos Creditórios deverão ter prazo de vencimento mínimo de 7 (sete) dias úteis e máximo de 100 (cem) dias úteis contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório;
- g. o percentual correspondente ao somatório do valor presente líquido de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos pelos 5 (cinco) maiores Devedores, considerando-se qualquer empresa do seu Grupo

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Econômico, deverá ser igual ou inferior a 15% (quinze por cento) da carteira de Direitos Creditórios, por seu valor presente contábil, calculado na data da cessão pretendida (considerando, *pro forma*, a cessão pretendida); e

- h. na data da cessão, os Créditos deverão ter sido originados com prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.

2.2. Com vistas a aumentar as chances de recebimento dos Créditos cedidos ao Fundo e de reduzir o risco de crédito dos respectivos Devedores, o Fundo poderá, a qualquer tempo, estabelecer: (i) critérios adicionais de elegibilidade para a aquisição de Direitos Creditórios em acréscimo àqueles previstos nesta Cláusula, desde que previamente discutidos e acordados por escrito com a Administradora, o Custodiante e com a Cedente; e (ii) alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual a Cedente cederá os Direitos Creditórios, bem como sobre a forma pela qual o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo, desde que previamente discutidas e acordadas com a Administradora, o Custodiante e com a Cedente.

2.3. Sem prejuízo de outras disposições do Regulamento, as Partes deverão observar os Artigos do Regulamento pertinentes: (i) ao prazo de vencimento máximo permitido para os Créditos a serem cedidos; e (ii) à fórmula de cálculo do preço a ser pago pelo Cessionário por tais Créditos, contemplada no Regulamento e na Cláusula VII abaixo, bem como as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade.

2.4. A Cedente, neste ato, declara e garante, e a cada celebração de um Termo de Cessão, declarará e garantirá, que todo e qualquer Direito Creditório que indicar ou efetivamente ceder ao Fundo atenderá, na data da respectiva cessão, e continuará a atender até a liquidação do Direito Creditório, às Condições de Cessão listadas abaixo e, cumulativamente, envidará seus melhores esforços para que referidos Direitos Creditórios atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos no item 2.1.

- a. Os Créditos devem: (i) ser originados de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços realizados pela Cedente a seus clientes finais; e (ii) estar livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, gravames, restrições ou pendências de quaisquer natureza.
- b. Os Direitos Creditórios, no momento do envio do Arquivo Magnético, devem se referir a Direitos Creditórios Performados, e ter sido originados com o prazo igual ou superior a 5 (cinco) dias.



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- c. Os Créditos devem ter sido constituídos e estar de acordo com a política de concessão de crédito conforme descrita no Anexo 2.4.c deste Contrato.
- d. Os Devedores não poderão estar em atraso no cumprimento de qualquer obrigação perante a Cedente.
- e. Os Direitos Creditórios estão obrigatoriamente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias, com as correspondentes notas fiscais e os respectivos Boletos Bancários; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços, necessariamente acompanhados do respectivo Termo de Aceite firmado pelo respectivo Cliente.
- f. Os boletos bancários ou de cobrança original representativos de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo anteriormente emitidos aos Clientes deverão ter sido cancelados e substituídos por novos boletos bancários do Itaú Unibanco S.A., para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., e devem indicar, em campos próprios, o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.
- g. As Faturas cedidas ao Fundo estarão obrigatoriamente acompanhadas por documento escrito, firmado pelo respectivo Cliente, em termos substancialmente idênticos ao modelo de Termo de Aceite constante do Anexo 2.4.g.
- h. A Cedente está adimplente com suas obrigações para com o Fundo, incluindo, sem limitação, a obrigação de indenizar o Fundo pelas despesas relacionadas à salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios.
- i. Os Direitos Creditórios não foram cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de exercício de Opção de Troca ou da Opção de Venda dos Direitos Creditórios, contempladas na Cláusula IX e na Cláusula X deste Contrato.
- j. A Cedente ter cumprido correta e tempestivamente as obrigações previstas na Cláusula III deste Contrato, nas cessões anteriormente realizadas para o Fundo.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

2.4.1. Os Direitos Creditórios regularmente cedidos ao Fundo poderão ser pagos em: (i) conta de cobrança de titularidade do Fundo mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. para recebimento de pagamentos relativos aos Boletos Bancários; (ii) conta de recebimento de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., conforme indicada no Termo de Aceite ou utilizada nos termos deste Contrato para recebimento de depósitos mediante Transferência Eletrônica Disponível; ou (iii) conta vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de *trustee* e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo, conforme indicada no Termo de Aceite.

2.4.2. Em defesa dos interesses do Fundo, a Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso, poderá recusar a indicação de Direitos Creditórios, ainda que a Cedente tenha declarado e garantido as Condições de Cessão.

2.5. As operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo: (a) somente poderão ser iniciadas após o registro deste Contrato no oficial de registro de títulos e documentos previsto na Cláusula XI abaixo; e (b) serão realizadas necessariamente com base no Regulamento e seus anexos, no Contrato de Custódia, neste Contrato e na regulamentação vigente. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios da Cedente de acordo com a sua condição financeira e sempre no melhor interesse de seus Quotistas.

### CLÁUSULA III. DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS CRÉDITOS

3.1. Obrigatoriedade do Termo de Cessão. Cada cessão de crédito relativa a operações de compra e venda de mercadorias e prestação de serviços para os clientes finais da Cedente, a ser realizada entre Cedente e Cessionário a partir desta data, inclusive, será devidamente formalizada por meio da celebração de Termo de Cessão que conterá a relação discriminada dos Créditos, com informações que permitam sua fácil identificação e seu Preço de Aquisição e qualquer outra informação cuja inclusão seja considerada conveniente, o qual poderá abranger várias operações, na forma e substância contida na minuta que, rubricada pelas Partes, integra este Contrato para todos os fins e efeitos legais e contratuais como Anexo 3.1. Concomitantemente à celebração de cada Termo de Cessão, a Cedente deverá assinar, juntamente com o Cessionário, todo e qualquer documento que venha a ser necessário ou exigido para a efetivação da cessão perante o Devedor e terceiros.

3.1.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. As cessões de Crédito formalizadas por meio do Termo de Cessão serão sempre realizadas em caráter irrevogável e irretratável, observadas as disposições estabelecidas na Cláusula IX e na Cláusula X deste Contrato.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

3.1.2. Procedimento para Cessão. Após as providências previstas nos itens 1.2. a 1.6 deste Contrato, o Custodiante deverá disponibilizar à Gestora, à Cedente e à Administradora, por meio da Interface de Cessão, o Relatório de Créditos Elegíveis, contendo os Direitos Creditórios que serão efetivamente adquiridos pelo Fundo.

3.1.3. Observado o item 3.1.2 acima, a Administradora confirmará, por meio da Interface de Cessão, sua concordância com a aquisição, pelo Fundo, dos Direitos Creditórios constantes do Relatório de Créditos Elegíveis, por meio do Aceite Eletrônico, apenas após o recebimento do Termo de Cessão devidamente assinado pela Cedente, por fax ou em versão digitalizada, enviada por correio eletrônico. O Aceite Eletrônico da Administradora e o posterior Aceite Eletrônico da Cedente implicará autorização ao Custodiante para realizar o pagamento do Preço de Aquisição. Caso o Custodiante receba a instrução após as 15:00 hrs., o pagamento será efetuado no Dia Útil imediatamente posterior à data da referida autorização.

3.2. Forma do Termo de Cessão. O Termo de Cessão será celebrado mediante a assinatura de instrumento físico. A Cedente deverá encaminhar à Administradora 4 (quatro) vias, originais, assinadas e rubricadas do instrumento do Termo de Cessão enviado na forma do item 3.1.3. até o 3º (terceiro) Dia Útil contado do respectivo Aceite Eletrônico da Cedente. A Administradora, ao receber o Termo de Cessão assinado pela Cedente, deverá assiná-lo e providenciará, às expensas do Fundo, o registro do Termo de Cessão assinado perante um oficial de registro de títulos e documentos competente situado na praça da Administradora em 20 (vinte) dias corridos. Ato contínuo, a Administradora encaminhará para a Cedente e esta, às suas expensas, promoverá o registro competente em sua sede, em até 20 (vinte) dias corridos, devolvendo 2 (duas) vias restantes já registradas para a Administradora em até 10 (dez) dias corridos da data de concessão do referido registro.

3.2.1. Sem prejuízo da resolução da cessão do(s) Direito(s) Creditório(s) prevista na Cláusula X abaixo, caso após o decurso do prazo: (a) de 10 (dez) dias corridos contados da data de disponibilização do Aceite Eletrônico da Cedente, prevista no item 3.1.3 acima, a Cedente não tenha entregado à Administradora as vias originais, devidamente assinadas pelos seus representantes legais, do Termo de Cessão na forma do item 3.2 acima; ou (b) de 40 (quarenta) dias corridos do recebimento do Termo de Cessão registrado na praça da Administradora, a Cedente não tenha encaminhado as 2 (duas) vias restantes para a Administradora, devidamente registradas, na forma do item 3.2. acima; o Fundo poderá, a seu exclusivo critério, interromper a aquisição de Direitos Creditórios da Cedente até o cumprimento de referidas obrigações pela Cedente.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

3.3. Formalização da Cessão. Observadas as disposições estabelecidas na Cláusula IX e na Cláusula X deste Contrato, a cessão de Créditos da Cedente ao Fundo será considerada perfeita e concluída quando do recebimento, pela Administradora, do Termo de Cessão, na forma da Cláusula 3.2, e do pagamento do preço de aquisição à Cedente, considerando-se a data efetiva do que ocorrer por último.

3.4. Efeitos da Cessão. Observadas as disposições estabelecidas na Cláusula IX e na Cláusula X deste Contrato, ao formalizar a cessão do Crédito por meio de cada Termo de Cessão, a Cedente cederá e transferirá, automaticamente, ao Cessionário, sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente, de suas Afiliadas, independentemente de qualquer formalidade adicional, todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações legais relativas ao Crédito, incluindo, sem limitação: (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do cliente devedor do referido Crédito para exigir o cumprimento da obrigação de pagar deste ou visando resguardar direito do Cessionário; e (iii) o direito de declarar o Crédito vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas entre o Devedor e a Cedente, e ainda, naquelas previstas na legislação aplicável.

3.5. Não-Efeitos. A cessão de qualquer Crédito pela Cedente ao Cessionário não acarretará: (i) a transferência de qualquer obrigação assumida pela Cedente junto aos respectivos Devedores ou oriunda da relação jurídica que deu origem ao Crédito; (ii) a assunção de qualquer responsabilidade pelo Cessionário junto à ou pela Cedente ou junto aos Devedores ou quaisquer outros terceiros; ou (iii) a alteração da relação contratual estabelecida entre a Cedente e os respectivos Devedores, exceto no que se refere ao pagamento do valor dos Créditos e dos acessórios que forem objeto de cessão ao Cessionário.

3.6. Proteção do Fundo pós-cessão. A partir da Data do Aceite Eletrônico, será vedada a prática de qualquer ato pela Cedente que se relacione, de qualquer forma, com os Créditos objeto daquele instrumento ou que possa afetar os direitos do Cessionário adquiridos por meio do Termo de Cessão. Se praticados, tais atos serão considerados nulos e ineficazes em relação ao Cessionário, sem prejuízo de qualquer outra penalidade prevista neste Contrato, no Termo de Cessão ou na legislação aplicável, especialmente o direito de exigir perdas e danos.

3.7. Notificação aos Devedores. Em se tratando de Direitos Creditórios lastreados em faturas de prestação de serviços, os Devedores dos Direitos Creditórios deverão ser cientificados e concordar com a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo por meio de Termo de Aceite a ser firmado anteriormente à Cessão. No caso de Direitos Creditórios lastreados em Boletos Bancários, a Cedente notificará os Clientes

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

a respeito das cessões de Direitos Creditórios, necessariamente por meio da emissão de Boletos Bancários pelo Itaú Unibanco S.A. na qualidade de agente de cobrança, ou por instituição por ele contratada, para os respectivos Clientes.

3.7.1. Os Termos de Aceite deverão indicar a Conta de Recebimento ou Conta Vinculada para depósito dos valores relativos aos pagamentos dos Créditos lastreados em faturas.

3.7.2. Os Boletos Bancários deverão indicar a Conta de Cobrança para pagamento dos Direitos Creditórios lastreados em Boletos Bancários.

3.7.3. Caso os boletos bancários tenham sido enviados antes da celebração do respectivo Termo de Cessão, a Cedente compromete-se, desde já, a cancelá-los e a emitir e enviar novos Boletos Bancários para cada Devedor, nos termos do item 2.4.f deste Contrato.

#### CLÁUSULA IV. DOS CRÉDITOS VINCENDOS

4.1. Cobrança dos Créditos Vincendos. A operacionalização da cobrança bancária e do recebimento dos Créditos vincendos será conduzida pela Cedente ou por agente de cobrança contratado às suas expensas, por meio de processo de cobrança realizado mediante: (i) emissão de Boletos Bancários, confeccionados e enviados para cada Devedor, antes ou após a data da cessão dos respectivos Créditos; e (ii) emissão de faturas, confeccionadas e enviadas para cada Devedor, as quais serão acompanhadas do Termo de Aceite firmado pelo Devedor.

4.2. Procedimento de Recebimento de Boletos. A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, autoriza o Custodiante, na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários: (i) ao processamento da liquidação e recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários; (ii) controle do recebimento dos Créditos depositados na Conta de Cobrança, na forma estabelecida no Contrato de Custódia; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência, ao Cessionário, da cobrança dos Créditos indevidamente creditados à Cedente, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Créditos.

4.2.1. Conciliação dos Créditos pagos por meio de Boletos Bancários. O Custodiante será responsável pela conciliação dos Créditos que venham a ser depositados diretamente na Conta de Cobrança. A Cedente será responsável pela conciliação dos Créditos pagos por meio de Boletos Bancários que venham a ser pagos ou efetuados indevidamente em conta bancária de titularidade da Cedente, e deverá

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

informar tais pagamentos ao Custodiante mediante envio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre Cedente e Custodiante, de acordo com o procedimento previsto no item 4.6.

4.2.2. Transferência do Registro de Cobrança Bancária para o Fundo. Para o devido cumprimento do item 4.2 acima, a Cedente autoriza o Custodiante a transferir, para a titularidade do Cessionário, o registro da cobrança bancária de todos os Créditos sob forma de Boleto Bancário cedidos ao Cessionário, mediante solicitação da área de custódia do próprio Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

4.2.3. Pagamento dos Direitos Creditórios por meio de Boletos Bancários cancelados. Sem prejuízo, a Cedente deverá implementar todas as rotinas e procedimentos necessários para assegurar que, caso seja efetuado qualquer pagamento relativo aos Direitos Creditórios por meio de boletos bancários anterior e originalmente emitidos aos Clientes (e cancelados e substituídos pelos correspondentes Boletos Bancários por ocasião da cessão do respectivo Direito Creditório), tais recursos sejam depositados na Conta de Recebimento e, por consequência, sejam imediata e automaticamente direcionados à liquidação dos Boletos Bancários correspondentes. O Fundo não arcará com quaisquer descontos, reduções ou outra forma de diminuição do valor do respectivo Direito Creditório em razão do pagamento em erro de boleto bancário anteriormente emitido ao Cliente.

4.3. Procedimento de Recebimento das Faturas. A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, autoriza o Custodiante, responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento das Faturas, a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta de Recebimento, conforme informações fornecidas pela Cedente, ou na Conta Vinculada (conforme o caso) decorrente do pagamento das Faturas, conforme informações fornecidas pelo Itaú Unibanco S.A., na qualidade de *trustee*; e (ii) controle do recebimento dos Créditos depositados na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada (conforme o caso).

4.4. Recebimento em Conta de Recebimento ou Conta Vinculada. A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, autoriza o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de *trustee*, agente de garantia e responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento das Faturas, a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao: (i) processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta Vinculada decorrente do pagamento das Faturas; (ii) controle do recebimento dos Créditos depositados na Conta Vinculada.

4.4.1. Conciliação dos Créditos pagos por meio de Faturas. O Custodiante será responsável pela conciliação dos Créditos que venham a ser depositados

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

diretamente na Conta de Recebimento, conforme informações fornecidas pelas Cedentes, mediante envio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre Cedente e Custodiante. O Itaú Unibanco S.A., na qualidade de *trustee*, será responsável pela conciliação dos Créditos que venham a ser depositados na Conta Vinculada. A Cedente será responsável pela conciliação dos Créditos cujos pagamentos venham a ser indevidamente depositados em conta corrente de titularidade da Cedente que não a Conta Vinculada, e dos Créditos depositados diretamente na Conta de Recebimento, e deverá informar tais pagamentos ao Custodiante de acordo com o procedimento previsto no item 4.6.1.

4.5. Evento de Liquidação. Qualquer ato da Cedente cujo objetivo seja, inequivocamente, tentar impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos Bancários ou o Procedimento de Recebimento das Faturas implicará Evento de Liquidação, nos termos do Regulamento.

4.6. Pagamento dos Créditos para a Cedente. Obrigação de Notificação. As Partes convencionam que, se a Cedente vier a receber qualquer valor de qualquer Devedor relativo ao pagamento de um Crédito que tenha sido cedido ao Cessionário por meio deste Contrato e do respectivo Termo de Cessão, tal recebimento será efetuado sob a forma de depósito, regulado pelos Artigos 627 e seguintes do Código Civil, ficando a Cedente aqui nomeada como fiel depositária de tal valor para o fim exclusivo de repassá-lo integral e imediatamente ao Cessionário, em conformidade ao disposto neste Contrato, sem qualquer direito de retenção ou compensação a qualquer título. Sem prejuízo, a Cedente deverá implementar todas as rotinas e procedimentos necessários para assegurar que, caso seja efetuado qualquer pagamento relativo aos Direitos Creditórios em qualquer conta bancária de titularidade da Cedente que não a Conta Vinculada, referido pagamento deverá direcionado à Conta de Recebimento, sem ônus para o Fundo de quaisquer descontos, reduções ou outra forma de diminuição do valor do respectivo Direito Creditório, de acordo com o procedimento do item 4.6.1. abaixo.

4.6.1. Obrigação de Informação e Devolução dos Recursos. Nas hipóteses acima, a Cedente deverá: (i) informar o Cessionário, por escrito, acerca da ocorrência do fato no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento dos recursos financeiros; e (ii) repassar ao Cessionário o montante recebido, sem qualquer dedução, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do mencionado evento, sob pena de incidir nas penalidades previstas neste Contrato relativas a descumprimento contratual, bem como ficar obrigada a efetuar o pagamento de juros de mora, atualização monetária e multa estabelecidos no presente e incidentes sobre o valor total a ser repassado. Tais liquidações/pagamentos deverão ser informados pela Cedente ao Custodiante via arquivo eletrônico no mesmo dia em que seja feita a transferência do respectivo financeiro.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

4.6.2. Impostos. Todos os pagamentos que a Cedente deva efetuar ao Cessionário nos termos deste Contrato deverão ser feitos pelo seu valor efetivo, líquido de quaisquer impostos, taxas ou contribuições, atuais ou futuros, que incidam ou venham incidir sobre tais pagamentos, de tal modo que a Cedente deverá reajustar quaisquer valores para que, após tais deduções ou retenções, o Fundo receba o mesmo valor que ele teria recebido caso não tivessem ocorrido quaisquer deduções ou retenções.

#### CLÁUSULA V. DOS CRÉDITOS INADIMPLIDOS

5.1. Direitos do Fundo. Na hipótese do Fundo não receber o valor dos Direitos Creditórios a ele cedidos pela Cedente no prazo de vencimento, a Gestora, em nome do Fundo, poderá:

- a. A seu critério, resolver a cessão ou exercer a Opção de Troca e/ou a Opção de Venda contra a Cedente;
- b. Comunicar a Cedente sobre o Crédito Inadimplido.
- c. Proceder, em conjunto com a Cedente, à cobrança amigável dos Direitos Creditórios no prazo de 30 (trinta) dias corridos do prazo de vencimento;
- d. Após o decurso do prazo acima referido ou, caso o volume de Créditos vencidos e não pagos atinjam os níveis constantes da Política de Cobrança constante do Anexo 5.1.d, contratar terceiro para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos;
- e. Exercer os direitos previstos neste Contrato, incluindo, sem limitação, a Opção de Troca e/ou Opção de Venda, a cobrança amigável ou contratar terceiro para cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos ou alienar os Direitos Creditórios inadimplidos a terceiros; e
- f. Tentar, em regime de melhores esforços, alienar, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiros.

5.2. Cobrança Judicial e Extrajudicial. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão de inteira responsabilidade da Cedente (inclusive para o pagamento dos custos de cobrança) não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos Direitos Creditórios, sem prejuízo das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato. A Administradora, a Gestora, o Custodiante ou o Fundo não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos (inclusive eventuais custos de condenação) que o Fundo venha a iniciar em face dos Devedores, de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser de responsabilidade exclusiva da Cedente.

5.2.1. As despesas relacionadas, direta ou indiretamente, com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios serão suportadas diretamente pela Cedente.

5.2.2. Não obstante os itens 5.2. e 5.2.1., na hipótese do Fundo arcar com as despesas relacionadas aos procedimentos previstos neste item 5.2., por qualquer motivo, a Cedente deverá ressarcir o Fundo integralmente das despesas efetuadas no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da solicitação de ressarcimento pelo Fundo. A Gestora efetuará o controle das despesas efetuadas nos termos desta Cláusula e enviará à Cedente, com cópia para Administradora e para o Custodiante, as solicitações de ressarcimento previstas acima.

5.2.3. Caso a Cedente se recuse ou de outra forma deixe de ressarcir o Fundo dos valores relativos às solicitações de ressarcimento de que trata o item 5.2.2., após o decurso do prazo de 30 (trinta) Dias Úteis, a Cedente estará sujeita às penalidades previstas na Cláusula XV deste Contrato.

5.3. Adicionalmente, o não pagamento, pela Cedente ao Fundo, das referidas despesas implicará no inadimplemento daquela para com o Fundo, sendo vedado ao Fundo adquirir futuramente Direitos Creditórios da Cedente inadimplente até que tal inadimplemento seja sanado, sem prejuízo das demais condições contempladas no Contrato de Cessão e nos Critérios de Elegibilidade.

5.4. Não obstante o disposto nesta cláusula, a Cedente não poderá, em nenhuma hipótese, deduzir o valor arcado por ela com os procedimentos de cobrança do valor recebido do Devedor quando este adimplir o crédito. O valor pago pelo Devedor será destinado, exclusivamente, para o Fundo.

#### CLÁUSULA VI. DA RESPONSABILIDADE DA CEDENTE

6.1. Responsabilidade. A Cedente, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, responderá pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo,

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência, certeza e validade dos Documentos Comprobatórios, garantias e instrumentos vinculados aos Direitos Creditórios.

6.2. Isenção de Responsabilidade. Entretanto, a Cedente não será responsável pela solvência dos respectivos clientes devedores dos referidos Direitos Creditórios. O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, solvência e correta formalização dos Direitos Creditórios nem pela solvência dos Clientes, devendo ser observado o disposto no Capítulo IX do Regulamento e as Cláusulas IX e X abaixo.

6.3. Ausência de Regresso ou Co-obrigação. Nas cessões de Créditos realizadas entre Cessionário e Cedente não haverá direito de regresso ou qualquer co-obrigação ou responsabilidade por parte da Cedente, exceto se esta agir com culpa ou dolo, quanto ao pagamento dos valores dos Créditos e dos acessórios, total ou parcialmente, cabendo exclusivamente ao Cessionário o risco da inadimplência dos Créditos, exceto quando disposto de modo diverso neste Contrato, especialmente nas Cláusulas IX e X abaixo.

## CLÁUSULA VII. DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

7.1. Pela aquisição de cada Crédito, o Cessionário pagará à Cedente o Preço de Aquisição, cujo valor será apurado pela Gestora de acordo com a seguinte expressão, conforme expresso em cada Termo de Cessão:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:

PA = Preço de Aquisição do Crédito "i".

VN<sub>i</sub> = Valor nominal do Crédito "i", objeto da cessão.

DU<sub>i</sub> = Número de Dias Úteis compreendido entre a Data do Aceite Eletrônico, inclusive, e a data de vencimento do Crédito "i", exclusive.

Fator<sub>ce</sub> = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \frac{\{[(1 + DI_{fut})^{1/252} - 1] + FSE\} + 1}{100}$$

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Onde " $DI_{fut}$ " corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na "Estrutura a Termo de Taxas de Juros da BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros" no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da formalização da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e " $FSE$ " corresponde ao fator *spread* de, no mínimo, 5,5% ao ano (cinco inteiros e cinco décimos percentuais ao ano).

7.2. Como regra geral, o Preço de Aquisição dos Créditos a serem cedidos ao Cessionário será pago à Cedente em moeda corrente nacional, podendo, entretanto, em caso de exercício da Opção de Troca ou da Opção de Venda, ser pago com outros Créditos de titularidade do Cessionário.

7.3. Sem prejuízo do disposto nos itens 5.1., 10.1 e demais itens deste Contrato, caso o Fundo, por meio de sua Administradora verifique, a qualquer tempo, que quaisquer dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo: (i) contêm vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos Direitos Creditórios, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios lastreadores; ou (ii) em relação aos Direitos Creditórios quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente acerca das Condições de Cessão são incorretas ou imprecisas; ou (iii) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; ou (iv) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; a Administradora, poderá, de pleno direito, resolver a cessão, sendo-lhe facultado tomar, em nome do Fundo, todas as medidas autorizadas pelo Regulamento e por este Contrato de Cessão, inclusive, mas sem limitação, a critério exclusivo do Fundo, exercer a Opção de Troca e/ou a Opção de Venda contra a Cedente, observados os termos e condições previstos neste Contrato, e mediante o envio, pela Cedente, após instrução expressa da Administradora, dos correspondentes arquivos para o processamento da resolução da cessão ou exercício das Opções de Troca e/ou Venda, conforme o caso.

7.3.1. O valor a ser pago pelo Fundo à Cedente em decorrência da resolução da cessão prevista no item 7.3. será equivalente ao saldo devedor dos respectivos Direitos Creditórios à época da resolução da cessão, reduzido proporcionalmente de eventuais pagamentos dos Direitos Creditórios ocorridos até a data da resolução da cessão.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

#### CLÁUSULA VIII. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Eleição de Contas. Qualquer valor que venha a ser devido por qualquer das Partes à outra em moeda corrente nacional, em virtude deste Contrato, de qualquer Termo de Cessão ou de qualquer outro documento celebrado entre elas, inclusive o preço de aquisição dos Créditos e os recursos a serem transferidos em decorrência do pagamento dos Direitos Creditórios e os recursos transferidos nos termos do item 7.1, serão pagos sempre mediante crédito nas contas indicadas abaixo, ou, se for o caso, para a respectiva conta fornecida por escrito à outra Parte com antecedência mínima de 5 (cinco) dias contados do vencimento da respectiva obrigação, a saber:

- a. Se para a Cedente:  
Conta n.º [•], na Agência n.º [•] do Itaú Unibanco S.A. ([•])
- b. Se para o Fundo:  
Contas correntes de titularidade do Fundo, conforme por este indicado, abertas na Agência n.º [•] do [•] S.A. ([•]).

8.2. Recibo. O lançamento no extrato do crédito em conta será tido como o documento de quitação da correspondente obrigação.

8.3. Modificações. As Partes poderão modificar a forma de pagamento acima estabelecida mediante mútuo acordo de vontades formalizado por escrito.

8.4. Incidência de Penalidades. A ausência de instruções de pagamento por escrito não eximirá a Parte que ficar inadimplente de qualquer penalidade, inclusive a incidência de juros moratórios, atualização monetária e a aplicação de multa compensatória previstos na Cláusula XV, cujo pagamento deverá ser realizado nas contas correntes indicadas acima.

#### CLÁUSULA IX. DA OPÇÃO DE TROCA E DA OPÇÃO DE VENDA

9.1. Opção de Troca. A Cedente outorga, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, Opção de Troca para o Fundo trocar: (a.) Créditos já cedidos que: (i) contenham vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos Direitos Creditórios, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados; ou (ii) em relação aos quais quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente acerca das Condições de Cessão sejam incorretas ou imprecisas; ou (iii) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; (iv) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

vencimento; ou (v) não atendam às Condições de Cessão; e por (b.) Créditos Elegíveis de mesmo valor e condições de pagamento.

9.1.1. Indicação e Seleção dos Créditos. A indicação e seleção de Créditos Elegíveis ao Fundo nos termos da Opção de Troca deverá obedecer a todos os procedimentos previstos na Cláusula I e na Cláusula III.

9.1.2. Prazo para Exercício. A Opção de Troca poderá ser exercida a partir da: (i) data de vencimento do Crédito, nos casos de inadimplemento; ou (ii) data de efetivação da Cessão, a qualquer tempo, nos demais casos.

9.1.3. Formalização do Exercício. O exercício da Opção de Troca conferida ao Cessionário na Cláusula 9.1 será formalizado por meio de Notificação de Opção de Troca a ser enviada pelo Cessionário, conforme orientação da Gestora, à Cedente, a qual, em conjunto com este Contrato e o respectivo Termo de Cessão, serão os únicos documentos que formalizarão a troca do Crédito anteriormente cedido pela Cedente ao Cessionário por um novo Crédito, com condições semelhantes, com Créditos vincendos e de Devedores adimplentes. A Cedente deverá submeter a registro, às suas expensas, a Notificação de Opção de Troca perante um oficial de registro de títulos e documentos da praça em que esteja situada sua sede, devendo a Administradora submeter a registro, às expensas do Fundo, a Notificação de Opção de Troca perante um oficial de registro de títulos e documentos da sua praça.

9.1.4. Conteúdo da Notificação. A Notificação de Opção de Troca deverá identificar os Créditos objeto da operação e o valor de cada um deles, que servirá de base para a definição do valor do(s) novo(s) Crédito(s) que a Cedente deverá entregar em troca dos Créditos anteriormente cedidos por esta ao Cessionário.

9.1.5. Ausência de Créditos Elegíveis. Se a Cedente, comprovadamente, não possuir, no momento do recebimento da Notificação de Opção de Troca, Crédito(s) Elegíveis em valor suficiente, o Cessionário, a seu exclusivo critério, poderá exercer a Opção de Venda abaixo contra a Cedente.

9.1.6. Processamento de Baixa dos Créditos. Após receber a Notificação de Opção de Troca, a Cedente deverá enviar ao Custodiante o arquivo para o processamento de baixa dos Créditos em até 1 (um) Dia Útil.

9.2. Opção de Venda. Além da Opção de Troca, a Cedente outorga ao Cessionário Opção de Venda, a ser exercida a seu exclusivo critério, relativa aos Créditos já cedidos ao Fundo, que: (i) contenham vícios relativos à existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos Direitos Creditórios, ou, ainda, de quaisquer de seus

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados; ou (ii) em relação aos quais quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente acerca das Condições de Cessão sejam incorretas ou imprecisas; (iii) não atendam aos Critérios de Elegibilidade; (iv) estejam inadimplentes há mais de 1 (um) dia da data do seu respectivo vencimento; ou (v) não atendam às Condições de Cessão.

9.2.1. Preço dos Créditos objeto de Opção de Venda. O preço dos Créditos a ser pago pela Cedente ao Cessionário como contrapartida da(s) cessão(ões) a ser(em) realizada(s) em virtude do exercício, por uma ou mais vezes, sem qualquer limite, da Opção de Venda, será calculado pela Gestora tomando-se por base o valor presente contábil, na data do evento, acrescido dos encargos previstos na Cláusula XV abaixo.

9.2.2. Prazo para Exercício. A Opção de Venda poderá ser exercida a partir da: (i) data de vencimento do Crédito nos casos de inadimplemento; ou (ii) data de efetivação da Cessão, a qualquer tempo, nos demais casos.

9.2.3. Formalização do Exercício. O exercício da Opção de Venda será formalizado por meio de Notificação de Opção de Venda a ser enviada pelo Cessionário, conforme orientação da Gestora, à Cedente, a qual, em conjunto com este Contrato e o respectivo Termo de Cessão, serão os únicos documentos que formalizarão a respectiva cessão do Crédito anteriormente cedido pela Cedente ao Cessionário. A Cedente, às suas expensas, deverá submeter a Notificação de Opção de Venda a registro perante um dos oficiais de registro de títulos e documentos da praça de sua sede. A Administradora providenciará, às expensas do Fundo, o registro da Notificação de Opção de Venda perante o oficial de registro de títulos e documentos competente na praça da Administradora.

9.2.4. Conteúdo. A Notificação de Opção de Venda deverá identificar: (i) os Créditos objeto da cessão do Cessionário para a Cedente; (ii) o preço devido por cada um deles pela Cedente; e (iii) o prazo para pagamento por parte da Cedente, previsto no item 9.2.5 abaixo.

9.2.5. Prazo para Pagamento. O Preço dos Créditos objeto da Opção de Venda será devido e pago sempre no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que a Cedente receber a Notificação de Opção de Venda, em moeda corrente nacional, exceto se as Partes acordarem, por escrito, de modo diverso, em cada caso.

9.2.6. Processamento de Baixa dos Créditos. Após receber a Notificação de Opção de Venda, a Cedente deverá enviar ao Custodiante o arquivo para o processamento de baixa dos Créditos em até 1 (um) Dia Útil.

9.2.7. Declarações da Cedente. A Cedente: (i) reconhece que a Notificação de Opção de Venda ou a Notificação de Opção de Troca, conforme o caso, é

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

instrumento hábil para formalizar a cessão de crédito dela decorrente, independentemente de qualquer ulterior manifestação de vontade de sua parte, a qual é aqui manifestada em caráter irrevogável e irretratável; e (ii) se compromete a cumprir integralmente as obrigações decorrentes da Opção de Venda e da Opção de Troca, se exercidas pelo Cessionário, e, em consequência, respectivamente adquirir os Créditos objeto da Opção de Venda e/ou substituir os Créditos objeto da Opção de Troca por outros de igual natureza e valor e/ou adquirir os Créditos objeto da Opção de Troca.

9.3. Possibilidade de Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Créditos. O Cessionário, durante o prazo concedido pela Cláusula 9.2.5, poderá, conforme instruções da Gestora, cobrar, diretamente ou por meio de terceiros, ainda que judicialmente, um ou mais dentre os Devedores, visando a recuperar o seu crédito, sendo que tal cobrança não significará o cancelamento ou a extinção do direito de exercer a Opção de Venda ou a Opção de Troca. Porém, caso o Cessionário opte por não cobrar um, alguns ou todos os Devedores, qualquer perda de direito de recebimento dos Créditos objeto de cada uma das Opções, inclusive em virtude de prescrição ou decadência, será de única responsabilidade da Cedente.

9.4. Devolução de Documentos. O Cessionário devolverá todos os documentos relativos aos Créditos objeto da Opção de Venda ou da Opção de Troca que porventura estiverem em seu poder no prazo de até 10 (dez) dias a contar, respectivamente, do recebimento do preço de Opção de Venda ou do recebimento dos documentos relativos aos novos créditos a serem cedidos pela Cessionária por força da Opção de Troca.

9.5. Ausência de Direito de Regresso ou Co-obrigação. A cessão de Crédito pelo Cessionário em razão da Opção de Venda e/ou da Opção de Troca será sempre realizada sem direito de regresso ou qualquer co-obrigação ou responsabilidade por parte do Cessionário quanto ao pagamento dos valores dos Créditos e dos acessórios, total ou parcial, cabendo exclusivamente à Cedente o risco da inadimplência dos Créditos por ela recebidos em razão da cessão.

#### CLÁUSULA X. DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO

10.1. Condições Resolutivas. Sem prejuízo do previsto nos itens 5.1. e 7.3., ficará resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, conforme aprovado pela Gestora, sem qualquer custo para o Cessionário, a cessão dos Créditos:

- a. cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimentos, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de: (i) vícios

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

relativos à existência, certeza, liquidez exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, eficácia ou correta formalização dos Direitos Creditórios e de sua cessão ao Fundo, ou, ainda, de quaisquer de seus Documentos Comprobatórios, garantias e outros instrumentos vinculados, e de sua cessão ao Fundo; ou (ii) incorreções ou imprecisões em relação a quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente acerca das Condições de Cessão;

- b. que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Créditos;
- c. originários de fraude cometida pela Cedente;
- d. que violem ou tornem incorreta quaisquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente neste Contrato;
- e. que não atendam, simultaneamente, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade, quando não exercidas Opções de Troca ou Opção de Venda; e
- f. caso a Cedente não observe os prazos e obrigações previstos no item 3.2. deste Contrato.

10.2. Exemplos. Apenas a título exemplificativo e sem o objetivo de restringir a amplitude da Cláusula 10.1 acima, serão consideradas também Condições Resolutivas, sem taxatividade:

- a. O cancelamento do contrato que formalizava o Crédito concedido ao Devedor, por vício de qualquer espécie na sua formalização e contratação;
- b. O arrependimento eficaz do Devedor, isto é, se este procurar a Cedente dentro do prazo que ela concede a seus clientes para que estes, se assim quiserem, desistam da operação de crédito sem qualquer ônus;
- c. A inexistência ou insuficiência dos Documentos Comprobatórios dos Créditos, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados;
- d. Se algum Crédito cedido e ainda não pago pelo respectivo Devedor houver sido cedido em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e com as Condições de Cessão definidos neste Contrato e no Regulamento.



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- e. Se a Cedente ceder ao Cessionário qualquer Crédito inexistente, ilíquido ou incerto.
- f. Se for verificada a inexatidão de qualquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente ao Cessionário ou a quaisquer terceiros agindo em seu nome, referente aos Créditos cedidos ou aos Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros documentos vinculados que dão lastro a estes Créditos.

10.2.1. Pagamento Antecipado. Em caso de eventual pagamento antecipado de Crédito por parte do respectivo Devedor, o Cessionário receberá o valor pago antecipadamente, calculado com base na Cláusula 10.4 abaixo, e a Cedente ficará obrigada a indicar outros Créditos que estejam em conformidade com os Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento e neste Contrato e com as Condições de Cessão no Regulamento e neste Contrato, com o objetivo de recompor a Carteira do Fundo.

10.3. Comunicação de Evento. A Cedente se compromete a comunicar ao Fundo por meio de notificação escrita, em caráter irrevogável e irretratável, qualquer fato que possa ensejar a resolução de uma cessão de Crédito ao Cessionário no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas do seu conhecimento do fato. Sem prejuízo, a Cedente deverá enviar ao Custodiante, por meio eletrônico, arquivo contendo as características dos Créditos cuja cessão esteja disposta a resolver. O envio do arquivo ao Fundo caracteriza a resolução da cessão dos Créditos pela Cedente. Não obstante, caso sejam identificadas quaisquer das Condições Resolutivas pelo Cessionário, pela Administradora ou pela Gestora, a Administradora enviará à Cedente notificação para que esta envie ao Cessionário o arquivo eletrônico de que trata o presente item. A não comunicação nos termos desta cláusula caracteriza Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento.

10.4. Restituição do Preço da Cessão. Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas, a Cedente deverá restituir ao Cessionário o valor do preço de aquisição pago pelos Créditos objeto da cessão resolvida, corrigido pela taxa de desconto aplicada à cessão em referência, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento em moeda corrente nacional.

10.4.1. Prazo de Pagamento. A restituição deverá ser promovida pela Cedente ao Fundo no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o último dos seguintes eventos: (i) o envio da comunicação de que trata a Cláusula 10.3 supra; (ii) o recebimento da notificação enviada pelo Cessionário, conforme orientação da Gestora, solicitando o seu pagamento, o que ocorrer primeiro; (iii) processamento do arquivo eletrônico enviado pela Cedente ao Custodiante referente às ocorrências devidamente

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

discriminadas; e (iv) disponibilização dos respectivos relatórios, pelo Custodiante no seu *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), com o resultado do processamento.

10.4.2. Caso a Cedente se recuse ou de outra forma deixe de ressarcir o Fundo dos valores relativos à solicitação de restituição de que trata o item 10.4 e sub item 10.4.1 após o decurso do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a Cedente estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

10.4.3. A não restituição pela Cedente ao Fundo dos valores mencionados nos itens 10.4 e 10.4.1 implicará inadimplemento da Cedente para com o Fundo, sendo vedado ao Fundo adquirir futuramente Direitos Creditórios da Cedente inadimplente até que tal inadimplemento seja sanado, sem prejuízo das demais condições contempladas no Regulamento, neste Contrato e nos Critérios de Elegibilidade.

#### CLÁUSULA XI. DO REGISTRO

11.1. Registro do Contrato. Caso a sede da Cedente e da Administradora não estejam na mesma localidade, a Cedente deverá providenciar, às suas expensas, o registro deste Contrato perante um oficial de Registro de Títulos e Documentos situado na praça de sua sede em até 5 (cinco) dias a contar da data de sua assinatura. A Cedente deverá encaminhar documento comprobatório de tal registro ao Cessionário em até 5 (cinco) dias após a obtenção do registro. A Administradora também deverá providenciar, às expensas do Fundo, o registro deste Contrato perante um oficial de Registro de Títulos e Documentos situado na praça da sede da Administradora no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Contrato.

11.2. Registro dos Termos de Cessão. A obrigação de registro deste Contrato prevista no item acima se aplicará também a cada um dos Termos de Cessão celebrados no âmbito deste Contrato, os quais deverão ser registrados perante os competentes oficiais de registro de títulos e documentos situados nas praças das sedes da Administradora e da Cedente nos termos do item 3.2, caso suas sedes estejam em localidades diferentes.

11.3. Registro de Outros Documentos. Quando coincidirem os locais de sede das partes signatárias de documentos previstos neste Contrato, cujo registro seja exigido nos termos deste Contrato ou por determinação legal, perante um oficial de Registro de Títulos e Documentos, bastará um único registro. Também serão registrados quaisquer documentos celebrados entre as Partes que, por força de lei, dependam dessa formalidade para produzir efeitos contra terceiros, incluindo as Notificações de Opção de Troca e Opção de Venda, nos termos da Cláusula IX.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

#### CLÁUSULA XII. DA COMPENSAÇÃO

12.1. Autorização pela Cedente. O Cessionário fica, desde já, autorizado pela Cedente, em caráter irrevogável e irretratável, a compensar todo e qualquer crédito que vier a deter contra a Cedente em decorrência deste Contrato e dos Termos de Cessão com qualquer valor devido pelo Cessionário à Cedente ou com o preço de qualquer Crédito devido pelo Cessionário à Cedente, cabendo ao Fundo a escolha das parcelas a serem compensadas.

12.2. Notificação Prévia. Caso o Cessionário decida exercer o direito que lhe é conferido no item anterior, deverá comunicar o fato à Cedente, anteriormente à compensação, por meio de notificação por escrito que informará os Créditos objeto da compensação, sendo que nenhuma oposição pela Cedente será válida.

#### CLÁUSULA XIII. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS

13.1. Declarações e Garantias da Cedente. A Cedente, neste ato, declara e garante ao Cessionário que:

- a. Existência. É uma sociedade devidamente constituída sob as leis brasileiras e continuará existindo legalmente durante todo o prazo de vigência do presente.
- b. Representação. As pessoas que a representam neste ato, ou a representarão, conforme o caso, ao longo do período de vigência deste Contrato, têm e terão os poderes necessários para assumir, em seu nome, as obrigações previstas nos competentes documentos.
- c. Autorizações. Possui todas e quaisquer autorizações necessárias para a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações nele constantes ou dele decorrentes.
- d. Demonstrações Financeiras. A sua situação econômica, financeira e patrimonial não afeta nem poderá afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato. A Cedente apresentará demonstrações financeiras relativas a qualquer período em relação ao qual esteja obrigada por imposição regulamentar a elaborar demonstrações financeiras e após decorrido o prazo que a lei ou regulamentação pertinente lhe concede para finalizar as citadas

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

demonstrações financeiras, sempre que solicitado pelo Cessionário no prazo de no máximo 10 (dez) dias do recebimento da solicitação.

- e. Ausência de vícios. Qualquer cessão de Crédito que venha a ser formalizada com o Cessionário não será passível de anulação ou nulidade por qualquer terceiro, especialmente em virtude de caracterização de fraude contra terceiros.
- f. Ausência de Protestos. Não há quaisquer títulos de sua emissão ou Devedores contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, e ela, Cedente, não cederá nenhum Crédito ao Cessionário se, no momento da formalização da cessão, houver títulos protestados em seu nome.
- g. Ausência de Inscrição "Negativa". Não está inscrita na Centralização dos Serviços dos Bancos S/A – SERASA ou qualquer outra entidade cadastral de cheques sem fundo, protesto, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, e ela, Cedente, não cederá nenhum Crédito ao Cessionário se, no momento da formalização da cessão, estiver inscrita em tais entidades.
- h. Liquidez dos Créditos. Os Créditos a serem cedidos ao Cessionário por meio do Termo de Cessão serão de sua legítima e exclusiva titularidade; estarão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, penhor, indisponibilidade ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão e o pleno exercício, pelo Cessionário, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Créditos e atenderão plenamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade.
- i. Aprovações obtidas. Não cederá nenhum Crédito ao Cessionário cuja cessão dependa da anuência ou aprovação do respectivo Devedor ou de qualquer terceiro, exceto se já obtida no momento da formalização da cessão.
- j. Ausência de Falência ou Recuperação dos Devedores. Não cederá nenhum Crédito ao Cessionário cujo Devedor tenha contra si pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial requerido.
- k. Título Executivo. Somente cederá Crédito ao Cessionário que esteja documentalmente representado por título executivo extrajudicial ou judicial válido e eficaz, nos termos da legislação aplicável.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- l. Manutenção dos Contratos. A celebração deste Contrato ou de qualquer Termo de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam ou acarretarão, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de: (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados pela Cedente, dos quais ela e/ou suas partes relacionadas sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Créditos a serem cedidos para o Cessionário; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento ou outro normativo a que a Cedente (ou sua controladora, suas controladas ou suas coligada, diretas ou indiretas) ou ao qual qualquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente (ou sua controladora, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade.
- m. Inexistência de Relação de Consumo. A cessão de quaisquer Créditos nos termos deste Contrato e dos Termos de Cessão não estabelece e não estabelecerá, direta ou indiretamente, relação de consumo entre o Cessionário e os respectivos Devedores e entre a Cedente e o Cessionário.
- n. Créditos Performados. Somente cederá Créditos ao Cessionário que sejam relativos a contratos celebrados com Devedores que estejam sendo integralmente cumpridos pela Cedente, e que não haja nenhum motivo, de qualquer natureza, que possa ser alegado pelos Devedores para evitar o pagamento pontual dos Créditos, inclusive a rescisão contratual.
- o. Ausência de Deduções dos Créditos Cedidos. Não há e nem tampouco haverá no momento da celebração de cada Termo de Cessão qualquer motivo que permita aos respectivos Devedores efetuarem deduções, a qualquer título, dos Créditos cedidos ao Cessionário.
- p. Boa Fé. Assinará todos e quaisquer documentos e tomará todas as medidas exigidas pelos Devedores e pelo Cessionário para que aqueles efetuem o pagamento dos Créditos cedidos ao Cessionário.
- q. Processos Judiciais. Não possui nenhuma reivindicação, processo judicial, arbitral ou medida administrativa em que figure no pólo passivo ou em que seus diretores ou acionistas controladores figurem no pólo passivo, que possa influenciar de modo significativo sua situação patrimonial ou operacional e que não possui nenhuma reivindicação, processo judicial,

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

arbitral ou medida administrativa em que figure no pólo passivo cujo valor exceda R\$ [•].

- r. Ausência de Garantias prestadas. Não prestou garantia de nenhuma natureza no âmbito de suas operações que possam, se executadas, influenciar de modo significativo sua situação patrimonial ou operacional.
- s. Possibilidade de Cessão do Crédito. Somente cederá Crédito ao Cessionário que possa ser por este livremente cedido a qualquer terceiro, independentemente da anuência ou aprovação do respectivo Devedor ou de qualquer outro terceiro, ou, quando tal anuência ou aprovação for exigida, após tê-la obtida junto ao respectivo Devedor ou terceiro.
- t. Ausência de Condições. Não cederá Crédito para o Cessionário cuja obrigação de pagar pelo respectivo Devedor esteja sujeita ao adimplemento de qualquer condição suspensiva ou resolutiva.
- u. Documentos Comprobatórios. Os Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros instrumentos vinculados, que constituem os Créditos serão emitidos em conformidade com o Regulamento e as determinações dos Devedores, de modo que estes não poderão se recusar a efetuar o pagamento por vício ou defeito de tais Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros instrumentos vinculados.
- v. Anuência aos termos do Regulamento. A Cedente, neste ato, declara conhecer e concordar com o Regulamento em seu inteiro teor, não restando dúvidas acerca dos direitos e obrigações da Cedente nele previstos.

13.2. Declarações e garantias do Fundo. O Fundo, neste ato, declara e garante à Cedente que (exceto se disposto de modo diverso no Termo de Cessão):

- a. Constituição. É um fundo de investimento em direitos creditórios devidamente constituído sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
- b. Representação. As pessoas que o representam neste ato, ou o representarão, conforme o caso, ao longo do período de vigência deste Contrato, têm e terão os poderes necessários para assumir, em seu nome, as obrigações previstas nos competentes documentos.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- c. Autorizações. Possui todas e quaisquer licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao seu funcionamento e para a celebração deste Contrato, dos Termos de Cessão e quaisquer outros documentos e o cumprimento das obrigações neles constantes e deles decorrentes.
- d. Manutenção dos Contratos. A celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de: (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados pelo Cessionário ou aos quais esteja vinculado, a qualquer título, qualquer dos bens de sua propriedade; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento ou outro normativo a que o Cessionário ou ao qual qualquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete o Cessionário ou qualquer dos bens de sua propriedade.

13.3. Natureza das declarações e Garantias. As Partes acordam e reconhecem que as declarações e garantias prestadas acima são essenciais para que as Partes celebrem o presente Contrato e venham a celebrar, a qualquer tempo, qualquer Termo de Cessão, sendo as mesmas tidas como parte integrante de todos os Termos de Cessão, independentemente de qualquer formalidade ou ulterior manifestação de vontade.

#### CLÁUSULA XIV. DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

14.1. A Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a:

- a. Manutenção das declarações e garantias. Adotar todas as medidas necessárias para manter válidas e eficazes as declarações e garantias prestadas na forma da Cláusula XIII supra, mantendo o Cessionário informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade e a exatidão de qualquer das referidas declarações e garantias e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade ou inexatidão delas, durante a vigência deste Contrato e enquanto estiver válido um Termo de Cessão.
- b. Autorizações. Manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações necessárias à execução deste Contrato.
- c. Tempestividade. Cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente Contrato e perante os respectivos Devedores.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- d. Anuência do Fundo. Não proceder a alterações, aditamentos ou cessões com terceiros que sejam relativos a Créditos cedidos para o Cessionário, sem a prévia e expressa anuência do Cessionário.
- e. Cumprimento de obrigações. Cumprir as obrigações previstas nos Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros instrumentos vinculados aos Créditos cedidos para o Cessionário, dentro dos prazos ali estabelecidos.
- f. Melhores esforços. Utilizar seus melhores esforços a fim de colaborar com o Cessionário em tudo o que se fizer necessário para que o Cessionário receba a totalidade dos Créditos a este cedidos.
- g. Validade da Cessão. Tomar todas as medidas necessárias para que os Créditos, bem como suas garantias, sejam efetiva e validamente cedidos ao Cessionário.
- h. Não recebimento de recursos. Não receber diretamente dos Devedores qualquer importância relativa aos Créditos que ceder ao Cessionário e, se o fizer, por qualquer motivo, atentar para o estabelecido neste Contrato.
- i. Apresentação de Documentos. Sempre que solicitada por uma das Partes, fornecer informações e documentos relativos aos Créditos que ceder ao Cessionário, em até 5 (cinco) dias ou, no caso de solicitação por parte das autoridades competentes, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência ao prazo estabelecido pela autoridade competente.
- j. Atualização dos Registros. Manter atualizados seus registros contábeis, inclusive para refletir as operações de cessão objeto deste contrato de acordo com a legislação aplicável.
- k. Informação sobre Fusão ou Aquisição. Informar o Cessionário a respeito de quaisquer operações de fusão ou aquisição que conclua, em até 24 (vinte e quatro) horas após o término das negociações.
- l. Acesso aos Documentos Comprobatórios do Crédito. Permitir ao Cessionário e ao Custodiante, ou a quem estes indicarem, acesso aos Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros instrumentos vinculados, bem como a todos os dados e informações relacionados aos Créditos a ele cedidos, inclusive na hipótese de Evento de Liquidação nos termos do Regulamento. Se os documentos estiverem sob depósito de terceiros contratados pela Cedente para tanto, a Cedente



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

deverá, neste caso, comunicar tais prestadores de serviços para que seja franqueado pleno acesso, pelo Cessionário e pelo Custodiante, aos Documentos Comprobatórios, suas respectivas garantias e outros instrumentos vinculados, podendo o Cessionário extrair cópias ou solicitar cópias autenticadas, assim como permitir acesso via meio eletrônico a informações relativas aos Créditos, constantes das bases de dados da Cedente ou de terceiros sempre que possível juridicamente. Se não for possível, a Cedente se compromete a tomar as medidas cabíveis para que o Cessionário tenha esse acesso, inclusive solicitar autorização para tal junto ao respectivo Devedor ou eventuais terceiros que controlem o acesso às referidas bases de dados.

- m. Demonstrações Financeiras. Encaminhar ao Cessionário, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias do encerramento do 4º (quarto) mês de cada exercício social, cópia autenticada de suas demonstrações financeiras, relatório de administração e parecer dos auditores independentes ou conselho fiscal, se aplicável.
- n. Informação sobre modificação substancial negativa. Informar prontamente qualquer modificação substancial negativa em sua situação econômico-financeira conforme evidenciada pelas últimas demonstrações financeiras apresentadas ao Cessionário que possam afetar a decisão do Cessionário de adquirir Crédito da Cedente.
- o. Estatuto Social ou Contrato Social e suas alterações. Entregar ao Cessionário, nesta data, cópia autêntica de seu Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, bem como apresentar cópias autenticadas dos documentos que alteram o referido Estatuto ou Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua celebração.
- p. Eleição dos Administradores. Apresentar, neste ato, cópia autenticada do documento societário que comprova a eleição de seus administradores, bem como dos documentos que vierem a ser formalizados no futuro alterando a administração da Cedente, sendo que tais alterações somente vincularão o Cessionário após este receber tais documentos.
- q. Protesto, falência ou recuperação. Informar, por escrito, o Cessionário a respeito de qualquer protesto efetivado contra a Cedente, bem como acerca de qualquer ação judicial cujo objeto seja a falência ou a recuperação judicial ou extrajudicial da Cedente ou quaisquer Créditos

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

cedidos ao Cessionário, no prazo de 1 (um) dia a contar do conhecimento de qualquer desses fatos.

- r. Depósito dos Documentos Comprobatórios. Fazer a guarda dos documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pela Cedente para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, garantias e outros instrumentos vinculados, inclusive os Boletos Bancários, as Faturas e os Termos de Aceite, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços, bem como agir como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados aos Créditos até o encerramento das atividades do Fundo. A Cedente poderá, no entanto, delegar a terceiros, às suas expensas e em benefício do Fundo, a custódia dos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados aos Créditos, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo, os Quotistas e o Custodiante. Neste caso, a Cedente deverá, pelo que obriga-se neste ato a: (i) garantir livre acesso aos Documentos Comprobatórios, respectivos anexos, garantias e outros documentos vinculados, a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo, por condomínio que eventualmente o substitua, ou pelo Custodiante até que todos os direitos e obrigações relacionadas com os direitos creditórios estejam prescritos, independentemente do prazo de vigência deste Contrato de Cessão; (ii) notificar o Custodiante, para que este manifeste sua ciência e concordância; (iii) assegurar que o Custodiante tenha livre acesso aos Documentos Comprobatórios e demais documentos, conforme o caso, junto ao terceiro contratado; e (iv) assegurar que o terceiro não entregue às Cedentes qualquer Documento Comprobatório sem autorização expressa do Custodiante.
- s. Créditos. Não oferecer ao Cessionário: (i) Créditos que tenham sido objeto de negociação prévia com terceiros; (ii) Créditos que tenham sido objeto de qualquer espécie de repactuação entre o respectivo Devedor e a Cedente; e (iii) Créditos que não se enquadrem nas Condições de Cessão determinadas do item 2.4. acima.
- t. Créditos. Somente oferecer Créditos enquadrados em sua Política de Concessão de Crédito, nos termos do Anexo 2.4.c deste Contrato.
- u. Condições Resolutivas. Nos termos do item 10.3, notificar e cientificar o Cessionário sobre a verificação da ocorrência de evento que possa dar

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

ensejo à resolução de qualquer cessão de Créditos ao Cessionário no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas do seu conhecimento do fato.

14.2. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas no item 14.1 acima que não seja sanado em até 3 (três) Dias Úteis ensejará a aplicação de multa, por cada ocorrência, em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do volume dos direitos cedidos ao Fundo pela Cedente, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da notificação enviada nos termos deste item. A aplicação da multa deverá ser informada à Cedente mediante notificação enviada nos termos da Cláusula XIX.

14.3. O Custodiante verificará trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, a existência e formalização dos Direitos Creditórios, de acordo com o escopo definido no Anexo 14.3.1 deste Contrato, incluindo o Termo de Aceite, se aplicável, bem como o cumprimento, pelas Cedentes, com relação à guarda e organização dos referidos Documentos Comprobatórios. A verificação será realizada por amostragem, devendo apresentar à Administradora, às Cedentes, à empresa de auditoria e à agência classificadora de risco contratada pelo Cessionário informação sobre o resultado dessa verificação. Em caso de verificação de inconsistência nos documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios, a comunicação aqui prevista deverá ser imediata. Não obstante, o Custodiante poderá verificar a qualquer momento, a seu exclusivo critério, e desde que nos horários comerciais de funcionamento, a existência e a formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento de suas obrigações com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios, conforme estabelecido no Contrato de Custódia.

14.3.1. Os parâmetros de quantidade dos Direitos Creditórios cedidos e de diversificação de Devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com o Anexo 14.3.1.

## CLÁUSULA XV. DAS PENALIDADES

15.1. Mora, Multa e Atualização Monetária. Respeitado o prazo de cura de 1 (um) Dia Útil, o inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, mora de tal Parte, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos:

- a. juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor;

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- b. multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento); e
- c. em qualquer hipótese, o valor devido será corrigido monetariamente a partir da data de seu vencimento original com base no índice acumulado de variação do IGP-M, conforme divulgado pela Fundação Getulio Vargas, e apropriado, se for o caso, *pro rata temporis*, ou por outro índice que vier a substituí-lo, no caso de sua extinção.

15.2. Perdas e Danos. Sem prejuízo das penalidades previstas no item 15.1 acima, o inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato, do qual tenha sido notificada para regularizar e não o faça no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 1 (um) Dia Útil, obrigará a Parte que der causa ao inadimplemento ao pagamento à parte comprovadamente prejudicada das perdas e danos diretos comprovadamente incorridos pela respectiva Parte em decorrência de tal inadimplemento.

15.3. Danos Patrimoniais Diretos. As Partes responsabilizam-se, ainda, pelos danos patrimoniais diretos, devidamente comprovados, que venham a causar decorrentes da prestação de declarações falsas, imprecisas ou incorretas no âmbito do presente Contrato.

15.4. Prazo para obrigação de indenizar. A obrigação de indenizar estabelecida nesta Cláusula permanecerá em vigor mesmo após o término do presente Contrato.

#### CLÁUSULA XVI. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. Ressalvado o disposto na Cláusula XVII, o presente Contrato vigorará a partir desta data e permanecerá em vigor até a liquidação integral do Fundo.

16.2. Se, por força de decisão judicial ou ato do poder legislativo a presente Cláusula for considerada inválida ou ineficaz, entender-se-á que o prazo do presente Contrato será de 120 (cento e vinte) meses a contar da presente data.

#### CLÁUSULA XVII. DA RESILIÇÃO E DA RESCISÃO

17.1. Rescisão. O presente Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, a exclusivo critério da Parte adimplente, nos seguintes casos, sem prejuízo de outros previstos no presente:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- a. Descumprimento: Se houver o descumprimento, pela outra Parte, de qualquer das obrigações assumidas neste Contrato ou em qualquer Termo de Cessão, que não tenha sido sanado após 3 (três) Dias Úteis contados da data em que a Parte inocente notificar a Parte infratora da ocorrência do referido descumprimento.
- b. Inexatidão das declarações e garantias: Se for verificada a inexatidão de qualquer das declarações e garantias relacionadas à situação da Cedente prestadas no âmbito da Cláusula XIII acima.
- c. Condições de Cessão: Existência de evidência de que a Cedente tenha indicado ao Fundo Direitos Creditórios que não atendam, cumulativamente, a todas as Condições de Cessão;
- d. Alienação de Direitos Creditórios: Ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação ou outra forma de transferência da titularidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente; e
- e. Falência e recuperação: se for decretada a falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou instituto substituto ou análogo nos termos da legislação aplicável com relação a qualquer das Partes, incluindo a Administradora, e quaisquer sociedades controladoras ou controladas, direta ou indiretamente, pelas Partes.
- f. Liquidação do Fundo: Caso ocorra, por qualquer razão, a liquidação do Fundo, de forma antecipada ou não.
- g. Lastro e gravames: Existência de evidência de que a Cedente tenha: (a) emitido ou permitido, deliberadamente, com culpa ou dolo, a emissão de Documentos Comprobatórios, seus respectivos anexos, garantias e outros instrumentos vinculados para origem de Direitos Creditórios sem lastro; ou (b) indicado ao Fundo Direitos de Crédito sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames que tenham sido constituídos previamente à sua cessão ao Fundo ou que tenham sido objeto de outra cessão para terceiros.
- h. Quotas Seniores: Caso não existam mais Quotas Seniores em circulação.
- i. Interesse do Fundo: Caso não haja mais interesse na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- j. Retenção pela Cedente: Retenção, pela Cedente, por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, de valores de propriedade do Fundo, em inobservância a disposições deste Contrato, em especial, aquelas previstas na Cláusula IV, Cláusula IX e Cláusula X, sem prejuízo do pagamento das penalidades previstas neste Contrato.

17.2. Resilição pela Cedente. É vedada a resilição do presente Contrato pela Cedente enquanto houver Créditos cedidos não pagos. No entanto, caso não existam Créditos cedidos não pagos, este Contrato poderá ser resilido mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias à Administradora, somente após o decurso do 60º (sexagésimo) mês após a data da primeira cessão de Créditos ao Fundo e nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência de situações que comprovadamente tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente, desde que decorrente de situação alheia ao controle da Cedente, tais como: (a) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros e (b) aprovação pelos Quotistas de novo *Benchmark* que torne o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente; e (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

17.2.1. O exercício do direito de resilição nos termos acima é condicionado à restituição, pela Cedente ao Fundo, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de resilição a ser encaminhada pela Cedente à Administradora, do valor total dos Créditos Cedidos pela Cedente ao Cessionário, acrescidos de eventuais custos e encargos decorrentes da resilição do Contrato, após o que a Administradora adotará as providências estabelecidas no Regulamento.

17.3. Resilição pelo Fundo. O Fundo poderá resilir este Contrato, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias à Cedente.

17.4. Efeitos da Resilição ou Rescisão. A resilição ou rescisão do presente Contrato não acarretará revogação das cessões de Créditos já realizadas por meio dos respectivos Termos de Cessão, nem tampouco a modificação dos direitos e das obrigações das Partes previstas no presente e nos Termos de Cessão, não prejudicando o direito das Partes de exigir reciprocamente o integral e pontual cumprimento das obrigações que sejam exigíveis ou se tornem exigíveis em razão da resilição ou rescisão.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

#### CLÁUSULA XVIII. CUSTODIANTE

18.1. Responsabilidades. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações previstos na regulamentação aplicável e nos contratos celebrados com o Cessionário, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- a. observar estritamente as instruções que lhe forem dadas pela Administradora ou pela Gestora, e os princípios e normas profissionais de diligência, prudência e perícia para a execução de suas funções;
- b. receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- c. validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- d. realizar a liquidação física e financeira dos Créditos, evidenciados pelo instrumento de cessão e Documentos Comprobatórios da operação;
- e. fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Créditos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.;
- f. diligenciar, a suas expensas, para que seja mantida atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos Creditórios, de acordo com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso pela empresa de auditoria, agência classificadora de risco contratados pelo Fundo e pelos órgãos reguladores;
- g. cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo; e
- h. informar à administradora e/ou gestora do Cessionário, tão logo chegue ao seu conhecimento, o descumprimento, pela Cedente, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia.

18.2. Isonção de Responsabilidades. O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação de Créditos ao protesto ou pela inserção de nome de Devedores de Créditos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

18.3. Extinção do Contrato de Custódia. Na hipótese de extinção do Contrato de Custódia, os direitos e obrigações do Custodiante previstos neste Contrato serão automaticamente extintos, sem ônus e independentemente de notificação.

18.4. Sobrevivência das Cessões. A rescisão ou rescisão do presente Contrato não acarretará a revogação das cessões dos Créditos já realizadas por meio dos respectivos Termos de Cessão, nem tampouco a modificação dos direitos e das obrigações das Partes previstas no presente em relação a tais cessões, exceto se o Cessionário negociar os Créditos nos termos da Cláusula X supra.

#### CLÁUSULA XIX. DAS NOTIFICAÇÕES

19.1. Forma e endereços. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a. Se para a Cedente:

[•]

b. Se para o Cessionário:

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

A/C: Walter Watanabe; Leandro Morari

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

São Paulo/SP

Tel.: 55 11 5029-4062 / 5029-4880

Fax: 55 11 5029-1394

E-mail: [walter.watanabe@itau.unibanco.com.br](mailto:walter.watanabe@itau.unibanco.com.br) / [leandro.morari@itau-unibanco.com.br](mailto:leandro.morari@itau-unibanco.com.br) / [produtosestruturados@itau-unibanco.com.br](mailto:produtosestruturados@itau-unibanco.com.br)

19.2. Data de Recebimento. Salvo previsão expressa em contrário, os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante aviso de recebimento, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento de correspondência eletrônica ou da transmissão via fac-símile. Para os fins desta Cláusula, será considerada válida a confirmação de recebimento via fac-símile ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

utilizado na transmissão e que dele constem informações suficientes para identificar o emissor, o destinatário, a data e a hora do envio.

## CLÁUSULA XX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Vinculação e Sucessão. O presente Contrato é assinado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

20.2. Acordo Integral. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes formalizado até a presente data substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos verbais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

20.3. Aditamento. Nenhuma das disposições deste Contrato, seus Anexos ou de qualquer Termo de Cessão ou qualquer outro documento constitutivo de direito celebrado entre as Partes poderá ser renunciada, modificada ou alterada, exceto se mediante instrumento escrito firmado por todas as Partes.

20.4. Execução Específica. Sem prejuízo de outros recursos detidos pelas Partes, as disposições e obrigações assumidas neste Acordo comportam execução específica, nos termos dos artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil, não sendo eventuais perdas e danos consideradas satisfação adequada do direito das Partes.

20.5. Cessão. À exceção dos atos de mera reorganização societária que não impliquem a entrada de terceiros não pertencentes ao Grupo Econômico da respectiva Parte, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações previstos neste Contrato, em qualquer Termo de Cessão ou em qualquer outro documento constitutivo de direito celebrado entre as Partes. Porém, o Fundo poderá ceder os Créditos, se assim lhe aprouver, sem a necessidade de qualquer aprovação ou anuência.

20.6. Prazos. Para efeitos do disposto neste Contrato, em qualquer Termo de Cessão ou qualquer outro documento celebrado entre as Partes, sempre que um prazo se encerrar em dia não útil, o vencimento da obrigação será no Dia Útil seguinte.

20.7. Independência das disposições. Se, por qualquer razão, qualquer disposição deste Contrato ou de qualquer Termo de Cessão ou qualquer outro documento constitutivo de direito celebrado entre as Partes vier a ser considerada inválida, ilegal ou ineficaz, essa disposição será limitada o quanto possível para que produza seus efeitos, e a validade, legalidade e eficácia das disposições

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

remanescentes não serão por qualquer forma afetadas ou prejudicadas. Adicionalmente, as Partes deverão cooperar entre si para substituir a disposição considerada inválida, ilegal ou ineficaz por uma nova disposição que mantenha o equilíbrio contratual.

20.8. Tolerância, Renúncia. A tolerância e as concessões recíprocas feitas pelas Partes em relação ao presente Contrato, a qualquer Termo de Cessão ou a qualquer outro documento constitutivo de direito celebrado entre as Partes terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos dos mencionados documentos, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem que haja novação de quaisquer disposições previstas neste Contrato.

20.9. Definições. Os termos e expressões iniciados em letra maiúscula no presente Contrato, tanto no singular como no plural, têm o significado que lhes são atribuídos: (i) no Anexo 20.9 a este Contrato; ou (ii) pela definição constante do Regulamento; exceto se expressamente indicado de outra forma ou quando o contexto for incompatível com qualquer significado aqui indicado.

20.10. Ouvidoria Corporativa Itaú. Dúvidas, reclamações e sugestões, fale com o seu Distribuidor. Se necessário, entre em contato com o Administrador (11) 5029-1456, dias úteis, das 9:00 (nove) às 18:00 (dezoito) horas, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24 (vinte e quatro) horas. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9:00 (nove) às 18:00 (dezoito) horas, Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos, todos os dias, 24 (vinte e quatro) horas, 0800 722 1722.

20.11. Lei aplicável e foro. O presente Contrato, qualquer Termo de Cessão ou qualquer outro documento constitutivo de direito celebrado entre as Partes serão regidos e interpretados de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, ficando eleito o fórum central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir as controvérsias deles advindas.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças em 6 (seis) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos legais, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [•] de [•] de 2010.

\_\_\_\_\_  
Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios –  
Recebíveis Comerciais e Serviços

\_\_\_\_\_  
[CEDENTE]

Intervenientes Anuentes

\_\_\_\_\_  
ITAÚ UNIBANCO S.A.

\_\_\_\_\_  
MERCATTO CAPITAL PARTNERS LTDA.

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MF:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

#### Anexo 2.4.c

##### Política de Concessão de Crédito da Cedente

A Cedente será responsável pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que, entre outros, compõem a Política de Concessão de Crédito:

- a. Perfil Cadastral: análise de informações pessoais, tais como documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas– CNPJ) e etc.;
- b. Dados Cadastrais: pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores; e
- c. Referências: referências bancárias, comerciais, de crédito, de contadores (para pessoas jurídicas), e outras referências que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, clientes, fornecedores, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente.
- d. Histórico de Adimplemento: análise do histórico de adimplemento dos Devedores com a Cedente.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Anexo 2.4.g.  
Modelo de Termo de Aceite

Local e data,  
À  
(NOME DO CLIENTE)  
(ENDEREÇO)

At.: \_\_\_\_\_  
Ref.: Notificação de Cessão de Crédito

Prezados Senhores,

Ficam V. Sas. notificadas, para todos os fins e efeitos legais, que a \_\_\_\_\_ (INCLUIR O NOME EMPRESARIAL DA CEDENTE) ("CEDENTE"), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [--] CEDERÁ, em caráter irrevogável e irretratável, ao Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços ("FUNDO"), ambos signatários da presente, o(s) crédito(s) identificado(s) no Anexo I à presente notificação detido em face de V. Sas.

Em virtude da operação de cessão ora mencionada, a partir de ● de ● de 20●, o valor do crédito devido por V. Sas. deverá ser pago de forma pontual, direta e exclusiva mediante depósito na seguinte conta-corrente de titularidade do FUNDO vinculada à respectiva cessão:

Titularidade: Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços  
CNPJ/MF: 11.432.314/0001-80  
Banco:  
Agência:  
Conta-corrente:

O pagamento por V.Sas. do acima mencionado crédito em desacordo com a presente notificação não terá efeito liberatório da respectiva obrigação de pagar assumida originalmente por V. Sas. junto à CEDENTE, e acarretará a aplicação das penalidades legais e contratuais a ele atribuídas, inclusive o direito a indenização por prejuízos sofridos pelo FUNDO. É nula e sem qualquer efeito qualquer negociação realizada entre V. Sas. e a CEDENTE envolvendo o crédito objeto desta notificação.

A cessão de crédito realizada entre o FUNDO e a CEDENTE teve como pressuposto a garantia dada pela CEDENTE de que: (i) as condições e o valor do crédito tais como

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

especificados no Anexo I são corretas e verdadeiras; (ii) o crédito é totalmente devido por V. Sas.; (iii) o crédito pode ser livremente cedido ao FUNDO e (iv) não há nenhum fato que possa restringir o direito do FUNDO de exigir o pagamento integral do crédito em face de V. Sas. na data de vencimento.

Qualquer comunicação ao FUNDO deverá ser endereçada ao Srs. Walter Watanabe e Leandro Morari, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 São Paulo/SP, ou no fac-símile n.º (011) 5029-1394, sendo que tais pessoas podem também ser contatadas por meio dos telefones ns.º (011) 5029-4062 ou (011) 5029-4880.

Atenciosamente,

---

(NOME DA CEDENTE)

Por:

---

IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS  
COMERCIAIS E SERVIÇOS  
(Administradora)

DE ACORDO EM [DATA]:

---

[CLIENTE]

Por:

Cargo(s):

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

#### Anexo I ao Termo de Aceite

1. Identificação dos Créditos Cedidos:

[Incluir]

2. Condições do(s) Crédito(s) Cedido(s):

[Incluir]

3. Valor(es) do(s) Crédito(s) Cedido(s)

[Incluir]

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Anexo 3.1  
Modelo de Termo de Cessão de Crédito  
Termo de Cessão de Crédito

I. Partes

Cedente:		CNPJ/MF:
I.E.:		I.M.:
Endereço:		
CEP:	Município:	Estado:
Contato(s):		Tel.:
		Fax:
		e-mail:

Cessionário: IDEIASNET Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços	CNPJ/MF: 11.432.314/0001-80
---	-----------------------------

II. Preço de Aquisição do Crédito:

Valor Total dos Direitos Creditórios Cedidos:	R\$ [-]
Taxa de Desconto [%] (TD):	R\$ [-]
Preço de Aquisição:	R\$ [-]

III. Pagamento do Preço de Aquisição:

[definir]		
Banco:	Número:	Agência:
Conta-corrente No.:		

1. Pelo presente Termo de Cessão, a Cedente cede e transfere ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou co-obrigação da Cedente, os Créditos descritos na Relação de Créditos Cedidos, anexa ao presente Termo de Cessão, pelo Preço de Aquisição indicado no Quadro II acima, mediante crédito na conta corrente indicada no Quadro III acima, pelo que a Cedente dará ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.

1.1. A Relação de Direitos Creditórios Cedidos anexa deverá conter informações individualizadas sobre cada um dos Créditos ora cedidos, tais como dados pessoais dos Devedores, respectivos cônjuges e dos avalistas, se houver; valor atual global devido; valor atual das parcelas devidas; vencimento das parcelas; vencimento final do Crédito; e informações sobre as garantias oferecidas.



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

2. A cessão dos Créditos aqui constituída será aplicável, automática e independente de qualquer ulterior formalidade ou manifestação de vontade, e será regulada pelo disposto no presente Termo de Cessão, no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, firmado por Cedente e Cessionário em [DATA] e, supletivamente, nos Artigos 286 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

3. Em caso de divergência ou contradição entre o presente Termo de Cessão e o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, deverá prevalecer o último, exceto se disposto de modo diverso naquele Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças.

4. As declarações e garantias prestadas pela Cedente bem como a totalidade das obrigações assumidas pela Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças por ela firmado junto ao Cessionário em •, são neste ato ratificadas pela Cedente em sua integralidade, incluindo a garantia de que os Direitos Creditórios ora cedidos atendem, nesta data, e continuarão a atender até a respectiva liquidação, às Condições de Cessão.

5. Para os fins deste Termo de Cessão, os termos e expressões aqui não definidos expressamente terão o significado que lhes é atribuído no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

E, por estarem justos e contratados, Cedente e Cessionário firmam o presente Termo de Cessão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos legais, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, • de • de 20•.

\_\_\_\_\_  
[Cedente]

\_\_\_\_\_  
Ideiasnet Fundo de Investimento em  
Direitos Creditórios – Recebíveis  
Comerciais e Serviços

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Nome:  
CPF/MF:

Nome:  
CPF/MF

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Anexo ao Termo de Cessão de Crédito

Relação de Direitos Creditórios Cedidos

[A relação dos créditos deverá conter as informações previstas no item 1.1. do Termo de Cessão de Crédito]

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Anexo 3.1.3  
Modelo Aceite Eletrônico

Aceite Eletrônico

Aceite Eletrônico de Cessão nº [•]  
(Local e data)

1. Os direitos creditórios identificados sinteticamente no Relatório de Créditos Elegíveis colocado à disposição da Cedente pelo Custodiante (a seguir definidos), em [[•] de [•] de [•] e [•] de [•] de [•]], nos termos do Contrato de Cessão (definido adiante) ("Direitos Creditórios") são, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, cedidos pela [CEDENTE], instituição XXX com sede na Cidade de XXX, Estado de XXX, na AXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXX, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Cedente"), ao IDEIASNET FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – RECEBÍVEIS COMERCIAIS E SERVIÇOS, inscrito no CNPJ sob o nº 11.432.314/0001-80 ("Cessionário"), neste ato representado por sua instituição administradora, sem qualquer tipo de direito de regresso ou co-obrigação da Cedente, na forma estipulada no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), firmado em XXX e registrado (a) em [•], sob o nº [•], no [•]º cartório de Títulos e Documentos da Cidade de XXX, Estado de XXX e (b) em [•], sob o nº [•], no [•]º cartório de Títulos e Documentos da Cidade do XXX, Estado do XXX, do qual este termo e anexos demonstrativos são partes integrantes. O Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios será pago à Cedente pelo Custodiante, por conta e ordem do Cessionário, por meio das contraprestações indicadas no item (3) a seguir, observados os procedimentos específicos definidos no Contrato de Cessão e no Regulamento.

2. Os Documentos Comprobatórios, seus anexos, respectivas garantias e outros instrumentos vinculativos, referentes aos Direitos Creditórios ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder da Cedente ou de seus Agentes. Para efeito do disposto no artigo 291 do Código Civil Brasileiro e no parágrafo único do Artigo 1.267 do Código Civil, e em atendimento ao disposto no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia celebrados conforme o disposto na Instrução CVM n.º 356, o Cessionário, por intermédio da Administradora, autoriza que a Cedente permaneça com os Documentos Comprobatórios, seus anexos, respectivas garantias e outros instrumentos vinculativos, vinculados aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Cessionário, sendo que a Cedente ficará responsável por tais documentos na forma do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

3. A Cedente obriga-se a entregar os respectivos Documentos Comprobatórios, seus anexos, respectivas garantias e outros instrumentos vinculativos, observado o disposto no Contrato de Cessão.

4. Preço de Aquisição: R\$ [•] ([•] reais), a ser pago pelo Cessionário por meio das seguintes contraprestações:

- a. Moeda Corrente Nacional: R\$ [•]; e
- b. [•] (número por extenso) Quotas Subordinadas, subscritas e integralizadas pelo preço unitário de R\$ [•], apurado na forma do Regulamento.

5. Potencial de Cessão aplicável na Data de Aquisição: R\$ [•].

6. Caso o Preço de Aquisição seja pago, total ou parcialmente, por meio da subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, os pagamentos decorrentes de seu resgate deverão ser realizados na conta corrente n.º [•], na agência [•] do [BANCO].

7. Os termos aqui iniciados em maiúsculas e não definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão e no Regulamento.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Anexo 5.1.d  
Política de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, poderá ser feita pelas Cedentes de forma amigável no prazo de até 30 (trinta) dias.

Caso, a qualquer momento, os Direitos Creditórios vencidos e não pagos extrapolem qualquer dos gatilhos (*"triggers"*) indicados na tabela abaixo, a cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, independentemente do prazo de atraso, será feita por prestadores de serviços de cobrança ou por advogados, de forma amigável ou judicial, contratadas pelo Fundo, conforme orientação da Gestora, às expensas da Cedente, observado o disposto nos Artigos 25 e 26 do Regulamento, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos Direitos Creditórios, com a máxima diligência, devendo os prestadores de serviços de cobrança ou advogados contratados pela Gestora, em nome do Fundo, agir da mesma forma como agem para receber os seus próprios créditos, de acordo com as fases abaixo indicadas.

Créditos Vencidos e não Pagos há mais de	% de representatividade em relação à carteira de Direitos Creditórios
5 dias	= 3,5 %
15 dias	= 2,5 %
30 dias	= 1,5 %

- a. Fase Preventiva, por meio de contato telefônico com o Devedor do Direito Creditório inadimplente para (1) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; ou (2) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
- b. Fase Pré-Judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança através de notificação em cartório, visando receber o pagamento ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão ou protesto e execução dos Documentos Comprobatórios, seus anexos, respectivas garantias e outros instrumentos vinculativos do Direito Creditório inadimplente;

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- c. Fase Judicial, que compreende controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório inadimplente; e
- d. Fase de Negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

#### Anexo 14.3.1

##### Critério de amostragem adotado nas auditorias substantivas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo Custodiante, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a. em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Comprobatórios do Fundo, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b. para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra: (i) Grau de Confiança: 95% (noventa e cinco por cento); (ii) Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

- c. se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

Para as vendas FOB, a análise dos Documentos Comprobatórios será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.
- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ do comprador na Nota Fiscal.
- f. O canhoto de recebimento, se está assinado e datado em dia igual ou posterior a emissão da Nota Fiscal.
- g. A Data de Vencimento na Nota Fiscal.

Para as vendas CIF, a análise da nota fiscal será feita nos seguintes itens.

- a. Nota Fiscal legível, sem rasuras e com campos preenchidos.
- b. Número da Nota Fiscal.
- c. Nome do sacado na Nota Fiscal.
- d. Valor da Nota Fiscal.
- e. Número do CNPJ do comprador na Nota Fiscal.
- f. A Data de Vencimento na Nota Fiscal.
- g. O Conhecimento de embarque.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Anexo 20.9  
Termos definidos.

Para fins deste Contrato de Cessão, as definições contidas neste Anexo, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Aceite Eletrônico	Aceitação emitida pela Administradora e Cedente por meio da Interface de Cessão, quanto à aquisição dos Direitos Creditórios descritos no Relatório de Créditos Elegíveis, conforme modelo constante do Anexo 3.1.3.
Administradora	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04344-902, autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 2.528 de 29 de julho de 1993
Afiladas	Controladoras, sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum da entidade jurídica em referência.
Arquivo Magnético	Arquivo, em meio eletrônico em formato acordado entre Cedente e Custodiante, contendo as características dos créditos que a Cedente está disposta a transferir ao Fundo.
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Quotistas do Fundo.
Boletos Bancários	Boletos bancários do Itaú Unibanco S.A., emitidos e enviados pela Cedente ou pelo Itaú Unibanco S.A., quando contratado pela Cedente, para crédito em Conta de Cobrança de titularidade do Fundo, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. Os Boletos Bancários indicarão em campos próprios o nome da Cedente, a denominação social do Fundo e os encargos aplicáveis em caso de mora do respectivo Devedor. Nos Boletos Bancários também deve constar, de forma clara e inequívoca, a informação de que os Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo.
Cedente	[CEDENTE], sociedade com sede na Cidade de ●, Estado de ●, na ●, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ●, na qualidade de sociedade em que a Ideiasnet S.A. detém participação societária [direta/indireta].
Clientes ou Devedores	Devedores dos Direitos Creditórios oferecidos ou cedidos ao Fundo.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Brasileiro	
Condições de Cessão	Condições de Cessão para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme previstos na Cláusula II deste Contrato.
Condições Resolutivas	Condições para resolução da cessão de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme previstas na Cláusula X deste Contrato.
Conta de Cobrança	Conta de cobrança de titularidade do Fundo mantida junto ao Itaú Unibanco S.A. para recebimento de pagamentos relativos aos Boletos Bancários.
Conta de Recebimento	Conta de recebimento de titularidade do Fundo mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., conforme indicada no Termo de Aceite ou utilizada nos termos dos Contratos de Cessão para recebimento de depósitos mediante TED.
Conta Vinculada	Conta Vinculada de titularidade da Cedente, com movimentação exclusiva do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de <i>trustee</i> e agente de garantia, e em benefício exclusivo do Fundo.
Contrato	O presente <i>Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças</i> .
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
Créditos Elegíveis	Todo e qualquer Direito Creditório que, na Data da Oferta, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento do Fundo e neste Contrato.
Critérios de Elegibilidade	Critérios de elegibilidade para cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme previstos na Cláusula II deste Contrato.
Custodiante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data da Oferta	Data da indicação de créditos feita pela Cedente, observadas as condições do item 1.2.1 deste Contrato.
Data do Aceite Eletrônico	Data da concordância pela Administradora quanto à aquisição dos Direitos Creditórios constante do Relatório de Créditos Elegíveis mediante emissão do Aceite Eletrônico.
Dia Útil	Significa os dias compreendidos entre segunda e sexta-feira, exceto feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nacional.
Direitos Creditórios ou	Direitos creditórios performados, originados por empresas em que a Ideiasnet detenha participação societária, direta ou

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

Créditos		indireta, na data da respectiva aquisição, e individualmente representados por: (i) duplicatas de compra e venda de mercadorias e as correspondentes notas fiscais; ou (ii) faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços; acompanhados dos demais Documentos Comprobatórios, seus anexos, garantias e outros instrumentos vinculados, tendo como credores as respectivas Cedentes.
Devedor ou Cliente		Clientes da Cedente que figurem como devedores dos Direitos Creditórios.
Direitos Creditórios Performados		Direitos Creditórios que, no momento do envio do Arquivo Magnético, referem-se a mercadorias e serviços já entregues e/ou realizados, conforme o caso.
DOC		Documento de ordem de crédito.
Documentos Comprobatórios		Documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios e aqueles que eventualmente sejam assinados pelas Cedentes para a correta e devida formalização das operações, acompanhados, se houver, de seus respectivos anexos, as Faturas e os Termos de Aceite, os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias e/ou efetiva prestação dos serviços, conforme definido neste Contrato de Cessão.
Eventos de Avaliação	de	Eventos de Avaliação do Fundo previstos no Regulamento.
Eventos de Liquidação	de	Eventos de Liquidação do Fundo previstos no Regulamento.
Faturas		Faturas e/ou notas fiscais, conforme o caso, de prestação de serviços.
Fundo ou Cessionário		Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros – Recebíveis Comerciais e Serviços, constituído em 23.12.2009, cujo Regulamento foi registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o n.º 8727503, de 28 de dezembro de 2009, conforme aditado em 22.01.2010, e registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o n.º [•], de [•], de acordo com a Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, nos termos deste Regulamento.
Gestora		Mercatto Capital Partners Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.232.241/0001-82, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

	Rodrigo Silva, n.º 26, 10º andar, CEP 20011-040, devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório n.º 10.789, de 28 de dezembro de 2009.
Ideiasnet	Ideiasnet S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.365.069/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá n.º 572, salão 401/parte, CEP 22410-002.
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getulio Vargas ou, no caso da sua extinção, outro índice com função similar que venha a substituí-lo por acordo entre as Partes.
Interface de Cessão	Sistema eletrônico mantido pelo Custodiante no <i>website</i> ( <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a> ) e colocado à disposição da Administradora, da Gestora e das Cedentes, para fins da operacionalização de operações de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Contrato de Cessão. O acesso da Administradora, da Gestora e das Cedentes à Interface de Cessão será realizado somente pelas pessoas previamente autorizadas pelo Custodiante mediante cadastramento de usuários e fornecimento de senhas de acesso.
Instruções CVM	Instruções editadas pela CVM que sejam ou venham a ser aplicáveis ao Fundo, em especial a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas posteriores alterações.
Notificação de Opção de Troca	Notificação escrita a ser enviada pelo Cessionário, conforme orientação da Gestora, por meio do qual este exercerá o direito de Opção de Troca.
Notificação de Opção de Venda	Notificação escrita a ser enviada pelo Cessionário, conforme orientação da Gestora, por meio do qual este exercerá o direito de Opção de Venda.
Opção de Troca	Opção de troca dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista na Cláusula IX deste Contrato.
Opção de Venda	Opção de venda dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme prevista na Cláusula IX deste Contrato.
Partes Relacionadas	são: (i) as pessoas físicas ou jurídicas controladoras, direta ou indiretamente, de determinada pessoa; (ii) as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, por tal pessoa; (iii) pessoas jurídicas coligadas, direta ou indiretamente, com tal pessoa; e (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. O conceito de controle para o fim deste parágrafo será aquele estabelecido na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [●] de [●] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [●], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

	posteriores.
Pessoas Autorizadas	Pessoas indicadas pela respectiva parte, autorizadas a tomar providências nos termos deste Contrato.
Preço de Aquisição	Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, conforme indicado em cada Termo de Cessão e calculado nos termos da Cláusula VII deste Contrato.
Procedimento de Recebimento das Faturas	(i) ao processamento e conciliação do recebimento de recursos na Conta de Recebimento decorrente do pagamento das Faturas, seja diretamente em referida Conta de Recebimento, sejam aqueles oriundos da Conta Vinculada; e (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Recebimento ou na Conta Vinculada (conforme o caso) decorrente do pagamento das Faturas.
Procedimento de Recebimento de Boletos	(i) processamento da liquidação e recebimento de recursos decorrentes do pagamento dos Boletos Bancários; (ii) controle do recebimento dos Direitos Creditórios depositados na Conta de Cobrança, na forma estabelecida no Contrato de Custódia; e (iii) procedimentos que sejam necessários à correta transferência, ao Fundo, da cobrança dos Direitos Creditórios indevidamente creditados à Cedente ao Fundo, se for o caso, na data de formalização da cessão de tais Direitos Creditórios.
Quotista	Os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Relatório de Créditos Elegíveis	Relatórios contendo lista dos Créditos Elegíveis e o respectivo preço de aquisição que serão utilizados pelo Custodiante para a liquidação financeira da cessão, os quais serão colocados à disposição da Administradora, da Gestora e da Cedente, no <i>website</i> do Custodiante <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a> .
Taxa DI	Taxa média dos depósitos interfinanceiros de 01 (um) dia, extra grupo, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil ( <i>overnight</i> ), expressa na forma percentual, em base anual 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Aceite	Documento escrito, firmado pelo respectivo Devedor, por meio do qual os Devedores declarar-se-ão cientes e de acordo com a cessão do respectivo Direito Creditório, bem como receberão as novas instruções para pagamento, em termos substancialmente idênticos ao <u>Anexo 2.4.g</u> deste Contrato.
Termo de Cessão	Termo de Cessão de Crédito que conterá a relação discriminada dos Créditos a serem cedidos ao Fundo, na forma e substância contida na minuta que integra este Contrato

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado em [•] de [•] de 2010 entre Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais e Serviços e [•], com a interveniência do Itaú Unibanco S.A. e Mercatto Capital Partners Ltda.

	como <u>Anexo 3.1.</u>
--	------------------------

**13.7. Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008 da Cedente de mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios (Officer).**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Demonstrações financeiras consolidadas em  
31 de dezembro de 2008 e de 2007  
e parecer dos auditores independentes**

## **Parecer dos auditores independentes**

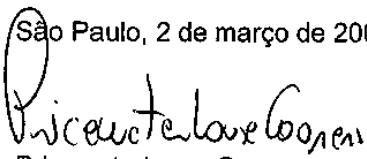
Aos Administradores e Acionistas  
Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A.


- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Exceto pelo mencionado no parágrafo seguinte, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3 Conforme descrito na Nota 5, a Companhia, em 31 de dezembro de 2008, apresentava investimentos em ações da controladora no montante de R\$ 8.652 mil que caracterizam participação recíproca. Não obtivemos acesso à totalidade da documentação da referida transação para concluirmos sobre o adequado atendimento à Instrução CVM no. 10, de 14 de fevereiro de 1980, razão pela qual não foi praticável concluir sobre a adequação da operação.
- 4 A Companhia não apresentou nota explicativa relativa à divulgação da remuneração do pessoal-chave da administração. A apresentação desta informação é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A.

- 5 Somos de parecer que, exceto pelos eventuais ajustes provenientes da operação mencionada no parágrafo 3 e quanto à ausência de apresentação da informação mencionada no parágrafo 4, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da Companhia referentes ao exercício findo nessa data, bem como o resultado consolidado das operações e os fluxos de caixa consolidado desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 6 Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 11 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na Nota 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1o. de janeiro de 2008. Essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no. 449/08, não estão sendo reapresentadas em função das novas práticas contábeis para fins de comparação entre os exercícios.

São Paulo, 2 de março de 2009

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Sérgio Eduardo Zamora  
Contador CRC 1SP168728/O-4

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

Ativo	2008		2007	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.022	1.817	967	968
Contas a receber	101.586	105.085	98.478	98.478
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.928)	(5.928)	(4.721)	(4.721)
Estoques (Nota 4)	60.732	60.732	52.308	52.308
Impostos a recuperar	6.150	6.216	5.073	5.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15(b))	897	897		
Créditos com fornecedores	11.742	11.742	6.735	6.735
Demais contas a receber	8.294	8.360	3.190	3.190
	<u>184.495</u>	<u>188.921</u>	<u>162.030</u>	<u>162.031</u>
<b>Não circulante</b>				
Contas a receber	220	220		
Depósitos judiciais (Nota 13)	773	773	253	253
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15(b))			834	834
Sociedades ligadas (Nota 9)	4.172	4.110	10.744	10.737
Investimentos em ações da controladora (Nota 5)	8.652	8.652		
Outros	14	14	23	24
	<u>13.831</u>	<u>13.769</u>	<u>11.854</u>	<u>11.848</u>
Investimentos (Nota 6(b))	1.289		607	607
Imobilizado (Nota 7)	3.500	3.507	2.929	2.929
Intangível (Nota 8)	3.772	4.085	557	557
	<u>8.561</u>	<u>7.592</u>	<u>4.093</u>	<u>4.093</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>206.887</u>	<u>210.282</u>	<u>177.977</u>	<u>177.972</u>

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

(continuação)

	2008		2007	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Circulante</b>				
Empréstimos (Nota 10)	21.781	21.781	23.764	23.764
Fornecedores (Nota 11)	105.358	108.752	89.628	89.628
Arrendamentos a pagar (Nota 7(c))	284	284	127	127
Salários e encargos sociais	1.236	1.236	1.093	1.093
Impostos e contribuições a recolher (Nota 12)	2.063	2.063	2.009	2.009
Juros sobre o capital próprio	2.295	2.295	850	850
Imposto de renda e contribuição social			1.270	1.270
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15(b))	32	32	187	187
Outros	7.144	7.179	7.374	7.374
	<u>140.193</u>	<u>143.622</u>	<u>126.302</u>	<u>126.302</u>
<b>Não circulante</b>				
Provisão para passivo a descoberto em controlada (Nota 6(b))	34		5	
Instituições financeiras	195	195		
Arrendamentos a pagar (Nota 7(c))	244	244	269	269
Impostos e contribuições a recolher (Nota 12)	5.421	5.421	6.970	6.970
	<u>5.894</u>	<u>5.860</u>	<u>7.244</u>	<u>7.239</u>
<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>				
Capital social	15.141	15.141	15.141	15.141
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.000	11.000		
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.188)	(3.188)		
Lucros acumulados			27.647	27.647
Reservas de lucros	37.847	37.847	1.643	1.643
	<u>60.800</u>	<u>60.800</u>	<u>44.431</u>	<u>44.431</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>206.887</u>	<u>210.282</u>	<u>177.977</u>	<u>177.972</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receita bruta de vendas</b>				
Produtos	722.362	722.362	634.127	634.127
Serviços	193.106	193.106	180.578	180.578
	<u>915.468</u>	<u>915.468</u>	<u>814.705</u>	<u>814.705</u>
<b>Impostos e deduções de vendas</b>				
Impostos	(144.790)	(144.790)	(128.855)	(128.855)
Deduções	(43.466)	(43.466)	(36.790)	(36.790)
	<u>(188.256)</u>	<u>(188.256)</u>	<u>(165.645)</u>	<u>(165.645)</u>
<b>Receita líquida das vendas</b>	727.212	727.212	649.060	649.060
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(621.690)	(621.690)	(556.452)	(556.452)
<b>Lucro bruto</b>	<u>105.522</u>	<u>105.522</u>	<u>92.608</u>	<u>92.608</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Gerais, administrativas e comerciais	(81.848)	(81.893)	(79.559)	(79.566)
Financeiras, líquidas	(8.377)	(8.371)	2.857	2.857
Equivalência patrimonial (Nota 6(b))	(39)		(7)	
	<u>(90.264)</u>	<u>(90.264)</u>	<u>(76.709)</u>	<u>(76.709)</u>
<b>Lucro operacional</b>	15.258	15.258	15.899	15.899
Receitas não operacionais			9	9
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>15.258</u>	<u>15.258</u>	<u>15.908</u>	<u>15.908</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> (Nota 15(a))				
Corrente	(4.341)	(4.341)	(6.047)	(6.047)
Diferido	218	218	875	875
	<u>(4.123)</u>	<u>(4.123)</u>	<u>(5.172)</u>	<u>(5.172)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>11.135</u>	<u>11.135</u>	<u>10.736</u>	<u>10.736</u>
<b>Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - reais</b>	<u>7,35</u>		<u>7,09</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
Em milhares de reais

	<b>Capital social</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Reservas de lucros</b>		<b>Lucros acumulados</b>
				<b>Legal</b>	<b>Retenção de lucros</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>						
Lucro líquido do exercício	15.141			1.106		18.448
Apropriação do lucro líquido						10.736
Reserva legal				537		(537)
Juros sobre capital próprio						(1.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>						
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.141	11.000		1.643		27.647
Varição cambial de investidas localizadas no exterior						(7)
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda			(3.188)			
Ajustes da Lei no. 11.638/07						129
Lucro líquido do exercício						11.135
Destinação do lucro				557	35.647	
Constituição de reservas						(36.204)
Juros sobre capital próprio						(2.700)
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>						
	15.141	11.000	(3.188)	2.200	35.647	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>11.135</u>	<u>11.135</u>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	1.216	1.437
Resultado da equivalência patrimonial	(39)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(218)	(218)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	<u>(3.195)</u>	<u>(3.195)</u>
	<u>8.899</u>	<u>9.159</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(2.121)	(5.620)
Estoques	(8.424)	(8.424)
Investimentos em ações da controladora	(9.334)	(8.045)
Impostos a recuperar	(1.077)	(1.143)
Créditos com fornecedores	(5.007)	(5.007)
Sociedades ligadas	6.572	6.627
Outros ativos	(5.624)	(5.690)
Fornecedores	15.887	19.281
Impostos a pagar/salários e encargos sociais	197	197
Imposto de renda e contribuição social	(1.270)	(1.270)
Outros passivos	<u>336</u>	<u>304</u>
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>	<u>(966)</u>	<u>369</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	<u>(5.002)</u>	<u>(5.543)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(5.002)</u>	<u>(5.543)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos	(6.713)	(6.713)
Ingressos de empréstimos	3.181	3.181
Dividendos pagos	(1.445)	(1.445)
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>11.000</u>	<u>11.000</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<u>6.023</u>	<u>6.023</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>55</u>	<u>849</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>967</u>	<u>968</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u><u>1.022</u></u>	<u><u>1.817</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

**1 Contexto operacional**

A Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. tem como atividade a distribuição de softwares e hardwares no mercado nacional, além da prestação de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação - TI.

A acionista Tecnoglobal S.A., em 13 de julho de 2007 vendeu sua participação na Companhia para a acionista 5225 Participações S.A.

A 5225 Participações S.A. é controlada pela Ideiasnet S.A., companhia de capital aberto que apresenta as demonstrações financeiras com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**2 Apresentação e elaboração das  
demonstrações financeiras**

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2008.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, para créditos de liquidação duvidosa, para estoques obsoletos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas subsidiárias Odisa LLC e I-Logística Sistema de Distribuição S.A. Os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
**Em milhares de reais**

---

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP no. 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A aplicação das referidas Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1o. de janeiro de 2008.

Os principais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência dessas mudanças foram:

**(a) Arrendamento financeiro**

A frota de veículos e móveis e utensílios da Companhia, arrendados com instituição financeira, foram registrados no imobilizado e o correspondente saldo devedor, na rubrica "Arrendamento financeiro". Vide Nota 7(c).

**(b) Investimentos no exterior**

O efeito decorrente da variação cambial sobre os investimentos da controlada Odisa LLC, localizada no exterior, passou a ser registrado na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. Vide Nota 6(b).

**(c) Ajuste a valor presente**

No caso do ajuste a valor presente dos ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo, a administração concluiu que os ajustes não são relevantes para serem incorporados às demonstrações financeiras ora apresentadas.

**(d) Ajustes da adoção inicial da Lei no. 11.638/07**

Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC no. 13 - Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no. 449/08, a administração da Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1o. de janeiro de 2008, sendo assim, todos os impactos no resultado relativos à aplicação da Lei e da Medida Provisória foram efetuados contra lucros acumulados na data da transição conforme art. 186 da Lei no. 6.404/76.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

	<b>Patrimônio líquido</b>
Reconhecimento do arrendamento mercantil	<u>129</u>
Total, líquido de impostos	<u>129</u>

**3 Principais práticas contábeis**

**(a) Apuração do resultado**

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando da transferência dos riscos e benefícios aos clientes. Receitas de serviços são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

O resultado do exercício inclui também ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias e cambiais, os quais são calculados com base nos índices oficiais.

**(b) Ativos circulante e não circulante**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber.

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

**(c) Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
**Em milhares de reais**

---

disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(d) Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. As variações de taxas de câmbio sobre investimentos em controladas no exterior, com moeda funcional diferente da moeda funcional da empresa controladora, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido numa conta específica chamada "Variação cambial de investidas localizadas no exterior".

**(e) Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 7. Certos equipamentos de informática adquiridos através de leasing financeiro são reconhecidos como imobilizado e arrendamento financeiro.

**(f) Intangível**

O intangível inclui os valores gastos para aquisição de licença de uso de software, líquidos de sua amortização.

**(g) Conversão em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

**(h) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**(i) Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos mercantis de imobilizado, nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na Nota 7.

Os arrendamentos mercantis, nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente e calculados pelas alíquotas regulares, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda diferido é calculado sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 9%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia e suas controladas diretas deverão optar pelo Regime Tributário de Transição - RTT conforme a Medida Provisória no. 449/08 e se manifestará na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

**(k) Demais passivos circulante e  
não circulante**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

**(l) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- Contingências passivas - são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e as classificadas como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

**(m) Juros sobre capital próprio**

As companhias no Brasil é permitido pagar, até determinado limite, juros sobre capital próprio e tratar esses pagamentos como despesa para fins de pagamento de imposto de

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

renda e contribuição social. O montante dos juros distribuídos é tratado para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira semelhante aos dividendos. São retidos e pagos 15% a título de imposto de renda no momento em que os juros são creditados. Os juros sobre capital próprio são tratados como se dividendos fossem para fins da determinação do dividendo mínimo obrigatório.

**(n) Lucro por ação**

Calculado considerando-se o número de ações em circulação da Companhia na data do balanço.

**4 Estoques**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Mercadorias para revenda	44.372	35.526
Licenças de uso de software	14.773	16.920
Importações em andamento	4.099	2.453
Provisão para perdas prováveis na realização	(2.512)	(2.591)
	<b>60.732</b>	<b>52.308</b>

**5 Investimentos em ações da controladora**

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía 88,600 ações ordinárias da acionista Ideiasnet S.A. ("Ideiasnet") no montante de R\$ 212 mil. Durante 2008, adquiriu mais 3,535,900 ações ordinárias da acionista no montante de R\$ 8.440 mil, totalizando 3,624,500 ações ordinárias no montante de R\$ 8.652 mil em 31 de dezembro de 2008.

Os investimentos em ações da controladora podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Ações para negociação - adquiridas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas, são ajustadas pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.



**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

- . Ações disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidas até o vencimento, são ajustadas pelo valor de mercado em contrapartida à conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.
- . Ações mantidas até o vencimento - adquiridas com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Em virtude de a administração ter intenção de negociar as ações da controladora, as mesmas foram classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas no realizável a longo prazo e atualizadas a valor de mercado. A atualização foi reconhecida no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), conforme determina a Lei no. 11.638/2007.

**6 Investimentos**

**(a) Informação de subsidiárias**

	<b>Odisa LLC</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Quantidade de ações possuídas	10.000	10.000
Percentual de participação sobre o capital total - %	100	100
Patrimônio líquido	(34)	(5)
	<b>I-Logística Sistema de Distribuição S.A.</b>	
	<b>2008</b>	
Quantidade de ações possuídas		1.020.000
Percentual de participação sobre o capital total - %		100
Patrimônio líquido		1.289

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007  
Em milhares de reais

**(b) Movimentação dos investimentos**

	<b>Controladora Odisa LLC</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Saldo inicial	(5)	2
Equivalência patrimonial	(22)	(7)
Variação cambial	(7)	
Saldo final	<u>(34)</u>	<u>(5)</u>
Composição do saldo		
Valor do investimento	(34)	(5)
Subtotal	(34)	(5)
Passivo a descoberto (Nota 6(c) a seguir)	<u>34</u>	<u>5</u>
	<b>Controladora I-Logística Sistema de Distribuição S.A. (*)</b>	
	<b>2008</b>	
Aquisição de ações		1.306
Equivalência patrimonial		<u>(17)</u>
Saldo final		<u>1.289</u>

(\*) Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia adquiriu integralmente as ações da I-Logística Sistemas de Distribuição S.A. no montante de R\$ 1.306 mil, baseado no balanço social findo em 30 de novembro de 2008.

**(c) Odisa LLC**

Em 31 de dezembro de 2008, a referida controlada apresentou passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) no montante de R\$ 34 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 5),

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
**Em milhares de reais**

---

garantido pela Companhia. Consequentemente, a Companhia constituiu provisão para o passivo a descoberto, proporcionalmente à sua participação societária mantida, no montante de R\$ 34 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 5), sendo considerada suficiente para fazer face a eventuais obrigações da referida sociedade controlada que venham a ser honradas por seus acionistas, os quais estão empenhados na implementação de medidas para adequar sua estrutura de capital.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007  
Em milhares de reais

7	(a)	Imobilizado	Controladora	Instalações	Imóveis	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benefícios em imóveis	Im
		Saldos em 31 de dezembro de 2007		711	182	346	1.655	23	12	
		Custo total		1.212	250	782	3.281	61	305	
		Depreciação acumulada		(501)	(68)	(436)	(1.626)	(38)	(293)	
		Valor residual		711	182	346	1.655	23	12	
		Saldos em 31 de dezembro de 2007		711	182	346	1.655	23	12	
		Aquisição				68	664	694	88	
		Depreciação		(100)	(10)	(73)	(462)	(293)	(5)	
		Saldos em 31 de dezembro de 2008		611	172	341	1.857	424	95	
		Custo total		1.212	250	850	3.945	755	393	
		Depreciação acumulada		(601)	(78)	(509)	(2.088)	(331)	(298)	
		Valor residual		611	172	341	1.857	424	95	
		Taxas anuais de depreciação - %		10	10	10	20	20	10	

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007  
Em milhares de reais

**(b) Consolidado**

	<u>Instalações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Benfeitorias em imóveis</u>	<u>Im</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>711</u>	<u>182</u>	<u>346</u>	<u>1.655</u>	<u>23</u>	<u>12</u>	
Custo total	1.212	250	782	3.281	61	305	
Depreciação acumulada	<u>(501)</u>	<u>(68)</u>	<u>(436)</u>	<u>(1.626)</u>	<u>(38)</u>	<u>(293)</u>	
Valor residual	<u>711</u>	<u>182</u>	<u>346</u>	<u>1.655</u>	<u>23</u>	<u>12</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	711	182	346	1.655	23	12	
Aquisição			68	713	694	88	
Depreciação	<u>(100)</u>	<u>(10)</u>	<u>(73)</u>	<u>(504)</u>	<u>(293)</u>	<u>(5)</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>611</u>	<u>172</u>	<u>341</u>	<u>1.864</u>	<u>424</u>	<u>95</u>	
Custo total	1.212	250	850	3.994	755	393	
Depreciação acumulada	<u>(601)</u>	<u>(78)</u>	<u>(509)</u>	<u>(2.130)</u>	<u>(331)</u>	<u>(298)</u>	
Valor residual	<u>611</u>	<u>172</u>	<u>341</u>	<u>1.864</u>	<u>424</u>	<u>95</u>	
Taxas anuais de depreciação - %	10	10	10	20	20	10	

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

**(c) Arrendamentos a pagar**

Arrendamentos a pagar por meio de contratos irretratáveis sujeitos a juros de 15,25% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, no total de R\$ 528, cuja duração é de quatro anos. Os compromissos assumidos em virtude dos contratos, a valor presente, podem ser resumidos como segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
2008		127
2009	284	146
2010	209	123
2011	35	
	<u>528</u>	<u>396</u>
Menos circulante	<u>(284)</u>	<u>(127)</u>
Não circulante	<u>244</u>	<u>269</u>

**8 Intangível**

	<b>Direitos de uso de softwares</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>557</u>	<u>557</u>
Custo total	3.348	3.348
Amortização acumulada	<u>(2.791)</u>	<u>(2.791)</u>
Valor residual	<u>557</u>	<u>557</u>

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

	<u>Direitos de uso de softwares</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2007	557	557
Aquisição	3.488	3.980
Amortização	(273)	(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>3.772</u>	<u>4.085</u>
Custo total	6.836	7.328
Amortização acumulada	(3.064)	(3.243)
Valor residual	<u>3.772</u>	<u>4.085</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	20

**9 Partes relacionadas**

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo não circulante				
5225 Participações S.A.	4.110	4.110	10.685	10.685
I-Logística Sistema de Distribuição S.A.	27		52	52
Odisa LLC	35		7	
	<u>4.172</u>	<u>4.110</u>	<u>10.744</u>	<u>10.737</u>

Em 10 de julho de 2007, a Companhia firmou contrato de mútuo com a 5225 Participações S.A. no montante de R\$ 10.050 mil com vencimento em 31 de dezembro de 2010. Tal valor está corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M e do CDI mais, 0,10% a.m. Este contrato foi liquidado em 25 de junho de 2008 pela mutuária (5225 Participações S.A.).

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

Em 1o. de agosto e 31 de outubro de 2008, a Companhia firmou contrato de mútuo com a 5225 Participações S.A. nos montantes de R\$ 1.455 mil e R\$ 2.655 mil, respectivamente. Tais valores não apresentam correção monetária e prazo de vencimento.

Os montantes apresentados junto às controladas I-Logística Sistema de Distribuição S.A. e Odisa LLC referem-se a conta-corrente de longo prazo, o qual não apresenta correção monetária e prazo de vencimento. Estes montantes foram eliminados para fins de consolidação.

**10 Empréstimos**

	<b>Taxa ao mês de juros - %</b>	<b>Controladora e consolidado</b>	
		<b>2008</b>	<b>2007</b>
Moeda nacional	CDI (*) + 1.65	21.781	23.764
Circulante		21.781	23.764

(\*) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

**11 Fornecedores**

	<b>2008</b>		<b>2007</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora e consolidado</b>
Fornecedores nacionais	56.910	60.304	60.744
Fornecedores estrangeiros	41.427	41.427	24.128
Contas a pagar	7.021	7.021	4.756
	105.358	108.752	89.628

Os saldos de fornecedores compreendem basicamente a aquisição de produtos para revenda.



**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

**12 Impostos e contribuições a recolher**

		<b>Controladora e consolidado</b>	
		<b>2008</b>	<b>2007</b>
Circulante			
Parcelamento de tributos			
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS II		1.565	1.565
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio		405	150
Outros impostos		93	294
		<u>2.063</u>	<u>2.009</u>
Não circulante			
Parcelamento de tributos			
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS II		5.421	6.970
		<u>5.421</u>	<u>6.970</u>

Em julho de 2003, a Companhia optou pelo REFIS II, nos termos da Lei no. 10.684 de 30 de maio de 2003, contabilizando os efeitos dessa opção nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, incluindo débitos fiscais relativos a impostos e contribuições federais dos exercícios de 1999 a fevereiro de 2003. O saldo da dívida será pago em 120 parcelas mensais, com incidência de juros equivalentes à variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo.

**13 Contingências**

A Companhia é parte em alguns processos judiciais no curso normal dos negócios. A administração acredita, suportada na opinião de seus advogados, que nenhum desses processos envolva o risco de perdas prováveis. Para outros processos no montante de R\$ 2.696 estima-se que as perdas sejam possíveis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007. A Companhia mantém depósitos judiciais no montante de R\$ 773 em 31 de dezembro de 2008 (2007 - R\$ 253) em relação aos processos judiciais referidos acima.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

**14 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

Em 6 de outubro de 2008, a acionista 5225 Participações S.A. aportou capital na Companhia através de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 11.000.

O capital social, em 31 de dezembro de 2008, é representado por 1.508.814 ações ordinárias nominativas e por 5.296 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 10 por ação, assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
5225 Participações S.A.	1.508.814	5.284
Roberto Freitas Spielmann		4
Antônio Mariano Silva Gordinho		4
Fábio José Cavanha Gaia		4
	<u>1.508.814</u>	<u>5.296</u>

**(b) Destinação de lucros**

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- . 5% para constituição de reserva legal.
- . 30% para pagamento de dividendos mínimos.
- . Participação dos administradores no limite estabelecido pela legislação das sociedades por ações.

Os acionistas deliberaram, a exemplo do exercício anterior, pelo não recebimento de dividendos como, também, os administradores manifestaram formalmente a decisão do não recebimento da respectiva participação no lucro do exercício.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

Os lucros remanescentes foram destinados à reserva de retenção de lucros para reforço de capital de giro e futura capitalização, sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas

**(c) Juros sobre o capital próprio**

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95, em 31 de dezembro de 2008 a administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP, incluindo-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 2.700 (o que corresponde a R\$ 0,56 por ação, líquido de imposto de renda de fonte) foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto na Deliberação CVM no. 207/96.

**15 Imposto de renda e contribuição  
social sobre o lucro líquido**

**(a) Reconciliação da despesa do imposto de  
renda e contribuição social sobre  
o lucro líquido**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social estão conciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	15.258	15.908
Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas nominais de 34%	5.188	5.409
Outras adições e exclusões	(1.065)	(237)
	<u>4.123</u>	<u>5.172</u>

As adições e exclusões são compostas por montantes classificados como permanentes e temporários sobre os quais foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos.

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

**(b) Outras informações**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Ativo		
Diferenças temporárias - comissões sobre vendas	897	834
Total do imposto de renda e contribuição social	897	834
Passivo		
Diferenças temporárias - órgãos públicos	32	187
Total do imposto de renda e contribuição social	32	187

Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

O imposto de renda e a base negativa da contribuição social referem-se a créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, que serão utilizados com a geração de lucros tributáveis futuros.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos sobre vendas para entidades públicas são devidos quando do recebimento das faturas.

**16 Instrumentos financeiros**

**(a) Riscos de crédito**

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do "Contas a receber".

**(b) Deliberação CVM no. 550**

Em 17 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu a Deliberação no. 550, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa às Informações Trimestrais - ITR. As informações requeridas aplicáveis à Companhia são:

**(i) Política de utilização de instrumentos  
financeiros derivativos**

A Companhia possui uma Política de Risco Cambial que estabelece o montante denominado em moeda estrangeira em que podem estar expostas as variações em relação à moeda brasileira.

**(ii) Objetivos e estratégias de  
gerenciamento de riscos**

A Officer e suas subsidiárias possuem contas a pagar, contas a receber e ativos em moedas estrangeiras, as quais sofrem efeitos de mudanças cambiais e de taxas de juros.

Não tem sido política da Companhia a prática de operações envolvendo derivativos ou qualquer outro instrumento de cobertura a seus riscos cambiais, nem os de caráter especulativo.

A Companhia estima que os valores de mercado de seus instrumentos financeiros, como empréstimos com empresas do grupo, se aproximam de seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, conforme apresentado a seguir:

<u>Data</u>	<u>Saldo do mútuo sem atualização</u>	<u>Taxa - CDI - % 2008</u>	<u>CDI - reais</u>	<u>Saldo do mútuo com atualização</u>
31 de dezembro de 2008	4.110	0,98	41	4.151

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2008 e de 2007**  
Em milhares de reais

---

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

**17 Seguros**

A administração da Companhia, com o auxílio de consultores especializados, contrata seguros considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros a sua operação.

\* \* \*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**13.8. Demonstrações Financeiras datadas de 30 de setembro de 2009 da Cedente de mais de 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios (Officer).**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e Officer  
Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A. e  
suas controladas**

**Demonstrações financeiras interinas consolidadas  
em 30 de setembro de 2009  
e relatório dos auditores independentes  
sobre a revisão limitada**

## **Relatório dos auditores independentes sobre a revisão limitada**

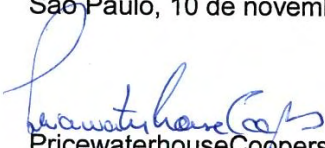
Aos Administradores e Acionistas  
Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A.


- 1 Efetuamos revisão limitada do balanço patrimonial interino da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. ("Companhia") e do balanço patrimonial interino consolidado da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2009 e das correspondentes demonstrações interinas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia e das correspondentes demonstrações interinas consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do período de nove meses findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações financeiras interinas.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas Contábil, Financeira e Operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras interinas; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Nosso parecer, datado de 2 de março de 2009, sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, continha ressalvas referentes: (a) a não apresentação da nota explicativa relativa à divulgação da remuneração do pessoal-chave da administração. No trimestre findo em 31 de março de 2009, a Companhia divulgou essas informações; (b) restrição de acesso à documentação referente ao investimento em ações da controladora. No trimestre findo em 31 de março de 2009, obtivemos acesso à documentação e concluímos pela adequação da mesma. Consequentemente, nosso parecer não mais contém ressalva com relação a esses assuntos.

Officer Distribuidora de Produtos  
de Informática S.A.

- 4 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras interinas, para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras interinas, incluindo a Instrução CVM no. 469, de 2 de maio de 2008.
- 5 Conforme mencionado na Nota 1, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do ao período de nove meses corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP no. 02/2009.
- 6 Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, bem como as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, sobre as quais emitimos parecer com as ressalvas mencionadas no parágrafo 3, datado de 2 de março de 2009.

São Paulo, 10 de novembro de 2009

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Ricardo Novaes de Queiroz  
Contador CRC 1DF012332/O-2 "S" SP

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Balancos patrimoniais interinos (não auditados)**  
Em milhares de reais

Ativo	30 de setembro de 2009		31 de dezembro de 2008	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.830	2.831	1.022	1.817
Contas a receber	110.292	110.292	101.586	105.085
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.573)	(5.573)	(5.928)	(5.928)
Estoques (Nota 5)	49.741	49.741	60.732	60.732
Impostos a recuperar	8.914	8.914	6.150	6.216
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18(b))	412	412	897	897
Créditos com fornecedores (Nota 6)	10.465	10.465	11.742	11.742
Demais contas a receber	6.899	6.899	8.294	8.360
	<u>183.980</u>	<u>183.981</u>	<u>184.495</u>	<u>188.921</u>
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber	159	159	220	220
Depósitos judiciais (Nota 15)	547	547	773	773
Partes relacionadas (Nota 11)	12.265	12.191	4.172	4.110
Investimentos em ações da controladora (Nota 7)			8.652	8.652
Outros	138	138	14	14
	<u>13.109</u>	<u>13.035</u>	<u>13.831</u>	<u>13.769</u>
Investimentos (Nota 8(b))			1.289	
Imobilizado (Nota 9)	3.499	3.499	3.500	3.507
Intangível (Nota 10)	9.099	9.099	3.772	4.085
	<u>12.598</u>	<u>12.598</u>	<u>8.561</u>	<u>7.592</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>209.687</u>	<u>209.614</u>	<u>206.887</u>	<u>210.282</u>

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Balancos patrimoniais interinos (não auditados)**  
Em milhares de reais

(continuação)

	30 de setembro de 2009		31 de dezembro de 2008	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Circulante</b>				
Empréstimos (Nota 12)	27.014	27.014	21.781	21.781
Fornecedores (Nota 13)	96.875	96.875	105.358	108.752
Arrendamentos a pagar (Nota 9(c))	242	242	284	284
Salários e encargos sociais	1.617	1.617	1.236	1.236
Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	4.774	4.774	2.063	2.063
Juros sobre o capital próprio	1.727	1.727	2.295	2.295
Imposto de renda e contribuição social	550	550		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18(b))	10	10	32	32
Outras contas a pagar (Nota 16)	7.741	7.741	7.144	7.179
	<u>140.550</u>	<u>140.550</u>	<u>140.193</u>	<u>143.622</u>
<b>Não circulante</b>				
Provisão para passivo a descoberto em controlada (Nota 8(b))	73		34	
Empréstimos (Nota 12)	8.347	8.347	195	195
Arrendamentos a pagar (Nota 9(c))	46	46	244	244
Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	4.130	4.130	5.421	5.421
	<u>12.596</u>	<u>12.523</u>	<u>5.894</u>	<u>5.860</u>
<b>Patrimônio líquido (Nota 17)</b>				
Capital social	15.141	15.141	15.141	15.141
Adiantamentos para futuro aumento de capital			11.000	11.000
Ajuste de avaliação patrimonial			(3.188)	(3.188)
Reservas de lucros	41.400	41.400	37.847	37.847
	<u>56.541</u>	<u>56.541</u>	<u>60.800</u>	<u>60.800</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>209.687</u>	<u>209.614</u>	<u>206.887</u>	<u>210.282</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.



**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Demonstrações interinas do resultado**

**Períodos de nove meses findos em 30 de setembro (não auditados)**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2009		2008	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Receita bruta de vendas</b>				
Produtos	512.306	512.306	537.446	537.446
Serviços	130.495	130.495	144.891	144.891
	<u>642.801</u>	<u>642.801</u>	<u>682.337</u>	<u>682.337</u>
<b>Impostos e deduções de vendas</b>				
Impostos	(94.997)	(94.997)	(107.277)	(107.277)
Deduções	<u>(33.757)</u>	<u>(33.757)</u>	<u>(33.836)</u>	<u>(33.836)</u>
	<u>(128.754)</u>	<u>(128.754)</u>	<u>(141.113)</u>	<u>(141.113)</u>
<b>Receita líquida das vendas</b>	514.047	514.047	541.224	541.224
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(447.187)</u>	<u>(447.187)</u>	<u>(464.629)</u>	<u>(464.629)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>66.860</u>	<u>66.860</u>	<u>76.595</u>	<u>76.595</u>
<b>Despesas operacionais</b>				
Gerais, administrativas e comerciais	(56.716)	(56.772)	(62.661)	(62.683)
Financeiras, líquidas	(4.873)	(4.873)	(2.880)	(2.880)
Equivalência patrimonial (Nota 8(b))	(56)		(22)	
Outras receitas operacionais			56	56
	<u>(61.645)</u>	<u>(61.645)</u>	<u>(65.507)</u>	<u>(65.507)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>5.215</u>	<u>5.215</u>	<u>11.088</u>	<u>11.088</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18(a))				
Corrente	(1.216)	(1.216)	(4.078)	(4.078)
Diferido	<u>(463)</u>	<u>(463)</u>	<u>608</u>	<u>608</u>
	<u>(1.679)</u>	<u>(1.679)</u>	<u>(3.470)</u>	<u>(3.470)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<u>3.536</u>	<u>3.536</u>	<u>7.618</u>	<u>7.618</u>
Lucro líquido por ação do capital social no fim do período - reais	<u>2,34</u>		<u>5,03</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

## Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.

### Demonstrações interinas das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>	15.141			1.643			27.647	44.431
Lucro líquido do período							7.618	7.618
Destinação do lucro								
Constituição de reservas				381	34.884		(35.265)	
<b>Em 30 de setembro de 2008 (não auditado)</b>	15.141			2.024	34.884			52.049
Adiantamento para futuro aumento de capital		11.000						11.000
Variação cambial de investidas localizadas no exterior							(7)	(7)
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda			(3.188)					(3.188)
Ajustes da Lei no. 11.638/07							129	129
Lucro líquido do período							3.517	3.517
Destinação do lucro								
Constituição de reservas				176	763		(939)	(939)
Juros sobre capital próprio							(2.700)	(2.700)
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>	15.141	11.000 (11.000)	(3.188) 3.188	2.200	35.647			60.800 (7.812)
Venda de ativos financeiros a valor de custo								
Variação cambial de investidas localizadas no exterior						17		17
Lucro líquido do período							3.536	3.536
Destinação do lucro								
Constituição de reservas				177	3.376		(3.536)	
<b>Em 30 de setembro de 2009 (não auditado)</b>	15.141			2.377	39.023			56.541

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.



**Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Demonstrações interinas dos fluxos de caixa**  
**Períodos de nove meses findos em 30 de setembro (não auditados)**  
**Em milhares de reais**

	<b>2009</b>		<b>2008</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>3.536</b>	<b>3.536</b>	<b>7.618</b>	<b>7.618</b>
<b>Ajustes</b>				
Depreciação e amortização	1.284	1.063	652	652
Valor residual do ativo imobilizado baixado	215	215	18	12
Resultado da equivalência patrimonial	56		22	
Ajuste de Investidas - Odisa PL	(17)			
Imposto de renda e contribuição social	1.302	1.302	(1.092)	(1.086)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	268	268	44	44
	<b>6.644</b>	<b>6.384</b>	<b>7.262</b>	<b>7.240</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	(8.837)	(5.501)	(10.173)	(10.173)
Estoques	10.991	10.991	781	781
Impostos a recuperar	(2.687)	(2.698)	1.175	1.175
Juros sobre capital próprio			(850)	(850)
Créditos com fornecedores	1.277	1.277	(3.120)	(3.120)
Sociedades ligadas	(7.294)	(8.081)	9.121	9.248
Demais contas a receber/outras	1.459	1.563	(4.102)	(4.102)
Fornecedores/arrendamentos a pagar	(8.714)	(12.117)	22.122	22.122
Impostos a pagar/salários e encargos sociais	1.801	1.801	(895)	(895)
Outros passivos	602	562	(2.153)	(2.152)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(4.758)</b>	<b>(5.819)</b>	<b>19.168</b>	<b>19.274</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(6.405)	(6.139)	(1.935)	(1.935)
Investimentos			(2.519)	(2.519)
Alienação de imobilizado	(146)	(145)	(3)	(3)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(6.551)</b>	<b>(6.284)</b>	<b>(4.457)</b>	<b>(4.457)</b>

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Demonstrações interinas dos fluxos de caixa**  
**Períodos de nove meses findos em 30 de setembro (não auditados)**  
**Em milhares de reais**

	<b>2009</b>		<b>2008</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Amortização de empréstimos	(16.705)	(16.705)	(5.841)	(5.841)
Ingressos de empréstimos	29.822	29.822	(8.559)	(8.559)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>13.117</b>	<b>13.117</b>	<b>(14.400)</b>	<b>(14.400)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.808</b>	<b>1.014</b>	<b>311</b>	<b>417</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>1.022</b>	<b>1.817</b>	<b>967</b>	<b>968</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>2.830</b>	<b>2.831</b>	<b>1.278</b>	<b>1.385</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

---

**1 Contexto operacional**

A Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. tem como atividade a distribuição de softwares e hardwares no mercado nacional, além da prestação de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação - TI.

A 5225 Participações S.A., controladora da Companhia, tem suas demonstrações financeiras consolidadas em companhia de capital aberto, que apresenta as demonstrações financeiras com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em função disso as demonstrações financeiras interinas da Companhia estão sendo apresentadas em consonância com as requeridas disposições e normas contábeis.

**2 Incorporação das investidas I-Logística Sistema  
de Distribuição S.A. e 6226 Participações S.A.**

Em 30 de junho de 2009, a Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. incorporou as investidas I-Logística Sistemas de Distribuição S.A. e 6226 Participações S.A., sem alteração do capital social da Companhia.

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2009 da I-Logística Sistemas de Distribuição S.A. e 6226 Participações S.A. estão sumarizadas abaixo:

	<b>I-Logística Sistema de Distribuição S.A.</b>	<b>6226 Participações S.A.</b>	<b>Total</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	21	1	22
Contas a receber	19		19
Impostos a recuperar	32		32
Demais contas a receber	15		15
	<u>87</u>	<u>1</u>	<u>88</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo	335		335
Investimento		708	708
Intangível	115		115

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

	<b>I-Logística Sistema de Distribuição S.A.</b>	<b>6226 Participações S.A.</b>	<b>Total</b>
	<u>450</u>	<u>708</u>	<u>1.158</u>
	<u>537</u>	<u>709</u>	<u>1.246</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	(4)		
Demais contas a pagar	<u>2</u>		
	<u>(2)</u>		
Não circulante			
Partes relacionadas	<u>27</u>		
Patrimônio líquido			
Capital	43	1	44
Adiantamento para futuro aumento capital	225	375	600
Reservas	272	373	645
Resultado do período	<u>(28)</u>	<u>(40)</u>	<u>(68)</u>
	<u>512</u>	<u>709</u>	<u>1.221</u>
	<u>537</u>	<u>709</u>	<u>1.246</u>

As contas patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido) foram agregadas as contas da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., após eliminação dos saldos entre as companhias e investimentos (participação acionária da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. na I-Logística Sistemas de Distribuição S.A. e 6226 Participações S.A.).

O resultado consolidado do semestre findo em 30 de junho de 2009 das entidades incorporadas foi alocado as respectivas contas de resultado no período.

### **3 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras interinas**

Estas demonstrações financeiras interinas foram aprovadas pela administração da Companhia em 4 de novembro de 2009.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

---

As demonstrações financeiras interinas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Na elaboração das demonstrações financeiras interinas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras interinas da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, para créditos de liquidação duvidosa, para estoques obsoletos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em 31 de dezembro de 2008, as demonstrações financeiras interinas consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas subsidiárias Odisa LLC e I-Logística Sistema de Distribuição S.A. Os resultados das transações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos ativos e passivos são eliminados no processo de consolidação.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP no. 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB. A aplicação das referidas Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1o. de janeiro de 2008.

Os principais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência dessas mudanças foram:

**(a) Arrendamento financeiro**

A frota de veículos e móveis e utensílios da Companhia, arrendados com instituição financeira, foram registrados no imobilizado e o correspondente saldo devedor, na rubrica "Arrendamento financeiro". Vide Nota 9(c).

**(b) Investimentos no exterior**

O efeito decorrente da variação cambial sobre os investimentos da controlada Odisa LLC, localizada no exterior, passou a ser registrado na conta "Variação cambial de investidas localizadas no exterior", no patrimônio líquido. Vide Nota 8(c).

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

---

**(c) Ajuste a valor presente**

No caso do ajuste a valor presente dos ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo, a administração concluiu que os ajustes não são relevantes para serem incorporados às demonstrações financeiras ora apresentadas.

**(d) Ajustes da Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07**

Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no. 449/08", a administração da Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1o. de janeiro de 2008, sendo assim, todos os impactos no resultado relativos à aplicação da Lei e da Medida Provisória foram efetuados contra lucros acumulados na data da transição conforme art. 186 da Lei no. 6.404/76.

	<b>Patrimônio líquido</b>
Reconhecimento do arrendamento mercantil	<u>129</u>
Total, líquido de impostos	<u><u>129</u></u>

**4 Principais práticas contábeis**

**(a) Apuração do resultado**

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando da transferência dos riscos e benefícios aos clientes. Receitas de serviços são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

O resultado do período inclui também ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias e cambiais, os quais são calculados com base nos índices oficiais.

**(b) Ativos circulante e não circulante**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

---

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

**(c) Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(i) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**(ii) Mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, usando o método da taxa de juros efetiva.

**(iii) Disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda,, calculados com o uso do método da taxa de juros

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

---

efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (impairment).

**(d) Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do período como receita (ou despesa) operacional. As variações de taxas de câmbio sobre investimentos em controladas no exterior, com moeda funcional diferente da moeda funcional da empresa controladora, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido numa conta específica chamada "Variação cambial de investidas localizadas no exterior".

**(e) Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9. Certos equipamentos de informática adquiridos através de leasing financeiro são reconhecidos como imobilizado e arrendamento financeiro.

**(f) Intangível**

O intangível inclui os valores gastos para aquisição de licença de uso de software, líquidos de sua amortização.

**(g) Conversão em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

**(h) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos  
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.



**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

---

anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**(i) Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos mercantis de imobilizado, nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na Nota 9.

Os arrendamentos mercantis, nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente e calculados pelas alíquotas regulares, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda diferido é calculado sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda - 25%, e para a contribuição social - 9%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia e suas controladas diretas não optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT conforme a Medida Provisória no. 449/08 e já se manifestou na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

---

Pessoa Jurídica de 2009.

**(k) Demais passivos circulante e  
não circulante**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

**(l) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios, quando aplicável:

- . Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- . Contingências passivas - são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e as classificadas como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

**(m) Juros sobre capital próprio**

Às companhias no Brasil é permitido pagar, até determinado limite, juros sobre capital próprio e tratar esses pagamentos como despesa para fins de pagamento de imposto de renda e contribuição social. O montante dos juros distribuídos é tratado para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira semelhante aos dividendos. São retidos e pagos 15% a título de imposto de renda no momento em que os juros são creditados. Os juros sobre capital próprio são tratados como se dividendos fossem para fins da determinação do dividendo mínimo obrigatório.

**(n) Lucro por ação**

Calculado considerando-se o número de ações em circulação da Companhia na data do balanço. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

**5 Estoques**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Mercadorias para revenda	34.259	42.335
Licenças de uso de software	12.556	14.773
Importações em andamento	4.886	4.099
Outros	352	2.037
Provisão para perdas prováveis na realização	(2.312)	(2.512)
	<u>49.741</u>	<u>60.732</u>

**6 Créditos com fornecedores**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
"Rebates"	7.127	4.661
Devoluções	1.627	4.949
Preço	541	586
Outros	1.170	1.546
	<u>10.465</u>	<u>11.742</u>

**7 Investimentos em ações da controladora**

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía 3,624,500 ações ordinárias da acionista Ideiasnet S.A. ("Ideiasnet") no montante de R\$ 8.652. Durante 2009, adquiriu mais 543,700 ações ordinárias da acionista no montante de R\$ 1.190, totalizando 4,168,200 ações ordinárias, as quais atualizadas montam a R\$ 15.910 em 30 de setembro de 2009.

Os investimentos em ações da controladora podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Ações para negociação - adquiridas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, são ajustadas pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

---

- . Ações disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidas até o vencimento, são ajustadas pelo valor de mercado em contrapartida à conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.
- . Ações mantidas até o vencimento - adquiridas com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Em virtude de a administração ter intenção de negociar as ações da controladora, as mesmas foram classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas no realizável a longo prazo e atualizadas a valor de mercado. A atualização foi reconhecida no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), conforme determina a Lei no. 11.638/2007.

Em setembro de 2009, a administração revisou as operações da Companhia e optou por liquidar os investimentos em ações da controladora no montante de R\$ 15.910 em contrapartida de adiantamento para futuro de capital no montante de R\$ 11.000 e mútuo reconhecido no exigível a longo prazo no montante de R\$ 1.461, realizado pelo valor de custo das operações. Desta forma a atualização reconhecida no patrimônio líquido no montante de R\$ 3.449, cujos valores haviam sido atualizados até 30 de setembro de 2009, foi estornada.

Adicionalmente, em setembro de 2009, a administração possuía 88.600 ações no montante de R\$ 568, a valor de custo, da antiga Sadig, as quais foram convertidas em ações da Ideiasnet S.A., controladora da 5225 Participações. A administração optou em liquidar as ações da Ideiasnet contra juros sobre capital próprio a pagar para 5225 Participações.

## **8 Investimentos**

### **(a) Informação de subsidiárias**

	<b>Odisa LLC</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Quantidade de ações possuídas	10.000	10.000
Percentual de participação sobre o capital total - %	100	100
Passivo a descoberto	(56)	(34)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

	<b>I-Logística Sistema de Distribuição S.A.</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Quantidade de ações possuídas		428.245
Percentual de participação sobre o capital total - %		42
Patrimônio líquido		1.289

	<b>6226 Participações S.A.</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Quantidade de ações possuídas		100.000
Percentual de participação sobre o capital total - %		100
Patrimônio líquido		749

**(b) Movimentação dos investimentos**

	<b>Controladora Odisa LLC</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Saldo inicial	(34)	(5)
Equivalência patrimonial	(56)	(22)
Variação cambial	17	(7)
Saldo final	<u>(73)</u>	<u>(34)</u>
Composição do saldo		
Valor do investimento	<u>(73)</u>	<u>(34)</u>
Subtotal	<u>(73)</u>	<u>(34)</u>
Passivo a descoberto (Nota 8(c) a seguir)	<u>73</u>	<u>34</u>
	<u></u>	<u></u>

**Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

	<u>I-Logística Sistema de Distribuição S.A.</u>	<u>6226 Partici- pações S.A.</u>	<u>Total</u>
Aquisição de ações (*)	547	759	1.306
Equivalência patrimonial	(7)	(10)	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	540	749	1.289
Equivalência patrimonial	(28)	(40)	(68)
Baixa por incorporação (Nota 2)	512	709	1.221
Saldos em 30 de setembro de 2009			

(\*) Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia adquiriu a integralidade das ações da 6226 Participações S.A., a qual detém participação na investida da Companhia, I-Logística Sistemas de Distribuição S.A. As ações adquiridas montam R\$ 1.306, baseado no balanço social findo em 30 de novembro de 2008. O acervo líquido dessas investidas foram incorporados em 30 de junho de 2009, conforme descrito na Nota 2.

**(c) Odisa LLC**

Em 30 de setembro de 2009, a referida controlada apresentou passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) no montante de R\$ 73 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 34), garantido pela Companhia. Consequentemente, a Companhia constituiu provisão para fazer face ao passivo a descoberto, proporcionalmente à sua participação societária mantida, no montante de R\$ 73 (31 de dezembro de 2008 - R\$ 34), sendo considerada suficiente para eventuais obrigações da referida sociedade controlada que venham a ter que ser honradas por seus acionistas, os quais estão empenhados na implementação de medidas para adequar sua estrutura de capital.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

[illegible]

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras internas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

	Instalações	Imóveis	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	611	172	341	1.864	424	95	3.507
Custo total	1.212	250	850	3.994	755	393	7.454
Depreciação acumulada	(601)	(78)	(509)	(2.130)	(331)	(298)	(3.947)
Valor residual	611	172	341	1.864	424	95	3.507
Saldos em 31 de dezembro de 2008	611	172	341	1.864	424	95	3.507
Aquisição	50		23	568		83	724
Baixa				(5)	(210)		(215)
Baixa depreciação					145		145
Depreciação	(76)	(8)	(44)	(415)	(107)	(12)	(662)
Saldos em 30 de setembro de 2009	585	164	320	2.012	252	166	3.499
Custo total	1.262	250	873	4.557	545	476	7.963
Depreciação acumulada	(677)	(86)	(553)	(2.545)	(293)	(310)	(4.464)
Valor residual	585	164	320	2.012	252	166	3.499
Taxas anuais de depreciação - %	10	10	10	20	20	10	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras internas.



**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não  
auditados)**  
Em milhares de reais

**c) Arrendamentos a pagar**

Arrendamentos a pagar por meio de contratos irretratáveis sujeitos a juros de 15,25% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, no total de R\$ 288, cuja duração é de quatro anos. Os compromissos assumidos em virtude dos contratos, a valor presente, podem ser resumidos como segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
2009	59	284
2010	194	209
2011	35	35
	<u>288</u>	<u>528</u>
Menos circulante	<u>242</u>	<u>284</u>
Não circulante	<u>46</u>	<u>244</u>

**10 Intangível**

	<b>Direitos de uso de softwares</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>3.772</u>	<u>4.085</u>
Custo total	6.836	7.328
Amortização acumulada	<u>(3.064)</u>	<u>(3.243)</u>
Valor residual	<u>3.772</u>	<u>4.085</u>

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

	<u>Direitos de uso de softwares</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	3.772	4.085
Aquisição	5.415	5.415
Incorporação	492	
Amortização	(362)	(401)
Incorporação	(218)	
Saldos em 30 de setembro de 2009	<u>9.099</u>	<u>9.099</u>
Custo total	12.743	12.743
Amortização acumulada	<u>(3.644)</u>	<u>(3.644)</u>
Valor residual	<u>9.099</u>	<u>9.099</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	20

**11 Partes relacionadas**

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo não circulante				
5225 Participações S.A.	12.191	12.191	4.110	4.110
I-Logística Sistema de Distribuição S.A.			27	
Odisa LLC	<u>74</u>		<u>35</u>	
	<u>12.265</u>	<u>12.191</u>	<u>4.172</u>	<u>4.110</u>

Em 1o. de agosto e 31 de outubro de 2008, a Companhia firmou contrato de mútuo com a 5225 Participações S.A. nos montantes de R\$ 1.455 e R\$ 2.655, respectivamente. Tais valores não estão sujeitos a atualização monetária e não têm prazo de vencimento.

Em 12 de janeiro de 2009, a Companhia firmou contrato de mútuo com a 5225 Participações S.A. nos montantes de R\$ 2.868 e R\$ 2.702, respectivamente. Tais valores não

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não  
auditados)**

**Em milhares de reais**

estão sujeitos a atualização monetária e não têm prazo de vencimento.

Os montantes apresentados junto às controladas I-Logística Sistema de Distribuição S.A. e Odisa LLC referem-se a conta-corrente de longo prazo, e também não estão sujeitos a correção monetária e prazo de vencimento. Estes montantes foram eliminados para fins de consolidação.

A remuneração dos administradores - que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários - totalizou R\$ 561 em 2009 (R\$ 697 em 2008).

**12 Empréstimos**

		<b>Controladora e consolidado</b>	
<b>Modalidade/finalidade</b>	<b>Taxa ao mês de juros - %</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Conta garantida		3.303	7.637
Empréstimos bancários	CDI (*) + de 0,01 a 0,3167	32.058	14.339
		35.361	21.976
Menos Circulante		27.014	21.781
Não circulante		8.347	195

(\*) Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>2009</b>
2010	2.127
2011	5.991
2012	229
	8.347

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

**13 Fornecedores**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
	<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Controladora Consolidado</u>
Fornecedores		
Nacionais	48.975	56.910
Estrangeiros	41.221	41.427
Contas a pagar	6.679	7.021
	<u>96.875</u>	<u>105.358</u>
		<u>108.752</u>

Os saldos de fornecedores compreendem basicamente a aquisição de produtos para revenda.

**14 Impostos e contribuições a recolher**

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Circulante		
Parcelamento de tributos		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS II (i)	1.548	1.565
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	405	405
ICMS a pagar – substituição tributária (ii)	1.807	
Outros impostos	1.014	93
	<u>4.774</u>	<u>2.063</u>
Não circulante		
Parcelamento de tributos		
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS II (i)	4.130	5.421
	<u>4.130</u>	<u>5.421</u>

- (i) Em julho de 2003, a Companhia optou pelo REFIS II, nos termos da Lei no. 10.684 de 30 de maio de 2003, contabilizando os efeitos dessa opção nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, incluindo débitos fiscais relativos a impostos e contribuições federais dos exercícios de 1999 a fevereiro de 2003. O saldo da dívida está sendo pago em 120 parcelas mensais, com incidência de juros equivalentes à

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não  
auditados)**

**Em milhares de reais**

variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo.

- (ii) Em julho de 2009, em atendimento a Portaria CAT – 95 de 22 de maio de 2009, a Companhia reconheceu o montante referente a substituição tributária sobre o saldo dos estoques de maio de 2009. O pagamento ocorrerá em dez parcelas.

**15 Contingências**

A Companhia é parte em alguns processos judiciais no curso normal dos negócios. A administração acredita, suportada na opinião de seus advogados, que nenhum desses processos envolva o risco de perdas prováveis. Para outros processos, no montante de R\$ 2.696, estima-se que as perdas sejam possíveis em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008. A Companhia mantém depósitos judiciais no montante de R\$ 547 e R\$ 773 em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente, em relação aos processos judiciais referidos acima.

**16 Outras contas a pagar**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	
	<u>Controladora e consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Créditos de clientes	1.518	1.397	1.432
Faturamento antecipado a remeter	287	2.215	2.215
Contas-correntes fornecedores	4.489	1.360	1.360
Outras contas a pagar	1.447	2.172	2.172
	<u>7.741</u>	<u>7.144</u>	<u>7.179</u>

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

**17 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social, em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, é representado por 1.508.814 ações ordinárias nominativas e por 5.296 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 10 por ação, assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
5225 Participações S.A.	1.508.814	5.284
Roberto Freitas Spielmann		4
Antônio Mariano Silva Gordinho		4
Fábio José Cavanha Gaia		4
	<u>1.508.814</u>	<u>5.296</u>

**(b) Destinação de lucros**

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- . 5% para constituição de reserva legal.
- . 30% para pagamento de dividendos mínimos.
- . Participação dos administradores no limite estabelecido pela legislação das sociedades por ações.

Os lucros remanescentes foram destinados à reserva de retenção de lucros para reforço de capital de giro e futura capitalização, sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não  
auditados)**  
Em milhares de reais

---

**(c) Juros sobre o capital próprio**

Em conformidade com a Lei no. 9.249/95, em 31 de dezembro de 2008 a administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP, incluindo-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 2.700 (o que corresponde a R\$ 0,56 por ação, líquido de imposto de renda de fonte) foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras interinas, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto na Deliberação CVM no. 207/96.

Em setembro de 2009, a administração optou em liquidar parcialmente o saldo de juros sobre capital próprio contra investimentos em ações da Ideiasnet S.A., no montante de R\$ 568, conforme descrito na Nota 7.

**(d) Adiantamentos para futuro  
aumento de capital**

Em outubro de 2008, a acionista 5225 Participações aportou capital na investida através de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 11.000. A administração possuía intenção de integralizar este aporte.

Em setembro de 2009, a administração revisou as operações da Companhia e optou em alterar a intenção de integralização do aporte. A administração optou em liquidar o adiantamento para futuro aumento de capital contra investimentos em ações da controlada, conforme descrito na Nota 7

**18 Imposto de renda e contribuição  
social sobre o lucro líquido**

**(a) Reconciliação da despesa do imposto  
de renda e contribuição social sobre  
o lucro líquido**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social estão conciliadas às alíquotas nominais, como segue:

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2009</b>	<b>30 de setembro de 2008</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.215	11.088
Imposto de renda e contribuição social, às alíquotas nominais de 34%	1.773	(3.770)
Outras adições e exclusões	(94)	300
	<u>1.679</u>	<u>(3.470)</u>

As adições e exclusões são compostas por montantes classificados como permanentes e temporários sobre os quais foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos.

**(b) Outras informações**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2009</b>	<b>31 de dezembro de 2008</b>
Ativo		
Diferenças temporárias - comissões sobre vendas	412	897
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>412</u>	<u>897</u>
Passivo		
Diferenças temporárias - órgãos públicos	10	32
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>10</u>	<u>32</u>

Os encargos tributários e as contribuições apurados e recolhidos pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.



**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não  
auditados)**  
**Em milhares de reais**

---

O imposto de renda e a base negativa da contribuição social referem-se a créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, que serão utilizados com a geração de lucros tributáveis futuros.

Em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, a Companhia não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos sobre vendas para entidades públicas são devidos quando do recebimento das faturas.

**19 Instrumentos financeiros**

**(a) Riscos de crédito**

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do "Contas a receber".

**(b) Deliberação CVM no. 550**

Em 17 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu a Deliberação no. 550, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa às Informações Trimestrais - ITR. As informações requeridas aplicáveis à Companhia são:

**(i) Política de utilização de instrumentos  
financeiros derivativos**

A Companhia possui uma Política de Risco Cambial que estabelece o montante denominado em moeda estrangeira em que podem estar expostas as variações em relação à moeda brasileira.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008**  
Em milhares de reais

---

**(ii) Objetivos e estratégias de  
gerenciamento de riscos**

A Officer e suas subsidiárias possuem contas a pagar, contas a receber e ativos em moedas estrangeiras, as quais sofrem efeitos de mudanças cambiais e de taxas de juros.

Não tem sido política da Companhia a prática de operações envolvendo derivativos ou qualquer outro instrumento de cobertura a seus riscos cambiais, nem os de caráter especulativo.

A Companhia estima que os valores de mercado de seus instrumentos financeiros, como empréstimos com empresas do grupo, se aproximam de seus valores contábeis em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008, conforme apresentado a seguir:

<u>Data</u>	<u>Saldo do mútuo sem atualização</u>	<u>Taxa CDI - %</u>	<u>CDI - reais</u>	<u>Saldo do mútuo com atualização</u>
30 de setembro de 2009	12.265	0,82	101	12.366
31 de dezembro de 2008	4.172	0,98	41	4.213

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

**20 Seguros**

A administração da Companhia, com o auxílio de consultores especializados, contrata seguros considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros a sua operação.

\* \* \*

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras interinas.

**Officer Distribuidora de Produtos de  
Informática S.A. e Officer Distribuidora de  
Produtos de Informática S.A. e suas controladas**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras interinas em 30 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 (não auditados)**  
Em milhares de reais

**Atenção: esta folha não deverá ser destacada do trabalho**

**Controle do DPT-SP / Word  
Dados do trabalho**

Cliente - **Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A.**  
Código do projeto - 01019773 / 0001 / 01  
Departamento - 01AAAAA000-PWCAI-SP-SP-ABAS-ASS-ABAS  
Tipo de trabalho/idioma - REV REVISÕES DIVERSAS / PORTUGUES  
Nome do arquivo - **OFFDI209.REV**  
Diretório - G:\REV  
Encaminhar para - **Erik Souza - 6o. andar**

\*\*\*\*\*

**Controle de tarefas**

<input type="checkbox"/> Confronto	<input type="checkbox"/> Padrão	<input type="checkbox"/> Rodado	<input type="checkbox"/> Ligar
<input type="checkbox"/> Cheque	<input type="checkbox"/> Padrão só no parecer	<input type="checkbox"/> No CQ para rodar	<input type="checkbox"/> Virá buscar
<input type="checkbox"/> Sem cheque	<input type="checkbox"/> Padrão estético	<input type="checkbox"/> Substituição no CQ	<input type="checkbox"/> Notes (modelo)
<input type="checkbox"/> Sem confronto	<input type="checkbox"/> Não colocar padrão	<input type="checkbox"/> Rodar só capa-azul	<input type="checkbox"/> Notes (deletar)
<input type="checkbox"/> Confronto (deixar = orig.)	<input type="checkbox"/> Não alterar texto	<input type="checkbox"/> Anexos no CQ	<input type="checkbox"/> Notes (em pdf)
<input type="checkbox"/> Leitura gramatical	<input type="checkbox"/> Somente margens e pág.	<input type="checkbox"/> Somente paginação	
<input type="checkbox"/> Leitura final para rodar			
<input type="checkbox"/> Adequar à reforma ortog.			

**Outras tarefas:**

\*\*\*\*\*

**Controle de gravação/cheque/revisão**

Dupl./boneco/data/tempo	- Rejane/19.10.09/45'
Cheque	- Rocha/19.10.09/32'
1a. revisão	- Robson/19.10.09/35'
Cheque	- Livea/19.10.09/10'
2a. revisão	- Robson/19.10.09/5'
Cheque	-

\*\*\*\*\*

**OBSERVAÇÕES:** *Arquivo duplicado de G:\REV\OFFDI209.REV.  
Manter tudo em carta.  
Arquivo enviado por notes para a Erika Souza em 20.10.09 (Agnes - 11:50)*

**13.9. Demonstrações Financeiras da Ideiasnet de 31 de dezembro de 2008, controladora das Cedentes.**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44
4 - NIRE		
3330016719-6		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO		
Rua Visconde de Pirajá, 572 - 4º andar		Ipanema		
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF		
22410-002	RIO DE JANEIRO	RJ		
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
21	3206-9200	3206-9205	3206-9202	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
21	3206-9201	-	-	
15 - E-MAIL				
rodin@ideiasnet.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Rodin Spielmann de Sá				
2 - ENDEREÇO COMPLETO		3 - BAIRRO OU DISTRITO		
Rua Visconde de Pirajá, 572 - 4º andar		Ipanema		
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO	6 - UF		
22410-002	Rio de Janeiro	RJ		
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
21	3206-9200	3206-9205	3206-9202	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
21	3206-9201	-	-	
16 - E-MAIL				
rodin@ideiasnet.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
BDO Trevisan Auditores Independentes		00210-0
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Luiz de Souza Gurgel		918.587.207-53

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	104.252	84.704	75.462
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	104.252	84.704	75.462
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
3150 - Emp. Adm. Part. - Comunicação e Informática
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, EMPREEND. E CONS.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Parcial

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
01	. . / -	Latin e Ventures Ltd
02	. . / -	Automatos International Ltd.
03	. . / -	Spring Wireless Ltd.
04	09.059.691/0001-73	Toulouse Participações S/A
17	03.900.579/0001-37	BP Participações e Adm S/A

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
11/04/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	207.047	104.793	46.868
1.01	Ativo Circulante	47.140	2.575	3.319
1.01.01	Disponibilidades	42.325	46	2.135
1.01.02	Créditos	4.578	2.262	654
1.01.02.01	Clientes	0	1.804	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	4.578	458	0
1.01.03	Estoque	0	0	0
1.01.04	Outros	237	267	530
1.02	Ativo Não Circulante	159.907	102.218	43.549
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.478	24.055	11.444
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	60.478	24.055	11.444
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	3.615	2.033	9.458
1.02.01.02.02	Com Controladas	56.863	22.022	1.986
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	99.429	78.163	32.105
1.02.02.01	Investimentos	99.122	77.846	31.863
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	7.787	22.640	7.129
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas - Ágio	2.350	20.991	5.588
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	65.786	19.735	23.184
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	23.199	14.480	(4.038)
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	301	317	242
1.02.02.03	Intangível	6	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0	0



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	207.047	104.793	46.868
2.01	Passivo Circulante	15.778	4.493	193
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	15.338	4.167	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	2	21	73
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	319	305	104
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	82	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	37	0	16
2.02	Passivo Não Circulante	2.108	15.792	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.108	15.792	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	15.261	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	2.108	531	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	189.161	84.508	46.675
2.05.01	Capital Social Realizado	216.322	99.252	64.132
2.05.02	Reservas de Capital	0	2.772	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(27.161)	(17.516)	(17.457)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(9.639)	(2.089)	(4.127)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(7.389)	(4.102)	(2.874)
3.06.03	Financeiras	1.666	792	1.104
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4.629	2.734	1.199
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(2.963)	(1.942)	(95)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	874	729	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(7.645)	(1.426)	(1.195)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.855	1.918	(1.162)
3.07	Resultado Operacional	(9.639)	(2.089)	(4.127)
3.08	Resultado Não Operacional	0	2.029	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(9.639)	(60)	(4.127)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(9.639)	(60)	(4.127)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	104.252	84.704	75.462
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,09246)	(0,00071)	(0,05469)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO DIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(49.420)	(15.247)	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(18.510)	(44.161)	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	110.209	57.319	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	42.279	(2.089)	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46	2.135	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.325	46	0

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
01	Saldo Inicial	98.963	3.060	0	0	(17.517)	0	84.506
02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(5)	0	(5)
03	Saldo Ajustado	98.963	3.060	0	0	(17.522)	0	84.501
04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(9.639)	0	(9.639)
05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
08	Aumento/Redução do Capital Social	117.359	(3.060)	0	0	0	0	114.299
09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
13	Saldo Final	216.322	0	0	0	(27.161)	0	189.161

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	64.132	0	0	0	0	(17.457)	46.675
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	64.132	0	0	0	0	(17.457)	46.675
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	(60)	(60)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	34.831	3.060	0	0	0	0	37.891
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	98.963	3.060	0	0	(17.517)	0	84.506

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	63.600	(6)	0	0	(13.330)	0	50.264
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	63.600	(6)	0	0	(13.330)	0	50.264
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(4.127)	0	(4.127)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	580	(42)	0	0	0	0	538
5.09	Constituição/Realização Reserva Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	64.180	(48)	0	0	(17.457)	0	46.675

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	202	0	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	0	0	0
6.01.02	Outras Receitas	202	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(9.471)	0	0
6.02.01	Custos Prods, Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(8.099)	0	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(1.131)	0	0
6.02.04	Outros	(241)	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	(9.269)	0	0
6.04	Retenções	(3.844)	0	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(3.844)	0	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	(13.113)	0	0
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.155	0	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.855	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	4.628	0	0
6.06.03	Outros	672	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	(4.958)	0	0
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	(4.958)	0	0
6.08.01	Pessoal	1.102	0	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	927	0	0
6.08.01.02	Benefícios	156	0	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	19	0	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	443	0	0
6.08.02.01	Federais	432	0	0
6.08.02.02	Estaduais	11	0	0
6.08.02.03	Municipais	0	0	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.136	0	0
6.08.03.01	Juros	2.963	0	0
6.08.03.02	Aluguéis	173	0	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(9.639)	0	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	0	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(9.639)	0	0
6.08.05	Outros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	424.251	297.390	65.618
1.01	Ativo Circulante	280.037	181.497	16.879
1.01.01	Disponibilidades	54.668	1.799	2.853
1.01.02	Créditos	224.225	109.239	11.584
1.01.02.01	Clientes	137.474	108.662	9.747
1.01.02.02	Créditos Diversos	86.751	577	1.837
1.01.03	Estoque	0	53.129	1.572
1.01.04	Outros	1.144	17.330	870
1.02	Ativo Não Circulante	144.214	115.893	48.739
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.845	23.096	14.491
1.02.01.01	Créditos Diversos	7.465	23	5.174
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	35.500	21.773	9.317
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	29.164	11.009	3.792
1.02.01.02.02	Com Controladas	5.550	10.764	5.525
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	786	0	0
1.02.01.03	Outros	9.880	1.300	0
1.02.02	Ativo Permanente	91.369	92.797	34.248
1.02.02.01	Investimentos	75.599	82.635	28.284
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	2.351	68.155	14.731
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	39.286	14.480	13.553
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	33.962	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	8.478	6.121	2.608
1.02.02.03	Intangível	7.292	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	4.041	3.356



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	424.251	297.390	65.618
2.01	Passivo Circulante	198.921	181.841	15.963
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	57.300	69.285	5.795
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	120.911	97.629	9.137
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	5.256	4.430	901
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	2.984	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	12.470	10.497	130
2.02	Passivo Não Circulante	36.169	23.527	2.980
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	36.169	23.527	2.980
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	25.848	16.370	272
2.02.01.02	Debêntures	0	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0	302
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	1.449
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	957
2.02.01.06	Outros	10.321	7.157	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	7.621	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	(107)	0
2.05	Patrimônio Líquido	189.161	84.508	46.675
2.05.01	Capital Social Realizado	216.322	99.252	64.132
2.05.02	Reservas de Capital	0	2.772	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(27.161)	(17.516)	(17.457)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01841-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL IDEIASNET S/A	3 - CNPJ 02.365.069/0001-44
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.088.318	647.805	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	(211.132)	(106.294)	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	877.186	541.511	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(735.859)	(457.988)	0
3.05	Resultado Bruto	141.327	83.523	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(148.743)	(77.206)	(4.131)
3.06.01	Com Vendas	0	(1.316)	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(114.556)	(77.946)	(3.257)
3.06.03	Finanças	(20.520)	(2.420)	997
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4.667	4.607	1.355
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(25.187)	(7.027)	(358)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	9.129	4.102	320
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(22.796)	(4.470)	(1.660)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	4.844	(531)
3.07	Resultado Operacional	(7.416)	6.317	(4.131)
3.08	Resultado Não Operacional	0	(3.406)	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(7.416)	2.911	(4.131)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(5.171)	(4.026)	4
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	3.490	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(542)	1.055	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(9.639)	(60)	(4.127)
	NÚMERO AÇÕES EX-TESOURARIA (Mil)	104.252	84.704	75.462
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,09246)	(0,00071)	(0,05469)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO DIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(59.605)	(64.722)	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	576	(53.705)	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	111.899	117.372	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	52.870	(1.055)	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.798	2.853	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.668	1.798	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	98.963		3.060	0	0	(17.517)	84.506
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	(5)	(5)
5.03	Saldo Ajustado	98.963		3.060	0	0	(17.522)	84.501
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	0	(9.639)	(9.639)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	117.359		(3.060)	0	0	0	114.299
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	216.322		0	0	0	(27.161)	189.161

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

10.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	64.180	(48)	0	0	(17.457)	0	46.675
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	64.180	(48)	0	0	(17.457)	0	46.675
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(60)	0	(60)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	35.071	2.820	0	0	0	0	37.891
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	99.251	2.772	0	0	(17.517)	0	84.506

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

10.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
S.01	Saldo Inicial	63.600	(6)	0	0	(13.330)	0	50.264
S.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
S.03	Saldo Ajustado	63.600	(6)	0	0	(13.330)	0	50.264
S.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(4.127)	0	(4.127)
S.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
S.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
S.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
S.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
S.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
S.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
S.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
S.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
S.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
S.08	Aumento/Redução do Capital Social	580	(42)	0	0	0	0	538
S.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
S.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
S.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
S.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
S.13	Saldo Final	64.180	(48)	0	0	(17.457)	0	46.675

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
6.01	Receitas	1.047.280	0	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	1.038.530	0	0
6.01.02	Outras Receitas	8.750	0	0
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Crédts. Liquidação Duvidosa	0	0	0
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(851.356)	0	0
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	0
6.02.02	Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros	(849.984)	0	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(1.131)	0	0
6.02.04	Outros	(241)	0	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	195.924	0	0
6.04	Retenções	(11.004)	0	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(11.004)	0	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	184.920	0	0
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.338	0	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	4.666	0	0
6.06.03	Outros	672	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	190.258	0	0
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	190.258	0	0
6.08.01	Pessoal	10.845	0	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	10.555	0	0
6.08.01.02	Benefícios	262	0	0
6.08.01.03	F.G.T.S.	28	0	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	167.101	0	0
6.08.02.01	Federais	159.725	0	0
6.08.02.02	Estaduais	6.294	0	0
6.08.02.03	Municipais	1.082	0	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.951	0	0
6.08.03.01	Juros	21.697	0	0
6.08.03.02	Aluguéis	254	0	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	(9.639)	0	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	0	0	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(9.639)	0	0
6.08.04.04	Part. Não Controladores Lucros Retidos	0	0	0
6.08.05	Outros	0	0	0

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

**12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - COM RESSALVA**

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Diretores da  
IDEIASNET S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da IDEIASNET S.A. (controladora e consolidado) levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das controladas: 5225 Participações S.A. e da Virtualab Participações S.A., do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, utilizadas para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes. O nosso relatório, no que se refere aos valores dessas coligadas, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores independentes.
- 2 Exceto quanto ao mencionado nos parágrafos 3 e 4, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 As demonstrações contábeis da controlada indireta Latin e Ventures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda., foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer com ressalvas, datado de 27 de janeiro de 2009, referente a não apresentação da composição dos saldos das rubricas Duplicatas a receber de clientes e Fornecedores nos montantes de R\$ 7.859 mil e R\$ 11.563 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia não registrou provisão para comissão proveniente do esforço de sua equipe de venda e nem foi apresentada a respectiva composição dos valores a pagar, a esse título.



01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

**12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - COM RESSALVA**

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Diretores da  
IDEIASNET S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

- 4 As demonstrações contábeis da Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer com ressalvas, datado de 2 de março de 2009, pelo fato da Companhia ter apresentado investimento em ações da controladora no montante de R\$ 8.652 mil caracterizando participação recíproca sobre os quais não tiveram acesso em sua totalidade a documentação, impossibilitando-os de concluir sobre a adequação da operação.
- 5 Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafo 3 e 4, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IDEIASNET S.A. (controladora e consolidado), em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 6 As demonstrações contábeis da IDEIASNET S.A. (controladora) incluem R\$ 52.255 mil, R\$ 459.425 mil, e R\$ 31.834 mil respectivamente, registrados como adiantamentos para futuro aumento de capital, créditos a receber e ágio sobre investimentos. As demonstrações contábeis consolidadas da IDEIASNET S.A. incluem R\$ 19.076 mil, R\$ 36.728 mil e R\$ 41.636 mil, respectivamente, registrados como adiantamentos para futuro aumento de capital, créditos a receber e ágio sobre investimentos. A realização destes ativos depende do sucesso das operações futuras das controladas e coligadas onde são mantidos os referidos créditos.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

**12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - COM RESSALVA**  
**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Diretores da  
IDEIASNET S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

- 7 Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa (controladora e consolidado) sobre as quais emitimos parecer com ressalva relativa a não apresentação do parecer dos auditores independentes das coligadas Spring Wireless Ltd. e Automatos International Ltd e ênfase semelhante à descrita no parágrafo 6, datado de 31 de março de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
- 8 As demonstrações dos fluxos de caixa (controladora) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 7, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2009

José Luiz de Souza Gurgel  
Sócio-contador  
CRC RJ –087339/O-4  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 “S” RJ

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

### 13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2008, o Brasil apresentou dados positivos como o crescimento de 5,1% no PIB, o aumento da renda média em 3,6 % e um fluxo de investimentos externos batendo o recorde de US\$ 45,0 bilhões (principalmente impulsionado pelo alcance do grau de investimento no primeiro semestre de 2008).

Para a Ideiasnet, 2008 foi marcado por significativo aumento de capital, reforçando o fluxo de caixa da Companhia e a situação confortável para o desenvolvimento estratégico do portfólio e a busca de novas oportunidades.

Assim, o final do exercício de 2008, bem como o início de 2009, eclodiram grandes desafios no cenário mundial e também para o Brasil, incluindo a queda de 3,6% no PIB no final do 4T08 e o crescente risco de recessão.

Na Ideiasnet e em algumas de suas controladas, apesar de todas as medidas corretivas e preventivas de operacionalidade, implementadas pela administração, alguns indicadores de performance apresentaram retrações em relação ao ano anterior. Todavia, em termos de volumes de Receita Bruta e Líquida, índices de situação econômica e financeira, apresentaram comportamentos altamente positivos.

Nesse panorama, a Ideiasnet e suas investidas seguem mantendo crescimento e tomando todas as ações necessárias para antever possíveis retrações. Há boas oportunidades de investimento e acreditamos que o segmento de tecnologia no Brasil continuará atrativo para investidores locais e internacionais.

O nosso portfólio, bem consolidado em segmentos promissores e a experiência da equipe no setor capacitam a Ideiasnet para visualizar oportunidades e superar dificuldades que eventualmente o cenário econômico mundial e/ou nacional possa apresentar.

A nossa posição de caixa nos permite garantir a expansão, a longevidade dos nossos negócios e a melhor avaliação de oportunidades e timing para a maturidade e vendas no segmento. As empresas investidas estão bem posicionadas e possuem uma boa situação de crédito, mas, caso necessário, a Ideiasnet também poderá suprir as suas demandas por capital de giro, visando a continuidade de seus respectivos negócios, sem riscos de interrupções operacionais e/ou de incorrência em custos sobrevalorizados de linhas de crédito no mercado.

No atingimento destas metas e situação positiva, a Administração ressalta a grande contribuição de nossas inúmeras parcerias, quer seja com nossos acionistas, investidores diretos e indiretos, CVM e o sistema financeiro em geral, clientes e fornecedores, colaboradores e com o público em geral com o qual de alguma forma e nos mais diversos graus se relaciona a empresa Ideiasnet S/A e suas investidas.

A Companhia está vinculada à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### IDEIASNET S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Ideiasnet é a empresa líder de Venture Capital de tecnologia no Brasil, com ações negociadas na Bovespa (IDNT3) e investimentos no Brasil e na América Latina. Buscando a maximização de valor para seus acionistas, a Ideiasnet participa ativamente em todos os estágios de desenvolvimento de suas investidas das seguintes formas: promovendo sinergias, agregando gestão, contribuindo na definição de estratégias, no posicionamento de mercado e na estruturação de fusões, aquisições e venda de participações.

A Ideiasnet iniciou suas operações em 2000, atuando como uma incubadora de internet provendo capital semente para empresas, e com a respectiva abertura de capital tornou-se a primeira empresa no Brasil de Venture Capital com estrutura de capital permanente. Atualmente, com o desenvolvimento das investidas e através de novas aquisições, a empresa se consolidou na liderança de Venture Capital de tecnologia no Brasil com empresas em diversos estágios.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ADOÇÃO INICIAL DA LEI nº 11.638/07 E DA MEDIDA PROVISÓRIA nº 449/08

A emissão das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008 foi autorizada em 27 de março de 2009.

### Base de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, e com vista aos requerimentos estabelecidos pela Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes principais impactos nas demonstrações contábeis da Companhia ou de suas controladas:

- (i) A Lei substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As normatizações para estas peças foram estabelecidas pelos CPC-03 Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC-09 Demonstração do Valor Adicionado, respectivamente.
- (ii) Introdução no conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo e, quando houver efeito relevante, para as outras operações. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.
- (iii) A Lei nº 11.638/2007 também determina que a companhia efetue, periodicamente, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. A Companhia avaliará, no mínimo anualmente, a existência de indicadores de perda de valor nos ativos de longo prazo. A Companhia não identificou indicadores de perda de valor nas datas destas demonstrações contábeis.
- (iv) Introduziu um novo grupo de contas “Intangível” que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões. O CPC-04 – Intangível normatizou o assunto.
- (v) A Medida Provisória nº 449/08 extinguiu o grupo de contas de ativo diferido, permitindo que os saldos capitalizados até 31 de dezembro de 2008 fossem baixados, reclassificados ou mantidos até a sua total amortização. A partir de 2009 o diferimento de custos está proibido.
- (vi) A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, facultando as companhias à manutenção dos saldos até a sua efetiva realização ou a realização do estorno a partir de 01 de janeiro de 2008.
- (vii) Conforme a Lei nº 11.638, o patrimônio líquido deve ser dividido em: capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros e ações em tesouraria.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

##### Ajustes da Lei 11.638/2007

Descrição das contas	Consolidado	
	Publicado	Reclassificado
Diferido	4.041	
Intangível		4.041
	4.041	4.041

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

- Os ativos e passivos circulantes e a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base "pro rata temporis". Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
- Aplicações financeiras: representadas substancialmente por quotas de fundos de investimento financeiro de alta liquidez em bancos de primeira linha, e estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.
- Créditos com clientes: existentes de modo exclusivo nas empresas controladas e de modo substancial, na Latin e Ventures e Officer, representam valores líquidos faturados, líquidos de provisão para créditos de julgados de liquidação duvidosa.
- Estoques: existentes de modo exclusivo nas empresas controladas Latin e Ventures e Officer, representam mercadorias para revenda, contabilizadas ao custo, líquido de provisão para obsolescência, quando aplicável.
- Os créditos com controladas e coligadas referem-se basicamente a adiantamentos para futuro aumento de capital, formalizados por contratos e estão mantidos a valores originais. Existe o comprometimento que esses valores serão efetivamente utilizados para aumento de capital. Os créditos com contratos de mútuo referem-se substancialmente a aportes financeiros da controlada IdeiasVentures em suas subsidiárias.

Investimentos: realizados em empresas controladas e coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial; estão, acrescidos do ágio decorrente da aquisição desses



01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

investimentos, conforme a expectativa de rentabilidade futura dos respectivos investimentos, tendo como prazo o período de 10 anos. O resultado da equivalência patrimonial não é proporcional aos resultados dos períodos, devido à limitação da equivalência a zero, para as empresas investidas com passivos a descoberto. Tais passivos a descoberto ocorrem em função de créditos e de adiantamentos para futuro aumento de capital, já provisionados nas empresas controladoras.

- f) Imobilizado: registrado pelo valor do custo de aquisição. A depreciação é registrada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.
- g) Redução ao valor recuperável de ativos – CPC 01: O imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007 e, constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.
- h) Intangível: refere-se basicamente ao desenvolvimento e implantação do Website, da Latin e Ventures, que passou a ser amortizado a partir de 2008 pelo prazo de 5 anos, a partir da entrada em operação.
- i) Empréstimos - referem-se basicamente a captações para capital de giro, na controladora, para financiar novos empreendimentos em sociedades investidas e nas controladas, para fomentar o giro dos estoques e fomentar suas operações comerciais e de logística. Estão apresentados na nota explicativa 7.
- k) As Dívidas com Pessoas Ligadas, referiam-se a empréstimos nas controladas e coligadas da IDEIASNET, também formalizados por contratos e mantidos a valores nominais.
- l) As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- m) Receitas financeiras líquidas de despesas: representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

#### 4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis da controladora e consolidados foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 incluem as demonstrações contábeis da IdeiasNet S.A. e de suas controladas diretas, abaixo relacionadas, com os respectivos percentuais de participação:

	Participação (%)	
	2008	2007
Idéias Ventures Participações Ltda.	99,99%	99,99%
5225 Participações S/A	100,00%	100,00%
Virtualab Participações S/A	97,00%	97,00%
Padtec S.A.	34,20%	34,20%
Brands Group Participações S.A	99,99%	

O processo de consolidação operacional das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo sua natureza, complementada com as eliminações dos seguintes saldos e transações entre as partes relacionadas.

Dos investimentos na subsidiária consolidada e a respectiva participação no capital e lucros acumulados;

Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e

Dos efeitos no resultado decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

Com relação a participação na controlada em conjunto Padtec S.A., os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas foram agregadas às demonstrações contábeis na proporção da participação no seu capital social.

As demonstrações contábeis das subsidiárias resumem-se conforme descrito abaixo:



01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	IdeiasVentures Participações		5225 Participações		Virtualab	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo						
Circulante	1.128	749	184.289	162.047	18.077	16.125
Não circulante	22.944	14.337	9.658	1.164	5.108	1.667
Imobilizado e intangível	18.874	3.284	24.968	24.734	2.031	6.352
Total do Ativo	42.946	18.370	218.915	187.945	25.216	24.144
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	333	349	148.021	160.971	18.556	16.027
Não circulante	42.907	18.995	31.091	7.239	12.046	1.028
Resultado de exercícios futuros						7.621
Patrimônio líquido	(294)	(974)	39.803	19.735	(5.386)	(532)
Total passivo/patrimônio líquido	42.946	18.370	218.915	187.945	25.216	24.144

#### 5. INVESTIMENTOS

Vide composição analítica da controladora, a seguir:

	2008				2007	
Modalidade / Empresas Investidas	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Resultado da equivalência patrimonial	Saldo dos investimentos	Saldo dos investimentos
IdeiasVentures Participações Ltda.	(294)	717	99,99%			
5225 Participações S/A	39.803	190	100,00%	190	39.803	19.735
Spring Wireless Ltd.			10,20%		5.414	1.887
Automatos International Ltd.	5.237	2.443	34,61%	842	1.812	
Virtualab Participações S/A	(5.386)	(1.994)	97,00%			
BP Participações e Admin. S/A	1.807	(484)	31,06%	(150)	560	712
Padtec S/A	64.615	10.036	34,20%	3.432	21.996	19.157
6226 Participações Ltda.			0,00%	(21)		211
I-Logística Sistemas de Distribuição Ltda.			0,00%	(30)		298
Brands Group Participações S.A.	3.988	(1.374)	99,99%	(1.374)	3.988	
Bolsa de Mulher S.A.			0,00%	(36)		334
Addcomm Participações S/A			0,00%	2		40
					73.573	42.374

01841-4 IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44
-----------------------	--------------------

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Amortização ao ano	Ágio	Amortização acumulada	Saldo dos investimentos 2008	Saldo dos investimentos 2007
Ágio (Deságio) na Aquisição de Investimentos					
5225 Participações S/A	10%	759	(247)	512	588
Spring Wireless Ltd.	10%	1.043	(443)	600	704
Automatos International Ltd	10%	3.069	(1.319)	1.750	2.057
Padtec S/A	10%	14.051	(2.965)	11.086	12.491
Virtualab Participações S/A	10%	12.912	(1.311)	11.601	12.892
Imúsica S/A	10%				4.699
Addcomm Participações S/A	10%				
Bolsa de Mulher S/A	10%				1.923
				25.549	35.471
TOTAL DOS INVESTIMENTOS				99.122	77.845

As informações consolidadas, referentes às controladas, são compostas da seguinte forma:

31 de dezembro de 2008									
Investimento					Ágio/Deságio (Líquido)				
Ideias	5225				5225	Ideias			
Participa	Participa	Virtual			Ideias	Participa	Participa		
Ideiasnet	ções	ções	ab	Total	net	ções	ções	Total	Total
Latin e Ventures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda			2.095	2.095					2.095
Automatos International Ltd.	1.812			1.812	1.750			1.750	3.562
Spring Wireless Ltd.	5.414			5.414	600			600	6.014
6226 Participações Ltda.									4
I-Logística Sistemas de Distribuição Ltda.		1.289		1.289					1.289
Padtec S/A	21.996			21.996	11.086			11.086	33.082
Brands Group Participações S.A.	3.988			3.988	6			86	82
Imusica Empreendimentos S/A						4.274		4.274	4.274
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.		6		6				4	4
Virtualab					11.601			11.601	11.601

01841-4 IDEIASNET S/A					02.365.069/0001-44				
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS									
Participações S/A					1			01	01
BP Participações e	560			560					560
Administração S/A									
Officer Distribuidora		60.801		60.80		18.089		18.0	78.8
de Produtos de				1				89	90
Informática S/A									
5225 Participações	39.803			39.80	512			512	40.3
S/A				3					15
Bolsa de Mulher		7.807		7.807		1.691		1.69	9.49
Visionnaire								1	8
							1.424	1.42	1.42
								4	4
Flynet S/A		211		211					211
Bnetwork Participação							1.027	1.02	1.02
Ltda.								7	7
ETML							1.600	1.60	1.60
								0	0
	73.573	8.024	62.090	2.095	145.7	25.54	24.054	4.051	53.6
					82	9			199.
								54	4

31 de dezembro de 2007									
Investimento					Ágio/Deságio (Líquido)				
Ideias	5225				5225	Ideias			
Ideias	Participa	Participa	Virtual	Total	Ideias	Participa	Participa	Total	Total
net	ções	ções	ab		net	ções	ções		
Latin e Ventures									
Comércio Eletrônico			497	497					497
do Brasil Ltda									
Automatos International					2.057			2.05	2.05
Ltd.								7	7
Spring Wireless Ltd.	1.887			1.887	704			704	2.59
									1
6226 Participações Ltda.	211			211					211
I-Logística Sistemas de	298			298					298
Distribuição Ltda.									
Padtec S/A	19.15			19.15	12.49			12.4	31.6
	7			7	1			91	48
Imusica					4.699		68	4.76	4.76
Empreendimentos S/A								7	7
Virtualab Participações					12.89			12.8	12.8
S/A					2			92	92
BP Participações e	712			712					712
Administração S/A									

01841-4 IDEIASNET S/A						02.365.069/0001-44					
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS											
Officer Distribuidora de											
Produtos de Informática			44.431		44.43		20.641		20.6	65.0	
S/A					1				41	72	
Addcom	Participações	40	4		44	117		91	208	252	
S/A											
5225 Participações S/A		19.73			19.73	588			588	20.3	
		5			5					23	
Bolsa de Mulher		334	137		471	1.922		(38)	1.88	2.35	
									4	5	
Visionnaire								1.672	1.67	1.67	
									2	2	
Flynet S/A			105		105			(156)	(156)	(51)	
Net	Movies		216		216					216	
Entretenimento Ltda											
Bnetwork Participação								1.178	1.17	1.17	
Ltda.											
									8	8	
Odisa International LLC				607	607					607	
		42.37	462	45.038	497	88.37	35.47	20.641	2.815	58.9	147.
		4				1	0			26	297

O ágio gerado na incorporação da parcela cindida do patrimônio da Flynet S.A. está fundamentado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes com sustentação na expectativa de rentabilidade futura baseada em projeções de resultados futuros, está sendo amortizado em dez anos.

Os demais investimentos com ágios, também possuem laudo de avaliação emitido por peritos independentes e estão sustentados na expectativa de rentabilidade futura e sendo amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2008, foi realizado teste para verificar se o ágio sofreu redução do seu valor recuperável, não sendo obtidos resultados que indicassem perdas correspondentes.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (CONTROLADORA)

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), fundos de investimento, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

	2008	2007
Bancos conta movimento	4	7
Allocation Equil Ibrum FIF	1.961	10
CDB Banco BBM S.A	6.657	
Oportunidade Top DI FI Referencia	2.119	
Bradesco Mercado Aberto	20.274	

01841-4 IDEIASNET S/A		02.365.069/0001-44	
14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS			
Banco Real CDB	10.720		
Outros	590		29
	42.321		39
CDB Banco BBM S.A	42.325		46

## 7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>		
Controladora	15.338	4.167
5225 Participações	29.568	58.430
Virtualab Participações	5.428	6.688
Padtec	6.154	
Brands	812	
Total do circulante	57.300	69.285
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Controladora		15.261
5225 Participações	25.393	269
Virtualab Participações	413	840
Padtec	42	
Brands		
Total do não circulante	25.848	16.370
	83.148	85.655

O empréstimo de curto prazo da controladora, diz respeito a um empréstimo junto ao Banco BBM que teve como objetivo financiar o aumento de 11,73 % na nossa participação na Padtec, ocorrido em 21 de março de 2007, através de aumento de capital. O valor do principal era de R\$ 15 milhões, com juros remuneratórios calculados com base na variação do CDI, acrescido de uma sobretaxa de 5% ao ano. O vencimento será em 18 de maio de 2009 e as garantias dadas foram ações de acionistas e aval do acionista Lorentzen.

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital autorizado da Companhia é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O capital social subscrito é de R\$ 216.322 mil divididos em 104.252 mil ações em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 99.251 mil e 84.704 mil ações em 31 de dezembro de 2007).

A Companhia aumentou seu capital em R\$ 12 milhões por meio de emissão de bônus de subscrição.

Em 13 de maio de 2008, a Ideiasnet informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia por subscrição particular no valor total de R\$ 100,5 milhões com a emissão de 15,0 milhões de novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Em 6 de outubro de 2008, foi aprovada a operação de incorporação da empresa Limoges Participações S.A. Esta empresa era detentora da totalidade das ações – 300.000 (trezentas mil) da empresa Canopus Comércio Eletrônico Ltda.

A incorporação se deu mediante a emissão de 700 mil novas ações da Ideiasnet S.A. com preço de emissão de 6,1483 por ação, totalizando um aumento de capital de R\$ 4,3 milhões que foram integralmente subscritas pelos sócios da incorporadora, na proporção de suas participações no capital social da incorporada, tendo tais ações sendo integralizadas mediante a transferência para a Ideiasnet do patrimônio líquido da incorporada (Limoges).

#### b) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como parcela de dividendo mínimo obrigatório.

Não houve distribuição de dividendos durante o exercício.

#### c) Ações em Tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria

#### d) Participação recíproca

Em 31 de dezembro de 2008, a empresa Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A., controlada indiretamente pela Ideiasnet, possuía 3.624.500 ações.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em virtude da administração ter a intenção de negociar as ações da controladora, as mesmas foram classificadas como disponíveis para a venda e reconhecidas no realizável a longo prazo sendo atualizadas a valor de mercado. A atualização foi reconhecida no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), conforme determina a Lei nº 11.638/2007.

A Officer realizou uma Assembléia Geral Extraordinária na qual foi autorizada a compra de ações da Ideiasnet pela Officer até o limite de 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, que é inferior ao limite legal de 10% das ações em circulação no mercado. A realização da operação ocorrerá em até 365 dias, contados a partir de 23/09/2008, finalizando em 22/09/2009.

##### e) Reserva Legal

Constituída à parcela de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

## 9. PROGRAMAS DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os Planos de subscrição de ações da Ideiasnet têm como objetivo a outorga de opção para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Companhia, em favor dos administradores, empregados, membros do Conselho Consultivo e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle com a finalidade de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da Companhia.

O Plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Outorgados, sejam eles empregados ou não.

Estão habilitados a participar do Plano, a critério do Comitê, administradores, empregados, membros do Conselho Consultivo e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

Nos três primeiros planos aprovados, o prazo de exercício das opções é de quatro anos, a contar da data de cada outorga, tendo os outorgados o direito de exercer as opções à razão de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) ao ano, observado os prazos de: (i) carência de 12 meses a partir da outorga e (ii) lock-up de 30 dias após o exercício das opções.

Em 22 de agosto de 2000, foi aprovado através de Assembléia Geral Extraordinária da Companhia o primeiro Plano de Opção para Subscrição de Ações da Ideiasnet S.A., tendo sido estabelecido o limite de 1.726.558 opções. Do total de 1.726.558 opções referentes ao primeiro Plano, foram exercidas até a data de hoje 1.619.058 opções, não restando qualquer opção a ser exercida, totalizando 107.500 opções expiradas. Dessa forma, foram emitidas 1.619.058

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da Companhia em razão do exercício das opções.

Adicionalmente, em 02 de dezembro de 2004 foi aprovado através de Assembléia Geral Extraordinária o segundo Plano de Opção para Subscrição de Ações da Sociedade, onde estão incluídas 3.000.000 de opções. Do total de 2.980.000 opções outorgadas referentes ao segundo Plano, foram exercidas até a data de hoje 1.538.250 opções, restando ainda 1.000.500 opções a serem exercidas e 441.250 expiradas. Dessa forma, foram emitidas 1.538.250 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia.

Em 19 de junho de 2007 foi aprovado o terceiro Plano de Opção para Subscrição de Ações da Sociedade, onde estão incluídas 3.000.000 de opções. Do total de 3.000.000 de opções outorgadas referentes ao terceiro Plano, nenhuma foi exercida até a presente data, restando 2.910.000 opções a serem exercidas e 90.000 opções expiradas. Dessa forma, não foram emitidas ações representativas do capital social da Companhia em decorrência deste plano.

Por fim, em 11 de junho de 2008 foi aprovado através de Assembléia Geral Extraordinária um novo Plano de Opção para Subscrição de Ações da Sociedade, onde estão incluídas 4.000.000 de opções. Neste plano, o prazo de exercício das opções é de cinco anos, a contar da data de cada outorga, tendo os outorgados o direito de exercer as opções à razão de 1/5 (um quinto) ao ano, observado os prazos de: (i) carência de 12 meses a partir da outorga e (ii) lock-up de 30 dias após o exercício das opções.

Do total de opções do plano, 3.440.000 opções foram outorgadas, não tendo sido exercidas até a data de hoje. Restam, portanto, 4.000.000 de opções a serem exercidas e nenhuma ação foi emitida em decorrência do exercício deste Plano.

O correspondente plano de opção de ações não contempla transações com pagamentos baseados em ações, bem como transações nas quais a Companhia recebe produtos e serviços de fornecedor nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Dessa forma, não se faz aplicável o registro em despesa com provisões.

Os membros do Comitê do Plano de Opção para Subscrição de Ações reúnem-se para, dentro das bases gerais do Plano, indicar os administradores, funcionários e prestadores de serviço que serão contemplados, a quantidade total de opções a ser distribuída, bem como o preço de aquisição de cada ação objeto das opções.

Em 31 de dezembro de 2008, o preço de mercado unitário da ação era de R\$ 2,39.

## 10. PARTES RELACIONADAS



01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2008, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais foram realizadas substancialmente em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

### 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2008, os valores de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis devido à natureza de curto prazo destes. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos aproximam-se substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido a esses instrumentos financeiros terem taxas de juros variáveis.

### 12. INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, incisos I a IV do artigo 2º, informamos que a IdeiasNet S/A, bem como suas controladas e coligadas, não possuem outros contratos com a BDO Trevisan Auditores Independentes que não os relacionados com a auditoria das demonstrações contábeis.

### 13. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Empresa, é responsabilidade dos acionistas, em assembléia geral, fixarem o montante global de remuneração anual dos administradores.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2008 os acionistas decidiram que a administração da Empresa disporá de uma verba anual de até R\$ 908 mil para remuneração de seus membros.

A remuneração dos administradores – que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários – totalizaram R\$ 557 mil em 2008 (R\$ 471 mil em 2007).

### 14. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Análise de criação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em 09 de março de 2009, a Ideiasnet informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia autorizou a celebração e todos os instrumentos do Memorando de Entendimentos proposto pela Mercatto

---

01841-4 IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44
-----------------------	--------------------

---

**14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Investimentos, com o objetivo de conduzir o planejamento e eventual estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

A Ideiasnet visa com este projeto criar novas alternativas de financiamento para as empresas investidas, dando continuidade à sua ativa contribuição estratégica no desenvolvimento do seu portfólio.

\* \* \*

---

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

---

**15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS**

---

Alterações:

- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Mais detalhamento nas Notas Explicativas e Relatório da Administração
- Inclusão de frase "A Companhia está vinculada à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social", no relatório da administração.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01841-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL IDEIASNET S/A	3 - CNPJ 02.365.069/0001-44
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	6
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	7
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	8
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	9
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	11
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	12
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	13
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	14
10	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	15
10	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	16
10	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	17
11	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADO	18
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - COM RESSALVA	19
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	22
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	23
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	38

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**13.10. Informações Trimestrais datadas de 30 de setembro de 2009 da Ideiasnet, controladora das Cedentes.**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM <b>01841-4</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>IDEIASNET S/A</b>	3 - CNPJ <b>02.365.069/0001-44</b>
4 - NIRE <b>3330016719-6</b>		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Visconde de Piraja, 572 - 4º andar				Ipanema	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			
22410-002		Rio de Janeiro			
				5 - UF	
				RJ	
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
021	3206-9200	3206-9202	3206-9205		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
021	3206-9201	-	-		
15 - E-MAIL					
rodin@ideiasnet.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME						2 - ENDEREÇO COMPLETO		3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rodin Spielmann de Sá						Rua Visconde de Pirajá, 572 - 4º andar		Ipanema	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO				6 - UF			
22410-002		Rio de Janeiro				RJ			
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE		11 - TELEX				
021	3206-9200	3206-9202	3206-9205						
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX						
021	3206-9201	-	-						
16 - E-MAIL									
rodin@ideiasnet.com.br									

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	3	01/07/2009	30/09/2009	2	01/04/2009	30/06/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR BDO Trevisan Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00210-0		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Luiz de Souza Gurgel					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 918.587.207-53		



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01841-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL IDEIASNET S/A	3 - CNPJ 02.365.069/0001-44
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2008
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	104.433	104.252	103.540
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	104.433	104.252	103.540
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3150 - Emp. Adm. Part. - Comunicação e Informática
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, EMPREEND. E CONS.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Parcial
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Com Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
01	03.462.101/0001-72	Latin eVentures Ltd
02	05.456.998/0001-57	Automatos International Ltd
03	. . / -	Spring Wireless Ltd.
07	06.068.748/0001-02	BP Participações e Adm. S.A.

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
Data-Base - 30/09/2009  
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mli)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mli)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mli)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	06/07/2007	76.572	489	Integralização de bônus	163.774	2.9900000000
02	06/07/2007	76.597	25	Emissão de Stock Option	23	1,1000000000
03	11/07/2007	76.656	59	Emissão de Stock Option	192	0,3100000000
04	13/07/2007	76.678	22	Integralização de bônus	7	2,9900000000
05	20/07/2007	77.837	1.159	Integralização de bônus	387	2,9900000000
06	27/07/2007	77.848	11	Integralização de bônus	4	2,9900000000
07	20/09/2007	78.076	228	Emissão de Stock Option	109	2,1000000000
08	26/09/2007	78.078	2	Integralização de bônus	1	2,9900000000
09	17/10/2007	78.418	340	Integralização de bônus	114	2,9900000000
10	25/10/2007	78.430	12	Integralização de bônus	4	2,9900000000
11	16/11/2007	78.433	3	Integralização de bônus	1	2,9900000000
12	16/11/2007	99.267	20.834	Incorporação de Empresas	3.192	6,5268405675
13	12/12/2007	99.440	173	Integralização de bônus	58	2,9900000000
14	24/12/2007	100.041	601	Integralização de bônus	201	2,9900000000
15	27/12/2007	100.364	323	Integralização de bônus	108	2,9900000000
16	04/01/2008	100.385	21	Integralização de bônus	7	2,9900000000
17	14/01/2008	101.207	822	Integralização de bônus	275	2,9900000000
18	23/01/2008	101.322	115	Integralização de bônus	38	2,9900000000
19	01/02/2008	102.213	891	Integralização de bônus	298	2,9900000000
20	26/02/2008	103.160	947	Integralização de bônus	317	2,9900000000
21	06/03/2008	103.427	267	Integralização de bônus	89	2,9900000000
22	10/03/2008	103.824	397	Emissão de Stock Option	325	1,2200000000
23	10/03/2008	103.829	5	Emissão de Stock Option	4	1,1500000000
24	10/03/2008	104.047	218	Emissão de Stock Option	99	2,2100000000
25	10/03/2008	104.074	27	Emissão de Stock Option	22	1,1800000000
26	10/03/2008	104.117	43	Emissão de Stock Option	38	1,1400000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
Data-Base - 30/09/2009  
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01841-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL IDEIASNET S/A	3 - CNPJ 02.365.069/0001-44
---------------------------	---	--------------------------------

## 01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mli)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mli)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mli)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
27	10/03/2008	104.199		82 Emissão de Stock Option	38	2,1900000000
28	21/03/2008	109.740		5.541 Integralização de bônus	1.853	2,9900000000
29	29/04/2008	111.423		1.683 Incorporação de Empresas	225	7,5000000000
30	13/05/2008	111.438		15 Emissão de Stock Option	12	1,2300000000
31	25/06/2008	111.501		63 Emissão de Stock Option	192	0,3200000000
32	20/08/2008	212.001		100.500 Subscrição Particular em Dinheiro	15.000	6,7000000000
33	06/10/2008	216.305		4.304 Incorporação de Empresas	700	6,1500000000
34	04/12/2008	216.322		17 Emissão de Stock Option	13	1,3200000000
35	30/09/2009	216.509		187 Emissão de Stock Option	145	1,2900000000
36	30/09/2009	216.552		43 Emissão de Stock Option	35	1,2200000000

## 01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 23/12/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
1	Ativo Total	178.395	193.934
1.01	Ativo Circulante	11.922	20.892
1.01.01	Disponibilidades	6.416	13.635
1.01.02	Créditos	5.506	7.257
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	5.506	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	166.473	173.042
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	81.498	75.253
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	81.498	75.253
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	10.826	7.874
1.02.01.02.02	Com Controladas	70.672	67.379
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	84.975	97.789
1.02.02.01	Investimentos	84.676	97.520
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	5.832	25.727
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	2.350	2.350
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	53.295	46.245
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	23.199	23.198
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	235	251
1.02.02.03	Intangível	64	18
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
2	Passivo Total	178.395	193.934
2.01	Passivo Circulante	956	817
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	230
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	472	409
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	228	178
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	256	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.994	1.108
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.994	1.108
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.994	1.108
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	175.445	192.009
2.05.01	Capital Social Realizado	189.177	189.177
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	(16.256)	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	(16.256)	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.227	3.710
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(703)	(878)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	175	(703)	(2.293)	(5.992)
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.01	Com Vendas	(319)	(1.285)	(2.079)	(5.490)
3.06.02	Gerais e Administrativas	924	2.112	1.716	809
3.06.03	Financeiras	947	3.129	3.070	3.070
3.06.03.01	Receitas Financeiras	(23)	(1.017)	(1.354)	(2.261)
3.06.03.02	Despesas Financeiras	582	6.559	673	694
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	(2.878)	(4.643)	(1.057)	(3.085)
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	1.866	(3.446)	(1.546)	1.080
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	175	(703)	(2.293)	(5.992)
3.07	Resultado Operacional	0	0	0	0
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	175	(703)	(2.293)	(5.992)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	0	0	0	0
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	175	(703)	(2.293)	(5.992)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
Data-Base - 30/09/2009  
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01841-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL IDEIASNET S/A	3 - CNPJ 02.365.069/0001-44
---------------------------	---	--------------------------------

## 03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	104.433	104.433	103.540	103.540
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00168	(0,00673)	(0,02215)	(0,05787)
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
Data-Base - 30/09/2009  
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(5.737)	(985)	(1.123)	406
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(3.732)	813	1.991	(701)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(2.005)	(1.798)	(3.114)	1.107
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(14.720)	(18.065)	(9.962)	8
4.03	Caixa Líquido Atividades Financeiras	13.238	(16.859)	3.250	68.922
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(7.219)	(35.909)	(7.835)	69.336
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.635	42.325	77.217	46
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.416	6.416	69.382	69.382



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Espontânea

Data-Base - 30/09/2009

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	189.177	0	0	0	0	3.710	192.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	189.177	0	0	0	0	3.710	192.009
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	175	0	175
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(483)	(483)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	230	(230)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	(16.256)	0	0	0	(16.256)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	189.407	(230)	(16.256)	0	(703)	3.227	175.445

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	216.322	0	0	0	(27.161)	0	189.161
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	216.322	0	0	0	(27.161)	0	189.161
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(703)	0	(703)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.227	3.227
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(27.145)	0	0	0	27.161	0	16
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	230	(230)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	(16.256)	0	0	0	(16.256)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	189.407	(230)	(16.256)	0	(703)	3.227	175.445

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Ideiasnet é a empresa de Venture Capital de tecnologia no Brasil, com ações negociadas na Bovespa (IDNT3) e investimentos no Brasil e na América Latina.

A Ideiasnet investe em empresas em posição de liderança em seus segmentos e com significativo potencial de crescimento.

Buscando a maximização de valor para seus acionistas, a Ideiasnet participa ativamente em todos os estágios de desenvolvimento de suas investidas das seguintes formas: participando dos conselhos de administração de suas investidas, promovendo sinergias, agregando gestão, contribuindo na definição de estratégias, no posicionamento de mercado e na estruturação de fusões, aquisições e venda de participações.

Por sua experiência e conhecimento do setor de TMT (Telecomunicação, Mídia e Tecnologia) e pelo histórico de crescimento de suas investidas, a Ideiasnet consegue identificar novas oportunidades de investimento no setor, agregar valor às empresas investidas, implementando as melhores práticas de gestão e permitir que elas apresentem taxas significativas de crescimento ao longo dos anos. Adicionalmente, há casos em que a Ideiasnet identifica modelos de negócios no setor de TMT já desenvolvidos em outros países, e que podem ser implementados com sucesso no Brasil.

A Ideiasnet iniciou suas operações em 2000, atuando como uma incubadora de internet provendo capital semente para empresas, e com a respectiva abertura de capital tornou-se a primeira empresa no Brasil de Venture Capital com estrutura de capital aberto. Atualmente, com o desenvolvimento das investidas e através de novas aquisições, a empresa se consolidou na liderança de Venture Capital de tecnologia no Brasil com empresas em diversos estágios.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Na elaboração das informações trimestrais, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações trimestrais da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, intangível, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisão para imposto de renda, provisão para devedores duvidosos

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A autorização para a emissão destas informações Trimestrais foi dada pela administração da Companhia em 13 de novembro de 2009

#### Lei nº 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modificou e introduziu novas disposições à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabeleceu diversas alterações sobre a matéria contábil e a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e, nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as companhias de capital aberto.

Em 3 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449 com força de lei, instituindo o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76. Em 27 de maio de 2009 a referida Medida Provisória foi sancionada através da Lei 11.941/09.

As demonstrações do resultado referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil e não foram identificados ajustes retrospectivos de adequação às práticas contábeis vigentes.

As informações trimestrais das subsidiárias resumem-se conforme descrito abaixo:

	IdeiasVentures Participações Ltda		5225 Participações S/A	
	30/09/09	30/09/08	30/09/09	30/09/08
<b>Ativo</b>				
Circulante	12.048	1.225	183.989	178.719
Realizável a Longo Prazo	5.775	18.786	923	2.260
Ativo Permanente	25.121	11.319	28.687	24.854
<b>Total do Ativo</b>	<b>42.944</b>	<b>31.330</b>	<b>213.599</b>	<b>205.833</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				
Circulante	7.299	326	147.974	134.925
Não Circulante	36.397	32.036	32.682	37.665
Patrimônio Líquido	(752)	(1.032)	32.943	33.243
<b>Total do Passivo e P.Líquido</b>	<b>42.944</b>	<b>31.330</b>	<b>213.599</b>	<b>205.833</b>

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Virtualab Participações S/A		Padtec S/A	
	30/09/09	30/09/08	30/09/09	30/09/08
<b>Ativo</b>				
Circulante	10.653	9.895	100.315	94.224
Realizável a Longo Prazo	5.326	2.198	5.777	6.377
Ativo Permanente	1.922	5.928	11.136	8.700
<b>Total do Ativo</b>	<b>17.901</b>	<b>18.021</b>	<b>117.228</b>	<b>109.301</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				
Circulante	18.042	18.828	51.120	45.692
Não Circulante	8.859	960	6.600	2.146
Patrimônio Líquido	(9.000)	(1.767)	59.508	61.463
<b>Total do Passivo e P. Líquido</b>	<b>17.901</b>	<b>18.021</b>	<b>117.228</b>	<b>109.301</b>

	Brands Group S.A.	
	30/09/09	30/09/08
<b>Ativo</b>		
Circulante	1.973	1.207
Realizável a Longo Prazo	86	4.129
Ativo Permanente	1.246	1.855
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.305</b>	<b>7.191</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
Circulante	2.726	372
Não Circulante	2.790	2.170
Patrimônio Líquido	(2.211)	4.649
<b>Total do Passivo e P. Líquido</b>	<b>3.305</b>	<b>7.191</b>

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas são as seguintes:

Os ativos e passivos circulantes e a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base "pro rata temporis". Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

- a) Aplicações financeiras: representadas substancialmente por quotas de fundos de investimento financeiro de alta liquidez em bancos de primeira linha, e estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) Créditos com clientes: existentes de modo exclusivo nas empresas controladas e de modo substancial, na Latin e Ventures e Officer, representam valores líquidos faturados, líquidos de provisão para créditos de julgados de liquidação duvidosa.
- c) Estoques: existentes de modo exclusivo nas empresas controladas Latin e Ventures e Officer, representam mercadorias para revenda, contabilizadas ao custo, líquido de provisão para obsolescência, quando aplicável.
- d) Os créditos com controladas e coligadas referem-se basicamente a adiantamentos para futuro aumento de capital, formalizados por contratos e estão mantidos a valores originais. Existe o comprometimento que esses valores serão efetivamente utilizados para aumento de capital. Os créditos com contratos de mútuo referem-se substancialmente a aportes financeiros da controlada Ideias Ventures em suas subsidiárias.
- e) Investimentos: realizados em empresas controladas e coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial; estão, acrescidos do ágio decorrente da aquisição desses investimentos, conforme a expectativa de rentabilidade futura dos respectivos investimentos, tendo como prazo o período de 10 anos. O resultado da equivalência patrimonial não é proporcional aos resultados dos períodos, devido à limitação da equivalência a zero, para as empresas investidas com passivos a descoberto. Tais passivos a descoberto ocorrem em função de créditos e de adiantamentos para futuro aumento de capital, já provisionados nas empresas controladoras.
- f) Imobilizado: registrado pelo valor do custo de aquisição. A depreciação é registrada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.
- g) Redução ao valor recuperável de ativos – CPC 01: O imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007 e, constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.
- h) Intangível: refere-se basicamente ao desenvolvimento e implantação do Website, da Latin e Ventures, que passou a ser amortizado a partir de 2008 pelo prazo de 5 anos, a partir da entrada em operação.
- j) Empréstimos - referem-se basicamente a captações para capital de giro, na controladora, para financiar novos empreendimentos em sociedades investidas e nas controladas, para fomentar o giro dos estoques e fomentar suas operações comerciais e de logística. Estão apresentados na nota explicativa 9.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

j) As dívidas com Pessoas Ligadas, referiam-se a empréstimos nas controladas e coligadas da IDEIASNET, também formalizados por contratos e mantidos a valores nominais.

k) As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

l) Receitas financeiras líquidas de despesas: representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

m) O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

#### 4. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais da controladora e consolidados foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As Informações trimestrais consolidadas em 30 de setembro de 2009 incluem as demonstrações contábeis da IdeiasNet S.A. e de suas controladas diretas, abaixo relacionadas, com os respectivos percentuais de participação:

	Participação (%)	
	30/09/2009	30/06/2009
Idéias Ventures Participações Ltda.	99,99%	99,99%
5225 Participações S/A	100,00%	100,00%
Virtualab Participações S/A	97,00%	97,00%
Padtec S.A.	34,20%	34,20%
Brands Group Participações S.A	99,99%	99,99%

O processo de consolidação operacional das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo sua natureza, complementada com as eliminações dos seguintes saldos e transações entre as partes relacionadas.

Dos investimentos na subsidiária consolidada e a respectiva participação no capital e lucros acumulados;

Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e

Dos efeitos no resultado decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.



---

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Com relação à participação na controlada em conjunto Padtec S.A., os componentes do ativo e passivo, as receitas e despesas foram agregadas às demonstrações contábeis na proporção da participação no seu capital social.

#### Controladas diretas da Companhia:

##### **BRANDS GROUP PARTICIPAÇÕES S.A**

A BRANDS é formada por 4 empresas que já pertencem ao portfólio da Ideiasnet: Hands, especializada em mobile marketing; Addcomm, uma agência de comunicação e marketing digital; Media Factory, empresa de marketing de relacionamento digital; e TVaoVivo, multimídia interativa.

A BRANDS foi criada com o objetivo de intensificar a sinergia entre as 4 empresas – todas do segmento de marketing digital. Estas funcionarão de forma independente, cada uma com suas próprias estratégias e participarão do board da BRANDS e juntas desenvolverão projetos que integrem ferramentas de comunicação online e interativas.

##### **5225 PARTICIPAÇÕES S/A**

Subsidiária integral, que por sua vez incorpora a consolidação integral de sua controlada OFFICER DISTRIBUIDORA.

A Officer é uma distribuidora de produtos de informática, líder no segmento de distribuição atacadista de produtos de informática no Brasil. Comercializa produtos de mais de 40 fornecedores das principais marcas mundiais de hardware e software, além de soluções tecnológicas especializadas e uma linha exclusiva de computadores. É a maior distribuidora de produtos HP do Brasil.

##### **VIRTUALAB PARTICIPAÇÕES S/A**

Empresa controlada, que consolida sua subsidiária integral Latin e Ventures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda.

A Softcorp (Latin e Ventures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda) é uma das maiores revendas de produtos de TI e comunicações para o mercado corporativo no Brasil. O foco da companhia é se posicionar como a revenda consolidadora do mercado nacional, tendo como diferencial a venda de soluções integradas. A Softcorp vem ampliando suas linhas de produtos através de parcerias, utilizando links diretos com os principais fabricantes e distribuidores que permitem acesso aos seus estoques sem custo de armazenagem.



01841-4 IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44
-----------------------	--------------------

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Softcorp também presta serviços de suporte que oferecem soluções elaboradas especialmente para atender as necessidades específicas dos clientes, agregando vantagens tecnológicas e econômicas.

#### PADTEC S/A

A Padtec é uma empresa voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de sistemas de comunicações ópticas. A empresa fornece soluções tanto para redes de longa distância quanto redes metropolitanas e redes de acesso.

A Padtec tem escritórios de negócios na América Latina: Buenos Aires, Bogotá e Cidade do México. Em fevereiro de 2008, a Padtec adquiriu a totalidade das ações da Civcom, empresa israelense da área de comunicação óptica com forte característica de inovação. A aquisição da Civcom e os escritórios de negócio na América Latina são parte da estratégia de exportação da empresa.

#### IDEIASVENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA

A IdeiasVentures foi criada para ser a holding dos investimentos em fase inicial de Venture Capital. As empresas com faturamento abaixo de R\$ 10 milhões por ano se tornaram investimentos indiretos através da IdeiasVentures, facilitando a operação e estimulando as sinergias entre os negócios. Fazem parte da IdeiasVentures: iMusica, TrinnPhone, Netmovies, Zura, TV ao Vivo, Visionnaire e Bolsa de Mulher.

Empresa controlada com 99,99% de participação societária.

## 5. INVESTIMENTOS

Vide composição analítica da controladora, a seguir:

					30/09/09	30/06/09
Modalidade / Empresas	Patrimônio	Resultado	Participação	Resultado da		
				equivalência	Saldo dos	Saldo dos
	Investidas	líquido	do período	%	patrimonial	investimentos
IdeiasVentures						
Participações Ltda. (*)	(752)	(495)	99,99%			-
5225 Particip. S/A	32.943	931	100,00%	4.140	32.943	42.877
Spring Wireless Ltd.			10,20%		5.414	5.414
(**)						
Virtualab						
Participações S/A (*)	(9.000)	(3.448)	97,00%		-	-
Autômatos						

01841-4 IDEIASNET S/A				02.365.069/0001-44		
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS						
International Ltd. (*)	(3.515)	(4.681)	34,61%	(1.812)	-	-
BP Participações e						
Admin. S/A	1.349	(1.218)	31,06%	(142)	419	183
Padtec S/A	59.508	(4.046)	34,20%	(1.644)	20.352	20.130
Brands Group						3.368
Participações S.A.	(2.211)	(6.615)	99,99%	(3.987)	-	
					59.128	71.972

01841-4 IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44
-----------------------	--------------------

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(\*) Das perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial a companhia não manifestou responsabilidade formal e operacional para cobertura de passivos descoberto das controladas e investidas de acordo com a instrução normativa nº 247 artigo 12. Em relação as investidas indiretas Softcorp (via Virtualab) e Autômatos Participações (via Autômatos Ltd.), para as quais a Companhia firmou avais de garantias, foram provisionados passivos a descobertos limitado ao valor de cada aval concedido, conforme demonstrado na Nota 07.

(\*\*) Houve no trimestre um ganho de participação societária pela 5225 Participações no montante de R\$ 3.709 mil . Conforme Nota 11 c.

	Amortização ao ano	Ágio	Amortização acumulada	Saldo dos investiment os 30/09/09	Saldo dos investimentos 30/06/09
Ágio na Aquisição de Investimentos					
5225 Participações S/A	10%	759	(248)	511	511
Spring Wireless Ltd.	10%	1.043	(443)	600	600
Automatos International Ltd	10%	3.069	(1.319)	1.750	1.750
Padtec S/A	10%	14.051	(2.965)	11.086	11.086
Virtualab Participações S/A	10%	12.912	(1.311)	11.601	11.601
				25.548	25.548
TOTAL DOS INVESTIMENTOS				84.676	97.520

Conforme preconizado pela Resolução CFC nº 1.157/09, a partir de janeiro de 2009, a amortização sistemática do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) cessou completamente. O saldo remanescente do ágio será testado anualmente para fins de recuperabilidade, conforme exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução do Valor Recuperável do Ativo.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações consolidadas, referentes às controladas, são compostas da seguinte forma:

30 de setembro de 2009										
	Investimento				Ágio/Deságio (Líquido)				Total	
	Ideiasnet	Ideias Partici- pações	5225 Partici- pações	Virtual ab	Total	Ideiasnet	Ideias Partici- pações	5225 Participa- ções	Virtualab	Total
Latin E-Ventures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda					-					-
Latin e Ventures Ltd.-Bermuda					-					-
Automatos International Ltd.					-			1.750		1.750
Spring Wireless Ltd.		5.414			5.414			600		6.014
Padtec S/A		20.352			20.352			11.086		31.438
Brands Group Participações S/A					-			4.274		4.274
Imusica Empreendimentos S/A					-					-
Webtv Transmissões Online Ltda.					-					-
Virtualab Participações S/A					-			11.601		11.601
BP Participações e Administração S/A		419			419					419
Officor Distribuidora de Produtos de Informática S/A			65.744		65.744			16.089		81.833
Addcom Participações S/A					-					-
5225 Participações S/A		32.943			32.943		512			33.455
Bolsa de Mulher			8.068		8.068			1.852		9.921
Visionnaire					-			1.424		1.424
Flynet S/A			211		211			(156)		55
Net Movies Entretenimento Ltda			1.121		1.121					1.121
Webtrust Empreendimentos S/A					-					-
Eureka Empreendimentos S/A					-					-
Hands Empreendimentos Ltda					-					-
Bnetwork Participação Ltda			1.298		1.298			2.925		4.223
ETML					-			1.600		1.600
Z					-					-
	59.128	10.698	65.744	-	135.570	25.549	11.919	16.089	-	53.557
										189.127

30 de junho de 2009										
	Investimento				Ágio/Deságio (Líquido)				Total	
	Ideiasnet	Ideias Partici- pações	5225 Partici- pações	Virtual ab	Total	Ideiasnet	Ideias Partici- pações	5225 Participa- ções	Virtualab	Total
Latin E-Ventures Comércio Eletrônico do Brasil Ltda				1.171	1.171					1.171
Latin e Ventures Ltd.-Bermuda					-					-
Automatos International Ltd.					-			1.750		1.750
Spring Wireless Ltd.		5.414			5.414			600		6.014
Padtec S/A		20.777			20.777			11.086		31.863
Brands Group Participações S/A		3.557			3.557					3.557
Imusica Empreendimentos S/A					-			4.274		4.274
Webtv Transmissões Online Ltda.					-					-
Virtualab Participações S/A					-			11.601		11.601
BP Participações e Administração S/A		238			238					238
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda			7		7					7
Officor Distribuidora de Produtos de Informática S/A			58.867		58.867			14.951		73.818
Addcom Participações S/A					-					-
5225 Participações S/A		35.696			35.696		511			36.207
Bolsa de Mulher			7.760		7.760			1.852		9.612
Visionnaire					-			1.424		1.424
Flynet S/A			208		208			(156)		52
Net Movies Entretenimento Ltda			551		551					551
Webtrust Empreendimentos S/A					-					-
Eureka Empreendimentos S/A					-					-
Hands Empreendimentos Ltda					-					-
Bnetwork Participação Ltda					-			1.027		1.027
ETML					-			1.600		1.600
	65.682	8.526	58.867	1.171	134.246	25.548	10.020	14.951	-	50.520
										184.669

01841-4 IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44
-----------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
Caixa e bancos	4	3	463	103
Câmbio contratado a liquidar	-	-		
Aplicações financeiras:				
Fdos de investimentos	1.406	6.196	7.838	7.057
CDB	5.006	7.436	8.741	14.940
Títulos públicos	-	-		
Operações				
compromissadas	-	-		
Depósitos remunerados	-	-		
	6.416	13.635	17.042	22.100
Caixa e equivalentes a caixa	4	3	463	102
Aplicações financeiras de curto prazo	6.412	13.632	16.579	21.998
Aplicações financeiras de longo prazo	-	-	-	-

A Ideiasnet, direta ou indiretamente, através de suas controladas 5225 Participações, Padtec, Virtualab, Brands e IdeiasVentures, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil, que possuem como objetivo remunerar o Caixa da Companhia, tendo como benchmark, buscar índices de rentabilidade similares às taxas de juros e inflação.

A maior parte de suas aplicações, entretanto, são em Certificados de Depósito Bancário ("CDB").

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09	30/09/09	30/06/09
<b>Controladas</b>								
IdeiasVentures Participações Ltda	54.373	49.509	148	122				
5225 Participações S/A	2.132	3.663						
Padtec	790	790						
Virtualab Participações	7.100	7.099						
Brands Group Participações S.A.	6.278	4.633						
<b>Demais partes relacionadas</b>								
<b>Córdoba</b>								
Bourges Participações S/A	1				1			
Automatos Participações	6.109	5.906	586		6.109	5.907		
Automatos Ltd	668	450			668	450		
Spring Wireless	407				407			
Spring Wireless(Brasil)	43				43			
Netmovies	1	1			1	1		
Eureka Empreendimentos S/A								
Gibraltar Telecomunicações S/A	52	52			52	52		
Bnetwork Participações Ltda	1	1			1	1		
Flynet S.A.	4	4			4	4		
Latin eVentures Ltda	2.076	2.000	1.407	1.108	2.076	2.000	1.108	1.108
BP Participações e Administração S.A.	962	1.145			962	1.145		
Tectotal		500				500		
	<b>81.498</b>	<b>75.253</b>	<b>1.256</b>	<b>1.230</b>	<b>10.826</b>	<b>9.560</b>	<b>1.108</b>	<b>1.108</b>

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a Mútuos, Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") e Dividendos a Receber. Os mútuos foram pactuados com encargos compatíveis com as taxas usuais de mercado.

---

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

Além disso, a Companhia efetuou provisões decorrentes de Passivos a Descoberto em investidas para as quais foram concedidos avais.

**8. CONTAS A RECEBER**

Em 29 de maio de 2009 resolvem as partes Ideiasnet e sua controlada IdeiasVentures Participações celebrar o presente Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças pelas seguintes condições abaixo:

A Cedente (IdeiasVentures Participações) cede e transfere à Cessionária (Ideiasnet) em caráter definitivo 122.244 (cento e vinte e duas mil e duzentas e quarenta e quatro) quotas da Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. Em contraprestação à cessão pagará a Cedente o valor total de R\$ 122.000 (cento e vinte e dois mil reais).

Em 05 de junho de 2009 a IDNT assinou o Contrato de Compra e Venda da totalidade das quotas de emissão da sociedade Braspag – Tecnologia em Pagamento Ltda para a sociedade Panseg Promoções de Vendas Ltda.

Nos termos do Contrato de Compra e Venda, a investida foi alienada pelo valor total de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). A Companhia, como detentora de 24,4% das quotas da Braspag, receberá o total de R\$6.100.000,00 (seis milhões e cem reais) conforme quadro que se segue:

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Quantidade de parcelas	Forma de pagamento	Valor das parcelas
12	Mensais e sucessivas vencendo a primeira em 30 (trinta dias) contados a partir da data da operação e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.	1 <sup>a</sup> 732 2 <sup>a</sup> a 12 <sup>a</sup> 488

Caso a compradora deixe de efetuar o pagamento de quaisquer das 12 (doze) parcelas sucessivas nas datas avençadas, sob o valor da parcela incidirá multa de 2% (dois por cento), acrescida de juros calculados pro rate die com base na "TAXA DI-CETIP" Over (Extra-Grupo)", calculada anualmente com base no ano calendário de 252 dias, conforme publicada pela Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP ("CDI") acrescida de 4% (quatro por cento) ao ano.

Em 30 de junho de 2009 a Companhia apresentou um ganho na alienação de investimento no montante de R\$5.978 mil.

	Cientes	Outras contas a receber	30/09/09	30/06/09
<b>Controladas</b>				
Controladora		5.506	5.506	7.257
IdeiasVentures Participações Ltda	3.521	5.340	8.861	7.491
5225 Participações S/A	110.281	21.120	131.401	119.369
Padtec	17.998	4.057	22.055	20.110
Virtualab Participações	6.151	2.304	8.456	7.609
Brands Group Participações S.A.	941	910	1.851	1.034
	<b>138.892</b>	<b>39.237</b>	<b>178.129</b>	<b>162.870</b>



01841-4 IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	30/09/2009	30/06/2009
<b>CIRCULANTE</b>		
Controladora	-	-
5225 Participações	34.434	32.770
Virtualab Participações	7.494	5.338
Padtec	8.993	12.071
Brands	448	395
Ideias Ventures	21	95
<b>Total do circulante</b>	<b>51.390</b>	<b>50.669</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Controladora	-	-
5225 Participações	28.550	24.724
Virtualab Participações	510	1.987
Padtec	1.945	22
Brands	2	
Ideias Ventures	118	123
Outros	2.177	
<b>Total do não circulante</b>	<b>33.302</b>	<b>26.856</b>
	<b>84.692</b>	<b>77.525</b>

Modalidade	Taxa	Vencimentos	Valor (mil)
Capital de Giro	CDI + 0,60 a 0,80% a.m.	Fev/2010 a Set/2011	R\$ 7.011
Capital de Giro	2,95% a 3,30 a.m.	Mai/2011 a Jun/2011	R\$ 190
Capital de Giro	3,59% a.m.	15/10/2009	R\$ 223
Capital de Giro	1,18% a 1,25% a.m.	Até Abr/2010	R\$ 5.838
Finame	0,99%	Dez/2009	R\$ 2.076
Antecipação de recebíveis	1,01% a 1,68%	Até Jan/2010	R\$ 2.972
Leasing	0,99% a 1,01%	Até Nov/2011	R\$ 51
Conta Garantida	2,70 a 3,02% a.m.	Até Jan/2010	R\$ 541
Conta Garantida	CDI + 4,27% a.a.	16/10/09	R\$ 7.034
Conta Garantida	CDI + 0,50% a 0,38% a.m.	Até Dez/2009	R\$ 8.115
Empréstimo	140% de CDI	18/08/2011	R\$ 14.430
Empréstimo	130% de CDI	Ago/2010	R\$ 510
Empréstimo	135% do CDI	Set/2010	R\$ 3.460
Empréstimo	CDI + 2% a.a.	11/07/2013	R\$ 27.584
Financiamento	1,77% a 2,03% a.m.	Out/2011 a Ago/2012	R\$ 2.480
Outros			R\$ 2.177
			<b>R\$ 84.692</b>

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

## 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 10 Provisão Passivo Não Circulante

A conta de provisão no Passivo Não Circulante, diz respeito a uma conta de ajuste referente ao total dos Patrimônios Líquidos não reconhecidos das empresas investidas que a Ideiasnet consolida. São eles: R\$ 5.046 mil da Brands, R\$ 20.915 mil da IdeiasVentures Participações e R\$ 8.731 mil da Virtualab.

De acordo com a Instrução CVM 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora.

### 11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O capital autorizado da Companhia é de 200.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

O Capital Social subscrito é de R\$ 189.391 mil divididos em 104.433 mil ações em 30 de setembro de 2009 (o Capital Social era de R\$ 189.161 mil divididos em 104.252 mil ações em 30 de junho de 2009).

A Companhia aumentou seu capital em R\$ 12 milhões por meio de emissão de bônus de subscrição.

Em 13 de maio de 2008, a Ideiasnet informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia por subscrição particular no valor total de R\$ 100,5 milhões com a emissão de 15,0 milhões de novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

Em 6 de outubro de 2008, foi aprovada a operação de incorporação da empresa Limoges Participações S.A. Esta empresa era detentora da totalidade das ações – 300.000 (trezentas mil) da empresa Canopus Comércio Eletrônico Ltda.

A incorporação se deu mediante a emissão de 700 mil novas ações da Ideiasnet S.A. com preço de emissão de 6,1483 por ação, totalizando um aumento de capital de R\$ 4,3 milhões que foram integralmente subscritas pelos sócios da incorporadora, na proporção de suas participações no capital social da incorporada, tendo tais ações sendo integralizadas mediante a transferência para a Ideiasnet do patrimônio líquido da incorporada (Limoges).

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 15 de maio de 2009 foi aprovada a proposta de redução de capital social até o montante dos prejuízos acumulados no valor de R\$ 27.161.019,88 (vinte e sete milhões cento e sessenta e um mil e dezenove reais e oitenta centavos).

##### **b) Dividendos**

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como parcela de dividendo mínimo obrigatório.

Não houve distribuição de dividendos durante o exercício.

##### **c) Extinção de participação recíproca e Ações em Tesouraria**

Até 30 de setembro de 2009, a empresa Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. (Controlada Indireta), possuía 4.168.200 ações ordinárias.

Em virtude da administração ter a intenção de negociar as ações da Ideiasnet, as mesmas foram classificadas como disponíveis para a venda e reconhecidas no realizável a longo prazo sendo atualizadas a valor de mercado. A atualização foi reconhecida no patrimônio líquido da Ideiasnet sob a rubrica de "ajustes de avaliação patrimonial", conforme determina a Lei nº 11.638/2007.

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia firmou com a Officer a quitação de mútuos e juros sobre capital próprio a receber da 5225 Participações (Controlada Direta) e a transferência de parte dos investimentos detidos na 5225 Participações, em contrapartida da aquisição das referidas 4.168.200 ações ordinárias da Companhia, extinguindo a participação recíproca. As operações foram realizadas pelo valor de custo histórico. Essas ações estão apresentadas no Patrimônio Líquido, em 30 de setembro de 2009, como Ações em Tesouraria, reduzindo a conta de Capital Social.

##### **d) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se a um ajuste no valor apresentado no balanço patrimonial, por um ativo ou passivo, em relação ao seu valor justo.

##### **e) Reserva Legal**

Constituída à parcela de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**12. PROGRAMAS DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES**

Os Planos de subscrição de ações da Ideiasnet têm como objetivo a outorga de opção para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Companhia, em favor dos administradores, empregados, membros do Conselho Consultivo e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle com a finalidade de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da Companhia.

O Plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Outorgados, sejam eles empregados ou não.

Estão habilitados a participar do Plano, a critério do Comitê, administradores, empregados, membros do Conselho Consultivo e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

Nos três primeiros planos aprovados, o prazo de exercício das opções é de quatro anos, a contar da data de cada outorga, tendo os outorgados o direito de exercer as opções à razão de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) ao ano, observado os prazos de: (i) carência de 12 meses a partir da outorga e (ii) lock-up de 30 dias após o exercício das opções.

Em 22 de agosto de 2000, foi aprovado através de Assembléia Geral Extraordinária da Companhia o primeiro Plano de Opção para Subscrição de Ações da Ideiasnet S.A., tendo sido estabelecido o limite de 1.726.558 opções. Do total de 1.726.558 opções referentes ao primeiro Plano, foram exercidas até a data de hoje 1.619.058 opções, não restando qualquer opção a ser exercida, totalizando 107.500 opções expiradas. Dessa forma, foram emitidas 1.619.058 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da Companhia em razão do exercício das opções.

Adicionalmente, em 02 de dezembro de 2004 foi aprovado através de Assembléia Geral Extraordinária o segundo Plano de Opção para Subscrição de Ações da Sociedade, onde estão incluídas 3.000.000 de opções. Do total de 2.980.000 opções outorgadas referentes ao segundo Plano, foram exercidas até a data de hoje 1.718.625 opções, restando ainda 820.125 opções a serem exercidas e 441.250 expiradas. Dessa forma, foram emitidas 1.718.625 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia.

Em 19 de junho de 2007 foi aprovado o terceiro Plano de Opção para Subscrição de Ações da Sociedade, onde estão incluídas 3.000.000 de opções. Do total de 3.000.000 de opções outorgadas referentes ao terceiro Plano, nenhuma foi exercida até a presente data, restando 2.910.000 opções a serem exercidas e 90.000 opções expiradas. Dessa forma, não foram emitidas ações representativas do capital social da Companhia em decorrência deste plano.

Por fim, em 11 de junho de 2008 foi aprovado através de Assembléia Geral Extraordinária um novo Plano de Opção para Subscrição de Ações da Sociedade,

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

onde estão incluídas 4.000.000 de opções. Neste plano, o prazo de exercício das opções é de cinco anos, a contar da data de cada outorga, tendo os outorgados o direito de exercer as opções à razão de 1/5 (um quinto) ao ano, observado os prazos de: (i) carência de 12 meses a partir da outorga e (ii) lock-up de 30 dias após o exercício das opções.

Do total de opções do plano, 3.440.000 opções foram outorgadas, não tendo sido exercidas até a data de hoje. Restam, portanto, 4.000.000 de opções a serem exercidas e nenhuma ação foi emitida em decorrência do exercício deste Plano.

O correspondente plano de opção de ações não contempla transações com pagamentos baseados em ações, bem como transações nas quais a Companhia recebe produtos e serviços de fornecedor nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Dessa forma, não se faz aplicável o registro em despesa com provisões.

Os membros do Comitê do Plano de Opção para Subscrição de Ações reúnem-se para, dentro das bases gerais do Plano, indicar os administradores, funcionários e prestadores de serviço que serão contemplados, a quantidade total de opções a ser distribuída, bem como o preço de aquisição de cada ação objeto das opções.

Em 30 de setembro de 2009, o preço de mercado unitário da ação era de R\$ 3,90.

### 13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais foram realizadas substancialmente em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

### 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009, os valores de mercado das disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis devido à natureza de curto prazo destes. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos aproximam-se substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido a esses instrumentos financeiros terem taxas de juros variáveis.

### 15. INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, incisos I a IV do artigo 2º, informamos que a IdeiasNet S/A, bem como suas controladas e coligadas, não possuem outros contratos com a BDO Trevisan Auditores Independentes que não os relacionados com a auditoria das demonstrações contábeis.

## 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I

Na Reunião do Conselho de Administração do dia 11 de agosto de 2009 foi autorizada a migração de todos os investimentos diretos e indiretos da Ideiasnet, para o Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações (FIP I). A intenção da administração é que a referida as integralizações sejam iniciadas a partir do 4º trimestre do presente ano. O FIP I, constituído em 05.06.2009, tem como únicos quotistas a Ideiasnet e controlada(s), tendo o objetivo de proporcionar um maior dinamismo ao portfólio.

### Oferta Pública Voluntária de Ações da Ideiasnet

Em 22 de outubro de 2009, os membros do Conselho de Administração Carlos Pedroza Aguinaga, Presidente do Conselho de Administração; Luiz Arthur Andrade Correia, membro efetivo e Lars Fuhrken-Batista, membro suplente do Sr. Luiz Arthur enviaram uma carta para a Companhia solicitando uma licença do Conselho por meio da intenção destes de organizar e participar (direta ou indiretamente) de um grupo de investidores para formular oferta pública voluntária para a compra de até a totalidade das ações de emissão da Ideiasnet, ao preço de R\$ 5,23 (cinco reais e vinte e três centavos) por ação.

No dia 29 de outubro de 2009, a Companhia recebeu o Edital de Oferta Pública Voluntária para Aquisição de Ações Ordinárias da Ideiasnet S.A. a ser realizada no dia 30 de novembro de 2009 por conta de:

- (a) Centennial Asset Mining Fund LLC, controlada indiretamente pelo Sr. Eike Fuhrken Batista;
- (b) Hankoe Fundo de Investimento em Participações, o qual tem como único quotista um fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em participações, cujos únicos quotistas são pessoas físicas direta ou indiretamente acionistas da Ideiasnet ou pessoas a elas ligadas, conforme segue: Lorentzen Empreendimentos S.A., Camocim Administradora S.A., Tiba Participações S.A, Haakon Lorentzen, Ingeborg Lorentzen Ribeiro e Carlos Jurgen Temke;
- (c) Fundos Mercatto, representados pelo BNY Mellon Serviços Financeiros, Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela Mercatto Gestão de Recursos Ltda.;
- (d) Total Return Investment LLC, sociedade gerida pela Opus; e

---

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

**06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

---

(e) Gustavia Investors LLC, sociedade gerida pela D.A.S. Trading, Inc. cujo acionista e administrador é o Sr. Carlos Pedroza Aguinaga.



01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

**07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**

---

**OFFICER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA S/A (5225 PARTICIPAÇÕES S/A)**

No terceiro trimestre de 2009 da Officer demonstra uma tendência de recuperação perante os resultados do segundo trimestre de 2009, dentro das expectativas da companhia, ainda que abaixo dos resultados auferidos no terceiro trimestre de 2008. A Receita Líquida do período foi de R\$ 189,4 milhões e o EBITDA de R\$ 4,9 milhões representando uma redução de 1,2% e de 9,8% respectivamente em relação ao terceiro trimestre de 2008, mas corresponde a um acréscimo de 21,9% e 132,4% quando comparados com o segundo trimestre de 2009.

Vale ressaltar que o resultado do mês de Agosto novamente sofreu um impacto negativo uma vez que alguns fabricantes que obtiveram liminar em junho de 2009 ainda tiveram que se adequar operacionalmente ao regime de Substituição Tributária. Somado a isso todos os fabricantes tiveram que adotar o sistema de Nota Fiscal Eletrônica. Apesar disso o desempenho no trimestre foi positivo e já é possível notar que o fluxo de negócios está voltando ao ritmo habitual crescente.

Outro ponto que vale menção foi a expressiva melhora nas vendas de software no mês de Setembro, o que acarretou numa recomposição das margens, evidenciando uma forte tendência de melhora para o último trimestre de 2009.

Ainda no terceiro trimestre de 2009 a Officer firmou uma parceria com a Samsung para disponibilizar aos canais de todo o Brasil aparelhos celulares desbloqueados. A Officer se posicionou na categoria de smartphones, para aproveitar o seu extenso canal de vendas, que estão acostumados a vender soluções de TI, endereçando o mercado de PME, nas suas necessidades de recursos de mobilidade. Segundo dados da Teleco, em agosto deste ano, mais de 164,5 milhões de celulares estavam distribuídos pelas mãos de brasileiros, o que representa um crescimento de 18,9% comparado ao ano anterior.

**PADTEC**

Os resultados do terceiro trimestre de 2009 da Padtec evidenciam o início da retomada dos níveis habituais de crescimento da Companhia. No mês de Setembro de 2009 a empresa apresentou faturamento recorde do ano, 30% acima ao do mesmo mês em 2008. A Receita Líquida do período apresentou uma redução de 6,1% em relação ao terceiro trimestre de 2008 e um crescimento de 18,2% em relação ao resultado de segundo trimestre de 2008. O EBITDA apresentou uma redução de 38,9% comparado ao terceiro trimestre de 2008 e um acréscimo 158,0% quando comparado com o resultado do segundo trimestre de 2009.

Somado a isso, conforme tendência prevista no primeiro semestre de 2009, com a retomada das compras de alguns dos principais clientes, como Oi BrT e Embratel, o trimestre apresentou crescimento e já possível notar a recuperação das margens da companhia.



01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

## 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

### **AUTOMATOS**

Fundada em Cupertino – Califórnia, no coração do Vale do Silício, nos Estados Unidos, a Automatos é uma empresa provedora de soluções de gerenciamento a servidores corporativos, desktops e hardware através da monitoria à distância (MSP – Management Service Provider). A empresa monitora 24 horas por dia mais de 2,2 milhões de desktops e 250 mil servidores em todo o mundo.

### **TECTOTAL**

A empresa criada de acordo com o modelo da americana GeekSquad, da varejista BestBuy, explora uma nova oportunidade no Brasil, que se abriu com o grande volume de vendas de PCs nos últimos anos e da informatização das classes C e D. Além dos serviços para PC e rede sem fio no padrão WiFi, também trata de produtos de áudio e vídeo, como a instalação de TV de LCD, além da integração e configuração de aparelhos de home theater, DVD, videogame, entre outros.

No terceiro trimestre de 2009 a empresa, lançada em Abril de 2008, atingiu equilíbrio de caixa e segue mantendo seu ritmo de crescimento, que se deve principalmente pela estruturação de parcerias de vendas em 3 verticais: (i) redes varejistas – consiste principalmente na venda de serviços de instalação. A TecTotal é parceira dos 3 principais grupos varejistas do Brasil, Carrefour, Wal-Mart e da rede multinacional Francesa FNAC, (ii) operadora de banda larga – consiste principalmente na venda de suporte remoto, este modelo busca atingir não só clientes que acabaram de comprar um equipamento, mas também contratos de manutenção, que busca gerar mais receita recorrente. Um exemplo é o que foi feito em parceria com a Telefônica, em que os clientes pagam uma mensalidade para ter direito a qualquer manutenção. O número de clientes da ação com a Telefônica cresceu 7x desde o lançamento em Maio de 2009, (iii) portais de internet – este canal visa a venda avulsa tanto do serviço de instalação quanto do serviço de suporte remoto e presencial. Um dos destaques do trimestre foi a parceria da TecTotal com o portal Terra, que passou a oferecer um novo serviço de assistência técnica aos clientes residenciais, o Terra Assistência Técnica.

### **SOFTCORP**

Criada em 1989 e parte do portfólio da Ideiasnet desde 2000, a Softcorp é um dos principais VAR s (Value Added Resellers) do País no segmento de informática para o mercado corporativo.

Seu amplo portfólio de produtos de software, hardware e serviços oferecidos de forma integrada a empresas de todos os portes a posiciona como a mais completa provedora de soluções para Infraestrutura de TI em atuação no Brasil. Dentre outros atributos, destaca-se ainda pelo fato de ser a única revenda a possuir certificação Prime junto à Microsoft, HP e Cisco, os respectivos líderes de mercado em seus segmentos de atuação, e inclui

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

ainda soluções de líderes globais de tecnologia, como 3Com, Adobe, Citrix, Computer Associates, McAfee, Symantec, entre outros.

A Softcorp possui a maior cobertura geográfica do mercado, com matriz em São Paulo e filiais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Pernambuco. A empresa conta com 4 mil clientes ativos nos setores privado e público. No terceiro trimestre de 2009 a empresa segue em seu processo de *turnaround*, iniciado no primeiro semestre de 2008.

#### **SPRING WIRELESS**

Em junho de 2009 a Spring Wireless ganhou o prêmio Microsoft Mobily Solutions Partner. A premiação anual Microsoft Partner of the Year Awards 2009 premiou os parceiros da Microsoft que entregaram soluções exemplares aos seus consumidores no ano de 2008. Os ganhadores foram escolhidos dentre nomeados de todo o mundo. Aproximadamente 2 mil candidatos foram apresentados pelos parceiros globais, os premiados foram selecionados com base em sua utilização das tecnologias Microsoft para fornecer soluções aos seus clientes. Os ganhadores demonstraram um nível superior de expertise e foco na entrega de valor aos seus clientes. A Spring Wireless desenvolve, implementa soluções móveis e serviços baseados na tecnologia Windows Mobile.

#### **GRUPO PINI (BP PARTICIPAÇÕES)**

Fundada em 1948, a Pini é a maior editora técnica no segmento da construção civil no país, possui ainda uma linha de softwares, serviços especializados e soluções web. A PINI é uma das mais tradicionais empresas no setor de engenharia, arquitetura e construção. Atuando na área de soluções tecnológicas compostas por software, banco de dados especializados e soluções de e-business para o mercado de arquitetura e engenharia, com a PINI Web e em outras áreas operacionais com a Editora PINI, PINI Serviços de Engenharia e PINI Eventos.

#### **BRANDS**

A BRANDS nasceu em setembro de 2008 em mais uma movimentação para solidificar a estratégia operacional da Ideiasnet de aproveitar as sinergias e reforçar o potencial de suas empresas.

Como operam em segmentos complementares, ao unir as investidas em uma holding, a Ideiasnet lançou uma empresa com mais força e valor aos olhos do mercado e que já nasce para criar uma linha de comunicação digital alinhada ao perfil das necessidades do público-alvo.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Quatro companhias constituem o portfólio da BrANDS : Hands, especializada em mobile marketing; Addcomm, agência de comunicação e marketing digital; Media Factory, empresa de marketing e performance digital, e TVAOVIVO de multimídia interativa. Todas são do segmento de marketing digital, com operações independentes e atuação em outros países da América Latina e da Europa.

##### **HANDS**

A Hands, que completa 10 anos em 2009, foi a primeira empresa brasileira especializada em mobilidade. Seu foco é o mobile advertising ou a venda de espaços publicitários em sites móveis especialmente projetados para acesso via celulares. Grande parte da receita da empresa vem desta unidade, através de um modelo de revenue share com publishers, que conta com anunciantes de grande relevância no mercado publicitário.

A Hands também trabalha com o desenvolvimento de m-sites, sendo uma das principais fornecedoras de soluções no mercado nacional. A empresa aposta no foco em internet móvel e especialmente em m-ads para gerar upside em seu faturamento. No primeiro trimestre de 2009 conquistou anunciantes como Gafisa, Renault, Banco Real, Volkswagen, GM, Banco Itaú e Loterias da Caixa.

##### **MEDIA FACTORY**

A **Media Factory**, a empresa de performance digital da BrANDS, holding de comunicação digital da Ideiasnet, foi fundada em 2002 sob a marca Ivoxcorp – uma das pioneiras a oferecer soluções para gerar ações eficazes de e-mail marketing no Brasil. Em 2008, a empresa ampliou as ofertas de serviços com foco em performance digital. A Media Factory já atua no México, Argentina, Colômbia e Espanha e pretende expandir sua presença global, entrando no mercado americano e chileno. No Brasil, a empresa possui escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo, além de presença em Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco e Bahia.

##### **ADDCOMM**

Addcomm é uma empresa de marketing, comunicação e relacionamento digital. Tem entre seus clientes grandes empresas do mercado como Lancôme, Procter & Gamble, Chocolates Garoto, Galderma, Supermercado Moderno e Roche. Sua especialidade na web resultou na criação de uma metodologia própria de Planejamento e Métricas on-line chamado VRM. O Virtual Relationship Management permite à Addcomm entregar aos seus clientes projetos com resultados mensuráveis, independente se eles são focados em

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

e-Commerce, posicionamento de marca (branding) ou campanhas específicas que buscam resultados imediatos.

Hoje a Addcomm se posiciona como uma alternativa complementar de marketing e comunicação na web, dentro do mix de comunicação, para as empresas que desejam ampliar suas estratégias e alcançar os públicos que frequentam a internet e gerar impacto em seus negócios. Além do Planejamento de VRM baseado em inteligência de marketing on-line e a análise baseadas em métricas, a Addcomm também faz a parte de desenvolvimento dos portais dos seus clientes.

#### TV AO VIVO

TV ao Vivo é uma empresa de soluções inovadoras em multimídia interativa, que desenvolveu a tecnologia necessária para filmar, editar, gravar, formatar, transmitir e gerenciar imagens e sons via Internet, ao vivo e sob demanda. A solução oferecida pela TV ao Vivo permite que empresas de todos os segmentos ampliem e melhorem a comunicação junto a seus públicos, além de possibilitar aplicações diferenciadas e personalizadas conforme o objetivo de cada cliente.

A partir do domínio de tecnologias de streaming e flash, e com a melhoria das malhas de banda larga, a TV ao Vivo desenvolveu com tecnologia própria uma solução completa em multimídia interativa. O cliente da TvaoVivo encontra em uma só empresa os serviços de filmagem, edição, encoding, transmissão, software de gerenciamento e publicação na internet ou em intranet corporativa.

No final de 2008 a TvaoVivo passou a incluir no seu portfólio de serviços a transmissão de vídeos ao vivo e sob demanda diretamente para celulares. Disponível em todas as tecnologias existentes este é uma advento bastante interessante para alcançar públicos ainda mais dinâmicos.

O sistema da TvaoVivo pode ser utilizado como um canal exclusivo e interativo de transmissões ao vivo que, gravadas, podem ser editadas e armazenadas, para audiência posterior. A principal diferença com a TV convencional é a interatividade que o meio proporciona, via internet. Conforme a estratégia desejada pelo cliente, é possível a ele próprio e ao seu público on-line interagir com o evento que está sendo transmitido ao vivo (exemplo: e-learning completo, palestras interativas, reuniões corporativas, treinamentos etc).

A empresa conta com clientes como: HP, Itau Corretora, WalMart, SESC, Distribuidora Officer, Instituto Fernando Henrique Cardoso, Banco BMC, Roche, entre outros.

#### IMUSICA

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

No terceiro trimestre de 2009 a iMusica obteve um crescimento de Receita Líquida de 184,6% comparado ao mesmo período de 2008, enquanto que a variação dos nove primeiros meses de 2008 e 2009 foi de 396,1% e atingiu um volume de mais de 4,6 milhões de músicas vendidas por celulares. Um importante destaque do período foi início das vendas de música sem DRM (Digital Rights Management), o que facilita ações de branding e estimula a compra, uma vez que a música pode ser gravada ou transformada para qualquer formato que seja compatível com os diferentes tocadores de música existentes. Com isso a iMusica estabeleceu uma importante parceria com a gravadora Biscoito Fino e lançou a primeira loja virtual em MP3 DRM Free do Brasil

Durante esse trimestre as vendas de branded content se intensificaram, envolvendo projetos relevantes no México, com clientes como LG e Banco Santander, e no Brasil, ações da Disney com a Coolnex e do time de futebol Corinthians que vendeu suas camisas históricas com um card para download de uma música ou vídeo do time.

O trimestre também foi marcado por 2 operações relevantes do setor de música digital e que demonstram uma tendência positiva do mercado. Em Agosto a NewsCorp's MySpace comprou o iLike, o serviço de música mais popular nas redes sociais, e a inglesa HMV comprou 50,0% da 7Digital, empresa de venda de musica digital, por £ 7,7 milhões.

#### **BOLSA DE MULHER**

No terceiro trimestre de 2009 a Bolsa de Mulher obteve um crescimento de 181,5% de Receita Líquida, quando comparado ao terceiro trimestre de 2008, enquanto que a variação dos nove primeiros meses de 2008 e dos nove meses de 2009 foi de 261,6%, e alcançou a marca de 7,5 milhões de usuárias únicas por mês em sua rede.

No mês de Setembro de 2009 a empresa adquiriu o concorrente iTodas, operação digital da Editora Símbolo, 3º maior grupo editorial do país. A aquisição faz parte do movimento de consolidação de liderança da companhia, que passou a ter 9,0 milhões de usuárias cadastradas, o que representa aproximadamente 30% de todas as mulheres online do país (31 milhões, segundo o IBOPE). Através do iTodas, o Bolsa de Mulher passou a ser o canal feminino do UOL.

A Pink Ad Network, lançada em Agosto 2009, passou a representar comercialmente toda a publicidade online dos sites das revistas da Editora Símbolo. A empresa opera no mesmo modelo de negócio que a americana Glam e espera fechar o ano de 2009 com 150 sites parceiros.

Dando continuidade a sua internacionalização, iniciada com o lançamento das versões latinas dos portais Bolsa de Mulher.com e Bolsa de Bebe.com, o grupo abriu escritório em Nova Iorque e iniciou a expansão de suas operações para o mercado americano com a contratação de uma editora internacional. E para auxiliar na construção de sua imagem nos EUA e na Europa a empresa contratou a Spark PR, assessoria que foi responsável pelo lançamento de empresas como Glam, Flickr, Skype, Last.fm e Firefox.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A empresa de inteligência de mercado e pesquisa Sophia Mind, lançada no segundo trimestre de 2009, realizou uma pesquisa que constatou que 77,0% das brasileiras decidem os gastos familiares e entre as casadas, o percentual sobe para 91,0%. A pesquisa "Planejamento Financeiro Feminino" foi realizada com mulheres de diferentes perfis de escolaridade, renda, estado civil e faixa etária e aponta o alto poder de decisão de compra das mulheres e sua influência no orçamento familiar. Elas definem o orçamento familiar e utilizam seu próprio dinheiro em investimentos: quase metade das pesquisadas (46,0%) afirmaram que investem anualmente entre 5,0% e 30,0% ou mais de sua renda.

#### **VISIONNAIRE**

A desenvolvedora de software Visionnaire mantém forte atuação no mercado corporativo. Sua especialidade está no desenvolvimento e integração de sistemas (área de serviços) e na oferta de produtos próprios (área de produtos) como o Visionnaire Pacto para a gestão de SLA, o Visionnaire WebPublication para gestão de conteúdo / portais e o Visionnaire Caronte para controle de acesso e segurança.

É a representante oficial da OMG na América do Sul, parceira da IBM para a linha de produtos Websphere, da Sun, para desenvolvimento com linguagem Java, e da Fujitsu, para soluções de missão crítica. É uma das empresas originais da fusão que criou a Virtus. Dentre os principais clientes destacam-se Tecnologia Bancária [TecBan], HSBC Bank, Unimed e Federação das Indústrias.

#### **TRINNPHONE (GIBRALTAR)**

A Trinn é uma operadora de telecom totalmente contra o desperdício. Principalmente o desperdício de dinheiro. Sua missão é ajudar seus clientes a otimizar seus investimentos. Outorgada pela ANATEL para oferecer serviços de telefonia fixa (STFC), telefonia via internet e banda larga (SCM), a Trinn faz mais: oferece as condições comerciais mais competitivas do mercado e um atendimento personalizado.

A Trinn, empresa do portfólio Ideiasnet para o segmento de telecom, expande significativamente sua atuação no segmento corporativo, mediante mais uma aquisição de carteira. Desta vez a Castel, que desenvolve produtos e serviços customizados sob medida para Clientes em tecnologia de dados, voz e imagem. Isso significa mais uma vez dobrar de tamanho. Desta forma, a Trinn conquista uma maior expressividade dentro do mercado de telecom com oferta completa: telefonia fixa e por internet, banda larga, links dedicados e serviços.

A empresa, que se posiciona como uma operadora totalmente contra o desperdício e voltada para ajudar seus clientes a aperfeiçoar os investimentos em telecomunicações,



01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

está presente agora em 40 empreendimentos, entre Rio de Janeiro e São Paulo, atendendo 3.000 clientes com uma equipe de 80 funcionários.

#### NETMOVIES

No terceiro trimestre a NetMovies lançou o NetMovies LIVE – serviço de *streaming*, que possui 400 títulos. Para usar o serviço não é preciso ser assinante, apenas fazer cadastro, desde o lançamento do serviço a média de cadastros por mês triplicou.

Para o próximo trimestre, além da venda de assinaturas, a NetMovies irá explorar a venda de publicidade como um novo modelo de geração de receita. Para isso a NetMovies já montou um departamento comercial com foco em mídia.

#### Z TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS

A Ideiasnet anunciou um novo investimento no setor de e-commerce, a Z Transações Eletrônicas. A holding que atua no setor de plataformas de pagamentos eletrônicos possui investimento em duas empresas: a MoIP (Money over IP), em parceria com o iG, e o Site Blindado.

O MoIP (Money over IP) oferece uma solução de pagamentos eletrônicos que, através do preenchimento de um cadastro, habilita qualquer vendedor (pessoa física ou jurídica) a transacionar pela internet oferecendo ao seu comprador vários meios eletrônicos de pagamento, tais como: cartão de débito e crédito (a vista e parcelado), débito em conta, débito automático e boleto bancário. Atualmente, o MoIP oferece seus serviços a aproximadamente 6 mil vendedores, esperando atingir 30 mil até o final de 2009. A estimativa para 2010 será movimentar cerca de R\$ 100 milhões, em mais de 750 mil transações de vendas.

O Site Blindado analisa vulnerabilidades de IPs públicos e aplicações web realizando testes simulando ataques reais de hackers, após identificar as principais brechas de segurança, o sistema apresenta o passo a passo para corrigi-las. Os servidores do selo Site Blindado e scanners usados para identificar erros possuem certificação 6 Sigma, que só é obtida quando a incidência de erros é próxima de zero ou o índice de acertos fica em 99,9997%, (aproximadamente 3,4 defeitos por um milhão de oportunidades). Pontofrio.com, Polishop, Sacks's e Casas Bahia são alguns dos sites que já usam o Site Blindado.

A incorporação da Z ao portfólio da Ideiasnet fortalece sua atuação no setor de vendas pela internet. Com a venda da Braspag, a Z passa a ser a iniciativa da Ideiasnet no mercado de pagamentos eletrônicos, focado em pequenos e médios segmentos que estão em vasto crescimento no país. Além disso, existe sinergia direta entre as empresas da Z e diversas empresas do portfólio da Ideiasnet, como o Zura!, que já destaca em sua comparação de preços, vendedores que utilizam o MoIP.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

##### SITE BLINDADO

No terceiro trimestre de 2009 a Ideiasnet realizou mais um investimento no setor de e-commerce, o Site Blindado é um provedor de soluções de segurança e *compliance* para negócios via internet.

A empresa analisa vulnerabilidades de IPs públicos e aplicações web realizando testes simulando ataques reais de hackers, após identificar as principais brechas de segurança, o sistema apresenta o passo a passo para corrigi-las e, uma vez corrigidas as vulnerabilidades críticas permite que o site exiba o selo Site Blindado.

O selo Site Blindado cria um ambiente de segurança para os consumidores mais temerosos que, ao navegar pela loja virtual certificada se sentem confortáveis para digitar os números de cartão de crédito e finalizar a compra. Isso representa um incremento de vendas de 12,0% em média em sites que exibem o selo Site Blindado se comparado com sites que não apresentam a certificação; Pontofrio.com, Casas Bahia, Banif Invest, Sacks e Catho são alguns dos sites que já usam o Site Blindado. A empresa também oferece soluções de segurança para redes corporativas e consultoria para adequação ao programa de segurança para redes corporativas e consultoria para adequação ao programa de segurança das bandeiras de cartão de crédito PCI-DSS.

Durante o terceiro trimestre de 2009 a empresa atingiu seu *break-even* operacional e segue em rota de crescimento, e já no início do 4T09 a empresa ampliou o seu portfólio para melhorar a oferta de segurança para internet e a base de clientes obteve um aumento de 20%.

Durante o terceiro trimestre de 2009 a empresa atingiu seu *break-even* operacional e segue em rota de crescimento, e já no início do 4T09 a base de clientes obteve um aumento de 20%.

A expectativa é que o e-commerce fature R\$ 10,5 bilhões no ano de 2009 (fonte: Ebit). O Índice de Confiança do Consumidor na Internet (ICCI) registrou no terceiro trimestre de 2009 uma média de 86,96%, o que representa um aumento de 0,85 pontos percentuais comparada com a média registrada no primeiro semestre de 2009.

##### ZURA

O Zura! que já completou 2 anos de operação como o novo comparador de preços do mercado, que já era o shopping oficial do Yahoo! Brasil, tornou-se o shopping oficial do IDGNow!, entrando no lugar da concorrência. O Zura! alcançou a segunda posição no mercado e se tornou um dos principais canais de anúncios para o varejo online na internet brasileira. Em menos de um ano, foram comercializados pacotes de mídia online para divulgação das marcas no portal de comparação de preços com importantes anunciantes como Nextel, Brastemp e Porto Seguro.

O portal cresceu 4 vezes em número de visitas, triplicou em número de *page views* e ampliou em 5 vezes o volume de cliques gerados (nossa principal fonte de receita) – em relação a dezembro de 2008. A empresa também passou por um momento de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Reapresentação Espontânea

Legislação Societária  
Data-Base - 30/09/2009

---

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

**07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**

---

reestruturação interna nas áreas, com o objetivo de criar processos e melhorar a eficiência na operação.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
1	Ativo Total	371.289	369.790
1.01	Ativo Circulante	254.554	241.913
1.01.01	Disponibilidades	17.044	22.100
1.01.02	Créditos	178.128	162.871
1.01.02.01	Clientes	28.611	118.013
1.01.02.02	Créditos Diversos	149.517	44.858
1.01.03	Estoques	59.381	56.942
1.01.04	Outros	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	116.735	127.877
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.752	41.852
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	8.434
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	15.815	19.873
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	14.346	19.873
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.469	0
1.02.01.03	Outros	8.937	13.545
1.02.02	Ativo Permanente	91.983	86.025
1.02.02.01	Investimentos	68.173	59.041
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	67.100	58.939
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	1.073	102
1.02.02.02	Imobilizado	12.732	11.450
1.02.02.03	Intangível	11.078	15.534
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2009	4 - 30/06/2009
2	Passivo Total	371.289	369.790
2.01	Passivo Circulante	190.766	173.797
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	51.390	50.669
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	111.287	95.557
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	11.079	10.181
2.01.05	Dividendos a Pagar	160	0
2.01.06	Provisões	4.583	4.284
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.885	1.569
2.01.08	Outros	10.382	11.537
2.02	Passivo Não Circulante	7.051	3.984
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.051	3.984
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	33.302	26.856
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	(34.691)	(33.856)
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	1.750	839
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	6.690	10.145
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	(1.973)	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	175.445	192.009
2.05.01	Capital Social Realizado	189.177	189.177
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	(16.256)	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	(16.256)	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.227	3.710
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(703)	(878)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
Data-Base - 30/09/2009  
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Espontânea

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	264.415	734.519	225.324	437.993
3.02	Deduções da Receita Bruta	(45.617)	(143.906)	(43.030)	(85.029)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	218.798	590.613	182.294	352.964
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(181.654)	(497.643)	(150.617)	(295.585)
3.05	Resultado Bruto	37.144	92.970	31.677	57.379
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(33.383)	(91.623)	(31.205)	(53.982)
3.06.01	Com Vendas	(633)	(1.493)	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(34.675)	(74.873)	(30.696)	(55.523)
3.06.03	Financeiras	(3.031)	(8.684)	(2.938)	(2.884)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.086	3.457	1.827	3.398
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(4.117)	(12.141)	(4.765)	(6.282)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	6.605	21.591	164	2.061
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.885)	(28.022)	(1.787)	(2.558)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	236	(142)	4.052	4.922
3.07	Resultado Operacional	3.761	1.347	472	3.397
3.08	Resultado Não Operacional	(639)	(354)	(128)	504
3.08.01	Receitas	(575)	10	0	504
3.08.02	Despesas	(64)	(364)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	3.122	993	344	3.901
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(834)	(1.828)	(1.212)	(2.486)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(2.113)	132	0	0
3.12.01	Participações	(2.113)	132	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	175	(703)	(868)	1.415

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2009 a 30/09/2009	4 - 01/01/2009 a 30/09/2009	5 - 01/07/2008 a 30/09/2008	6 - 01/01/2008 a 30/09/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(15.843)	(33.318)	4.117	(8.252)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	(852)	(1.731)	3.540	(701)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(14.991)	(31.587)	577	(7.551)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(14.763)	5.614	4.712	17.377
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	25.550	(9.921)	(14.448)	69.422
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(5.056)	(37.625)	(5.619)	78.547
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.100	54.668	85.964	1.798
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.044	17.043	80.345	80.345

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Representação Espontânea

Data-Base - 30/09/2009

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	189.177	0	0	0	(878)	3.710	192.009
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	189.177	0	0	0	(878)	3.710	192.009
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	175	0	175
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(483)	(483)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	230	(230)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	(16.256)	0	0	0	(16.256)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	189.407	(230)	(16.256)	0	(703)	3.227	175.445

Data-Base - 30/09/2009

Legislação Societária

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

## 11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/09/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	216.322	0	0	0	(27.161)	0	189.161
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	216.322	0	0	0	(27.161)	0	189.161
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	(703)	0	(703)
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.227	3.227
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(27.145)	0	0	0	27.161	0	16
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	230	(230)	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	(16.256)	0	0	0	(16.256)
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	189.407	(230)	(16.256)	0	(703)	3.227	175.445

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

#### 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Abaixo demonstramos os principais valores que impactaram o **RESULTADO ACUMULADO** em 30/09/2009 em comparação com o mesmo período do ano anterior:

Valores em mil

	30/09/2009	30/09/2008
Receita Operacional Bruta	734.519	766.885
Deduções	(143.906)	(158.254)
Custo das Mercadorias Vendidas	(497.643)	(506.234)
Despesas Gerais e Administrativas	(76.366)	(85.181)
Depreciação e Amortização de ágio/deságio	(1.027)	(4.090)
Resultado Financeiro	(8.684)	(11.422)
Equivalência Patrimonial (-) Provisões	(142)	1.879
Receita/ Despesa Operacional	(5.404)	-
Resultado não Operacional	(354)	197
Contribuição Social e Imposto de Renda	(1.828)	(4.735)
Participações minoritários	132	-
<b>Resultado consolidado Ideiasnet</b>	<b>(703)</b>	<b>(5.992)</b>



## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01841-4	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL IDEIASNET S/A	3 - CNPJ 02.365.069/0001-44
---------------------------	---	--------------------------------

## 09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR	(Mil)	(Mil)	
01	IDEIASVENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.673.814/0001-85	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	33.040	99,99
					0,01
02	5225 PARTICIPAÇÕES S/A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.279.535/0001-79	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	522.353	100,00
					0,00
03	VIRTUALAB S/A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.284.463/0001-10	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	35.469	97,00
					0,00
04	BRANDS GROUP PARTICIPAÇÕES S/A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.059.691/0001-73	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	5.206	99,99
					0,00
06	BP PARTICIPAÇÕES E ADM S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	06.068.748/0001-02	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	12	31,06
					0,00
08	PADTEC S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.549.807/0001-76	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	7.578	34,20
					0,00
09	SPRING WIRELESS LTD. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . . / -	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	47.030	10,20
					0,00
10	AUTOMATOS INTERNATIONAL LTD. SEGURADORA	. . . / -	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	22.712	34,61
					0,00
					22.712

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

## 20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

De acordo com o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, apresentamos a seguir algumas informações adicionais sobre a Companhia:

### a) Acionistas com mais de 5% das ações de cada Espécie e Classe - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA (em unidades de ações)		
Companhia: Ideiasnet S.A.	Posição em 30/09/2009	
Acionistas	Ações Ordinárias e Totais	
	Quantidade	%
UBS Prestige Fund, LLC-For the Account of the Class	7.762.400	7,43%
Lorentzen Empreendimentos S.A.	10.206.500	9,77%
Truetech Participações Ltda	5.912.454	5,66%
Mellon Serviços Financeiros Distr de Títulos Mobiliários	6.060.332	5,80%
Centennial Ass. Mining Fund LLC	8.830.717	8,46%
Outros	65.660.369	62,87%
<b>Total</b>	<b>104.432.772</b>	<b>100,00%</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA (em unidades de ações)		
Companhia: Ideiasnet S.A.	Posição em 30/09/2008	
Acionistas	Ações Ordinárias e Totais	
	Quantidade	%
UBS Prestige Fund, LLC-For the Account of the Class	8.555.400	8,26%
Lorentzen Empreendimentos S.A.	7.730.857	7,47%
Truetech Participações Ltda	6.027.454	5,82%
Mellon Serviços Financeiros Distr de Títulos Mobiliários	6.098.224	5,89%
Centennial Ass. Mining Fund LLC	8.830.717	8,53%
Outros	66.297.245	64,03%
<b>Total</b>	<b>103.539.897</b>	<b>100,00%</b>

Obs.: O acionista Mellon Serviços Financeiros Distr de Títulos Mobiliários é uma administradora e gestora de fundos de investimento financeiro.

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

a.1) Distribuição do capital social dos controladores até o nível de pessoa física, com mais de 5% do total de ações.

**Controladora:**  
**Lorentzen Empreendimentos S.A.**

**CNPJ:**  
**33.107.533/0001-26**

Acionistas	Ações					
	Ordinárias / Cotas		Preferenciais		Total	
	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%
Nebra Participações S.A.	49.340.502	45,68	-	-	49.340.502	45,68
Loxosceles Participações S.A.	22.628.800	20,95	-	-	22.628.800	20,95
Picumnus Participações S.A.	22.628.800	20,95	-	-	22.628.800	20,95
Tiba Participações Ltda	13.412.627	12,42	-	-	13.412.627	12,42
Outros	3.239	-	-	-	3.239	-
<b>Total</b>	<b>108.013.968</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>108.013.968</b>	<b>100,00</b>

**Controladora:**  
**Nebra Participações S.A.**

**CNPJ:**  
**04.418.550/0001-86**

Acionistas	Cotas					
	Ordinárias / Cotas		Preferenciais		Total	
	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%
Haakon Lorentzen	45.019.372	100,00	-	-	45.019.372	52,29
Erling Sven Lorentzen	-	-	41.076.196	100,00	41.076.196	47,71
<b>Total</b>	<b>45.019.372</b>	<b>100,00</b>	<b>41.076.196</b>	<b>100,00</b>	<b>86.095.568</b>	<b>100,00</b>

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

**Controladora:**  
**Loxosceles Participações S.A.**

**CNPJ:**  
**09.024.367/0001-10**

Acionistas	Cotas					
	Ordinárias / Cotas		Preferenciais		Total	
	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%
Ingeborg Lorentzen Ribeiro	1.745.227	75,48	-	-	1.745.227	37,74
Erling Sven Lorentzen	-	-	1.202.335	52,00	1.202.335	26,00
Victoria Ragna Lorentzen Ribeiro	566.955	24,52	1.109.847	48,00	1.676.802	36,26
<b>Total</b>	<b>2.312.182</b>	<b>100,00</b>	<b>2.312.182</b>	<b>100,00</b>	<b>4.624.364</b>	<b>100,00</b>

**Controladora:**  
**Picumnus Participações S.A.**

**CNPJ:**  
**09.032.670/0001-64**

Acionistas	Cotas					
	Ordinárias / Cotas		Preferenciais		Total	
	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%
Camocim Administradora S.A.	18.761.408	100,00	-	-	18.761.408	74,00
Erling Sven Lorentzen	-	-	6.591.847	100,00	6.591.847	26,00
Outros	1	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>18.761.409</b>	<b>100,00</b>	<b>6.591.847</b>	<b>100,00</b>	<b>25.353.256</b>	<b>100,00</b>

**Controladora:**  
**Camocim Administradora S.A.**

**CNPJ:**  
**42.273.763/0001-56**

Acionistas	Cotas					
	Ordinárias / Cotas		Preferenciais		Total	
	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%
Ragnhild Lorentzen	75.031.174	100,00	-	-	75.031.174	100,00
Outros	2	-	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>75.031.176</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>75.031.176</b>	<b>100,00</b>

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

**Controladora:**  
**Tiba Participações Ltda**

**CNPJ:**  
**03.410.452/0001-30**

Acionistas	Cotas					
	Ordinárias / Cotas		Preferenciais		Total	
	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%
Haakon Lorentzen	20.337.079	100,00	-	-	20.337.079	100,00
Outros	1	-	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>20.337.080</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.337.080</b>	<b>100,00</b>

**Controladora:**  
**Trueteck Participações Ltda**

**CNPJ:**  
**03.744.434/0001-94**

Acionistas	Ações					
	Ordinárias / Cotas		Preferenciais		Total	
	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%	Quantidade Unidades	%
Carlos Mario G de Almeida	3.865.318	99,99	-	-	3.865.318	99,99
Outros	5	0,01	-	-	5	0,01
<b>Total</b>	<b>3.865.323</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.865.323</b>	<b>100,00</b>

---

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

---

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

---

**b) Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação**

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

**POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS ADMINISTRADORES  
E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

Companhia: Ideiasnet S.A.	Posição em 30/09/2009	
Acionista	Ações Ordinárias e Totais	
	Quantidade	%
<b>Controlador</b>	-	-
<b>Administradores</b>		
Conselho de Administração	8.528.489	8,17%
Diretoria	603.257	0,58%
<b>Conselho Fiscal</b>	266	0,00%
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	0,00%
<b>Outros acionistas</b>	95.300.760	91,26%
<b>Total</b>	<b>104.432.772</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em circulação</b>	<b>95.300.494</b>	<b>91,26%</b>

**POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS ADMINISTRADORES  
E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

Companhia: Ideiasnet S.A.	Posição em 30/09/2008	
Acionista	Ações Ordinárias e Totais	
	Quantidade	%
<b>Controlador</b>	-	-
<b>Administradores</b>		
Conselho de Administração	3.441.702	3,32%
Diretoria	4.826.121	4,66%
<b>Conselho Fiscal</b>	-	-
<b>Ações em Tesouraria</b>	-	-
<b>Outros acionistas</b>	95.272.074	92,01%
<b>Total</b>	<b>103.539.897</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em circulação</b>	<b>95.272.074</b>	<b>92,01%</b>

---

01841-4 IDEIASNET S/A

02.365.069/0001-44

---

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

---

**c) Cláusula Compromissória**

A Companhia está vinculada à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01841-4	IDEIASNET S/A	02.365.069/0001-44

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	5
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2009 a 30/09/2009	10
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/09/2009	11
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	12
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	13
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	14
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	16
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2009 a 30/09/2009	17
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/09/2009	18
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	19
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	40
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	50
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	51
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	52
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	58
		IDEIASVENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.	
		5225 PARTICIPAÇÕES S/A	
		VIRTUALAB S/A	
		BRANDS GROUP PARTICIPAÇÕES S/A	
		BP PARTICIPAÇÕES E ADM S.A.	
		PADTEC S.A.	
		SPRING WIRELESS LTD.	
		AUTOMATOS INTERNATIONAL LTD.	
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	60

